

REVISTA DO MUSEU
DE
ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Nº 12



2002

REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Comissão Editorial

Maria Beatriz Borba Florenzano
Maria Christina de Souza Lima Rizzi
Maria Cristina Mineiro Scatamacchia
Maria Isabel D'Agostino Fleming
Paulo De Blasis

Editora Responsável

Maria Isabel D'Agostino Fleming

Conselho Editorial

Ana Mae Tavares Barbosa	Lux Vidal
Antonio Porro	Maria Luiza Corassin
Augusto Titarelli	Maria Manuela Carneiro da Cunha
Aziz N. Ab'Saber	Maria Margareth Lopes
Carlos Serrano	Niède Guidon
Fábio Leite	Noberto Luiz Guarinello
Felipe Tirado Segura	Oscar Landmann
Gabriela Martin D'Ávila	Pedro Ignacio Schmitz
Igor Chmyz	Pedro Paulo Abreu Funari
Jacyntho Lins Brandão	Roberto Cardoso de Oliveira
José Antonio Dabdab Trabulsi	Rudolf Winkes
Kabengele Munanga	Solange Godoy

*Pede-se permuta
We ask for exchange*



Av. Prof. Almeida Prado, 1.466
Cidade Universitária – São Paulo, SP
CEP 05508-900 – Fax 3091-4977
<http://www.mae.usp.br> – revmae@edu.usp.br

REVISTA DO MUSEU
DE
ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

publicação anual

Nº 12

2002

SÃO PAULO, BRASIL

Sumário

ARTIGOS

- 3 Maria Helena P.T. Machado – Os Tupis e a Turânia: hipóteses sobre a origem do homem e da civilização nas Américas na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX
- 17 Alejandro García – Territorio de explotación de recursos líticos en los Andes Centrales Argentinos durante el Pleistoceno final – Holoceno temprano
- 25 Maria Jacqueline Rodet
Joël Rodet
Sueli P. Nascimento
Daniel F. Mariano
Yveline Huguet
Joana R. Silva – Metodologia de prospecções geoarqueológicas dentro de uma bacia (exemplo da bacia do rio Peruaçu, Minas Gerais, Brasil)
- 43 Paula Brito-Schimmel
João Lucas Porsani
Levy Figuti
Paulo De Blasis – Aplicação de métodos geofísicos em Arqueologia: primeiros resultados obtidos no sambaqui fluvial Capelinha, Cajati-SP, Brasil
- 55 Dilamar Candida Martins
Maria Elisa Borges
Sérgio Francisco S. M. da Silva
Sílvia Cristina Piedade – O homem do Rio das Almas: remanescentes esqueléticos humanos do GO-Ni.217, Sítio Abrigo Tuvira, município de Barro Alto, Estado de Goiás, Brasil
- 71 Cora Dukelsky
Ana María Martino – Imágenes teatrales en la pintura de vasos griegos
- 81 Carlos Roberto Galvão Sobrinho
Maria Beatriz Borba Florenzano – Apolônia e seu território: paisagem rural e mudança social na Palestina dos hasmoneus aos romanos (100 a.C.- 135 d.C.)
- 123 Marcelo Campagno – Los “proto-Estados” del Alto Egipto y la unificación del valle del Nilo
- 143 José Roberto Pellini – Reciprocidade e redistribuição no Egito Antigo durante o Novo Império
- 165 Alexandre Guida Navarro – Armas, templos e guerra: a natureza bélica do culto a Quetzalcóatl na Mesoamérica
- 177 Cibele E. V. Aldrovandi – O aniconismo revisto: as diferentes abordagens na interpretação da iconografia primitiva
- 205 Adriana Mortara Almeida – Os públicos de museus universitários
- 219 Helenice Ciampi – Experiência de estágio no MAE: relatos e vivências

ESTUDOS DE CURADORIA

- 233 Sandra Lacerda Campos – Bonecas Karajá: apenas um brinquedo?
- 249 Dalva Lúcia A. de Faria
Marisa Coutinho Afonso
Howell G.M. Edwards – Espectroscopia Raman: uma nova luz no estudo de bens culturais
- 269 Sílvia Cunha Lima – Especificidades na restauração de cerâmicas arqueológicas: um estudo de caso

ESTUDOS BIBLIOGRÁFICOS

- 285 José Alberione dos Reis – Apontamentos para uma tênue urdidura: um palimpsesto de teorias e suas imbricações na Arqueologia
- 301 Pedro Paulo A. Funari – Resenha: ALMAGRO-GORBEA, M.; ABASCAL, J.M. *Segóbriga y su conjunto arqueológico*. Madri, Real Academia de la Historia, 1999. 168pp. ISBN 8489512299
- 303 Francisco Silva Noelli – Resenha: *Cartas do sertão de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira*. Apresentação e notas de Thekla Hartmann. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Assírio & Alvim, 2000. 396 pp. ISBN 972370625-3

NOTAS

- 307 Gilson Rambelli
Paulo F. Bava de Camargo
Flávio Rizzi Calippo – A campanha de arqueologia subaquática do Projeto Arade (ProArade) 2002, Portugal: a participação brasileira
- 313 Francisco Silva Noelli
Lúcio T. Mota
Marcos R. Nanni
Margarida C. Lavado
Carlos Panek Jr.
Eurides R. Oliveira
Ana P. Simão
Eder Novak
Washington C. Castilho – Primeira etapa de reconhecimento arqueológico do médio/baixo vale do rio Pirapó, Paraná
- 317 Gilson Rodolfo Martins
Emília Mariko Kashimoto
Sonia Hatsue Tatumi – Novas datações arqueológicas em Mato Grosso do Sul
- 321 Gilson Rodolfo Martins
Emília Mariko Kashimoto
Sonia Hatsue Tatumi – Dados cronológicos relativos à arqueologia do oeste de Mato Grosso
- 325 Luciane Miwa Kamase
Marisa Coutinho Afonso – Colóquio sobre casas subterrâneas
- 329 Resumos de teses e dissertações do MAE/USP, 2002

Contents

ARTICLES

- 3 Maria Helena P.T. Machado – Tupians and Turanians: hypotheses on the origins of man and civilization in the Americas in the nineteenth and early twentieth centuries
- 17 Alejandro García – Territory of lithic resources exploitation in the Argentinean Central Andes during the late Pleistocene – early Holocene
- 25 Maria Jacqueline Rodet
Joël Rodet
Sueli P. Nascimento
Daniel F. Mariano
Yveline Huguet
Joana R. Silva – A methodology of geoarchaeological prospections in a fluvial basin (example of the Peruaçu river basin, Minas Gerais, Brazil)
- 43 Paula Brito-Schimmel
João Lucas Porsani
Levy Figuti
Paulo De Blasis – Geophysical methods applied in archaeology: first results from Capelinha fluvial sambaqui, Cajati-SP, Brazil
- 55 Dilamar Candida Martins
Maria Elisa Borges
Sérgio Francisco S. M. da Silva
Sílvia Cristina Piedade – The man of the Rio das Almas: human skeletal remains of the Abrigo Tuvira site (GO – Ni. 217)
- 71 Cora Dukelsky
Ana María Martino – Theatrical images in the painting of Greek vases
- 81 Carlos Roberto Galvão Sobrinho
Maria Beatriz Borba Florenzano – Apollonia and its territory: rural landscape and social change in Palestine from the Hasmoneans to the Romans (100 B.C.-135 AD)
- 123 Marcelo Campagno – “Proto-States” of Upper Egypt and the unification of the Nile Valley
- 143 José Roberto Pellini – Reciprocity and redistribution in Ancient Egypt during the New Kingdom
- 165 Alexandre Guida Navarro – Weapons, temples and war: the warlike nature of Qutzalcóatl’s cult in Mesoamerica
- 177 Cibele E. V. Aldrovandi – Aniconism revised: different approaches for interpreting early Buddhist art
- 205 Adriana Mortara Almeida – University museums audiences
- 219 Helenice Ciampi – Stage experiment at MAE: reports and case studies

CURATORSHIP STUDIES

- 233 Sandra Lacerda Campos – Karajá dolls: just a toy?
- 249 Dalva Lúcia A. de Faria
Marisa Coutinho Afonso
Howell G.M. Edwards – Raman spectroscopy: shedding a new light on cultural heritage objects
- 269 Sílvia Cunha Lima – Specificities in the restoration of archaeological ceramics: a case study

BIBLIOGRAPHICAL STUDIES

- 285 José Alberione dos Reis – Records for a tenuous weave: a palimpsest of theories and their imbrications in Archaeology
- 301 Pedro Paulo A. Funari – Review: ALMAGRO-GORBEA, M.; ABASCAL, J.M. *Segóbriga y su conjunto arqueológico*. Madrid, Real Academia de la Historia, 1999. 168pp. ISBN 8489512299
- 303 Francisco Silva Noelli – Review: *Cartas do sertão de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira*. Apresentação e notas de Thekla Hartmann. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Assírio & Alvim, 2000. 396 pp. ISBN 972370625-3

NOTES

- 307 Gilson Rambelli
Paulo F. Bava de Camargo
Flávio Rizzi Calippo – The underwater archaeology campaign of the Arade Project (ProArade) 2002, Portugal: the Brazilian participation
- 313 Francisco Silva Noelli
Lúcio T. Mota
Marcos R. Nanni
Margarida C. Lavado
Carlos Panek Jr.
Eurides R. Oliveira
Ana P. Simão
Eder Novak
Washington C. Castilho – First stage of archaeological surveying of medium/low valley of the Pirapó river, Paraná
- 317 Gilson Rodolfo Martins
Emília Mariko Kashimoto
Sonia Hatsue Tatumi – New archaeological datings in Mato Grosso do Sul
- 321 Gilson Rodolfo Martins
Emília Mariko Kashimoto
Sonia Hatsue Tatumi – Chronological data relating to the western Mato Grosso archaeology
- 325 Luciane Miwa Kamase
Marisa Coutinho Afonso – Workshop on pit houses
- 329 Abstracts of PhD and Master dissertations. MAE/USP, 2002

Artigos

OS TUPIS E A TURÂNIA. HIPÓTESES SOBRE A ORIGEM DO HOMEM E DA CIVILIZAÇÃO NAS AMÉRICAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO XX

*Maria Helena P.T. Machado**

MACHADO, M.H.P.T. Os Tupis e a Turânia: hipóteses sobre a origem do homem e da civilização nas Américas na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 12: 3-16, 2002.*

RESUMO: Este artigo tem como ponto central o estudo das teorias a respeito da origem do homem americano e da antigüidade da civilização nas Américas, no contexto intelectual do século XIX e primeiras décadas do XX. Seu objetivo é mapear estas teorias no ambiente intelectual europeu e norte-americano para, em seguida, as vincular às discussões latino-americanas e brasileiras a respeito do grau de desenvolvimento, de civilização e de aperfeiçoamento das populações americanas originais (pré-conquista) e o papel da América na história do mundo civilizado. Para atingir tais objetivos, o artigo analisa aspectos do desenvolvimento da filologia comparada, da etnologia e da antropologia para acompanhar a elaboração do monumento teórico-ideológico que foi denominado como de civilização indo-européia para, em seguida, buscar esclarecer o impacto destas discussões nas nascentes disciplinas da arqueologia e antropologia latino-americanas.

UNITERMOS: Americanismo – Hipóteses sobre as Origens da Civilização – Filologia comparada.

Este artigo tem como ponto central o estudo das teorias a respeito da origem do homem americano e da antigüidade da civilização nas Américas, no contexto intelectual do século XIX e primeiras décadas do XX.¹ Seu objetivo é mapear estas teorias no ambiente intelectual europeu e norte-americano para, em seguida, as vincular às discussões latino-americanas e brasileiras a respeito do grau de desenvolvimento, de civilização e de

aperfeiçoamento das populações americanas originais (pré-conquista) e o papel da América no mundo civilizado.

A partir dos finais do século XVIII assiste-se na Europa interesse crescente a respeito da origem e evolução do homem e das civilizações, interesse este focado tanto no território europeu, quanto nas terras coloniais. As primeiras décadas do XIX, neste sentido, foram marcadas pelo surgimento da arqueologia como disciplina científica e pela popularização de relatos de viajantes, aventureiros e arqueólogos amadores sobre as paragens distantes e civilizações perdidas. Episódio extremamente significativo deste momento foi a “descoberta” dos senhorios maias na década de 1830/40, que alimentou hipóteses das mais díspares sobre a origem desta civilização. Por exemplo, um dos mais

(*) Depto. de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

(1) Este artigo é parte do projeto de pesquisa “Viagens e Viajantes no Brasil e na América, 1840-1900” que venho desenvolvendo com financiamento do CNPq.

populares viajantes e pesquisadores das ruínas maias, Auguste de Le Plongeon (1826-1908), divulgou, com persistência e entusiasmo, sua interpretação sobre a origem destes povos. Segundo ele, os maias haviam sido povos altamente evoluídos que teriam construído os grandes monumentos e pirâmides que então estavam sendo encontrados pelos viajantes europeus nas florestas tropicais da Guatemala e do Iucatã, e que teriam, por volta de 11.500 anos atrás, imigrado para o Vale do Nilo, onde teriam fundado a civilização egípcia (Le Plongeon 1886 e 1900).

Outro ramo do conhecimento que emergiu neste período e tornou-se fundamental foi o do estudo das línguas, campo composto pela lingüística e pela filologia comparada. O estudo das línguas, semíticas e jafética, i.e., indo-européias e, mais tarde, a invenção do tronco turaniano, informavam e muitas vezes conduziam os debates raciais e etnológicos na Europa, tendo os filólogos, por algumas décadas, apontado os caminhos pelos quais as discussões raciais se desenvolviam (Poliakov 1996).

Na segunda metade do século XIX, as teorias a respeito da origem do homem americano e da antigüidade da civilização nas Américas passaram igualmente a fazer parte integrante das preocupações dos intelectuais latino-americanos, inclusive dos brasileiros, interessados na construção de uma identidade americana-brasileira original. Inúmeros estudos especulavam sobre as mais variadas hipóteses a respeito do tema: supunha-se, por exemplo, a origem indo-européia tanto do quéchua e quanto do nahuatl, ao mesmo tempo em que se aventava a possibilidade de ligação das antigas civilizações americanas às civilizações clássicas do mundo ocidental (Wauchope 1962). Estas especulações, ao mesmo tempo em que abordavam temas presentes nos debates raciais da época, deslocavam a discussão para as questões das origens e do desenvolvimento das civilizações, buscando estabelecer padrões de evolução lingüístico-cultural que permitissem estudar as sociedades erigidas pelo homem nos diferentes períodos e regiões da terra.

De fato, os estudos filológicos se enraizaram como um campo estratégico nos debates europeus a respeito da origem do homem e das civilizações no globo, dando as cartas na definição dos termos por meio dos quais as questões da inferioridade/superioridade das raças e das civilizações puderam

ser pensadas.² Este texto pretende focar alguns destes debates, mostrando como eles se reportavam a um horizonte intelectual emoldurado pelo comparativismo das línguas e das instituições sociais dos povos, entendidas como costumes e tradições, produzindo os contextos nos quais os diferentes axiomas biológicos ou raciais foram discutidos. Da mesma forma, se procurará apontar as conexões entre as polêmicas hipóteses que alimentavam estes debates e o processo de construção de uma identidade americana-brasileira no período considerado.

Em primeiro lugar, farei uma localização sumária das grandes questões que animaram o campo da filologia comparada para em seguida discutir os três grandes ramos lingüísticos canonizados por esta discussão (ariano, semítico e turaniano). Em seguida, farei algumas considerações sobre esta discussão no âmbito dos intelectuais brasileiros da segunda metade do XIX e inícios do XX, enfocando os escritos de Couto de Magalhães no livro *O Selvagem*, de Gonçalves Dias, no livro *Brasil e Oceania*, de Varnhagen em *L'Origine Tourainienne des Américains Tupi-Caribes et des Anciens Égyptiens* de 1876 e, finalmente, o folheto de Câmara Cascudo de 1933, *O Homem Americano e seus temas*.

A árvore e a escada: a filologia comparada e a origem das civilizações

Uma das principais vertentes no campo da filologia que mobilizou os intelectuais europeus desde a Ilustração refere-se à constituição do tronco lingüístico ariano, depois denominado de indo-europeu. Léon Poliakov (1996), no livro *The Aryan Myth*, elabora extensa análise a respeito das bases teórico-ideológicas que legitimaram o arianismo na Europa, sobretudo na Alemanha, procurando traçar as profundas implicações psicológicas e culturais que subjaziam às discussões filológicas e da lingüística histórica. Neste sentido, o autor mostra como as discussões filológicas

(2) Ver, por exemplo, Kuper (1988), sobretudo a primeira parte, "The Invention of Primitive Society", bem como a análise de Trautmann (1997) a respeito da constituição do arianismo no contexto do Império Britânico e a discussão de Poliakov (1996) sobre a história da construção do mito ariano da superioridade racial na Europa, sobretudo o capítulo "The Aryan Epoch". Todos estes livros, construídos a partir de perspectivas diversas, apontam o papel definidor da filologia comparada e da lingüística histórica na definição do campo teórico de debates sobre o tema.

cifravam as principais angústias das nações européias frente ao seu outro interno (como os judeus na Alemanha) ou frente às populações não-brancas coloniais. Tomando como objetivo o desvendamento das teorias a respeito da origem e filiação das línguas e dos povos que haviam povoado o continente europeu, Poliakov refaz a história da construção do mito ariano, desde finais do XVIII, colocando-o no contexto do crescimento do nacionalismo germânico e dos debates raciais a respeito do mundo colonial (Ásia e Oriente Médio, sobretudo). Esta discussão teve repercussões profundas nos quadros das nascentes ciências do homem, resultando no estabelecimento, amplamente referendado ao longo da segunda metade do XIX, de uma hierarquia das línguas e das civilizações espalhadas ao redor do mundo, que foram organizadas numa escala evolutiva baseada em padrões lingüísticos, na análise da cultura material e na presença/ausência de instituições sociais e políticas tidas como universais.

Segundo Poliakov, desde os finais do século XVIII haviam surgido, em diferentes países europeus, debates a respeito da origem do homem, discussão esta emoldurada pela questão da veracidade não só do relato bíblico como de sua datação. Foi buscando elementos para escrutinar as afirmações bíblicas é que estudiosos da arqueologia, geografia e etnologia começam a pesquisar no alto das montanhas os resquícios das mais antigas civilizações. Neste sentido, afirma Poliakov:

“Assim como Linnaeus, os estudiosos da Ilustração, os quais em sua maior parte professava o monogenismo, geralmente viam as montanhas como o berço da humanidade. Isto era certamente verdade do ponto de vista dos geógrafos, em sua maneira de ver, a existência de conchas marinhas em todas as altitudes confirmava a hipótese do dilúvio universal, corroborando a narrativa bíblica. Nos dias de hoje é fato conhecido que as mais altas montanhas se localizam na Índia e China. Mas o fato é que a tradição, talvez devido à relutância dos brancos europeus de admitir sua filiação aos amarelos, focalizava sua atenção nas bordas mais próximas dos Himalaia e da Caxemira” (Poliakov 1996:184-185).³

A busca para delimitar o local da origem do homem rapidamente antepôs os defensores do Egito Antigo e do Oriente Médio, fiéis à interpretação literal da Bíblia aos defensores da Índia como o berço da humanidade. Ainda segundo grandes pensadores europeus, como Diderot, na Índia não se localizaria apenas a origem da humanidade como também este seria o local de nascimento das mais antigas ciências exercitadas pela humanidade. A mudança do pólo da origem da civilização do Egito para a Índia resultou em diferentes movimentos de idéias que alcançaram fenomenal impacto em áreas como da filologia, arqueologia e etnologia, oferecendo os elementos para a construção ideológica das línguas e civilizações arianas ou indo-europeias e na filosofia e literatura alimentando o idealismo e o romantismo (Poliakov 1996:185).

Ainda segundo Poliakov, o naturalista francês, Pierre de Sonnerat, em sua *Voyage aux Indes Orientales* de 1782, delimitou a Índia como o berço da humanidade, alimentando interpretações que lançaram mão de visões grandiosas e idealizadas das fontes originais da civilização européia, visões estas que foram divulgadas repetidamente nos livros de viagem que ganharam um público leitor cativo e chegaram a atingir os grandes pensadores europeus. O filósofo Kant, por exemplo, elaborou uma nova interpretação da teoria astronômica e ártica de Bailly, determinando o Tibet como o lugar de origem da humanidade (Poliakov 1996:185-186).

A associação entre o romantismo e o orientalismo é bem conhecida e seus expoentes se voltaram para a Índia em busca das raízes da cultura européia e das origens da humanidade.⁴ A combinação da exaltação do primitivo com a espiritualidade e o orientalismo permearam o idealismo e o romantismo. Ambos os movimentos inspiraram vertentes que apoiaram a valorização da origem ariana dos povos europeus, cujo resultado foi a legitimação da superioridade “natural” das civilizações derivadas dos “antigos e nobres troncos arianos”. Diz Poliakov:

“Adotando por um momento o estilo de Herder, poder-se-ia dizer que os alemães, tentando desvencilhar-se da filiação

(3) As traduções deste e dos trechos a seguir retirados do citado livro de Poliakov são de minha autoria.

(4) Said (1990) analisa o surgimento do orientalismo como campo de saber.

judáico-cristã, logo responderam a estas aspirações; com Schopenhauer a Alemanha desejou ser filha da Índia e do budismo, com Nietzsche, filha da Pérsia e seguidora de Zarathustra. É certamente verdade que Herder, com seus anseios pelo primitivo, com seus exageros e também com seus lampejos geniais, parece ter ao mesmo tempo antecipado e aprofundado as contradições do romantismo alemão, e talvez não apenas da Alemanha” (Poliakov 1996: 187).

Foi neste sentido que o orientalista Raymond Schwab afirmou ter sido Herder o iniciador da voga de exaltação do primitivo e do infantil na cultura ocidental, admiração esta evocada até os dias de hoje pelos intelectuais e artistas, quando exauridos pelo racionalismo ocidental (Poliakov 1996: 187).⁵

Para o autor de *The Aryan Myth*, uma das linhas de reflexão derivada destas conjecturas vinculava a origem da espécie humana à origem da língua, considerando-as questões distintas, porém relacionadas. O maior debate girava em torno das possibilidades de determinação da língua falada por Adão ou da língua original da humanidade. Mais uma vez, esta discussão, atravessada por contendas ideológicas, antepunha os defensores da interpretação literal da Bíblia aos defensores de uma visão mais heterodoxa dela, cujo escopo repousava, ao menos na Alemanha, num mal estar relativo ao parentesco dos germânicos aos semitas-judeus, o que desembocou numa tentativa, encetada pelos intelectuais europeus, de desvinculação de ambas as civilizações. No entanto, vozes dissonantes podiam ser ouvidas neste debate. Johann-David Michaelis (1717-1791) da Universidade de Göttingen, embora fosse o maior estudioso do hebreu de sua época e um dos fundadores da Escola Exegese Superior da Bíblia, militava contra a emancipação dos judeus, recusando-se a aceitar a genealogia de Noé como fato histórico comprovável. Apesar da existência de posições como a acima elencada, persistiram nas principais academias alemãs defensores ferrenhos da veracidade da Bíblia e do relato de Noé (Poliakov 1996: 189).

Neste quadro, posições intermediárias começaram a surgir, como a professada por Ludwig Von Schlözer (1735-1808), que considerava o relato bíblico do Dilúvio como verdade, mas tinha dúvidas a respeito da veracidade do episódio de Babel. Apesar da desqualificação da Bíblia como um todo como verdade histórica, foi Von Schlözer que introduziu o nascimento de Jesus como ano zero da história ocidental e propôs a divisão das línguas entre semítica e jafética, incluindo o persa (língua que teria dado origem ao tronco ariano) (Poliakov 1996: 188-189).

Além disso, o crescente interesse sobre a Índia estimulou novos estudos lingüísticos, como foi o caso do francês, Anquetil du Peyron, que tendo ido para a Índia como soldado, dedicou-se ao estudo da língua dos pársis. Note-se que o primeiro interesse dos europeus esteve voltado para o estudo do persa. Seria por meio dele é que se fez a aproximação ao conhecimento da Índia propriamente dita, isto até pelo menos os finais do XVIII. A mudança de perspectiva se deu com a conquista da Bengala pelos ingleses, o que suscitou a fundação da *Asiatic Society of Calcutta*, em 1784. Note-se, no entanto, que a “renascença orientalista”, cujo maior impulso deveu-se à ação dos próprios intelectuais britânicos, causava desconforto aos ingleses, pouco à vontade com a idéia de serem aparentados aos nativos de pele escura, subordinados ao Império Britânico. Na verdade, a valorização do arianismo e dos arianos como fonte originária da cultura ocidental, colocava os ingleses em posição pouco confortável, numa situação inversa a vivida pelos intelectuais germânicos cujo maior desafio era responder às questões ligadas a origem semítica da humanidade e o parentesco entre europeus e povos do Oriente Médio. Em decorrência, as discussões a respeito da veracidade da Bíblia e a aceitação da descendência das línguas européias do tronco indo-europeu se desenvolveu na Inglaterra num cronograma diferente dos países da Europa continental. Apesar disso, grande parte do estudo e divulgação da cultura ariana se deveu à ação de estudiosos ingleses, como bem demonstra Thomas Trautmann em seu livro a respeito do desenvolvimento dos estudos eruditos sobre o arianismo na Grã-Bretanha (Trautmann 1997: 28-29).

A partir dos anos de 1780, os administradores ingleses na Índia, parte dos quais se caracterizava por serem eruditos e estudiosos do hinduísmo, se associaram aos brâmanes, muitos deles também contratados pela administração inglesa, e começa-

(5) Sobre a conexão entre a criatividade artística e o primitivismo no pensamento ocidental, ver Torgovnick (1996: 3-22).

ram a traduzir para o inglês (passando pelo persa) as antigas leis e textos sagrados hinduístas. O poeta e jurista inglês, William Jones foi nomeado, em 1783, juiz da Corte Superior da Bengala, dando início a uma nova fase dos estudos orientalistas. Ele se pôs a estudar diretamente o sânscrito, tornando-se um dos principais estudiosos do hinduísmo e das línguas arianas (Poliakov 1996: 189-190 e Trautmann 1997: 40-52). Foi a partir destes estudos que Jones se convenceu da possibilidade de traçar analogias bem próximas entre a mitologia hindu e greco-latina. De acordo com Jones: “*Existe uma similaridade marcante entre os principais objetos de culto na Grécia e Itália antiga e o país que agora habitamos. ...*” (apud Poliakov 1996: 190). Estabelecendo as linhas de descendência e a conexão entre as línguas, ele propôs um esquema histórico explicativo da origem e difusão das línguas e civilizações humanas o qual, por sua vez, confirmava o relato bíblico de Moisés e seus filhos. Segundo Trautmann, em síntese, as conclusões a que chegou Jones foram:

1. Persas, hindus, romanos, gregos, egípcios e etíopes falavam a mesma língua e professavam a mesma religião.
2. Judeus, árabes, assírios, os falantes do siríaco e abissínicos possuíam uma língua ancestral comum, diferente das línguas arianas.
3. O terceiro ramo, não conectado aos anteriores, era o tártaro.
4. Na origem Deus havia criado apenas um casal humano, mas à medida que eles se reproduziram, a tendência foi a da dispersão, formando novas línguas, governos e códigos de leis.
4. O lugar original dos primeiros homens havia sido o Irã, local de onde os três ramos haviam emigrado.
5. Os episódios bíblicos como os do Dilúvio e da Torre de Babel eram verdades históricas e puderam ser localizados nos textos sagrados hinduístas.
6. A língua original da humanidade, falada por Noé, não pôde mais ser encontrada, apesar dos esforços dos filólogos.

7. Dos filhos de Moisés, o ramo jafético se espalhou pelo norte da Europa e lançou-se nos oceanos. Tendo sido pastores nômades, não cultivaram a escrita. Os descendentes de Ham inventaram o alfabeto, a astronomia e outras artes, povoando a Índia e a África. Mais tarde passaram para Grécia e Itália, outros atravessando as montanhas chegaram à China e ainda, parte destes, indo ainda mais além, chegaram ao México e Peru. Já os descendentes de Shem teriam povoado a península arábica (Trautmann 1997: 51-52).

O modelo interpretativo proposto por W. Jones foi reinterpretado por Friederich Schlegel, o qual, por seu turno, estabeleceu correlações antropológicas às semelhanças detectadas entre os indo-europeus no âmbito da língua, entendida como monumento cultural principal, cuja associação a outras características comuns, analisadas em conexão com a filologia, tais como os mitos, hábitos e costumes, formavam o conjunto analítico daquilo que se denominava teoricamente como uma civilização. Desta forma, Schlegel estabeleceu pioneiramente uma relação direta entre língua e raça, abrindo caminho para construção do mito da raça ariana. Embora Schlegel tenha sido um romântico de primeira geração, menos comprometido com aspectos irracionais e regressivos que caracterizaram o auge da ideologia romântica na Europa e, além disso, não estivesse ao menos conscientemente comprometido com o anti-semitismo, concebeu e deu forma ao mito da raça ariana. Note-se, no entanto, que a militância política de Schlegel o havia levado a envolver-se na campanha a favor da emancipação judaica, tendo inclusive se casado com uma judia, filha do filósofo Mendelssohn. Embora incensado por sua concepção da raça germânica, mais tarde foi acusado pelos nazistas de carecer de instinto de raça (Poliakov 1996: 190-191).

A visão de Schlegel foi fundamental na Alemanha, ligando os arianos do norte da Índia à idéia de um alto desenvolvimento intelectual, uma civilização de guerreiros e sacerdotes vegetarianos que, por alguma força magnética obscura, haviam se tornado carnívoros e imigrado, formando colônias. Embora ele próprio tenha sempre se atido a aspectos mais gerais desta construção ideológica, seus seguidores deram o passo em direção a ligar o mito ariano ao nacionalismo germânico, a começar por seu irmão August-Wilhelm Schlegel, passando por Goethe, Hegel, e se difundindo rapidamente pela França (Poliakov 1996: 192-193).

Como notou Trautmann, o pensamento das ciências humanas dos séculos XVIII e XIX se guiava por dois paradigmas: o da escada e o da árvore. O primeiro, dominante na antropologia da segunda metade do XIX, orientava suas análises inspirando-se na estrutura de uma escada, a qual, por meio da evolução, conduzia a humanidade a uma progressiva sucessão de formas hierarquizadas. Já a segunda visão, aquela que via as nações⁶ como parte de uma árvore de muitos galhos, conduzia as interpretações dos lingüistas, marcando igualmente o pensamento etnológico e concebia o desenvolvimento humano por meio de uma sucessão de ramos aparentados, partindo de um tronco comum. Nesta visão, as nações humanas poderiam estar divididas em culturas-tronco ou mães e culturas derivadas ou filhas, mas elas não estavam hierarquizadas de forma evolutiva. A visão da árvore marcou a lingüística histórica do século XIX e foi predominante na biologia, tendo Darwin deixado claro na *Origem das Espécies* que o conceito vinha da lingüística e da etnologia para a biologia, e não ao contrário. Note-se que, em princípio, tanto o paradigma da escada quanto o da árvore eram monogenistas, sendo que o segundo, aquele da escada, servia para asseverar a veracidade da Bíblia e era a chave da chamada “etnologia mosaica”.i. é, derivada de Moisés (Trautmann 1997: 9).

No livro *The Invention of Primitive Society*, Adam Kuper mostra que um dos primeiros modelos explicativos da origem das civilizações americanas, perpassado pelas discussões que antepunham o monogenismo ao poligenismo, encontra-se no campo das discussões filológicas e misturava raça e língua, porém dando primazia à língua. Um dos debates mais significativos a este respeito era aquele que opunha os arianistas aos defensores da proeminência dos semitas na origem da civilização, debate este que alcançou grande impacto tanto nos estudos filológicos europeus quanto nos nascentes estudos arqueológicos e lingüísticos nos EUA. Esta disputa teórica, estabelecendo um campo de discussões na América do Norte teve, por seu turno, grande ressonância na América Latina. Samuel Haven, por exemplo, em sua obra *Arqueologia dos Estados Unidos*, publicada em 1856 pelo Smithsonian Institution, reviu em detalhe os estudos lingüísticos das línguas

americanas, enfatizando a conclusão de Albert Gallatin que asseverava que, tendo estas línguas se desenvolvido isoladamente daquelas faladas nos outros continentes, acabaram por desenvolver apenas entre si mesmas características comuns. Ainda de acordo com o citado filólogo, o aspecto definidor mais importante para a análise destas línguas residia naquilo que Alexander Von Humboldt (1769-1859) havia chamado de processo de “aglutinação”, que se definia como um sistema de colagem que permitia que as línguas acumulassem um grande número de significados utilizando-se de uma só palavra (Kuper 1988: 50). Além disso, ao refletir sobre os estudos fisiológicos poligenistas, Haven rejeitou suas conclusões, optando pela interpretação filológica monogenista. Escrutinando as novas descobertas da arqueologia este autor concluía que:

*As deduções derivadas das investigações científicas, filológicas e fisiológicas, tendem a provar que as raças americanas possuem grande antigüidade. Suas religiões, doutrinas, superstições. e artes, similares àquelas das eras mais primitivas da humanidade. Todas as suas características mostram afinidades com as primitivas condições das raças asiáticas.*⁷

Uma visão panorâmica das discussões filológicas possibilita a recuperação dos principais debates em tela no período. Como já vimos anteriormente, os filólogos europeus estabeleceram as relações entre as línguas sempre considerando que, mesmo de maneira distante, todas as línguas européias eram aparentadas ao sânscrito, sendo seu lugar de origem a Índia. Quanto à língua semita, acreditava-se que era igualmente derivada do sânscrito e originária da Ásia.

O professor de sânscrito de Oxford, Max Müller (1823-1900), o maior filólogo de sua época e grande divulgador da filologia comparada, disseminou a idéia da existência de um terceiro ramo, que ele denominou de “turániana”. Este ramo lingüístico estaria dividido geograficamente entre norte e sul. Em seu setor norte, as línguas turánianas incluiriam a Turquia, a Finlândia, a Mongólia e o País Basco e, em seu ramo sul, as regiões tropicais, nas quais se encontrariam a maior parte ou mesmo todas as outras línguas do mundo, do tâmil (a principal língua indiana dravídica, não

(6) O termo nação aqui está sendo utilizado na sua acepção do século XIX, significando povo, grupo étnico ou tribo.

(7) Samuel Haven, *Archaeology of the United States*, citado em Kuper (1988: 51).

relacionada ao sânscrito) às línguas dos índios americanos. Note-se aqui a concepção de uma oposição constante entre norte e sul (Kuper 1988: 51-52).

Como sublinha Kuper, a interpretação de Max Müller considerava que as línguas turanianas do sul formariam um grupo bem diversificado possuindo apenas poucas características lingüísticas comuns. Müller acreditava que os povos turanianos, por serem nômades, possuíam línguas abertas, vulneráveis tanto a muitas mudanças quanto ao surgimento de dialetos variados. Conforme argumentava ele, os termos denominativos de parentesco, por exemplo, mostravam-se estáveis nas línguas arianas, mas não nas turanianas. No entanto, embora as palavras mudassem, os conceitos podiam ficar estáveis. Elas também, segundo Müller, possuíam a característica determinada pela análise lingüística proposta por Humboldt, de serem línguas de tendência à aglutinação (Kuper 1988: 52).

Ainda seguindo a análise proposta por Kuper, Max Müller, utilizando-se da tipologia proposta por A. Humboldt, que classificava as línguas segundo seus princípios gramaticais, conceituados como os de “isolamento, aglutinação e inflexão”, propôs o ordenamento dos troncos lingüísticos numa escala de desenvolvimento progressivo. No primeiro estágio e mais atrasado, se encontrariam as línguas caracterizadas pelo isolamento, nas quais cada palavra consistia de uma única raiz estável. Num estágio superior se encontrariam aquelas caracterizadas pela aglutinação, nas quais as raízes se colariam para formar novas palavras. Finalmente, as línguas colocadas no estágio mais desenvolvido se caracterizavam pelo amalgamamento, no qual, as inflexões das raízes originais, antes simplesmente coladas, se amalgamariam formando verdadeiras novas palavras.

Segundo o esquema proposto, as línguas turanianas do sul caracterizavam-se pela aglutinação, enquanto as turanianas do norte, assim como indo-européias e semíticas, por serem amalgamadoras, se encontravam em um estágio posterior e mais desenvolvido da aglutinação. Neste sentido, embora esta interpretação concordasse que todas as línguas possuíam uma origem una e comum, em termos lingüísticos, a Europa, Oriente Médio e norte da Índia estavam conectados por línguas aparentadas que se opunham àquelas dos trópicos. No entanto, embora as línguas européias fossem de amalgamamento elas, no passado, haviam sido de aglutinação e, antes ainda, isoladas (Kuper 1988: 52-53).

Buscando responder às questões a respeito do desenvolvimento dos povos tendo por guia a

análise da lingüística histórica, Müller propôs um modelo sintético que opunha a categoria de primitivo, anárquico, nômade disperso, com povos falantes de língua de aglutinação em estado de contínua mudança à de sociedades agrícolas, centralizadas e civilizadas, com elites capazes da escrita, possuidoras de línguas mais estáveis e avançadas, caracterizadas pela amalgamação. Müller acatava a divisão da humanidade entre os superiores arianos e semitas e os inferiores turânios, porém, ao mesmo tempo, o modelo por ele utilizado reafirmava a existência de uma só origem da humanidade, asseverando o paradigma monogenista do desenvolvimento da humanidade em forma de árvore (Kuper 1988: 53-54).

O famoso etnólogo norte-americano, Lewis Morgan (1818-1881), nos anos de 1850, estudando e comparando os iroqueses, ojibwas e outros grupos indígenas norte-americanos, concluiu que eles possuíam termos denominativos de parentesco com raízes lingüísticas comuns. Buscando nos filólogos, sobretudo em Max Müller e J.S. McIlvaine, as bases para compreensão deste fato, Morgan concluiu que os povos indígenas norte-americanos eram turanianos e que as estruturas lingüísticas do complexo sêneca-iroquês era similar ao do tâmil-telegu (dravídico). Isto o levou a concluir a origem asiática dos índios norte-americanos. O sistema de parentesco montado por Morgan vai se inspirar e correlacionar as instituições sociais básicas dos grupos étnicos norte-americanos aos estágios lingüísticos (Kuper 1988: 49-56).

Os tupis e a turânia: o contexto latino-americano e os intelectuais brasileiros

No Brasil, assim como em outros países da América Latina (Peru e México, obviamente devido ao desenvolvimento das antigas civilizações indígenas, mas também Argentina, Venezuela, entre outros) estas discussões vão encontrar eco e vou aqui apenas citar algumas delas.

Já em 1858, Gonçalves Dias (1823-1864) escrevia o estudo *Brasil e Oceania* no qual ele se perguntava a respeito da origem do homem americano (Gonçalves Dias s/d).⁸ Note-se que seus

(8) Este texto de Gonçalves Dias foi publicado originalmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1858.

argumentos seguiam os passos das discussões acima elencadas, que entre outros temas opunha, em termos lingüísticos, um norte mais desenvolvido a um sul atrasado, na figura da turânia do sul. Seguiu Gonçalves Dias igualmente a hipótese de Lewis Morgan que afirmava serem os grupos indígenas do norte mais desenvolvidos que os do sul. O próprio Morgan, para corroborar esta hipótese, havia tido que concluir que os astecas eram mais atrasados do que os iroqueses, em estudo no qual este teve que reinterpretar e contradizer as crônicas que unanimemente afirmavam a existência do estado e até de uma monarquia no México, em contraste com a estrutura de chefia e confederação dos índios pueblos norte-americanos (Kuper 1988: 68-70). Podemos acompanhar o eco destas discussões nas seguintes passagens de Gonçalves Dias: “*Em primeiro lugar para mim é fora de dúvida que a raça tupi, longe de ser autóctone, era uma última ou única raça conquistadora*” (Gonçalves Dias s/d: 4).

Na seqüência do texto, após elencar uma série de características da cultura material, dos hábitos, da linguagem que pretensamente confirmavam esta asserção, afirmava o citado autor:

“Há ainda outro exemplo tirado também da sua linguagem, e que parece provar concludentemente que os tupis eram conquistadores, e não os primitivos habitantes do país: é o uso de certas palavras, de certas frases, de certas interjeições, de que só as mulheres se serviam; enquanto os homens tinham outras da mesma ordem exclusivamente suas, para designar os mesmos objetos ou exprimir os mesmos sentimentos” (Gonçalves Dias s/d: 5).

Conclusão: os tupis formavam uma raça invasora superior que, vinda do norte, havia conquistado os grupos tapuias de origem mongol inferior e tomado suas mulheres. O resultado teria sido a decadência dos tupis mais civilizados, devido à sua integração a uma população mais bárbara e atrasada. A confirmação da proveniência setentrional dos tupis se encontraria inclusive na semelhança de seus costumes com os hurões e iroqueses. Além disso, existiriam três raças na América do Sul: a ando-peruano, a tupi e a pampeana, esta a mais atrasada (Gonçalves Dias s/d: 1-21).

Na segunda seção do livro, Gonçalves Dias tenta descrever, por sinal com certa carência de informa-

ções, os povos da Oceania, denominados como malaaios, polinésios e melanésios, procurando determinar características aproximativas destes grupos aos tupis. Embora não se reporte ao conceito de língua ou civilização turaniana, conceito cunhado quase simultaneamente ao seu trabalho de 1858, parece que o autor segue os passos aconselhados por M. Müller e vê os povos da Oceania como possíveis turanianos e provavelmente aparentados aos tupi. Assevera o autor que os malaaios-maometanos estavam em estágio civilizatório superior aos tupis, já os polinésios conformavam uma cultura em certos termos similar à dos tupis (civilização bárbara mas completa) e os melanésios (negros) eram inferiores. Embora a ligação não esteja explicitada, supõe-se a possível unidade ou descendência entre polinésios e americanos, na figura dos tupi.⁹

Ainda dois autores devem ser lembrados no quadro desta discussão. O primeiro, Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878) em seu texto *L'origine tourainienne des américains tupi-caribes et des anciens égyptiens* de 1876 propugnava que os tupis eram um povo invasor, vindo do norte, aparentado originalmente aos egípcios e fenícios.¹⁰ Estas suas hipóteses não se caracterizavam, no entanto, como conclusões de última hora pois, já em 1851 ele afirmava que:

“Temos idéia de haver lido que o uso antigo de chamar-se à gente por tios procede do tempo dos fenícios e egípcios. Sendo assim teríamos nestes fatos mais um ponto de contato para a possibilidade de relações outrora entre o Egito e a América, acerca do que o Lord Kingsborough apresentou tantas probabilidades. É certo que a mesma expressão tupi quer dizer tio, segundo Montoya . . .” (Varnhagen 1851: 408).¹¹

(9) Estas afirmações constam da segunda parte do livro, caps. I a IV (Gonçalves Dias s/d: 243-355).

(10) Alguns dos argumentos e informações aqui apresentados a respeito de Varnhagen apoiam-se na dissertação inédita de Laura Nogueira de Oliveira (2000).

(11) Lord Kingsborough, Visconde Edward King (1795-1837), que aparece no texto, foi um dos principais estudiosos e financiador de viagens de pesquisa ao México e acreditava serem os mexicanos descendentes de uma das Doze Tribos de Israel. Ele coligiu e publicou a importante série *Antiquities of Mexico: comprising facsimiles of ancient Mexican paintings and hieroglyphics*, publicada em Londres entre 1830 e 1848.

Em linhas gerais, Varnhagen acreditava que os tupi conformavam uma raça invasora e possuidora de uma língua altamente desenvolvida, que guardava traços de elegância e sutileza comparáveis ao grego e ao egípcio e que haviam entrado em processo de decadência na América. Os tupi deveriam descender de um povo adiantado que haveria conquistado, em alguma época, toda a América. Seriam estes conquistadores provavelmente descendentes das raças uralo-altaicas, de origem turaniana. Por não encontrar possibilidades concretas de comprovação, Varnhagen acaba concluindo que os americanos deveriam descender dos cários, povo da Ásia Menor, de tendência pirata, que desenvolvera uma civilização adiantada, porém instável, e que após a Guerra de Tróia teriam se retirado para a América, para escapar da vingança grega contra os povos derrotados. A não-existência de traços da civilização, escrita e língua específica dos cários seria conseqüência de sua tendência à instabilidade e pirataria, explicando, desta forma, sua miscigenação e posterior decadência na América, aonde teriam contatado os povos mais antigos e atrasados que aqui viviam (Varnhagen 1876 e Nogueira 2000: 90-100).

José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898) foi o autor que mais detalhadamente tratou de explicar a origem do homem e da civilização na América, sobretudo no Brasil. Em *O Selvagem* afirmava ele, certamente inspirado por Max Müller, que por sinal aparece citado muitas vezes ao longo do livro, sempre corroborando a importância do estudo das línguas e da filologia como estratégia para compreender os segredos das civilizações, que: “*Nenhuma língua primitiva do mundo, nem mesmo o sânscrito, ocupou tão grande extensão geográfica quanto o tupi e seus dialetos ...*” (Magalhães 1975 [1876]: 28).

Além da extensão geográfica alcançada pelo tupi, que a tornava “uma das maiores línguas da terra” (Magalhães 1975 [1876]: 28), esta possuía também, nas palavras de Couto de Magalhães, qualidades superlativas de beleza e elegância:

“Pelo lado da perfeição, ela é admirável; suas formas gramaticais, embora em mais de um ponto embrionário são, contudo, tão engenhosas, que na opinião de quantos a estudaram, pode ser comparada às mais célebres. Muitas questões hoje obscuras em filologia e lingüística encontrarão no estudo desta, que constitui uma nova família, a sua decifração.” (Magalhães 1975 [1876]: 28)

Note-se que nesta passagem Couto de Magalhães deixou claro que a principal língua indígena do Brasil, a língua nacional por excelência, projetava-se favoravelmente no contexto da lingüística histórica, podendo inclusive possibilitar, com seu estudo e deciframento, a evolução do conhecimento das línguas no âmbito dos debates europeus. Inspirado pela língua é que Couto vai fazer um estudo das civilizações e da origem do homem, em especial no Brasil. Em primeiro lugar, argumentava este autor que “*esta alta antiguidade do tronco americano, que o iguala aos mais velhos do mundo*” era uma verdade arqueológica, embora esta ainda não tivesse sido aceita pelos estudiosos europeus. Pois, segundo ele, continuava a pairar dúvidas quanto à antiguidade dos vestígios encontrados em terras brasileiras, que ainda careciam de datação mais precisa. No entanto, concluía Couto, os vestígios dos povos americanos deveriam ser anteriores à pedra polida e, portanto, “*a antiguidade do homem americano é grande, porque precede as primeiras imigrações dos Árias na Europa, e remonta até a data do período paleolítico da parte oriental daquela região*” (Magalhães 1975 [1876]: 34). A proposta de Couto é que as pesquisas arqueológicas deveriam ser desenvolvidas em áreas altas e montanhosas do Brasil, uma vez que seria aí que se poderiam encontrar os vestígios mais antigos.

Em seguida, Couto de Magalhães passa a discutir a questão da filiação lingüística do tupi, propondo sua localização em termos de desenvolvimento evolutivo no conjunto das línguas americanas e seu parentesco com as línguas asiáticas, isto é com o ramo ariano e não-dravídico. Segundo ele, as línguas americanas teriam todas chegado ao estágio de aglutinação, porém restaria indicar o verdadeiro parentesco que elas teriam entre si, sendo que para realização deste objetivo a estratégia mais correta seria o comparativismo. Para este autor, as línguas americanas se dividiriam em dois grandes grupos; um primeiro composto pelas línguas derivadas do tronco ariano e, um segundo, pelas línguas gerais não-arianas. No primeiro grupo, isto é, no das línguas americanas derivadas do tronco ariano, se localizariam o quéchua (Peru) e as línguas maias do quiche, do chaque-chiquel, (cakchikel) e do zutuil (tzotzil). No segundo grupo estaria o tronco tupi-guarani (Magalhães 1975 [1876]: 50). Na opinião de Couto de Magalhães se havia uma língua no Brasil derivada do tronco ariano, esta deveria ser o guaicuru (Magalhães 1975 [1876]: 52).

Já em relação às línguas “nobres” americanas, localizadas nas áreas dos antigos impérios maia e inca, este autor reconhece a configuração da língua como uma das expressões do desenvolvimento civilizatório, estabelecendo a origem e o desenvolvimento destes povos a um cruzamento com a grande família branca, isto é com as línguas arianas, tanto na forma do sânscrito quanto das línguas semitas, provenientes do Egito. Para tal, Couto de Magalhães segue a orientação do famoso Abade Charles Étienne Brasseur de Bourbourg (1814-1874) que havia sido, nos anos de 1860, o grande defensor das teorias da influência egípcia sobre os maias e da origem atlântida dos povos da antiguidade. Erudito, grande conhecedor das línguas mexicanas maia e nahuatl, o Abade havia desenvolvido uma carreira como especialista e pesquisador dos povos mexicanos até a década de 1860 quando, tendo se convencido de que teria sido a Atlântida o berço dos povos da antiguidade, passou a divulgar teorias pouco ortodoxas. Idéias estas que, apesar de terem sido fortemente criticadas pelos especialistas, ganharam considerável divulgação tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e na América Latina, chegando ao Brasil, como o comprova a argumentação de Couto de Magalhães no *Selvagem*.¹²

Com relação ao que Couto chama da língua dos incas, para ele o quéchua, a comprovação de sua filiação ao sânscrito, justificada devido à localização, em sua gramática de “centenas ou milhares de vocábulos sânscritos” aparece escorada no trabalho do estudioso argentino Vicente Fidel López (1815-1903) que havia, em princípio, comparado positivamente o quéchua com os textos sagrados dos *Vedas*. Mais tarde, apoiado no trabalho de um eminente egiptólogo europeu que havia visitado a Argentina, Fidel López publicou em francês uma obra que buscou comprovar esta hipótese, intitulada *Les Races Aryennes du Pérou, Leur Langue, Leur Religion, Leur Histoire*, que figurou na Exposição de Filadélfia de 1876.¹³

As conclusões de Couto de Magalhães a respeito da origem dos povos e das línguas americanas dos grandes impérios são muito claras. Segundo ele: “*Uma raça ariana, portanto, esteve largamente em contato com os índios americanos e os incas ou seus progenitores eram filhos dos plateaux ou araxás da Ásia Central*” (Magalhães 1975 [1876]: 51-52).

O enfoque das idéias destes três autores – Gonçalves Dias, F.A. Varnhagen e Couto de Magalhães – e de suas idéias a respeito da origem dos povos e línguas americanos e brasileiros permite que, embora sucintamente, se faça um quadro da importância destas discussões no ambiente intelectual latino-americano e brasileiro. Contextualizada pelas leituras de estudiosos europeus e, em menor medida, de autores norte-americanos nos campos da filologia, arqueologia, antropologia e etnologia, os intelectuais latino-americanos no século XIX buscaram estabelecer o lugar e a contribuição dos povos indígenas e de suas civilizações no conjunto das civilizações humanas. Reafirmando o monogenismo, conectando os povos americanos ao relato bíblico, à etnologia mosaica, à diáspora das Doze Tribos de Israel, à Atlântida e aos contatos nas duas direções com povos egípcios ou arianos antigos, os intelectuais latino-americanos do XIX pretendiam delimitar o lugar da civilização americana no grande painel dos povos da humanidade.

Estas idéias, extensamente discutidas na segunda metade do século XIX, vão ser reavaliadas no contexto intelectual dos anos de 1930, incorporando ao antigo debate, novas molduras provenientes tanto da evolução da arqueologia e da etnologia quanto pela incorporação de certas correntes intelectuais extra-acadêmicas que se tornaram muito populares tanto na Europa, quanto nos EUA e países da América Latina no início do século XX, como a teosofia. A discussão do panfleto de 1933 do famoso folclorista Luís da Câmara Cascudo (1899-1986), intitulado *O Homem Americano e Seus Temas*, é um bom exemplo desta tendência. É este um ensaio no qual o autor se propõe a tecer um balanço crítico das teorias então em voga a respeito da origem do homem americano. Tomando por base as diretrizes dos trabalhos apresentados no XXII Congresso de Americanistas, ocorrido em Roma em 1926 e que definiam como

(12) Sobre Brasseur de Bourbourg, ver Wauchope (1962: 19-21 e 44-48).

(13) Este livro de Vicente Fidel López foi publicado em Paris, pela editora de A. Frank, em 1871. Consta da folha de rosto uma edição do autor, impressa em Montevidéu.

certa a origem adventícia do homem americano e as migrações neolíticas pelo estreito de Behring como a rota fundamental de acesso às terras americanas, Câmara Cascudo vai discutir estas hipóteses contrapondo-as às teorias concebidas por intelectuais americanos, sobretudo latino-americanos. Teorias estas que, de forma geral, enveredavam por duas vertentes explicativas; uma primeira que defendia o caráter autóctone do homem americano ou ainda uma segunda que, embora aceitasse a hipótese adventícia, rebatia as conclusões a que haviam chegado os sábios europeus, considerando o povoamento do continente muito anterior e muito mais variado em termos culturais do que davam a supor a premissa das migrações mongóis, realizadas via estreito de Behring, tidas como únicas e exclusivas fontes do povoamento original da América pelos citados estudiosos europeus.

Igualmente, não se furta o autor a apresentar sua interpretação pessoal a respeito da questão, esta baseada em fontes heterodoxas, provenientes tanto da antropologia racial do século XIX, da antropometria, da glotologia, da arqueologia, quanto da teosofia. De fato, seguindo a sugestão proposta por Haeckel, entre outros, e abraçada por intelectuais americanos, e cujo escopo foi extensamente desenvolvido por Mme. Helena P. Blavatsky (1831-1891), em *Ísis sem Véu* (1872) e *A Doutrina Secreta* (1888), Câmara Cascudo postula a existência dos continentes da Lemúria e da Atlântida, como berço da origem da vida e da civilização humanas. Segundo o autor, a existência dos continentes perdidos surgia como explicação mais abrangente e satisfatória dos intricados argumentos a respeito dos insolúveis problemas e mistérios que ainda pesavam sobre a determinação da origem da vida humana no Novo Mundo.

O partido que toma Câmara Cascudo a respeito da origem do homem nas Américas o coloca no âmbito das discussões dos cientistas-naturalistas e antropólogos americanos, que, desde pelo menos a segunda metade do século XIX, vinham postulando a filiação das grandes civilizações americanas – sobretudo a maia, asteca e inca – às civilizações clássicas – principalmente egípcia, cartaginesa, grega ou turaniana – e as línguas americanas – nahuatl, quéchua, aimará, tupi, entre outras – ao então considerado pelos defensores da tese dos continentes perdidos e pelos teosofistas

como o principal tronco lingüístico civilizado, isto é o ariano/indo-europeu. Portanto, o ponto de vista de Câmara Cascudo, assim como o de diversas gerações de intelectuais e cientistas americanos é, pode-se dizer, difusionista,¹⁴ e tem como questão fundante a reflexão sobre o papel das culturas e do homem americanos no grande conjunto das civilizações.

Para Câmara Cascudo, o problema central na discussão do problema da origem do homem americano não reside na ausência de pesquisas de caráter arqueológico, antropológico ou lingüístico interessadas no deslindamento deste importante assunto, muito menos se encontra escassez de fontes materiais ou culturais que se prestem às reflexões dos estudiosos. De fato, para o autor, o mais grave problema a ser enfrentado no deslindamento da questão da origem da civilização na América encontra-se no aspecto fortemente ideológico do problema. A leitura deste ensaio deixa claro que para Câmara Cascudo – e, para muitos intelectuais de sua geração – a delimitação da origem do homem e da cultura americanos se integra fortemente na base da construção de uma identidade americana e latino-americana. Neste sentido, o autor esclarece desde o início de sua argumentação que considera os cientistas europeus, que tão freqüentemente têm visitado e estudado os restos materiais e a fontes culturais americanas, parciais e guiados por asserções preconcebidas que os tornam muito propensos a considerar desde logo a origem adventícia e relativamente recente do homem americano como um axioma indiscutível, que viria a corroborar o caráter subsidiário da cultura americana frente à civilização européia.

(14) A idéia de que alguns artefatos básicos das culturas humanas, como a cerâmica, o arco e flecha, entre outros, teriam sido inventados por determinado grupo humano e se difundido pelo mundo, criando blocos culturais, começou a ser colocada em discussão com os livros de Friedrich Ratzel. *Anthropogeographie* (1882-91) e *The History of Mankind* (1885-8), cuja edição inglesa de 1896 traz uma introdução escrita pelo célebre antropólogo E.B. Tylor. Franz Boas (1858-1942) levou esta discussão para a etnologia norte-americana, acrescentando o relativismo cultural e a interpretação de uma absorção peculiar por cada grupo dos elementos culturais difundidos (Trigger, 1989: 150-155). A visão expressa por Câmara Cascudo neste texto parece estar escorada numa interpretação um tanto quanto vulgarizada do difusionismo.

Assumindo uma postura americanista e nacionalista, Câmara Cascudo vai discutir o axioma da origem advéncia do homem americano, contrapondo as teorias dos “sábios europeus”, que o autor acusa serem mais “doutrinas intocáveis” do que hipóteses científicas, aos estudos realizados por estudiosos americanos, cujas conclusões pendem para o pólo oposto, optando pela origem autóctone ou pelo menos muito antiga da humanidade americana. Segundo o autor, o aspecto complicador deste trecho de conclusões, que redundava na dificuldade de se estabelecer as bases seguras para determinação da origem do homem americano é a falta de consideração, por parte dos europeus, das pesquisas realizadas pelos eruditos americanos, cujas conclusões foram sistematicamente desconsideradas, por razões escoradas no mero preconceito e arrogância dos estrangeiros.

Procurando sanar o que ele denomina de silêncio preconceituoso, Câmara Cascudo, no decorrer do ensaio, procura apresentar as pesquisas, achados e conclusões daqueles que ele considera como os principais estudiosos da questão da origem do homem na América. É com este objetivo que nomes como o de Florentino Ameghino (1853-1911), de origem argentina e autor da tese da origem pampeana do homem americano, apresentada em *La Anteguedad del Hombre en el Plata*, de 1915 e Rafael Requena, médico venezuelano e estudioso das antigas civilizações indígenas do norte de seu país e autor do livro *Vestígios de la Atlántida*, de 1932, aparecem neste ensaio, reputados como a expressão cultural que honra todo o continente. Igualmente estão aqui citadas as hipóteses de Peter Wilhelm Lund (1801-1880) da metade do século XIX, baseadas no exame dos fósseis localizados na Lagoa Santa, em Minas Gerais, cujas suposições embora aparentemente viessem a confirmar a premissa européia do caráter adventício da “raça americana”, a contradizia mortalmente. Afirmava Lund que o homem americano não só era contemporâneo dos animais de grande porte – e, portanto, lançava para o passado remoto as migrações para o continente americano – como o próprio território americano, ou pelo menos o *plateau* central brasileiro era, sem dúvida, a porção mais antiga do mundo e já conhecia a vida humana quando outras partes do globo ainda jaziam submersas nos oceanos.

A hipótese de Lund, assim como de outros estudiosos americanos (por origem ou adoção), cujas idéias e hipótese foram entusiasticamente apresentadas por Câmara Cascudo no decorrer deste ensaio, acabam por levantar o problema fundamental subjacente à discussão da origem do homem nas Américas, que é o da datação e das origens étnicas das possíveis levadas migratórias que teriam dado origem às civilizações indígenas no continente. É neste ponto que Câmara Cascudo postula a factibilidade da existência dos continentes perdidos, o que, segundo ele, viria a explicar cabalmente o mistério de muitos resquícios e ruínas de civilizações extremamente sofisticadas em regiões onde o colonizador encontrou apenas selvagens – como seria o caso, lembra o autor, da Ilha do Marajó, no norte do Brasil - como viria a demonstrar a unidade da família humana e das civilizações, colocando em pé de igualdade diferentes culturas, línguas e civilizações, nas quais o homem americano e sua cultura encontrariam o justo lugar.

Civilizações perdidas e reencontradas nos vestígios deixados por povos e costumes misteriosos, línguas e escritas desconhecidas e impossíveis de serem decifradas – todos estes motivos alimentaram a imaginação do homem do século XIX, justificando o surgimento de teorias imaginativas, baseadas no indecifrável ou no improvável. No entanto, por trás dos continentes perdidos e das sacerdotisas egíptio-maias corria todo um campo teórico de debates que procurava repensar a origem do homem e das civilizações a partir dos e em confronto com os parâmetros científicistas do XIX. Todos sabemos que a partir de meados do XIX as correntes de pensamento dominantes no campo das ciências do homem se apressaram por buscar seu lugar no novo panteão das ciências, cujo passe de entrada parecia exigir que se abjurasse o dogma cristão da origem una da humanidade. Outras correntes, porém, às vezes percorrendo caminhos pouco ortodoxos, buscaram reintegrar as grandes questões do humanismo, reafirmando a origem única dos homens e de suas civilizações sob uma roupagem que reivindicava uma nova ciência, regida por aquilo que na ascensão inexorável do paradigma científicista só poderia se manifestar na forma do esotérico, do misterioso e do intangível. É esta recusa de se submeter aos princípios científicos do século XIX, baseados no racismo, que parece ter movido a

história da busca das origens perdidas do homem e de suas civilizações. Seria também a visão humanista que permeava esta busca e suas teorias

imaginativas que explicaria porque, embora derrotadas pela ciência, elas permaneçam tão populares nos dias de hoje.

MACHADO, M.H.P.T. Tupians and Turanians: hypotheses on the origins of man and civilization in the Americas in the nineteenth and early twentieth centuries. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 3-16, 2002.

ABSTRACT: This article examines nineteenth and early twentieth-century theories on the origins of man and civilization in the Americas. Following an analysis of these theories within the European and North American contexts, the discussion focuses on Latin American (especially Brazilian) intellectuals who wrote on the development of pre-Columbian civilizations and on the role of ancient America in the history of civilization. In order to understand the impact of these debates on the emerging fields of Latin American archaeology and anthropology, this article analyzes different aspects of the development of comparative philology, ethnology, and anthropology, which contributed to the edification of the theoretical and ideological monument that came to be known as Indo-European civilization.

UNITERMS: Americanism – Hypotheses on the Origins of Civilization – Comparative Philology.

Referências bibliográficas

- CÂMARA CASCUDO, L.
1992 *O Homem Americano e seus Temas*. Natal:
[1933] Imprensa Oficial (Ed. fac-similar, Mossoró:
Coleção Mossoroense, Série C, vol. 746, 1992).
- GONÇALVES DIAS, A.
s/d *Obras Póstumas. O Brasil e A Oceania*. Paris:
H. Garnier.
- KUPER, A.
1988 *The Invention of Primitive Society*. Londres:
Routledge.
- LE PLONGEON, A.
1886 *Sacred Mysteries among the Mayas and the
Quiches, 11.500 Years Ago. Their Relation to
the Sacred Mysteries of Egypt, Greece,
Chaldea and India. Free Masonry in Times
Anterior to the Temple of Solomon*. Nova
Iorque: Macoy.
- LE PLONGEON, A.
1900 *Maya/Atlantis. Queen Moo and The Sphinx*.
[1876] Ed. fac-similar. Kila: Kessinger
- LÓPEZ, V.F.
1871 *Les Races Aryennes du Pérou. Leur Langue,
Leur Religion, Leur Histoire*. Paris: à la Librairie
A. Franck; Montevédu: edição do autor.
- MAGALHÃES, J.V.C.
1975 *O Selvagem*. Belo Horizonte e São Paulo:
Itatiaia/Edusp.
- OLIVEIRA, L.N.
2000 *Os Índios Bravos e o Sr. Visconde: Os
Indígenas Brasileiros na Obra de Francis-
co Adolfo Varnhagen*. Dissertação de
Mestrado (inérita), FAFICH-UFMG, Belo
Horizonte.
- POLIAKOV, L.
1996 *The Aryan Myth: a History of Racist and
Nationalistic Ideas in Europe*. Trad. E.
Howard. Nova Iorque: Barnes and Noble.
- SAID, E.
1990 *Orientalismo: o Oriente como invenção do
Ocidente*. Trad. T.R. Bueno. São Paulo:
Companhia das Letras.
- TORGOVNICK, M.
1996 *Primitive Passions. Men, Women, and the
Quest for Ecstasy*. Chicago: University of
Chicago Press.
- TRAUTMANN, T.
1997 *Aryans and British India*. Berkeley: University
of California Press.

MACHADO, M.H.P.T. Os Tupis e a Turânia: hipóteses sobre a origem do homem e da civilização nas Américas na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 3-16, 2002.

TRIGGER, B.

1989 *A History of Archaeological Thought*.
Cambridge: Cambridge University Press.

VARNHAGEN, F.A.

1851 Breves Comentários à Precedente Obra de Gabriel Soares de Souza. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XIV.

1876 *L'Origine Touranienne des Américains Tupi-*

Caribes et des Anciens Égyptiens, Montrée Principalement par la Philologie Comparée, et Notice d'une Ancienne Migration en Amérique, Invasion du Brésil par les Tupis.
Viena: Lib. I. et R. de Faesy & Frick.

WAUCHOPE, R.

1962 *Lost Tribes & Sunken Continents. Myth and Method in the Study of American Indians*.
Chicago: University of Chicago Press.

Recebido para publicação em 14 de junho de 2002.

TERRITORIO DE EXPLOTACIÓN DE RECURSOS LÍTICOS EN LOS ANDES CENTRALES ARGENTINOS DURANTE EL PLEISTOCENO FINAL – HOLOCENO TEMPRANO

Alejandro García*

GARCIA, A. Territorio de explotación de recursos líticos en los Andes Centrales Argentinos durante el Pleistoceno final – Holoceno temprano. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 17-24, 2002.

RESUMO: Os dados de artefatos líticos do abrigo Agua de la Cueva – Sector Sur, ao lado dos registros arqueológicos de fauna, dos recursos vegetais potencialmente disponíveis e das estruturas de recursos correntes da área, possibilitam o estudo de alguns aspectos relacionados à exploração do território do sítio durante o povoamento inicial dos Andes Centrais argentinos (ca. 11.000 – 7.500 anos C¹⁴ AP). São observadas uma acentuada tendência à captação de recursos locais e indicações de uma extensão trans-regional dos sistemas de assentamento/subsistência que incluíram o sítio durante o Pleistoceno final–Holoceno inicial.

UNITERMOS: Exploração de recursos – Andes Centrais argentinos – Transição Pleistoceno-Holoceno.

Introducción

Durante el Pleistoceno final el hombre ya explotaba variados ambientes de los Andes Centrales Argentino-Chilenos. La transición hacia condiciones climáticas más cálidas y el retroceso de los glaciares cordilleranos permitieron la ocupación de sectores montañosos hasta entonces inaccesibles. Uno de los sitios habitados en ese período se encuentra en el cordón precordillerano oriental de los Andes, a ca. 2.900 m s.n.m. Se trata de un extenso alero denominado Agua de la Cueva-Sector Sur, que funcionó como base residencial desde c. 11.000 años C¹⁴ AP (García *et al.* 1999). Allí se recuperó un abundante registro arqueológico, constituido fundamentalmen-

te por restos faunísticos y artefactos y desechos líticos. Este registro ofrece información relevante sobre variados aspectos relacionados con la movilidad y el aprovechamiento del espacio y los recursos. Esta clase de tópicos, provechosamente abordada en otras áreas (*e.g.* Vita Finzi *et al.* 1970; Bailey *et al.* 1983), ha sido escasamente tratada en la región debido a la escasez y características de la mayor parte del registro arqueológico pleistocénico, que corresponde a sitios interpretados como lugares de caza (Varela *et al.* 1993; Núñez *et al.* 1994; Lagiglia 1979). Para contribuir a llenar ese vacío, en el presente artículo se brinda información relacionada con las materias primas líticas y sus fuentes de aprovisionamiento, y, tomando en consideración datos sobre los recursos faunísticos y vegetales, se analizan estos antecedentes en función de la determinación del alcance del territorio de explotación del sitio Agua de la Cueva - Sector Sur durante el Pleistoceno final y el Holoceno temprano.

(*) CONICET – UNSJ (FFHA), San Juan, Argentina.

El registro arqueológico y las fuentes de aprovisionamiento

Composición de la muestra analizada

En el alero Agua de la Cueva - Sector Sur (69° 09' 49" W, 32° 37' 01" S, 2.900 m s.n.m.) se registraron tres unidades estratigráficas (García *et al.* 1999) cuya duración se extiende desde el Pleistoceno final hasta el presente. Las primeras ocupaciones del sitio se localizaron en el inicio de la capa 2b de la Unidad Estratigráfica 2 (Fig. 1) y fueron datadas en ca. 11.000 años C¹⁴ AP (García 1998).

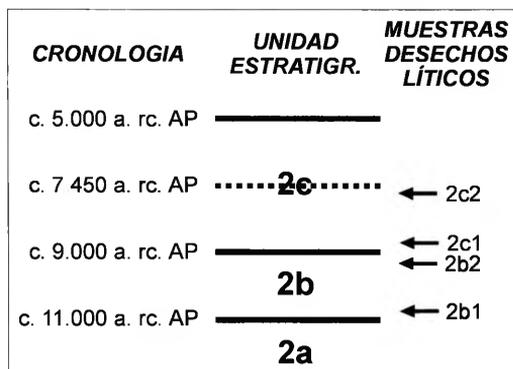


Fig. 1 – Inserción estratigráfica de las muestras de desechos líticos.

A fin de observar las tendencias generales en el uso de los recursos líticos en las ocupaciones de cada capa, la muestra analizada está constituida por el material de los niveles de excavación correspondientes al inicio y final de las capas 2b (ca. 11.000 - ca. 9.000 años C¹⁴ AP), al inicio de 2c (ca. 9.000 años C¹⁴ AP) y a un momento de 2c datado en ca. 7.450 años C¹⁴ AP (Fig. 1). La muestra se obtuvo de la excavación de una superficie de 6 m². Se analizaron 3.675 desechos líticos que representan el 20,4% del total extraído. En cambio, debido a la gran variedad morfológica observada *a priori*, los instrumentos líticos (n=828) fueron analizados en su totalidad. El carácter local, regional o exótico de las rocas depende de su ubicación hasta 5 km, entre 5 y 20 km o a más de 20 km de distancia del sitio (Geneste 1988, cit. por Gamble 1993).

La ubicación de los recursos líticos

La variedad de las materias primas utilizadas para la talla de instrumentos durante las ocupaciones tempranas del sitio es amplia, pero existió una marcada preferencia por un grupo de rocas compuesto por la riolita, el cuarzo y la calcedonia (Tabla 1 y Fig. 2). El uso de otras rocas, como el esquisto, la toba, el basalto y la obsidiana, fue excepcional. También se registró una reducida cantidad de roca de grano fino no determinada que ha sido observada en el entorno del sitio. Proporciones similares entre las rocas locales y las no locales se observan en el conjunto de desechos (Tabla 1).

TABLA 1

Roca	Proc.	Total		Capa 2b		Capa 2c	
		i	d	I	d	i	d
Riolita	L	468	884	425	625	43	259
Cuarzo	L	164	2261	137	632	27	629
Calcedonia	L	127	345	107	232	20	113
Basalto	R	14	14	13	14	1	0
Cuarcita	R	20	7	19	7	1	0
Esquisto	L	4	2	4	1	0	1
Obsidiana	E	1	1	1	1	0	0
Otras locales	L	7	0	7	0	0	0
Indeterm.	L	23	60	19	34	4	26
Total		828	3674	732	2546	96	1128

Tabla 1: Cantidad de instrumentos y desechos según materia prima. L = local, R = regional, E = exóticas

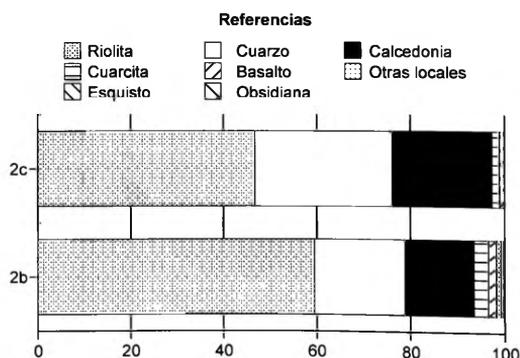


Fig. 2 – Porcentajes de instrumentos según materia prima.

Se han localizado diversas fuentes potenciales de aprovisionamiento de estas rocas (Fig. 3). Un cuarzo

similar al del registro arqueológico fue ubicado en el sitio y en su entorno. Este cuarzo es duro y quebradizo (*sensu* Nami 1992), pero los afloramientos de la zona están surcados por abundantes planos internos de fractura. El cuarzo se presenta principalmente de dos maneras:

a) La forma más común es la de clastos de distintos tamaños producidos por la fragmentación de los afloramientos ubicados en torno al alero, que cubren las lomas situadas desde el sitio hasta una distancia de *ca.* 1 km por el oeste.

b) También aparecen grandes bloques de entre 1 y 5 m de largo en puntos cercanos al alero, aunque separados entre sí por distancias de hasta varios kilómetros. Por ejemplo, estos bloques han sido observados en Cerros Colorados, a *ca.* 2 km de

Agua de la Cueva, y en la quebrada que une la zona del Cerro Jagüelito con el alero (a *ca.* 1 km de éste).

También se han descubierto varias fuentes potenciales de riolita. Esta materia es muy dura y en general poco quebradiza, y se presenta principalmente de tres formas:

a) Afloramientos de grandes bloques mayores de 1 m de largo, que aparecen en varios sectores del Cerro Jagüelito, donde la riolita es de color rojo o morado. También se ha hallado un bloque de riolita marrón, a una distancia de *ca.* 15 km.

b) Clastos de diversos tamaños producidos por la fractura natural de aquellos afloramientos. Por ejemplo, esta situación se observa en la quebrada del Cerro Jagüelito y en algunas quebradas que descienden hacia el oeste

(*ca.* 1 km de Agua de la Cueva); en estos casos la riolita es roja o morada.

c) Concentraciones de rodados, que han sido observadas en un conglomerado en los Cerros Colorados (*ca.* 2 km hacia el WNW) y en las laderas NE y E del Cerro Jagüelito (entre 2 y 4 km del sitio). En estos casos predomina el color marrón y, a diferencia de las riolitas rojas y moradas, la inclusión de fenocristales es abundante.

La calcedonia, aparece fundamentalmente de dos maneras:

a) Como rodados de tamaño generalmente pequeño, tanto en el conglomerado ubicado en Cerros Colorados como en varias concentraciones localizadas entre 2 y 4 km hacia el NE y E. Los colores más frecuentes en estos casos son los rojizos, marrones y verdosos.

b) Como fragmentos en forma de “rodajas” producidos por la meteorización que actuó seccionando transversalmente rodados de tamaño mediano en el sitio Cerros Colorados.

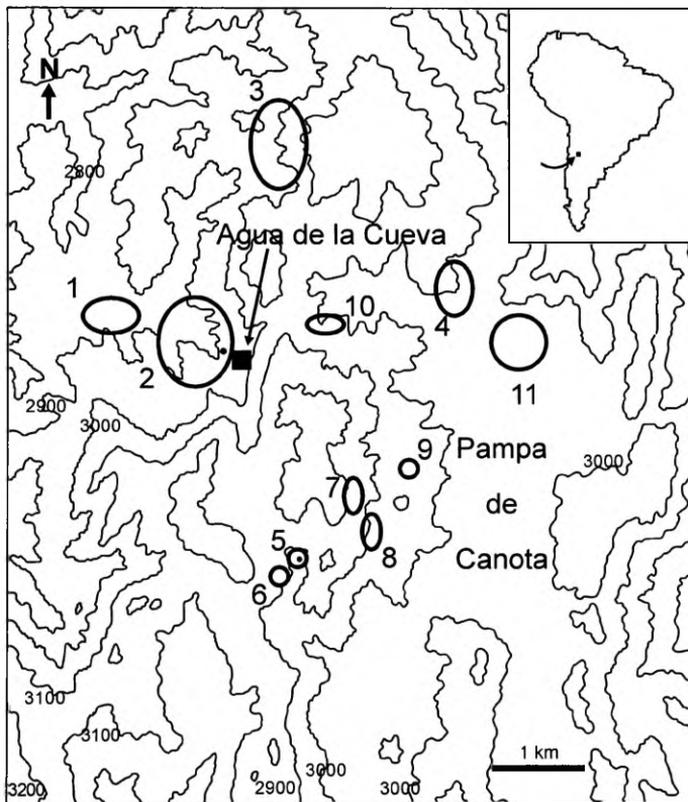


Fig. 3 – Probables fuentes de aprovisionamiento de materias primas líticas. 1. Cerros Colorados (calcedonias y riolitas); 2. Afloramientos de cuarzo en torno al sitio; 3. Rodados de calcedonia; 4. Riolitas y calcedonias; 5-6. Riolitas rojas y moradas (Quebr. del Jagüelito); 7-8-9. Afloramientos de riolita; 10. Rodados de riolita marrón con fenocristales; 11. Rodados de calcedonia.

Sólo se han observado afloramientos pequeños (menos de 1 m de extensión) en la cumbre del Cerro Jagüelito; en este caso se trata de una calcedonia de color beige con numerosos planos de fractura.

En los pocos casos de utilización de esquisto (roca sumamente degradable) se trata de fragmentos desprendidos del techo y paredes del alero.

Con respecto a la cuarcita, los estudios geológicos locales indican la presencia de guijarros en una *tillita* paleozoica distante unos 10 km del sitio (Keidel 1938:31-32; García 1951). Guijarros similares han sido observados en las inmediaciones del sitio Cueva del Toro, a *ca.* 15 km hacia el sur.

Finalmente, el basalto sólo ha sido hallado en algunos sectores aledaños al río Mendoza (15-20 km hacia el sur), en tanto que las fuentes de obsidiana más próximas se ubican a más de 100 km al sur del sitio.

Variaciones en el registro e implicancias

Aun teniendo en cuenta el tamaño disímil de la muestra de cada capa, la comparación entre 2b y 2c muestra algunas diferencias cuantitativas importantes, que permiten plantear alternativas vinculadas con la explotación de los recursos precordilleranos y con la movilidad de los grupos humanos tempranos. En este sentido, resaltan dos aspectos: el decrecimiento del arribo de rocas no locales y, en contrapartida, el aumento relativo de la explotación de un recurso cercano específico: la riolita roja/morada.

1) La primera tendencia está evidenciada por la marcada diferencia de instrumentos y desechos de talla elaborados en rocas no locales entre las capas 2b y 2c (Tabla 2).

TABLA 2

	Obsidiana		Cuarcita		Basalto		Total	
	i	d	i	d	i	d	i	d
2b	1	1	19	7	13	14	33	22
2c	0	0	1	0	1	0	2	0

Tabla 2: Cantidad de instrumentos (“i”) y desechos de talla (“d”) en rocas no locales.

De los 22 desechos líticos de 2b, 17 (77%) corresponden a la muestra 2b1 (Fig. 1), lo que implica una diferencia significativa de la presencia de desechos de materias primas no locales entre las primeras ocupaciones del sitio y las correspondientes al Holoceno temprano.

En relación a la talla de instrumentos, en 2c se destaca la mínima representación de basalto y cuarcita (2%) y la ausencia de obsidiana, en tanto se acentúa el uso casi exclusivo de riolita, cuarzos y calcedonia (94%) y la mayor utilización de la riolita de variedad roja/morada.

Las diferencias observables en las cantidades de desechos e instrumentos elaborados en rocas no locales indican una reducción importante de su ingreso al sitio desde *ca.* 9.000 años C¹⁴ AP, lo que podría vincularse con un menor conocimiento de los recursos líticos de las cercanías del alero durante las ocupaciones pleistocénicas. El cambio mencionado podría reflejar fundamentalmente dos situaciones:

a) Una restricción del acceso u ocupación de algunas zonas (*e.g.* el extremo meridional precordillerano y el sector ubicado a más de *ca.* 10 km al oeste del sitio) hacia 9.000 años C¹⁴ AP. En este caso podría suponerse el abandono de la explotación de estas zonas a raíz de una variación del sistema de asentamiento, o de la imposibilidad de acceso por problemas de territorialidad.

b) Un cambio en la organización de la tecnología (Nelson 1991) y en las conductas de explotación de los recursos líticos en torno al sitio (vinculado probablemente con un mayor conocimiento del territorio), caracterizado por la intensificación de la explotación de los recursos locales; el acceso a los demás sectores de la precordillera pudo mantenerse abierto, en tanto que la movilización de sus recursos líticos se restringía a unos pocos instrumentos conservados.

2) La otra tendencia importante está marcada por el aumento de los desechos de riolita roja/morada en relación al total de riolita y al total de desechos (Fig. 4). En la muestra de desechos de *ca.* 11.000 años C¹⁴ AP la variedad roja representaba el 24% (n=82) del total de riolitas (n=342), en tanto que el porcentaje se elevó sucesivamente en las muestras correspondientes a *ca.* 9.000 y a *ca.* 7.500 años C¹⁴ AP a 40, 55 y 81% respectiva-

mente. Algo similar se observa al comparar las riolitas rojas con el total de rocas entre ca. 11.000 y ca. 7.450 años C¹⁴ AP, ya que se pasó de 8 a 34%.

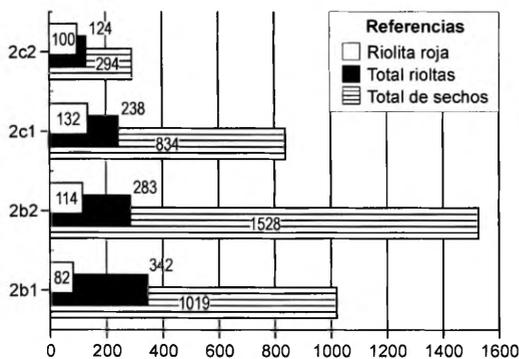


Fig. 4 – Relación entre cantidades de desechos de talla, total de riolitas y riolitas rojas.

Dado que la localización de la variedad roja/morada es bastante restringida (Cerro Jagüelito y alrededores), los datos obtenidos indicarían un mayor aprovechamiento de los recursos de esa zona durante el Holoceno temprano. Si bien esta conducta podría vincularse con una mayor explotación de los recursos faunísticos de la Pampa de Canota o con la simple preferencia por la riolita roja sobre las demás variedades, el hecho de que los instrumentos de riolita roja no se manufacturaran en la zona de aprovisionamiento (donde además se localiza una pequeña cueva habitable) sugiere un aprovisionamiento ocasional que podría estar relacionado con la vía de arriba de los grupos humanos a Agua de la Cueva.

Por último, la presencia de obsidiana es muy significativa, ya que su obtención podría indicar la extensión del sistema de asentamiento de los primeros ocupantes del alero, o la existencia de redes de intercambio que incluían el centro y norte de Mendoza ya en el Pleistoceno final. Asimismo, la presencia de basalto sugiere una vinculación con los territorios del extremo meridional precordillerano y del piedemonte oriental (donde se ubica el sitio La Crucesita, que ofrece gran cantidad de basalto y donde se realizó el hallazgo de una punta “cola de pescado” elaborada en ese material (Schobinger 1971).

La explotación de recursos faunísticos y vegetales

Los análisis arqueofaunísticos (Neme *et al.* 1998) indican el marcado predominio de restos de Artiodactyla, y la muy escasa presencia de elementos de Dasypodidae, Lagidium, Rheidae y Rodentia. La mayoría de los restos de Artiodactyla corresponden a Lama *sp.* y Lama *guanicoe*; en la capa 2b también aparecen escasos restos del sub-género Lama (Vicugna) – *sensu* Menegaz *et al.* 1989 –, que a nivel de especie podrían corresponder a la extinta *gracilis* o a la actual vicuña. Excepto Lama (Vicugna), el registro faunístico coincide con la oferta actual de los alrededores del sitio.

Según el registro analizado el principal recurso de origen animal fue el guanaco. En la actualidad, los lugares más atractivos de la zona para las tropillas de guanaco son la Pampa de Canota (Fig. 3), que ofrece una extensa cubierta de *Stipa sp.*, y las quebradas abrigadas al norte, este y oeste de aquélla, que brindan aguadas y vegas de diversa extensión. Además, la vertiente permanente de Agua de la Cueva debió jugar un papel muy importante en épocas secas, como agente concentrador de las poblaciones animales. También existen otras aguadas menores que pudieron funcionar simultáneamente, posibilitando el alejamiento de las tropillas con respecto al sitio y, en consecuencia, disminuyendo la capacidad de sustento de su entorno inmediato. Tal situación, por tanto, pudo elevar eventualmente el costo energético de la caza mayor. No obstante, las posibilidades de hallar tropillas de guanacos en un radio de 3 a 5 km del sitio debieron ser constantemente altas. Las condiciones paleoambientales hacia el Pleistoceno final-Holoceno temprano (Páez 1997; Zárate *et al.* 1998) en la precordillera mendocina sugieren el mayor desarrollo de una estepa arbustiva de tipo patagónico, que habría posibilitado una densidad de camélidos similar o mayor a la actual que a su vez pudo convertir a este recurso en abundante y altamente predecible. Coincidentemente, la ausencia de selectividad de partes esqueléticas (Neme *et al.* 1996) sugiere que las cacerías se realizaban a una distancia relativamente corta del alero.

La obtención de recursos menores como *Lagidium viscacia*, que actualmente habita en los roquedales situados entre 1 y 3 km al sureste (Cerro

Jagüelito), y la recolección de huevos de ñandú, cuyas cáscaras aparecen a lo largo de toda la secuencia temprana, constituyeron actividades complementarias o alternativas que pudieron desarrollarse en las inmediaciones de Agua de la Cueva.

Por su parte, la oferta de recursos vegetales (al igual que en los tiempos modernos) debió ser muy restringida. Las condiciones más frías y probablemente más húmedas anteriores a ca. 9.000 años C¹⁴ AP (Páez 1997; García *et al.* 1999) se relacionan fundamentalmente con una vegetación de pastizales y con una reducida representación de taxa de monte, lo que implica una menor oferta de especies arbustivas, aunque suficiente para hacer frente a la demanda de leña (fundamentalmente *Schinus sp.* y *Adesmia sp.*). En rigor, las únicas evidencias de macrorrestos vegetales son precisamente los carbones hallados en los fogones. Por otro lado, aun suponiendo una cubierta vegetal similar a la actual, en las cercanías del sitio sólo se habrían podido recolectar cactáceas, cuyo consumo se evidencia en otros sitios de la región en épocas posteriores (García 1988; Bárcena *et al.* 1982).

Conclusiones

La comparación entre el registro arqueológico del sitio y la actual estructura de recursos similares a los utilizados por los grupos cazadores-recolectores tempranos de Agua de la Cueva sugiere una extensión restringida del área de captación de materias primas líticas y de algunos alimentos de origen animal. En relación al aprovisionamiento de rocas para la talla de instrumentos, la movilidad de los ocupantes del sitio durante la transición Pleistoceno-Holoceno pudo mantenerse estrechamente limitada a un radio no

mayor de 4 ó 5 km; esta conducta no muestra alteraciones significativas a lo largo de las ocupaciones de las capas 2b y 2c. En el mismo sentido, no se han hallado evidencias de un ingreso importante de recursos alóctonos, aunque en el caso de los vegetales (eventuales indicadores de una probable explotación logística de ambientes ubicados a más de 20 km del sitio) su ausencia podría deberse a problemas de conservación del registro. Este patrón de explotación de recursos a nivel fundamentalmente local coincide con la tendencia observada en otros sitios tempranos sudamericanos (Borrero 1996:348).

La presencia de rocas regionales (basalto, cuarcita) y alóctonas (obsidiana) no ofrece información sobre la movilidad logística de los grupos que habitaban el alero sino sobre la probable ubicación de otros componentes de los diversos sistemas de asentamiento-subsistencia que incluyeron al sitio a lo largo del Pleistoceno final-Holoceno temprano. La obtención de algunos recursos en los límites de la región montañosa precordillerana (basalto) y muy lejos de ésta (obsidiana) sugiere que algunos de estos sistemas tenían un alcance transregional que habría involucrado ambientes adyacentes como el piedemonte y la llanura oriental mendocina.

Agradecimientos

Agradezco a Cristina Bayón sus valiosos comentarios y sugerencias al manuscrito. El estudio del sitio Agua de la Cueva ha contado con el apoyo económico y logístico de la Fundación Antorchas, de la Secretaría de Ciencia y Técnica de la UNCuyo, de la ANPCyT y de la Facultad de Filosofía y Letras (UNCuyo)

GARCIA, A. Lithic resources exploitation territory in the Argentinean Central Andes during the late Pleistocene – early Holocene. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 17-24, 2002.

ABSTRACT: Data on lithic artifacts from Agua de la Cueva - Sector Sur shelter, along with faunal archaeological records, potentially available vegetable resources and current structure of resources of the area, allow for the study of some aspects related to the site exploitation territory during the early peopling (ca. 11,000 – 7,500 C¹⁴ years BP) of the Andes Centrales Argentinos. A marked tendency to the catchment of local resources and indications of a transregional extension of the settlement/subsistence systems that included the site during the late Pleistocene - early Holocene are observed.

UNITERMS: Resources exploitation – Argentinean Central Andes – Pleistocene-Holocene transition.

Referencias bibliográficas

- BAILEY, G.; DAVIDSON, T.
1983 Site exploitation territories and topography. Two cases studies from Paleolithic Spain. *Journal of Archaeological Science*, 10: 87-115.
- BÁRCENA, J.R.; ROIG, F.A.
1981-2 Investigaciones arqueológicas en el área puneña de Mendoza, con especial referencia a *Tephrocactus andicola* (Cactaceae) como nuevo recurso alimentario. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, XIV(2): 85-107.
- BORRERO, L.
1996 The Pleistocene-Holocene Transition in Southern South America. L.G. Straus, B.V. Eriksen, J.M. Erlandson; D.R. Yesner (Eds.) *Humans at the End of the Ice Age; the archaeology of the Pleistocene-Holocene Transition*. New York, Plenum: 339-354.
- GAMBLE, C.
1993 Exchange, Foraging and Local Hominid Networks. C. Scarre; F. Healy (Eds.) *Trade and Exchange in Prehistoric Europe*. Oxford, Oxbow Books: 35-54.
- GARCIA, E.
1951 Contribución al conocimiento de la precordillera mendocina. *Actas de la XV Semana de Geografía*. Universidad Nacional de Cuyo; San Juan, Mendoza y San Luis: 491-507.
- GARCÍA, A.
1988 Arqueología de la Cueva del Toro (Mendoza, Argentina). *Revista de Estudios Regionales* 1: 17-71.
1998 Geocronología del alero Agua de la Cueva Sector Sur. *Revista de Estudios Regionales*, 17: 49-64.
- GARCÍA, A.; ZÁRATE, M.; PÁEZ, M.
1999 The Pleistocene-Holocene Transition and Human Occupation in the Central Andes of Argentina: Agua de la Cueva locality. *Quaternary International*, 53/54: 43-52.
- GENESTE, J.M.
1988 Systemes d'approvisionnement en matières premières au Paleolithique Moyen et au Paleolithique Superieur en Aquitaine. *L'Homme de Néandertal*, 8: 61-70.
- KEIDEL, J.
1938 Las estructuras de corrimientos paleozoicos de la sierra de Uspallata (Prov. de Mendoza). *Physis*, XIV(46): 1-96.
- LAGIGLIA, H.
1979 Dinámica cultural en el centro oeste y sus relaciones con áreas aleañas argentinas y chilenas. *Actas del VII Congreso de Arqueología de Chile, II*, Altos de Vilches: 531-560.
- MENEGAZ, A.; GOIN, F.; ORTIZ JAUREGUIZAR, E.
1989 Análisis Morfométrico Multivariado de los Representantes Fósiles y Vivientes del Género Lama (*Artiodactyla*, *Camelidae*). Sus Implicancias Sistemáticas, Biogeográficas, Ecológicas y Biocronológicas. *Ameghiniana*, 26: 153-172.
- NAMI, G.
1992 El subsistema tecnológico de la confección de instrumentos líticos y la explotación de los recursos del ambiente: una nueva vía de aproximación. *Shincal*, 2: 33-53.
- NELSON, M.
1991 The Study of Technological Organization. M. Schiffer (Ed.) *Archaeological Method and*

GARCIA, A. Territorio de explotación de recursos líticos en los Andes Centrales Argentinos durante el Pleistoceno final – Holoceno temprano. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 17-24, 2002.

- Theory*, vol. 3. Tucson, The University of Arizona Press: 57-100.
- NEME, G.; GIL, A.
1996 *Arqueofauna Pleistoceno Final/Holoceno Temprano de Agua de la Cueva (Mendoza)*. Ms
- NEME, G.; GIL, A.; GARCÍA, A.
1998 Preliminary Zooarchaeological Results at Agua de la Cueva Sector Sur Shelter. *Current Research in the Pleistocene*, 15: 139-140.
- NÚÑEZ, L.; VARELA, J.; CASAMIQUELA, R.; SCHIAPPACASSE, V.; NIEMEYER F.H.; VILLAGRÁN, C.
1994 Cuenca de Taguatagua en Chile: el ambiente del Pleistoceno y ocupaciones humanas. *Revista Chilena de Historia Natural*, 67 (4): 503-519.
- NÚÑEZ, L.; VARELA, J.; CASAMIQUELA, R.; VILLAGRÁN, C.
1994 Reconstrucción multidisciplinaria de la ocupación prehistórica de Quereo, centro de Chile. *Latin American Antiquity*, 5 (2): 99-118.
- PÁEZ, M.
1997 Reconstrucción de la historia de la vegetación en la precordillera de Mendoza entre los 12.000 - 5000 años AP: localidad arqueológica de Agua de la Cueva. *Resúmenes del X Simposio Argentino de Paleobotánica y Palinología*, Mendoza: 36.
- SCHOBINGER, J.
1971 Una punta de tipo “cola de pescado” de la Crucanita (Mendoza). *Anales de Arqueología y Etnología*, XXVI: 89-97.
- VARELA, J.; NÚÑEZ, L.; CASAMIQUELA, R.
1993 *Geología del Cuaternario de la Depresión Central de Chile entre Santiago y Laguna de Taguatagua*. Taller Internacional “El Cuaternario de Chile”. Santiago.
- VITA FINZI, C.; HIGGS, E.
1970 Prehistoric Economies in the Mount Carmel Area: Site Catchment Analysis. *Proceedings of the Prehistoric Society*, 36: 1-37.
- ZÁRATE, M.; PÁEZ, M.; GARCÍA, A.
1998 Condiciones ambientales entre los 14000 y los 5000 años C¹⁴ en la Precordillera de Mendoza, Argentina: Localidad Agua de la Cueva. *Resumos expandidos*. VI Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário (ABEQUA) e Reunião sobre o Quaternário da América do Sul. Curitiba: 517-521.

Recebido para publicação em 7 de novembro de 2002.

METODOLOGIA DE PROSPECÇÕES GEOARQUEOLÓGICAS DENTRO DE UMA BACIA (EXEMPLO DA BACIA DO RIO PERUAÇU, MINAS GERAIS, BRASIL)

Maria Jacqueline Rodet*

Joël Rodet**

Sueli A. Nascimento***

Daniel F. Mariano****

Yveline Huguet*****

Joana R. Silva*****

RODET, M.J.; RODET, J.; NASCIMENTO, S.A.; MARIANO, D.F.; HUGUET, Y.; SILVA, J.R.
Metodologia de prospecções geoarqueológicas dentro de uma bacia (exemplo da bacia do rio Peruaçu, Minas Gerais, Brasil). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 12: 25-41, 2002.*

RESUMO: O conhecimento da ocupação pré-histórica de uma região depende dos métodos de aquisição de dados que devem se apoiar sobre uma metodologia sistemática. A introdução de uma abordagem interdisciplinar para as pesquisas modernas permite a elaboração de uma metodologia sistêmica de localização de sítios arqueológicos, a partir de uma unidade geomorfológica básica, a saber, a bacia hidrográfica. A metodologia elaborada e desenvolvida na bacia do rio Peruaçu, região norte do estado de Minas Gerais, estudada desde o início dos anos 1980, é fundada na análise morfogenética da paisagem. Ela tem por objetivo facilitar a compreensão da ocupação humana dentro de uma unidade geomorfológica definida.

UNITERMOS: Metodologia – Prospecção – Paisagem – Bacia – Geomorfologia, Arqueologia, Geoarqueologia – Peruaçu.

Introdução

A realização de prospecções sempre foi uma preocupação da pesquisa arqueológica brasileira

(Morais 1979; Prous 1997). A grande maioria destes trabalhos, realizados em setores com um substrato rochoso, teve como objetivo a busca de sítios arqueológicos sob abrigo (Guidon 1982; Schmitz e Barbosa 1994; Solá 2000), algumas

(*) Université de Paris X, França. Doutoranda e bolsista CNPq, UMR 7055 “Préhistoire et Technologie Lithique”

(**) Laboratoire de Géologie de l’Université de Rouen, França. UMR 6143 CNRS.

(***) Faculdade de Januária, MG. Graduanda em História.

(****) Instituto de Geociências – UFMG. Graduando em

Geologia.

(*****) Université de Paris I, França. Mestranda em conservação de objetos arqueológicos.

(*****) Pontifícia Universidade Católica, MG. Graduada em Geografia.

vezes a procura de sítios a céu aberto. Mais raramente houve investimento no sentido de buscar as possíveis jazidas líticas utilizadas pelos pré-históricos (Prous *et al.* 1984; Gaspar 2000; Guapindaia e Machado 2000). Sendo a indústria lítica o principal elemento da cronologia estabelecida para o norte de Minas Gerais (Fogaça 2001; Prous *et al.* 1984, 1994a, 1994b; Rodet *et al.* 2000), acreditamos importante dar um valor sistemático a este tipo de abordagem (Rodet 1999). Para tanto é preciso a aplicação de uma metodologia específica (Morais 1979, 1983, 1985).

A elaboração desta metodologia é o primeiro passo para a compreensão da lógica de ocupação de uma bacia, para futuramente criar o modelo da ocupação. Três anos de trabalho (campo e laboratório), de 1998 a 2001, aliados a uma equipe pluridisciplinar (geólogo, geomorfólogo e arqueólogos), permitiram a elaboração de uma metodologia de prospecção desses tipos de sítios (Rodet e Rodet 2001).

Neste artigo apresentaremos a primeira fase da pesquisa, ou seja, a metodologia desenvolvida e os resultados obtidos a partir da aplicação da mesma. Em seguida, descreveremos a tipologia de sítios de matéria-prima que decorreu da análise dos resultados e, finalmente, as primeiras reflexões obtidas.

Destacamos que nossa metodologia tem caráter geral, no entanto, ela foi testada na bacia do rio Peruaçu – afluente da margem esquerda do rio São Francisco (Fig. 1).

1- Metodologia

Visando entender como as populações pré-históricas teriam utilizado as matérias-primas líticas de uma bacia, ou ainda, como elas ocuparam esta região, o primeiro passo de nossa metodologia repousa sobre a análise minuciosa do sistema hidrodinâmico definido. Ela se desenvolve em quatro fases :

– a definição do sistema hidrodinâmico: onde serão definidos seus limites, seu tamanho, sua geometria, sua dinâmica climática, seu funcionamento hidrológico, sua evolução geomorfológica etc.;

– a compartimentação do sistema (Fig. 1): a partir da identificação de sub-sistemas (nascentes, confluências importantes, maciço carbonático, embasamento etc.), dentro dos quais certas

características do meio físico podem ser definidas como valores específicos;

– a tipologia de sítios de jazidas de matérias minerais: esses sítios são o resultado da evolução geomorfológica local que define suas localizações e seus conteúdos. Esse conteúdo pode ter sido utilizado como fonte de matéria-prima pelos pré-históricos;

– a relação meio natural/grupos humanos: mostrando como esses últimos puderam aproveitar os valores específicos dos diferentes elementos geomorfológicos, particularmente as jazidas de matéria-prima, para desenvolver suas atividades. Esses sítios podem tomar, então, o valor de marcadores territoriais.

Num primeiro momento, é preciso compreender o quadro geomorfológico e seu funcionamento (os obstáculos naturais e as possibilidades de passagens naturais, como os rios, os vales etc.), para, numa segunda etapa, buscar entender como os grupos humanos se adaptaram às condições deste meio ambiente (noção de território, o qual se divide em vários espaços de vida: atividades domésticas, produção, caça, lugares de passagem etc.).

As principais questões que guiaram nosso estudo são: como os grupos ocuparam a bacia; estariam explorando os compartimentos de maneira complementar? Se sim, essa ocupação estaria ligada às estações, ou a fontes de matéria-prima, ou dependentes de um eixo maior de ocupação humana, como por exemplo o São Francisco, ou outro?

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos gerais de campo são iniciados no compartimento das nascentes (região morfológica mais uniforme) e aplicados em todos os outros. No entanto, as variações metodológicas, ligadas a problemas específicos a cada setor trabalhado, serão apresentadas quando necessário.

Durante os trabalhos de campo, três objetivos são fixados:

- realização de um corte litoestratigráfico da bacia – das cimeiras até a desembocadura;
- definição de uma tipologia de sítios geomorfológicos da bacia (a partir de prospecções);
- mapeamentos – por GPS – de sítios arqueológicos e geomorfológicos, dentro de cada compartimento definido.

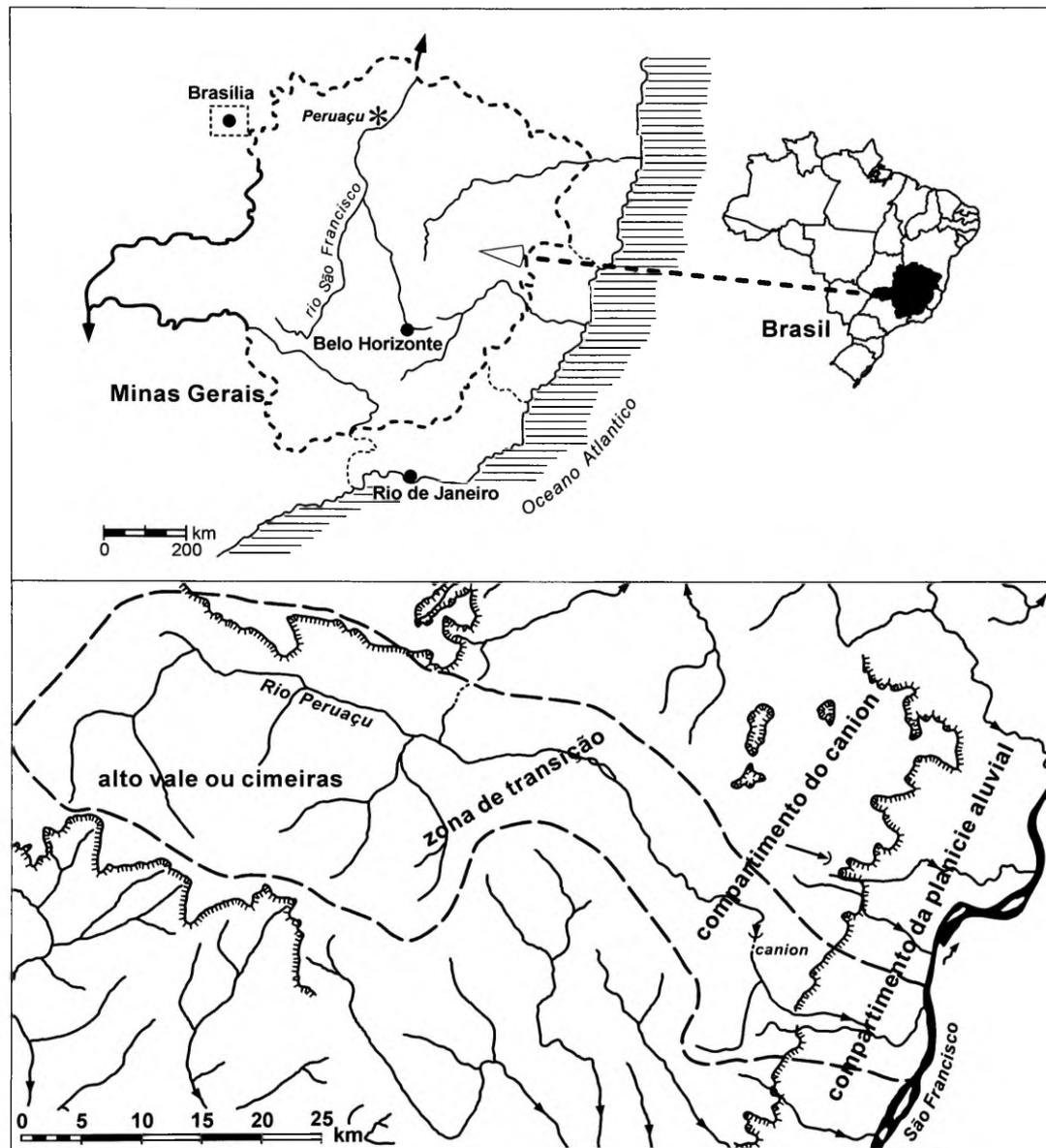


Fig. 1 – Localização da bacia do rio Peruaçu, norte de Minas Gerais, com seus compartimentos geomorfológicos.

Procedimentos gerais para amostragem de sítios nos diferentes compartimentos de uma bacia

A partir de um ponto 0 (zero), escolhido em uma linha de referência, no caso o caminho que contorna o rio, definimos quatro linhas direcionais de 200 m cada, sendo que a direção A corresponde à faixa intermediária das veredas; a direção B à

faixa intermediária do cerrado e as direções C e D à área marginal de transição (Fig. 2).

- Os pontos são referenciados por quilometragem (4 em 4 e/ou 8 em 8 km); porém, alguns pontos são escolhidos por suas potencialidades, por exemplo, ilhas (ocupação histórica), lugares mais elevados protegidos das cheias, grandes extensões planas.

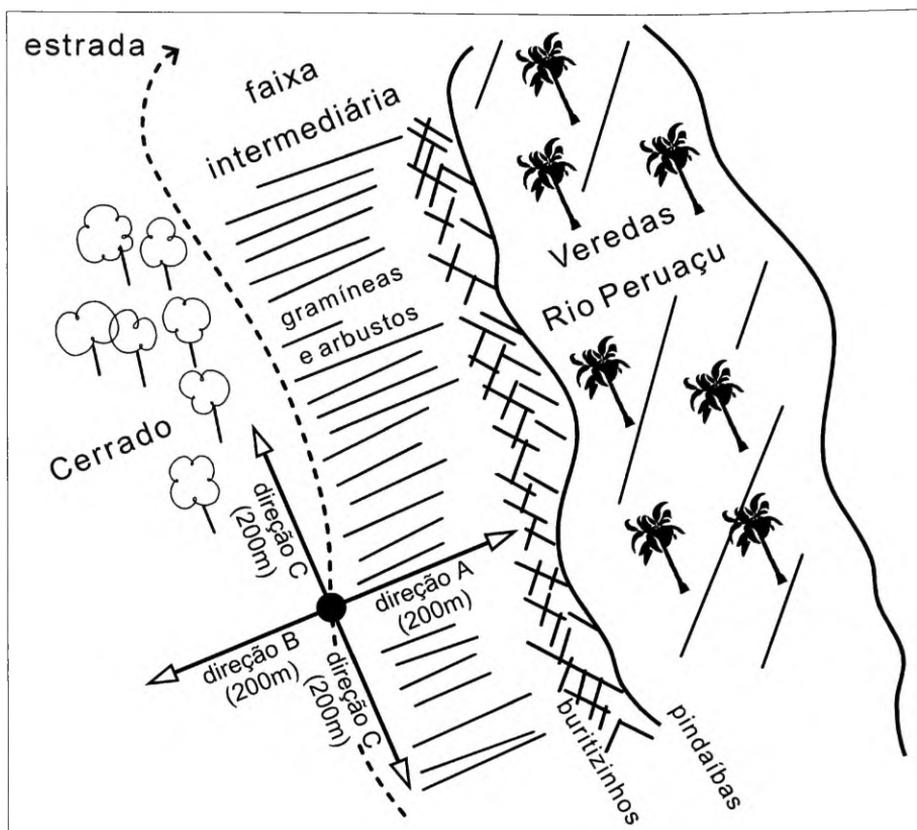


Fig. 2 – Prospecções em região sem relevo ou com relevo suave, fazer amostragem à dimensão quilométrica.

- Para as lagoas, a equipe é dividida em dois grupos e estas são circundadas: margem de 200 metros de prospecção em todo seu entorno.

- Os pontos plotados por GPS são acompanhados de uma ficha descritiva com dois níveis de informações:

1) nome do lugar, histórico (por exemplo: utilização do setor por colonos no princípio do século, utilização por carvoeiros, por caçadores etc.), pontos de referência (que podem ajudar a retornar ao local), possíveis dificuldades de acesso, presença de água, nome de córregos, informações sobre períodos de seca, nível da água etc., construções atuais (barragens, casas, etc.), descrição da vegetação em torno;

2) informações detalhadas sobre a natureza da rocha presente, posição (primária, secundária), estado de degradação (alteração), descrição

detalhada, presença ou ausência de vestígios arqueológicos, informações sobre coleta de amostragem e/ou de material arqueológico, perfis topográficos e croquis (quando necessário), fotografia.

Ao longo das prospecções, realiza-se levantamento oral, no intuito de buscar junto à população, informações sobre a presença de vestígios arqueológicos (“panela de barro” “curisco”) e presença de afloramentos rochosos na região.

Como procedimento final é preciso, a partir da análise do mapa de prospecções (mapa geomorfológico contendo todos os pontos prospectados) e das observações de campo, apontar os pontos potencialmente interessantes para serem sondados. Por exemplo, o entorno de lagoas, os velhos terraços, as partes planas etc., são locais que podem ter sido utilizados pelos grupos pré-

históricos, pelas facilidades de se aproximar da água ou da caça etc. Este passo contribuirá, mais tarde, para a criação do modelo de ocupação.

Procedimentos específicos para levantamento de sítios de jazidas de matérias-primas líticas

A partir da divisão geomorfológica, iniciamos as prospecções que deverão observar dois casos possíveis:

1) regiões sem relevo ou com relevo discreto: onde não existam pontos de referência do tipo relevo, uma amostragem à dimensão quilométrica é necessária: a cada 5 ou 10 km, traçar eixos referenciais (norte/sul e leste/oeste) de 1 km cada e prospectar. Para facilitar o trabalho, tomar as estradas ou trilhas como eixos referenciais iniciais.

2) regiões com relevo: dentro de zonas onde existam mudanças no relevo, amostragem a cada mudança geomorfológica ou litológica:

- primeiro passo: seguir um relevo (por exemplo, maciço calcário), fazer um ponto de prospecção a cada 2/4 km com linhas referenciais norte/sul e leste/oeste;

segundo passo: no momento que houver uma modificação, ou do relevo ou da litologia (mudança calcário/arenito, ou arenito/granito etc.), iniciar novos pontos de prospecção. O contato entre dois tipos de relevo e/ou rochas deve ser prospectado minuciosamente. O contato entre dois elementos diferentes revela-se lugar privilegiado de frequência (ex. abrigo ao pé de falésia).

2- Aplicação a uma bacia específica: o rio Peruaçu

A região do rio Peruaçu situa-se no extremo norte de Minas Gerais, aproximadamente 700 km de Belo Horizonte, dentro dos municípios de Januária e Itacarambi (Fig. 1).

O rio nasce numa região de veredas e corre até o São Francisco, de oeste a leste. A bacia, de aproximadamente 100 km², cobre três grandes unidades geomorfológicas, que se sucedem de montante a jusante (Fig. 1): o alto vale é constituído de uma grande superfície plana sobre a qual observam-se colinas residuais. Onde existe a presença de água, desenvolve-se uma vegetação

específica, constituída principalmente de palmeiras contornadas por grandes extensões de gramíneas.

A zona de transição é o setor onde o rio passa da planície arenosa ao começo da incisão de um vale, que ao contato dos calcários vai desenvolver uma grande garganta. Neste setor a vegetação constitui-se de cerrado e caatinga.

O compartimento cárstico é constituído de depósitos calcários nos quais se desenvolve o espetacular carste do Peruaçu. A vegetação que acompanha o rio é a mata ciliar. Sobre o platô observa-se uma densa vegetação xerófila do tipo caatinga, além de inúmeras depressões do tipo dolina.

A essas três unidades pode-se juntar uma quarta, que se desenvolve em torno da confluência do Peruaçu, quando este encontra o vale formado pelo São Francisco. Nesta região, de acumulação sedimentar, a proximidade do lençol freático favorece o desenvolvimento da vegetação.

Destacamos que a bacia foi tomada como um sistema, no qual as divisões geomorfológicas serviram de base para a criação de sub-sistemas. Apresentamos, a seguir, uma síntese dos resultados obtidos em cada um dos compartimentos visitados.

Alto vale ou Cimeiras

Iniciamos o trabalho a partir do compartimento do alto vale, região das nascentes do Peruaçu, prospectando às margens esquerda e direita do rio.

Este compartimento (830 a 750 m de altitude) caracteriza-se por uma grande extensão de areia, proveniente de matriz arenítica (arenitos Uruçuia), com cobertura vegetal do tipo cerrado, entrecortada por leves declives que formam vales rasos úmidos de veredas, onde se observa uma grande abundância de coqueiros Buritizeiros e Buritizinhos. Estes tipos de coqueiros são utilizados pelos grupos atuais e pré-históricos da região (presença de fibras nas escavações e desenhos nas paredes do canion).

Três zonas foram definidas em torno do rio: 1 – o rio Peruaçu segue calmo por águas pantanosas e/ou sob grandes filtros de húmus, em meio a grandes quantidades de Buritis, Pindaibas e Buritizinhos; 2 – essa zona é cercada por uma faixa intermediária sazonalmente úmida, onde predominam as quaresmeiras do lado úmido e gramíneas rasteiras do lado seco; 3 – área seca tipo cerrado. A esta área podemos associar os cupinzeiros que ocorrem em abundância nesta paisagem (Foto 1).



Foto 1 – Três zonas definidas em torno do rio no alto vale (cerrado, faixa intermediária, veredas).

É importante lembrar os limites da prospecção neste compartimento: se por um lado a vegetação de cerrado não se deixa penetrar facilmente, seja por suas árvores pequenas, tortuosas, espinhosas, ou pela presença de areia em forma de bolsões (armadilhas dificilmente transponíveis para um carro), por outro lado, o pântano que circunda o rio por quilômetros, torna impossível o acesso às suas margens (as veredas), tanto pela vegetação, como pelos filtros de húmus e pela água, como pela presença de animais, do tipo cobras, sucuris e jacarés.

Assim sendo, os trabalhos de prospecção ficaram restritos, num primeiro momento, a uma faixa intermediária entre as veredas e o cerrado, no limite da área de inundação do rio; num segundo momento, prospectamos as lagoas que se encontram no setor, não só pelas riquezas de peixes e pássaros que elas contêm e que podem ter sido utilizadas pelos grupos humanos, mas também pela proximidade destas com a zona cárstica do rio Cochá (em torno de 20 km em linha direta).

Apesar da extensão da área prospectada, nenhum afloramento importante de rocha foi

encontrado, salvo por um pequeno afloramento de arenito amarelado bastante alterado e por afloramentos de crosta ferruginosa; além disto, nenhum vestígio arqueológico foi observado; nenhuma informação foi obtida junto à população neste sentido.

No entanto, é preciso lembrar que o grande limite desta primeira fase de prospecções é a falta de sondagens. Essas não puderam ser feitas pelas questões clássicas de tempo e autorizações junto aos órgãos competentes, mas também porque precisávamos ter uma visão global da região, buscando indicações sobre pontos estratégicos, para depois escolhermos os locais de sondagens (esta etapa será feita no próximo trabalho de campo previsto para 2002).

Com efeito, não foram encontrados vestígios de populações pré-históricas mais recentes, mas é preciso certificar-se sobre as mais antigas. Não obstante, é necessário lembrar que o setor se caracteriza por recursos naturais frágeis, tais como madeira, fibras, frutos etc., e principalmente pela ausência quase total de rochas sólidas. Enfim, a areia (rocha em desagregação) pode ter servido de armadilha deglutindo os vestígios arqueológicos.

Zona de transição

Este compartimento é definido como uma zona de transição entre o alto vale e o canion, iniciando-se nas cotas 715/720 m e terminando a 657 m. Parte da área encontra-se dentro do Parque Cavernas do Peruaçu e da Reserva Indígena Xacriabá (Figs. 1 e 5).

A vegetação do compartimento é um mosaico entre os tipos caatinga, cerrado (nas partes mais altas, areníticas) e veredas (nas margens do rio), sendo que em torno das formações calcárias observa-se a presença de bromélias e árvores com raízes profundas, entrando nas descontinuidades da rocha.

Alguns elementos geológicos e geomorfológicos caracterizam e particularizam este setor; esses se mostram importantes, pois podem indicar a presença de jazidas de matéria-prima utilizadas pelos pré-históricos; são eles:

- o rio muda de direção, de SN para WE, onde se encontram as primeiras formações calcárias;

- no mesmo setor, primeiros afloramentos de silcrete (concentração de sílica substituindo os minerais não silicificados); vale ressaltar que o que muitas vezes nomeamos na região como sílex é, na verdade, o silcrete;

- indicações sobre ocorrência do embasamento pela frequência de quartzo hialino, proveniente de alterações do embasamento (janela geológica);

- afloramentos de arenito (vermelho ferruginoso, dentro da reserva indígena, provável contato Bambuí/Urucuaia (não parecem ter sido utilizados pelos pré-históricos);

- ocorrência de calcário do tipo cripto carste (forma de bacias demonstrando um paleo-leito do rio, com feições indicando estabilidade do nível da água – nível silicificado de clastos (reserva indígena);

- primeiras drenagens cársticas (ressurgência de águas);

- últimas lagoas temporárias, estas com perdas de água dentro do carste.

A metodologia de prospecções foi basicamente a mesma utilizada nas cimeiras, ou seja, referência por quilometragem, por feições geomorfológicas. Neste compartimento as feições são do tipo ‘riacho’ – afloramento de rochas (calcário ou

outras) – ‘velhos buracos às margens do rio’ – ‘ravinas’, e pesquisa oral junto à população, inclusive na reserva indígena Xacriabá.

Os primeiros vestígios, a saber cerâmicos, foram encontrados neste compartimento (leito seco e em seus velhos terraços, de um afluente, que provavelmente funciona durante o período de chuvas). O material estava acompanhado de rocha silicificada não lascada: quartzito rosa, seixos em forma de clastos angulosos, feldspato e grãos de quartzo pouco rolados, que são produtos da alteração do granito, além de quartzo em blocos (leitoso, hialino fumê e amarelado), evidenciando, assim, a presença próxima do embasamento.

Neste ponto, foram encontrados também fragmentos de calcita em forma de travertino, demonstrando setor de precipitação de calcita. De fato, observamos que o leito tem tanques naturais de decantação, os quais podem ter sido utilizados pelos grupos pré-históricos para coleta de argila.

Todavia, os primeiros vestígios arqueológicos *in situ*, encontram-se um pouco mais a jusante (Arraial do Onça): em torno de afloramentos de “sílex” de boa qualidade (camadas estratificadas de grãos grossos e jaspóides), de cor amarela e cinza/marron escuro, resíduos da crosta laterítica, seixos rolados, quartzo hialino e arenito silicificado, encontra-se uma enorme quantidade de material lascado. Tanto os blocos de sílex, quanto os de arenito e os de quartzo hialino foram utilizados para lascamento (sítio denominado Olha Aqui).

Além desses, quatro outros sítios foram mapeados: sítio tupiguarani Virgulino, sítio tupiguarani da Fazenda Arassá (Município de Olhos d’Água), sítio da Urna (Vargem Grande) e sítio Novinha.

Destacamos que, se no alto vale não foram encontrados vestígios arqueológicos da presença humana, a partir deste setor o quadro é completamente diferente, com a presença de vestígios ao longo da zona prospectada: sítio de jazida de matéria-prima e de produção lítica, sítio cerâmico, sítio de habitação (?).

A complexidade geológica deste compartimento deve ter influenciado a ocupação do setor, pois certos tipos de “sílex” e minerais aí encontrados não foram ainda observados em outros pontos do vale, ou seja, a possível janela geológica que permite o afloramento do embasamento, possibilita a ocorrência de quartzo, este utilizado pelos grupos passados, mesmo que de maneira discreta. Além disto, o sílex jaspóide amarelado, de boa qualidade

para lascamento, presente no sítio Olha Aqui, não foi ainda localizado em outros setores.

Esta zona de contato entre o alto vale e o grande carste, seja pela sua posição estratégica de proximidade do canion, seja pela riqueza de suas jazidas de matéria-prima lítica, ou ainda pela sua capacidade de conservação de elementos arqueológicos, mostrou-se rica em vestígios pré-históricos. Os sítios encontrados e/ou visitados foram mapeados pelo sistema GPS.

Compartimento do canion

O setor, definido a partir do início do canion, situa-se entre as cotas 674 e 569/602 m e caracteriza-se não só por seu importante relevo cárstico (abrigos sob rocha, grutas, grande canion – 17 km de extensão), mas também pela ocupação humana constante (mais de 70 sítios arqueológicos) (Piló 1989, 1997a, b). A freqüentação do compartimento parece diretamente ligada ao carste: os abrigos e entradas de grutas foram sistematicamente utilizados pelos grupos (Prous 1997).

Outro elemento importante na caracterização do compartimento é a presença de uma cobertura de siltito (Nhandituba) e de arenito (Urucuia) sobre o calcário.

A vegetação deste compartimento pode ser assim resumida: nas margens do rio onde a umidade

é constante, desenvolve-se uma mata ciliar (folhas perenes ou parcialmente caducas); nas partes mais altas do carste encontra-se uma mata subcaducifolia, que se caracteriza por um mosaico de elementos da caatinga e do cerrado (árvores, arbustos, ervas e cipós).

No que se refere ao carste, além da utilização de metodologia específica (região com relevo), ou seja, seguir as paredes calcárias particularmente guiando-se pela presença de abrigos sob rocha, lugares privilegiados de freqüentação humana, prospectar os setores planos, o que permitirá localizar os sítios a céu aberto do setor.

Esta metodologia permite evidenciar elementos interessantes dentro deste compartimento. A título de exemplo, apresentaremos 3 das áreas prospectadas.

Área 1: entorno imediato do Sítio Terra Brava (sudoeste): foram definidos os limites das zonas A, B e C, de acordo com suas peculiaridades geomorfológicas, sendo que a zona A refere-se ao morro mais próximo ao rio; a zona B à baixada intermediária entre as zonas A e C; a zona C corresponde à encosta do morro da casa da fazenda (Fig. 3);

Zona A: solo não compactado, coberto por uma camada de folhas secas, apresenta algumas áreas de pisoteio de gado. Ocorrência de afloramento de calcário e blocos de sílex. A face do morro voltada para o rio, apresenta declive abrupto com

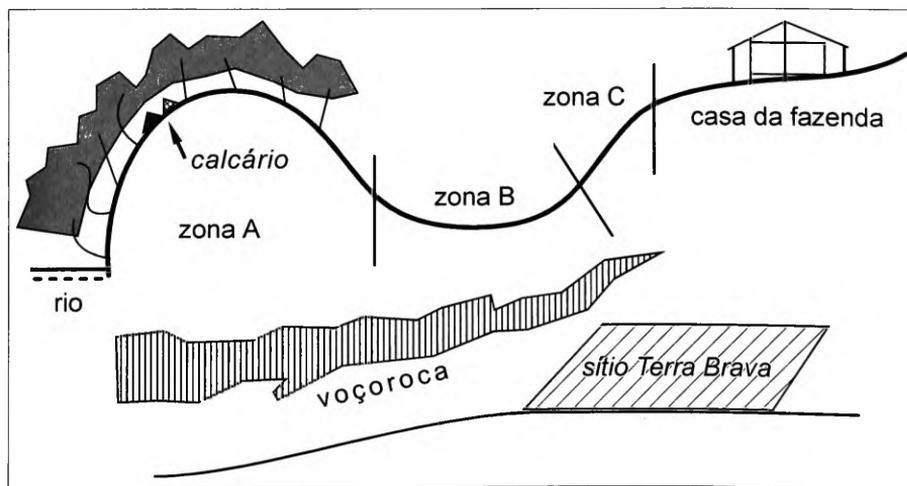


Fig. 3 – Três zonas definidas e prospectadas em torno do sítio Terra Brava.

afloramento de grandes blocos de calcário. No que se refere aos vestígios arqueológicos, observa-se ocorrência de material cerâmico (cacos cerâmicos sem pintura) e lítico lascado (brecha silicificada). Os blocos silicificados encontram-se presos ao calcário e apresentam negativos de lascamento, indicando claramente que o material foi explorado como jazida de matéria-prima (um grande número de blocos e lascas deste *faciès* de rocha foi encontrado entre os vestígios exumados do Terra Brava).

Zona B: solo arenoso, com pouca vegetação, possível paleo canal de um afluente do rio Peruaçu. Não há indícios de material arqueológico.

Zona C: apresenta as mesmas características da Zona A, ou seja, encosta de morro com afloramento calcário, no entanto, não foi encontrado material arqueológico.

Não obstante, a oeste deste setor (em frente à sede da fazenda), existe outra pequena elevação, próxima ao paleo leito de um afluente, com as

mesmas características, a saber, afloramento calcário com mesmo tipo de material silicificado, utilizado como jazida de matéria-prima. No entanto, por uma questão de tempo, esta zona não foi sistematicamente prospectada.

Área 2: pequeno platô com afloramento calcário, situado no caminho da gruta do Janelão (ao sul do Terra Brava): para o setor, foram definidas duas linhas de referência leste/oeste e norte/sul. Foram trabalhados esses alinhamentos, abrindo a área de prospecção por quadrantes sudeste, sudoeste, nordeste e noroeste, abrangendo, assim, todo o platô.

Sobre a área prospectada, observaram-se vestígios históricos (vidros, tijolos, amianto, borracha etc.). Por outro lado, somente nos quadrantes SE (e em sua área periférica) e NE, foram encontrados vestígios arqueológicos (fragmentos cerâmicos e líticos, esparsos e um machado polido) (Fig. 4).

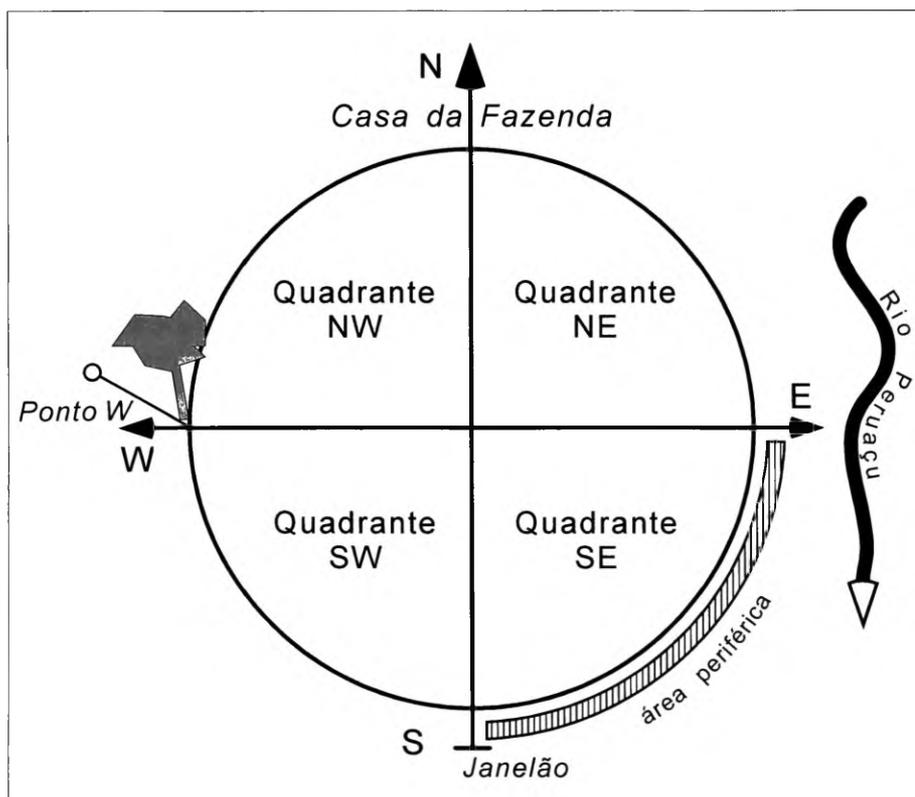


Fig. 4 – Prospecção seguindo linhas referências norte/sul e leste/oeste.

Área 3: o setor do Boqueirão. Apresenta duas especificidades: a primeira, a proximidade com o sítio do Abrigo do Malhador (algumas centenas de metros); a segunda, a presença de sílex de boa qualidade.

A “passagem”, provavelmente ruínas de uma antiga caverna, foi aberta para construção da estrada atual. A oeste da passagem, subindo morro abrupto, encontra-se jazida importante de blocos de sílex de boa qualidade para lascamento.

Outro ponto digno de nota neste setor, são os blocos achatados (tamanho médio, aproximadamente 15 cm) de sílex preto homogêneo com granulometria fina, aptos para o lascamento, incrustados dentro do maciço calcário. Este fenômeno é observado também nas paredes calcárias de outros setores (Arco do André, Vale dos Sonhos). Esses blocos podem ter servido como suporte para a indústria lítica.

Compartimento da planície aluvial

Entre as cotas 500-440 m, quando o Peruaçu entra no grande vale carstificado do São Francisco (em torno de 30 km de largura), observa-se um relevo de topografia suave com presença de dolinas que podem transformar-se em lagos sazonais (Piló e Kohler 1992). Em alguns pontos observam-se relíquias do maciço calcário (morro de Belo Monte, morro de Itacarambi).

A mata ciliar, atualmente bastante devastada no setor, constituiu-se, provavelmente, de árvores de porte médio a grande, favorecidas pela proximidade do lençol freático.

No que diz respeito à metodologia, alguns procedimentos específicos devem ser adotados; prospectar:

- 1) os morros residuais (região com relevo);
- 2) as depressões (dolinas);
- 3) os velhos terraços (casalheiras);
- 4) às margens dos rios (em barco, observando o corte) – erosão atual.

Os sítios conhecidos e descobertos (sítio Abrigo do Santana) foram plotados por GPS.

A título de ilustração, ressaltamos que, de acordo com observações feitas sobre o terreno, o sítio cerâmico ‘Russinhos’ (Koole e Prous 2000), que se encontra atualmente na borda da falésia do rio São Francisco (em torno de 10 m de altura), esteve em uma outra paisagem. O sítio desenvolve-se no

paleoterraço, na margem côncava da curva do rio. Esta margem está exposta à erosão dinâmica do rio que vem bater diretamente contra a parede da falésia constituída de elementos finos do terraço aluvial. Estes elementos são levados pela água e, como resultado, temos uma evolução de abatimentos entrando cada vez mais no terraço e deixando a falésia cada vez mais abrupta. Em consequência, grande parte dos vestígios arqueológicos desapareceu.

3- Tratamento dos dados : tipologia de sítios de matéria-prima

Para dar continuidade ao objetivo de entender a dinâmica da ocupação antrópica de uma bacia, faz-se necessário definir os elementos que ilustram a condição geomorfológica da paisagem estudada. O conjunto destas análises permitiu-nos estabelecer uma tipologia de sítios de matéria-prima que foram indiscutivelmente utilizados, ou que, potencialmente, podem ter sido utilizados pelos grupos passados.

Elaboração de uma tipologia

Esta tipologia não é somente geomorfológica, mas tem uma significação específica à medida que indica a qualidade das jazidas de matéria-prima. Foram definidos os seguintes elementos :

Terraços do rio Peruaçu: o rio Peruaçu é o eixo maior de drenagem da área de estudo. Em função de sua capacidade hidrodinâmica, ele transportou importantes quantidades de material recolhido em seu percurso, especificamente na forma de seixos. A evolução geomorfológica permitiu a instalação de terraços de idades variadas, mais ou menos suspensos acima do curso atual, o qual tem também seu próprio terraço. Esses terraços são importantes fontes de matéria-prima. Como exemplo, podemos citar os paleoterraços que se encontram na margem direita do rio (compartimento do canion), a aproximadamente 1 km da sede antiga da fazenda Terra Brava, no lugar denominado ‘Sítio Porquinhos’. Neste local, encontram-se blocos de sílex de grãos grossos a médios, brechas silicificadas em grandes blocos, assim como pequenos seixos de arenito.

Outro exemplo, as cascalheiras do Fabião II e Fabião I (planície aluvial). Como exemplo atual, podemos citar as cascalheiras aluviais do rio, que formam pequenas ilhas temporárias. Nesses locais encontra-se uma infinidade de rochas aptas ao lascamento. Hoje podemos observar uma ilustração deste tipo, dentro do rio Peruaçu, próximo à bomba de água da antiga sede da fazenda Terra Brava (sudeste da escavação do Sítio Terra Brava).

Abrigos sob rocha e pés de falésia: a base das falésias cársticas e, em particular, os abrigos sob rochas, são sítios onde se acumulam os materiais que caem do maciço calcário ou de sua cobertura. Às vezes, esses depósitos são antigos e cimentados. A variedade mineral depende, fundamentalmente, da qualidade mineralógica do meio ambiente. Como exemplo, citamos os blocos de matéria silicosa a grãos médios encontrados em torno do abrigo do 'Pimpo' (pés de falésia e abrigos), que são aptos ao lascamento.

Vales secundários e ravinas: são os entalhes que ligam as superfícies residuais dos platôs calcários ao vale atual do rio Peruaçu. São os eixos superficiais preferenciais de drenagem dos platôs e em consequência zonas de concentração de materiais provenientes da cobertura. Para ilustrar, podemos citar alguns exemplos de blocos que se encontram em posição secundária, graças aos vales e ravinações: sobre a estrada que leva ao Judas, nota-se a presença de calcário dolomítico; em baixo do desfiladeiro do 'Boqueirão' encontram-se blocos de sílex de boa qualidade para lascamento. Podemos citar, ainda, as ravinas em torno do 'Sítio Desenhos', onde existe a variedade de sílex cinza (granulometria fina, homogêneo), incrustado sob forma de lâminas dentro dos blocos abatidos de calcário, que caíram dentro da ravina. Ou ainda, as ravinas presentes na margem esquerda do Peruaçu, próximo ao 'Sítio Porquinhos' onde se encontram grandes blocos (decimétricos) de brecha silicificada.

Antigos preenchimentos de cavernas: as cavernas, e mais especificamente os paleocoletores, conheceram fases diferentes de preenchimento parcial, às vezes total, de suas galerias. Esses preenchimentos conheceram fases de litificação, permitindo sua conservação, mesmo quando a erosão destruiu parcialmente a galeria. Nesses preenchimentos, encontram-se vários elementos minerais, às vezes

utilizados pelos pré-históricos. De acordo com nossas observações, blocos de sílex de granulometria variada fazem parte desses preenchimentos e foram utilizados pelos grupos. O 'Abrigo do Pimpo' (em frente ao 'Abrigo do Boquete') ilustra bem nosso exemplo: dentro dos velhos preenchimentos do abrigo encontram-se blocos de sílex a grãos finos, médios e grossos. Remarca-se não somente o buraco de onde foram extraídos os blocos dentro do preenchimento, mas também alguns blocos no chão, sobre os quais existem negativos de lascamento. Um segundo exemplo são os preenchimentos do Abrigo do Malhador (sudeste do abrigo), onde podem ainda ser observados pequenos blocos de sílex a grãos finos a médios dentro dos velhos depósitos. Sua presença, mesmo que discreta, indica uma possibilidade de fonte de matéria-prima dentro de um local utilizado pelos grupos.

Terraços fluvio-cársticos das galerias túneis: os mega-condutos, atualmente percorridos pela água, oferecem preenchimentos parciais, de idades variadas, com elementos minerais interessantes, dentro da perspectiva arqueológica. Observamos, particularmente, os terraços de grandes seixos, parcialmente retomados pela erosão atual. Exemplo, a entrada da gruta do janelão, na margem esquerda do rio.

Superfície cárstica dos platôs: a superfície carstificada dos platôs calcários, ou seja o exocarste, oferece uma multidão de pequenas armadilhas (como os lapiés), que conservam os elementos das coberturas com, particularmente, elementos grosseiros (grandes blocos) que podem ter sido utilizados como fonte de matéria-prima. No caminho do sítio do Judas, o lugar denominado 'Sítio Guarapari 2', um sílex de cor preta, grão fino, em forma de lentes, é visível entre as camadas calcárias. Este sílex, a granulometria muito fina, é de qualidade medíocre para o lascamento pois é recortado de diáclases. No entanto, encontra-se sílex deste tipo entre os vestígios antrópicos exumados do Terra Brava. A particularidade deste exemplo é indicar uma jazida de matéria-prima in situ (a grande maioria das rochas silicosas do Peruaçu encontra-se em posição secundária).

Dolinas e depressões: dentro das superfícies carstificadas dos platôs, podem-se observar acidentes de grande dimensão: as depressões e dolinas de diversas origens. Estes acidentes são grandes armadilhas para a cobertura.

Resíduos da antiga cobertura dos calcários: nas partes mais tabulares dos platôs calcários, observam-se resíduos, às vezes importantes, da antiga cobertura (Nhandituba e Urucuia). Estes sítios foram freqüentados pelos grupos, como comprovam os testemunhos encontrados na região do Judas. Estes setores estão em curso de erosão ativa, em função de sua posição topográfica no cimo dos maciços. São particularmente ameaçados pela erosão atual. Estes foram lugares de grande exploração de matéria-prima no vale do rio Peruaçu. Vários tipos de minerais lascados, tais como, arenito, sílex a grão fino, calcedônia, quartzo e brechas a banho de sílica, podem ser observados. Também, subindo em direção à sede nova da fazenda Terra Brava, observam-se sobre a estrada, blocos de arenito silicificado, encastrado dentro de terrenos arenosos avermelhados.

Zonas dissecadas dentro das alterações do embasamento: a paisagem constitui-se por um relevo de colinas entrecortadas por ravinas. Esse relevo residual desenvolve-se dentro das alterações superficiais do embasamento granítico-gnaissico. Estas formas são resultantes da ação das águas de chuva. Como esta região desenvolve-se dentro da alteração do embasamento, evidentemente encontram-se no setor, minerais de constituição do embasamento (quartzo em forma de geodos, por exemplo). Como exemplo, citamos a região em torno do arraial do Onça, onde se situa o sítio Olha Aqui.

Esta abordagem tipológica permite melhor entender a evolução geomorfológica da região cárstica e assim suas incidências sobre a possível repartição da matéria-prima na área de estudo. Em particular, ela sublinha a relativa liberdade de implantação humana entre a zona de transição e a planície aluvial, em função da distribuição potencial de matéria-prima indispensável (Fig. 5).

Recursos naturais e ocupação humana: discussão

Terminada a fase dos trabalhos de campo e das análises dos dados obtidos, algumas reflexões parecem-nos incontornáveis. Uma delas refere-se ao compartimento do 'Alto Vale', um grande vazio arqueológico.

Algumas idéias podem ser consideradas. Antes de examiná-las, é preciso fazer uma constatação, que pode parecer evidente, mas fundamental: não

há pedras neste compartimento, pelo menos não há abundância de pedras. As cimeiras têm uma riqueza de material orgânico, seja do tipo madeira, fibras, ossos, dentes e chifres de animais etc., mas as rochas são raríssimas na região. Feita esta constatação, podemos discorrer sobre nossas hipóteses.

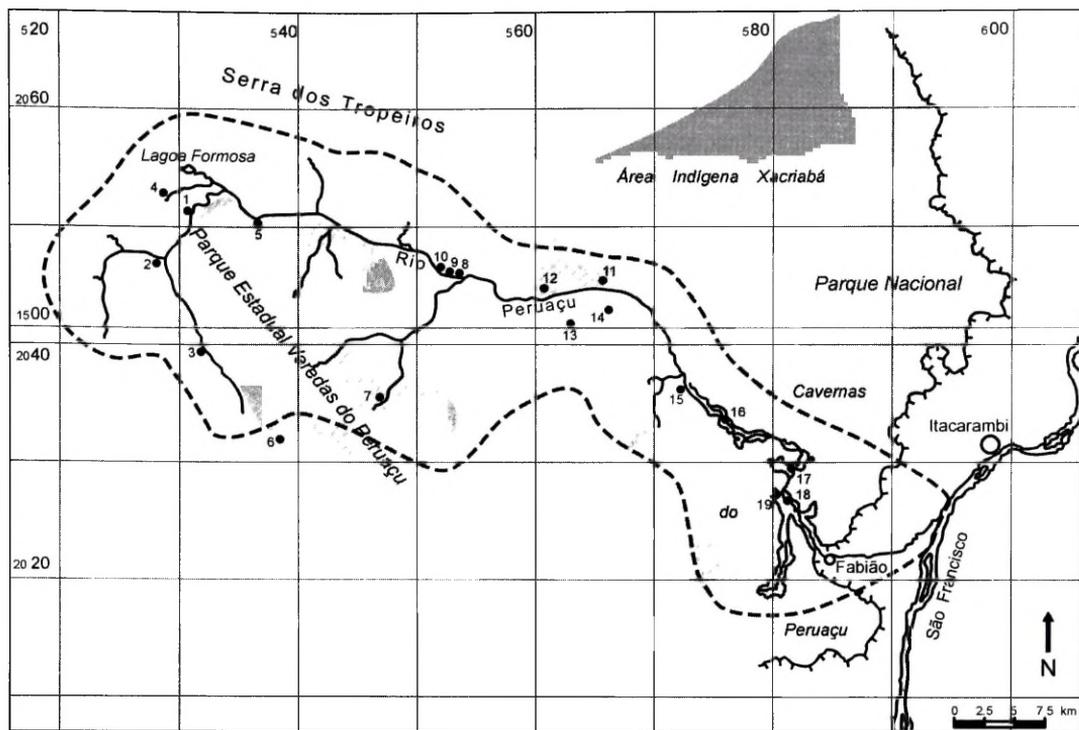
A primeira questão colocada diz respeito à possibilidade ou não da região ter sido freqüentada: acreditamos que a região tenha sido freqüentada, pois não há nenhum limite físico, do tipo geológico por exemplo, que impeça os grupos de chegarem à área. Além disto, os pré-históricos deixaram marcas de suas presenças em todo o entorno desta região, lá onde os vestígios puderam ser conservados (seja nas partes jusantes do rio, ou nos maciços calcários da Serra dos Tropeiros – norte desta zona), o que comprova uma certa liberdade da ocupação humana no vale do rio Peruaçu e nas áreas vizinhas.

Lembramos ainda que, no compartimento do canion, existem pinturas rupestres que são interpretadas como sendo coqueiros Buritizeiros (portanto vegetação de veredas), além da presença, mesmo que rara, de plumas de grandes papagaios que fazem seus ninhos nesses coqueiros; estes elementos vêm reforçar nossa idéia. Não obstante, é preciso lembrar que as 'veredas' não se encontram somente nas cimeiras, mas ocupam toda a zona de transição, chegando até quase a entrada do grande canion.

Um último ponto pode ser levantado para apoiar nossa hipótese, ou seja, que o meio ambiente do setor é particularmente belo com possibilidades de recursos importantes, do tipo água, peixes, mamíferos de porte médio, conchas, madeiras, ervas, entre outros, o que poderia ter levado os grupos pré-históricos a freqüentarem a área.

Podemos ir um pouco mais longe nas nossas reflexões. Então, dois pontos são importantes para serem discutidos: o primeiro, se o material utilizado for orgânico, dificilmente teremos conservação; o segundo, se a ocupação não for sistemática, dificilmente poderemos localizar os sítios.

É possível imaginar que os grupos, que por aí passaram, tenham utilizado muito mais utensílios de madeiras, ossos, fibras etc., que estes não foram conservados por uma questão de biodegradação do material (acidez do solo), e, portanto, não podemos encontrar tais vestígios, pois eles não existem mais.



Pontos de prospecção (GPS-LMK) : 1-Margem do rio Peruaçu (527949e/8346778n), 2-Nascente do Peruaçu (531934e/83399487n), 3-Confluência (535471e/8350485n), 4-Lagoa dos Patos (528800e/8353187n), 5-Ilha do Bião (536647e/8350674n), 6-Limite do parque (538667e/8332183n), 7-Afloramento arenito (547352e/8335397n), 8-Cripto carste (551907e/8346068n), 9-Afloramento silcrete (551708e/8346224n), 10-Afloramento calcário (551702e/8346317n), 11-Arenito (561495e/8344723n), 12-Silcrete (560021e/8344541n), 13-Silexito vermelho (562473e/8341969n), 14- Sítio Olha Aqui (565776e/8342936n), 15-Exurgência (572711e/8336102n), 16-Sítio Novinha (575735e/8333664n), 17-Sítio Terra Brava, 18-Sítio Bichos (581157e/6326508n), 19-Sítio Malhador (581163e/8326909n).

Fig. 5 – Exemplo de pontos plotados em prospecção (software MapInfo), com limites dos parques da bacia do rio Peruaçu (APA Cavernas do Peruaçu).

Outra possibilidade é que a região tenha sido visitada como terreno de caça. Neste caso, é possível que as visitas tenham sido discretas, não havendo assim uma ocupação sistemática, o que corresponde bem à ausência de vestígios arqueológicos.

Enfim, é possível que simplesmente não tenhamos encontrado os vestígios, pois nossas prospecções não abrangeram o terreno de maneira suficiente. Durante nossos trabalhos acreditamos que as ocupações deste compartimento teriam a mesma lógica dos outros compartimentos, ou seja, uma ocupação ligada à água (rio e lagoas). Porém, é possível que a lógica da ocupação neste setor seja diferente, infelizmente não a compreendemos ainda.

Abordamos uma vez mais o problema da falta de sondagens. É possível que o terreno não tenha sido utilizado pelas últimas populações que

freqüentaram o vale – as quais teriam deixado vestígios superficiais –, mas sim por grupos mais antigos e neste caso encontraremos vestígios em estratigrafia, daí a necessidade de sondagens. De acordo com nossas análises, alguns pontos seriam potencialmente privilegiados e merecem sondagens teste: as lagoas e as zonas planas em seu entorno. Estes setores são importantes não só pela riqueza de peixes e moluscos que elas contêm, mas também pela facilidade de se aproximar da água. Vale lembrar que ainda hoje mamíferos de porte médio vêm beber água nestes setores (haja vista as dificuldades já citadas de acessar ao rio Peruaçu). Vale ressaltar aqui que, num período mais úmido, o diâmetro das lagoas pode ter sido maior, daí o interesse de prospecções e sondagens nos arredores planos às margens atuais.

Este primeiro trabalho de prospecção sistemática ao longo de uma bacia, mesmo se ainda restrito, permite o início de uma visão de conjunto. Acreditamos que um dos méritos desta análise provém de sua equipe pluridisciplinar, que discutiu os dados obtidos nas perspectivas geológicas, geomorfológicas e arqueológicas, buscando sempre cruzar estes três domínios da ciência.

Esta experiência permite reforçar algumas reflexões: colocando de lado todos os limites deste trabalho e dando importância aos dados obtidos, podemos pensar que a ocupação humana sistemática do vale do rio Peruaçu está ligada à água, como já sabíamos, mas também ao calcário e à presença de matéria silicosa, ou seja uma ligação “grupos humanos x rocha”

Esta hipótese pode ser emitida graças à observação da presença sistemática de vestígios arqueológicos estar sempre ligada à presença de afloramentos de rochas silicificadas, assim como à proximidade de relevo cárstico.

Estariam os grupos ocupando por longos períodos regiões onde poderiam se abastecer facilmente de lítico? ou estariam os vestígios ligados a um problema de conservação?

De fato, parece-nos ainda cedo para fazermos afirmações sobre o alto vale (é preciso um trabalho de sondagens), no entanto, sua proximidade com o maciço da Serra dos Tropeiros faz pensar que a freqüentação na região poderia estar ligada não só às populações do rio Peruaçu, mas também às populações do rio Cocha (distante de 20 km), outra região cárstica rica em vestígios arqueológicos (ainda mal conhecidos). Estariam os grupos utilizando o setor como território de caça? Caso estas incursões tenham sido periódicas, dificilmente encontraremos os vestígios.

Na verdade, os grupos que ocuparam a região, tinham um amplo conhecimento de seu território, pelo menos é o que parece demonstrar a

presença de certas matérias-primas encontradas nas escavações do compartimento do canion, tais como quartzo hialino ou sílex jaspóide amarelo, provavelmente provenientes de outros compartimentos.

Enfim, o conjunto destes elementos deixa supor que os grupos não foram limitados pelo sistema geomorfológico, ao contrário eles podem ter passado por todo o vale. Como a areia presente nas cimeiras pode ser um limite para a observação dos vestígios de superfície, a realização de sondagens na região é um ponto fundamental para o avanço da compreensão da ocupação da região pelas populações pré-históricas.

Conclusão

Ressaltamos os principais pontos de nossa pesquisa: desenvolvimento de uma metodologia baseada em uma análise morfogenética da paisagem, que permite prospecções e localização de sítios arqueológicos situados em ‘campo aberto’ e ou em ‘região com relevo’

Esta análise, baseada na compreensão da evolução geomorfológica de uma dada bacia, permite não só a criação de uma tipologia de sítios de jazidas de matérias-primas líticas, potencialmente utilizadas por grupos pré-históricos, mas também o conhecimento dos limites da ocupação pré-histórica do setor (limites geomorfológicos da ocupação), assim como áreas mais utilizadas.

Após esta primeira etapa, é preciso, num segundo momento, fazer sondagens nos compartimentos, para verificar se existiu ocupação nos níveis mais profundos. A partir dessas sondagens e da análise da localização dos sítios ao longo da bacia (recursos líticos e biológicos), criar um modelo da ocupação humana para a região.

RODET, M.J.; RODET, J.; NASCIMENTO, S.A.; MARIANO, D.F.; HUGUET, Y.; SILVA, J.R. Metodologia de prospecções geoarqueológicas dentro de uma bacia (exemplo da bacia do rio Peruaçu, Minas Gerais, Brasil). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 25-41, 2002.

RODET, M.J.; RODET, J.; NASCIMENTO, S.A.; MARIANO, D.F.; HUGUET, Y.; SILVA, J.R. A methodology of geoarchaeological prospections in a fluvial basin (example of the Peruaçu river basin, Minas Gerais, Brazil). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 25-41, 2002.

ABSTRACT: Knowledge about the prehistoric occupancy of a region depends obviously on the method of data acquisition based on a systematic methodology. The recent introduction of the multidisciplinary approach in modern studies allows the elaboration of a systemic methodology of location of the archeological sites, based on the basic geomorphological unit, the hydrographical basin. The methodology elaborated and developed in the Rio Peruaçu basin, in northern Minas Gerais, area studied since 1980, is founded on the morphogenesis and evolution of the landscape. Its goal is to help the understanding of the human colonization of a definite geomorphological unity.

UNITERMS: Methodology – Prospection – Landscape – Basin – Geomorphology – Archaeology - Geoarchaeology – Multidisciplinary approach.

Referências bibliográficas

- FOGAÇA, E.
2001 *Mãos para o Pensamento – a variabilidade tecnológica de indústrias líticas de caçadores-coletores holocênicos a partir de um estudo de caso: as camadas VIII e VII da Lapa do Boquete (Minas Gerais, Brasil – 12 000/ 10 500 B.P.)*. Tese de doutoramento, PUC do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2 vol: 450 p.
- GASPAR, M.
2000 *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, Coleção Descobrimos o Brasil. 89 p.
- GUAPINDAIA, V.; MACHADO, A-L.; DA COSTA,
2000 O Potencial Arqueológico da Região do Rio Maracá/Igarapé do Lago (AP). *Anais do IX Congresso de Arqueologia Brasileira*, (CD ROM) 1º Edição, Rio de Janeiro, Sociedade de Arqueologia Brasileira.
- GUIDON, N.
1982 *Relatório de missão de prospecção realizada em agosto de 1981 no Parque Arqueológico do Alto Vale do Guaporé, Brasília*. Fundação Nacional Pró-Memória, Caderno Técnico, nº 27.
- KOOLE, E.; PROUS, A.
2000 O Sítio Russinhos: uma ocupação ceramista nas margens do rio São Francisco. Relatório final do Projeto “Arqueologia do Alto Médio São Francisco – Vales dos Rios Peruaçu e Cochá”, Finep: 42-63.
- MORAIS, J.L.
1979 *A Ocupação do Espaço em Função das Formas de Relevo e o Aproveitamento das Reservas Petrográficas por Populações Pré-Históricas do Paranapanema, SP* Coleção do Museu Paulista, Série Arqueologia, São Paulo, Universidade de São Paulo, vol 6: 85 p.
- 1983 A utilização dos afloramentos litológicos pelo homem pré-histórico brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima. *Coleção do Museu Paulista, Série Arqueologia*, São Paulo, vol 7.
- 1985 Prospecções arqueológicas no médio Paranapanema paulista. *Revista de Pré-História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, vol 6: 216-220.
- PILÓ, L.B.
1989 *A morfologia cárstica do baixo curso do rio Peruaçu, Januária-Itacarambi, MG*. Monografia de Bacharelado, Instituto de Geociências, Departamento de Geociências – UFMG, 79 p.
- 1997a Caracterização regional do carste do vale do rio Peruaçu. *O Carste*, Belo Horizonte, 9 (2): 22-29.
- 1997b Rochas Carbonáticas e relevos cársticos em Minas Gerais. *O Carste*, Belo Horizonte, 9 (2): 72-78.
- PILÓ, L.B.; KOHLER H.C. (Coords.)
1991 Do vale do Peruaçu ao São Francisco: uma viagem ao interior da terra. *Anais do III Congresso Brasileiro da Associação Brasileira do Estudo do Quaternário*, Belo Horizonte, vol. 2: 57-73.
- PROUS, A.
1997 Síntese da Arqueologia do vale do rio Peruaçu. Relatório FNMA. Belo Horizonte: 98-130.

RODET, M.J.; RODET, J.; NASCIMENTO, S.A.; MARIANO, D.F.; HUGUET, Y.; SILVA, J.R. Metodologia de prospecções geoarqueológicas dentro de uma bacia (exemplo da bacia do rio Peruaçu, Minas Gerais, Brasil). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 25-41, 2002.

- PROUS, A.; BRITO, M.E.; LIMA, M.A.
1994a As ocupações ceramistas no vale do rio Peruaçu. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 4: 71-94.
- PROUS, A.; FOGAÇA, E.; LIMA, M.A.
1994b As últimas indústrias líticas do vale do Peruaçu, MG. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, Sociedade de Arqueologia Brasileira, 8 (2): 49-64.
- PROUS, A.; JUNQUEIRA, P.A.; MALTA, I.M.
1984 Arqueologia do Alto Médio São Francisco – Região de Januária e Montalvânia. *Revista de Arqueologia*, Belém, CNPq e Museu Paraense Emílio Goeldi, 2 (1): 59-72.
- RODET, J.; RODET, M.J.
2001 Evolution karstique et ressources lithiques archéologiques : l'exemple du rio Peruaçu. *Anais do 11º Congrès de Spéléologie Suisse*, Genève: 129-134.
- RODET, M.J.
1999 *Etudes technologiques des Industries Lithiques du Site Terra Brava – Vale do Peruaçu, Minas Gerais, Brésil*. Maîtrise, Université de Paris X, Nanterre, Maison d'Archéologie et Ethnologie, 115 p.
- RODET, M.J.; BIARD, M.; PROUS, A.; XAVIER, L.
2000 Indústrias líticas recentes dos abrigos da região de Montalvânia. *Arquivos do Museu de História Natural-UFMG*, Belo Horizonte, vol 17-18 (1996/1997): 211-242.
- SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A.S.
1994 Prospecções arqueológicas no sudoeste da Bahia. *Anais da 7ª Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 8 (1): 173-181.
- SOLÁ, M.E.C.
2000 Memória da Prospecção de 1977 na região cárstica de Montalvânia - MG. *Arquivos do Museu de História Natural-UFMG*, Belo Horizonte, 17-18 (1996/1997): 75-126.

Bibliografia

- ALMEIDA, F.; HASUI, Y.
1984 *O Pré-Cambriano do Brasil*. São Paulo: Edg. Blücher, 378 p.
- CASTRO E SILVA, M.
2002 *Os grafismos rupestres do abrigo do Poseidon: desordem e crono-estilística na arte rupestre do Alto Médio São Francisco*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas.
- CASTRO E SILVA, M.; RIBEIRO, L.
1996 Organização espacial e correlação crono-estilística na arte rupestre de Montalvânia - MG. *Anais da 8ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Porto Alegre, EDIPUCRS, Coleção Arqueologia, nº 1, vol 2: 103-118.
- DARDENE, M.A.
1978 Síntese sobre a estratigrafia do Grupo Bambuí no Brasil Central. *30º Congresso Brasileiro de Geologia*, Recife, vol 2: 597-610.
- KIPNIS, R.
2002 *Foraging societies of Eastern Central Brazil: an evolutionary ecological study of subsistence strategies during the terminal Pleistocene and early/middle Holocene*. PhD, University of Michigan, 620 p.
- MORAIS, J.L.
1978 Inserção Geomorfológica de Sítios Arqueológicos do Alto Paranapanema, SP. *Revista do Museu Paulista, N.S.*, São Paulo, 25: 65-86.
1985 A propósito da interdisciplinaridade em arqueologia. *Revista do Museu Paulista, N.S.*, São Paulo, 31: 56-77.
1992 La cartographie et la prospection aérienne. *Cahiers d'Archéologie*, Paris, 169: 28-29.
- 1996 SIG – Arqueologia. Perspectivas de aplicação em programas de pesquisa. *Anais da 8ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Porto Alegre, EDIPUCRS, Coleção Arqueologia, n. 1, vol 1: 539-565.
- PROUS, A.
1979/80 Considerações gerais sobre a arqueologia de Minas Gerais. *Arquivos do Museu de História Natural-UFMG*, Belo Horizonte, 4-5: 11-24.
1986 L'archéologie du Brésil – 300 siècles d'occupation humaine. *L'Anthropologie*, Paris, 90 (2): 257-306.
1990 Os artefatos líticos, elementos descritivos classificatórios. *Arquivos do Museu de História Natural-UFMG*, Belo Horizonte, 10 (1986-1990): 1-90.
1991 A Pré-História do Estado de Minas Gerais. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, 4: 100-115.
1992 Fouilles de l'Abri du Boquete. Minas Gerais, Brésil. *Journal de la Société des Américanistes*, Paris, 77: 77-110.
1992 *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 605p.
1992 O carste e a arqueologia. *Anais do III Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais: 330-341.
- PROUS, A.; FOGAÇA, E.
1999 Archaeology of the Pleistocene-Holocene boundary in Brazil. *Quaternary International*, 53/54: 21-41.
- PROUS, A.; RIBEIRO, L. (Orgs.)
2000 Arqueologia do Alto Médio São Francisco –

RODET, M.J.; RODET, J.; NASCIMENTO, S.A.; MARIANO, D.F.; HUGUET, Y.; SILVA, J.R. Metodologia de prospecções geoarqueológicas dentro de uma bacia (exemplo da bacia do rio Peruaçu, Minas Gerais, Brasil). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 25-41, 2002.

- Tomo I – Região de Montalvânia. *Arquivos do Museu de História Natural-UFMG*, Belo Horizonte, 17-18 (1996/1997), 523 p.
- RIBEIRO, L.
2000 O acervo gráfico da Lapa do Gigante. *Arquivos do Museu de História Natural-UFMG*, Belo Horizonte, 17-18 (1996/1997): 407-464.
- RIBEIRO, L.; PANACHUK, L.
2000 As Pinturas da Lapa do Dragão – Registro Homogêneo do complexo Montalvânia. *Arquivos do Museu de História Natural-UFMG*, Belo Horizonte, 17-18 (1996/1997): 331-405.
- RODET, J.; RODET, M.J.; NASCIMENTO, S.A.; FERREIRA, D.; HUGUET, Y.
(Prelo) Novos elementos da evolução geomorfológica do vale cárstico do rio Peruaçu, Minas Gerais, Brasil. *Arquivos do Museu de História Natural-UFMG*.
- RODET, M.J.
1997 *Pré-história: uma abordagem a partir dos instrumentos líticos*. Monografia de conclusão de curso, Ciências Sociais, Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 70 p.
- RODET, M.J.; PROUS, A.
2000 *As indústrias líticas do Sítio Terra Brava, Vale do Peruaçu, Minas Gerais*. Relatório Final do Projeto alto Médio São Francisco – Vales dos Rios Peruaçu e Cochá, FINEP: 31-41.

Recebido para publicação em 6 de junho de 2002.

APLICAÇÃO DE MÉTODOS GEOFÍSICOS EM ARQUEOLOGIA. PRIMEIROS RESULTADOS OBTIDOS NO SAMBAQUI FLUVIAL CAPELINHA, CAJATI-SP, BRASIL

*Paula Brito-Schimmel**

*Jorge Luis Porsani***

*Levi Figuti****

*Paulo DeBlasis****

BRITO-SCHIMMEL, P., PORSANI, J.L., FIGUTI, L., DeBLASIS, P. Aplicação de métodos geofísicos em Arqueologia: primeiros resultados obtidos no sambaqui fluvial Capelinha, Cajati-SP, Brasil. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 12: 43-54, 2002.*

RESUMO: A utilização de métodos geofísicos em prospecções arqueológicas é crescente e se deve à necessidade, cada vez maior, de uma investigação mais eficiente e não destrutiva. Este trabalho mostra como as prospecções geofísicas puderam auxiliar as investigações arqueológicas no Sítio Capelinha. A área prospectada é um sambaqui fluvial, muito discreto na topografia, situado em Cajati (São Paulo, Brasil). Os métodos de magnetometria e georadar (GPR) localizaram os alvos com maior potencial arqueológico, como, por exemplo, uma paleofogueira, que até o presente momento é única em todo o sítio, com pontas de flecha e restos ósseos associados e uma estrutura de escavação-preenchimento.

UNITERMOS: Métodos geofísicos – Magnetometria – Georadar - Prospecção arqueológica – Sambaquis.

Introdução

Desde muitas décadas os métodos geofísicos vêm sendo requisitados pelos arqueólogos para a realização de estudos preliminares, entre eles o mapeamento e a delimitação dos sítios. Estes

estudos resultam em um melhor planejamento da investigação arqueológica e possibilitam a escavação pontual dos alvos mais promissores. Isto se torna ainda mais importante quando os alvos a serem investigados estão abaixo de estruturas como fundações de igrejas, casas, estradas, praças, entre outras que não podem ser totalmente desmontadas para promover a escavação.

Levantamentos geofísicos de alta resolução permitem a localização de alvos arqueológicos em tempo reduzido. Isto tem implicação direta na redução dos custos das pesquisas e possibilita a preservação dos sítios, que não necessitam ser amplamente escavados. A escavação extensiva de um sítio significa expor uma grande superfície à erosão, oxidação e vandalismo, implicando em

(*) Depto. de Geofísica do Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo. Atualmente: Depto. de Pré-história, História Antiga e Arqueologia da Universidade de Barcelona, Espanha. bschimmel@ceipac.gh.ub.es

(**) Depto. de Geofísica do Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo. porsani@iag.usp.br

(***) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. lfiguti@usp.br; debblasis@usp.br

maiores custos de manutenção e preservação. Os métodos geofísicos podem delimitar o sítio tridimensionalmente, possibilitando que os arqueólogos tenham completo controle da área a ser escavada. Qualquer que seja a situação, a aplicação de métodos geofísicos é uma importante ferramenta para que a gestão do patrimônio arqueológico seja mais eficaz.

Além disso, uma das áreas da arqueologia denominada *arqueologia de salvamento* ou *de resgate*, que se dedica a estudos de regiões que serão extensamente modificadas por construções de barragens, loteamentos, aberturas de estradas, gasodutos, construção de túneis, metrô etc., tem se tornado importante graças à atual legislação brasileira, que obriga um acompanhamento arqueológico destas situações. Áreas urbanas têm invadido vários sítios arqueológicos e, na maioria destes casos, o tempo disponível para seu estudo muito limitado, tornando interessante o levantamento efetivo de grandes áreas com o auxílio de métodos geofísicos.

No Brasil, um marco na aplicação de métodos geofísicos em arqueologia ocorreu nos anos 80, com o emprego de métodos elétricos e magnéticos no mapeamento de sítios de cultura cerâmica na Ilha de Marajó (Roosevelt 1989, 1991).

Recentemente, um ensaio experimental realizado por Brito *et al.* (1999) no Sambaqui Capelinha, Cajati (São Paulo, Brasil) iniciou uma série de pesquisas acadêmicas em sambaquis fluviais do Vale do Rio Ribeira de Iguape, São Paulo (Alberto *et al.* 2000; Figuti *et al.* 2000; Figuti e Mendonça 2001).¹

O presente trabalho concretiza os resultados obtidos nas primeiras campanhas realizadas no Sítio Capelinha (Fig. 1), com o objetivo de mostrar como foram aplicados os métodos geofísicos para facilitar a exploração deste sítio. Os levantamentos magnéticos foram realizados em busca de alvos arqueológicos relacionados ao uso recorrente do fogo, e diversos perfis de georadar (GPR) foram feitos com o objetivo de estudar as características do substrato onde repousa o sambaqui. Graças aos levantamentos realizados, foram encontrados uma

paleofogueira, uma estrutura de escavação-preenchimento (em uma das áreas onde o sambaqui é mais espesso) e materiais associados a estas estruturas, como pontas de flecha, restos ósseos de diferentes vertebrados, entre outros. A exploração arqueológica do sambaqui Capelinha ainda não terminou e se apresentam aqui os primeiros resultados com ênfase na metodologia utilizada, que pode auxiliar o estudo de outros sítios semelhantes. Neste artigo mostramos como os métodos geofísicos podem servir como uma eficiente ferramenta para as investigações arqueológicas.

Os sambaquis fluviais

Sambaqui é um nome genérico atribuído às evidências arqueológicas deixadas por grupos caçadores/coletores/pescadores que habitaram a costa brasileira desde o Estado do Rio Grande do Sul até a Bahia; e do Maranhão até o Pará, de 5000 a 1000 anos atrás (Gaspar 1998). A palavra sambaqui é de etimologia Tupi; *tamba* significa concha e *ki*, monte (Prous 1992). Os sítios do tipo sambaqui são caracterizados por um grande acúmulo de conchas de moluscos, além de restos de fauna relacionada com a dieta alimentar de seus construtores. É muito importante ressaltar que atualmente os sambaquis vêm sendo interpretados não apenas como um acúmulo casual de restos arqueológicos, mas como resultados de um processo de construção intencional de uma estrutura, para a qual podem-se perceber múltiplos usos, onde as diversas camadas representam uma reestruturação periódica do espaço interno (Gaspar e DeBlasis 1992). Nos sambaquis são encontrados diversos artefatos (pontas de flecha, dentes perfurados, lâminas de machado de pedra polida, moedores, lascas, raspadores de conchas) ou materiais resultantes da manufatura destes artefatos (ossos cortados, lascas de quartzo). Ocorrem também sepultamentos, fornos e material queimado e, ocasionalmente, fundações reliquias de habitações (Gaspar 1998).

Menos conhecidos e pesquisados, os sambaquis fluviais do Rio Ribeira de Iguape apresentam forma e composição concheira similar aos sambaquis costeiros, embora em dimensões menores. Geralmente se apresentam como montículos de 20 x 20 m (comprimento e largura) com menos de 2 m de espessura. Além desses aspectos, outros indícios

(1) No âmbito do projeto temático *Investigações Arqueológicas e Geofísicas dos Sambaquis Fluviais do vale do Ribeira de Iguape, Estado de São Paulo* (processo FAPESP 1999/12684-2).

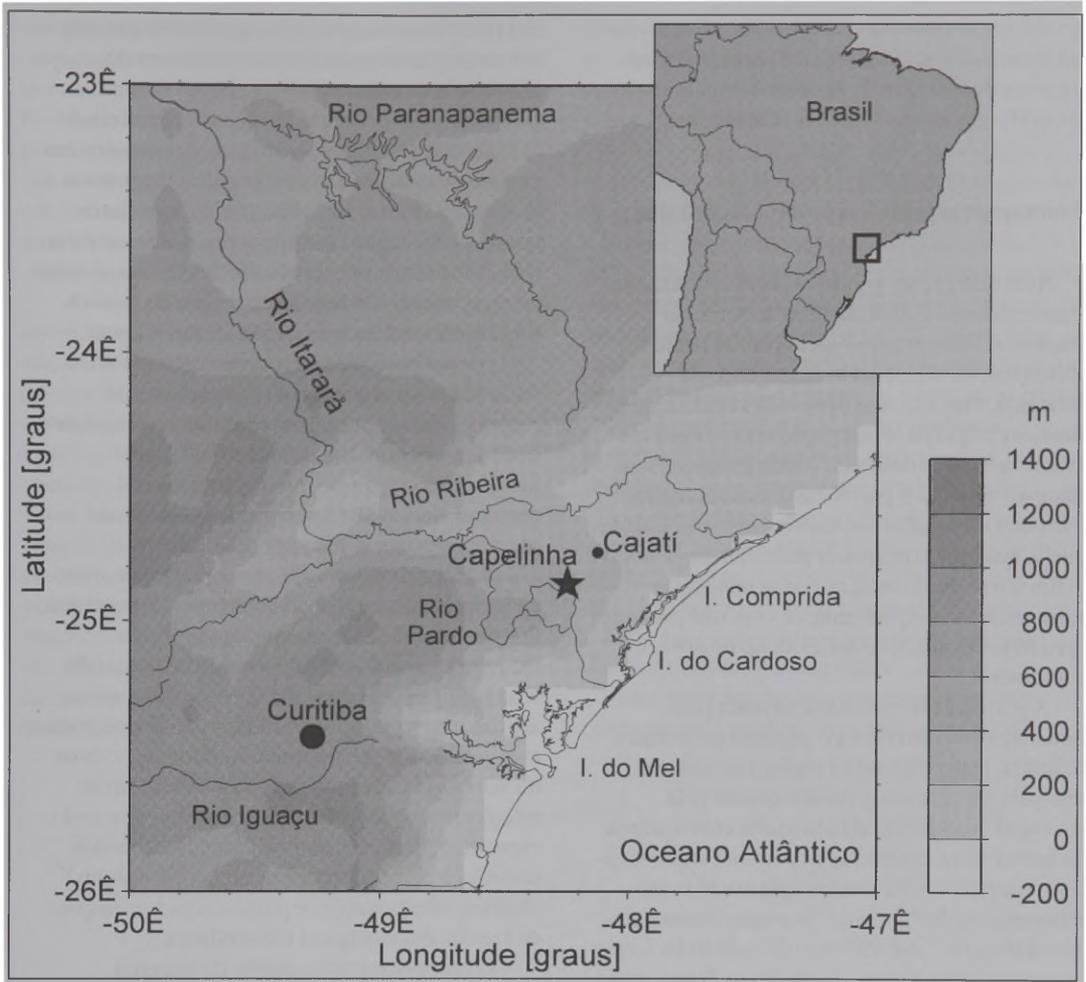


Fig. 1 – Mapa de localização do sítio arqueológico Capelinha, que se encontra no município de Cajati (São Paulo, Brasil). A estrela indica a localização do sítio.

como forma de sepultamentos, artefatos em ossos, dentes, conchas e líticos mostram grande afinidade desses sítios com os sítios costeiros, de modo que são concebidos como testemunhos da entrada de grupos do litoral, rio adentro (Barreto 1988).

Entretanto, o único sítio deste tipo com datações é o sítio Capelinha, que apresentou idades ao redor de 10.000 anos AP (Collet e Loeb 1988). Essas datações foram contestadas por Barreto (1988), pela falta de contexto apresentada pelos autores. Porém, ao retomarmos as pesquisas neste sítio, obtivemos três idades próximas para amostras de carvões, conchas e ossos humanos (entre 9.000 e 8.000 anos AP). Apesar desta

antigüidade, a presença de alguns vestígios de animais marinhos ainda sugere contatos (eventualmente sua origem) dos habitantes de Capelinha com os sítios costeiros do tipo sambaqui. Entretanto, tais sítios estariam hoje submersos, já que a linha da costa há 9000 anos estava a cerca de 30m abaixo da linha atual (Clapperton 1990).

Capelinha é um sítio arqueológico único no contexto regional, apresentando vestígios de três ocupações pré-coloniais conhecidas do Vale do Ribeira. A mais antiga é a dos sambaquieiros, sendo a seguinte testemunhada pela presença de restos líticos dos caçadores-coletores da Tradição Umbu, provavelmente mais recentes, com cerca de 1200

anos AP. Os traços mais recentes são os fragmentos de cerâmica dos horticultores da Tradição Itararé, com cerca de 600 anos. Estas duas últimas ocupações ainda não foram datadas no Capelinha.

Levantamento geofísico no sítio Capelinha

As investigações geofísicas aqui apresentadas foram realizadas com o objetivo de delimitar e caracterizar sítios arqueológicos parcialmente conhecidos, ou seja, cuja localização fosse conhecida, mas não suas dimensões e estruturas. O primeiro estágio de investigação teve o objetivo bastante amplo de delimitar o sítio e mapear suas principais anomalias geofísicas. Essas anomalias foram então analisadas e posteriormente selecionadas aquelas que teriam um maior potencial arqueológico. Em um segundo estágio, foram realizados levantamentos complementares, com o objetivo de suprir as necessidades e deficiências do primeiro levantamento.

A primeira etapa foi caracterizada pela demarcação do terreno com piquetes conectados por linhas, materializando a malha a ser utilizada tanto pela prospecção geofísica quanto pela escavação arqueológica. Esta malha cobriu a área que apresentava evidências de material arqueológico em superfície e foi extrapolada por toda sua vizinhança. As linhas foram dispostas com separação máxima de 2 m e ao longo de cada linha foram feitas marcações físicas a cada 0,5 m. Nessa etapa procedeu-se à limpeza do terreno, removendo objetos que impediam a movimentação de pessoas e, especialmente, objetos de ferro que poderiam causar interferências nos levantamentos magnéticos. Pelo menos, 30 kg de objetos de ferro entre peças, canos e latas foram encontrados visualmente.

As medições geofísicas foram realizadas ao longo das linhas. O espaçamento entre cada ponto de medida variou dependendo do método a ser empregado, sendo as medidas de magnetometria espessadas de 1 m e as de GPR espessadas de 0,25 m (considerando antena de 200 MHz).

Na segunda etapa, a malha inicial foi ampliada para que fossem investigadas as áreas adjacentes às anomalias que se encontravam nas bordas do primeiro levantamento, visando a continuidade dessas anomalias. Nessa mesma etapa foram retirados materiais metálicos que se encontravam em sub-superfície e que somente foram identifica-

dos pelas fortes anomalias magnéticas impressas nos mapas de magnetometria, resultantes do primeiro levantamento. Esses objetos foram retirados do solo e os perfis magnéticos refeitos.

Os dados obtidos foram pré-processados em campo, gerando mapas de anomalias magnéticas e seções de GPR (radargramas). Esses produtos permitiram avaliar a qualidade dos dados, orientar trabalhos complementares sobre feições localizadas ou recomendar a extensão da malha, de modo a traçar a continuidade de feições arqueológicas.

A escolha dos locais a serem escavados foi realizada pelos arqueólogos participantes do projeto com base nos resultados das investigações geofísicas. Foram determinadas feições mais favoráveis à escavação, tais como: material queimado (anomalia magnética), estruturas de escavação/preenchimento (GPR) etc..

A etapa de escavação arqueológica ocorreu após o primeiro estágio do levantamento geofísico. Posteriormente, levantamentos geofísicos e escavações arqueológicas foram se intercalando. Esta possibilidade de realizar escavações após a análise e interpretação dos dados geofísicos, para a averiguação desses, foi muito importante no caso do sambaqui Capelinha pelo fato de não haver referências bibliográficas para este tipo de estudo específico. Portanto, os estudos aqui realizados poderão servir como parâmetro para as futuras análises, interpretações e possíveis padronizações de feições arqueológicas em sambaquis.

O processamento e análise do material coletado nas escavações, por adotarem procedimentos científicos rigorosos, são normalmente demorados. Portanto, espera-se com o auxílio da aplicação de métodos geofísicos diminuir o volume de material coletado em uma escavação, priorizando os alvos arqueológicos a serem escavados, reduzindo o tempo e os custos das escavações.

As escavações arqueológicas foram conduzidas pelos arqueólogos e alunos do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP).

Processamento dos dados e apresentação dos resultados

Inicialmente, apresentamos exemplos esquemáticos de corpos magnetizados nas três principais direções de magnetização e como essas

direções se refletem no mapa de anomalias magnéticas e no mapa do gradiente horizontal dessas mesmas anomalias. Pretendemos, assim, facilitar o entendimento dos mapas resultantes do processamento de dados magnéticos. Vale ressaltar que esses mapas nos proporcionam uma localização bidimensional das anomalias, ou seja, nos eixos x e y. A questão da profundidade não é resolvida com este tipo de processamento.

Os corpos magnetizados apresentam dois pólos, norte e sul. Quando esses corpos, em sub-superfície, se encontram com a magnetização na posição horizontal, o que vemos no mapa de anomalias magnéticas é um par de anomalias, uma positiva e outra negativa. Este par de anomalias corresponde aos dois pólos de um único corpo, como mostra a Fig. 2a. Nesta figura, a seta indica a direção de magnetização e as linhas de contorno, em cinza e preto, indicam as anomalias negativas e positivas, respectivamente. Se a direção de magnetização está inclinada, como indicado na Fig. 2b, será também representada por um par de anomalias, porém o pólo que estiver mais próximo à superfície aparecerá com o contorno maior no

mapa do que o pólo que se encontra mais afastado da superfície. Quando a magnetização tem direção vertical, apenas veremos representado no mapa o pólo que estiver mais próximo à superfície (Fig. 2c). As superfícies representadas pelos pares de anomalias ou anomalias isoladas são bem maiores do que as dimensões do corpo magnetizado. Portanto, para sabermos onde temos a maior probabilidade de encontrar estes corpos, calculamos o módulo do gradiente horizontal das anomalias magnéticas. O módulo do gradiente pode ser considerado como valor máximo da densidade das linhas de contorno. O centro do corpo magnetizado se encontrará onde o módulo do gradiente for maior, como mostram as Figs. 2d, 2e e 2f, ou seja, onde se encontra a maior densidade de linhas.

Neste trabalho, a aquisição de dados magnéticos foi efetuada por duas unidades de magnetômetros de precessão de prótons (GSM19, GEM Systems), um operando como estação móvel e o outro como estação base para corrigir o efeito da variação diurna do campo geomagnético.

As medidas obtidas em campo não são diretamente representadas pelas anomalias

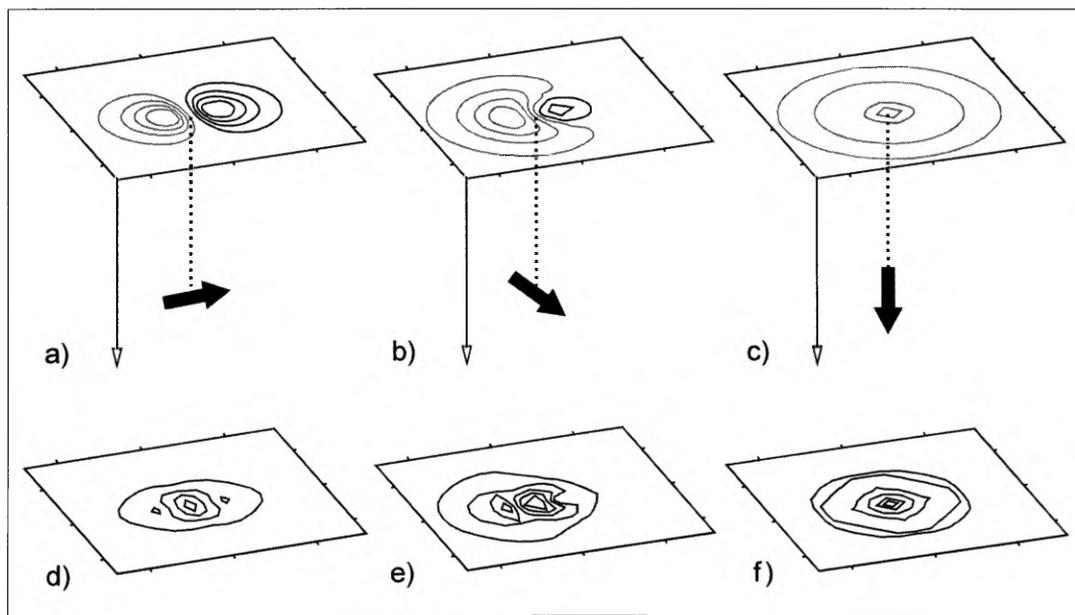


Fig. 2 – Esquema representando anomalias magnéticas de corpos com magnetização em três principais direções e os módulos dos gradientes horizontais correspondentes. a) Anomalia magnética correspondente a um corpo com magnetização horizontal em sub-superfície. b) Como 2a, porém com magnetização inclinada. c) Como 2a, porém com magnetização vertical. d), e), f) Módulos dos gradientes horizontais das anomalias das figuras 2a, 2b e 2c respectivamente.

como valores positivos e negativos, pois a superposição do valor do campo magnético da Terra é muito maior. Por isto, subtraímos de cada medida o valor médio de todas as medidas. Esta operação não altera as amplitudes relativas, mas elimina a parte constante e comum de todas as medidas e permite representá-las como anomalias positivas e negativas.

A malha utilizada para a aquisição de dados não foi uniforme em todo sítio. Para fins de apresentação gráfica dos resultados foi criada uma nova malha, menor que a malha utilizada em campo e com espaçamento uniforme de 0,2 m. Para isto utilizamos o algoritmo do “vizinho mais próximo” (nearest-neighbor). Este algoritmo utiliza a média ponderada das medidas próximas ao novo ponto da malha. A extrapolação do algoritmo é impedida porque a média ponderada só é computada quando todos os setores de um círculo, com centro no novo ponto, contêm valores.

A malha menor, tal como o uso das medidas locais ponderadas pelos valores mais próximos,

suaviza a imagem. Com isto, se cria uma imagem mais agradável dos dados brutos, e sem perda da informação robusta.

Os mapas das anomalias magnéticas foram gerados após o processamento dos dados. A Fig. 3 mostra as anomalias magnéticas obtidas para o sítio Capelinha. As anomalias positivas estão representadas pelos tons quentes (vermelho) e as negativas pelos tons frios (azul). Os locais onde as medidas foram tomadas estão indicados com pequenos pontos pretos. Isto possibilita identificar as regiões de maior confiança na interpretação dos mapas. As anomalias com grandes amplitudes estão apresentadas com as cores saturadas para melhorar a visualização das anomalias com menores amplitudes e geralmente de importante potencial arqueológico. Os valores extremos são maiores que os valores representados na escala das Figs. 3 e 4.

Na Fig. 3, em $x = 36$ m e $y = 16$ m, se observa claramente o exemplo de uma anomalia positiva bem próxima de uma anomalia negativa. Este par de anomalias provavelmente é causado por um só corpo, com a direção principal de

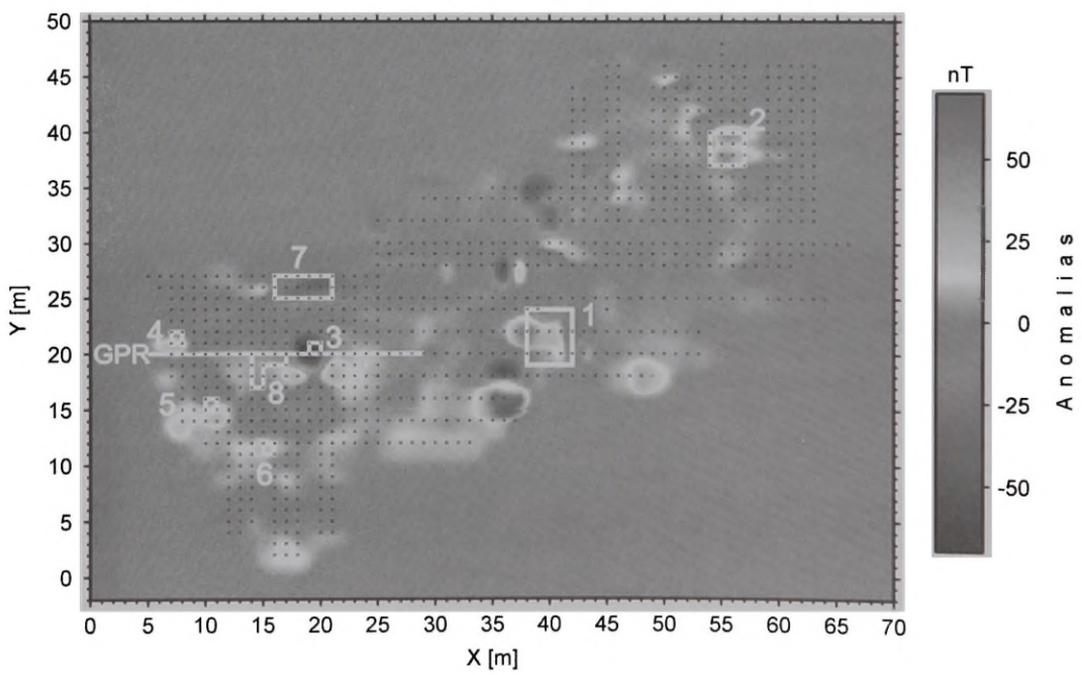


Fig. 3 – Mapa de contorno das anomalias magnéticas. Os pontos pretos indicam onde as medidas foram realizadas. Os polígonos de número 2, 3, 4, 6, 7 e 8 indicam áreas que foram escavadas, os demais ressaltam estruturas que são referidas no texto. Os tons de vermelho representam as anomalias magnéticas positivas e os azuis, as negativas.

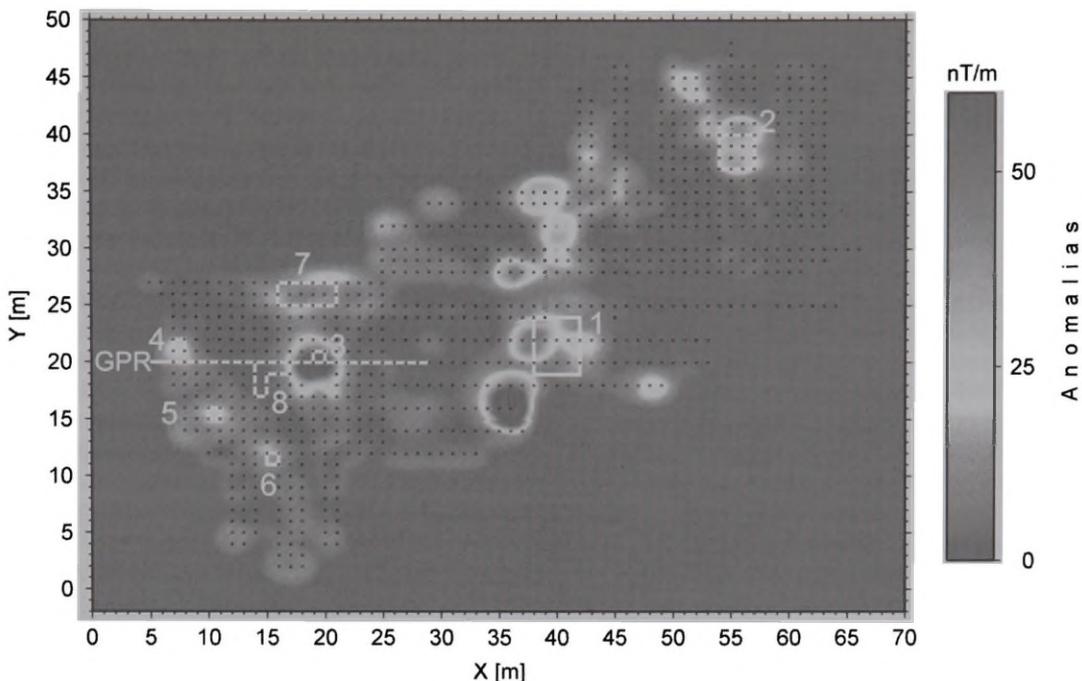


Fig. 4 – Mapa de contorno do módulo do gradiente horizontal das anomalias magnéticas da Fig. 3.

magnetização horizontal. Neste caso, o corpo se encontra onde o gradiente ou a derivada horizontal da anomalia for maior. Por isto, também é apresentado o gradiente horizontal das anomalias magnéticas (Fig. 4). No caso deste exemplo, a anomalia não apresentava um forte potencial arqueológico, tratando-se de um material mais recente, pois encontrava-se muito próxima aos escombros de uma antiga casa, identificada pelo polígono de número 1, assinalado nos mapas magnéticos.

O polígono de número 2 assinala uma anomalia magnética coincidente com um baixo topográfico. Inicialmente foi levantada a possibilidade de este local estar associado a uma casa subterrânea, porém esta hipótese não foi confirmada após as escavações.

A forte anomalia magnética localizada no polígono de número 3 foi causada pela presença de material de ferro residual, que somente foi localizado pelo levantamento magnético, já que se encontrava em sub-superfície. As anomalias magnéticas representadas pelos polígonos 4, 5 e 6 são coincidentes com o limite basal do sambaqui, na sua porção W-SW. Devido a esta localização

peculiar, levantou-se a hipótese de que essas anomalias estivessem intimamente ligadas à construção do sambaqui.

Uma anomalia bem mais discreta, porém de grande importância, está assinalada pelo polígono de número 7, que após ser escavada, nos revelou uma paleofogueira bem estruturada. As demais anomalias magnéticas que aparecem no mapa não foram assinaladas por se tratarem de interferências culturais, visivelmente perceptíveis em campo e, sendo assim, não apresentavam nenhum potencial arqueológico.

Nota-se que a Fig. 4 mostra aumentos do gradiente nas margens da malha. Isto é causado pelo fato que não permitimos uma extrapolação para regiões onde não temos controle do campo magnético, pela ausência de medidas.

Os dados de GPR foram adquiridos com o sistema GEORADAR (RAMAC, MALA), com antenas de 200 MHz. As séries temporais foram transformadas para profundidade utilizando o valor de velocidade $v = 0,07$ m/ns e utilizou-se um filtro de passa banda com platô entre 35 e 245 Hz. A linha nas Figs. 3 e 4 mostra a localização do perfil de GPR.

A Fig. 5 nos mostra os resultados obtidos após o processamento dos dados de georadar. Os horizontes em preto representam os refletores das ondas eletromagnéticas do GPR. A primeira linha em preto é típica de perfis de GPR e não tem significado geológico, sendo apenas a identificação da chegada da onda aérea (onda que viaja diretamente do transmissor ao receptor do GPR). A segunda linha, em torno de 0,5 m de profundidade, apresenta-se contínua em sua maior parte, sendo interrompida no intervalo compreendido entre as distâncias de 14 e 18 m, que nas Figs. 3 e 4 correspondem ao polígono nº 8. Este trecho é caracterizado pela ausência de refletores. Entre o metro 18 e o metro 20, observa-se claramente que o refletor apresenta-se inclinado. Exatamente onde se observam essas ausências de refletores é onde o perfil de GPR passa sobre uma espessa camada de conchas que compõem o sambaqui. A profundidade atingida pelo refletor inclinado é claramente visível até 1,25 m, coincidindo perfeitamente com a espessura do sambaqui neste setor, que varia entre 1 m e 1,5 m. Esta inclinação do refletor sugere, então, uma estrutura de escavação/preenchimento (natural ou antrópica) que serve de base para o acúmulo de conchas.

Análise e discussão dos resultados

Os primeiros resultados obtidos com a aplicação de métodos geofísicos no sítio arqueológico Capelinha foram bastante satisfatórios. As anomalias apresentadas nos levantamentos de magnetometria e GPR proporcionaram bons resultados.

A experiência nos mostrou a importância de se fazer a limpeza prévia do terreno, retirando todo tipo de material metálico que pudesse ser localizado visualmente, para que a área fique livre de interferências magnéticas. Estas interferências podem prejudicar completamente o levantamento magnético, pois as anomalias resultantes destes materiais, tais como latas, cercas, canos de ferro e ferro residual em geral, possuem valores muito altos, da ordem de 1000 nT, quando comparados com as anomalias resultantes de alvos arqueológicos, que são da ordem de 5 a 100 nT. Conseqüentemente, valores tão altos podem mascarar anomalias com potencial arqueológico.

Originalmente, no primeiro levantamento magnético realizado, foi detectada a presença de

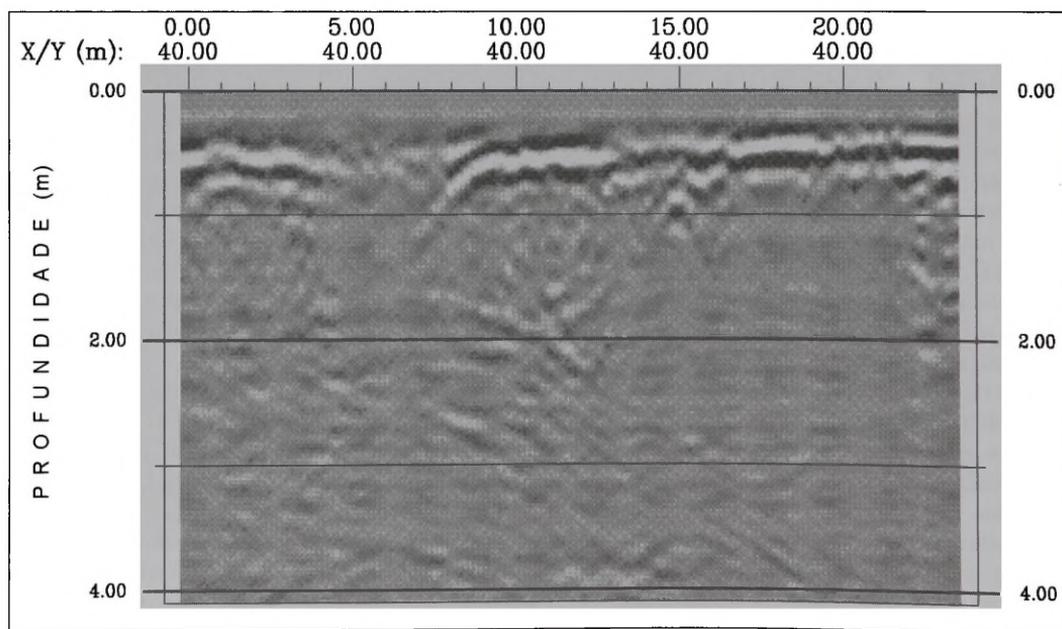


Fig. 5 – Radargrama. Perfil de GPR realizado com antena de 200 MHz, cuja posição em campo está assinalada nas Figs. 3 e 4 em $y = 20$ m.

uma forte anomalia associada a material metálico parcialmente enterrado, que foi então retirado e o levantamento refeito. Após o novo processamento notou-se que se repetia, no mesmo local, uma forte anomalia indicando que ainda havia a presença de material metálico, que desta vez não estava visível em superfície. A localização desses objetos residuais de ferro em sub-superfície foi pontual. Esse material está representado pela forte anomalia presente no mapa de contorno da Fig. 3, polígono nº 3. A Fig. 6 mostra o local escavado correspondente a essa anomalia magnética. Entre os objetos, foram encontrados restos de ferramentas e antigos materiais utilizados na construção civil (Fig. 7).

Um resultado muito importante decorrente da magnetometria (polígono nº7, Fig. 3) foi a localização de uma paleofogueira muito bem estruturada como mostra a Fig. 8. Essa paleofogueira estava a 20 cm da superfície, com aproximadamente 40 cm de largura e 2 m de comprimento. A detecção dessa paleofogueira foi possível devido a sua magnetização remanescente. Este tipo de magnetização é causada pelo campo magnético terrestre congelado nos minerais ferro-magnéticos presentes nos fragmentos de rocha que compunham a fogueira durante a queima. A importância da localização de uma paleofogueira para a arqueologia é muito grande. Em torno do fogo, muitos fatos importantes aconteciam, desde os cotidianos como



Fig. 6 – Local onde foi detectada a presença de material de ferro em sub-superfície.



Fig. 7 – Exemplos do material de ferro residual encontrado na Fig. 6, anteriormente utilizado na construção civil.

o cozimento de alimentos até fatos extraordinários como os rituais. Através das evidências deixadas em decorrência desses acontecimentos, como por exemplo restos alimentares, utensílios, adornos etc., podem ser estabelecidos parâmetros que permitem uma abordagem das características funcionais da sociedade ali assentada e uma estimativa da duração do assentamento.

(polígonos 4, 5 e 6), foram realizadas sondagens nos polígonos 4 e 6. No polígono 4 foi constatado que o pacote de conchas era pouco espesso e não foi observada nenhuma particularidade. Porém a sondagem realizada no polígono 6 constatou que a camada de conchas tinha cerca de 1 m de espessura e, em sua metade inferior, observaram-se grandes seixos de rochas do tipo basalto/diabásio



Fig. 8 – Paleofogueira localizada pelo levantamento magnético (polígono nº 7, Fig. 3) a 20 cm da superfície, com dimensões de 2 m de comprimento por 40 cm de largura.

Associados a essa paleofogueira foram encontrados diversos vestígios arqueológicos como artefatos confeccionados com dentes de animais, pontas de projéteis relativos a Tradição Umbu, lascas e estilhas, restos ósseos de diferentes vertebrados e fragmentos de cerâmica da Tradição Itararé.

A anomalia magnética assinalada pelo polígono de número 2, que coincide com um baixo topográfico, foi posteriormente escavada. O local apresentava grandes quantidades de material lítico associado à Tradição Umbu, mas nenhuma evidência arqueológica que pudesse ser associada a uma casa subterrânea, sendo esta hipótese descartada.

Em relação às três anomalias magnéticas coincidentes com o limite basal do sambaqui

no contato da camada de conchas com a terra. Aparentemente, essas pedras foram dispostas de modo a escorar o acúmulo de carapaças inteiras de *megalobulimus*, mas pouca área do sambaqui foi escavada para sustentar esta hipótese.

O resultado mais importante do método de GPR foi a evidência de uma estrutura de escavação/preenchimento que pode ser notada na Fig. 5. Exatamente onde nota-se a ausência dos refletores é onde o perfil de GPR passa sobre a maior espessura de conchas que compõem o sambaqui. A inclinação do refletor sugere uma estrutura de escavação/preenchimento (natural ou antrópica) que serve de base para o acúmulo de conchas. Para conhecer qual o processo que originou essa

estrutura será necessário que ela seja escavada e então observada e investigada. Se ela for concordante com a topografia, provavelmente deve ter origem num processo de ravinamento e se for discordante da topografia, sugere que tenha sido escavada com fins próprios para a construção do sambaqui. Caso a segunda hipótese se confirme, teremos um importante elemento para respaldar a teoria de construção intencional dos sambaquis.

Juntamente com os levantamentos magnético e GPR foi realizado um levantamento de espectrometria gama. O método de espectrometria gama, cujos resultados não serão apresentados neste artigo, foi o responsável pela delimitação do sítio, pois os sambaquis fluviais se apresentam bastante discretos na topografia dificultando sua delimitação visual. Permitiu também a identificação dos locais de maior espessura do sambaqui, onde foi encontrado o primeiro sepultamento (polígono nº 8, Figs. 3 e 4) e indicar bolsões de conchas que não estavam fisicamente ligados a este. Posteriormente, um desses bolsões foi escavado pela equipe de arqueólogos do MAE/USP e nele um segundo sepultamento foi encontrado. Isto mostra que os métodos geofísicos podem ser uma ferramenta eficiente na arqueologia.

Conclusões

Nossa experiência no sambaqui Capelinha mostrou a importância de se usar a magnetometria para localizar materiais de ferro residuais, que podem estar em sub-superfície e, conseqüentemente, não ser visíveis durante a limpeza prévia do terreno. Esses objetos chegam a gerar anomalias de até 1000 nT, que impedem o reconhecimento de anomalias geradas por material arqueológico, cuja magnitude é menor que 100 nT. Caso existam, tais objetos devem ser removidos e o levantamento magnético refeito, pois a eficácia dos resultados depende diretamente da qualidade dos dados.

A paleofogueira encontrada através do levantamento magnético, até o presente momento, é única em todo o sítio A localização de uma paleofogueira é

uma importante chave para a interpretação de sítios arqueológicos, porque ela reúne em seu entorno diversos tipos de artefatos, restos alimentares etc... que são evidências das características e costumes da população que ali existiu.

A estrutura de escavação/preenchimento identificada pelo levantamento de GPR é um importante elemento para a interpretação deste sítio. Caso seja confirmado que a estrutura é resultado de uma ação antrópica, servirá para reforçar a hipótese da construção intencional dos sambaquis.

Os dois únicos sepultamentos encontrados até o presente momento, no sambaqui Capelinha, foram resultados de escavações arqueológicas em pontos sugeridos pelos resultados das investigações geofísicas.

O trabalho demonstrou a importância da aplicação dos métodos geofísicos em sítios arqueológicos, já que esses possibilitam a identificação dos alvos mais promissores para a escavação. Além disso, a localização desses alvos tem grandes implicações, entre elas, permitir que o tempo de escavação do sítio seja reduzido. Isto implica diretamente na redução dos custos da pesquisa e na preservação do sítio, evitando que o mesmo fique exposto à superfícies de erosão, oxidação e vandalismo, além de reduzir a quantidade de material coletado. Tudo isto contribui para uma gestão do patrimônio arqueológico mais eficaz.

Os resultados destes levantamentos geofísicos possibilitaram que, ao final das investigações, tivéssemos o sítio arqueológico delimitado e seus alvos mais promissores a escavação identificados.

Agradecimentos

A M. Schimmel pelas importantes contribuições e grande incentivo e a C. Mendonça, por apoiar minhas idéias dentro desta linha de pesquisa. A todos os alunos de arqueologia e geofísica que participaram dos trabalhos de campo. A realização deste trabalho foi possível devido ao financiamento da FAPESP (Projeto de Doutorado nº 99/12441-2/Temático 1999/12684-2).

BRITO-SCHIMMEL, P., PORSANI, J.L., FIGUTI, L., DeBLASIS, P. Aplicação de métodos geofísicos em Arqueologia: primeiros resultados obtidos no sambaqui fluvial Capelinha, Cajati-SP, Brasil. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 43-54, 2002.

BRITO-SCHIMMEL, P., PORSANI, J.L., FIGUTI, L., DeBLASIS, P. Geophysical methods applied in Archaeology: first results from Capelinha fluvial sambaqui, Cajati-SP, Brazil. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 43-54, 2002.

ABSTRACT: The increasing application of geophysical methods in archaeological prospecting is due to the need of efficient and non-destructive investigations. This work shows how geophysical prospecting could aid archaeological investigations in the Capelinha site, located at Cajati (São Paulo, Brazil). This site is a fluvial sambaqui with a very discreet surface topography response. Magnetometry and georadar (GPR) were used to identify the main archaeological targets. An important result is the localization of a paleobonfire that, at the moment, is unique at the site, with arrow heads, bones, among other materials associated and an excavation-fill structure.

UNITERMS: Geophysical methods – Magnetometry – Georadar – Archaeological survey – Shellmounds.

Referências bibliográficas

- ALBERTO, J.J.A.; HODO, F.Y.; ROCHA, E.B.; MENDONÇA, C.A.; PORSANI, J.L.; BRITO, P.M.A.
2000 Geophysical prospecting technique to deline fluvial prehistoric shell deposits (sambaqui) in archaeological site of Miracatu-SP: 31st International Geological Congress, Rio de Janeiro, Brazil, August 6-7, A3-2.
- BARRETO, C.N.G.B.
1988 A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira de Iguape, SP: os sítios concheiros do médio curso. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP.
- BRITO, P.M.A.; MENDONÇA, C.A.; PORSANI, J.L.
1999 Investigações geofísicas no Sambaqui Capelinha, Cajati-SP. X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 19 a 24 setembro de 1999, Recife, PE.
- CLAPPERTON, C.M.
1990 Quaternary glaciations in the Southern Hemisphere. *Quaternary Science Reviews*, 9 (2-3): 121-304.
- COLLET, G.C.; LOEBL, E.
1988 Informações sobre os sambaquis fluviais do Estado de São Paulo. *Anuário de Staden* (Estudos Brasileiros), 36. Fundação Martius (Inst. Hans Staden), São Paulo.
- FIGUTI, L.; MENDONÇA, C.A.; De BLASIS, P.
2000 A aplicação de métodos geofísicos nos sambaquis fluviais do Vale do Ribeira de Iguape, São Paulo, Brasil: II Reunião de Teoria Arqueológica da América do Sul.
- FIGUTI, L.; MENDONÇA, C.A.
2001 Geophysical and archaeological investigations of an inland Brazilian shellmound. Poster in: De Blasis, P. & Gaspar, M.D. Settlement evolution and site formation patterns among the Sambaqui Moundbuilders from southern Brazil. Poster symposium at the 66th Annual Meeting of the Society for American Archaeology. New Orleans, April 18-22.
- GASPAR, M.D.
1998 Considerations of the sambaquis of the Brazilian coast. *Antiquity*, 72 (277): 592-615 SEP.
- GASPAR, M.D.; De BLASIS, P.
1992 Construção de sambaquis. *Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, 2: 811-820.
- PROUS, A.
1992 *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Universidade de Brasília Editores.
- ROOSEVELT, A.C.
1989 Resource management in Amazonia before the conquest. *Advances in Economic Botany*, 7: 30-62.
- 1991 *Moundbuilders of the Amazon: Geophysical archaeology on Marajó Island, Brazil*. San Diego: Academic Press.

Recebido para publicação em 5 de junho de 2002.

O HOMEM DO RIO DAS ALMAS: REMANESCENTES ESQUELETAIS HUMANOS DO SÍTIO ABRIGO TUVIRA (GO-NI.217), MUNICÍPIO DE BARRO ALTO, ESTADO DE GOIÁS, BRASIL

*Dilamar Candida Martins**

*Maria Elisa Borges***

*Sérgio Francisco S. M. da Silva****

*Sílvia Cristina Piedade*****

MARTINS, D.C.; BORGES, M. E.; SILVA, S.F.; PIEDADE, S.C. O homem do Rio das Almas: remanescentes esqueléticos humanos do GO-Ni.217, Sítio Abrigo Tuvira, município de Barro Alto, Estado de Goiás, Brasil. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 12: 55-70, 2002.*

RESUMO: O Homem do Rio das Almas: remanescentes esqueléticos humanos do GO-Ni.217, Sítio Abrigo Tuvira, decorre de pesquisa sistemática – campo e laboratório –, realizada por equipe interdisciplinar, a fim de atender ao comprometimento da disciplina arqueológica com a comunidade, na extroversão dos conhecimentos adquiridos relativos aos enterramentos pretéritos. Trata-se de material biológico constituído por componentes inorgânicos, principalmente fosfato e carbonato de cálcio, e orgânicos – osseína. Esses componentes que se combinam são responsáveis pela formação das diferentes estruturas ósseas, conforme a parte e a função do osso. Considerado como material anisotrópico, os ossos arqueológicos, nesse caso, sofrem alterações química e física, complexas e variadas. O grau de deterioração por eles apresentados decorre de diferentes fatores relacionados não só à sua estrutura, composição química e ações anteriores ao soterramento, como também às condições ambientais e ao tempo em que permaneceram enterrados. Assim, os testemunhos esqueléticos humanos, registros arqueológicos relativamente raros no contexto interno de sítios do interior do Brasil, representam fontes potenciais de respostas para questões de ordem sócio-cultural e econômica sobre as populações pretéritas e necessitam de estudos, análises e tratamentos prévios para a consolidação, o acondicionamento, o armazenamento e a musealização.

UNITERMOS: Arqueologia brasileira – Testemunhos esqueléticos humanos – Alto Rio Tocantins.

(*) Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia/Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás.

(**) Departamento de Morfologia da Universidade Federal de Goiás.

(***) Doutorando em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

(****) Especialista em curadoria de acervo arqueológico da Universidade de São Paulo.

Os vestígios funerários e seu contexto arqueológico em um sítio de interior

No registro arqueológico de sítios do interior do Brasil, a presença de remanescentes esqueléticos humanos é relativamente rara se comparada a outros tipos de sítios e categorias de vestígios. Quando encontrados, os restos humanos represen-

tam fontes potenciais de respostas para questões de ordem sócio-cultural e bioantropológica a respeito das populações pretéritas.

Em qualquer cultura, da pré-história aos dias atuais, os indícios da preocupação humana em proteger ou observar seus mortos nas mais diferentes formas de enterramento são patentes. A diversidade de cuidados adquire uma configuração social e pode assumir uma natureza cultural muito própria.

Os testemunhos esqueléticos humanos, no contexto interno de sítios arqueológicos goianos, vêm corroborando que os indivíduos foram sepultados, segundo os costumes, em determinadas posições e com um mobiliário funerário, quase sempre representado por objetos de pedra, material cerâmico, adornos fabricados em diferentes matérias-primas, dentre outros.

O estado de conservação dos registros arqueológicos de interior – lítico, lito-cerâmico, abrigado com ou sem pinturas rupestres – associado às formas de intervenção antrópica neles efetuadas desde a época da colonização do Estado de Goiás, tem colaborado para a reduzida compreensão desses contextos representativos das práticas funerárias. Esses fatores justificam a escassez dos achados e, conseqüentemente, de trabalhos que abordem essa temática para o interior.

A bibliografia arqueológica brasileira (UFMG 1994/95), atesta a ausência de estudos sobre a temática em Goiás e demonstra as dificuldades que, nesse campo, são bastante acentuadas.

Este trabalho, decorrente da modalidade de pesquisa arqueológica de contrato executada na área do reservatório da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa/GO, conjugou esforços interdisciplinares de arqueólogos, anatomistas, botânicos, geomorfólogos, topógrafos, geólogos, fotógrafos e cinegrafistas, além do pessoal de apoio, para a realização das atividades de campo.

O tratamento do material ósseo humano em laboratório, sua limpeza, identificação, reconstituição, análise e recuperação em bloco-testemunho, acondicionamento na reserva técnica e musealização, atendendo à necessidade de extroversão do conhecimento arqueológico produzido para a comunidade, exigiu o acompanhamento de equipe constituída por arqueólogo, anatomista humano, antropólogo físico, curador de acervo arqueológico e museólogo.

Assim, os estudos realizados sobre a deposição funerária e os vestígios ósseos humanos

provenientes da escavação do Sítio GO-Ni.217 (Abrigo Tuvira), passam a ser associados aos de nível regional e nacional e subsidiarão futuras correlações com dados mortuários de outros sítios de interior.

O Sítio Abrigo Tuvira¹ (Go-Ni. 217): caracterização contextual

O Sítio Abrigo Tuvira localiza-se a 26,30m da margem direita do Rio das Almas, afluente do Rio Maranhão, a 430m de altitude, na região Centro-Oeste, mesorregião Centro goiano, microrregião Ceres, município de Barro Alto, no Estado de Goiás, Brasil (Fig. 1).

O registro arqueológico foi classificado como sítio bem conservado (classe B de conservação), embora apresente sinais de remodelação estrutural efetuada pela ação do Rio das Almas. Esta classe engloba, conforme Morais (1991), os registros onde maior parte das estruturas arqueológicas apresenta-se inalterada, especialmente nas camadas sub-superficiais, e a camada superficial tende a evidenciar um grau mais elevado de perturbação.

Durante a pesquisa de campo, o acesso ao sítio foi considerado extremamente difícil em decorrência de ruptura de declive no leito do Rio das Almas, de cachoeiras e longas corredeiras, tornando-se possível somente por via fluvial. Geológica e geomorfologicamente, em nível regional, o depósito arqueológico se insere nas seqüências metapsamo-pelítica e metapsamo carbonática – Grupo Serra da Mesa (Pesm), marcadas pela unidade das Depressões Intermontanas, respectivamente.

Topomorfologicamente, trata-se de um abrigo natural (Fig. 2) situado na média encosta de uma vertente semiabrupta com declividade ao redor de 25%, formando abertura voltada para Oeste. As feições desse abrigo resultam do desmoronamento de blocos nos planos de acamamento e linhas de

(1) Tuvira: Nome vulgar de peixe da família *Apterontidae* cujo nome científico é *Stermarchorhynchus oxyrhynchus*, tem como habitat preferencial tanto o ambiente lêntico quanto o ambiente lótico. Aproveitamento Hidroelétrico de São Félix – Usina Serra da Mesa. Relatório do Meio Ambiente Físico, Biológico e Sócio-Econômico e Cultural, RNA-950 - Volume II – Anexos, IESA, fevereiro, 1986.

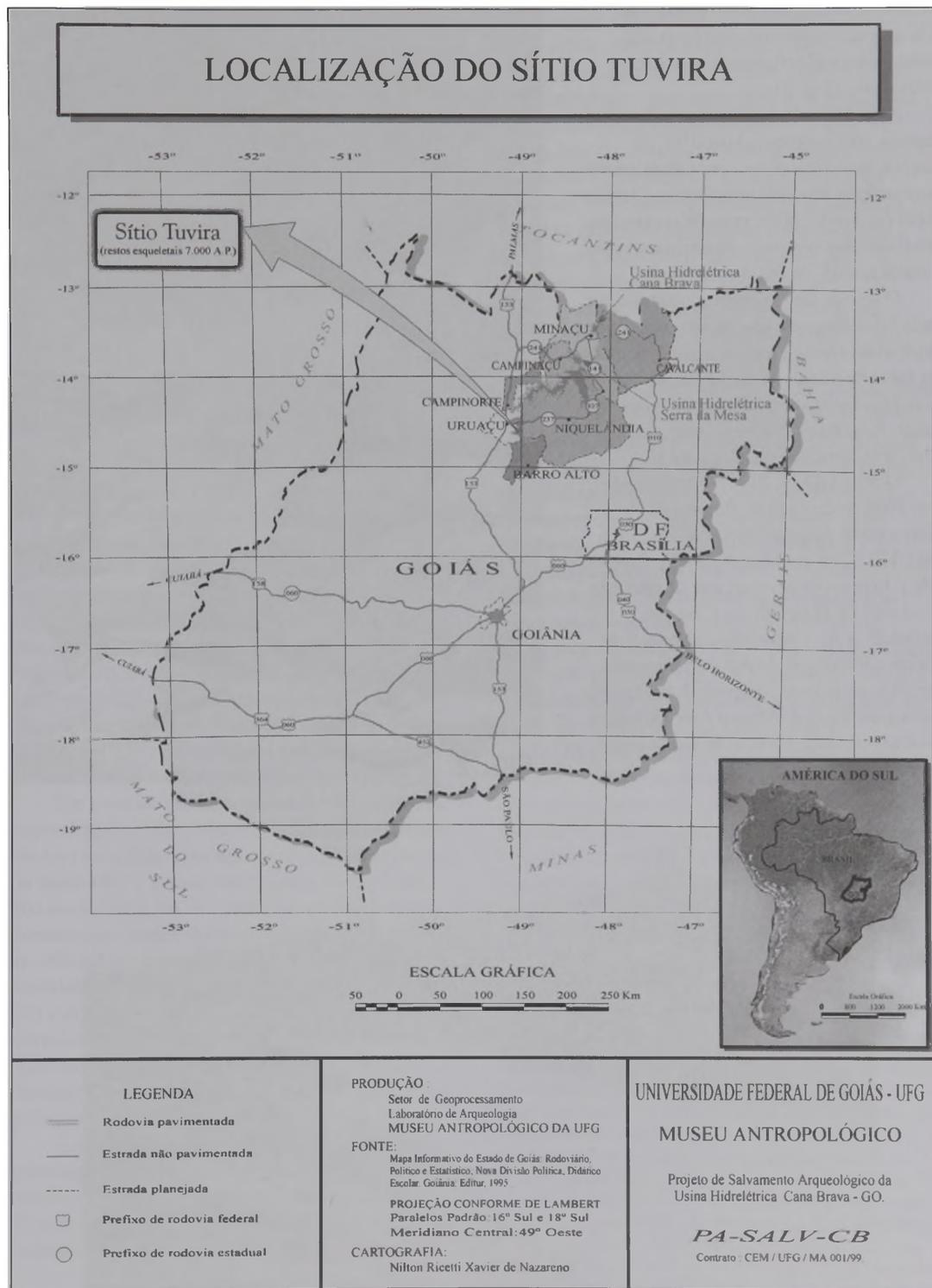


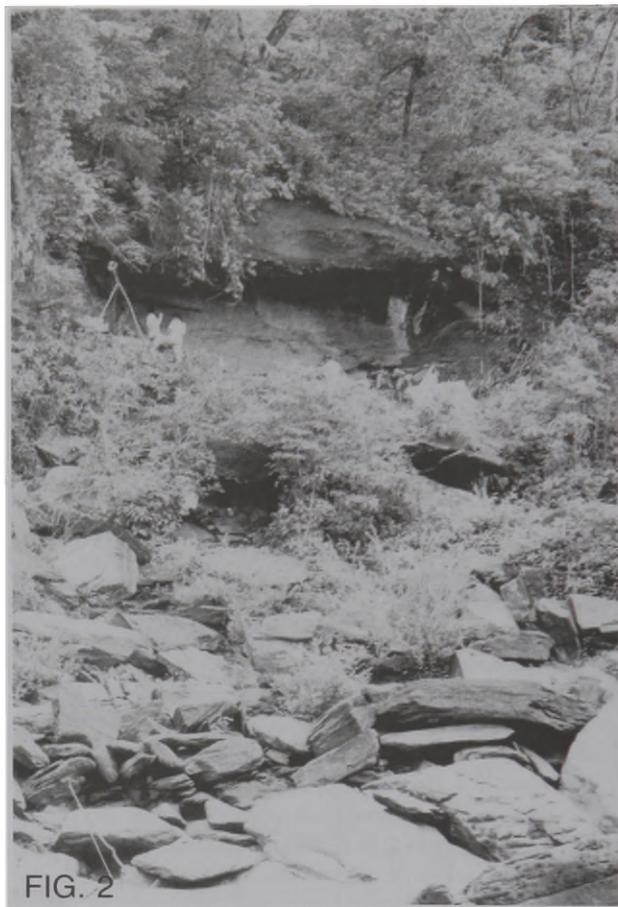
FIG. 1

fratura do maciço rochoso. O Rio das Almas, muito próximo, está profundamente encaixado, formando canyons e corredeiras (Fig. 3).

A visibilidade da área a partir do sítio é regular, atingindo no máximo 90°. A vegetação caracteriza-se pela mata galeria em transição com mata semidecídua. O clima local é o Aw-Köppen, com duas estações bem definidas: uma seca, de abril a setembro e outra úmida, de outubro a março.

O solo do tipo raso era constituído por areia fina e foliço em fase de decomposição. Apresentava fina camada de argila cimentada na faixa de transição da parede do abrigo com piso arenoso e evidência de deposição atual. A rocha do embasamento sem regolito constituía a pedologia local.

O Sítio GO-Ni.217 foi identificado em 1996 no âmbito do Projeto de Salvamento Arqueológico Pré-Histórico da UHE Serra da Mesa/GO (PA-SALV-SM). Este projeto, resultante de parceria estabelecida entre Furnas Centrais Elétricas S.A., Universidade Federal de Goiás e Fundação de Apoio à Pesquisa, foi executado pela equipe do Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás entre 1995 e 1998.



O Homem do Rio das Almas: estudo descritivo

O esqueleto humano exumado em bloco no Sítio Tuvira (Fig. 4) apresentava conexão anatômica entre a escápula, clavícula, o úmero, rádio, ulna e ossos do carpo e metacarpo direitos (Fig. 5). O osso do quadril e o fêmur direitos estavam articulados. A tíbia, fíbula e patela estavam semi-articuladas entre si e com o fêmur direito devido à ação de raízes. Alguns poucos fragmentos dos corpos de duas costelas direitas indicavam sua semi-articulação, prejudicada pela intensa deposição de fragmentos rochosos que encobriam e fragmentavam as vértebras.

No crânio, esmagado antero-posteriormente, a mandíbula estava semi-articulada e com os côndilos dispostos ao lado das maxilas e junto dos processos mastóideos. Os temporais, esmagados, voltavam-se para os lados e para a frente. Os maxilares superiores estavam fragmentados na altura dos palatos e região anterior dos ossos alveolares, o que resultou na ausência dos dentes incisivos, caninos e premolares (Fig. 6). O frontal estava representado por pequena porção do processo maxilar, na altura da região bregmática, com exposição dos seios frontais (Fig. 7). A mandíbula, uma vez evidenciada no bloco, apresentou-se íntegra, com pequenas fraturas e perdas de substância óssea na região dos ângulos mandibulares e do processo coronóideo direito (Fig. 8).

Em geral as unidades ósseas estavam extremamente fragmentadas, com os canais medulares e celas ósseas preenchidas com sedimento argilo-arenoso que as sustentava e apresentando graus de dispersão (ou desarticulação) resultantes de giros e esmagamentos ocasionados durante os processos formativos do sítio arqueológico. Os processos pós-deposicionais resultantes da ação de raízes (Fig. 9), insetos (Fig. 10) e do desprendimento de partes da parede do abrigo assim como deposições sedimentares pela ação das águas, contribuíram como processos formativos do sítio, tanto para a degradação, como para a conservação do sepultamento (Fig. 11).

A estrutura funerária resultou de uma deposição simples (inumação primária)² do corpo do morto junto à parede vertical do abrigo rochoso. Trata-se de enterramento simples (de um único indivíduo). O esqueleto, com graus variados de

articulação e perturbação, encontrava-se posicionado em decúbito dorsal, com membro superior direito estendido ao lado do corpo e mão sobre a pelve; o membro inferior direito encontrava-se semi-fletido, com as articulações perturbadas pela ação de raízes. Junto às metafíses e epífises distais da tíbia e fíbula direitas foi evidenciado *in situ* um artefato cerâmico³ com abertura voltada para os ossos dos pés (Fig. 12). A intencionalidade de sua associação como acompanhamento funerário pareceu evidente devido ao nível de deposição do mesmo e a sua inclusão na área da inumação, não apresentando evidências estratigráficas de ter sido depositado a *posteriori* ou antes do enterramento.

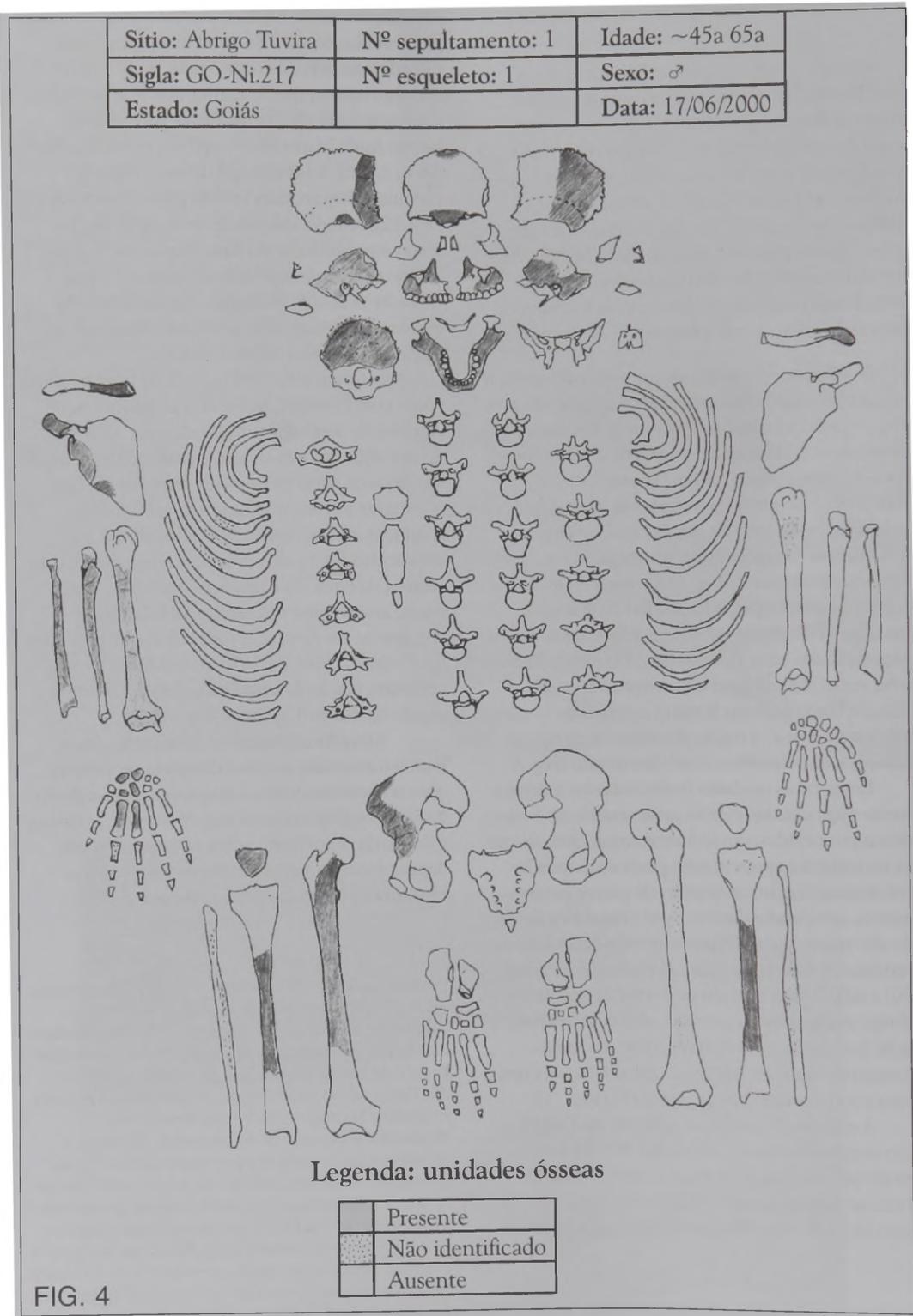
Não foram observados sinais de tratamento do corpo com corantes, redução pela queima ou de veículos de deposição (urna, esteiras). A linha de demarcação da cova não foi visualizada em campo devido ao intenso processo de remodelação da mesma em decorrência da queda intensiva de fragmentos rochosos da parede do abrigo e à similaridade entre os sedimentos circundantes e do interior da cova. As orientações do eixo crânio-bacia, assim como do crânio e da face foram registradas em campo. A face voltava-se para cima e à direita, na direção do Rio das Almas. Devido à semi-articulação da mandíbula, esta apresentava a região do mento disposta sobre o tórax.⁴

Durante o tratamento do material ósseo humano exumado em bloco foram feitas observações preliminares sobre a diagnose sexual, cálculo da idade biológica e presença de patologias ósseas e dentárias, bem como sobre os processos pós-deposicionais que resultaram em alterações na estrutura de enterramento e seus componentes.

(3) Associações similares foram registradas, por exemplo, nas deposições funerárias do Sítio Justino, Piranhas, Sergipe, situado na margem esquerda do Rio São Francisco e escavado por equipes de arqueólogos da Universidade Federal de Sergipe e no Sítio Água Limpa, Monte Alto, São Paulo, ambos sítios lito-cerâmicos de interior (Alves e Cheuiche Machado 1995/1996) e Alves 1999).

(4) Durante o processo de decomposição do corpo, a mobilidade das articulações pela perda das cartilagens, ligamentos e cápsulas sinoviais associada às formas dos ossos e à reacomodação dos sedimentos de preenchimento da cova e demais fatores pós-deposicionais, resultam no aparecimento de variados graus de articulação, posição e orientação dos ossos. Assim, a posição da face (mentão) e orientação da face e do crânio podem normalmente ser resultado de alterações desvinculadas das práticas funerárias.

(2) Terminologia sugerida por Sprague (1968).

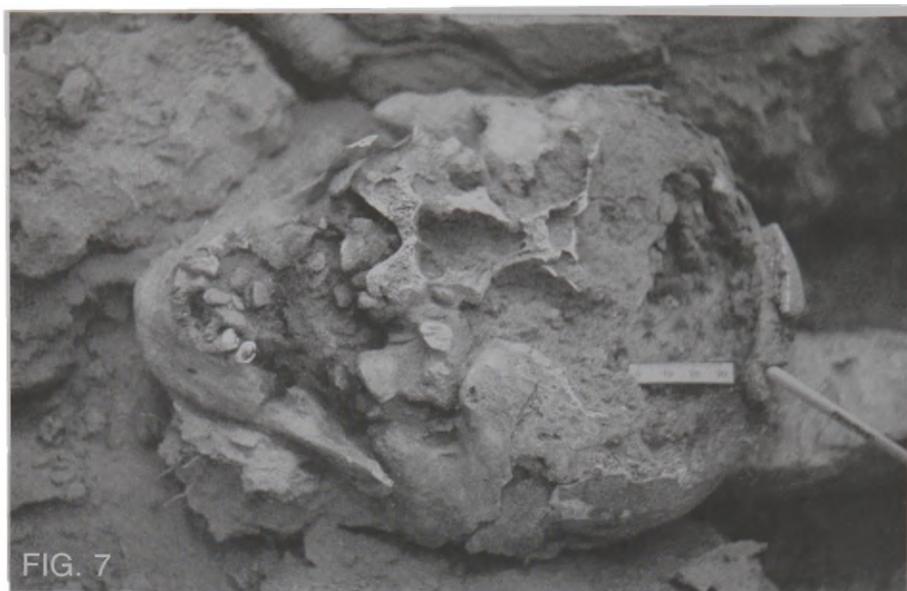




Entretanto, a obtenção de dados osteométricos e osteoscópicos ficou prejudicada pelo estado de preservação do esqueleto.

A partir da evidenciação, limpeza e identificação dos ossos cranianos que se encontravam fragmentados e com ausência dos nasais, málares e porção anterior do osso alveolar e frontal dos maxilares superiores e dos ossos longos do membro superior direito, tomaram-se visíveis algumas das estruturas ósseas indicadoras de dimorfismo sexual.

Nos temporais direito e esquerdo foram observados o desenvolvimento das cristas supra-mastóideas e dos processos mastóideos (Fig. 13). Na mandíbula foram considerados o ângulo mandibular ($<125^\circ$), a espessura e altura do corpo da mandíbula, o desenvolvimento da protuberância e tubérculos mentonianos, a altura e a largura do ramo mandibular e o aspecto das inserções do masseter (tuberosidade massetérica), dos músculos platisma, depressores do ângulo da boca e do lábio inferior e a inserção dos músculos do mento (Fig. 14). No occipital, as impressões das inserções musculares encontravam-se fortemente modeladas, com a protuberância occipital



externa desenvolvida, inio protuberante e linhas nucais supremas fortemente marcadas.⁵

(5) A presença de inserções fortemente marcadas para os músculos nucais no occipital e inio protuberante não constituem aspectos dimórficos significativos para o sexo, pois estes podem ser resultado de remodelações vinculadas ao tipo, intensidade e período da atividade desenvolvida pelo indivíduo, como por exemplo o transporte de crianças e mantimentos sustentados por cestos ou faixas presos ao redor da cabeça.

O úmero, ulna e rádio direitos apresentam as áreas de inserções musculares fortemente marcadas, que somadas com os dados osteoscópicos dimórficos do crânio, *sugerem* o sexo masculino para esse indivíduo. A aplicação de exame do DNA para materiais ósseos, deve comprovar nossa inferência sobre o sexo.

No crânio, um fragmento de frontal articulado aos parietais apresentava porções das suturas coronal e sagital na região bregmática com sinostose completa nas faces endo e exocranianas (Fig. 15). Exames

radiográficos das extremidades dos ossos longos mostraram-se inviáveis para sugerir idade biológica devido ao seu estado de preservação. Assim, considerando a ausência das linhas epifisárias visíveis nos ossos longos observados, bem como a presença de dentes permanentes remodelados por desgastes oclusais e linguais variando dos graus 1 a 4 (Broca e Pedersen)⁶ ou ausentes por perdas *in*

vivo, com acentuada reabsorção dos ossos alveolares (Fig. 16) e o estado e região da sinostose das suturas observadas, *sugerimos* que o esqueleto pertence a indivíduo adulto, com idade entre 35 e 50 anos. A falta de esqueletos do mesmo grupo para comparações, aliada ao seu estado de preservação, reduzem as condições de análise e de interpretação desse material ósseo.



(6) Segundo Pereira e Mello e Alvin (1978).



FIG. 11



FIG. 12

Na mandíbula, foram observados traços de afecções no osso alveolar na altura do canino direito e entre os incisivos decorrentes de doença periodontal (Fig. 14). Esse tipo de afecção também resultou na presença de abscesso no alvéolo do segundo molar inferior esquerdo, perdido em vida (Figs. 16 e 17). Observamos a presença de cálculos salivares no colo dos 1º e 2º pré-molares esquerdos. No maxilar superior esquerdo, notamos a presença de uma porção da raiz do primeiro molar que apresentava abrasão, o que resultou na perda total da cora dentária em vida.

Na face anterior da diáfise do fêmur direito, havia sinais de uma afecção óssea ou uma pseudopaleopatologia.⁷

No decorrer deste trabalho mostrou-se significativo o uso dos documentos fotográficos, dos diapositivos e das seqüências dos vídeos sobre a escavação, que forneceram dados sobre a identificação e posição dos fragmentos ósseos em contexto. Assim, a recomposição dos entornos do crânio e do fêmur (Fig. 18)

(7) Exames histológicos específicos em amostras dessa região do osso devem ser realizados no decorrer desta pesquisa.

que sofreram fraturas e se dissociaram do bloco, só foram possíveis mediante a consulta dessa categoria de documentação arqueológica.

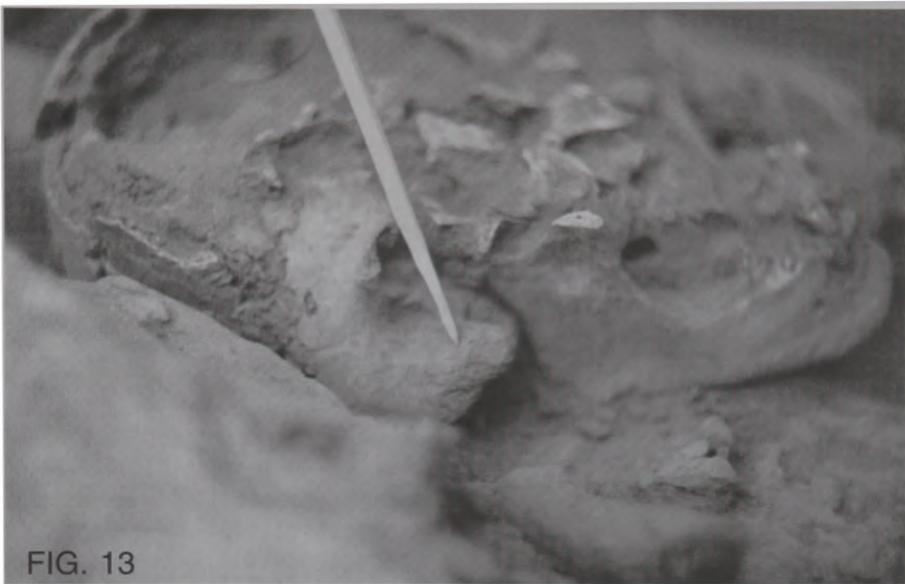
Extroversão dos conhecimentos

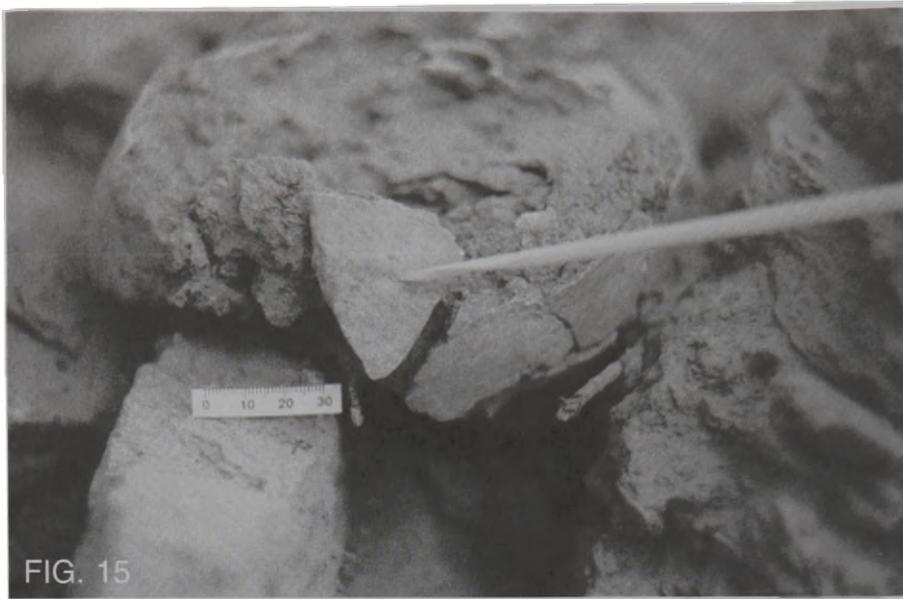
O Homem do Rio das Almas, denominação respeitosa dada pelos pesquisadores que o estudaram, trata-se de peça de interesse científico e

museológico que atende ao comprometimento com a comunidade de extroversão dos conhecimentos gerados.

Em consequência do estado de conservação precário dos ossos e à decisão de manter o esqueleto inserido no bloco de sedimentos a fim de preservar seu contexto deposicional, foi necessário, excepcionalmente, fazer sua consolidação.

Enquanto unidade biológica, procedeu-se às indicações preliminares sobre a diagnose de sexo e





cálculo da idade, a presença de patologias e a recuperação de informações contextuais sobre a estrutura do enterramento. Além do tratamento e análise para a consolidação da peça, foram coletadas outras amostras que serão submetidas ao exame do DNA para comprovar as inferências no tocante ao sexo, amostras de tecido com sinais de possíveis patologias ósseas (fêmur) e para datação do esqueleto.

Enquanto peça de interesse científico e sob o ponto de vista da documentação de gestão museológica, processou-se o gerenciamento das informações relacionadas à coleção visando o aspecto da possibilidade de musealização (Bottallo 1996).

A peça compõe o acervo da Reserva Técnica de Arqueologia – Sala 2 das Salas Judite Ivanir Breda – do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. Esse espaço foi adaptado em 2001,⁸ objetivando:

- a guarda permanente do acervo a fim de preservar e conservar os vestígios patrimoniais; a organização da documentação primária proveniente dos estudos de campo e laboratoriais;

(8) Suporte financeiro decorrente da parceria estabelecida entre a Companhia Energética Meridional – CEM e a UFG/MA/LabArq, no período de 1999 a 2001 para a execução do Projeto de Salvamento Arqueológico da UHE Cana Brava (PA-SALV-CB), na modalidade da Arqueologia por contrato.

- o controle inter-institucional do acervo e da documentação correspondente.

Esses procedimentos possibilitarão a continuidade dos estudos, dos processos de extroversão museológica e do acondicionamento adequado das coleções arqueológicas.

Essa peça museológica integra o acervo documental, representativo da paisagem regional captada pelo trabalho, que constitui a memória da pesquisa sistemática executada, com a interveniência do Laboratório de Arqueologia/Museu Antropológico, pela Universidade Federal de Goiás na área de grandes projetos desenvolvimentistas goianos.

Considerações finais

Os testemunhos do esqueleto humano exumado no GO-Ni.217 Sítio Abrigo Tuvira, encontravam-se extremamente fragmentados e com esmagamentos, o que resultou na redução do seu potencial analítico-interpretativo.

O enterramento caracterizou-se pela forma de deposição simples – inumação primária (Sprague 1968) – do corpo junto à parede vertical de abrigo rochoso, com sinais de articulação, semi-articulação e perturbação entre os ossos. O esqueleto encontra-se em decúbito dorsal, com membro superior direito estendido ao lado do corpo e mão sobre a pelve. O membro inferior direito encontrava-se semi-refletido, com as



articulações perturbadas pela ação de raízes. A face voltava-se para cima e à direita, na direção do Rio das Almas.

Análises macroscópicas já realizadas em determinados fragmentos do esqueleto *sugerem* que esse indivíduo esteja situado entre os grupos etários dos adultos maduros e velhos e seja do sexo masculino (White e Folkens 2000; Hass 1994; Ubelaker 1980; Brothwell 1972). Entretanto, análises físico-químicas e biomoleculares fazem-se necessárias em amostras de

tecido ósseo com possível patologia, superfícies de abrasão dentária e placas de tártaro (indícios de impressões de bactérias que possam inferir aspectos da dieta alimentar); para a observação dos aspectos da remodelação das células ósseas e sua relação com a idade da morte, para a datação e diagnose sexual.

As amostras analisadas pelos métodos por termoluminescência e C14, respectivamente, indicaram que o espaço do Abrigo Tuvira foi aproveitado pelo homem desde os tempos remotos

até a atualidade. O indivíduo pré-histórico foi depositado em solo de $7.500 \pm 60,0$ (anos A.P.), numa profundidade variável de 60 a 100cm. Outras idades mais recentes do local foram obtidas por amostras de cinza, sedimentos e cerâmica, coletadas em depósitos de solo a 20cm de profundidade. As idades variam de $692; 590 \pm 90; 550 \pm 80$ (anos A.P.).

A presença de populações atuais no Abrigo Tuvira foi comprovada por testemunhos de balística, sandália marca havaiana e recipientes de cachaça e “coca-cola”

Desde 1998, o local encontra-se submerso pelas águas do reservatório artificial da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa/GO.



FIG. 18

MARTINS, D.C.; BORGES, M. E.; SILVA, S.F.; PIEDADE, S.C. O homem do Rio das Almas: remanescentes esqueléticos humanos do GO-Ni.217, Sítio Abrigo Tuvira, município de Barro Alto, Estado de Goiás, Brasil. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 55-70, 2002.

MARTINS, D.C.; BORGES, M. E.; SILVA, S.F.; PIEDADE, S.C. The man of Rio das Almas: human skeletal remains of the Abrigo Tuvira site (GO-Ni.217). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 55-70, 2002.

ABSTRACT: The man of Rio das Almas: human skeletal remains of the GO-Ni.217, Sítio Abrigo Tuvira, stems from systematic research – both field and laboratory – carried on by an interdisciplinary team in order to give attention to the commitment of the archaeological discipline with the community, in the extroversion of acquired knowledge concerning past burials. One deals with biological material constituted by inorganic components, mainly calcium phosphate and carbonate, as well as organic: ossein. These reacting components are responsible for the formation of the various structures of the bone. Considered as an anisotropic material, the archaeological bones, in this case, suffer complex and manifold chemical and physical alterations. The degree of deterioration presented by them results from different factors related not only with its structure, chemical composition and actions previous to the burial, but also to environmental conditions and to how long they remained buried. In this way, the human skeletal specimens, relatively rare archaeological registers in the internal context of small farms of the Brazilian hinterland, represent potential sources of answers to questions of economical and socio-cultural order about past populations and require previous studies, analyses and handling for the consolidation, preservation, storage and exhibition.

UNITERMS: Brazilian Archaeology – Human skeletal remains – Upper Tocantins river.

Referências bibliográficas

- ARBENZ, G.O.
1998 *Medicina Legal e Antropologia Forense*. Rio de Janeiro: Atheneu.
- ALVES, M.A., CHEUICHE MACHADO, L.M.
1995/96 Estruturas arqueológicas e padrões de sepultamento do Sítio de Água Limpa, município de Monte Alto, São Paulo. Coleção Arqueológica. *Anais da VIII Reunião Científica da SAB*, Porto Alegre, 8/2 (1):
- ALVES, M.A.
1999 Documentação cerâmica contextualizada e as diferenças de gêneros nos sepultamentos do Sítio de Água Limpa, Monte Alto, São Paulo. *Anais da X Reunião Científica da SAB*, Recife
- BOTTALLO, M.
1996 A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 287-292
- BROTHWELL, D.R.
1972 *Digging up Bones (the excavation, treatment and study of human skeletal remains)*. Trustees of the British Museum, London.
- HASS, J. (Org.)
1994 *Standards for Data Collection from Human Skeletal Remains*. Fayetteville, Arkansas: Arkansas Archaeological Survey Research Series.
- INTERNACIONAL ENGENHARIA S.A.
1986 Aproveitamento Hidroelétrico de São Félix - Usina Serra da Mesa. Relatório do Meio Ambiente Físico, Biológico e Sócio Econômico e Cultural. RNA – 950. [s.l.]: IESA, v.2.
- MORAIS, J.L.
1991 Fichas de Registros arqueológicos. São Paulo. (Mimeogr.).
- PEREIRA, C.B., MELLO E ALVIN, M.C.
1978 *Manual para estudos craniométricos e craniscópio*. Imprensa Universitária Federal de Santa Maria, Rio de Janeiro: 109.
- PIEADADE, S.C.; SILVA, S.F.
2000 Tratamento de restos esqueléticos humanos inseridos em bloco testemunho, proveniente do GO-Ni.217, Sítio Abrigo Tuvira, São Paulo, SP.
- SPRAGUE, R.
1968 A suggested terminology and classification for burial description. *American Antiquity*, 33 (4): 479-485.

MARTINS, D.C.; BORGES, M. E.; SILVA, S.F.; PIEDADE, S.C. O homem do Rio das Almas: remanescentes esqueléticos humanos do GO-Ni.217, Sítio Abrigo Tuvira, município de Barro Alto, Estado de Goiás, Brasil. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 55-70, 2002.

UBELAKER, D.H.

1980 *Human Bones and Archaeology*. Cultural Resource Management Studies. Washington, D.C.

WHITE, T.D.; FOLKENS, P.A.

2000 *Human Osteology*. California: Academic Press.

Recebido para publicação em 19 de fevereiro de 2002.

IMÁGENES TEATRALES EN LA PINTURA DE VASOS GRIEGOS

*Cora Dukelsky**
*Ana María Martino**

DUKELSKY, C.; MARTINO, A.M. Imágenes teatrales en la pintura de vasos griegos. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 12: 71-79, 2002.*

RESUMO: A análise da pintura sobre cerâmica elaborada a partir das obras de teatro grego nos permite reconstruir, em parte, a visão do espectador dessa sociedade. Da mesma forma que na palavra escrita, as diferenças são notórias entre as imagens da tragédia e as da comédia. São especialmente atraentes as figuras grotescas e disformes que foram realizadas em consonância com a irreverência e a desenvoltura próprias do “cômico”. Outro aspecto interessante é constituído pelo tema dos atores que representam papéis femininos.

UNITERMOS: Teatro – Pinturas – Comédia – Tragédia – Masculino-feminino.

El mundo griego con su complejidad y su riqueza es, sin lugar a dudas, uno de los pilares fundantes de nuestra cultura. El teatro es una de sus manifestaciones más conocidas y ha tenido la fortuna de perdurar en el tiempo, como un anclaje de la memoria de esa sociedad que supo transmitir a través de este arte, sus pensamientos y sentimientos más profundos. Este género literario que generalmente utilizó el mito como carril conductor de un elaborado sistema simbólico referente a las estructuras arquetípicas humanas, fue una de las experiencias más enriquecedoras de la humanidad. Su eterna vigencia hace posible que, a pesar de los siglos transcurridos, nosotros, como espectadores, podamos revivir las instancias con la misma fuerza con que lo hicieron los antiguos griegos. Sus orígenes ditirámicos y rituales dejaron su huella, pero cuando ya adquiere sus características clásicas, lo encontramos en un ámbito espacial que sólo tiene un recuerdo cultural; su partido arquitectónico está desarrollado teniendo como premisas constructivas

todo aquello que permita el mejor desenvolvimiento de la escena y una óptima recepción por parte del público. El teatro era uno de los monumentos característicos de toda ciudad griega, jugó un rol tan importante como el templo o el ágora. Instalado al aire libre, las laderas de la colinas permitían la sustentación y el armado de las gradas donde se ubicaban los espectadores, quienes gozaban de una visión general de lo que acontecía en el escenario y la orquesta, así como de una perfecta audición, ya que los arquitectos lograron crear una excelente acústica. Estrechamente vinculado al paisaje, nunca fue un edificio totalmente autónomo sino una adaptación directa de lugares existentes a nuevas necesidades. Las primitivas danzas corales en honor a Dionisos que se hacían espontáneamente y al aire libre fueron reemplazadas por representaciones cuyo texto y escenificación se planificaron cuidadosamente, de modo que se hizo necesario un ámbito espacial acorde con las nuevas exigencias.

Los testimonios sobre el teatro griego no se reducen al aspecto literario o al arquitectónico, otro elemento más nos permite reconstruir aquellas escenas: la pintura de vasos. Las imágenes que

(*) Universidad de Buenos Aires, Argentina.

decoran la cerámica constituyen un retorno visual hacia múltiples aspectos del teatro antiguo, mediante ellas podemos recrear escenarios, vestimentas, canto y baile. Ciertas características definen a una pintura como teatral: la presencia de máscaras, los disfraces, partes de escenarios y, a veces, inscripciones con el nombre de los personajes. Las más antiguas representaciones que se vinculan con seguridad al teatro son las de los miembros del coro, fácilmente identificables por sus disfraces de sátiros o de animales varios. Posiblemente sea un coro ditirámico el que nos muestra un vaso de figuras negras del Pintor de Berlín 1686¹ realizado alrededor del 540 a.C. Tres jóvenes, con extraños gorros orejados, cabalgan sobre otros tres hombres con máscaras caballunas frente a un tocador de aulos. La combinación con animales es frecuente, en coincidencia con los testimonios literarios que recuerdan coros de pájaros, insectos y otras criaturas. Los “bailarines-pájaro” del Pintor de Gela,² del año 480 a.C. lucen plumas en sus cabezas y las alas, mientras el cuerpo aparece salpicado de motitas blancas muy similares al atuendo del Paposileno,³ también él estrechamente vinculado al ámbito dramático. La identificación de los coreutas con el séquito dionisiaco puede verse, además, en la actitud danzarina que, en esta obra al igual que en la anterior, está acompañada por un intérprete de aulos. La música y el baile constituían componentes esenciales del espectáculo de la misma manera que lo eran en los rituales dionisiacos; múltiples representaciones vinculadas al dios del vino muestran a los sátiros bailando al son del aulos, instrumento del delirio y las pasiones orgiásticas. Sátiros y silenos, salvajes y primitivos habitantes de los bosques asociaron sus bailes desenfrenados a antiguos rituales de fertilidad que dieron origen al teatro. Los modos de representación permiten diferenciar a un sátiro mítico del coreuta disfrazado como tal. Los pintores de vasos arcaicos como el Pintor de Amasis, el Pintor de Kleofrades, Macrón o Douris pintan sátiros “reales” desnudos, itifálicos, con orejas puntiagudas, nariz chata, cabellos desordenados, cola de caballo y a punto

de satisfacer sus instintos con reticentes Ménades. Sus actitudes exageradas se alejan del ideal del equilibrio y la racionalidad típicamente humanos. El Pintor de Pronomos⁴ nos muestra a los miembros del coro remedando la bestialidad satírica a través de movimientos exaltados y del disfraz: máscara con orejas y nariz animal y un taparrabos peludo, sobre el cual se sujetaba un falo erecto y una cola de caballo. En la cratera del Pintor de los Nióbidas⁵ del 460-50 a.C. los coreutas bailan animadamente al son de la doble flauta, podemos suponer que se mueven con entusiasmo alrededor de la orquesta. Contrastan con los desplazamientos solemnes de los dioses y con Pandora, inmóvil, en el registro superior. En realidad no debiéramos hablar de Pandora sino del actor que la personifica, recordemos que en el teatro griego no hay actrices; los roles femeninos los asumen actores disfrazados. Probablemente este vaso se refiera al drama satírico de Sófocles, *Pandora*, hoy perdido. El Pintor del Cíclope nos brinda otro testimonio de la difusión y entusiasmo del público por el teatro, además del interés de su temática como fuente de inspiración por parte de los artistas. En la cratera,⁶ del 410 a.C., Odiseo y sus compañeros están a punto de cegar a Polifemo que aún duerme sin sospechar el engaño. La imagen no se inspira en el relato homérico, como podemos inferir por la presencia de dos Sátiros ejecutando el típico paso de la danza coral y dos jóvenes que iluminan la escena con antorchas del otro lado, sino en el *Cíclope* de Eurípides, escrita muy poco tiempo antes de la realización de este vaso. El curioso “tercer ojo” sobre la frente del gigante se explica así como un accesorio de la indumentaria dramática.

La cratera del Pintor de Pronomos,⁷ del 400 a.C., ilustra los momentos previos al desarrollo de un drama satírico. La realidad y el mito se entremezclan; Dionisos y Ariadna proclaman la necesidad de la intervención divina en el mundo del teatro, se ubican

(1) “Coro de caballeros disfrazados como caballos”. Pintor de Berlín 1686. Ver ilustración en Bieber (1939, Fig. 79).

(2) “Bailarines-pájaro”. Pintor de Gela. Ilustración en Bieber (1939, Fig. 76) o Green and Handley (1995, n° 3).

(3) Observar la cratera del Pintor de la Fiala: *Hermes entrega a Dioniso niño al Paposileno*, 440-430 a.C. Reproducida en Charbonneau *et al.* (1970, Figs. 296 y 297).

(4) “Preparativos para un drama satírico”. Pintor de Pronomos. Ilustraciones en Bieber (1937, Fig 20); Webster (1956, plate 8); Charbonneau *et al.* (1970, Figs. 314, 315); Green and Handley (1995, n° 5).

(5) “Pandora”. Pintor de los Niobidas. Green and Handley (1995, n° 3).

(6) “Odiseo y Polifemo”. Pintor del Cíclope. Ilustración en Charbonneau *et al.* (1970, Fig 340); Green and Handley (1995, n° 10).

(7) Ver nota 4.

en el centro de una complicada escena en la cual todos los personajes están preparándose para honrarlos. Los miembros del coro, cuyos nombres aparecen escritos junto a cada uno, conversan despreocupadamente con sus máscaras en las manos. Se diferencian claramente de los actores protagónicos: los coreutas están semidesnudos, con sus falos aplicados y las máscaras satíricas, mientras los actores lucen lujosas y elaboradas vestimentas, y sus máscaras están trabajadas minuciosamente para expresar la psicología y el carácter individual del personaje que representarán. A la derecha del vaso se identifican claramente Heracles y el Paposileno. El héroe exhibe un atuendo muy decorativo, el pecho cubierto por una coraza dorada, porta la maza y la piel de león que lo caracterizan. El viejo sileno lleva el típico traje ajustado con motitas blancas y la piel de un animal salvaje sobre su hombro que recuerda sus estrechas vinculaciones con el mundo irracional de la naturaleza. Resulta elocuente el contraste que se establece entre las fisonomías triviales, casi idénticas, de los actores y la marcada expresividad de las máscaras que cubrirán sus rostros y ayudarán a manifestar las personalidades de los protagonistas ante los espectadores. Sólo un personaje está realmente actuando en esta pintura: uno de los coreutas, el que está bajo Dionisos, ya se ha calzado la máscara y levanta su pierna para iniciar el baile.⁸ Una situación similar transmitió el Pintor de Tarporley:⁹ dos personajes están aún sin terminar de vestirse, sus actitudes son naturalistas, humanas; el tercero ya ha asumido el papel satírico y adopta una pose juguetona y provocativa.

El drama satírico contiene elementos muy primitivos, aspectos grotescos que ayudaban a provocar la risa y la distensión después de la trilogía de tragedias. Los personajes debían ser divertidos y retozones a juzgar por los saltos grotescos que nos muestran las imágenes. La comedia implica un similar espíritu carnavalesco, subrayado por los atuendos extravagantes y los

gestos procaces de los actores. En una cratera ática¹⁰ del 415-400 a.C. dos personajes se enfrentan, separados por el infaltable intérprete de aulos en el medio. Los hombres con trajes de pájaros, decorados con motitas, al estilo Paposileno, llevan atados sus falos erectos como los intérpretes de los dramas satíricos aunque en este caso sea posiblemente una comedia, *Aves*, de Aristófanes. Efectivamente, por el estilo, ubicamos esta obra un poco después del estreno de esta obra en 414 a.C. Sin embargo, el gesto entre burlesco y cacareador de los adversarios podría vincular esta escena con *Nubes*, también de Aristófanes. Una cita de un erudito de la Antigüedad describió a dos de los actores de esta comedia argumentando como gallos de riña y eso es exactamente lo que parecen los protagonistas de este vaso. Similar actitud graciosa exterioriza un actor cómico que personifica a Perseo en una cerámica del 420 a.C.¹¹ El intérprete se ubica sobre un tablado de madera al cual se accede por una escalera, frente a él dos espectadores ¿Dionisos y Ariadna? completan el escenario. En contadas ocasiones los artistas griegos han ubicado a sus personajes en un contexto espacial específico; no forma parte de los objetivos esenciales la representación del paisaje, de un entorno urbano o de un interior. Sin embargo la temática teatral generó otros intereses y es realmente significativo que las fuentes antiguas citen, como precursores de las novedosas tentativas de representar la tercera dimensión a dos pintores, Agatarco y Apolodoro, quienes, además de pintores, fueron escenógrafos. Vitruvio menciona a Agatarco como autor de un tratado donde aparece la noción de líneas de fuga. Hacia mediados de siglo V, la escenografía teatral tenía el aspecto de un pequeño palacio, decorado habitual de las tragedias, con columnas, pórticos y puertas laterales. Así lo vemos en fragmento de un vaso italiota de mediados siglo IV.¹² Varios estudiosos identifican la obra representada como *Peleo*, tragedia perdida de Eurípides, fundamentalmente por la disposición de los personajes protagónicos delante del palacio y de los actores

(8) Alrededor del coreuta danzante otros dos importantes miembros del universo teatral: a un lado el escritor Demetrio, sentado con un rollo en la mano, quizás esperando ver representada su propia obra; del otro, y ubicado en un lugar de preeminencia – que nuevamente destaca la trascendencia de la música – el famoso tocador de flauta tebano Pronomos, quien ganó la competencia musical en el 394 a.C.

(9) “Actores preparándose para obra satírica”. Pintor de Tarporley. Trendall (1989, Ilustración 104).

(10) “Coro de gallos”. Ilustración en Boardmann (1989, Fig. 314).

(11) “Actor como Perseo” Vaso del 420 a.C. Ilustración en Webster (1956, Plate 14).

(12) “Escenografía teatral”. Grupo de Konnakis. Ilustración Charbonneaux *et al.* (1970, Fig 360); Webster (1956, Plate 10).

secundarios en el plano posterior. El edificio presenta características similares a la arquitectura religiosa, con su tímpano adornado por acroteras, aunque el pintor ha combinado las columnas jónicas con el friso de triglifos y metopas del orden dórico; curiosa combinación que atribuimos al vuelo de la imaginación creadora del artista como sucede en más de una ocasión entre los pintores de vasos. La escena está, con seguridad, vinculada al teatro, si los personajes no tienen ni máscaras ni disfraces es porque existe una marcada diferencia entre las representaciones de los dramas y de las comedias, y parecería que los pintores de vasos reaccionaron igual que los espectadores: el teatro serio requería mantener la ilusión dramática y persuadir al público de que los hechos que se desarrollaban en el escenario eran ciertos. Los actores recreaban historias heroicas o míticas, por lo tanto su atuendo, postura, voz y actuación debían estar acordes con cierta solemnidad y mesura. El pintor nos brinda imágenes donde el equilibrio de las formas, la nobleza de las actitudes y la armonía del conjunto son los elementos primordiales de la representación plástica. La comedia, en cambio, era un entretenimiento netamente popular, los actores se ponían disfraces apropiados para provocar la hilaridad: se colocaban aditamentos para figurar grandes genitales, máscaras grotescas, trajes con rellenos para acentuar gorduras deformantes y, como no podía haber elencos de mujeres, cuando los comediantes asumían roles femeninos los disfraces eran corrosivamente graciosos. El cuidado por lograr una apariencia femenina resultaba esencial para la verosimilitud de una tragedia, muy por el contrario, un cuerpo grotesco, la barba de varios días, sumado a los adornos femeninos aportaba más ingredientes a la diversión de la comedia.¹³ Así también las imágenes de los vasos que corresponden a obras cómicas apuntan a exagerar los defectos y fealdades llegando hasta la caricatura. La interacción que se daba entre el público de comedia y los actores, que generaba toda clase de exabruptos, se corresponde con esa imagen del actor cómico tan chocante e irreverente que vemos en los vasos; muy alejada de las tradicionales figuras equilibradas, armónicas y bellas de héroes y dioses.

(13) A modo de ejemplo, Pintor de Schiller. "Parodia de Telefo" 380-70 a.C. Ilustración en Green and Handley (1995, n° 27).

Un fragmento del "Grupo de Konnakis" de 350 a.C. que representa a un actor dramático con su máscara¹⁴ y la crátera apuliana con un grupo de actores bufones, del 340 a.C.¹⁵ nos dan la oportunidad de contrastar al cómico con el trágico. A punto de representar un personaje de la tragedia, el actor luce un traje sobrio y un rostro banal. Los pelos de su barba sin afeitar, una incipiente calvicie y las arrugas en la frente se borrarán rápidamente cuando se calce su máscara de rasgos ennoblecidos por un rostro serio, coronado por cabellos y barba blancos que indican la ilustre ancianidad del protagonista. Los actores bufones corresponden al teatro cómico típico de la Magna Grecia, la comedia fliácica, sumamente popular en esta época.¹⁶ Los pantalones ajustados debajo de sus túnicas dejan ver falos artificiales, resabios del disfraz satírico. Los rostros caricaturizados, los cuerpos panzones y el desparpajo caracterizan a los actores fliácicos quienes se burlan de los temas más sagrados. En este ejemplo, el personaje más joven se sienta, desfachatado, sobre un altar; en otros, Heracles, sinónimo de heroicidad en otro contexto, se burla risueñamente del rey de los dioses,¹⁷ quien, sentado en un trono demasiado alto, intenta vanamente lanzar su rayo; o Zeus aparece representado como un viejito enclenque, a punto de realizar una visita amorosa a Alcmena, que resultará frustrada porque su cabeza ha quedado trabada en la escalera.¹⁸ La popularidad de las obras fliácicas le permite al artista tomarse licencias que estarían prohibidas en el caso de la tragedia.

A principios s. IV a.C. la producción de cerámica ática disminuye considerablemente, a causa del debilitamiento político y económico. En cambio en Italia meridional florece¹⁹ y se realizan

(14) "Actor dramático". Grupo de Konnakis. Ilustración en Bieber (1937, Fig. 216 a y b); Charbonneau *et al.* (1970, Fig 368).

(15) "Actores cómicos". Crátera apuliana. Ilustración Charbonneau *et al.* (1970, Fig 367).

(16) La popularidad de la comedia fliácica fue tal que en la ciudad de Tarento sus habitantes ni siquiera se enteraron de la invasión romana en el 282 a.C., estaban todos divirtiéndose en el teatro.

(17) "Heracles se burla de Zeus". Pintor de Iris. Ilustración en Bieber (1937, Fig. 354).

(18) "Zeus y Alcmena". Asteas. Ilustración en Bieber (1937, Fig 368); Webster (1956, Plate 20).

(19) Trendall (1989) ha clasificado los talleres del sur Italia en: Lucania, Apulia, Campania, Paestum y Sicilia. En el taller de Paestum se destacaron dos grandes artistas, Asteas y Pitón.

vasos, llamados itaiotas, cuya temática se vincula a menudo con la actividad teatral. Así como la especialidad del teatro de la Magna Grecia fue el humor y la parodia, también los artistas se lucieron en las representaciones del teatro cómico, con pinturas graciosas y personajes divertidos que aún hoy provocan sonrisas.

El vaso del Museo de Tampa²⁰ resulta interesante para analizar la problemática del rol femenino, desempeñado por los hombres. La tapa del vaso muestra dos cabezas una masculina, la otra femenina, ambos adornan sus cabellos; la mujer usa rodete, collar y aros. Estos dos perfiles, bellos y armónicos contrastan con la ridícula figura del actor fliácico, de cuerpo grotesco, cejas levantadas y un solo diente en su boca entreabierta. En la parte principal del vaso un actor se prepara para actuar, su cabeza con rodete y aros, es sospechosamente femenina. Mira coquetamente al espejo su rostro adornado que contrasta con su desnudez masculina. Cuando haya terminado de disfrazarse los espectadores estarán viendo a una mujer. En general, es difícil establecer en las imágenes cuáles corresponden a mujeres reales y cuáles a actores disfrazados de mujeres; salvo aquellos casos – como este – en los cuales se evidencia el momento de transición entre la realidad masculina y la ficción femenina. Observemos el vaso del Pintor de la Fiala (440-30 a.C.) con actores vistiéndose.²¹ La máscara femenina de uno de ellos está aún en el piso, mientras el actor se calza las botas altas que ocultarán su aspecto masculino, pero el otro ya está listo y si lo observáramos aisladamente, con nuestra mirada contemporánea, sería muy difícil no identificarlo como una verdadera mujer, como seguramente lo era para la audiencia griega antigua. ¿Estaba realmente prohibida la actuación femenina? Una crátera pintada por Asteas²² parece contradecirlo. Se trata de una acróbata, su cuerpo desnudo indica su femineidad subrayada por el blanco de su piel, color tradicionalmente asociado a las mujeres en la

pintura de vasos. Dos actores cómicos la acompañan, uno de ellos evoca el descaro de la comedia, mirando impudicamente los pechos de la muchacha. Desde las ventanas se asoman actores con sus máscaras presenciando la escena junto con Dionisos, sólo él, como dios, representado según el arquetipo de belleza griego. Otro ejemplo de la Magna Grecia,²³ muestra una mujer en un contexto teatral, la danzante bufona, de rasgos grotescos y cuerpo poco agraciado ejecuta un torpe paso de baile. Si no fuera por su desnudez podríamos fácilmente confundirla con un hombre. En este “mundo al revés” de lo cómico los roles sexuales se confunden o se invierten. Asteas²⁴ juega, irreverente, con un tema heroico: en lugar de mostrar a la desesperada Casandra abrazada a la estatua de Atenea, es Ajax quien busca refugio para no ser violado por la heroína, que aquí es “la mala de la película”. La alta intensidad dramática que en las tragedias tienen las escenas de refugio en el altar se convierte, en manos de la comedia fliácica, y en la pintura de Asteas, en un chiste.

La cantidad de cerámica pintada con escenas teatrales refuerza la idea de que las representaciones fueron eventos muy importantes para el Estado, que atraía numerosos visitantes de otras ciudades y que la producción de las mismas eran un esfuerzo que requería un fuerte sentido de compromiso hacia el teatro. Si en toda ciudad medianamente importante había un teatro, es lógico pensar que la cerámica alusiva debía tener mucha demanda ya que permitía a su poseedor el recrear constantemente y sólo a través de la mirada, la experiencia teatral que había disfrutado en alguna ocasión. El público adquiriría estos vasos para recordar lo que ya conocían; los artistas los pintaban para la gente que había visto las obras y que identificaba las escenas y los sentimientos que les habían generado. La visualización de escenas teatrales a través de los vasos nos permite hoy trasladarnos en el tiempo y convertirnos en modernos espectadores en un acercamiento casi mágico a situaciones ocurridas hace ya tanto tiempo. Desde luego debemos admitir que no podemos tener la absoluta seguridad de que las imágenes pintadas sean el correlato exacto de las representaciones teatrales, algunos detalles o incluso

(20) “Joven desnudo ante un espejo”. Atribuido a Asteas, 340-320 a.C. Ilustraciones en el texto y en *The Perseus Project*. <http://www.perseus.tufts.edu>.

(21) “Actores vistiéndose como mujeres”. Pintor de la Fiala. Ver ilustración en Bieber (1937, Fig. 108).

(22) “Acróbata femenina y actores fliácicos”. Asteas. Ilustración en Charbonneau *et al.* (1970, Fig. 371).

(23) “Danzante bufona”. Apulia. Ruvo. Ilustración en Charbonneau *et al.* (1970, Fig. 369).

(24) “Ajax y Casandra”. Asteas. Ilustración en Bieber (1937, Fig. 366).

aspectos importantes de las representaciones podrían ser producto de la fértil inventiva de los artistas plásticos y no una repetición estricta del hecho escénico. Son, inevitablemente, una gran ayuda cuando reproducen imágenes que corresponden a tragedias o comedias perdidas pero debemos preguntarnos si la imaginación

del pintor pudo llevarlo a desarrollar escenarios imaginarios o personajes accesorios que no aparecen en la obra literaria original. Como sucede frecuentemente tenemos más preguntas que respuestas y sólo el análisis exhaustivo de las piezas y de los textos podrán acercarnos a la verdad.



Fig.1 – “Joven desnudo ante un espejo”. Hidria-pyxis atribuida a Asteas, 340-320 a.C. Tampa Museum of Art. Tampa 89.98. Photographs by Maria Daniels. The Perseus Project. <http://www.perseus.tufts.edu>.



Fig. 2 – Tapa del mismo vaso con actor fliácico y dos cabezas, una masculina y la otra femenina.



Fig. 3 – Actor fliácico. Detalle del anterior.



Fig 4 – “Acróbata femenina y actores flíacicos” Asteas.

DUKELSKY, C.; MARTINO, A.M. Theatrical images in the painting of Greek vases. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 71-79, 2002.

ABSTRACT: The analysis of painting on ceramics, with images taken from the Greek theater, allows a partial reconstruction of the spectator's view in that society. The divergence between the images of tragedies and those of comedies is obvious, such as it happens in their written versions. Specially attractive are the grotesque and deformed figures, concordant with the irreverence and lack of inhibition characteristic of the comical genre. It is also of interest the figures of male actors playing feminine roles.

UNITERMS: Theater – Paintings – Comedy – Tragedy – Masculine-feminine.

Referencias bibliográficas

- BIEBER, M.
1939 *The History of the Greek and Roman Theater*. London, Princeton: University Press.
- BOARDMAN, J.
1985a *Athenian Black Figure Vases*. London: Thames & Hudson.
1985b *Athenian Red Figure Vases. The archaic Period*. London: Thames & Hudson.
1989 *Athenian Red Figure Vases. The classical Period*. London: Thames & Hudson.
- CHARBONNEAUX, J. et al.
1970 *Grecia Clásica*. Madrid: Aguilar.
- GREEN, R.; HANDLEY, E.
1995 *Images of the Greek Theatre*. London: The Trustees of the British Museum.
- LAWRENCE, A.W.
1962 *Greek Architecture*. London: Penguin Books.
- ROBERTSON, M.
1978 *La peinture grecque*. Genève: Skira.
- TRENDALL, A.D.
1989 *Red Figure Vases of South Italy and Sicily*. London: Thames & Hudson.
- WEBSTER, T.B.L.
1956 *Greek Theatre Production*. London: Methuen and Co.Ltd.
- The Perseus Project*. <http://www.perseus.tufts.edu>.

Recebido para publicação em 5 de setembro de 2001.

APOLÔNIA E SEU TERRITÓRIO: PAISAGEM RURAL E MUDANÇA SOCIAL NA PALESTINA DOS HASMONEUS AOS ROMANOS (100 A.C.-135 D.C.)

Carlos Roberto Galvão Sobrinho*
Maria Beatriz Borba Florenzano**

GALVÃO SOBRINHO, C.R.; FLORENZANO, M.B.B. Apolônia e seu território: paisagem rural e mudança social na Palestina dos hasmoneus aos romanos (100 a.C.-135 d.C.). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 81-122, 2002.

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada em julho/agosto de 2000 no sítio arqueológico de Apolônia (Israel). Trata-se aqui de oferecer ao público especializado brasileiro os caminhos e questionamentos propostos pela análise do material arqueológico disponível; análise realizada tanto comparativamente com relação ao documento material proveniente de outros sítios da costa palestina quanto em associação com os dados fornecidos pela leitura da fonte textual. A documentação primária analisada mostra que o vazio da *chora* de Apolônia entre o período hasmoneu e o início do século II d.C. deve-se muito mais à situação de Apolônia na Planície do Sharon e ao modelo escolhido de ocupação do espaço do que propriamente à destruição causada pelo impacto da conquista romana ou pelas duas revoltas judaicas de 66 e de 132 d.C.

UNITERMOS: Apolônia – Palestina romana – Paisagem rural palestina – Prospecção intensiva de superfície – Arqueologia em Israel.

1. Introdução

O presente artigo pretende apresentar os resultados de uma pesquisa realizada no sítio arqueológico de Apolônia (Israel) em associação com o *Projeto Apollonia* coordenado pelo Prof. Francisco Marshall da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nossa parte neste *Projeto* de pesquisa denominou-se ‘Paisagem rural e mudança social na Palestina romana’¹

Em uma primeira fase, o objetivo deste estudo era entender como as transformações na paisagem rural de um sítio urbano de pequeno porte, típico do Mediterrâneo em época romana, poderiam iluminar as relações entre campo e cidade nesta região e contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o impacto da presença romana na evolução histórica da Palestina romana. Contudo, a análise das fontes literárias e arqueológicas levou-nos a

(*) Universidade de Wisconsin, EUA.

(**) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

(1) Queremos agradecer aqui especialmente ao nosso colega Prof. Francisco Marshall pela oportunidade do

desenvolvimento desta pesquisa, pelos anos de convívio e pela constante e riquíssima troca de idéias. Agradecemos igualmente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – que viabilizou nossa ida a Israel e a participação direta nas escavações de Apolônia. Ao Prof. Israel Roll, agradecemos a acolhida generosa.

focalizar especialmente o problema da discontinuidade histórica nesta região durante o período turbulento que se seguiu à conquista e à dominação romana. A partir da análise cuidadosa das fontes disponíveis, propomos aqui uma interpretação original para o processo de assentamento do território de Apolônia durante os primeiros 150 anos de ocupação romana. A publicação deste trabalho e o formato escolhido visam, sobretudo, mostrar ao leitor brasileiro, interessado na pesquisa arqueológica e histórica sobre a Palestina Antiga, uma maneira de trabalhar com fontes diversificadas no sentido de compreender melhor processos históricos extremamente complexos. Pensamos sobretudo naqueles pesquisadores e estudantes que darão continuidade ao *Projeto Apollonia*. Entendemos esta pesquisa como um exercício de análise e interpretação das fontes arqueológicas e textuais que tratam do impacto da conquista romana no uso e organização do espaço rural na Palestina Antiga. A definição de uma problemática de pesquisa em torno do impacto da ocupação romana na paisagem rural não nos impediu de levantar o maior número possível de questões suscitadas pelas fontes e, ainda que não tenhamos encontrado respostas para a maioria delas, tentamos apresentar os encaminhamentos possíveis. Procuramos, igualmente, colocar novas questões de cunho histórico e teórico que transcendam os objetivos imediatos do projeto e os recortes locais e regionais. Lembramos aqui que essa articulação entre, de um lado, um saber produzido pela leitura e interpretação de documentos literários e epigráficos, com aquele obtido através da prospecção sistemática e intensiva de um território é, como bem observa Vallat (1991: 10), o principal desafio para o historiador ou arqueólogo preocupado com a compreensão dos processos históricos.

Tendo em vista a temática escolhida cujo foco é a paisagem rural, nossa proposta foi a de prover subsídios para um programa futuro de prospecção intensiva de superfície (*survey*) no território do sítio arqueológico de Apolônia, Israel, e dos distritos rurais circunvizinhos. Nesse sentido, examinamos, por um lado, todo o material arqueológico e bibliográfico existente a respeito da parte sul da Planície do Sharon, região onde está inserido o sítio de Apolônia e, por outro, realizamos uma leitura crítica da bibliografia arqueológica sobre Israel que pretende aplicar como metodologia a prospecção intensiva de superfície / *survey*. Este

artigo apresenta os resultados deste nosso exercício de investigação.

Considerando o potencial do uso da prospecção intensiva de superfície, seu baixo custo e a possibilidade que oferece de investigação de problemas históricos delimitados, mas que ao mesmo tempo remetem a questões de cunho teórico, o nosso objetivo foi o de abrir caminhos para a compreensão da ocupação e organização do território² de Apolônia, tentando inserir este sítio nos processos históricos que afetaram a Planície do Sharon como um todo a partir da ocupação romana.

Inicialmente levamos em conta que os trabalhos já realizados neste sítio priorizaram o núcleo urbano da Apolônia antiga. Os trabalhos do principal investigador, Israel Roll,³ embora essenciais para a reconstituição da história do sítio, não problematizam questões centrais em uma perspectiva de história social e econômica que nos parecem fundamentais para a compreensão da história do sítio e da região. Nesse sentido, o eixo orientador de nosso estudo está constituído por duas temáticas, a primeira, que trata da natureza da cidade durante os períodos helenístico-hasmoneu e romano e de suas relações com o seu território, e a segunda, que remete diretamente aos processos históricos da Palestina e do Oriente romano. Com efeito, partimos do princípio que Apolônia esteve, durante a maior parte da sua existência na Antiguidade helenística e romana, organizada segundo os moldes de uma pólis helenística, com um centro urbano e um território rural (uma *chora*). Interessou-nos apreender como as transformações na paisagem rural de um sítio urbano de pequeno porte, típico do Mediterrâneo em época romana,⁴ poderia iluminar não só as relações entre campo e cidade, mas também contribuir para o aprofundamento do conhecimento da evolução histórica da região durante o período romano.

Em suas várias fases, nossa pesquisa procurou dar conta de certos temas relevantes da história da Palestina e do Oriente helenístico e romano,

(2) Entenda-se como território o conjunto formado por campo e cidade.

(3) Vide a bibliografia. O texto mais recente e completo sobre Apolônia e a história das escavações está em Roll e Tal (1999: 1-26).

(4) A importância de se estudar estes pequenos centros urbanos já foi ressaltada entre outros por R. Hodges. Ver o seu estudo recente sobre o Épiro, Hodges *et al.* (1997: 207-234).

refletindo especialmente sobre a transformação da sociedade em momentos de mudança política e social em larga escala.

Por ser este um sítio que vem sendo pesquisado por uma equipe de brasileiros desde 1998, Apolônia, oferece-nos uma oportunidade única de aplicação de uma metodologia diferente e de reflexão sobre os processos de transformação e/ou adaptação social promovidos pelas conquistas romanas no Oriente Médio. A análise do espaço e da paisagem rural tem se mostrado especialmente fértil em outras regiões do Mediterrâneo, permitindo não só a escrita de uma história do campo e dos seus habitantes relativa a maior fração da população (Snodgrass 1987: 68), mas também jogando luz sobre questões e temas antes nebulosos ou pouco entendidos como demografia, assentamento e ocupação do campo, regime de propriedade da terra, movimentos migratórios, sistemas de cultivo agrícola, habitat rural, história da técnica, etc.⁵ Na realidade, o estudo da paisagem rural nos abre uma janela não só sobre questões de economia agrária, mas sobre aspectos sociais e políticos do mundo romano (Lloyd 1991: 233).

Inspirados pelos trabalhos de síntese sobre o impacto regional do imperialismo romano (Alcock 1993: 1997), procuramos entender quais os deslocamentos sociais e econômicos desencadeados pela transformação política da região e do Império como um todo (Millar 1993: 29-111). Embora o âmbito do nosso estudo seja muito mais restrito - trata-se de uma comunidade, não de uma província -, é preciso lembrar que até o momento não há estudos com esse enfoque político para a Palestina romana. A reorganização romana da Palestina e da Síria após a conquista por Pompeu foi acompanhada de sangrentas guerras internas, opressão fiscal, deslocamento social, migração de camponeses e de uma instabilidade política, que se estenderam até as primeiras décadas do século I d.C.. Ao longo do século I d.C., a opressão fiscal e os conflitos entre judeus e judeus e romanos culminaram na revolta de 66 (Goodman 1990; Schwartz 2001). Em 131/2, a rebelião de Bar-Kochba levou à destruição de Jerusalém e, se Dião

estiver correto, ao massacre de grande parte da população judaica. Entretanto, os dados arqueológicos provenientes, sobretudo, da região rural da Palestina sugerem, ao mesmo tempo e em uma aparente contradição, uma prosperidade econômica crescente. Qual a evolução histórica de uma cidade de pequeno porte como Apolônia em época romana? A questão se complica pelo fato de Apolônia ter sido, na sua origem, uma fundação fenícia, supostamente helenizada, mas também com uma história de ocupação judaica no período hasmoneu. Qual a importância do fator cultural na evolução deste sítio?⁶

Uma vez definida a problemática de pesquisa, tentamos de início apreender qual o estado da questão em relação à prospecção intensiva de superfície (*survey*) e ao estudo da mudança social na Palestina romana.

Prospecção de superfície em Israel

Em um levantamento bibliográfico nos principais periódicos que registram as atividades arqueológicas em Israel, chama atenção a quantidade de títulos que registram o termo *survey*. A leitura dos respectivos textos, no entanto, mostrou que nem todos os autores entendem *survey* da mesma forma. Nesta bibliografia, na verdade, o termo *survey* é, na maioria das vezes, empregado em sua acepção geral de 'levantamento', ou seja, de registro de vestígios arqueológicos em uma área mais ampliada. Assim, os viajantes do século XVIII e XIX realizaram *surveys* do litoral palestino, das montanhas do Negev, ou da Samaria (Fig. 1). O mapeamento ou o simples registro de ruínas feito por arqueólogos e os achados ocasionais e fortuitos em áreas maiores como a Judéia, os montes Carmelo, a Galiléia, o Golan e assim por diante são também denominados *surveys*. Uma simples leitura de muitos dos verbetes da *New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land* (Stern 1993 – a partir de agora *NEAEHL*) mostra bem a disparidade da compreensão que se tem deste termo. Em alguns verbetes encontramos 'surveys' de áreas inteiras, tratadas em seu

(5) Sobre as possibilidades de pesquisa, ver, especialmente, Snodgrass (1987) e Bintliff (1994). Sobre a ocupação do campo e uma tentativa de se inferir relações sociais, ver Jameson (1987), com bibliografia.

(6) Remetemos o leitor ao nosso *Relatório de Pesquisa 2000-2001* disponível na Biblioteca do MAE/USP para maiores detalhes sobre o desenvolvimento desta investigação.

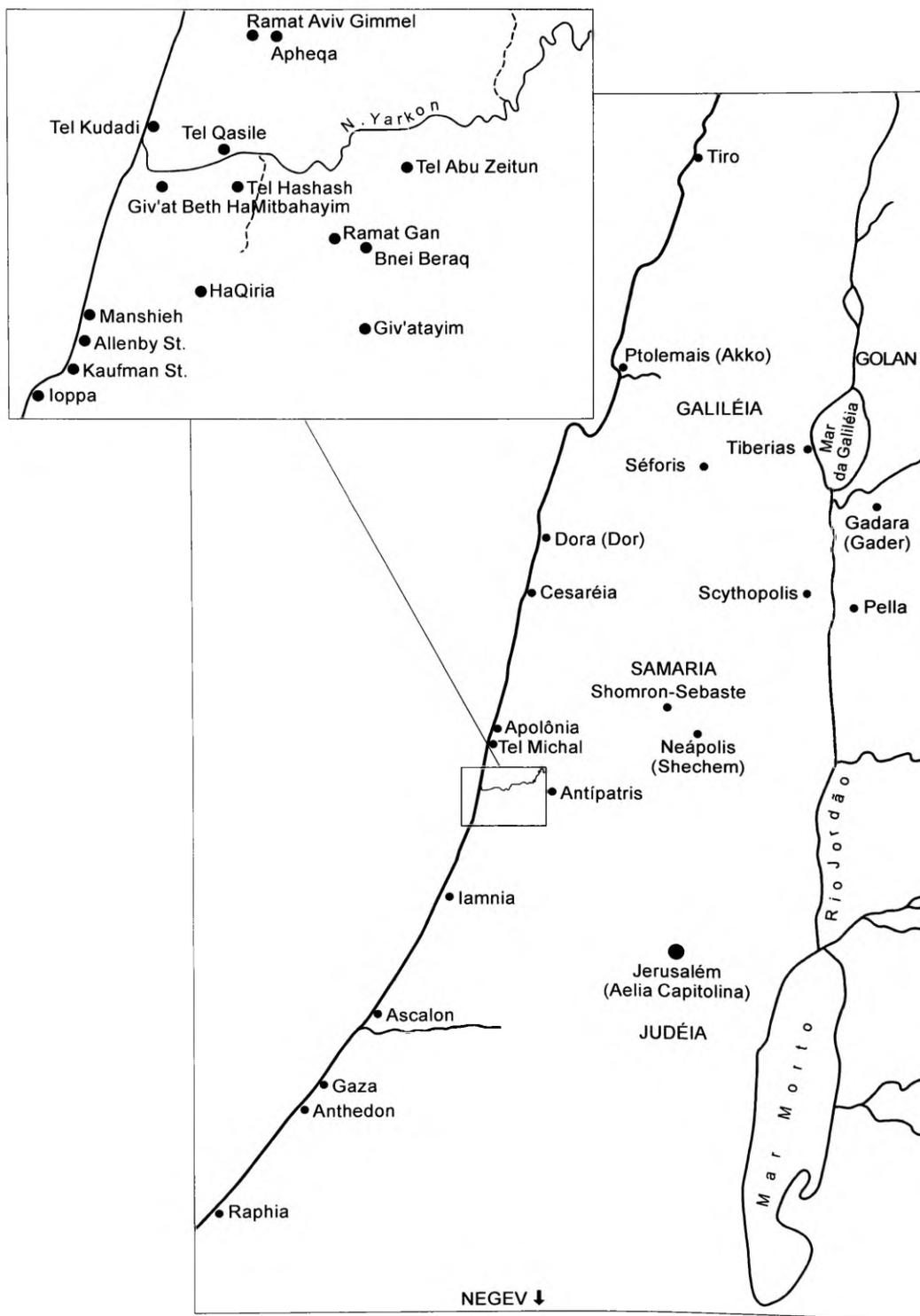


Fig. 1 – Principais localidades da ‘Palestina’ helenística e romana com destaque para o vale do Rio Yarkon.

conjunto, desde os tempos pré-históricos até a época de ocupação muçulmana, enquanto em outros, são apresentados *surveys* de sítios de uma área por meio da descrição individual e isolada de um a um (*Judean Caves*, por exemplo, *NEAEHL* 3: 816-837). Ainda que a descrição detalhada de artefatos e estruturas em seu contexto imediato de produção seja uma etapa importante e indispensável do trabalho do arqueólogo, e mesmo uma maneira válida de trabalhar o documento material, a abordagem de determinados tipos de problemas como a questão das transformações das sociedades passadas - ponto central de nossa pesquisa - depende necessariamente de uma metodologia adequada.

A metodologia rigorosa proposta - na Arqueologia clássica - inicialmente pelos arqueólogos britânicos (Barker e Lloyd 1991) e desenvolvida a partir dos anos oitenta com objetivos precisos de construção de um conhecimento sobre aspectos específicos das sociedades, pode ser encontrada em bem poucas publicações que tratam das sociedades antigas em Israel, mesmo naquelas que apregoam uma 'Arqueologia regional' Tome-se como exemplo uma obra importante (e recente) como a de Levy (1995): esta deixa muito a desejar com relação à proposta inicial apresentada logo no capítulo introdutório intitulado *Social Change and the Archaeology of the Holy Land* (pp. 2-8). Neste capítulo, Levy e Holl lidam, do ponto de vista teórico, com toda a metodologia e o alcance do *survey* como instrumento da História de longa duração procurando mostrar a potencialidade do levantamento sistemático de superfície no Mediterrâneo para o tratamento dos vários aspectos da mudança social no tempo. No entanto, os demais capítulos distanciam-se desta proposta inicial, apresentando um registro generalizado dos achados arqueológicos de Israel. Este volume é no fundo uma excelente História descritiva de Israel, em que vestígios arqueológicos e documentos textuais aparecem articulados de sorte a prover o leitor com a mais ampla visão do desenvolvimento da ocupação humana nesta região do Mediterrâneo. Por importante que seja ao apresentar um relato articulado e compreensivo dos vários períodos da história de Israel, a problemática da mudança social em si não é aprofundada com o rigor necessário e nem as potencialidades da prospecção intensiva de superfície são exploradas no sentido de delinear os nuances que o *survey* pode dar a questões

importantes para o conhecimento da organização social. Questões como a definição do tamanho das propriedades por meio dos vestígios materiais, a distribuição de instalações especializadas para o processamento dos produtos agrícolas (prensas de vinho e óleo, silos), a prática agrícola nos campos como a adubagem (que no fundo define a extensão de terra usada para o plantio) ou ainda a distribuição dos enterramentos em relação aos locais de moradia, a definição de centros urbanos e de centros menores e as suas respectivas dimensões, as formas de relações destes centros com o entorno que eventualmente o sustenta, não são, infelizmente, questões abordadas de maneira sistemática neste volume, nem mesmo no item *settlement pattern*.

Por outro lado, devemos reconhecer que encontramos em nosso levantamento, alguns trabalhos - artigos principalmente - que merecem destaque por trazer à luz dados inéditos a respeito da ocupação e do uso de alguns territórios. Um deles é o de S. Dar realizado nas montanhas da Samaria (1986). Trabalhando com uma amostragem rigorosamente definida e obtida por meio de caminhadas intensivas em toda a área escolhida, o autor plotou no mapa todos os vestígios arqueológicos encontrados, independentemente de suas dimensões ou de sua fragmentação. Suas conclusões, por exemplo, a respeito do tamanho da propriedade da terra e da organização do trabalho agrícola são fundamentais para a compreensão das mudanças sociais ocorridas nesta região entre a época de ocupação persa e o período romano. Assim, a distribuição dos vestígios materiais de fazendas e a definição das áreas de cultivo por meio da análise da dispersão de fragmentos de cerâmica, na Samaria, desde a idade do Ferro até o período que antecede a conquista da região por Alexandre, o Grande, apontam para uma organização social em que a célula básica é a da família estendida, o clã (*beth-av*). Por outro lado, o aparecimento e grande difusão, a partir do século III a.C., de torres de pedra posicionadas pelos campos em espaços relativamente regulares (vestígios de aproximadamente 1500 torres foram registrados!) e associadas a instalações de processamento de produtos agrícolas (principalmente prensas de óleo e de vinho) e a residências, pressupõem a existência de um agente organizador único e uma re-organização do campo em torno de famílias nucleares (e não mais o *beth-av*). A partir

da época herodiana e do estabelecimento da província da Judéia e durante todo o século I d.C. as torres começam a escassear. Os vestígios arqueológicos encontrados neste levantamento indicam propriedades agrícolas maiores do que as anteriores definidas pelo posicionamento das torres. De acordo com Applebaum, em seu comentário histórico à obra de Dar, pode ser um fenômeno vinculado ao confisco de terras promovido por Herodes e mais tarde pelos romanos. Esta reestruturação da propriedade encontra reflexos – ainda segundo este autor – também no Mishnah que menciona “a fazenda que pertence a um homem e passa a pertencer a vários e a fazenda que pertence a vários e passa a pertencer a um só” (Applebaum 1986: 263).

Um outro exemplo de aplicação meticulosa dos métodos da prospecção intensiva espacial de superfície em Israel que merece ser aqui citado é a pesquisa realizada por Gibson no entorno da cidade de Dora, na fronteira norte, entre a Planície do Sharon e os montes Carmelo (Gibson et al. 1999). Seu objetivo, neste projeto, era justamente definir a área de influência (ou dependência) de Dora, cidade litorânea, sobre o interior imediato, procurando definir o padrão geral de ocupação nas cadeias de *kurkar*,⁷ paralelas à costa. Para tanto, escolheu uma área de 8km² ao redor de Tel-Dora, mapeou-a, dividindo-a em cinco zonas onde foram selecionadas seções para amostragem que por sua vez foram caminhadas a distâncias regulares de 3m durante seis semanas, de acordo com a metodologia preconizada pela moderna arqueologia da paisagem (Barker e Lloyd 1991). Ainda que esta mesma metodologia tenha sido aplicada com bastante sucesso pelo mesmo Gibson e colegas em outras áreas de Israel (Golan 1978-88; Jerusalém 1985 e Judéia 1991) escolhemos este exemplo, pois, até certo ponto, Dora em muito se assemelha a Apolônia já que também é uma cidade litorânea em uma região de *kurkar* e de difícil acesso ao interior. A análise geomorfológica e os estudos de palinologia da área selecionada, a coleta sistemática de material arqueológico por amostragens rigorosamente definidas, a identificação dos adensamentos de material, o registro metuculoso das áreas de

simples dispersão de fragmentos cerâmicos, o tratamento estatístico dos achados; todos estes procedimentos de pesquisa apresentados e descritos na publicação dos resultados (Gibson et al. 1999) falam por si só ao se procurar as conclusões sobre as transformações dos assentamentos humanos nesta região. Assim, ficamos sabendo: quais foram os períodos de ocupação mais intensiva da área e que até o final do século III a.C. Dora era um centro muito mais voltado para o mar; ficamos sabendo também como esta porção de terra foi organizada a partir dessa época em pequenos lotes (propriedades?) com fins agrícolas e com apenas locais de parada e sem residência fixa no campo; que em época bizantina a produção do vinho devia suprir uma demanda de exportação e que provavelmente havia grandes e pequenos produtores; que a produção do óleo em todos os períodos foi destinada apenas ao uso local; que havia diferenciação na distribuição espacial entre os sepultamentos dos mais abastados e dos menos abastados em época romana e bizantina, e assim por diante.

Nosso exame do material bibliográfico disponível sobre o desenvolvimento da metodologia do *survey* em Israel leva-nos a concluir que, ainda que projetos de Arqueologia regional tenham se tornado uma prática relativamente comum em Israel, a partir da década de 1980, o foco principal desses projetos está ainda restrito à investigação a respeito de antigos assentamentos considerados em sua individualidade e em ambientes geográficos restritos. Poucas são as investigações – como as que vimos acima coordenadas por Dar e por Gibson – que partem de propostas precisas e que se apóiam em metodologias que possam atender às especificidades dos objetivos propostos. Como resultado, informação inadequada é oferecida a respeito das práticas agrícolas e a respeito de tantas características das paisagens rurais impedindo conclusões importantes a respeito da organização social de um grupo e da mudança social. As pesquisas de *survey* conduzidas na região de Apolônia, não fogem a essa situação geral, como tentaremos demonstrar a seguir.

2. A ocupação do território de Apolônia e as pesquisas arqueológicas

Apolônia está situada na costa central de Israel em uma região conhecida pelo nome de Planície do

(7) O *kurkar* é uma rocha muito porosa formada a partir da petrificação da areia cujo nome científico é arenito de quartzo carbonatado.

Sharon, na atual municipalidade de Herzliyya. De acordo com a documentação textual antiga (Rainey 1989: 10-11) o Sharon é uma região que se estende entre a cidade de Dora ao norte e Ioppa

ao sul e limita a leste com os montes Carmelo e com as montanhas da Samaria (Figs. 1 e 2). Cidades antigas importantes estão localizadas nessa região: afora a própria Apolônia, no litoral estão as já

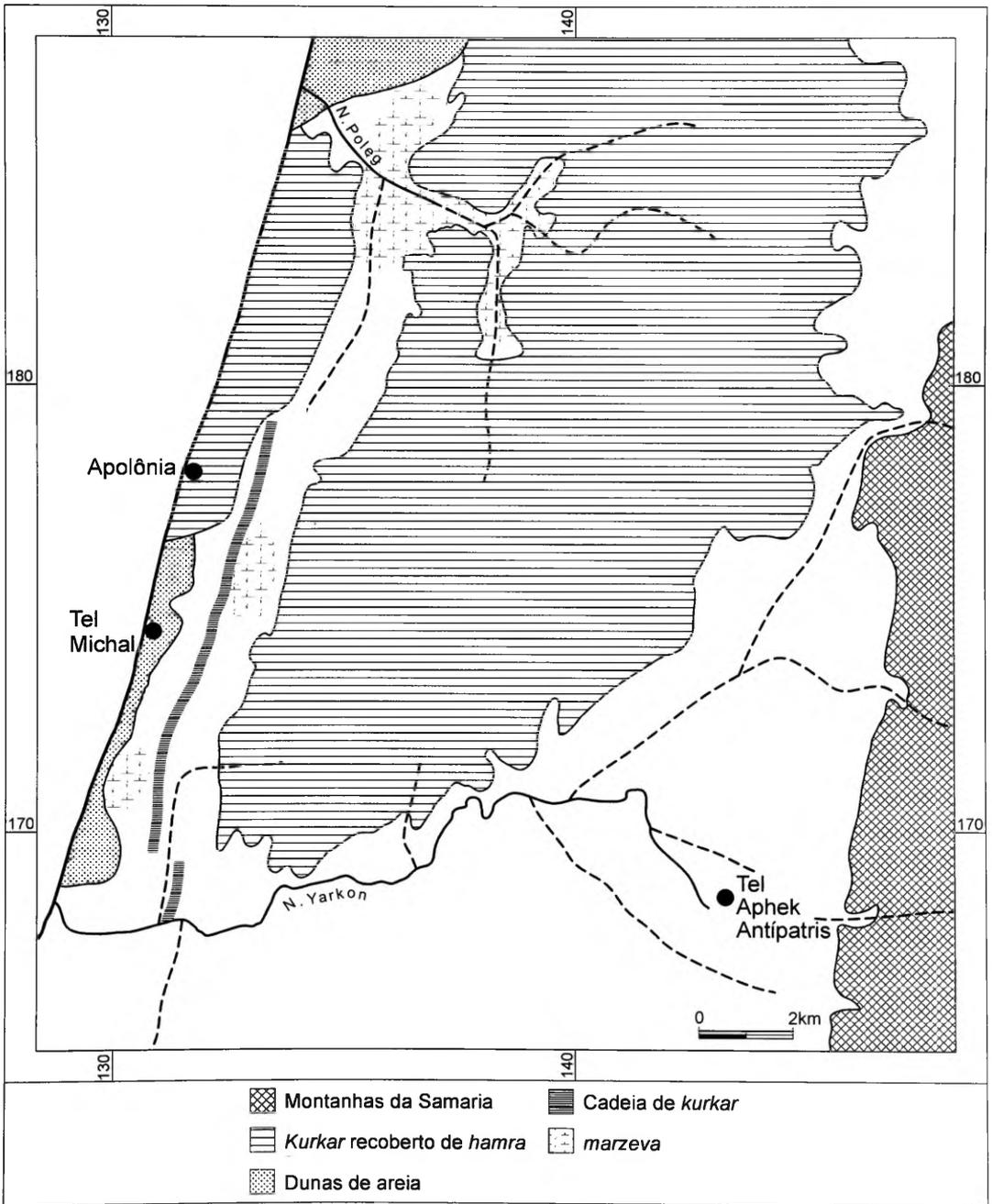


Fig. 2 – Topografia do sul da Planície do Sharon (adaptado de Gophna e Ayalon, 1989: 24).

mencionadas Dora e Ioppa além de Cesaréia e de Tel Michal; no interior deve-se mencionar Antípatri, na rota – existente mesmo antes do estabelecimento de uma via romana – que unia o norte do Egito à Síria e à Mesopotâmia.

Apesar de hoje a Planície do Sharon ser reconhecida como uma região relativamente homogênea, os autores modernos ressaltam que na Antigüidade, tanto Apolônia quanto Tel Michal estavam posicionadas em um ‘nicho geográfico’ que tinha por limite norte o Rio Poleg e por limite sul o Rio Yarkon. É esta área que, no fundo, poderia ser considerada como o entorno ou o território das duas cidades (que distam apenas 3 km uma de outra); área que, poderíamos supor, estivesse sob influência dessas cidades ou de onde proviesse sua subsistência.

A característica topográfica mais marcante desta região está constituída por três cadeias de *kurkar* alinhadas no eixo norte-sul e de forma paralela à linha da costa. Entre as três cadeias de *kurkar* e, além da terceira cadeia até chegar ao sopé das montanhas da Samaria, estendiam-se, na Antigüidade, três *marzevas* (depressões) de sedimentos férteis. Esta longa linha de cadeias de *kurkar* bloqueava o escoamento efetivo das águas de muitos rios, riachos e *wadis*, criando – especialmente na *marzeva* entre a segunda e a terceira cadeia de *kurkar* – inúmeras pântanos. Estes, juntamente com a floresta de carvalho⁸ que crescia sobre a densa camada de areia vermelha – *hamra* – que se estendia por toda a terceira cadeia de *kurkar* tornava bastante difícil a ocupação humana do lado oeste da Planície do Sharon.

Na verdade, por toda a Idade do Bronze, a maioria dos assentamentos humanos da Planície do Sharon situava-se ao lado oeste das montanhas da Samaria, não ultrapassando as cadeias de *kurkar*, nem chegando à costa nessa direção. O acesso ao litoral, se dava mais ao sul da Planície, na altura da bacia do Rio Yarkon que juntamente com o Rio Ayalon e com o *Wadi Qana* formava um corredor natural entre o Mediterrâneo e o interior. O rico solo aluvial e as inúmeras fontes de água do leste do Sharon, somadas à altitude que tornava o clima

mais saudável levaram ao estabelecimento ali de uma série de localidades importantes, fazendo da fronteira leste do Sharon um elo fundamental no entroncamento das rotas que ligavam o Egito com o norte da Síria e com a Mesopotâmia. Não é por acaso que Tel Aphek (em época romana, Antípatri) situava-se justamente na área da nascente do R. Yarkon.

De acordo com a bibliografia consultada, por estes motivos tanto Apolônia, quanto Tel Michal, foram assentamentos em uma área de acesso complicado ao interior, daí seu destino (pelo menos por boa parte da Antigüidade) em viverem voltadas para o mar, muitas vezes sob influência direta de fenícios ou de persas (Rainey 1989: 10). Esta seria a posição também com relação a Dora que, como vimos acima, situa-se na fronteira norte do Sharon, e que portanto teria vivido por boa parte da Antigüidade, desligada do seu entorno. Tentaremos mostrar mais abaixo, como estas afirmações merecem ser nuançadas.

Como é bem sabido, durante toda a época moderna e contemporânea, a região onde hoje se encontra Israel foi muito visitada e por isso os vestígios arqueológicos, as ruínas, chamaram sempre a atenção. Soldados, viajantes, religiosos, autoridades, em momentos diferentes registraram por meio de relatos ou desenhos as paisagens e as ruínas da ‘Terra Santa’. Datam, porém, do século XIX os registros um pouco mais intencionais e sistemáticos. A respeito do Sharon, especificamente, deve-se mencionar em especial a obra de Clermont- Ganneau e a de Guérin (ambas do último quartel do século XIX) e as menções que alguns dos sítios receberam no *Survey of Western Palestine* organizado por C. R. Conder e H.H. Kitchener e publicado pelo *Committee of the Palestine Exploration Fund* em três volumes (1881-1883) (Roll e Tal 1999: 18-25). A partir do nascimento da Arqueologia como disciplina científica em finais do século XIX e durante todo o século XX, enquanto Israel esteve sob o Protetorado Britânico e depois da fundação do Estado de Israel, os sítios arqueológicos mais visíveis do Sharon foram regularmente escavados. Atualmente, toda intervenção arqueológica depende de autorização da *Israel Antiquities Authority*, entidade que tanto promove as escavações com a sua própria equipe, quanto autoriza a escavação por outras instituições ou universidades. Até um certo ponto, podemos dizer que esta instituição imprime

(8) Uma das hipóteses bem aceitas a respeito da proveniência do nome Sharon é justamente o ‘saronis’ ‘carvalho velho e oco’ em grego, que aparece em Plínio, o Velho (*HN*, IV, 18; cf. Rainey 1989: 10).

uma feição às pesquisas arqueológicas desenvolvidas em Israel: o levantamento arqueológico (ou *survey*) proposto pela série dos ‘Mapas’ das várias regiões de Israel, como o *Map of Herzliyya* (Gophna e Ayalon 1998), texto básico em nosso estudo, foi uma iniciativa própria das equipes desta entidade.

De acordo com o nosso levantamento geral na bibliografia disponível e nos relatos de escavação, a pesquisa arqueológica realizada nas últimas décadas na Planície do Sharon focalizou principalmente os grandes sítios. Como ocorre tradicionalmente na Arqueologia clássica (e na Arqueologia de tantas outras regiões fora do Mediterrâneo) o primeiro chamariz para a pesquisa são as grandes ruínas que se destacam na superfície de uma paisagem. Assim, a cidade romano-bizantina e o forte medieval cruzado em Cesaréia, o tel com suas ruínas de época persa e helenística em Dora; em Tel Michal, o forte de época helenística e romana; em Antípatrias as grandes construções romano-bizantinas e em Apolônia o castelo medieval de época cruzada foram escavados mais intensivamente com o objetivo de oferecer explicações para o que tão visivelmente se apresenta na superfície.

A partir dos anos oitenta e, sobretudo, noventa, nota-se – como no resto da arqueologia israelense – alguns grupos tentando ampliar as áreas de pesquisa e realizando um esforço em compreender os grandes sítios em sua articulação com as áreas circunvizinhas. Algumas investigações, como aquelas já mencionadas acima, desenvolvidas por Gibson no entorno de Dora, alguns *surveys* na área circunvizinha de Cesaréia (Everman 1992 e Roller 1981) e o *survey* realizado pelas equipes conjuntas da Universidade de Tel Aviv e da *Israel Antiquities Authority* na área interna de Apolônia e de Tel Michal, no sul da Planície do Sharon, são trabalhos que merecem atenção. Esta última pesquisa que reuniu todos os dados arqueológicos disponíveis até o final da década de 1970 a respeito do sul do Sharon é, de fato, a que mais nos interessa.

Este *survey* foi conduzido entre os anos 1977-1979, abrangendo toda a área que se estende entre os Rios Poleg ao norte e Yarkon ao sul, com o objetivo de preparar um mapa arqueológico da municipalidade de Herzliyya. Mapa este que, em 1998, foi publicado na Série “Archaeological Survey of Israel” sob o patrocínio da *Israel Antiquities Authority*. A equipe montada no

Instituto de Arqueologia da Universidade de Tel Aviv contou – entre outros – com a participação de três arqueólogos que mais tarde foram os responsáveis pela maior parte das publicações dos resultados: R. Gophna, E. Ayalon e I. Roll (atual coordenador-chefe das escavações sistemáticas no sítio de Apolônia). Neste *survey*, todos os períodos de ocupação do Sharon receberam atenção: da época pré-histórica ao período mameluco e otomano. Além da publicação do mapa, vários artigos preliminares foram publicados, boa parte dos quais referente aos períodos pré-históricos, principalmente da Idade do Bronze.

O Mapa de Herzliyya é hoje um instrumento de trabalho fundamental e indispensável para o pesquisador interessado na arqueologia regional da Planície do Sharon. Registra 99 ‘sítios’, dos quais alguns simples acampamentos, três *tels* com estratigrafia, aldeias, ‘instalações’, e enterramentos em cavernas (Gophna e Ayalon 1998:9). Além do registro, oferece-se uma descrição sintética de cada sítio e, quando há, uma ou mais referências bibliográficas.

Do ponto de vista metodológico, no entanto, esta publicação deixa muito a desejar. Em nenhum momento, por exemplo, fica-se sabendo como foi feito o levantamento dos vestígios; ora há indicações de antigas descrições de achados que devem ter orientado a equipe na identificação e descrição de sítios; ora parece que a equipe procurou resgatar os dados de terrenos que estavam prestes a receber construções modernas, realizando uma prospecção de salvamento. Há, enfim, uma dificuldade em compreender na publicação quais os critérios empregados pelos pesquisadores na construção de sua amostragem. Em nenhum momento, por exemplo, indica-se se a região foi toda caminhada, quais setores da região foram caminhados; qual a regularidade da caminhada. Por outro lado, a definição de sítio é extremamente fluída nesta publicação confundindo, por vezes, os dados: tanto a área nuclear da cidade de Apolônia, por exemplo, é definida como um sítio (no. 11) quanto uma única sepultura nas proximidades de Apolônia também (por ex. no. 20). Outro exemplo que reflete a falta de uma metodologia precisa, ou talvez de explicitação da metodologia empregada, é o dos sítios no. 18 ao 23 e 31 a 33: todos têm o mesmo nome (Kefar Shemaryahu) e são todos enterramentos, nas proximidades de Apolônia. Fica-se sem compreender porque são sítios

diferentes. Não se compreende exatamente, o que são sítios considerados como aldeias; qual a diferença entre uma aldeia e um acampamento, ou ainda o que são os sítios classificados como 'instalações'. A região aparece assim compartimentada irregularmente, de acordo com critérios desiguais e desconhecidos mesmo, embaçando as formas de ocupação do território - dificultando, muitas vezes, a interpretação e análise dos dados.

Ainda assim, é preciso reconhecer que o Mapa de Herzliyya representa um esforço de compreender a região no seu conjunto. As informações arqueológicas ali apresentadas, somadas aos dados discutidos em relatos de escavação, nas descrições de sítios da *NEAEHL* e em alguns textos mais interpretativos (em especial Roll e Ayalon 1988, 1989 e 1990 e Gophna e Ayalon 1989) são o único material disponível para a elaboração de uma síntese dos principais momentos da ocupação do sul do Sharon. Apresentamos a seguir a síntese que foi construída pelos arqueólogos israelenses a partir dessa documentação. Veremos como o modelo que elaboram para a ocupação do território do sul da Planície do Sharon é progressivo e linear o que a nosso ver deveria ser nuançado a partir de um estudo mais abrangente e da recuperação mais sistemática de informações arqueológicas.

De acordo com este conjunto de informações assume-se que as duas cidades litorâneas do sul do Sharon - Tel Michal e Apolônia - estiveram muito mais voltadas para o mar do que para a área interna circunvizinha até o final da época de ocupação persa.⁹ Tel Michal, inclusive apresenta estruturas administrativas, como armazéns e a bem escavada fortaleza (Herzog *et al.* 1989: 10 e ss.), mas, assim como Apolônia, e até onde foram as pesquisas de prospecção arqueológica, não apresenta ocupações agrícolas interioranas. Note-se que ao pé das montanhas da Samaria, na *marzeva* central da Planície, há ocupações esparsas, mas que – pelos dados atuais – não mantêm comunicação com o litoral. Como mencio-

namos acima, a não comunicação com o interior – na interpretação destes autores – ocorria por uma dificuldade da topografia regional e, sem dúvida, porque não havia uma necessidade maior. A ocupação do território interno, com exploração agrícola, teria começado somente ao final do período persa e é atestada pela fundação de localidades como Jelil (ou Gelilot) e o sítio 13/7 nas imediações de Tel Michal (Gophna e Ayalon 1989: 23). No período de ocupação persa, no sul do Sharon, o modelo de assentamento estaria fundamentado em um pólo principal, uma cidade maior, acompanhado de aldeias 'filhas'. Foram atribuídos a este período dois destes pólos: Tel Poleg, no norte, em uma área de muito pântano, centro urbano acompanhado por quatro aldeioas; Tel Aphek (mais tarde Antípatrias) também com várias pequenas ocupações agrícolas nas imediações (Roll e Ayalon 1988: 38-43). A principal via de acesso ao interior ocorria pela desembocadura do Rio Yarkon, controlada pela cidade de Tel Qasile que também não possui assentamentos agrícolas a ela associados neste momento (*idem*).

A partir da conquista da Palestina por Alexandre, o Grande, os pesquisadores notaram uma diminuição de vestígios arqueológicos em Tel Michal e um crescimento de Apolônia, como se os dois centros urbanos estivessem em uma alternância de destaque na região (Gophna e Ayalon 1989: 23). Uma oficina de fabricação de púrpura que parecia ser de época helenística foi registrada em Apolônia levando os pesquisadores a acreditarem em um certo desenvolvimento 'industrial' neste período. Entretanto, depois de estudos específicos relativos às conchas achadas, esta oficina foi atribuída ao período persa (Karmon 1999: 278). Os dados sobre pequenos assentamentos nas imediações de Apolônia: em Shefayim, ao norte, uma aldeia na costa e outra pequenina à margem da *marzeva* oeste e outra aldeia (há apenas vestígios cerâmicos de época helenística) em Bir el' Ababsheh,¹⁰ a leste de Apolônia, na margem da *marzeva* central (Gophna e Ayalon 1989: 23), no entanto se

(9) Ocupamo-nos aqui, principalmente, dos períodos relativos à época de ocupação persa em diante. O Mapa de Herzliyya e as demais publicações ocupam-se também da idade do bronze, do período calcolítico, que não nos interessam diretamente no momento. Para todas as localidades, olhar a Fig. 3.

(10) Os dados são aqui contraditórios, pois nesta localidade, o Mapa de Herzliyya registra um único fragmento de cerâmica de época helenística enquanto o assentamento mais denso é de época romana e bizantina (sítio 7). Entretanto, Gophna e Ayalon (1989: 23) mencionam o assentamento já em época helenística, o que Tal assume como certo (1999: 253).

mantém, apontando para uma expansão da área nuclear de Apolônia. Segundo os autores, estes dados seriam suficientes para confirmar a consolidação do modelo locacional de assentamento que perdurará até a época romana, em que um centro urbanizado é rodeado por outras pequenas aldeias 'filhas' (Roll e Ayalon 1988: 38-43)¹¹. Apesar da existência destes assentamentos, não foi identificada ainda uma comunicação maior com o leste.

O início da ocupação romana da Palestina, principalmente o período que se estende de 63 a.C. ao final da Primeira Revolta em torno de 70 a.C., é uma época sobre a qual, segundo a maioria dos relatos de escavação estudados, há escassos vestígios materiais. De toda a forma, observa-se o abandono de Tel Poleg (Gophna e Ayalon 1989) e a destruição da fortaleza romana em Tel Michal, centro urbano que sofrerá, a partir deste momento, um abandono completo por cerca de setecentos anos (Herzog 1993: 1040).

A pesar desta lacuna no tocante aos vestígios materiais, Apolônia aparece nas fontes textuais, inclusive entre as cidades 'restauradas' por Gabínio proconsul da Síria entre 55 e 57 d.C. (Josefo *BJI*, 8, 4 e *AJ XIV*, 5,3; cf. também Roll e Tal 1999: 6-7). Neste contexto, devemos lembrar, ainda, que Herodes fundou Cesaréia, em 10 a.C., no norte da Planície do Sharon (34 km na costa ao norte de Apolônia) e Antípatriis, em 9 a.C., no local de Tel Aphek (15 km ao sudeste de Apolônia) no sul da Planície. A escolha do local de Cesaréia por Herodes foi estratégica, pois nesta região as cadeias de *kurkar* são de altura bastante moderada fazendo da cidade um porto, mas de acesso muito fácil em direção ao interior. Com efeito, o estudo das muralhas de Cesaréia mostra os portões de onde irradiavam as várias estradas: em direção a Dora, ao norte, em direção a Apolônia ao sul e em direção a Scythopolis, Neápolis e Antípatriis a leste (Roller 1981-82: 94). A fundação de Antípatriis seguiu o mesmo critério. Posicionada, como já

(11) Na verdade, este parece ser um modelo de assentamento caro aos arqueólogos israelenses. Tal (1999: 253), por ex., reconhece a dificuldade em comprovar este modelo de assentamento em Apolônia tendo em vista a escassez de informações. Entretanto, mantém a proposta deste modelo como uma hipótese válida de trabalho em Apolônia, já que no vale do Yarkon, para onde há um pouco mais de dados, este modelo ainda que não comprovado é também plausível (1999: 254-5)! Caminha-se em círculos.

mencionamos no entroncamento de rotas que vinham de Gaza e do norte da África, Antípatriis servia de ponto de referência para a entrada em direção ao vale do Jordão e era, a essa época, centro de gravitação do sul do Sharon (Roll 1983:145 e Kochavi 1993: 70-71). Mais tarde, no século II d.C. os romanos vão pavimentar, com finalidades militares e administrativas, tanto a rota litorânea norte-sul quanto a rota que passava por Antípatriis (Roll 1983: 148-149). Apesar deste fato, os pesquisadores constatam justamente a partir do século II d.C. uma decadência em todos os sítios da bacia do Yarkon, atribuída aos eventos associados à Grande Revolta. Ioppa e Antípatriis teriam sido destruídas enquanto Apolônia parece crescer, assumindo, de acordo com estes pesquisadores, uma posição de liderança no sul da Planície do Sharon (Roll e Ayalon 1989).¹²

Data do século II d.C. o primeiro assentamento – Tabsor – na região de *hamra*, na terceira cadeia de *kurkar*, o que indicaria um início de desmatamento da floresta de carvalho (Gophna e Ayalon 1998: 26-27 e Roll e Ayalon 1981). Gophna e Ayalon (1989:23) mencionam a fundação de inúmeras aldeias e fazendolas na *hamra* e ao longo de toda a costa sul do Sharon durante o século II d.C., em especial sobre as cadeias de *kurkar* (não especificam quais, no entanto). Destas fundações a mais antiga seria Herzliyya B. Da mesma forma, muitos dos numerosos enterramentos registrados ou escavados nas redondezas de Apolônia, na segunda e na terceira cadeias de *kurkar*, devem ser datados de a partir desta época (Tal 1995).

Segundo esta interpretação corrente na bibliografia consultada, portanto, o processo de ocupação do território que se estendia entre Apolônia e as montanhas da Samaria, conhece um momento importante no século II d.C., momento a partir do qual este processo de ocupação há de se intensificar cada vez mais. A este desenvolvimento está associado o estabelecimento de algumas estradas transversais/ secundárias romanas que uniam a Samaria a Apolônia: da estrada que percorria o trajeto entre Shechem e Ioppa saia uma

(12) Não resistimos ao comentário crítico que diz respeito à extrema escassez de dados que possam autorizar essa interpretação a respeito da liderança de Apolônia neste período.

estrada secundária que ia a Apolônia via Kefar Saba; de Sebaste e de Antípatrios também saíam rotas secundárias que tinham como ponto final Apolônia (Gophna e Ayalon 1989: 25). Quando tratamos das estradas, no entanto, é preciso lembrar que a única estrada romana maior que passava por Apolônia era a rota que vinha de Antioquia e que passando por Tiro e Cesaréia prosseguia, via Apolônia, Ioppa, Ascalon, Gaza até Alexandria (Roll 1983). Outras estradas internacionais, como a que ia/vinha do Egito, desviavam de Apolônia para seguir via Antípatrios para o norte da Síria, como já mencionamos acima.

Nas sínteses apresentadas por estes autores todos, percebe-se, principalmente quando tratam da época que começa a partir da Revolta de Bar-Kochba na segunda metade do século II d.C., uma generalização muito grande, sobretudo em termos cronológicos. Sente-se como uma dificuldade em operar uma síntese que respeite as especificidades de cada século, de cada época, talvez devido à dificuldade em datar boa parte dos vestígios arqueológicos ou talvez da própria escassez de vestígios arqueológicos recolhidos com sistematicidade e método. Exemplo típico desta postura generalizante encontramos em Gophna e Ayalon no texto que trata justamente da história da ocupação no território de Tel Michal: “O processo de assentamento ganhou um novo ímpeto durante o Período romano intermediário (séc. II d.C.) quando os primeiros assentamentos agrícolas foram fundados nas colinas da *hamra* e atingiu o seu auge nos sécs. VI a VIII d.C. De maior importância foi o estabelecimento de aldeias e fazendas ao longo da costa sul do Sharon, especialmente nas linhas de *kurkar* onde muitos enterramentos em cavernas de época romana e bizantina, foram descobertos” (1989:23).

Na verdade, os pesquisadores partem de um dado final de ocupação do território em época bizantina para voltar no tempo e esboçar um processo de ocupação linear, progressiva e inabalável de toda essa região. Expressão mais cabal desta postura encontra-se no texto de Roll e Ayalon, de 1988. Aqui, os autores expõem como a ocupação do Sharon em época persa seguia o mesmo modelo bíblico de uma cidade rodeada por suas ‘filhas’. De acordo com este texto, data do período persa o início da expansão demográfica para o interior e data da época bizantina o apogeu deste processo (portanto aproximadamente 1000

anos depois). Assim, basta analisar as duas épocas, que saberemos o caminho que a ocupação do território da Planície do Sharon percorreu! Se, com efeito, podemos datar de época bizantina vários elementos que permitem pensar em uma ocupação mais abrangente nos séculos VI e VII d.C., como a drenagem da *marzeva* central que é datada com acuidade à época bizantina (tanto o canal descoberto em Tel Poleg quanto o túnel escavado em Herzliya B estão nitidamente associados a material de período bizantino; cf. Gophna e Ayalon 1998: 29*) ou como os dados relativos à presença de carvalho entre os vestígios arqueológicos que demonstram que a floresta na *hamra* foi abatida em época bizantina (Gophna e Ayalon 1989: 25), isto não significa, necessariamente, que este processo foi um processo contínuo e uniforme durante dez séculos.

3. Sistematizando os dados arqueológicos provenientes de Apolônia e de seu território

Nesta etapa de nossa investigação procuramos reunir o máximo de documentos materiais e textuais sobre Apolônia e a Planície do Sharon como um todo, e proceder a uma leitura modificada deste material, procurando abrir novas perspectivas de pesquisa. Assim, não nos preocupamos, em um primeiro momento, em confirmar ou refutar o modelo de ocupação progressiva e linear do território ou o modelo de assentamento fundamentado em um centro urbano rodeado por pequenas aldeias, ambos propostos pelos autores consultados. Antes da elaboração de qualquer modelo que “escrevesse” a história deste território, pareceu-nos fundamental analisar e interpretar os achados da evidência material à luz de uma análise igualmente crítica das fontes literárias sobre a região, colocando de lado os pressupostos dos autores. Adotamos, uma postura metodológica que visa integrar de modo produtivo as duas categorias de documento. Procuramos levar em consideração os eventos políticos, conflitos sociais e disputas religiosas que marcaram profundamente a história desta região e sobre os quais há alguma evidência no documento textual. Entendemos que todos estes fatores não podem ser interpretados somente como uma história factual, como a espuma flutuante e

irrelevante das conjunturas históricas de longa duração, para usar metáfora cara a Braudel e seus críticos, mas como agentes ativos de mudança social que interagem com as estruturas, dotados de poder de determinar e alterar profundamente o processo histórico. Não basta também tratar estes fatores como contexto ou pano de fundo dos processos históricos evidenciados pela arqueologia e com os quais estabelece uma ligação tênue. Pelo contrário, é preciso considerá-los como forças históricas determinantes, que incidem sobre os processos locais e têm um impacto histórico significativo. Nesse sentido, nos distanciamos um pouco do modelo braudelianiano ainda muito comum nos estudos sobre paisagem rural, que confere uma densidade histórica muito grande às estruturas e conjunturas, enfatizando continuidades.¹³ Sem rejeitar de todo as categorias, ritmos ou níveis braudelianos, procuramos deslocar o eixo de análise para mudança e ruptura (Alcock 1993).

Nesta seção, apresentamos os resultados da leitura crítica que fizemos da documentação a respeito dos trabalhos arqueológicos na Planície do Sharon bem como realizamos uma nova sistematização dos dados materiais disponíveis. Mais adiante, na seção 4, expomos um balanço das fontes textuais consultadas procurando articular o conjunto das informações em função das questões levantadas por este projeto.

3.1. A amostragem arqueológica de Roll, Ayalon e Gophna: uma realidade mal conhecida

Na avaliação dos dados de Roll, Ayalon e Gophna, dois problemas se colocaram logo de saída. Sabíamos que o sítio de Apolônia se encontrava em região densamente urbanizada: a municipalidade de Herzliyya, que se estende num *continuum* desde o flanco norte de Tel-Aviv, se espalha pelos arredores do sítio urbano antigo, cercand-o parcialmente. Trata-se, além disso, de uma região com um mercado imobiliário dinâmico e altamente valorizado, situada à orla do Mediterrâneo. Nos últimos vinte ou trinta anos, Herzliyya vem

passando por um desenvolvimento galopante, com a construção de novos condomínios, residências nobres, hotéis e áreas de lazer. Logo ao sul do sítio, construções recentes causaram grande distúrbio à estratigrafia de seus arredores. Para completar, o sítio urbano de Apolônia foi parcialmente obliterado com a construção de uma instalação militar (*Relatório 2000-2001*).

Isto significa que uma boa parte do território de Apolônia antiga, do núcleo urbano à zona rural, está hoje coberto por construções modernas. Nestas circunstâncias, é evidente que os dados obtidos pelos investigadores israelenses estão necessariamente comprometidos pela alta densidade urbana e por distúrbios no registro arqueológico. Embora não esteja claro nas publicações, é provável que a maior parte dos vestígios encontrados fora do núcleo urbano antigo se deva a achados acidentais e a escavações rápidas, de salvamento, como aquelas que precederam à construção da auto-estrada litorânea (Haifa/Tel Aviv) onde se verifica uma concentração grande de achados.

Nestas condições torna-se realmente difícil delimitar o território antigo de Apolônia (como já observamos acima). Na ausência de evidência literária e material que auxilie na definição do território da cidade, os autores modernos comumente citam os rios Yarkon e Poleg, ao sul e ao norte, respectivamente, como possíveis limites. Estes dois rios delimitam um nicho “geográfico”, do qual falamos acima, com o núcleo urbano mais ou menos no centro. O limite leste, fronteira com a Samaria, é ainda menos preciso. Tais limites, entretanto, constituem uma imposição moderna e são, portanto, artificiais. A discussão sobre a ocupação do interior de Apolônia normalmente inclui a faixa estreita da *marzeva* entre as monta-

(13) Por exemplo, Vallat (1991:10): “temos que adotar a abordagem histórica braudelianiana que vê o passado como um jogo complexo entre os processos de curta, média e longa duração, e tentar analisar os dados arqueológicos por meio da mesma perspectiva”

(14) Na realidade, não sabemos nem mesmo se Apolônia chegou a ser uma cidade autônoma durante o período helenístico. Presume-se que, sob os Ptolomeus, o entreposto fenício de Arshaf possuísse certa autonomia. Com o domínio selêucida, a partir de ca. 200 a.C., parece ter mantido este status, mas não por muito tempo. Com a revolta dos macabeus e a expansão do controle judaico às cidades costeiras, especialmente o Sharon, a cidade, assim como Iamnia, Ioppa, Estratão e Dora, suas vizinhas, teria sido absorvida pelo estado hasmoneu. Ver Josefo, *BJ* 1.54; id., *AJ* 13.39; e Jones (1998:257). Ver discussão abaixo, seção 4. A questão é fundamental no contexto da história da Judéia e, depois, da Palestina romana.

nhas da Samaria a leste e as colinas de *hamra* (sobre a terceira cadeia de *kurkar*) na zona central do Sharon (Roll e Ayalon 1988:38 e ss. e 1989: iii) mas não sabemos se esta faixa fazia parte do território de Apolônia, da Samaria ou de outros assentamentos no vale do Yarkon, como, por exemplo, Tel Aphek/ Antípatris (Fig. 1). Na verdade, sabemos muito pouco sobre a história de Apolônia e seu território. Não sabemos qual era o estatuto da “cidade” durante o período romano imperial¹⁴ e, portanto, se controlava uma *chora* e qual era a sua extensão. Apolônia, veremos detalhadamente mais adiante, depois de Josefo (referindo-se um período anterior a ele), praticamente desaparece do registro literário, para ser mencionada novamente somente no século V d.C., e aí, nas listas episcopais, já com o nome tardio de Sozousa (Roll e Tal 1999: 8-9). Este silêncio não surpreenderia de todo, não estivéssemos comparativamente bem informados sobre as cidades vizinhas. Veremos a seguir como e por que o estatuto de Apolônia pode afetar a interpretação da evidência material deste sítio e, por conseguinte, os modelos propostos para ocupação do território, a caracterização da relação entre a cidade e o campo nos períodos históricos pertinentes a este projeto, e os processos de mudança social nesta região nestes mesmos períodos. Por outro lado, a continuidade de ocupação do sítio, tanto do núcleo urbano, como do território circunvizinho, desde o período helenístico é inegável. Também sabemos, como já verificado por Roll, por Ayalon e por Gophna, que o núcleo urbano se expande significativamente no período romano tardio (Roll e Ayalon 1989). Compreender como isso acontece era um dos objetivos do projeto.

Entretanto, diante destas incertezas, preferimos abandonar quaisquer pressupostos quanto à existência *continuada*, no período *romano imperial*, de uma *polis*, no sentido tradicional deste conceito, com uma *chora* acoplada e subordinada a um centro urbano bem definido.¹⁵ Partimos do princípio que, para a análise dos dados arqueológicos,

(15) Josefo, *BJ* 2.97 não inclui Apolônia na lista de cidades gregas (*Hellenidas poleis*) que foram subtraídas do reino de Arquelau e anexadas à província da Síria em 4 a.C. Das cidades costeiras mencionadas nesta passagem, Josefo cita ainda Ioppa e Estratão, chamando-as de cidades junto com Samaria/Sebaste e Jerusalém. Porém, ver também abaixo seção 4 para uma discussão um pouco mais detalhada sobre o estatuto de Apolônia neste período.

seria salutar, pelo menos num primeiro momento, suspender qualquer conclusão que se fundamentasse neste pressuposto. Na impossibilidade de estabelecermos os limites do território de Apolônia, aceitamos provisoriamente a demarcação “geográfica” ou “ecológica” proposta, por mais problemática que seja, como limite de uma área de investigação, sem entender esta área como território (*chora*) da cidade.

Da mesma forma, devido às deficiências já observadas na metodologia de prospecção de Roll, Gophna e Ayalon, nos valem aqui dos dados por eles arrolados, rejeitando, pelo menos temporariamente, suas conclusões. Re-organizamos estes dados, de sorte a salientar aqueles que realmente merecem destaque por sua consistência maior. Quanto às conclusões dos autores, as visitamos mais adiante, na seção 4 onde discutimos os dados apresentados neste estudo, contextualizando-as no interior dos debates que giram em torno das questões que animam este projeto.

Dada também a nossa insegurança quanto aos critérios que guiaram a classificação e hierarquização dos vestígios materiais catalogados por Roll, Gophna e Ayalon, na discussão dos resultados, optamos ainda por adotar os seguintes procedimentos a fim de reduzir a chance de erro quanto à tipologia dos achados: excetuando os sítios maiores de 1 km² de área, em nenhum momento diferenciamos entre “sítio” “fazenda” “instalação”. “estrutura” “moradia” e “assentamento”, como fazem os autores com a segurança permitida apenas a quem documentou e, em alguns casos, escavou estes sítios. Via de regra, na nossa análise, as categorias acima foram agrupadas sob a rubrica “vestígios de ocupação” e classificadas por período (helenístico, romano e bizantino), de acordo com os achados de cerâmica ou equivalente. Sob essa mesma rubrica, incluímos achados como a dispersão de cerâmica encontrada à superfície, ainda que, na verdade, não implique, necessariamente, a presença de ocupação *strictu sensu* (na verdade nenhum implica ocupação contínua). Estes procedimentos não só nos permitiram sistematizar e simplificar a evidência material, como também classificar preliminarmente os achados segundo critérios empíricos mais rigorosos (ou menos dúbios). Numa abordagem preliminar ao sítio, cujo objetivo imediato era caracterizar o padrão de distribuição espacial dos vestígios no território vizinho ao núcleo urbano e verificar possíveis rupturas neste padrão ao longo do tempo, o procedimento não nos pareceu comprometedor.

Por outro lado, não incluímos abaixo os achados num raio de 1 km do núcleo urbano de Apolônia, como os sítios n. 10 e 12 no Mapa de Herzliyya. Devido à sua associação com o sítio urbano, eles colocam problemas específicos e não podem ser considerados sítios de ocupação do território interior de Apolônia.

3.2. Sistematização dos dados

O Mapa de Herzliyya de Gophna e Ayalon arrola 99 sítios. Além destes dados, incluímos na análise abaixo, os achados sobre três outros sítios situados na área compreendida entre o Yarkon e o Poleg, ainda na Planície do Sharon, portanto no território em investigação por este projeto. São eles, no vale do Poleg, Tel Poleg e Tel 'Ashir, e Tel Qasile, próximo ao Yarkon. Estes sítios não constam do catálogo de Gophna e Ayalon e não foram submetidos à prospeção intensiva. Tel Poleg e a área circunvizinha foram escavados numa operação de salvamento (NEAEHL s.v. Tel Poleg, vol.4: 1193-1195). Várias áreas em Tel Qasile também foram escavadas (NEAEHL s.v. Tel Qasile, vol. 4: 1204-1212). Infelizmente, não tivemos acesso aos relatórios de escavação de Kefar Saba e Khefar Sabiya conduzidas por E. Ayalon.¹⁶

Dos sítios do catálogo de Herzliyya, uma minoria apresenta evidência material e estratigráfica de ocupação contínua da Idade do Bronze ao período árabe. Interessa-nos aqui os sítios que apresentam vestígios do período helenístico ao bizantino. Neste estudo a categoria “helenístico” delimita um período que vai desde a conquista de Alexandre até a conquista romana, incluindo, portanto, o interlúdio macabeu e hasmoneu. A categoria “romano” compreende todo período de dominação romana desde a conquista de Pompeu até período de Diocleciano. Raramente, o registro

dos artefatos encontrados elaborado pelos pesquisadores da área permitem-nos identificar com precisão diferentes períodos de ocupação romana, como já deixamos assinalado acima. Por conta disso, não tivemos outra alternativa a não ser generalizar, como de resto, Roll, Ayalon e Gophna fazem. A categoria “bizantino” cobre o período do século IV ao VI d.C. Naturalmente, há superposição significativa, especialmente nos períodos de transição, no século I a. C. e no século IV d.C. Segundo os critérios de classificação adotados neste estudo, 44 sítios apresentam algum vestígio de ocupação helenística, romana ou bizantina.

TABELA 1

Síntese dos sítios com vestígios helenísticos, romanos e bizantinos			
Período	Vestígios de ocupação		Enterramentos
	Cemitérios	Enterramentos	
Helenístico	08 (03) ¹⁷	0	1
Romano	18 (02)	2	8
Bizantino	29 (09)	2	11

A dispersão de cerâmica à superfície contou como vestígio de ocupação somente quando um achado isolado, ou seja, independente de outras estruturas já catalogadas, ou ainda quando próxima de enterramentos.

Para auxiliar na discussão, os resultados foram tabulados na tabela 2 e representados na Fig.3. Os sítios que não constam no catálogo de Roll e Ayalon estão referidos na tabela pelo topônimo (ex. Tel Qasile). A representação cartográfica facilita ainda mais a visualização dos dados, especialmente porque nos permite definir o padrão de distribuição espacial e topográfico dos vestígios encontrados e acompanhar mudanças neste padrão de um período para o outro.

Assim como os achados próximos à cidade, os dados sobre os cemitérios e locais de enterramento, na sua maioria em cavernas esculpidas no *kurkar*, levantam uma série de

(16) Citados em Roll e Ayalon 1989: iv. Nenhuma destas duas localidades aparecem no Mapa de Herzliyya. Devem estar, sem dúvida, fora da atual municipalidade de Herzliyya, ainda que na Antiguidade devem ter mantido relações com o litoral.

(17) O número entre parênteses refere-se à dispersão de cerâmica, i.e., ao achado de fragmentos cerâmicos na superfície sem quaisquer outros vestígios associados. É o que em inglês é definido como ‘pottery scatter’

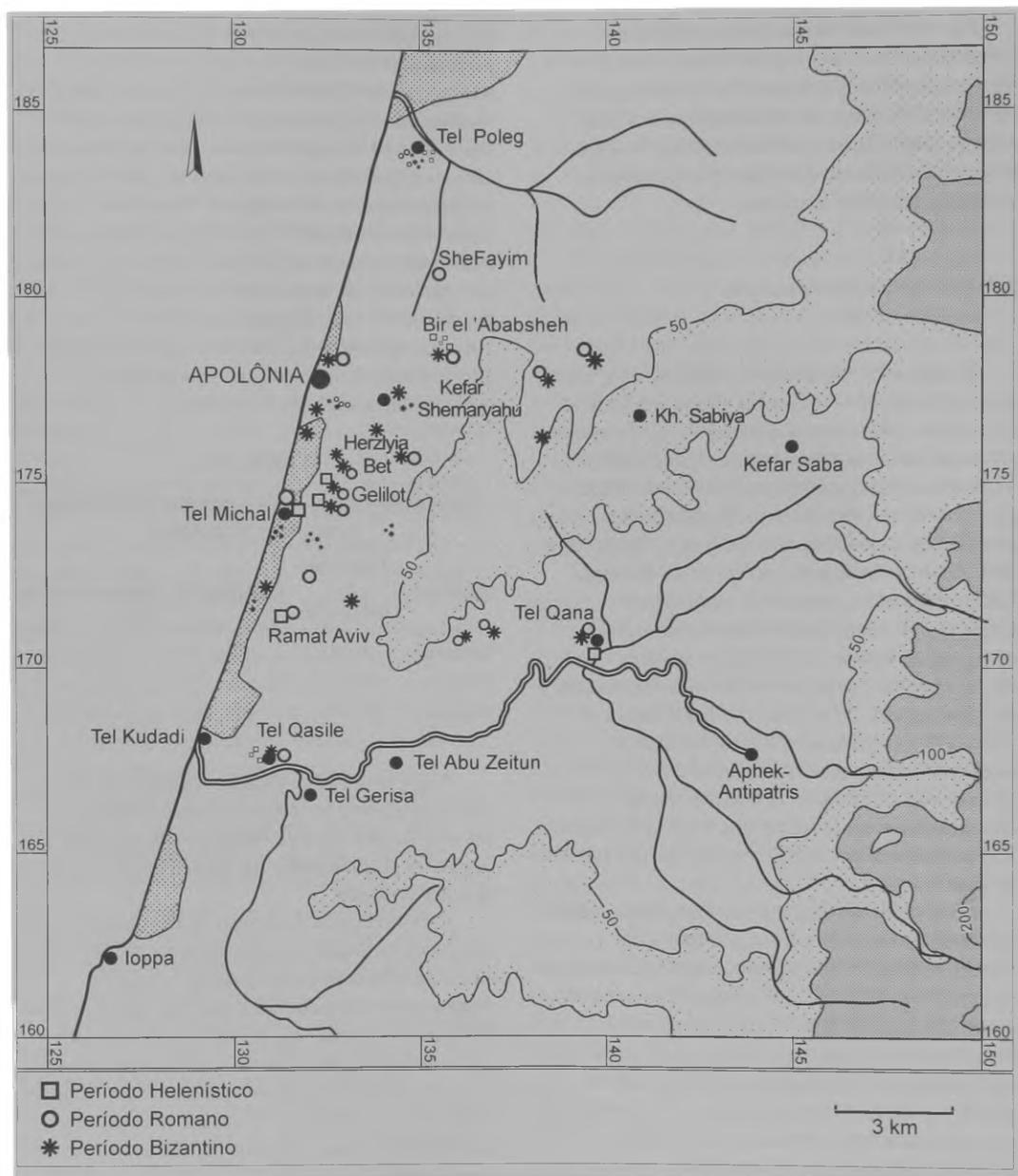


Fig. 3 – Apolônia e a planície do Sharon: vestígios dos períodos helenístico, romano e bizantino.

questões específicas e, por isso, foram tabulados separadamente, à exceção daqueles sítios onde a natureza desta evidência muda de um período para o outro (ex. de assentamento para cemitério ou vice-versa). Nestes casos, o sítio foi tabulado duas vezes

3.3. Comentário

Com relação a estes dados que compilamos, é necessário observar, inicialmente, que o que levou os arqueólogos que trabalharam na Planície do Sharon a uma interpretação linear e progressiva da

TABELA 2

Sítios com vestígios helenísticos, romanos e bizantinos no território de Apolônia

Vestígios de ocupação	Período			Observações gerais
	Helenístico	Romano	Bizantino	
Catálogo #				H = helenístico R = romano B = bizantino
5		X	X	NE de Apolônia Estruturas
7	X	X	X	Bir el 'Ababsheh H: cerâmica apenas R: século IV d. C. apenas. Área: 30 km ² Poço, telhas, pedras, vidro, <i>tesserae</i> . Aldeia?
9		X	X	Tel residual
13		X	X	R e B: cerâmica apenas, próxima a enterramento
16			X	Cerâmica
17			X	Estrutura de 4.5 x 5.5m. Fazenda? <i>Tegurium</i> ?
22			X	Vestígios de estruturas
26		X	X	Tabzor R: século II d. C. em diante. Área? Mosaicos, fornos, pisos, prensas, vidros. Fazenda? Aldeia?
28			X	Vestígios de estruturas
33			X	Kefar Shemaryahu B: cerâmica apenas
35			X	B: vila/fazenda? (mosaico)
37			X	B: túnel de drenagem
38			X	Estruturas (?) Instalações (?)
39		X	X	Atual cemitério de Herzliyya B: pedras de moleiro, tanques, <i>tesserae</i> , vidros, lamparinas. Fazenda? Aldeia?
43			X	B: cerâmica apenas
44	X	X		Área de Tel Michal
48	X	X	X	Herzliyya Bet H: possivelmente R: fazenda com mosaico romano? B: ou bizantino? Área? Prensas, estruturas, armazéns, vidro. Fazenda ou mosteiro bizantino?
50		X	X	R: mosaico romano? B: ou bizantino?

TABELA 2 (cont.)

Sítios com vestígios helenísticos, romanos e bizantinos no território de Apolônia				
Vestígios de ocupação	Período			Observações gerais
	Helenístico	Romano	Bizantino	
Catálogo #				H = helenístico R = romano B = bizantino
				Gelilot (El Jelil) B: possível vila/fazenda Poços, fornos, pedras de moleiro, estruturas, mosaicos, prensas, armazéns, banho ritual. Não indica em que período se situam esses achados
51	X	X	X	
59			X	B: cerâmica apenas
64			X	B: cerâmica apenas
66			X	B: cerâmica apenas
81		X		R: habitação em caverna
88			X	B: possivelmente
89			X	B: prensa de vinho completa
91	X	X		Ramat Aviv H: estrutura e enterramento
93			X	B: vila/fazenda com prensa de oliva, reservatório de água e mosaico. Área 5 km ²
95		X	X	Khefar es Sualimiyeh R: romano tardio Área 30 km ² . Pedras de construção, pedras de moleiro, fornos de vidro, cerâmica de banhos, tampas de sarcófago. Aldeia? Fazenda? Vila?
96		X	X	Ramat Ha-Sharon R: estrutura com prensa de vinho (?) tardo-romana e mosaico B: idem
97	X	X	X	Tel Qana Área 25 km ² . Acrópole com vestígios helenísticos. Terraço intermediário com vestígios romanos. Aldeia?
Tel Qasile	X	X	X	Tel Qasile H: cerâmica apenas R: período de Herodes e Augusto. Estrutura (mercado?) romano-tardia. Forno de cerâmica B: estruturas, banhos?
Tel Poleg	X	X	X	Tel Poleg H, R, B: cerâmica apenas

Tabela 3

Vestígios de cemitérios e/ou enterramentos no território de Apolônia				
Vestígios de ocupação	Período			Observações gerais H = helenístico R = romano B = bizantino
	Catálogo #	Helenístico	Romano	
6		X	X	R: talvez instalações agrícolas
13		X	X	R: cemitério romano? B: e bizantino?
19		X	X	R: possivelmente B: possivelmente
21		X	X	
23		X	X	
29		X		
31		X		R: enterramento século IV
32			X	
36			X	
38			X	
47		X	X	
49		X		R: enterramento século IV
50			X	
80		X		
87			X	
91	X			H: estrutura e enterramento
94		X	X	
97			X	B: túmulos ao NO do Tel

ocupação do território é justamente o fato de que, por mais aleatória e errática que seja a documentação, há mais achados de época bizantina, um pouco menos de época romana e menos ainda de época helenística. Além disso, nota-se em boa parte dos assentamentos (ou apenas enterramentos) uma certa continuidade entre enterramentos romanos e bizantinos.

Em seguida, é importante ressaltar que as únicas localidades – além de Apolônia – que possuem uma continuidade de ocupação desde a época helenística, são aquelas situadas no vale do Yarkon, Tel Qasile

e Tel Qana e algumas outras em que os vestígios de ocupação helenística resumem-se a apenas fragmentos cerâmicos, como Bir el 'Ababsheh, Herzliyya Bet, Gelilot e Tel Poleg. As localidades do vale do Yarkon, como vimos acima e tornaremos a ver adiante, situam-se em uma rota de entrada em direção à Síria e, ao que tudo indica, não podem ser estritamente vinculadas a Apolônia ou a Tel Michal; seu relacionamento deve ter sido – segundo cada época – muito mais intenso com Aphek/Antípatris ou ainda com Ioppa mais ao sul, além do Yarkon. Sobre Gelilot estamos extremamente

mal informados, pois é um sítio que não consta da NEAEHL e apesar dos autores assinalarem sua importância, os relatos de escavação e as referências sobre ele não vão além de uma ou de meia página (Gophna e Ayalon 1999:32*, onde não há informações se há estruturas de época helenística e Roll e Ayalon 1989: 120 e 153).

Com relação às oito localidades que registram uma continuidade entre a época romana e bizantina, é preciso observar que apenas quatro estão posicionadas além da segunda cadeia de *kurkar* (no. 9, 26, 39 e 50) e duas estão associadas ao vale do Yarkon (no. 95 e 96).

Quanto aos quatorze sítios eminentemente bizantinos, oito estão além da segunda cadeia de *kurkar*. Entretanto, note-se que não possuímos qualquer indicação de que estes sítios tenham sido minimamente escavados e, portanto, não se sabe que tipo de vestígios poderia ser encontrado em camadas inferiores. Vários deles são apenas 'dispersão de cerâmica'

Os enterramentos propõem um comentário especial. A maioria destes achados está localizada na segunda cadeia de *kurkar*. O posicionamento de enterramentos e cemitérios na organização espacial é assunto delicado ao qual todas as comunidades devotam muita atenção. A evidência provinda destes é, por isso, extremamente rica, pois pode nos ajudar a avaliar não só o processo de assentamento e a continuidade da ocupação de determinados sítios, mas também o sentido e significado ideológico das interferências humanas na paisagem. No caso dos enterramentos encontrados na Planície central do Sharon, inúmeras questões devem ser colocadas: foram realizados em áreas destinadas especificamente a esta finalidade? Marcam os limites do assentamento urbano? São extramuros ou estão no perímetro da área de habitação? Há diferenciação entre os tipos de enterramentos e a área escolhida para a sua efetivação? Há mudanças em formas de enterramentos de acordo com o material associado, helenístico, romano e bizantino? Estas são apenas as questões mais simples que do ponto de vista da ocupação territorial e da transformação social podem ser feitas com relação aos enterramentos, mas que não receberam muita atenção por parte dos estudiosos em parte, talvez, pela precariedade e a sistematicidade dos dados coletados.¹⁸

(18) Cf. em Gibson (1999: 91-93) a potencialidade informativa de uma abordagem mais completa de enterramentos a partir de dados obtidos por meio da prospecção intensiva de superfície.

O único texto a tratar desta documentação com maior profundidade é o de Oren Tal (1995). Mesmo assim, trata-se de um texto bastante descritivo sem uma tentativa mais concreta de interpretação desta evidência. A partir de nosso ponto de vista, a interpretação dos enterramentos de Apolônia que são de fato numerosos, no contexto da ocupação espacial do território, poderia trazer mais luz à compreensão da sociedade ali implantada e de sua organização espacial. É, portanto, mais uma perspectiva de estudo futuro.

Como veremos em seguida fomos levados não só a questionar os modelos de ocupação propostos para a região do Sharon, mas a repensar o contexto maior da Planície costeira da Palestina romana. Por razões que ficarão mais claras, adiante na seção 4, qualquer proposta de estudo sobre mudança social da região no período, mas especialmente para o primeiro século pós-conquista romana e durante a Antiguidade Tardia, forçosamente tem que tratar do contexto regional mais amplo. Portanto, à medida que a nossa reflexão avançou, fomos levados a ampliar a análise para além de Apolônia, ajustando o nosso campo de visão num movimento de vai-e-vem, ora aproximando a lente da cidade e seu território, ora deslocando o foco para recortes regionais mais amplos,¹⁹ definidos de acordo com critérios econômicos, políticos e culturais.

4. A paisagem rural de Apolônia durante o período helenístico e romano: arqueologia e história

Podemos dividir a história da ocupação romana da Judéia em quatro grandes períodos: 1- intervenção e conquista, 63 a.C. a 30 a.C.; 2- consolidação, 30 a. C. a 135 d.C.; 3 – o período pós-segunda revolta (135-284 d. C.); 4 - período romano tardio. No que se segue, tratamos dos dois primeiros períodos.

Esta divisão segue a periodização da historiografia tradicional da Palestina romana que é balizada pelos eventos na história das relações entre Roma e a Judéia. O objeto central da nossa reflexão é o sítio de Apolônia e, indiretamente, por motivos que ficarão evidentes mais adiante, as fundações helenísticas e fenícias da costa litorânea vizinhas a

(19) Sobre as vantagens de uma abordagem regional, ver Barker (199: 3).

Apolônia. Naturalmente, não se trata aqui de re-escrever a história da região durante este período.²⁰ O nosso propósito também não é abordar os problemas mais candentes da atual agenda de pesquisa acerca da Palestina romana (viz. a natureza do governo romano, o problema da tributação, revolta e banditismo, messianismo, conflito étnico e religioso, romanização e urbanização).²¹ Tentaremos aqui, como já anunciamos acima, proceder a uma re-avaliação do impacto da ocupação romana no território de Apolônia, e da parte sul da Planície do Sharon, partindo de uma leitura do conjunto de dados obtidos durante a análise da cultura material de Apolônia e de uma pesquisa documental nas fontes literárias. No cerne desta reavaliação está a transformação da paisagem rural deste sítio durante a dominação romana. Em primeiro lugar, procuramos identificar as transformações na paisagem rural durante este período; e em segundo lugar, entender o quanto estas transformações resultaram de mudanças na forma de assentamento e ocupação do território (distribuição espacial dos achados, tendência a nucleação ou dispersão, regime de propriedade). Interessa-nos interpretar as alterações da paisagem, com o objetivo de entender o quanto e de que maneira estas transformações poderiam estar ligadas direta ou indiretamente aos processos políticos e econômicos desencadeados pela invasão e ocupação romana da região.

Nossa interpretação é, por força da qualidade dos dados que possuímos, necessariamente provisória. Queremos sim mostrar como a nossa compreensão sobre as transformações históricas na planície sul do Sharon poderia se aprofundar com uma futura prospecção intensiva de superfície e obtenção de uma amostragem mais criteriosa. Acreditamos que a nossa análise coloque questões

que irão contribuir de forma significativa para o estudo de Apolônia e também da região como um todo.

4.1. *Josefo, Apolônia e os hasmoneus*

A primeira fase de intervenção romana na região até 30 a.C. foi, como é bem sabido, extremamente conturbada, não somente devido à conquista e ocupação de território da Judéia e Síria, mas ao envolvimento desta região nos embates sangrentos da Guerra Civil romana, que resultou na fundação do Principado e levou à reorganização política do Mediterrâneo.²² Sabemos que os eventos dramáticos associados à Guerra Civil tiveram um impacto profundo no Oriente como um todo e afetaram decisivamente as cidades da costa palestina. Devido a essa problemática, pensamos, inicialmente, tratar deste período como uma unidade. Os anos 60 a.C. marcaram o fim dos estados hasmoneu e selêucida no Oriente Médio como entidades políticas independentes e Ácio representou uma virada importante na história do Mediterrâneo. Além disso, 30 a.C. confirmou definitivamente a dominação dos antipatridas e a ascensão de Herodes como rei da Judéia, fato que teve enormes conseqüências para toda esta região. Entretanto, à medida que avançamos nas nossas reflexões, percebemos que para compreender melhor o impacto da invasão romana precisávamos retroceder no tempo ao período helenístico e, especialmente no caso de Apolônia, ao período de expansão dos hasmoneus, que marcou profundamente não só a história da Judéia e do judaísmo, mas de toda região. Ao procedermos à análise dos dados, tornou-se evidente que só poderíamos avaliar o impacto da ocupação romana após tratarmos das conseqüências da dominação dos hasmoneus, que serve, assim, de ponto de partida da análise.

Às vésperas da invasão romana, no início dos anos 60 a.C., os hasmoneus controlavam não só a Judéia, como também a Samaria, Galiléia, Iduméia, as cidades gregas a leste do Jordão (parte da Decápolis) e, à exceção de Ascalon, que se manteve independente, desde os anos 90 a.C.,

(20) Ver sobre o tema as seguintes obras: Schürer, em edição de Vermes e Millar (1973 e 1979) e de Vermes, Millar e Goodman 1986-7; Tcherikover 1959; Safrai e Stern 1974-6; Smallwood 1976; Avi-Yonah 1977; Gruen 1984; Alon 1980-4; Millar 1993. Schürer é o texto clássico, publicado, originalmente, em 1903. O volume II: 85-183 trata das cidades helenísticas da região. Veja-se também Jones (1998: 227ss).

(21) Por exemplo: sobre governo romano, romanização e urbanização: Millar 1993: *passim*; os ensaios em Kasher *et al.* 1990; Isaac 1992:333-371. A respeito de tributação, banditismo e revolta: Goodman 1987; Isaac 1992: 68ss; Fiensy 1991; Horsley 1998; Horsley e Hanson 1999.

(22) A bibliografia é vasta. Ver, por exemplo, Rhoads 1976; Smallwood 1976: 1-59; Gruen 1984, vol. 2: 745ss. e Sherwin-White 1984.

praticamente toda a costa da Palestina, dos montes Carmelo à fronteira com o Egito, incluindo Apolônia e o Sharon.²³ Apolônia fora conquistada durante o reino de Hircano I (135-104 a.C.) (AJ 13.395), mas a expansão dos hasmoneus no litoral da Palestina ocorreu principalmente entre 103 a 95 a.C.²⁴ Duas referências de Josefo a Apolônia, dentre as poucas referências feitas à cidade nas fontes literárias e, portanto, bem conhecidas dos estudiosos deste sítio, sugerem que Apolônia teria sido obliterada pelos hasmoneus em algum momento após a conquista.

Na primeira referência, no BJ 1.156, Josefo relata que Pompeu, após conquistar a Judéia, em 63 a.C.,

também libertou de seu domínio (sc. dos hasmoneus) todas as cidades do interior que eles não tinham ainda destruído completamente, ou seja, Hippos, Scythopolis, Pella, Samaria, Iamnia, Marisa, Azotus e Arethusa; da mesma forma as cidades marítimas de Gaza, Ioppa, Dora e a cidade antes chamada de Torre de Estratão...

Apolônia não consta nesta lista seleta de cidades litorâneas libertadas, “que não haviam sido previamente destruídas pelos hasmoneus”. Aparentemente a lista de Pompeu incluía apenas aquelas cidades intactas ou viáveis. Portanto, em princípio, a ausência de Apolônia desta lista sugeriria que a cidade tivesse sido realmente destruída e talvez abandonada e que pouco restara para “libertar” uma vez que seria difícil imaginar que Pompeu não tenha libertado Apolônia, se ainda fosse uma polis viável, junto com as outras cidades fenício-helenísticas. Naturalmente, é possível que Josefo, apesar da sua costumeira atenção ao detalhe, tivesse omitido Apolônia da lista, mas uma outra referência no seu texto, igualmente conhecida, reforça a primeira alternativa.

Josefo (BJ, 1.165-166) relata que, em 57 a. C., o proconsul Gabínio,

reconstituiu as cidades que não haviam sido saqueadas e reconstruiu aquelas que haviam sido destruídas. Foi, por exemplo, por suas ordens que Scythopolis, Samaria, Anthedon, Apolônia, Iamnia, Raphia, Marisa, Adora, Gamala, Azotus e muitas outras cidades foram repovoadas cada uma delas atraindo um fluxo de habitantes.

Josefo é bastante claro neste ponto: Gabínio “reconstituiu as cidades que não haviam sido saqueadas e reconstruiu aquelas que haviam sido destruídas” Segundo o testemunho de Josefo, o projeto de Gabínio, que continuava e ampliava o de Pompeu, visara dois tipos distintos porém complementares de intervenção nas comunidades tomadas dos hasmoneus: a restituição das cidades intactas (*tas mén aporthêtous póleis*) e a reconstrução daquelas destruídas (*tás dé katestramménas*). Gabínio teria diante de si uma lista de comunidades capturadas, mas relativamente intactas, e um outro rol de cidades severamente danificadas ou destruídas, isto é, obliteradas significativamente na sua infra-estrutura física a ponto de necessitarem reconstrução para se tornarem novamente habitáveis.²⁵ A construção gramatical de Josefo com *mén/dé*, contrastando, propositalmente, dois tipos de intervenção de acordo com o estado em que se encontravam estas comunidades fortalece a idéia de que algumas cidades litorâneas teriam sido gravemente danificadas.

Segundo Josefo, Apolônia não teria sido o único caso. Além de Apolônia, dentre as comunidades costeiras, constam também na lista de cidades reconstruídas, os sítios de Anthedon e Raphia, situadas no litoral sul, próximas à fronteira com o Egito. Como Apolônia, estas cidades também não são mencionadas como “cidades intactas”, libertadas por Pompeu. Sabemos pouco da história destas comunidades no período hasmoneu, mas tudo indica que teriam também sido destruídas. A

(23) AJ 13.395, 14.75ss.; BJ 1.87, 1.155ss.; Schürer 1903: 102; Jones 1998: 454, n. 42; Tcherikover 1959: 92-96, 442-3, n. 5 (citando fontes bíblicas).

(24) Iamnia e Ioppa (BJ 1.54), Gaza e Anthedon (BJ 1.87), Estratão e Dora (AJ 13.395), Azotus (BJ 1.155, implícito) e Apolônia (BJ 1.165ss, implícito). Ver também Schürer 1903, vol. 2: 114-115; Jones 1998: 256-7.

(25) No intervalo entre a atuação de Pompeu e Gabínio, Alexandre, filho de Aristóbolo, escapou de Pompeu e organizou um levante contra os romanos e seu tio, Hircano II. Recebendo suporte maciço entre judeus (recrutou, rapidamente, 10.000 soldados de infantaria e 1.500 cavaleiros), Alexandre tomou Jerusalém e agravou mais ainda a ruína causada pelos romanos, mas a área de atuação militar limitou-se à Judéia e Arábia, não chegando a atingir a costa, portanto, a “destruição” de Apolônia, se é que aconteceu, não teria ocorrido neste momento. Ver BJ 1.155ss.

era de Raphia contava os anos a partir de Gabínio (Tcherikover 1959: 96) sugerindo uma atuação significativa deste último na cidade, como um verdadeiro fundador, *ktistês*, no sentido literal do termo.

Por outro lado, Gaza aparece nas duas listas e, neste caso, como observa Tcherikover, sabemos que a cidade fora destruída por Alexandre Jamneu (*Ibid*). De fato, a narrativa de Josefo sobre a conquista de Gaza sugere graves danos infligidos à cidade, que, próxima a Anthedon e Raphia, fora capturada numa campanha sangrenta em 98 a.C. (*AJ* 13.356 ss. e *BJ* 1.87). Todavia, é pouco provável que Gaza, ao contrário das suas minúsculas vizinhas, cidade rica e entreposto comercial importante na região, tenha sido totalmente arruinada ou, se desolada, não tenha sido parcialmente reconstruída. Josefo (*BJ* 1.88) relata que, uma vez subjugados, os habitantes de Gaza foram escravizados, mas nem todos. O indício mais forte que Gaza fora pelo menos parcialmente reestabelecida antes da invasão romana é a menção de Josefo da amizade que ligava Antípatro (pai de Herodes) e os gazitas (*AJ* 14.3ss.). O contexto desta passagem é a guerra civil pela coroa hasmonéia entre Aristóbolo e Hircano II que precedeu a intervenção romana. Ou seja, nos 30 anos de intervalo entre a conquista por Alexandre Jamneu e a liberação por Pompeu, Gaza teria sido reabilitada, ainda que parcialmente, sob o controle dos hasmoneus. O calendário aqui também ajuda. Diferentemente de Raphia, o ano I da era de Gaza, de acordo com as fontes numismáticas, corresponde ao ano de 61 a. C. ano da libertação por Pompeu (Meshorer 1985:29). Este dado nos leva a crer que a cidade, em sua estrutura física, continuasse a existir, ainda que precariamente, quando restituída por Pompeu.

Além disso, os dados arqueológicos obtidos no perímetro urbano de Apolônia demonstram, como observa Tal, uma lacuna importante no registro de achados de cerâmica no final do período helenístico, ou seja, durante o período correspondente ao domínio hasmoneu e à intervenção romana (Tal 1999: 253).²⁶ Segundo Fischer e Tal, a

(26) Veja-se Gophna e Ayalon (1989: 23), sobre uma aparente retração nas dimensões e densidade de assentamentos, sugerindo como explicação, “as guerras hasmonéias” Ver também Safrai (1994: 20 e 23ss), com referência ao trabalho de Avi-Yonah; mas o autor afirma apenas que a cidade era muito pequena e entrou em declínio, sem oferecer uma explicação para o fenômeno.

cerâmica helenística encontrada nas áreas D e H (Fig. 4) data de um período anterior às primeiras décadas do século I a. C.: a maioria dos fragmentos (+80%) é, com efeito, atribuída aos séculos III e II a. C. (Fischer e Tal 1996: 230 e 1999: 227). O período hasmoneu é, pelo menos na área urbana do sítio, praticamente estéril (cf. tabelas na seção 3).

Teria Apolônia, então, sido destruída pelos hasmoneus? A prática não era incomum, como reporta Josefo, de forma mais explícita, em relação a outras cidades conquistadas.²⁷ Ainda que seja impossível afirmar isso com certeza, os poucos dados que possuímos indicam, no mínimo, uma retração importante deste sítio, que ao contrário do que sugere a historiografia recente sobre a região, *antecede* a conquista romana e tem implicações importantes para a avaliação do impacto da presença romana e para a interpretação do registro arqueológico do território de Apolônia e, por conseguinte, de outras cidades da região. Da mesma forma, os vestígios arqueológicos da paisagem rural de Apolônia (e das comunidades litorâneas próximas) nos ajudam a contextualizar melhor as observações de Josefo e a compreender os processos sociais e econômicos que transformaram esta região durante o período crítico de transição entre os hasmoneus e os romanos.

Para entender melhor a natureza destes processos, avaliamos os dados arqueológicos de Apolônia no contexto mais amplo das comunidades vizinhas, com as quais Apolônia compartilhava uma história em comum e, até um certo ponto, da Judéia. A comparação se torna especialmente necessária, considerando, como observado acima, a escassez de dados disponíveis sobre a zona rural adjacente à cidade. Portanto, passamos, a seguir, a uma análise comparativa, contemplando as mudanças históricas, políticas e econômicas, que transformaram a Judéia e a Palestina como um todo a partir da expansão do domínio hasmoneu até as primeiras décadas de ocupação romana.

4.2. A planície litorânea da Palestina entre hasmoneus e romanos – um espaço em movimento

Conhecemos mal o estatuto e os assuntos internos das comunidades costeiras no período

(27) *AJ* 13.395s: “Nesse tempo, os judeus dominavam as seguintes cidades da Síria, Iduméia, e Fenícia: ... Pella (esta última havia sido destruída porque os seus habitantes não concordaram em adotar os costumes judeus...)”



Fig. 4 – O sítio de Apolônia e áreas escavadas.

helenístico. Desconhecemos também o impacto e o rigor do domínio hasmoneu, seja sobre a população local de origem grega, macedônica, síria e fenícia, seja sobre os judeus. As fontes literárias também nos informam pouco sobre a administração destas comunidades, sobre questões de tributação, sobre o estatuto da terra, e assim por diante.

Sabemos, isso sim, dos esforços dos macabeus e hasmoneus para colonizar e judaizar a região conquistada. Simão Macabeu expulsou os habitantes de Gazara, vizinha de Azotus, e fundou uma colônia de judeus no local (Macabeus, 1.13.43 ss; 1.14.33; 2.10.32 ss).²⁸ O mesmo parece ter ocorrido em Ioppa, onde Simão construiu uma fortaleza, (Macabeus, 1.14.34)²⁹ e Iamnia (Macabeus, 12:8-9), que se tornara uma cidade judaica já na segunda metade do século I a.C. (*Ibid.* e *BJ passim*). Interpretando fontes talmúdicas, Schalit e Applebaum sugerem que parte dos territórios conquistados na Planície costeira tenha sido atribuída a novos colonos (ou novos conversos), que se tornaram pequenos proprietários. Uma outra parte deste mesmo território teria sido incorporada ao domínio da coroa, parcelada e arrendada a camponeses judeus (Applebaum 1977:386s). No período de Augusto, Estrabão relata que em Iamnia e nas aldeias vizinhas, os judeus contavam com um excedente humano considerável, podendo facilmente mobilizar um exército de 40.000 soldados (16.2.28).³⁰ É mais provável, entretanto, que a judaização da costa, como sugere Millar, tenha ocorrido não pela expulsão da população local e subsequente colonização judaica, mas pela conversão forçada dos habitantes da região, como ocorreu em outros territórios conquistados (Millar 1993: 344). Na Iduméia, por exemplo, Hircano, depois de conquistar Marisa e Adora, compeliu os habitantes a escolher entre a circuncisão e o judaísmo ou abandonar a região (Schürer 1903, I: 217-8; Millar 1993: 345). A judaização da Peréia prosseguiu *pari passu* com a conquista por Jamneu (Jones 1998: 357). É bem possível que táticas

(28) Provavelmente é Gazara, próxima a Azotus, a que se refere Estrabão, *Geographia* 16.2.29: "Gadaris, a qual os judeus tomaram para si."

(29) Ver também Jones 1998: 254, que sugere, provavelmente com razão, o mesmo tipo de conduta em relação a Ioppa, *pace Macabeus* 2:12:3ss.

(30) "Iamnia e os assentamentos em um círculo a seu redor podiam mobilizar quarenta mil homens em armas"

semelhantes tenham sido empregadas nas comunidades costeiras.

Há também indícios indiretos da presença forte do estado hasmoneu nos territórios incorporados ao reino judaico. A recepção efusiva que algumas cidades litorâneas (por exemplo, Gaza) deram a Pompeu como libertador em 63 a.C. e a forma como inauguraram novas eras a partir daquele momento sugerem um governo hasmoneu opressor (*BJ* 1.155 e Goodman 1987: 13).³¹ Da mesma forma, o ódio mútuo nutrido por judeus e ascalonitas, por exemplo, talvez tenha suas origens neste período, por ocasião das intervenções dos hasmoneus em Ascalon, que não chegou a ser conquistada (*BJ* 2.465-7; 3.9 ss. e Tcherikover 1959: 95).³² Algumas décadas mais tarde, o apelo destas cidades fenício-gregas, já então sob o controle de Herodes, junto a Augusto, indica que estas comunidades preferiam se autogovernar, o que, naturalmente, não é nenhuma surpresa.³³

Também não parece haver dúvida que os hasmoneus se beneficiaram do controle das regiões conquistadas e incorporadas aos seus domínios. Embora seja difícil avaliar o envolvimento dos judeus em atividades ligadas ao transporte ou comércio marítimo durante este período,³⁴ o acesso ao mar certamente permitiria aos hasmoneus "policiar" o litoral, monitorar a importante rota marítima entre a Fenícia e o Egito,³⁵ acompanhar os movimentos das frotas das cidades fenício-

(31) Goodman menciona, até mesmo, interferência em Ascalon, que, em princípio, não estava sob domínio judaico.

(32) Lembrar que Herodes viu-se obrigado a confirmar a autonomia de Ascalon em 30 a.C. Ver *BJ* 1.422.

(33) Durante o governo de Herodes, em 20 a.C., Nicolau de Damasco fala de várias cidades gregas citando, explicitamente, Gadara. Logo após a morte de Herodes, Gaza se junta ao coro de cidades petionárias (Millar 1993: 43 e 354; Jones 1998: 273). Todavia, os ascalonitas mantinham boas relações com os antipatridas, especialmente Antípatro, pai de Herodes (*AJ* 14.10; *BJ* 122-139).

(34) A afirmação de Josefo, no *CA* 1.60, é muito categórica: "A nossa não é uma nação marítima; nem o comércio nem as relações com os outros que ele promove nos interessam..."

(35) Mais tarde, no contexto da revolta de 66-70 d.C., o controle de Ioppa permitiu aos judeus atrapalhar os carregamentos provenientes do Egito para abastecer Cesaréia e as legiões romanas (*BJ* 3.414ss.). Porém, falar de uma "frota judia" naquele contexto é um exagero (Derfler 1989: 193), o próprio Josefo diz que os navios foram construídos de improviso e naufragaram logo em seguida: *BJ* 3.416: "pêxamanoi te peiratika skaphê pleista". (Tcherikover 1959: 94).

helenísticas e, especialmente, de praticar pirataria. Estrabão, apesar de hostil aos judeus, parece ser uma fonte confiável; segundo ele, Ioppa, então sob o governo de Herodes, era um “covil de piratas”, de onde os judeus controlavam o Carmelo e a “floresta”, ou seja, praticamente toda a costa norte da Palestina, de Ioppa até a fronteira do Líbano (então parte da província da Síria), incluindo o Sharon. A floresta, à qual Estrabão se refere, se estende de Estratão a Ioppa (Estrabão, *Geographia*, 16.2.27), revestindo todo o sul da planície de Sharon, onde se situava Apolônia, que o autor aparentemente ignora, pois não a menciona (Estrabão, *Geographia*, 16.2.28). A construção de várias fortalezas pelos hasmoneus ao longo da costa, em Ioppa e Tel Michal, estava provavelmente relacionada ao controle exercido sobre a região costeira (Derfler 1989: 194). Entretanto, é possível também que estes pontos fortificados servissem menos para vigiar as rotas marítimas da região do que para controlar a população submissa e defender judeus nativos e colonos vivendo em comunidades mistas e hostis aos hasmoneus.

Assim, talvez tão importante quanto o acesso ao mar, fosse, nesse período, o controle estratégico da faixa litorânea que servia de corredor ligando a Síria ao Egito, as duas potências helenísticas. Vimos acima (p.92-93) que uma rota importante entre o Egito e a Síria desviava do litoral penetrando o vale do Yarkon em direção a Aphek (mais tarde, Antípatri), para depois seguir em direção ao norte. Mas, a rota litorânea, apesar de secundária, era também importante, ligando, Antioquia à Alexandria, passando por Tiro, Dora, Ptolemais, Estratão, Apolônia, Ioppa, Iamnia, Ascalon e Gaza e continuando em direção ao Egito (Roll 1983: 145-6; e Gophna e Ayalon 1989: 26).³⁶ Essa rota era especialmente importante para os deslocamentos de tropas na região. O controle da planície costeira, portanto, colocava os hasmoneus em posição de poder tirar vantagem política (e econômica) dos conflitos entre seus vizinhos do norte e sul (*AJ* 14. 334 e também Rainey 1989: 15). Sabemos

também, por exemplo, que Alexandre Jamneu tentou impedir a passagem dos selêucidas em campanha contra os árabes em ca. 87-86 a.C., construindo uma enorme trincheira fortificada, estendendo-se de Aphek a Ioppa e bloqueando a planície costeira (*BJ* 1.103).³⁷ Entretanto, mais importante do que o acesso ao mar, controle do comércio e das rotas marítimas, ou da via litorânea, era o domínio do território, da terra, da *chora*, das cidades conquistadas.

Como se organizava o território destas comunidades durante o período hasmoneu? Vimos que Estrabão menciona vários assentamentos judaicos – *katoikiai* – nas cercanias de Iamnia e Ioppa, na época de Augusto. Fato que corrobora os achados arqueológicos em Iamnia, por exemplo; achados que apesar de esparsos trouxeram à luz objetos de tradição judia datados da época herodiana. Estes assentamentos agrícolas na planície litorânea floresceram durante o reino de Herodes, mas é provável que tenham se originado num passado mais remoto. Os levantamentos arqueológicos realizados em Ioppa, embora incompletos, revelam, durante o período helenístico e hasmoneu, uma alta densidade de assentamentos rurais no vale do Yarkon. Em contraste com as “colônias” judaicas em cidades como Ascalon (*BJ* 2.465-7) ou, mais tarde, Cesaréia (*BJ* 2.457) que constituíam comunidades urbanas, mais ou menos compactas, os assentamentos dispersos na *chora* destas cidades com população majoritariamente judaica consistiam de granjas, fazendolas e aldeias, cujos habitantes cultivavam o solo, segundo uma antiga tradição judaica (Safrai 1994: 64 ss. e 104 ss.). Sobre esta tradição o Talmud, os Evangelhos e Josefo oferecem rico testemunho. Este último, no *Contra Apionte* (1.60), afirma: “*Nós não habitamos a costa, nem nos interessamos pelo comércio e pelas relações com os forasteiros que o comércio produz. As nossas cidades são construídas no interior, longe do mar e nos dedicamos ao cultivo da terra fértil que nos foi dada*”

Mesmo descontando o caráter apologético desta afirmação que tem por finalidade projetar uma visão ‘romântica’ da cultura judaica ameaçada

(36) Lembramos, todavia, que o trecho Ioppa-Apolônia-Estratão, pode ter sido construído no período imperial tardio. A *Tabula Peutingeriana*, que menciona Apolônia, representa um itinerário romano tardio.

(37) Josefo fala em Antípatri, o que é um anacronismo para o período. Trechos consideráveis desta trincheira fortificada foram encontrados em escavações em Ioppa. (*NEAEHL* vol 2: 656).

pelos conflitos religiosos e sociais que dividiam a Judéia no tempo de Josefo, ainda assim, é possível aceitá-la na sua essência. Mais do que qualquer outra região do Oriente Próximo, a paisagem rural da Judéia, segundo estes testemunhos, era pontilhada de aldeias e comunidades agrícolas.³⁸

Enfim, ainda que, na maioria das vezes, não seja possível identificar a verdadeira natureza destes pequenos sítios rurais do litoral, pois, como sabemos, foram escavados de forma bastante precária, é interessante notar sua datação e seu posicionamento ao sul do Yarkon (Fig. 1), e portanto, imediatamente ao sul do limite hipotético entre Ioppa e Apolônia (Tal 1999: 255). A filiação a Ioppa, a ligação forte desta cidade à coroa e a judaização do seu território no período hasmoneu sugerem que uma boa parte, senão a maioria, destes sítios remonte ao turbulento reinado de Alexandre Jamneu. A proliferação destes assentamentos estava muito provavelmente ligada ao desenvolvimento de Ioppa neste período, fruto do esforço dos hasmoneus no sentido de colonizar e/ou judaizar a planície litorânea.

As estimativas numéricas de Estrabão sobre Iamnia e Ioppa podem não ser muito plausíveis, mas a percepção que este autor tem das potencialidades agrícolas e econômicas da região e a proliferação de assentamentos rurais no território circunvizinho, documentada nos levantamentos intensivos, nos deixam a impressão de um dinamismo rural nesta região (e isso após a devastação causada pelas guerras civis e já sob o peso da tributação romana!),³⁹

(38) Ver a afirmação de Apionte *apud* Josefo, *CA* 1.197: “Os judeus possuem muitas fortalezas e aldeias em diversas partes do país, mas apenas uma cidade fortificada [Jerusalém].” Cf. *BJ* 3.34-60; Tácito, *Hist.* 5.8: “Magna pars Judaea vicis dispersitur; habent et oppida.” Cf. Mapa de Madaba e também Saffrai 1994: 39ss., 64ss., 100ss.
(39) A historiografia fala de uma regressão significativa da presença judaica no período 63-30 a.C. nos territórios helenísticos ocupados previamente pelos hasmoneus, especialmente na costa, resultando na expulsão em massa dos habitantes e colonos judeus (Applebaum 1977: 361; Jones 1998: 259). A evidência arqueológica a respeito do sul da Planície do Sharon e as observações de Estrabão sobre a *chora* de Ioppa e Iamnia não sustentam essa hipótese. Se houve alguma regressão, ela durou um curto período e se seguiu de recuperação demográfica e econômica significativa a partir, ao que tudo indica, do trabalho de camponeses judeus (e samaritanos). Cf. também o caso de Iamnia.

embora não possamos falar de prosperidade generalizada, isto é, afetando todos os grupos sociais. Ioppa parece passar mesmo por uma expansão econômica na primeira fase de ocupação romana. *Atos* mostra claramente que, por volta dos anos 30 d.C., Ioppa não era somente uma cidade de agricultores e camponeses, mas possuía um contingente de artesãos judeus, relativamente prósperos.⁴⁰

A hipótese que a planície litorânea de Ioppa, Iamnia e Ascalon teria sido fértil produtora de gêneros agrícolas e cereais desde o período hasmoneu,⁴¹ que, como sugere Applebaum, (em Saffrai e Stern 1974-6: 659) teriam sido exportados, numa escala crescente, para a Judéia, tem fundamento e merece ser melhor avaliada.⁴² Estrabão ainda descreve o território rural de Ascalon, mais ao sul, como um excelente produtor de cebolas, o que sugere uma agricultura praticada em pequenas propriedades e certa estabilidade econômica (16.2.29).

Analisados em conjunto, o testemunho literário e o registro arqueológico confirmam este mesmo dinamismo rural em duas outras áreas da planície costeira vizinhas à Apolônia: junto à antiga Aphek, a sudeste de Apolônia, onde Herodes fundou Antípatris, ca. 9 a.C., referindo-se à região como “a mais bela planície do seu reino, onde havia rios e árvores em abundância”;⁴³ e em Dora, no limite norte do Sharon (Fig. 1).

(40) A Tabitha/Dorcas de *Atos* 9:36-40, judia conversada ao cristianismo, provavelmente era tecelã, junto com as outras mulheres que se agrupavam ao seu redor. Todas praticavam caridade em relação aos mais pobres. Simão de Ioppa (*Atos* 9:42-43) era um curtidor em Ioppa, indicando a presença de curtumes na cidade e, por conseguinte, de atividades pastoris. Esse Simão era indivíduo de alguma posse, pois hospedara Pedro na sua casa à beira-mar (!).

(41) Na realidade, desde muito antes. No período persa, uma inscrição no sarcófago de Eshmun’azar (final do século VI a.C.) documenta que Dora e Ioppa eram áreas produtoras de grãos no território de Sharon (Rainey 1989:13; Gibson *et al.* 1999: 80; Holm *et al.* 1988: 30).
(42) Pois a importação de gêneros alimentícios para a Judéia parece ter ocorrido principalmente após a Revolta de Bar-Kochba, quando a oferta (e produção?) de grãos naquela região diminuiu significativamente (Saffrai 1994: 114 e 222ss e 269ss, sobre comércio inter-regional de grãos e outros materiais).

(43) *BJ* 1.421: “hên en toî kallistôi tês basileias pediôi ktísas potamóis tês kái déndresin plousían ônomasen Antipatrida” É importante ressaltar que Josefo situa a sua afirmação no tempo de Herodes, provavelmente citando uma fonte contemporânea à fundação da cidade (Memórias de Herodes?).

Em Aphek, o registro arqueológico no período helenístico e hasmoneu, embora limitado, parece indicar um dinamismo crescente no uso da terra, que continua durante o período romano. Os dados que consultamos mostram um número maior de sítios rurais e o aparecimento do que parece ser uma fortificação, que pode estar ligada tanto à dominação dos hasmoneus como aos conflitos do período helenístico tardio.⁴⁴

Ainda que esparsos, os dados disponíveis mostram, sem sombra de dúvida, uma maior ocupação e/ou exploração de toda esta micro-região, estendendo-se no sentido leste-nordeste, por toda a *marzeva* oriental, em direção ao coração da Samaria (Kochavi *apud* Goodman 1987: 54). O desenvolvimento desta região a partir de Augusto e Herodes estava obviamente ligado à fundação de Antípatri, mas Antípatri parece apenas ter estimulado ou acelerado um processo mais generalizado afetando toda a região, já em andamento nas últimas décadas do período hasmoneu e prolongando-se pelo período romano até pelo menos a Revolta de 66 d.C. Durante este período, Antípatri cresceu rapidamente, tornando-se sede de um dos três grandes mercados rurais da região de Lod/Diospolis: norte da Judéia, sul da Samaria, e parte de planície a leste de Ioppa e Apolônia (Safrai 1994: 114 e 243).

Igualmente, ao norte, em Dora, as pesquisas levadas a cabo por Gibson e sua equipe nos 8 km² que circundam o sítio, apontam para uma expansão da ocupação nas *marzevas* entre as cadeias de *kurkar* no final do período helenístico (Gibson et al. 1999: 103). Ali, a prospecção de superfície revelou pequenos estabelecimentos nas cadeias de *kurkar* ao redor do centro de Dora, mas a pesquisa ficou refinada ao recuperar inúmeras dispersões de cerâmica (especialmente de vasos para armazenamento) nas *marzevas*, sugerindo que estas áreas inundáveis já estavam sendo trabalhadas para agricultura.

Portanto, em relação ao período helenístico e hasmoneu, ao contrário do que sugerem Gophna,

Ayalon, Roll e Safrai,⁴⁵ deparamos com um registro arqueológico proveniente dos sítios urbanos vizinhos a Apolônia, que embora desigual e incompleto, se mostra surpreendentemente rico e nos transmite a impressão de expansão e movimento, com transformação do espaço ocupado, proliferação de assentamentos e adensamento demográfico no final do período helenístico, durante o período hasmoneu e estendendo-se desde a fase inicial da ocupação romana até pelo menos 66 d.C.

Na realidade, o fenômeno parece ser bem mais generalizado e melhor documentado na Judéia propriamente dita. Os levantamentos intensivos de superfície nas zonas montanhosas da Judéia, Samaria e Galiléia, por volta desta mesma época, registram os mesmos indícios, sugerindo crescimento demográfico e expansão econômica em escala significativa *posterior* a, e *apesar da*, conquista e ocupação romana (BJ 3.40-59 e Dar 1986:86 ss.; Urman 1985: 104; Safrai 1994:23ss.; Anderson 1995: 450-51). A integração da Judéia e da costa palestina ao sistema imperial romano talvez seja mesmo responsável por esta transformação (Vallat 1991: 14; Safrai 1994: 446 e Anderson em Levy 1995: 468) que certamente gerou enorme desigualdade social, mas que, sem dúvida, teve como base a exploração agrícola do solo por pequenos agricultores proprietários ou arrendatários (as condições certamente teriam variado de um local a outro) nas comunidades rurais e aldeias semelhantes àquelas que Estrabão menciona na costa (Applebaum 1977: 358ss). Tanto na Judéia como na região costeira da Palestina, com a possível exceção de Ascalon e Dora (cf n. 47 abaixo), foram estes agricultores os verdadeiros agentes desta expansão e somos levados a pensar que a maioria fosse de ascendência judaica (Rainey 1989: 15; Millar 1993: 344).

Essa aparente vitalidade demográfica e econômica da região deriva em parte dos benefícios e incentivos criados pelo estado hasmoneu e confirmados aos colonos das comunidades agrícolas judaicas. Iamnia e Ioppa teriam recebido um grande número de colonos judeus no período

(44) Ver *NEAHL* s. v. Aphek: 62-72: maior número de assentamentos no Tel, plano hipodâmico (?), fortificação no período helenístico tardio, maior número de fazendas. No período romano, a cidade ocupava 2/3 do Tel.

(45) Roll e Ayalon 1989: v: "Durante o período helenístico os assentamentos do litoral declinaram em tamanho e importância, mesmo que pareça que Apolônia não tenha mudado de tamanho e aparentemente tenha até mesmo aumentado em importância..." O contrário nos parece verdadeiro. Safrai 1994: 23ss; Roll e Ayalon 1990: 191s.

hasmoneu. Como sujeitos da coroa, a maioria destes agricultores teria se beneficiado, seja porque ficaram isentos da tributação selêucida, seja porque, no caso dos rendeiros, não seriam mais obrigados a pagar o dízimo (Applebaum 1977: 358ss.). Talvez até mesmo a população grega de algumas comunidades como em Dora, demonstrada a lealdade à monarquia hasmonéia, possa ter se beneficiado.

Por sua vez, Aphek/Antípatris e a *marzeva* oriental se situam numa zona de transição, próxima à fronteira com a Samaria, área limítrofe, além dos limites territoriais jurídicos postulados para as cidades litorâneas de origem fenícia e helenística como Apolônia ou Dora. O território da *marzeva* oriental estava provavelmente sob controle direto da coroa hasmonéia (Applebaum 1977: 386) ou pelo menos sob forte influência cultural judaica e samaritana.⁴⁶

Este imbricamento de fatores políticos e culturais é importante para a compreensão da evolução histórica nesta região e, portanto, para as questões levantadas neste estudo. O modelo de ocupação do território, o tipo de tratamento dado ao solo, as práticas e métodos de cultivo agrícola (Safrai 1994: 104ss. e 322ss) dependem das práticas culturais dos agentes sociais. As forças sociais e econômicas que impulsionaram a expansão econômica e demográfica da região montanhosa da Judéia e Samaria e, aparentemente, também em parte do litoral, especialmente, ao sul do Yarkon, guardam uma relação estreita com os processos políticos e culturais. Por conta disso mesmo, estes processos não foram uniformes em todas localidades, como, por exemplo, veremos a seguir, em Apolônia, ao contrário das comunidades vizinhas, eles parecem ter contribuído para inibir ou retardar a ocupação do território.

O estado hasmoneu aparece aqui como um fator crucial, atuando de forma a moldar ou, pelo menos, canalizar estas forças em benefício próprio, transformando a paisagem rural da região. Apesar das limitações das fontes literárias e do registro arqueológico, parece haver uma relação direta entre a ocupação da *chora* de comunidades como Ioppa

e Iamnia ou Aphek e o domínio hasmoneu. A migração de colonos judeus para esta região e/ou a conversão forçada dos habitantes locais teria estimulado ocupação e aproveitamento destes territórios. Por outro lado, cidades que não passaram por este processo de judaização não parecem ter tido a mesma sorte. Em Apolônia, isso não poderia ser mais verdadeiro. No núcleo urbano em si, como vimos na seção 3.2, não há qualquer indício material da presença judaica no período helenístico (ainda que Roll o suponha, 1999: 4) e a conquista desta cidade pelos hasmoneus, veremos a seguir, não teve o mesmo impacto econômico que detectamos nas suas vizinhas a leste e a sul. Portanto, não é de admirar que cidades litorâneas onde a presença judaica foi menos marcante ou ausente, tais como Gaza, Anthedon, Raphia, Gadara, Azotus, Iamnia e Apolônia e, até um certo ponto, mesmo Ioppa, tenham recebido Pompeu como libertador.

Por conta desta diversidade política e cultural na região costeira, a relação que estas comunidades urbanas mantinham com o território rural era complexa⁴⁷ e, durante o período de transição do domínio hasmoneu para o romano, em constante fluxo.⁴⁸ No caso específico de Apolônia, há ainda indícios de que a cidade tenha sido destruída pelos hasmoneus. Passemos então à análise e discussão dos achados arqueológicos do território rural de Apolônia numa tentativa de reconstruir a paisagem rural deste sítio, tomando como base, retrospectivamente, os dados coletados por Roll e Ayalon na zona rural da cidade.

4.3. Apolônia e seu território no período helenístico-hasmoneu e romano até 135 d.C.

Como vimos acima (seção 3.2) o padrão de distribuição dos vestígios arqueológicos helenísticos no território de Apolônia sugere uma penetração muito limitada do interior e uma ocupação prática-

(46) Assim como Cesaréia, Antípatris foi fundada por Herodes e se helenizou rapidamente (Safrai 1994: 25), mas sabemos, através de Josefo, que durante a primeira fase da Rebelião de 66 d.C., os romanos tomaram e incendiaram Aphek/Antípatris e as aldeias circunvizinhas, o que sugere um predomínio de assentamentos judaicos nesta região (BJ 2.510ss). A literatura talmúdica também sugere uma presença judaica forte (Tcherikover 1959: 46).

(47) O melhor exemplo da complexidade da relação cidade-campo na Palestina vem de Ascalon, comunidade fenício-helênica, que não se submeteu ao controle dos hasmoneus, mas que abrigava no seu território rural, ou nas cercanias, várias aldeias judaicas, cujos habitantes freqüentavam o mercado da cidade. Entretanto, a referência em fonte talmúdica remonta ao século III d.C. (Safrai 1994: 237).

(48) O melhor exemplo é a própria Ioppa, que foi libertada em 63 a.C. e retornou ao domínio judaico em 47 a.C. A cidade passou para as mãos de Cleópatra em 35 a.C., retornando ao controle judaico com Herodes em 30 a.C.

mente restrita à costa, voltada especialmente para as áreas nucleares de Apolônia e Tel Michal, tendo sido este último uma fortificação para uso aparentemente militar (Herzog 1989: 165-8 e Derfler 1989: 194). Como indicamos acima, há indícios de uma redução na densidade de artefatos encontrados no núcleo urbano de Apolônia durante o período hasmoneu. Tal aventa, inclusive, a hipótese, diga-se de passagem difícil de comprovar, de uma ‘divisão de funções’ entre Apolônia e Tel Michal no período helenístico: aquele centro teria desempenhado um papel de liderança administrativa enquanto que este teria tido uma função especificamente militar (1999: 254).

Dada a topografia do território, chama atenção a implantação dos vestígios e assentamentos encravados na segunda cadeia de *kurkar* ou muito próximo desta área rochosa e imprópria ao cultivo agrícola. A única exceção é o sítio de Bir el ‘Ababsheh (sítio7) (Fig.3) situado no vale entre a segunda cadeia e as colinas de *hamra*, zona de aluvião, fértil, porém pantanosa e de difícil escoamento. Não há evidência de trabalhos de drenagem do período helenístico em Apolônia e, na verdade, os vestígios helenísticos encontrados em Bir el ‘Ababsheh consistem apenas em fragmentos de cerâmica. A situação de Apolônia, portanto, parece ter sido bem diferente daquela de Dora, fundação helenística com uma situação topográfica muito semelhante à de Apolônia. Em Dora, a prospecção intensiva de superfície em condições mais favoráveis revelou – como já mencionamos acima – o uso das *marzevas* com fins agrícolas durante o período helenístico tardio. O estudo de Gibson trouxe à luz dados que permitem concluir que a primeira *marzeva* fora drenada já no século II a.C. (1999: 80).

Também chama atenção a proximidade entre as áreas ocupadas no interior do território e o núcleo urbano de Apolônia. Dos 8 sítios identificados como helenísticos, quatro, inclusive Tel Michal (44), se situam num raio de 5 km do núcleo de Apolônia e a menos de 2 km do litoral. Ou seja, se distribuem ao longo de uma faixa paralela à linha da costa, numa distância do centro urbano que poderia ser percorrida, facilmente a pé, várias vezes ao dia, em menos de uma hora. Como observa Jameson, a localização de prédios e vestígios rurais tão próximos do centro urbano sugere estruturas secundárias ou temporárias, servindo uma população estável, fixada no centro urbano vizinho (1994: 57); ou se não temporárias, que, pelo menos, mantêm uma relação de dependência forte com o núcleo urbano.

Vejamos agora os outros quatro sítios periféricos, situados fora do perímetro de 5 km ao redor de Apolônia propriamente dita. Ramat Aviv (91), a ca. de 8 km ao sul de Apolônia, não foge ao padrão de distribuição espacial observado: próximo ao centro urbano e à linha do litoral. Encravado no *kurkar*, a ca. 2 km da costa e 4,5 km ao sul de Tel Michal, sua localização sugere uma filiação ao contexto de Ioppa e não a Apolônia (fig. 1 e Tal 1999: 255). Pode-se afirmar o mesmo em relação a Tel Qasile, situado no vale do Yarkon, a 10 km de Apolônia e ainda mais próximo de Ioppa. De todo modo, os achados helenísticos deste sítio são escassos, assim como em Tel Poleg, 10 km ao norte do núcleo urbano de Apolônia, no vale do Rio Poleg, suposta fronteira norte do território da cidade.⁴⁹

Por outro lado, Tel Qana, a sudoeste de Apolônia, constitui uma exceção. Trata-se de um assentamento relativamente distante da costa (ca. de 10 km) e de dimensões avantajadas, com uma área de 25 km², o que o classificaria como “aldeia” de grande porte.⁵⁰ De acordo com os dados de Roll e Ayalon, é impossível determinar com certeza se essa área total corresponde ao sítio helenístico, romano ou bizantino. Assim como Tel Qasile, Tel Qana situa-se no vale do Yarkon, próximo a Aphek/Antípatris e à *marzeva* oriental (Fig. 3), área que, como vimos acima, parece ter realmente passado por um processo de ocupação e expansão econômica neste período. Na realidade, desconhecemos qual a relação entre Apolônia e Tel Qana, mas é possível especular que este sítio, dadas as suas peculiaridades, não fizesse parte da *chora* da cidade ou que não estivesse ligado a ela e sujeito a sua jurisdição. Assim como o sítio de Tel Qasile situado no vale do Yarkon e

(49) Estes sítios, no entanto, não são tratados pelo menos no que diz respeito a este período na *NEAEHL*. Os dados apresentados em Gophna e Ayalon (1998) são, igualmente, erráticos. No artigo sobre os assentamentos nas imediações de Tel Michal (1989:23), estes mesmos autores não citam Ramat Aviv, mas, por outro lado, mencionam “aldeias” em Shefayim, ao norte de Apolônia, que não aparecem no Mapa de Herzliyya (1998) e em nenhum outro relatório de escavação consultado e que, portanto, não conseguimos identificar. Tal menciona estes sítios (1999: 254), mas de forma igualmente obscura.

(50) Segundo o critério de área adotado por Safrai (1994: 65): 8-10 dunam (km²), supondo 10 famílias/dunam.

mencionado acima, podemos postular que o desenvolvimento de Tel Qana estivesse ligado ao contexto de Aphek, a sudeste, e de Ioppa, ao sul. Além disso, é bem provável que uma estrada local, rota antiga ligando o interior da Samaria a Ioppa, penetrasse no vale do Yarkon via Tel Qana ou cercanias (Roll 1996: 551 e Gophna e Ayalon 1989: 26). No conjunto, estes fatores conferem um caráter excepcional a esse sítio. Roll e Ayalon negam qualquer ligação significativa entre a *marzeva* interior e a faixa litorânea durante o período helenístico e romano anterior à Rebelião de 66 a.C. e, em relação a Apolônia, provavelmente, estão corretos (1989: v).

A tímida ocupação do território de Apolônia em época helenística se reflete também na distribuição espacial dos enterramentos e na documentação literária. Os poucos vestígios funerários helenísticos limitam-se à segunda cadeia de *kurkar* (sítio 91), próximos do litoral. Quanto às fontes literárias, Estrabão, observa, no período de Augusto, como vimos acima, que a planície sul do Sharon estava coberta por uma “grande floresta” e não inclui Apolônia na sua descrição do litoral da Palestina (Estrabão, *Geographia*, 16.2.27). De fato, apesar das limitações do levantamento de Roll e Ayalon, é possível conjecturar que os recursos naturais do território interior da cidade,⁵¹ especialmente o solo, durante este período, tenham sido sub-utilizados e o território pouco explorado. Segundo Roll, Gophna e Ayalon nenhum vestígio de atividade agrícola foi encontrado na região durante este período (Gophna e Ayalon 1989:23 e Roll e Ayalon 1989: v), e é realmente pouco provável que os assentamentos no *kurkar* fossem zonas de produção agrícola. Não temos notícia também do achado de arados, ferramentas, ou implementos agrícolas durante o período helenístico e os vestígios paleobotânicos não sugerem cultivo extensivo de grãos (Liphshitz 1999: 281-2). Isso, é claro, não exclui atividade agrícola de subsistência que muito provavelmente

sempre foi praticada. Além disso, atividades ligadas ao extrativismo na floresta são atestadas pelas fontes literárias nas regiões vizinhas (*BJ* 3.34-40) e não podem ser totalmente descartadas em Apolônia.

Essas conclusões preliminares sobre Apolônia helenística impõem um contraste importante com a paisagem rural de Ioppa, Iamnia, Dora e Ascalon, cidades também costeiras que, durante este período, como vimos, parecem passar por uma certa efervescência econômica. Como explicar esses contrastes? Devem-se simplesmente aos limites da exploração arqueológica do sítio ou terão fundamentos propriamente históricos? Como interpretar estes dados à luz da possibilidade de obliteração deste sítio após a dominação dos hasmoneus?

Antes de tentarmos responder a estas perguntas, analisemos as transformações nesta paisagem após a ocupação romana, libertação deste sítio e sua reconstituição como pólis.

Surpreendentemente, o primeiro século de ocupação romana, até pelo menos a virada do século II d.C. (ou pelo menos até a Rebelião de 66 d.C., impossível definir com mais precisão no registro arqueológico), pouco alterou este quadro. Os dados compilados a partir do levantamento de Roll e Ayalon no território de Apolônia revelam uma distribuição espacial de vestígios que segue o mesmo padrão já observado durante o período helenístico (Fig.3).

Constam no catálogo de Gophna e Ayalon 14 assentamentos identificados como romanos. Acrescentamos a essa lista, os sítios de Tel Poleg e Tel Qasile, que, como vimos, não aparecem no levantamento original, obtendo um total de 16 sítios romanos, ou seja, o dobro do número de sítios atribuídos ao período helenístico, o que, em princípio, nos levaria a pensar numa densidade de ocupação maior. Destes 16 sítios, sete se situam a leste da segunda cadeia de *kurkar* e cinco, além da terceira cadeia, na zona fértil da *marzeva* oriental, onde, excetuando-se Tel Qana, não há traço de ocupação helenística. Contudo, uma análise mais detalhada do material encontrado nestes sítios da *chora* de Apolônia revela que somente os sítios 9, 97 (Tel Qana) e, possivelmente, o 39 (área do atual cemitério de Herzliyya) apresentam vestígios romanos anteriores ao século II d.C. O restante dos achados remonta a um período posterior ao

(51) Na seção 2 vimos que o sítio urbano foi bem melhor explorado arqueologicamente do que a região central da *hamra*, de difícil avaliação devido ao desenvolvimento urbano moderno de Herzliyya, o que certamente introduz desvios, mas ainda assim os dados comparativos em relação aos períodos posteriores são reveladores de tendências regionais.

século II d. C., sendo a maioria do período romano tardio (séculos IV e V d. C.), como na tabela abaixo:

TABELA 4

Sítios com vestígios de assentamento romano além da segunda cadeia de *kurkar*

Sítios identificados a leste da segunda cadeia de <i>kurkar</i>	Romano	Romano, século II d.C.	Romano Tardio, séculos IV e V d.C.
7	—	—	X
9	X	?	?
26	—	X	X
39	X?	X?	X
95	—	—	X
96	—	—	X
97 (Tel Qana)	X	?	X

A tabela nos ajuda a visualizar a dispersão dos vestígios no período romano e, indiretamente, a extensão da ocupação do território da cidade a leste da segunda cadeia de *kurkar*. A preponderância de assentamentos em época romana tardia é evidente. Dos três sítios identificados simplesmente como “romanos” apenas o 39 apresenta artefatos em maior quantidade, incluindo oficinas, tanques e vidro, mas mesmo a cronologia destes vestígios é disputada; Gophna e Ayalon propõem datas romana ou bizantina. Por sua vez, o sítio 9, no extremo leste do território da cidade consiste apenas de um *tel* com material de refugio da aldeia de Kefar Saba, assentamento situado a leste de Apolônia, no sopé das montanhas da Samaria, filiado a um outro contexto (Fig.3), e sobre o qual temos poucas informações.⁵² Em Tel Qana (97), o volume de achados do período romano anteriores ao século IV d.C. também é pequeno. Apenas Tabsor/Ra Annana, sítio 26, apresenta uma exceção, com instalações de produção, fornos, prensas e vidro, porém a cerâmica, aqui melhor preservada, data do

(52) Roll e Ayalon (1988: 38-43) tratam deste sítio, no período bizantino, como se fosse parte do território de Apolônia ou estivesse em relação íntima com ela, sem se preocupar em definir melhor a ligação entre Apolônia e esta “aldeia”. De acordo com estes autores Kefar Saba “era o centro dos assentamentos na parte central da *marzeva*... rico em achados arqueológicos”.

século II d.C., ou seja, 150 a 200 anos depois da invasão romana!⁵³

Tendo como base a distribuição espacial e cronológica destes achados, podemos deduzir um processo de ocupação tardia do território interno de Apolônia, que provavelmente só teve início a partir do século II d.C. e, mais intensamente, em época romana tardia e, na seqüência, bizantina (Fig.3, seção 3).

A distribuição espacial dos outros restantes nove sítios romanos reproduz o modelo helenístico; ou seja, detectamos uma concentração de sítios na segunda cadeia de *kurkar* ou a oeste dela, próximos ao núcleo urbano, distribuindo-se de norte a sul numa linha paralela à costa, nunca a menos de 3 km de distância do litoral. Ainda que, à exceção talvez de Tel Michal (44), não possamos concluir a existência de continuidade histórica na ocupação destes sítios entre os períodos helenístico e romano, seis deles (44, 50, 51, 91, Tel Poleg e Tel Qasile) revelam nitidamente, no registro arqueológico, uma continuidade de ocupação espacial. A continuidade no uso destes sítios reforça a hipótese de persistência do mesmo modelo de ocupação do território de Apolônia durante a primeira fase de dominação romana. Além disso, em algumas localidades, como Tel Poleg, não há indícios de maior intensidade de ocupação, dada a baixa densidade dos vestígios atribuídos ao período romano. Em Tel Qasile, no vale do Yarkon, a maior parte dos achados data do século III e IV d.C. (Mazar 1993, 4:1204 -1212 e Gophna 1993, 4: 1193 -1195). Dentre os “novos” sítios a leste do segundo espinhaço de *kurkar*, ou seja, aquelas áreas que, embora próximas à costa, não revelam ocupação helenística (5, 50, 81), somente o sítio 5, situado praticamente no *proasteion* de Apolônia, parece datar da primeira fase de ocupação romana (Fig.3). Disputa-se a cronologia do sítio 50, que pode ser romano ou bizantino, e o sítio 81 remonta, como o 26 acima, ao século II d.C.

O material funerário atribuído ao período romano, apesar de mais abundante do que no período anterior, não foge a esse padrão de distribuição

(53) Roll e Ayalon (1990: 192) sugerem que outros sítios talvez possam existir nesta zona oriental do território, pois em Tabsor as ruínas se encontravam num plano muito profundo, ainda assim, os vestígios encontrados datam do século II d.C. em diante.

espacial (Tal 1995: 107). Dez áreas de enterramentos romanos foram identificadas, sendo duas delas pelo menos atribuídas ao período romano tardio (31, 47). Porém, assim como em época helenística, todos estes sítios funerários se situam entre a costa e a segunda cadeia de *kurkar*; não há vestígios de enterramentos no interior do território.

Este modelo de ocupação “mínima” da *chora* de Apolônia até o séc. II d.C. é intrigante, considerando: (1) que as colinas da *hamra*, na *marzeva* oriental, constituíam a zona mais fértil deste território; (2) a aparente expansão econômica das cidades vizinhas sob o domínio dos hasmoneus e, provavelmente, até as primeiras décadas do século I d.C.; e (3) o fato de Apolônia ter sido reconstruída e reconstituída por Gabínio como pólis autônoma com controle sobre o seu território. Por que esse território não fora ocupado desde esta data? Por que somente a partir do século II d.C. é que se verifica uma ruptura com o modelo helenístico?

Na realidade, tomado isoladamente, o fenômeno que descrevemos acima não vem a ser exatamente uma novidade, mas não encontramos na bibliografia consultada uma explicação convincente. Com base nestes mesmos dados, Roll e Ayalon, os principais investigadores deste sítio, propõem um declínio ou crise não só de Apolônia, entre o final do século I (embora os autores não nos informem claramente, imaginamos que a referência seja ao final do século I d.C.) e a primeira metade do século II d.C., como também de todos assentamentos e centros urbanos nesta região (Roll e Ayalon 1990: 19 e 1989: v). Esse declínio teria sido uma consequência direta das Revoltas que sacudiram a região entre 66 e 135 d.C. Entretanto, como vimos, a evolução histórica das comunidades costeiras não foi uniforme. Pelo menos durante o reinado de Herodes e Augusto e, possivelmente, até os anos 30 d.C., quando a documentação se rarefica, Ioppa, Iamnia, o vale do Yarkon e Aphek/Antípatriis parecem passar por uma expansão econômica com base na exploração agrícola. Além disso, no caso de Apolônia, nada nos leva a pensar em um declínio neste período - declínio em relação a quê?

De acordo com o que expusemos acima, a paisagem rural de Apolônia às vésperas da Rebelião de 66 d.C. não teria sido muito diferente daquela em 63 a.C. ou talvez mesmo daquela em 90 a.C.! Embora a exploração do núcleo urbano da Apolônia romana esteja apenas começando e possa ainda nos revelar surpresas, nos locais até

agora investigados, onde se detectaram vestígios de época persa, helenística, bizantina e islâmica, não há nenhum indício material de assentamento romano anterior ao século II d. C. Na área de escavação E do sítio urbano, os achados incluem cerâmica e uma edificação que os investigadores pensam ser uma *villa* datada de a partir do final do século I d.C./ princípios do século II d.C. (Roll e Tal 1999: 21). De fato, o único testemunho da existência de uma Apolônia romana no século I d.C. é literário e, convém enfatizar, notório pela ausência relativa de qualquer menção à cidade. Estrabão a ignora e, entre Augusto e Ptolomeu, no século II, somente Josefo e Plínio o Velho mencionam a sua existência (Roll e Tal 1999: 3). Até onde revelam as investigações, deparamo-nos aqui com um sítio urbano que parece ter sofrido uma ruptura profunda não no final do século I d.C., mas em dois momentos distintos: o primeiro entre o século II a.C. e o século I a.C., seguindo-se a conquista dos hasmoneus, antes da invasão romana; e o segundo no primeiro quartel do século II d.C. A forte continuidade na paisagem rural observada entre o período helenístico-hasmoneu e o primeiro século de dominação romana reforça esta idéia, sugerindo uma certa estagnação do território da cidade. Portanto, apesar da turbulência da Judéia e da feroz repressão romana às rebeliões de 66 e 132 d.C.,⁵⁴ é difícil falar de crise e declínio no final do século I, porque, depois da intervenção de Gabínio, não podemos definir claramente o ponto alto de onde se inicia o declínio; para tanto, veremos a seguir, se faz necessário retroceder ao período anterior à conquista pelos hasmoneus.

Safrai também propõe uma retração das cidades da costa, inclusive Apolônia, no final do século I d.C., que ele atribui, plausivelmente, à fundação de Cesaréia (Safrai 1994:23). Sem dúvida, Cesaréia teve um enorme impacto na região, tornando-se rapidamente uma das maiores e mais opulentas cidades do Oriente romano (*BJ* 3.442; Holum 1988: passim), transformando a paisagem do sul da Planície do Sharon. Vários autores discutem esta questão que é totalmente ignorada por Roll (Rainey 1999: 15; Holum et al. 1988 e Sperber 1998: 175). Safrai segue um

(54) Para uma avaliação recente do impacto da rebelião de Bar-Kochba no mundo romano, com referências, ver Eck (1999: 76-89).

modelo geográfico controverso de “seleção natural” no qual, diante de uma crise econômica, “as cidades mais fortes se recuperam rapidamente e as menores perecem” (Safrai 1994: 23 e 26ss). Todavia, esse modelo nos parece insuficiente, não só pelo motivo já exposto acima (declínio ou crise do que e desde quando?), mas também porque a partir do século III d.C. e durante a Antiguidade Tardia, Apolônia se torna um centro importante, apesar de Cesaréia continuar sendo a metrópole regional. Não seria mais plausível supor que Apolônia e seu território tivessem, ao contrário, se beneficiado da fundação de Cesaréia, que, como vimos, importa alimentos de cidades vizinhas? Por que não pensar que Cesaréia teria estimulado o desenvolvimento da região?⁵⁵

Enfim, tendo em vista a aparente prosperidade das regiões vizinhas a Apolônia, mesmo após a invasão romana, como explicar esse modelo mínimo de ocupação do seu território e o escasso aproveitamento de seus recursos naturais?

Convém mais uma vez lembrar que a proposta original deste projeto buscava avaliar o impacto da invasão e presença romana neste sítio, ou seja, as transformações na paisagem rural de Apolônia nas décadas que se seguiram à chegada dos romanos. O nosso referencial, no início deste projeto, era um conjunto de fontes literárias e bibliografia secundária que sugeria mudanças econômicas e políticas em larga escala não só na Judéia mas em toda a costa da Palestina. Este material enfatizava a turbulência nesta região subsequente à invasão romana. Às guerras das últimas décadas da República, se sucederam deslocamento social, instabilidade política, uma administração romana corrupta, violenta opressão fiscal e política, que contribuíram para a irrupção de revoltas e outros movimentos de resistência, desde os tempos de Herodes até Bar-Kochba,⁵⁶ sendo a Rebelião de 66 d.C., um dos pontos altos desta turbulência.

(55) Na realidade, Safrai chega a afirmar categoricamente, sobre a evolução subsequente deste sítio, sem nenhuma fundamentação documental, que Apolônia, no período pós-Rebelião de 66 d.C., definhara a ponto de se tornar uma “village”, perdendo o status oficial de pólis. Embora não tenhamos como descartar esta possibilidade, ela nos parece pouco provável, tendo em vista os achados mais recentes sobre este sítio no período romano durante o século II d.C. (Safrai 1994: 23).

(56) Sobre estes temas, ver Cullman 1970; Lemonon 1981; Fiensy 1991; Horsley 1998; Horsley e Hanson 1999; Goodman 1987; Millar 1993: 337ss.; Eck 1999. Ver também *BJ passim*.

Ao iniciarmos a nossa pesquisa, esperávamos nos deparar, no território de Apolônia, bem como nos assentamentos vizinhos, efeitos ou reflexos do jugo romano e dos distúrbios que marcaram este período. Para a nossa surpresa, não foi exatamente isso que encontramos. Pelo contrário, tanto a paisagem rural de Apolônia e cercanias como o exame mais cuidadoso das fontes literárias, especialmente de Josefo, indicaram uma situação muito mais complexa e variada. Em Apolônia não pudemos constatar nenhum indício de alteração da paisagem rural no território da cidade desde o momento da conquista romana até pelo menos o final do século I d.C., quando tanto o núcleo urbano como a zona rural passam por transformações importantes.

Em contraste, as cidades vizinhas de Ioppa, Iamnia, Aphek/Antípatri, Dora (Stern 2000:221-226), Ascalon e Cesaréia, apesar da turbulência política do período, parecem passar por uma fase de expansão demográfica e econômica. Os levantamentos recentes sugerem que a própria Judéia tenha passado por uma fase de crescimento econômico após a sua integração ao sistema imperial, apesar de toda a brutalidade do regime romano. Sabemos o quanto estas mudanças estavam ligadas a questões políticas e não afetaram todos os grupos sociais e comunidades da mesma forma. A expansão econômica evidenciada em vários pontos desta região fundamentava-se na exploração do trabalho de pequenos agricultores e camponeses e trouxe prosperidade apenas para alguns poucos (Goodman 1987: cap.2).

4.4. *Uma paisagem rural fragmentada: o sul do Sharon dos hasmoneus aos romanos*

O nosso ponto de partida é o período helenístico. As fontes textuais sugerem que, em época helenística, ao contrário do período persa (Gophna e Ayalon 1989: 21-23), Apolônia, se não era o maior assentamento no sul do Sharon, havia conquistado uma posição de proeminência nesta micro-região e, provavelmente, o status de pólis. Com efeito, Fischer e Tal, fundamentados nestas fontes, supõem que a extensão do território de Apolônia nessa época fosse de 20km², a mesma extensão que possuía em época persa (1996). Por outro lado, uma vez que - como já mencionamos acima - consta na lista de Gabínio, ela provavelmente deve ter sido liberada por Pompeu em 63 a.C. junto com

Ioppa, Estratão, Dora, e outras. Mas se por um lado podemos inferir que, como pólis, Apolônia possuísse uma *chora*, por outro, desconhecemos os regimes de uso e propriedade da terra vigentes no território.

Anteriormente à conquista dos hasmoneus, podemos considerar Apolônia, junto com Dora (Stern 2000: 201 ss.), Estratão ou Ioppa, uma cidade helenizada, embora seja pouco provável que Apolônia tenha recebido imigrantes gregos em grande escala. Infelizmente, não temos nenhuma informação sobre a estrutura política e social interna da cidade, mas como toda comunidade aspirante a pólis ou à autonomia, Apolônia provavelmente contava com uma elite dirigente de ascendência grega e/ou fenícia helenizada. Se esta elite era proprietária de terras na região, como vimos, não encontramos dados arqueológicos sobre a paisagem do território da cidade que nos permitam atestar seu interesse pela agricultura (embora nada impeça que esta elite hipotética fosse proprietária em outros lugares, até mesmo nas comunidades vizinhas). E ao contrário da situação em Ioppa, Aphek e Ascalon, não há indícios da existência de pequenas propriedades agrícolas, de um campesinato grego, judeu ou nativo, e muito menos de plantéis de escravos. Na realidade, *villae* romanas abrigando plantéis de escravos não ocorrem na Judéia (Anderson em Levy 1995:453). Da mesma forma, os dados que possuímos a respeito de atividades pastoris ou de suínocultura são incompletos pois limitam-se ao sítio urbano; muito embora o terreno fosse propício à primeira e a floresta, em se tratando de população não-judaica, fosse o lugar ideal para criar suínos. As poucas informações que possuímos sobre o período helenístico, dizem respeito aos detritos encontrados em um poço na área D do sítio, em que 62% de 65 ossos são de caprinos. Isto, segundo Sade, atesta “um certo comportamento dirigido à criação de animais” em Apolônia, o que é, de fato, muito pouco (1999: 266-268). Tal, por sua vez, sugere sem mais indicações que “tais animais eram arrebanhados no sítio e nas redondezas” (Tal 1999: 253).

Dado este quadro, e pressupondo a existência de uma pólis e, portanto, de uma classe de notáveis, é possível postular que, antes dos hasmoneus, o comércio fosse uma atividade econômica importante em Apolônia, isto é, um dos principais geradores de riqueza local. Fragmentos de ânforas helenísticas encontradas nas áreas D e H

de escavação no sítio (Fig.4), provenientes de Rodes e de outras regiões, atestam, com efeito, a presença de um comércio de longa distância até o século II a.C. (Fischer e Tal 1996:221 e 225ss). Teria este comércio se expandido numa escala suficiente para produzir excedente e manter a suposta elite local?

Aqui, de novo, estamos às escuras quanto à principal atividade econômica e meio de sustento desta cidade e seus habitantes. A resposta mais provável ainda é a agricultura (e caprinocultura?) de subsistência. Entretanto, também é perfeitamente possível que a elite dirigente de Apolônia pudesse contar com a importação de grãos e gêneros alimentícios de regiões vizinhas, da Palestina e do Mediterrâneo oriental. Com certeza, a elite local mantinha contato com outras cidades fenícias e helenísticas. Não teria sido esse o destino de parte da produção agrícola – atestada na documentação literária – de Aphek, do vale do Yarkon, da *marzeva* oriental, e da *chora* de Ioppa e Iamnia?⁵⁷ Mais tarde, já no período imperial – de acordo com as fontes talmúdicas – a vizinha Cesaréia importava grãos, especialmente trigo, de outras comunidades na planície do Sharon e da própria Judéia (Safrai 1994: 113). Safrai refere-se também ao período fenício, quando todo o Sharon, de Ioppa a Dora, era considerado “generoso em grãos”. Poderíamos falar, neste caso, em uma especialização econômica entre as várias localidades na Planície do Sharon?

Não temos como responder com segurança a estas perguntas, mas os dados obtidos até o momento e analisados acima revelam justamente a heterogeneidade econômica desta região litorânea e a fragmentação da paisagem rural deste território. A documentação acima reflete, durante este período, uma ligação forte das comunidades litorâneas às especificidades locais e, depois da expansão dos hasmoneus, os desígnios de uma unidade centralizadora, pois, após as conquistas de Alexandre Jamneu, à exceção de Tel Michal, não há evidência direta da presença judaica no território de Apolônia anterior à época romana tardia. A ausência de assentamentos propriamente agrícolas reforça a idéia de uma “sub-utilização” da *chora* da cidade a

(57) Em *Atos* 12:20, as cidades de Tiro e Sidon importam grãos dos territórios de Herodes Agripa, provavelmente de terras da coroa situadas na Galiléia ou Judéia. Sobre este tema cf., para a Antigüidade tardia, Kingsley 2001.

partir deste período. O contraste com as cidades vizinhas é, mais uma vez, revelador, pois num raio de 15 km a sul ou a leste, há fortes indícios de expansão de cultivo e adensamento de assentamentos.

Por que, então, Apolônia não passou pelo mesmo processo de colonização/ judaização do seu território como Ioppa ou Iamnia e, mais tarde, Estratão/Cesaréia (que embora nunca tenha sido uma cidade judaica, abrigava uma minoria considerável de judeus) (AJ 19.6.3) ou ainda como Dora (Stern 2000: 261)? Teria Apolônia sido realmente destruída pelos hasmoneus, como sugere a leitura de Josefo, e a população local forçada a emigrar? Sabemos que em vários territórios ocupados (talvez mesmo em Ioppa e Iamnia) a população de fala grega foi expulsa (Applebaum 1977: 359).⁵⁸ Poderíamos atribuir a esse fato a aparente lacuna na ocupação deste sítio após o século II a.C.?

Mais uma vez, não temos respostas seguras a essas perguntas. A ausência de vestígios de ocupação hasmonéia no sítio urbano e uma paisagem rural intocada, de fato, reforçam a hipótese que este sítio tenha sido obliterado pelos hasmoneus. Porém, aqui temos que proceder com cuidado, pois a área urbana até agora escavada é minúscula, revelando-nos muito pouco sobre a cidade em si. Além disso, mesmo que o sítio tenha sido arruinado e empobrecido pelos hasmoneus, o problema persiste. Por que, depois de terem destruído a cidade e se apossarem do seu território, os hasmoneus não o ocuparam, colonizaram e desenvolveram? Teriam estes monarcas interferido de forma a desencorajar, limitar ou impedir a ocupação deste território (através, por exemplo, da tributação da população nativa)? Teria sido o território anexado às terras da coroa? Comentamos acima que, em Tel Michal, 3 km ao sul de Apolônia, os hasmoneus construíram um forte. Teria esta fortificação tido uma função defensiva ou servido como posto de “vigilância”? Enfim, qualquer que tenha sido a atuação dos hasmoneus em Apolônia,

ela seguramente não deixou marcas visíveis na paisagem rural, dada a virtual ausência de vestígios de atividade agrícola na *chora* durante todo o período helenístico.

A despeito de todas estas dificuldades e pontos obscuros, gostaríamos de salientar aqui a importância de contextualizar os achados de Apolônia através do uso do método comparativo em um recorte regional. A contextualização e a comparação nos ajudam a elucidar a situação interna do território de Apolônia às vésperas da invasão romana. Embora a planície litorânea da Palestina fosse uma região relativamente homogênea e as comunidades costeiras compartilhassem uma história política comum a partir de 200 a.C., a evolução histórica destas comunidades refletida na paisagem rural nos revela um verdadeiro mosaico em vários sentidos. Às áreas densamente ocupadas e exploradas sucedem-se outras, muito próximas, mal aproveitadas e de ocupação esparsa. Esta heterogeneidade no modelo de assentamento e uso da planície litorânea está, obviamente, intimamente ligada ao tipo de regime econômico vigente nestas comunidades, mas aqui também evidenciamos diversidade e especialização econômica. Das cebolas de Ascalon, aos cereais de Iamnia e Ioppa, e às florestas da região de Apolônia, a planície costeira da Palestina, dos hasmoneus aos romanos, deve ser concebida como um espaço rural descontínuo, economicamente fragmentado, apresentando uma paisagem rural especializada, e dividido em comunidades economicamente tão diversas como culturalmente distintas.

É desnecessário indicar a relevância disso para a história social e econômica da região, que a historiografia frequentemente trata como um todo uniforme (por ex. Tcherikover 1959: 90 ss e Anderson em Levy 1995: 450 ss). Como observa Safrai, o conjunto não se encaixa facilmente em um modelo único de cidade antiga ou de relação entre campo e cidade como sugerem os manuais (Safrai 1994: cap. 1). A contextualização regional, a ampliação do escopo da análise alarga também o nosso horizonte interpretativo e nos permite compreender melhor não só a evolução histórica de Apolônia no contexto regional, mas a complexidade das relações econômicas que possibilitaram a existência de assentamentos de natureza diversa.

Aqui também chama atenção, como já demonstrado em outros estudos e regiões do Mediterrâneo antigo sobre cidade e campo, a importância dos fatores não-econômicos tais como

(58) Sobre o litoral, Estrabão (*Geographia* 16.2.27) fala de aldeias com nomes gregos (Sycaminium, Boukolon, Crocodeilopolis) na costa norte do Sharon, entre Estratão e Ptolemais, que à sua época, “não eram mais do que nomes”. Apesar de Estrabão se referir ao período pós-guerra civil, a observação é interessante porque não sabemos o que desencadeou o declínio destes assentamentos que poderia ser atribuído tanto à conquista romana, como à conquista dos hasmoneus.

a estrutura política interna da comunidade, o papel do estado e o pertencimento a grupos étnicos ou religiosos, como determinantes das formas de organização do território e da paisagem rural e, portanto, dos sistemas econômicos vigentes.

Portanto, o contraste entre Apolônia e as cidades vizinhas nos permite avaliar os efeitos da conquista romana na paisagem rural sob um outro prisma e entender melhor como esta região parece, na realidade, se recuperar com facilidade da devastação causada pela conquista e dominação romana. Desta forma, gostaríamos de sugerir que, no intervalo de 63 a 30 a.C., de Pompeu a Ácio, o impacto da ocupação romana na paisagem local tenha sido relativamente efêmero e a devastação provocada, seletiva, resultante de atividade militar, sem dúvida destrutiva, porém temporária, sem um impacto negativo significativo na *chora* da planície costeira.

A intervenção romana na região, desencadeada pela disputa entre os herdeiros de Alexandre Jamneu, Aristóbolo e Hircano, resultou numa reorganização na estrutura de poder na Judéia. Deste ponto de vista, uma das principais conseqüências foi a amputação do território controlado pelos hasmoneus, que ficou então reduzido à Judéia propriamente dita. A libertação das cidades da planície costeira e da Decápolis deve, sem dúvida, ter sido um duro golpe para a elite dirigente da Judéia, mesmo que alguns, como os antipatridas (e, como eles, certamente outros) tenham sabido tirar proveito da situação. A perda do controle sobre uma vasta extensão de território fértil, especialmente na Decápolis e Samaria, deve ter representado uma catástrofe para uma realza confiante e orgulhosa que, depois de duas décadas de consolidação e estabilidade,⁵⁹ apostou errado e se deparou com um inimigo feroz dentro dos portões. Que essa política foi desastrosa não resta a menor dúvida. Applebaum, por exemplo, refere-se às décadas que se seguiram à conquista romana como “a queda do Reino hasmoneu e a drástica amputação” (1977: 360). Mais tarde, os antipatridas souberam lidar de forma muito mais astuta com os romanos.

(59) E isto, apesar da rivalidade entre Hircano e Aristóbolo, a qual não implicou no enfraquecimento da monarquia nem colocou o reino hasmoneu em risco de desmembramento. Depois de um início difícil, os anos de campanha militar e conquista da Coele Síria, os últimos do reinado de Alexandre Jamneu, foram uma época de estabilidade política interna.

A ocupação romana teria sido também, como vimos acima, desastrosa para as comunidades litorâneas, mesmo aquelas liberadas e reconstruídas por Pompeu e Gabínio, respectivamente. Desde a conquista de Pompeu, o movimento de tropas na costa da Palestina se tornara uma constante (*BJ* 1.172ss.): a campanha de Gabínio contra os partas; a intervenção no Egito; a fatídica expedição de Crasso; os embates entre Pompeu e César e as tropas aquarteladas em Ascalon (*BJ* 1.187); a invasão dos partas em 40 a.C. (*BJ* 1.284ss.) tomando Ioppa (*BJ* 1.286-9); a expulsão dos partas por Ventídio e os antipatridas; e assim por diante. Além disso, a tributação e pilhagem generalizada que financiaram estas campanhas e a captura de prisioneiros de guerra, especialmente judeus, teriam exaurido e empobrecido estas comunidades. Crasso pilhou o tesouro do Templo em Jerusalém (*BJ* 1.172-187). A primeira invasão parta levou Cássio a escravizar 30.000 judeus (id.). Após a morte de Pompeu, Antípatro se aliou a César e “induziu” várias cidades a contribuírem ao esforço de guerra, provavelmente com fundos ou soldados (*BJ* 1.187). Em 43 a.C., para manter o seu exército na guerra contra os triúnviros, Cássio decretou uma devassa sobre toda a região, coletando tributo “de cidade em cidade” – não há porque pensar que as cidades costeiras tivessem sido poupadas (*BJ* 1.215-230). Em 30 a.C. um terremoto atingiu a Judéia, deixando um saldo, segundo Josefo, de 30.000 mortos (*BJ* 1.376ss.), que deve ter tido alguma repercussão na costa. Josefo também relata que algumas cidades costeiras foram destruídas ou severamente abaladas durante este período. Anthedon, “destruída pela guerra”, teve que ser reconstruída de novo e, desta vez, por Herodes (*BJ* 1.421ss.). Estratão, “em ruína”, foi refundada como Cesaréia por este mesmo monarca.

Uma certa estabilidade política retornou à região após Ácio e a ascensão de Herodes. Após a morte de Arquelau, seu herdeiro, em 6 d.C., as cidades da planície litorânea, à exceção de Ioppa, Iamnia e Azotus⁶⁰ provavelmente adquiriram autonomia. A partir daí, a tributação romana

(60) Ioppa foi definitivamente incorporada à Judéia. Iamnia e Azotus foram reorganizadas em uma toparquia que se tornou propriedade de Lúvia Augusta, governada por um procurador especial (*BJ* 2.165).

torna-se o principal motivo de agitação social especialmente na Judéia. O censo de 6 d.C. desencadeou um levante anti-fiscal em larga escala, mas que parece não ter atingido a costa (BJ 2.125). De todo modo, na região litorânea, as primeiras décadas do século I d.C. se caracterizaram pelas tensões crescentes entre a população de fala grega e os judeus, com embates em Cesaréia e outras cidades (BJ 2.264ss.). Estas tensões, resultantes do fardo fiscal, de um deslocamento social crescente e de diferenças culturais culminaram na Revolta de 66 d.C.

Contudo, até o início da Rebelião de 66, os eventos dramáticos desta história turbulenta, que certamente afetaram toda esta região, não deixaram traços no registro arqueológico e na paisagem rural das cidades do litoral, onde, como vimos, se detecta uma tendência contínua de expansão demográfica e da produção, remontando ao período hasmoneu. No caso específico de Apolônia, antes do final do século I d.C., esta tendência está ausente, mas, igualmente, a continuidade do modelo de ocupação do território deste sítio entre o período helenístico e a primeira fase de ocupação romana também não sugere que a intervenção dos romanos tenha tido consequências importantes, pelo menos no tocante à ocupação da zona rural e ao aproveitamento dos recursos naturais. Os dados que analisamos acima não revelam qualquer indício de retração ou expansão econômica ou demográfica decorrentes da conquista romana. Ou seja, não se detecta na paisagem rural deste sítio, com a chegada dos romanos, uma ruptura importante em relação ao período anterior. Na realidade, nem o sítio urbano, nem a paisagem rural revelam uma presença romana significativa antes do final do século I d.C. Em suma, os dados arqueológicos apresentados acima sugerem que os primeiros 150 a 200 anos de domínio romano tiveram impacto mínimo no território de Apolônia.

Não é fácil explicar esta continuidade entre o período hasmoneu e romano com base no material que temos disponível. É possível que, depois de ter sido reconstruída e repovoada por Gabínio, a elite dirigente de Apolônia tenha voltado a praticar o comércio, como em época helenística, interessando-se pouco pela zona rural. Da mesma forma, podemos suspeitar da eficácia da reabilitação deste sítio por Gabínio ou, de acordo com Safrai, imputar o declínio deste sítio, mesmo após a sua restauração, à fundação de Cesaréia. Porém, é

bem provável que a destruição pelos hasmoneus tenha representado um ponto de ruptura importante na história de Apolônia a ponto de ter inibido recuperação da cidade por longo tempo.

A reabilitação da cidade e a ocupação do seu território teriam então se iniciado somente no final do século I e início do século II d.C., o que, em princípio parece um paradoxo. O período foi marcado pelas Rebeliões de 66 e 132, que tiveram efeitos desastrosos para a Judéia e costa litorânea - Ioppa foi atacada várias vezes, saqueada, privada do seu território e destruída pelo menos uma vez e reconstruída (BJ 2.508ss. e 3.442 - reconstruída e demolida de novo pelos romanos?); o território de Cesaréia foi devastado e as aldeias incendiadas (BJ 2.510); Ascalon sitiada várias vezes (BJ 3.9-33); Antípatri e os assentamentos judaicos ao redor foram destruídos e incendiados (BJ 2.510); Iamnia e Azotus foram tomadas e seus habitantes escravizados (BJ 4.133-4); a pirataria tornou a navegação na costa quase impossível (BJ 3.442ss.); e duas legiões aquarteladas em Cesaréia drenavam uma boa parte dos recursos locais. A Revolta de Bar-Kochba não foi menos danosa - Dião fala de 900 aldeias destruídas (Dião 69.13).

Porém, apesar disso, é precisamente neste momento que Apolônia volta a dar sinais de vida e retorna ao registro literário e arqueológico. Como vimos, os indícios de ocupação tanto no sítio urbano como na *chora* se multiplicam a partir desta data. As escavações recentes na área E (Fig.4) sugerem a existência de uma estrutura edificada do final do século I d.C. (e identificada como uma *villa*), destruída e, posteriormente, já no século II d.C., re-construída com uma função comercial ou de armazenamento (Roll 1999: 27-8). No campo, aparecem novos assentamentos e indícios de atividade artesanal.

Assim, ao contrário do que propõem Roll, Ayalon e Safrai (Roll e Ayalon 1990: 192 e Safrai 1994: 23 ss.) as convulsões da Judéia e a repressão romana sugerem uma ligação forte entre a presença militar dos romanos e o "renascimento" de Apolônia no século II d.C. As campanhas e movimentos militares na costa e a necessidade de o estado romano controlar o acesso à Judéia teriam conferido uma importância estratégica crescente a este sítio, seja como base de operações militares,⁶¹ seja

(61) Por exemplo, contra Ioppa, ao sul. Ver BJ 3.442 (Batalha de Ioppa)

como local de produção para suprir o número infindável de generais, soldados, e funcionários romanos com o seu séquito de atendentes⁶² ou o fluxo constante de migrantes, suplicantes, comerciantes, peticionários, etc. que teriam se deslocado para esta região, uma vez passado o pior da guerra. Como em outras regiões do Império, o desenvolvimento de Apolônia pode ter sido estimulado em função da maciça presença militar romana na região após as Rebeliões de 66 e 132 e da importância estratégica que o Oriente passou a assumir na política externa romana a partir dos Antoninos (Millar 1993: 29-111).

Enfim, apesar de preliminares, estas observações mostram um quadro muito mais complexo que leva em consideração as imbricações entre os fortes aspectos culturais da região e o movimento mais amplo da história romana na evolução da história da micro-região do Sharon. Este quadro deve ser levado em conta na continuidade da pesquisa de campo neste sítio orientando a definição de uma estratégia de escavação que permita elucidar as questões suscitadas pelo estado atual das fontes. Da mesma forma, uma prospecção de superfície sistemática e intensiva poderia resultar em um conjunto de dados mais confiáveis e consistentes.

GALVÃO SOBRINHO, C.R.; FLORENZANO, M.B.B. Apollonia and its territory: rural landscape and social change in Palestine from the Hasmoneans to the Romans (100 B.C.-135 AD). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 81-122, 2002.

ABSTRACT: This paper presents the results of research undertaken by a multidisciplinary team of Brazilian and Israeli archaeologists and historians on the site of ancient Apollonia, Israel. Taking issue with current scholarship on this site, the paper re-interprets the available material and literary evidence; proposes a new and original model of settlement of the micro-region during the late Hellenistic and Roman periods; and reassesses the economic and demographic impact on the Sharon coastal plain of the Roman conquest and occupation of Palestine. Instead of a uniform rural landscape and demographic regime, the *chora* of the Sharon shows discontinuity and fragmentation. The decline of Apollonia in the early Roman period owed less to the destruction caused by the Roman conquest than to the impact of earlier Hasmonean expansion. The development and growth of this site in the second century AD were probably linked to the enhanced Roman presence following the Jewish Revolts of 66 and 132 AD.

KEYWORDS: Apollonia – Roman Palestine – Palestine landscape – Archaeological survey – Archaeology in Israel.

(62) Josefo comenta que parte do exército de Vespasiano foi deslocada para Scythopolis para não onerar a região de Cesaréia (*BJ* 3.442s.).

Referências bibliográficas

- AAVV.
1998 *Excavations and Surveys in Israel*. English Edition of Hadashot Arkheologiyot. Jerusalem, Israel Antiquities Authority, 17.
- ALCOCK, S.
1993 *Graecia Capta. The Landscapes of Roman Greece*. Cambridge.
- ALON, G.
1980-4 *The Jews in their Land in the Talmudic Age*. Jerusalem.
- APPLEBAUM, S.
1974-6 Economic Life in Palestine. S. Safrai; M. Stern (Eds.) *The Jewish People in the First Century*. Assen: Van Gorcum.
1977 Judaea as a Roman Province. The Countryside as a Political and Economic Factor. *ANRW*, 2.8: 355.
1986 The Settlement Pattern of Western Samaria from Hellenistic to Byzantine Times: a Historical Commentary. S. Dar (Ed.) *Landscape and Pattern. An Archaeological Survey of Samaria. 800 BCE - 636 CE*. Oxford, BAR International Series, 308 (i): 257-269.
- ARTHUR, P.; OREN, E.
1998 The North Sinai survey and the evidence of transport amphorae for Roman and Byzantine trading patterns. *JRA*, 11: 193-212.
- AVI-YONAH, M.
1977 *The Holy Land*. Grand Rapids.
- BARKER, G.; LLOYD, J.
1991 *Roman Landscapes. Archaeological Survey in the Mediterranean Region*. Archaeological Monographs of the British School at Rome, 2. (ver em especial a introdução metodológica de Barker)
- BEN-TOR, A.
1985 The Regional Study – A New Approach to Archaeological Investigation: Yoqne'am Regional Project. Looks beyond the Tell. *Biblical Archaeological Review*, 6: 30-44.
- BINTLIFF, J.
1994 The History of the Greek Countryside: As the Wave Breaks, Prospects for Future Research. P. N. Doukellis e L. G. Mendoni (Eds.) *Structures rurales et sociétés antiques, Actes du colloque de Corfou (14-16 mai 1992)*. Paris: 13 ss.
- CLERMONT-GANNEAU, C.
1896 *Archaeological Researches in Palestine during the years 1873- 1874*. Londres.
- CONDER, C.R.; KITCHENER, H.H.
1881-3 *The Survey of Western Palestine, I-III, Samaria*. Londres.
- CULLMAN, O.
1970 *Jésus et les revolutionnaires de son temps*. Paris.
- DAR, S. (Ed.)
1986 *Landscape and Pattern. An Archaeological Survey of Samaria. 800 BCE - 636 CE*. Oxford, BAR International Series, 308 (i).
1991-2 Review Article: Man makes his Landscape. *Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*, 11: 22-29.
- DAUPHIN, C.; GIBSON, S.
1992-3 Ancient Settlements in their landscapes: the Results of Ten Years Survey on the Golan Heights (1978-1988). *Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*, 12: 7-31.
- DERFLER, S.
1989 Roman fortress (Stratum II). Z. Herzog et alii (Eds.) *Excavations at Tel Michal, Israel*. Tel Aviv University, Publications of the Institute of Archaeology, no.8: 188-194.
- ECK, W.
1999 The Bar Kokhba Revolt: The Roman Point of View. *JRS*, 89: 76-89.
- EVERMAN, D.
1992 Survey of the coastal area north of Caesarea and of the Aqueducts: preliminary report. R.L. Vann (Ed.) *Caesarea Papers. JRA*, Suppl., 5: 181-193.
- FIENSY, D.A.
1991 *The Social History of Palestine in the Herodian Period: The Land is Mine*. Lewinston, E. Mellen Press.
- FISCHER, M.; TAL, O.
1996 Two ceramic assemblages from Hellenistic Apollonia. *Tel Aviv*, 23: 213-234.
1999 The Hellenistic Period. I. Roll; O. Tal (Eds.) *Apollonia-Arsuf. Final Reports of the Excavations. Vol I: The Persian and Hellenistic periods*. Tel Aviv, Institute of Archaeology, TAU: 223-251.
- GIBSON, S. et alii
1991 The Sataf project of landscape archaeology in the Judean Hills: a preliminary report on four seasons of survey and excavation (1987-1989). *Levant*, 23: 29-54.
- GIBSON, S. et alii
1999 Town and Country in the Southern Carmel: Report on the Landscape Archaeology Project at Dor (LAPD). *Levant*, 31: 71-122.
- GIBSON, S.; EDELSTEIN, G.
1985 Investigating Jerusalem's rural landscape. *Levant*, 17: 139-155.
- GOODMAN, M.
1987 *The Ruling Class of Judaea. The Origins of the Jewish Revolt against Rome, A.D. 66-70*. Cambridge. (trad. Brasileira: R.J. Imago, 1994)
- GOPHNA, R.
1978 Archaeological Survey of the Coastal Plain, 1977. Preliminary Report. *Tel Aviv*, 5: 1-12.
- GOPHNA, R.; AYALON, E.
1989 History of Settlement at the Tel Michal Region. Z. Herzog et alii (Eds.) *Excavations at Tel*

- 1998 *Michal, Israel*. Tel Aviv University, Publications of the Institute of Archaeology, no. 8: 16-28.
- 1998 *Archaeological Survey of Israel. Map of Herzliyya (69)*. Jerusalem, Israel Antiquities Authority.
- GRUEN, E.R.
1984 *The Hellenistic World and the Coming of Rome*. Berkeley.
- GUÉRIN, V.
1875 *Description géographique, historique et archéologique de la Palestine, Samarie, II*. Paris.
- HERZOG, Z.
1989 Hellenistic Stratigraphy and Architecture (Strata V-III). Z. Herzog et alii (Eds.) *Excavations at Tel Michal, Israel*. Tel Aviv University, Publications of the Institute of Archaeology, no. 8: 165-168.
- HERZOG, Z.; RAPP, G.; NEGBI, O. et alii (Eds.)
1989 *Excavations at Tel Michal, Israel*. Tel Aviv University, Publications of the Institute of Archaeology, no. 8.
- HODGES, R. et alii
1997 Late-antique and Byzantine Butrint: interim report on the port and its hinterland (1994-95). *JRA*, 10: 207-234.
- HOLUM, K. et alii
1988 *King Herod's Dream. Caesarea on the Sea*. New York.
- HORSLEY, R.
1998 *Jesus and the Spiral of Violence. Popular Jewish Resistance in Roman Palestine*. Minneapolis, Fortress Press.
- HORSLEY, R.; HANSON, J.S.
1999 *Bandits, Prophets, and Messiahs: Popular Movements in the Time of Jesus*. Harrisburg (Pennsylvania), Trinity Press.
- ISAAC, B.
1992 *The Limits of Empire. The Roman Army in the East*. Oxford.
- JAMESON, M.
1994 Class in the ancient Greek countryside. P. Doukellis e L. Mendoni (Eds.) *Structures rurales e sociétés antiques, Actes du colloque de Corfou (14-16 mai 1992)*. Paris.
- JONES, A.H.M.
1998 *Cities of the Eastern Roman Provinces*. Oxford (1937).
- KARMON, N.
1999 Muricid shells of the Persian and Hellenistic periods. I. Roll; O. Tal (Eds.) *Apollonia-Arsuf. Final Reports of the Excavations. Vol 1: The Persian and Hellenistic periods*. Tel Aviv, Institute of Archaeology, TAU: 269-283.
- KASCHER, A. et alii (Eds.)
1990 *Greece and Rome in Eretz Israel*. Jerusalem: The Israel Exploration Society.
- KINGSLEY, S.
2001 The Economic Impact of the Palestinian Wine Trade in Late Antiquity. S. Kingsley and M. Decker (Eds.) *Economy and exchange in the East Mediterranean during late antiquity: Proceedings of a conference at Somerville College-Oxford (29th May, 1999)*. Oxford.
- KOCHAVI, M. (Ed.)
1972 *Judaea, Samaria and the Golan. Archaeological survey 1967-1968*. Jerusalem, The Archaeological survey of Israel.
- KOCHAVI, M.
1989 The Land of Geshur Project: Regional Archaeology of the Southern Golan (1987-1988 Seasons). *IEJ*, 39: 1-17.
- LEMONON, J.-P.
1981 *Pilate et le gouvernement de la Judée*. Paris.
- LEVY, T.E. (Ed.)
1995 *The Archaeology of Society in the Holy Land*. N. York, Facts on File. Em especial: Levy, T.; Holl, A. Social Change and the Archaeology of the Holy Land: 2-8. Stern, E. Between Persia and Greece: Trade, Administration and Warfare in the Persian and Hellenistic Periods: 432-445. Anderson, J. The impact of Rome in the Periphery: the case of Palestina - Roman Period (63 BCE-324 CE): 446-469. Patrich, J. Church, State and the Transformation of Palestine. The Byzantine Period (324-640 CE): 470-487.
- LIPHSCITZ, N.
1999 Botanical remains of the Persian and Hellenistic Periods. I. Roll; O. Tal (Eds.) *Apollonia-Arsuf. Final Reports of the Excavations. Vol 1: The Persian and Hellenistic periods*. Tel Aviv, Institute of Archaeology, TAU: 281-283.
- LLOYD, J.
1991 Forms of Rural Settlement in the Early Roman Empire. G. Barker; J. Lloyd (Eds.) *Roman Landscapes. Archaeological Survey in the Mediterranean Region*. Archaeological Monographs of the British School at Rome, 2: 233-240.
- MILLAR, F.
1993 *Roman Near East 31 BC-AD 337*. Cambridge.
- MESHORER, Y.
1985 *City coins of Eretz-Israel and the Decapolis in the Roman period*. Jerusalem, Israel Museum.
- PORATH, Y.; LEVY, Y.
1993 Mughar el -Sharaf: a Cemetery of Roman and Byzantine periods in the Sharon. *'Atiqot*, XXII: 29-42.
- RAINEY, A.
1989 The Sharon Coastal Plain: Historical Geography. Z. Herzog et alii (Eds.) *Excavations at Tel Michal, Israel*. Tel Aviv University, Publications of the Institute of Archaeology, no. 8: 10-15.
- RHOADS, D.M.
1976 *Israel in Revolution: 6-74 CE. A political history based on the writings of Josephus*. Philadelphia.

- ROLL, I.
 1983 The Roman Road System in Judaea. *The Jerusalem Cathedra*, 3: 136-161.
 1996 Roman Roads to Caesarea Maritima. A. Raban; K. Holum (Eds.) *Caesarea Maritima. A Retrospective after Two Millennia*. Leiden.
 1999 The roads in Roman-Byzantine Palestina and Arabia. M. Piccirillo; E. Alliata (Eds.) *The Madaba Map Centenary. Proceedings of the International Conference held in Amman, 7-9 april, 1997*. Jerusalem: 108-113.
- ROLL, I.; AYALON, R.
 1981 Two large wine presses in the red soil regions of Israel. *PEQ*, 113: 111-125.
 1988 Models of Settlement in Southern Sharon in Ancient Times. *Ariel*, 55-56: 38-43.
 1989 *Apollonia and Southern Sharon: Model of a coastal city and its Hinterland*. Tel Aviv.
 1990 Economic and Settlement Growth in Southern Sharon in the Roman Period. A. Degani *et alii* *Ha Sharon between Yarkon and Karmel*. Tel Aviv: 191-200.
- ROLL, I.; TAL, O. (Eds.)
 1999 *Apollonia-Arsuf. Final Reports of the Excavations. Vol I: The Persian and Hellenistic periods*. Tel Aviv, Institute of Archaeology, TAU. (Especialmente Roll, I. Introduction: History of the site, its research and excavations: 1-62).
- ROLLER, D.
 1981-2 The Wilfried Laurier University Survey of Northeastern Caesarea Maritima. *Levant*, 13-14: 90-103.
- SADE, M.
 1999 Faunal remains of the persian and hellenistic periods. I. Roll e O. Tal *Apollonia-Arsuf. Final Reports of the Excavations. Vol I: The Persian and Hellenistic periods*. Tel Aviv, Institute of Archaeology, TAU: 262-268.
- SAFRAI, Z.
 1994 *The Economy of Roman Palestine*. London: Routledge.
- SAFRAI, Z.; STERN, M. (Eds.)
 1974-6 *The Jewish People in the First Century*. Assen.
- SCHWARTZ, S.
 2001 *Imperialism and Jewish Society, 200 B.C.E. to 640 C.E.* Princeton: Princeton University Press.
- SHERWIN-WHITE, A.N.
 1984 *Roman Foreign Policy in the East: 168 B.C. to A.D. 1*. Londres.
- SMALLWOOD, E.M.
 1976 *The Jews under Roman Rule*. Leiden.
- SNODGRASS, A.
 1987 *An Archaeology of Greece. The Present State and Future Scope of a Discipline*. Berkeley.
- SPERBER, D.
 1978 *Roman Palestine, 200-400. The Land*. Ramat Gan: Bar-Ilan University.
- 1998 *The City in Roman Palestine*. Oxford.
- STERN, E.
 1993 *New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land. (NEAEHL)* 4 vols. Jerusalem, The Israel Exploration Society. Verbetes:
 Roll, I. Apollonia, vol 1:72-75.
 Kochavi, M. Aphek-Antipatris, vol 1: 62-72.
 Aviam, M. Galilee, vol 3: 453-458.
 Ma'oz, Z. Golan, vol 3: 534-538.
 Ofer, A. Judaeen Hills, vol 3: 814-816.
 Negev, A. Negev, vol 3: 1133-1135.
 Mazar, A. Tel Qasile, vol 4:1204-1212.
 Ronen, A. Sharon Plain, vol 4: 1344-1345.
 Gophna, R. Nahal Poleg, vol 4: 1193-1195.
 Herzog, Z. Tel Michal, vol 3: 1036-1040.
- 2000 *Dor, ruler of the Seas. Nineteen years of excavations at the Israelite-Phoenician Harbor town on the Carmel Coast*. Jerusalem, Israel Exploration Society.
- TAL, O.
 1995 Roman and Byzantine Cemeteries and Tombs around Apollonia. *Tel Aviv*, 22: 107-120.
 1996 Salvage Excavations at Herzliyya Beth. *Tel Aviv*, 26: 235-243.
 1999 Historic and Archaeological Conclusions. I. Roll; O. Tal (Eds.) *Apollonia-Arsuf. Final Reports of the Excavations. Vol I: The Persian and Hellenistic periods*. Tel Aviv, Institute of Archaeology, TAU: 251 – 261.
- TCHERIKOVER, V.
 1959 *Hellenistic Civilization and the Jews*. Philadelphia.
- URMAN, D.
 1985 *The Golan: A profile of a region during the Roman and Byzantine periods*. Oxford (BAR Int. series, 269).
- VALLAT, J.P.
 1991 Survey Archaeology and Rural History – A Difficult but Productive Relationship. G. Barker; J. Lloyd (Eds.) *Roman Landscapes. Archaeological Survey in the Mediterranean Region*. Archaeological Monographs of the British School at Rome, 2: 10-18.
- VERMES, G.; MILLAR, F. (Eds.) de
 1973 A. Schürer *History of the Jewish People in the Age of Jesus Christ (175 BC-AD 135)*, vols I e II, Edimburgo (1903).
 1979
- VERMES, G.; MILLAR, F.; GOODMAN, M. (Eds.) de
 1986 A. Schürer *History of the Jewish People in the Age of Jesus Christ (175 BC-AD 135)*, vol.III, Edimburgo (1903).
 1987
- YEIVIN, S.
 1951 Archaeological News: Arsuf (Apollonia). *AJA*, 55: 86-87.

Recebido para publicação em 20 de dezembro de 2002.

LOS “PROTO-ESTADOS” DEL ALTO EGIPTO Y LA UNIFICACIÓN DEL VALLE DEL NILO

*Marcelo Campagno**

CAMPAGNO, M. Los “proto-Estados” del Alto Egipto y la unificación del valle del Nilo. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 12: 123-141, 2002.*

RESUMO: A unificação política do vale do Nilo, alcançada pouco antes de 3.000 a.C., foi o resultado da expansão das práticas estatais surgidas no Alto Egipto por volta dos anos 3.400 a.C. Inicialmente (Nagada IIc-d), parecem ter tomado forma na região três “proto-Estados”, centrados em Hieracompolis, Nagada e Abidos, que confluíam logo para um único “proto-Estado” no Alto Egipto. Durante o mesmo período, também, se verifica uma crescente influência cultural desses núcleos sobre todo o território compreendido entre a primeira catarata do Nilo e o Mar Mediterrâneo. Na fase imediatamente posterior (Nagada IIIa-b), a homogeneização cultural do vale do Nilo daria passagem à integração política, a partir da expansão territorial do “proto-Estado” sulino.

UNITERMOS: Egipto antigo – Proto-Estados – Unificação do Egipto – Política egípcia.

I.

En la imagen legada por las corrientes egiptológicas tradicionales, el proceso de unificación política del territorio comprendido entre la primera catarata del Nilo y el mar Mediterráneo – y con él, el de la constitución de una sociedad propiamente estatal – sucedía de un modo bastante súbito. Para unos, se trataba de la conquista de todo ese territorio por parte de una Raza Dinástica venida de lejos y provista de todos los atributos inherentes a la civilización. Para otros, era el resultado de una memorable victoria militar del mítico rey Menes, a resultas de la cual quedarían unidos los dos reinos predinásticos simétricamente dispuestos en el valle y del delta del Nilo.

Ciertamente, en la actualidad, no se admiten los postulados hiperdifusionistas a partir de los que se sostenía la primera interpretación, así como tampoco suele aceptarse la lectura historicista de los Textos de las Pirámides a partir de la cual se proponía la segunda. En el relevo de esas antiguas posiciones, las interpretaciones contemporáneas tienden a destacar la sensible disparidad de la documentación arqueológica disponible para el norte y el sur, para concluir que los primeros indicios estatales se advierten decididamente en el sur en torno de unos 3400-3300 años a.C. y que la posterior unificación del territorio que tradicionalmente se identifica como Egipto obedece centralmente a la dinámica de expansión de las prácticas estatales surgidas en la región meridional.

Ahora bien, ¿cómo se produce esa expansión? ¿Cuáles son las características de ese proceso que se inicia con la aparición de las primeras prácticas estatales en el sur y que culmina hacia el 3000 a.C.

(*) Universidad de Buenos Aires, Argentina.

con el advenimiento de los monarcas de la Dinastía I y la unificación de un territorio de unos 1300 kilómetros de longitud? En las páginas que siguen, intentaremos proponer algunas consideraciones en torno de esta época "proto-estatal" de la historia egipcia, que resulta crucial para comprender el modo específico en que se consolida la sociedad estatal que se constituye a orillas del Nilo.

II.

En el valle del Nilo, las primeras prácticas estatales parecen surgir en un clima de recurrentes conflictos, que pueden estar relacionados con las disputas intercomunitarias en el Alto Egipto, en pos de acaparar los bienes de prestigio procedentes de regiones lejanas. Esos bienes de prestigio debían tener una enorme importancia para las élites locales, dado que – en un tipo de sociedades donde el monopolio de la coerción se hallaba ausente – su posesión y ostentación podía constituir uno de los mecanismos básicos para la demarcación de diferencias sociales dentro de las comunidades aldeanas. En ese marco, los intentos por acaparar tales bienes y suprimir la competencia de las comunidades rivales pudieran conducir a un tipo de conflictos que favoreciera la subordinación permanente de los vencidos a los vencedores. La supremacía militar de unas comunidades sobre otras podría haber instituido los primeros vínculos de dominación y la perduración de éstos podría haber desembocado en la consolidación de los primeros lazos de índole estatal, vale decir, lazos que instituirían un grupo social provisto del monopolio de la coerción y otro grupo social subordinado al primero (Campagno 2001: 13-31; 2002a: Caps. 5-7).

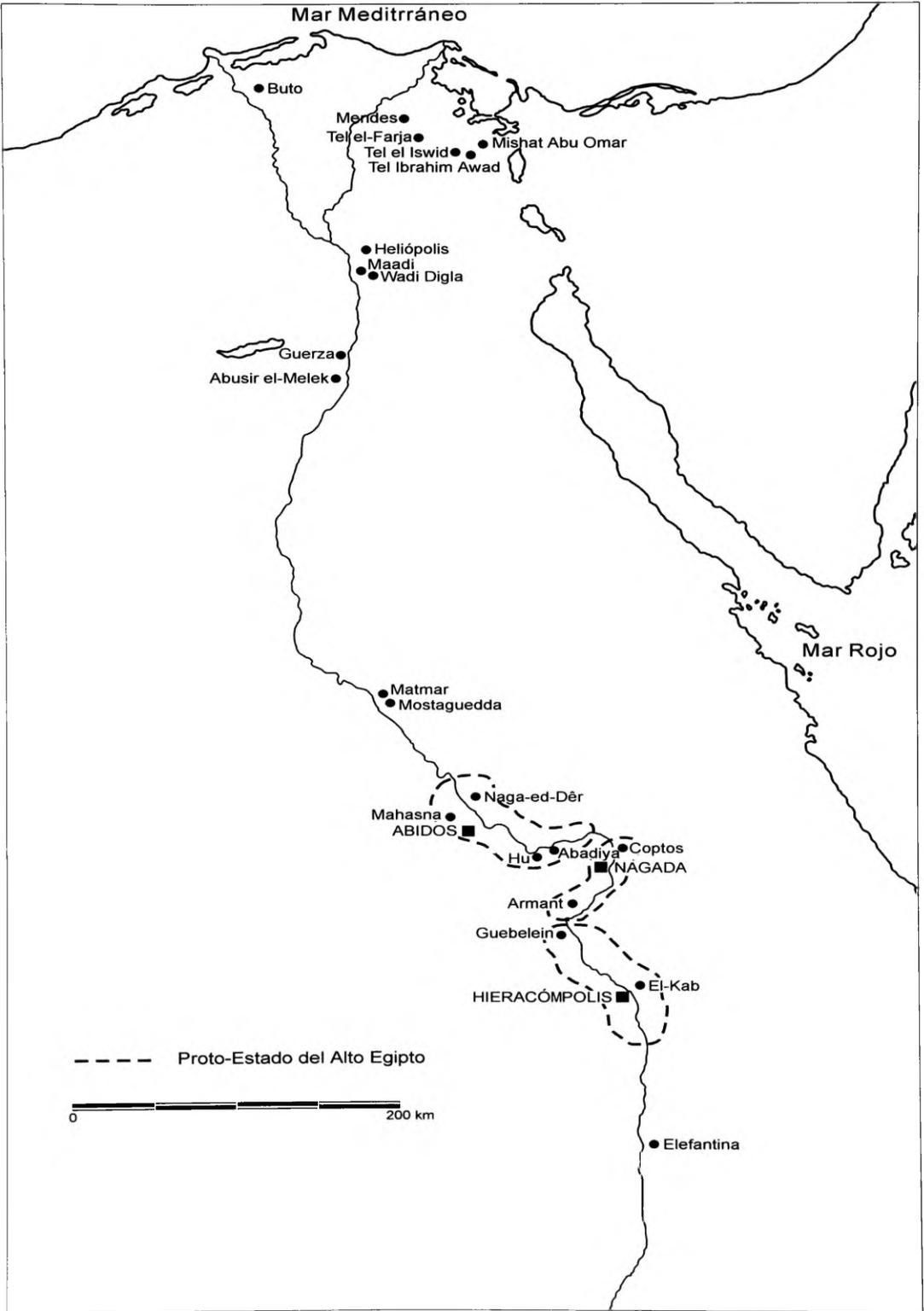
Ahora bien, lo que parece cobrar forma en el registro arqueológico correspondiente a la subfase Nagada IIc (3400-3300 a.C.) no es la aparición de un único centro regional en el que pudieran advertirse estos cambios sino la constitución de al menos tres entidades sociopolíticas en el Alto Egipto, en las que se registran una serie de transformaciones más o menos simultáneas. En efecto, para aquella época, los núcleos de Hieracómpolis, Nagada y Abidos ofrecen una serie de características que los distinguen de otras localidades de la

región y que han permitido suponer que constituyen los primeros "proto-Estados"¹ del valle del Nilo.

¿Qué testimonios existen acerca de tales "proto-Estados"? En relación con Hieracómpolis, durante la fase Nagada II se advierte la existencia de una compleja división del trabajo y de una élite cuyos miembros eran enterrados en tumbas sensiblemente diferenciadas del resto de la sociedad. En efecto, por una parte, existe evidencia acerca de sitios específicos para la producción de pan y cerveza (Geller 1992: 23-24), que presuponen la presencia de un artesanado especializado. Asimismo, de Nagada IIb-d data un notable recinto (Hk 29a) que podría tener casi 40m de largo, que presenta estructuras en adobe y madera y que ha sido interpretado como un gran complejo ceremonial (Friedman 1996: 16-35).

Por otra parte, en cuanto a la evidencia funeraria, sobresale indudablemente la llamada Tumba 100 o Tumba Decorada, cuya datación remite a la fase Nagada IIc (Vandier 1952: 561-570; Case y Payne 1962: 5-18; Midant-Reynes 1992: 194-197; Adams y Cialowicz 1997: 36-40). Tal enterramiento no sólo se destaca por sus dimensiones (5,85m de largo x 2,85m de ancho x 1,50m de profundidad) y por el adobe utilizado para revestir sus paredes y un muro interior sino también por la decoración que presentan esos muros. Allí aparece todo un conjunto de representaciones iconográficas que testimonian los conflictos de la época (escenas de lucha, ejecución de prisioneros) así como, principalmente, una serie de escenas íntimamente relacionadas con la posterior iconografía faraónica (la procesión de embarcaciones, el motivo del "Señor de los animales", la imagen de un personaje provisto de un flagelo y en actitud de carrera, y la escena en la que un personaje de mayor tamaño ejecuta con su maza a tres prisioneros arrodillados, en un acto análogo al ritual de la ejecución del

(1) Si bien en la producción reciente de los especialistas (Fattovich 1984: 51; Kemp 1992 [1989]: 46; Vercoutter 1992: 239; Maisels 1999: 60) el término *proto-Estado* (o *proto-reino*) se ha vuelto corriente para referir a las unidades políticas del valle del Nilo anteriores a la unificación, no parece haber demasiado acuerdo ni rigor a la hora de definir el concepto. En nuestra apropiación, el término referirá aquí a situaciones sociohistóricas *ya estatales*, es decir, en las que puede suponerse la existencia del monopolio legítimo de la coerción como prerrogativa exclusiva de la élite. Hemos tratado esta cuestión en Campagno 2002b: 49-60.



enemigo celebrado a lo largo de la época faraónica) (Cervelló 1996a: 202-203). Más allá de la Tumba 100, otros enterramientos de comienzos de Nagada III – como la tumba 2 (6,5m de largo x 2,10 de ancho y 4,15 de profundidad) o la Tumba 11 (5m de largo x 2,40 de ancho), ambas de la Localidad 6 – testimonian la continuada construcción de tumbas de élite durante la época “proto-estatal” (Hoffman, Lupton y Adams 1982: 38-60; Adams 1996: 1-15).

Respecto de Nagada, entre las principales construcciones que remiten a Nagada II, sobresale un muro de 2m de espesor (Kemp 1977: 198; Bard 1994: 77) y los restos de un conjunto de “*grandes casas palatinas para la residencia de la élite*” (Hassan 1988: 156). Por otra parte, el hallazgo de ciertas impresiones de sellos sobre fragmentos de arcilla ha sugerido la posibilidad de algún tipo de actividades de índole administrativa (Fattovich 1984: 62; Barocas, Fattovich y Tosi 1989: 301). En cuanto a la evidencia funeraria, la utilización, en la fase Nagada II, de una nueva necrópolis (Cementerio T) con tumbas de mayores dimensiones y con ajuares funerarios más elaborados parece confirmar la existencia de una élite sensiblemente diferenciada del resto de la población (Kemp 1973: 39-43; Davis 1983: 17-28; Bard 1989: 240-244; 1994: 97-109). En particular, las tumbas T23, T25 y T20 (y posiblemente también la T15), cuya datación se extiende entre Nagada IIc-d y Nagada IIIa, presentan un aspecto rectangular con muros perimetrales y paredes interiores de adobe y con unas dimensiones superiores a los 5m de largo x 2m de ancho. Lo que resulta fundamentalmente relevante de estas tumbas es su estrecho paralelismo con el formato de la Tumba 100 de Hieracópolis así como su similitud con algunas tumbas en el Cementerio U de Abidos: sobre la base de esas relaciones, Kemp (1973: 42) ha propuesto que “*la Tumba 100 de Hieracópolis y las tumbas relacionadas en el Cementerio T de Nagada deberían ser reconocidas como los lugares de enterramiento de reyes predinásticos*”

En lo que refiere a Abidos (o tal vez a Tinis²), a partir de mediados de la fase Nagada II, el

(2) Actualmente se desconoce el emplazamiento de la ciudad de Tinis, referida en relatos posteriores como el lugar de origen de los monarcas de las Dinastías I y II. De haber existido tal ciudad, Abidos habría sido la necrópolis de los monarcas tinitas. Habida cuenta de la ausencia actual de testimonios del centro tinita, preferimos mantener aquí la denominación “Abidos” para este núcleo proto-estatal al norte de Nagada.

Cementerio U – que ya era utilizado desde Nagada I – presenta, en forma casi simultánea respecto de la Tumba 100 de Hieracópolis y de las tumbas T5 y T23 de Nagada, un conjunto de sepulturas rectangulares de considerables dimensiones (de hasta 5m de largo, 2,50m de ancho y 2,50m de profundidad), con indicios de revestimientos de madera y de sarcófagos, y que parecen haber estado ricamente equipadas con objetos de marfil y vasos de cerámica y piedra (Dreyer 1992b: 294; Dreyer *et al.* 1990: 54-62; 1993: 24-56). Si bien las tumbas no presentan decoración en sus paredes, las representaciones de algunos objetos de marfil en la tumba U-127 (Nagada IId) testimonian una suerte de procesión de “portadores de dones” así como el conocido motivo del “desfile de animales”, escenas ambas que remiten a los cánones de la iconografía propiamente estatal (Dreyer *et al.* 1993: Pl. 6). Por otra parte, la tumba U-210, también de Nagada IId (Hartung 1998: 200-202, 212), presenta una impronta de sello que reproduce el motivo de la diosa Hathor asociada a una dimensión astral, conocido por una paleta decorada de principios de Nagada II (Vandier 1952: 443; Midant-Reynes 1992: 183-184); tal representación podría implicar la existencia de algún vínculo entre la diosa y el individuo enterrado en esa tumba abidena.

Por lo demás, ya ingresando en la fase Nagada III, el Cementerio U presenta las sepulturas más grandes y complejas de la época para todo el valle del Nilo. Se trata de tumbas de una o múltiples cámaras revestidas de adobe, con restos de sarcófagos de madera y de gran cantidad de vasos locales e importados de Canaán. Entre todas ellas, sobresale notablemente la tumba U-j, de Nagada IIIa2 (Dreyer 1998). Por una parte, sus grandes dimensiones (9,10m de largo, 7,30m de ancho y 1,55 de profundidad) la convierten en el sepulcro conocido más grande de su tiempo. Por otra parte, se destaca la presencia de un bastón de madera de las mismas características que el cetro *heqa* de los faraones. Pero además, aparece en la tumba un notorio conjunto de inscripciones realizadas sobre algunos vasos y tablillas de marfil que parecen aludir a la procedencia de los productos contenidos en esos vasos y que constituyen los primeros testimonios fehacientes de un sistema de escritura, es decir, de una práctica eminentemente estatal.

Por cierto, las diferencias cualitativas que pueden ser detectadas en sitios como Hieracópolis,

Nagada o Abidos a partir de mediados de Nagada II no constituyen la regla en el Alto Egipto sino más bien la excepción. En la mayor parte de los asentamientos conocidos se verifica una notable continuidad en el tipo de prácticas mortuorias ejecutadas por la comunidad, a veces con cierta tendencia a la expansión cuantitativa de los bienes constitutivos de algunos ajuares funerarios, lo cual puede indicar la existencia de una élite de jefatura, pero sin la aparición de patrones de enterramiento fuertemente divergentes. En algún asentamiento puntual, como sucede en Guebelein (Galassi 1955: 5-17; D’Amicone 1994: 19-28) – un sitio cercano a Hieracómpolis –, la aparición aislada de un tejido con una iconografía muy similar a la existente en la Tumba 100 de Hieracómpolis, pero en un contexto documental que no presenta ningún cambio drástico en materia de diferenciación social, probablemente deba atribuirse a la imposición de un patrón de dominio exterior (Cervelló, 1996b: 11). En efecto, la aparición de un tipo de iconografía presumiblemente estatal en un sitio que no ofrece indicios de una élite suficientemente poderosa y en el marco de los conflictos que desembocaron en el advenimiento del Estado egipcio puede ser interpretada como una imposición exterior, que tal vez sea indicio de la sumisión de Guebelein al núcleo estatal forjado en sus cercanías.

En otras localidades, como en lo que refiere a Mahasna – vecina a Abidos – incluso se verifica una sensible disminución del tamaño de las tumbas y la riqueza de sus ajuares funerarios con respecto a la época previa (Wilkinson 1996: 79-80, 85; Castillos 1997: 254). Una situación similar se registra en las necrópolis de la región de Abadiya-Hu (un área entre Abidos y Nagada), que incluyen algunas tumbas de considerable riqueza a finales de la fase Nagada I, y que presentan una merma en el volumen y la riqueza promedio de las tumbas a partir de la fase Nagada II (Castillos 1997: 254; Wilkinson 2000: 380-382).³ Del mismo modo, en Naga ed-Dêr, las tumbas del Cementerio N7000 presentan una moderada riqueza funeraria, a excepción de

algunas de ellas (como la 7304, cuyo ajuar más elaborado incluía bienes de procedencia asiática), que podrían haber pertenecido a jefes de la comunidad (Savage 1997: 226-268). Por su parte, en relación con Armant, Bard indica que “posiblemente, los entierros más ricos de Nagada IIC-d representan a individuos de mayor status en la sociedad aldeana” Sin embargo, “aunque la autoridad de algunos miembros de la sociedad aldeana probablemente se incrementó a través del tiempo, el poder político real no se desarrolló dentro de la unidad social de pequeña escala de la aldea” [...] Una sociedad de clases podría emerger en grandes centros como Nagada, no en pequeñas aldeas campesinas como Armant” (Bard 1994, 71, 70, 73. Cf. también Griswold 1992: 196; Wilkinson 1996: 81-82).

De este modo, la situación que parece haberse constituido en el Alto Egipto en el transcurso de la fase Nagada IIC-d es la de una pluralidad de sociedades de jefatura que habrían quedado subordinadas a tres núcleos, los cuales, habida cuenta de los testimonios disponibles, pueden ser considerados como “proto-estatales”: Hieracómpolis, Nagada y Abidos. Ciertamente, no hay forma de establecer los pormenores de ese proceso. Por un lado, la extensión de cada uno de esos “proto-Estados” es simplemente conjetural: si aquí se ha sugerido que Guebelein pudo haber sido incorporado al ámbito de control hieracompolitano, o puede sugerirse que Armant pudo quedar bajo la órbita de Nagada, o que Abadiya y Naga ed-Dêr pudieron someterse al dominio de Abidos, se trata de probabilidades sustentadas básicamente en la proximidad geográfica de cada una de esas comunidades a cada uno de los centros “proto-estatales”. Por otro lado, no hay elementos que permitan elaborar la secuencia específica de sucesos: algunas comunidades podrían haber sido rápidamente englobadas bajo la potencia expansiva de aquellos núcleos; otras, en cambio, podrían haber preservado su autonomía por mayor tiempo. En todo caso, ya subordinadas o aún autónomas, está claro que esas comunidades no jugarían un papel protagónico en el proceso de unificación en curso. En el Alto Egipto, ese proceso comenzaría con tres participantes y culminaría con un único protagonista en escena.

(3) De hecho, Wilkinson (2000: 380-382) considera que Abadiya debió constituir durante fines de Nagada I un centro equivalente a los existentes en Hieracómpolis, Nagada y Abidos, que habría entrado en crisis a comienzos de Nagada II como consecuencia de la presión de los otros centros, especialmente Abidos, dada su mayor proximidad.

III.

¿De qué modo se llevó a cabo la unificación del Alto Egipto? ¿Qué tipo de relaciones entablaron entre sí esos tres centros? A juzgar por la continuidad de las escenas vinculables a la guerra que son descritas iconográficamente, la aparición de estos núcleos estatales no dispuso el clima de hostilidades en el que había emergido la práctica estatal. Y es posible suponer razones para ello: por un lado, si la principal razón de los conflictos era la disputa por los bienes de prestigio, en la medida en que siguiera existiendo más de una unidad sociopolítica – aun cuando ahora se tratara de unidades estatales –, la competencia por los bienes de prestigio podía continuar. Pero además, por otro lado, la existencia misma de los proto-Estados podía impulsar los conflictos bélicos, y esto por dos motivos. En primer lugar, porque el monopolio de la fuerza y la institución de un vínculo permanente de dominación ya habría sido probado con éxito como estrategia para eliminar la competencia de las comunidades rivales, de modo que podía constituir ahora un “modelo” de acción política hacia el exterior. Y en segundo lugar, porque la representación que el pensamiento egipcio había trazado acerca del Estado – y más precisamente, de su cúspide, el faraón – lo equiparaba a una entidad divina todopoderosa, uno de cuyos predicados básicos era el de una práctica siempre victoriosa de la guerra, que imponía el orden por sobre el caos (Campagno 1998a: 71-75; 1998b: 237-243). De esta manera, la extensión de la práctica estatal hacia nuevas latitudes podía ser entendida ahora como la afirmación del mandato divino, como la imposición del orden querido por los dioses en las tierras únicamente habitadas por las fuerzas del caos.

De hecho, dos de las escenas decoradas en la Tumba 100 de Hieracópolis que hemos mencionado – la del Señor de los Animales y la del rey ejecutando a sus enemigos con la maza – atestiguan la temprana creencia en las cualidades del monarca como aquél que impone el orden divino. Por cierto, la expansión del Estado reafirmaría y multiplicaría la corriente de bienes de prestigio hacia la nueva élite estatal. Sin embargo, el objetivo básico de las guerras habría variado. Una vez que hubo de adquirir un lugar en el universo de lo pensable, la práctica estatal podría comenzar a ser percibida como una manifestación de la voluntad de los dioses y su extensión podría verse como el despliegue de esa

voluntad divina. En este marco, si simultáneamente hubiera prevalecido en el Alto Egipto más de una organización social de tipo estatal como Hieracópolis, Nagada y Abidos, con concepciones similares acerca del sentido de la práctica estatal, es muy posible que pronto entraran en conflicto. Es más, tratándose de sociedades estructuralmente similares, es posible también que se hubieran visualizado mutuamente como antagonistas.

Ahora bien, vayamos por partes. ¿Qué puede decirse de las relaciones trazadas entre Hieracópolis y Nagada? En rigor, no existe evidencia directa para establecer de modo seguro los vínculos establecidos entre ambos centros hacia finales del período Predinástico. Sin embargo, existen dos tipos de indicios para asumir la imposición del Estado hieracompolitano sobre el nagadense. Por una parte, en un plano simbólico, se ha vinculado la temprana relación entre Hieracópolis y Nagada a la posterior relación existente entre los dioses adorados en esos centros, respectivamente Horus y Seth (Kemp 1992 [1989]: 47-56; Baines 1991: 98-99; 1995: 100; Vercoutter 1994: 406). En efecto, dado que, en los relatos míticos, ambos dioses eran los eternos antagonistas, siendo Horus el eterno vencedor, y dado también que – salvo contadas excepciones – el faraón se identificó siempre con el dios-halcón y no con Seth – quien quedó asimilado a las fuerzas del caos –, se ha sugerido que ello podría indicar un predominio inicial de los seguidores de Horus sobre los adoradores de Seth (Baines 1991: 98).⁴

(4) En la misma línea inferencial, la concepción egipcia de su territorio en términos duales, esto es, el *Alto Egipto* y el *Bajo Egipto* – que posteriormente fue aplicada para distinguir el valle y el delta del Nilo –, pudo ser, en el inicio, una representación acuñada en Hieracópolis para distinguir ambos núcleos antagónicos. En efecto, como señala Vercoutter (1992: 242), Alto y Bajo Egipto son términos relativos, y Nagada está en *posición de Bajo Egipto* para los habitantes de Hieracópolis. Incluso más, el hecho de que, posteriormente, el Bajo Egipto histórico (el delta) fuera representado por una corona roja, un símbolo aparentemente originario de Nagada (Kemp 1992 [1989]: 56; Vercoutter 1992: 242-243; Baines 1995: 95-96), podría corresponder con una reformulación del concepto de norte establecida siempre desde el extremo sur. De hecho, Dreyer (1998: 88-89) ha sugerido la posible representación de las Dos Tierras (*tauy*) junto al símbolo del rey, en unos vasos de la tumba U-s de Abidos (Nagada IIIa-b). Si esto fuera así, se fortalecería la posibilidad de considerar el carácter relativo y no absoluto de las dos mitades que compondrían Egipto.

Pero por otra parte, más allá de este tipo de inferencias, el registro arqueológico de Nagada presenta una notable novedad a partir de la fase Nagada III. Se trata de una fuerte reducción en la calidad de los ajuares funerarios, en las dimensiones e incluso en la cantidad de tumbas existentes en relación con los testimonios del período precedente. En efecto, “*comparadas con las tumbas que datan de Nagada II, hay relativamente pocas tumbas de Nagada III en los Cementerios N, B y T [...] Las tumbas de Nagada III en Nagada muestran una caída colectiva en riqueza, y en el número promedio de vasijas y otros bienes por tumba, particularmente en el Cementerio T. Tal vez durante Nagada III el Cementerio T ya no representaba a la élite gobernante en Nagada*” (Bard 1994: 108). La disminución en calidad y cantidad de testimonios funerarios y de asentamiento de la sociedad nagadense contrasta con la situación registrada en la misma época en Hieracómpolis: “*La ciudad de Nején [= Hieracómpolis] continuaba el crecimiento y ostentaba grandes complejos de palacio y templo y una necrópolis real aislada en el desierto – todos elementos característicos de las posteriores capitales faraónicas*” (Hoffman, Hamroush y Allen 1986: 184-185). En particular, el cementerio de la Localidad 6 es reutilizado durante Nagada III para volver a situar allí las tumbas de la élite local (Hoffman, Lupton y Adams 1982: 38-60; Adams 1995: 46-64).

Así, una posible crisis en Nagada podría ser explicada en términos de su subordinación al Estado hieracompolitano: es que, aun cuando pudiera persistir una élite local, el drenaje de bienes de prestigio que Hieracómpolis podría haber impuesto en materia de tributo o de monopolio de las redes de intercambio tendría que haber repercutido necesariamente de modo de producir una sensible merma de ese tipo de bienes en las tumbas de la capital del antiguo reino rival. De tal modo, en el transcurso de Nagada III, “*las bases del poder se habían mudado hacia otras regiones — a Abidos, a Saqqara y a Hieracómpolis — pero no [habían permanecido] en Nagada*” (Bard 1994: 108). En efecto, la pérdida de autonomía de Nagada no habría implicado su aniquilación sino su incorporación a una entidad estatal mayor: en función de ello, su región podía continuar siendo escenario para la creación de nuevas construcciones monumentales, aunque éstas fueran decididas

ahora desde centros exteriores al antiguo “proto-Estado” local.⁵

Ahora bien, ¿qué papel le cupo a Abidos en ese crítico pasaje entre las fases Nagada II y III, en el que aparentemente el Estado se consolidó en Hieracómpolis y entró en crisis en Nagada?

Algunos autores tienden a pensar que los reyes de Hieracómpolis debieron continuar su expansión hacia el norte, de modo que, luego de la incorporación de Nagada, habrían conquistado la región de Abidos, estableciendo allí su nueva residencia (Vercoutter 1992: 244; Adams 1995: 24; Cervelló 1996b: 11; Menu 1996: 32). En esta línea, las grandes tumbas de Nagada III corresponderían a los recién llegados, en tanto que la continuación del crecimiento en población y complejidad del centro de Hieracómpolis atestiguaría que el proceso de conquista siguió la dirección sur-norte y no la contraria. Sin embargo, si bien es cierto que el dinamismo político de Hieracómpolis recién comenzaría a declinar a partir de su “provincialización” en el período Dinástico Temprano, no parece haber ningún indicio que permita postular un corte abrupto en Abidos, a comienzos de Nagada III, como consecuencia de la llegada de los hieracompolitano. De hecho, el Cementerio U de Abidos sería utilizado de modo continuado a lo largo de las fases Nagada I-III y las variaciones que se registran allí en el estilo arquitectónico de los sepulcros no parecen haber dependido de criterios dictados desde el exterior.

Otros autores sostienen una posición opuesta, al señalar – sobre la base de los antecedentes pre-estatales del Cementerio U – que Abidos debió

(5) De hecho, la aparición posterior, hacia comienzos de la Dinastía I, de dos tumbas monumentales con superestructuras con reentrantes – similares a las edificadas en la necrópolis de Saqqara – ubicadas a más de 6 km de los antiguos cementerios nagadenses podría ser atribuible a algún tipo de “*alianza de postunificación entre Nagada y los poderes ahora establecidos en el norte [en el área menfita]*” (Bard 1994: 109). La política constructora del Estado del Alto Egipto en la región de Nagada también parece haber dejado su huella en Coptos, una localidad que – por su cercanía a Nagada – debió formar parte del anterior proto-Estado local. En efecto, es muy posible que durante Nagada IIIa se edificara en Coptos un gran recinto ceremonial en el cual estarían emplazadas tres estatuas colosales del dios Min, de más de 4 m de altura y 2 toneladas de peso cada una, así como otras tres estatuas representando leones, de aproximadamente 1,5 m de largo (Williams 1988: 35-59; Kemp 1992 [1989]: 102-107; Adams y Cialowicz 1997: 46-48).

ser el centro estatal que se impondría en el sur, antes o incluso después de la expansión hacia el norte. En tal sentido han sido interpretados los grabados recientemente hallados en Dyebel Chauti, los cuales parecen registrar “*la conquista abidena de la región de Nagada en el inicio de la historia faraónica*” (Darnell y Darnell 2000).⁶ Con respecto a la posición del reino de Hieracópolis, ésta podría haber sido la de “*un centro separado que se integró al núcleo de Abidos*” (Baines 1995: 103), dado que “*fuieron los gobernantes de Tinis quienes finalmente triunfaron en la lucha por el poder político sobre todo el país*” (Wilkinson 1996: 7).⁷ Ahora bien, si el papel de Abidos en la crisis de Nagada efectivamente podría haber sido mayor del que solía suponerse, la hipótesis de un predominio directo – e incluso violento – de Abidos sobre Hieracópolis no cuadra bien con los datos disponibles. En efecto, por un lado, un predominio a comienzos de Nagada III no podría dar cuenta del continuado uso del cementerio de la Localidad 6 de Hieracópolis, con tumbas de grandes dimensiones (Tumba 1: 6,50 x 3,50m), paredes de adobe y paneles de madera, que son contemporáneas (Nagada IIIb) de los enterramientos en el Cementerio U de Abidos (Hoffman, Lupton y Adams 1992: 38-60; Adams 1996: 1-15). Por el otro lado, un triunfo militar de Abidos sobre Hieracópolis en la época del paso de la Dinastía 0 a la I no podría explicar fácilmente las razones de la especial veneración que los reyes Escorpión y Nármer parecen haber rendido a los santuarios hieracompolitano.⁸

De hecho, si bien la hipótesis de la expansión conquistadora de uno u otro proto-Estado no puede ser descartada completamente, quizá fuera más probable que, durante los conflictos entre Hieracópolis y Nagada, Abidos hubiera participado a favor del primero y en contra de sus vecinos. De hecho, el Dyebel Chauti – donde se encuentran las inscripciones de victoria, asociadas con Abidos – se halla en medio de un camino terrestre que podría permitir la comunicación entre Hieracópolis y Abidos sin pasar por la intermedia Nagada. Así pues, también es posible pensar en la probabilidad de una alianza más o menos pacífica entre las élites de Hieracópolis y Abidos, constituyente de la nueva élite de un único “proto-Estado” extendido por el Alto Egipto.⁹ Una hipótesis tal podría resultar más verosímil a la hora de explicar la continuada importancia del centro del sur y, al mismo tiempo, en consonancia con la prosecución de la expansión hacia el norte, el traslado del centro de gravedad político y funerario hacia Abidos, sin involucrar la necesidad de una conquista en regla del área abidena ni del área hieracompolitana, para las cuales no existe ninguna evidencia disponible.

En cualquier caso, hacia comienzos de la fase Nagada III (3200 a.C), el Alto Egipto ya ofrece indicios que permiten suponer que se hallaba políticamente unificado bajo una misma élite estatal. En efecto, la práctica estatal ya se habría extendido lo suficiente como para articular un considerable conjunto de comunidades en una misma red de prácticas. Ahora bien, para tal época, el efecto de las prácticas estatales ya se dejaba sentir en horizontes considerablemente más lejanos que aquellos del Alto Egipto.

(6) Cf. también Darnell 2002: 10-19. La escena de Dyebel Chauti incluye un personaje identificado como Horus Escorpión, un hombre armado que conduce a un prisionero atado con una soga y el motivo del buitre capturando una serpiente, que es usualmente interpretado como un símbolo de victoria. En conjunto, se trata de una de las evidencias más tempranas que permiten advertir la existencia de conflictos de índole militar en el Alto Egipto, en una época anterior a la unificación política de la región. (7) Algo similar propone Cialowicz (2001: 210-211), aunque con algún predominio transitorio de Hieracópolis, en tiempos del rey Escorpión.

(8) Recientemente, Wilkinson (2000: 392-293) ha sugerido que sería el propio Nármer, en tanto rey de Abidos, el encargado de triunfar sobre Hieracópolis, incorporando este proto-Estado a sus dominios. Sin embargo, la conocida cabeza de maza de Escorpión, hallada como *ex voto* en Hieracópolis, implica que ya este monarca, predecesor

de Nármer, podría haber desplegado cierta actividad ritual en el centro sureño. Por lo demás, si la unificación hubiera sido tan tardía y como efecto de una “*victoria tinita*”, resulta llamativa la total ausencia de resistencias políticas o divergencias socioculturales en Hieracópolis durante el período Dinástico Temprano, máxime si se considera que, con el traslado de la élite estatal a Menfis, la lejanía de Hieracópolis respecto del principal centro estatal abría las puertas a la posibilidad de una fisión exitosa. (9) La hipótesis de una alianza entre Hieracópolis y Abidos también ha sido recientemente sostenida por Savage (2001: 133-134), aunque el autor la sitúa en una época sensiblemente posterior, en el inicio de la Dinastía I. Cf. también Gundlach (1998: 62), quien propone que sólo el cementerio real habría sido trasladado a Abidos, en tanto el templo y la residencia real se habrían mantenido en Hieracópolis.

IV.

Ciertamente, la constitución de un Estado en toda el área correspondiente al Alto Egipto no sólo desencadenaría una serie de profundas variaciones en el modo en que se configuraban las sociedades en aquella región. Desde la época misma de la emergencia de las primeras prácticas de tipo estatal, las regiones periféricas también conocerían sus efectos. Durante la propia época que transcurre entre la emergencia de las primeras prácticas estatales y la unificación del sur (Nagada IIc-d), se produciría una expansión hacia regiones no controladas por el Estado emergente de ciertos elementos culturales del Alto Egipto – en especial, tipos de cerámica y prácticas funerarias – que, aun cuando no parecen implicar un dominio estatal efectivo en esas regiones, testimonian toda una serie de cambios.

En efecto, a poco de producida la aparición del Estado en el Alto Egipto, el registro arqueológico permite advertir una característica notable. Se trata de la constitución (o tal vez de la consolidación) de un conjunto de sitios alejados del área proto-estatal y, sin embargo, con características culturales definitivamente similares a las existentes en el Alto Egipto. Hacia el sur, a tal época es posible remontar los primeros elementos seguros de la existencia del asentamiento de Elefantina, distante a unos 100 km de Hieracópolis – el núcleo "proto-estatal" más meridional. En efecto, los elementos más antiguos del santuario de Satet parecen corresponder a esta fase. Por otra parte, de acuerdo con Seidlmayer (1996: 111), la cerámica recobrada "aunque muestra algunas mezclas con la tradición del Grupo A, es principalmente de tipo egipcio". De tal modo, tanto la fundación del santuario como el predominio de la cerámica altoegipcia permiten advertir la proyección de características culturales allende los límites del territorio abarcado por la emergente sociedad estatal. Por lo demás, la presencia de cerámica nubia testimonia que Elefantina debió constituir un importante punto de contacto entre la expansiva cultura del Alto Egipto y la propia del Grupo A Temprano de la Baja Nubia.

Por cierto, la proyección de características culturales se haría mucho más ostensible, durante la misma época, hacia el norte. Desde Nagada IIc-d, en la zona norte del Egipto Medio o región del Fayum (a más de 400 km de Abidos) aparecen

nuevos asentamientos cuyas prácticas mortuorias y cultura material en general remiten básicamente a las prácticas conocidas en el Alto Egipto. Tal es el caso de las necrópolis de Guerza y de Abusir el-Melek, en donde los ajuares funerarios presentan características típicamente sureñas (Vandier 1952: 436-466; Seeher 1992: 231-232; Bard 1994: 17-18; Adams y Cialowicz 1997: 18-19). Al mismo tiempo, otros sitios contemporáneos de la región presentan mayor heterogeneidad: tanto en Haraga como en Sedment coexisten tipos cerámicos procedentes tanto de la tradición cultural altoegipcia como de la maadiense, originaria del norte (Williams 1982: 13-21; Bard 1994: 18). En tal sentido, Bard (1994: 18) concluye que "es probable que la región del Fayum fuera el lugar donde las dos culturas predinásticas del Alto y del Bajo Egipto entraran en contacto directo por primera vez"

Durante el mismo período, la presencia de sitios con características meridionales en el norte llegaría aún más lejos, hasta el vértice nor-oriental del delta del Nilo. En efecto, a más de 600 km de los núcleos sureños, el sitio de Minshat Abu Omar cuenta con un gran cementerio cuyas tumbas más tempranas se remontan a Nagada IIc-d1 (Kroeper 1986-87: 73-94). Tales sepulcros contenían restos cerámicos que pertenecen "casi totalmente a la tradición del Alto Egipto" (Wilkinson 1996: 5). Por su parte, la aparición de cerámica procedente de Palestina constituye un testimonio claro de los contactos establecidos con la región cananea (Kroeper 1988: 11-19; Wilkinson 1996, 5). Así pues, al mismo tiempo que Elefantina parece constituir un sitio de contacto entre la región "proto-estatal" del Alto Egipto y las comunidades nubias, Minshat Abu Omar parece presentarse como el principal punto de contacto entre la cultura altoegipcia y Palestina.¹⁰ A diferencia de lo sucedido en el sur, sin embargo, la extensión hacia el norte de la cultura material del área en la que estaba emergiendo el

(10) De hecho, los primeros testimonios de otros asentamientos entre el valle del Nilo y Minshat Abu Omar, en torno de los brazos Tanítico y Pelusiaco del Nilo – Beni Amir, Kafr Hassan Daud, probablemente Ezbet el-Tell (Kufur Nigm) – también se remontan a la fase Nagada IIc (cf. Mortensen 1991: 33; Abd el-Moneim 1996: 253-273; Lovell 1997: 34-41; Hassan 2000: 37-39). Es probable que tales sitios hayan constituido escalas en la ruta que conectaba el Alto Egipto con Palestina.

Estado alcanzaría regiones situadas a varios centenares de kilómetros de los focos estatales iniciales.

Ahora bien, los efectos de la expansión de la cultura material altoegipcia hacia el norte no se evidencian solamente por la existencia de asentamientos con todas las características típicas de la cultura del Alto Egipto. A partir de tal expansión, todos los sitios pre-existentes del Bajo Egipto ingresan en un período de sensibles transformaciones. Por un lado, para entonces se registra la desaparición de Maadi, un asentamiento que había entablado intercambios con el Alto Egipto tanto como con Palestina y que constituye el sitio septentrional más importante de cuantos se conocen en el período previo (Rizkana y Seeher 1987: 78-80; 1990: 104). La estratigrafía de otros sitios del delta, tales como Tel el-Farja (Chlodnicki *et al.* 1992: 171-190; Chlodnicki y Cialowicz 2000: 59-76) y Tel el-Iswid sud (van den Brink 1989: 54-108), en cambio, presenta una notable discontinuidad indicada por un salto que separa los estratos inferiores (Nagada IIc) – con una fuerte preponderancia de cerámica de la tradición del Bajo Egipto – de los superiores (Nagada III) – con claro predominio de cerámica de estilo sureño. Finalmente, otros sitios del delta – entre los que se destacan Buto (Köhler 1992: 11-22; von der Way 1992: 1-10), Tel Ibrahim Awad (van den Brink 1992: 43-68; Eigner 2000: 30-35) y Mendes (Brewer y Wenke 1992: 191-197; Friedman 1992: 199-205) – registran también la aparición de elementos de la cultura material altoegipcia aunque, a diferencia de los asentamientos anteriormente referidos, presentan una estratigrafía que evidencia continuidad en la ocupación de los sitios, con una intrusión gradual de la cerámica meridional. Tales situaciones podrían indicar que – en tales sitios – la adopción de la cultura procedente del Alto Egipto se habría dado en forma paulatina, sin la necesidad de alguna forma de ruptura, como la que parece evidente en los sitios que son abandonados transitoria o definitivamente o aun en aquellos que son establecidos inicialmente en esta época.

¿Por qué se produce, pues, toda esta serie de efectos? Hay algo que no debe escapar a nuestra consideración: si el contexto en el que surge el Estado egipcio estaba caracterizado por la existencia de unos conflictos intercomunitarios ligados a la competencia por los bienes de prestigio proceden-

tes del exterior, la emergencia inicial de núcleos estatales en el Alto Egipto potenciaría aún más la demanda de bienes suntuarios para los miembros de esas élites devenidas estatales. En efecto, las prácticas de intercambio con Nubia, Palestina e incluso con la distante Mesopotamia se hallan bien documentadas para la época en que emerge y se consolida la práctica estatal en el valle del Nilo (Nordström 1972: 25-29; Andelkovic 1995; Mark 1998; Campagno 2002a: Caps. 5 y 7, con bibliografía).

Por cierto, la nueva condición estatal de las élites induciría una fuerte reconfiguración de los modos de obtención de esos bienes de prestigio. Por una parte, una élite estatal estaría en condiciones de multiplicar la demanda de productos de lujo procedentes del exterior. En efecto, provista con el monopolio de la coerción, esa élite disponía ahora de los excedentes extraídos de las comunidades dominadas en concepto de tributo, una parte de los cuales podía ser destinado a los intercambios con lejanas regiones. Por la misma razón, esa élite podía disponer de un artesanado a su servicio exclusivo, el cual podía expandir la producción local de objetos de prestigio, lo que requería de mayores cantidades de materias primas importadas. Pero, además, la demanda estatal tenía que ser cualitativamente diferente de la existente en épocas anteriores, habida cuenta de que, en la nueva situación, se orientaba a satisfacer los requerimientos que provenían no ya de una élite vinculada a su comunidad por lazos de parentesco sino del entorno de un líder ligado directamente a la condición de divinidad. En la nueva situación, la disponibilidad de unos excedentes obtenidos sistemáticamente y la ausencia de límites provenientes de las normas del parentesco para su consumo hacían posible que el Estado pudiera continuar demandando bienes de prestigio, pero en una magnitud desconocida con anterioridad.

Por otra parte, la nueva capacidad operativa de la sociedad estatal podría estar en correlación con la posibilidad de emprender políticas más agresivas para la obtención de tales bienes, mediante algún tipo de ataque a regiones lejanas o estableciendo sitios dependientes en áreas estratégicas para la obtención de los bienes provenientes del exterior. Ciertamente, la existencia de acciones de saqueo dirigidas desde el Alto Egipto hacia las regiones periféricas no dispone de evidencia para esta época; permanece, sin embargo, como una

posibilidad verosímil,¹¹ habida cuenta de las actividades dirigidas por el Estado en la siguiente fase. En cambio, la presencia de sitios directamente relacionados con las prácticas culturales altoegipcias se halla claramente documentada, como hemos visto, tanto hacia el sur como hacia el norte. En este sentido, el emplazamiento o la reutilización de asentamientos tales como Elefantina – en un área vinculada directamente a la cultura nubia del Grupo A – y Minshat Abu Omar – en la ruta que conectaba el Nilo con Palestina – parecen testimoniar una política deliberada de las élites altoegipcias por obtener los bienes procedentes de las regiones exteriores. La intensificación de tal política en la fase siguiente, con el probable establecimiento de grupos egipcios en Palestina (Gophna 1990: 1-11; Brandl 1992: 445; Levy *et al.* 1997: 14-16), parece confirmar tal asunción de los intercambios con regiones lejanas como práctica específicamente estatal.

En el delta, especialmente, esa actividad estatal parece haber inducido una serie de notables efectos. Por un lado, la crisis final de Maadi – un asentamiento que debió jugar un papel clave hasta entonces en la intermediación de los productos asiáticos con dirección al alto valle – podría haber sido consecuencia de la nueva estrategia de abastecimiento directo de los productos cananeos iniciada por el Alto Egipto. Ciertamente, la canalización de los intercambios con Palestina a través de Minshat Abu Omar bien podría haber inducido la finalización de los contactos entre el Alto Egipto y Maadi. Resulta más difícil de establecer, en cambio, si fue la pérdida del dinamismo “comercial” de Maadi la que condujo a su despoblamiento o si el Estado altoegipcio decidió eliminar por la fuerza la presencia de un asentamiento que podía interferir en sus conexiones con el Asia. En sitios tales como Tel el-Farja o Tel el-Iswid (sud), la existencia de un aparente período de

(11) Por ejemplo, no es posible descartar la posibilidad de que la desaparición de Maadi guarde relación con alguna situación de conflicto con el Estado del alto valle. En efecto, como indica Tutundzic (1993: 54), “la notoria pérdida de contacto entre la cultura maadiense y guerzeense al comienzo del período Guerzeense Tardío [esto es, Nagada IIc-d] podría haber sido consecuencia del comienzo de una enemistad guerzeense hacia los habitantes de Maadi y sus alrededores, no simplemente la terminación de su existencia”. En un sentido similar, cf. Bard 1994: 27; Wilkinson 1996: 95-96.

despoblamiento entre la época de prevalencia de la tradición local y la de predominio de la cultura meridional parece sugerir que la llegada del Estado al delta introdujo algún tipo de cambios drásticos, cuya índole estricta se nos escapa.

En otros sitios preexistentes del delta, en cambio, la creciente presencia de objetos estilísticamente originarios del valle en coexistencia con los producidos bajo criterios locales parece indicar un tipo de contactos más bien pacíficos. En particular, las relaciones con Buto (en donde – al calor del contacto con el expansivo Alto Egipto – serían adoptadas las técnicas de producción artesanal del sur) podrían ser interpretadas en relación con la importancia de ese asentamiento en los contactos con el corredor siriopalestino *via maris* (Faltings 1998) y – quizá – de cierto temprano renombre en materia de cultos, tal como sucedería en tiempos posteriores (Redford 1983: 69-77). En esas condiciones, a diferencia de la estrategia seguida en relación con Maadi, el Alto Egipto podría haber buscado intensificar sus vínculos con Buto, un proceso que culminaría en el siguiente período, con la incorporación del asentamiento al territorio controlado directamente por el Estado surgido en el sur.

V.

Ahora bien, si el final de la fase Nagada II implica no sólo la época de la confluencia de los proto-Estados iniciales en un único proto-Estado en el Alto Egipto sino también la expansión supraregional de la cultura proto-estatal, la época subsiguiente, Nagada IIIa-b (3200-3000 a.C.), sería la de la culminación del proceso de homogeneización cultural y política del valle y el delta del Nilo. Hacia el sur, el área de Elefantina quedaría crecientemente incorporada a la órbita del Estado altoegipcio. De hecho, la existencia allí de una fortaleza egipcia desde la que serían lanzadas las campañas de ataque a Nubia se remonta al 3000 a.C. (Seidlmayer 1996: 112) e implica que, al menos desde entonces, la región formaba parte del territorio controlado por el Estado egipcio.

Hacia el norte, también se experimentan notorios cambios a partir de la fase Nagada III. En Matmar, uno de los principales asentamientos de tiempos de Nagada II en tal región, las tumbas de Nagada III presentan una importante reducción de bienes de prestigio y símbolos de autoridad en

relación con el período precedente. De acuerdo con Wilkinson (1996: 75), "*esta declinación puede estar asociada con las etapas finales de la formación del Estado, un proceso centrado principalmente en el Alto Egipto y el área menfita, y en el cual las comunidades del Egipto Medio parecen haber jugado un papel muy pequeño*". A pesar de ello, las tumbas de la cercana localidad de Mostaguedda alcanzan durante Nagada III sus mayores dimensiones y niveles de riqueza de sus ajuares (Wilkinson 1996: 77), lo cual podría indicar una mayor diversidad de dinámicas en la región en la época en que estaba siendo incorporada directamente a la órbita expansiva del Alto Egipto.

Por lo demás, la porción septentrional del Medio Egipto, que conoce la llegada de la influencia de la cultura del Alto Egipto durante Nagada IIc-d, presenta ahora características plenamente compatibles con la cultura meridional, tales como las ya evidentes en los ajuares y las normas funerarias generales del cementerio de Abusir el-Melek. Algo similar puede indicarse para los sitios de Tarján, Heluán, Tura y Abu Rawash, situados un poco más al norte y cuyas necrópolis – utilizadas a partir de distintos momentos de Nagada III – presentan prácticas mortuorias claramente asociables con las existentes en el Alto Egipto en el período precedente (Mortensen 1991: 30-36; Ellis 1992: 241-258; Bard 1994: 21; Wilkinson 1996: 38-47, 64-74; Köhler 1999: 49-56). De singular importancia, los cementerios de los cinco sitios han proporcionado cerámicas con los *serejs* e inscripciones de un conjunto de hipotéticos reyes predinásticos – Ny-Hor, Hat-Hor, Cocodrilo, Ny-Neith y una serie de *serejs* anónimos o de lectura difícil (Kaiser y Dreyer 1982: 264-268; Dreyer 1992a: 259-263; van den Brink 1996: 140-158; Hendrickx 2001: 90-95; Köhler y van den Brink 2002: 59-81),¹² así como de Iry-Hor, Ka y Nármer, en la época del

pasaje de la Dinastía 0 a la I. Por lo demás, en el inicio de la Dinastía I, la fundación de Menfis en el punto de unión del delta y el valle, tal como es referida por posteriores anales y por el comienzo de la utilización del cementerio real de Saqqara, también remite directamente a la consolidación de la fuerza expansiva del Alto Egipto en los territorios del norte.

En el delta, desde los inicios mismos de Nagada III, los sitios que anteriormente exhibían los rasgos característicos de la cultura local, presentan ahora un tipo de cultura material plenamente compatible con la del Alto Egipto. En relación con Buto, sería la culminación del proceso que von der Way (1992: 4) ha denominado "*asimilación cultural por superposición*". A partir de Nagada IIIa, no sólo se registran tipos cerámicos y líticos producidos al estilo de la tradición sureña (Köhler 1992: 13-22; Schmidt 1992: 34-37) sino también un tipo de instalaciones probablemente utilizadas para la preparación de cerveza, similares a las conocidas en el Alto Egipto y, ya hacia fines de Nagada IIIb, un recinto en probable conexión con la adoración de un toro sagrado, que podría indicar la importancia de Buto en el ámbito ideológico del reciente Estado unificado (von der Way 1992: 6-7). En Tel Ibrahim Awad también se han hallado los muros de adobe de un posible santuario, datable a comienzos del período, en asociación con jarras de almacenamiento con la impronta de *serejs* con el "Halcón Doble", así como con los nombres de Ka y Nármer, lo cual atestigua la existencia de actividades productivas directamente ligadas al Estado (van den Brink 1992: 52-53; Eigner 2000: 30-35). Por su parte, la presencia, a partir de comienzos de Nagada III, de estructuras de adobe e industrias cerámica y lítica definitivamente altoegipcias también se verifica en otros sitios del delta tales como Tel el-Farja (Chlodnicki *et al.* 1992: 171-190), Tel el-Iswid sud (van den Brink 1989: 55-108) y Mendes (Brewer y Wenke 1992: 191-197; Friedman 1992: 199-205), que implican "*una completa meridionalización*" de la cultura del Bajo Egipto (Chlodnicki *et al.* 1992: 183).

Por último, hacia el noreste, las tumbas de la tercera época de Nagada en el cementerio de Minshat Abu Omar ponen de relieve un salto en complejidad en relación con las del período anterior. En efecto, a la variación en las normas de colocación de los cadáveres en las tumbas, se agrega también la presencia de sepulcros con sarcófagos de madera y ajuares funerarios provistos con más de diez objetos

(12) Es probable que estos monarcas – o algunos de ellos – hayan reinado sólo regionalmente, de modo simultáneo a los reyes del Alto Egipto (cf. Dreyer 1992a: 259-263; 1998: 179; Wilkinson 1999: 53; 2000: 390-392). Si tal fuera el caso, se trataría de gobernantes locales que, al calor de la meridionalización cultural del norte, habrían adquirido los mismos símbolos utilizados en el sur para la expresión iconográfica de la realeza. Por lo demás, las inscripciones con los nombres de Iry-Hor, Ka y Nármer son indicio de que, al menos hacia fines de la fase Nagada IIIb, la región se hallaba políticamente unida al Estado de procedencia sureña.

(incluyendo artículos de cobre e importaciones de Palestina y Nubia), todo lo cual permite suponer la existencia de una considerable diferenciación social (Kroeper 1988: 11-19; 1992: 127-150). La presencia de una élite en Minshat Abu Omar durante Nagada III debe ser advertida en correlación con la aparición de un conjunto de vasos cerámicos con diversos *serejs*, lo cual pone de relieve la importancia de las actividades estatales desplegadas en el asentamiento, en una muy probable conexión con la posición de Minshat Abu Omar de cara a la ruta terrestre que unía el delta con la región de Palestina.¹³

Ahora bien, los principales elementos que – a propósito de los efectos generados por el Estado emergente – distinguen la época de Nagada IIIa-b en relación con el período precedente se vinculan a la índole estatal de un amplio conjunto de testimonios. En especial, resulta de notable importancia la aparición de *serejs* de diversos reyes tanto en el sur como en el norte, toda vez que se trata de un símbolo estrechamente asociado al monarca. Por cierto, no es necesario suponer que el control político del Estado se extendiera desde el principio y de modo homogéneo a lo largo de todo el valle y el delta. De hecho, la propia extensión de la cultura del Alto Egipto hacia el norte en la fase previa podría haber incidido en la aparición de otros efímeros proto-Estados en el norte,¹⁴ antes de que el Estado altoegipcio concluyera su expansión

(13) Por lo demás, a partir de Nagada III, existe evidencia procedente de otros asentamientos en el delta oriental o en sus cercanías que también presentan recipientes con *serejs* reales: el del “Halcón Doble” en El-Beda (van den Brink 1996: 143), el de Nármer en Ezbet el-Tell (Bakr 1988: 50-51) y los de Ka y Nármer en Kafr Hassan Daud (Adams y Cialowicz 1997: 22; Hassan 2000: 39). A ellos aún hay que agregar el *serej* de un rey no identificado (cuyo nombre, escrito con tres mazas, también ha sido detectado en Tura), inciso en una jarra procedente de algún sitio indeterminado del delta oriental (Fischer 1963: 44; van den Brink 1996: 145).

(14) Si tal fuera el caso, se trataría de proto-Estados secundarios, en el sentido de que, a diferencia de los proto-Estados primarios surgidos en el Alto Egipto, aparecerían en un contexto en el que las representaciones simbólicas acerca del Estado podían hallarse disponibles con antelación a la materialización de las prácticas de tipo estatal. Similar consideración podría extenderse a la situación en la Baja Nubia en tiempos de Nagada IIIa, donde también parece emerger un proto-Estado, centrado en Qustul. Acerca de este proto-Estado, cf. Williams 1986: 163-190; O'Connor 1993: 20-23. Acerca de la distinción entre Estados primarios y secundarios, cf. Fried 1978: 37.

política. Tal vez pudiera explicarse de este modo el hecho de que varios *serejs* (los del “Halcón Doble”, Ny-Hor, Hat-Hor, Cocodrilo, Ny-Neith, el *serej* de las tres mazas) sólo aparecen en el norte. En todo caso, a juzgar por la situación existente durante la Dinastía I, es razonable pensar que los territorios comprendidos entre la primera catarata del Nilo (en las cercanías de Elefantina) y el mar Mediterráneo ya se hallarían políticamente unificados por el Estado durante la época en que finaliza la Dinastía 0 y comienza la Dinastía I, es decir, en tiempos de Ka y Nármer, reyes cuya presencia se documenta tanto en el valle como en el delta del Nilo.

Así pues, algo antes del 3000 a.C, la integración política de todo el territorio comprendido entre la primera catarata y el delta del Nilo habría quedado concluida. ¿Por qué el Estado del Alto Egipto habría llevado a cabo semejante política expansiva hacia el sur y el norte? Dos elementos deben ser tomados en consideración. Por un lado, nosotros habíamos señalado que la emergencia de la práctica estatal en el Alto Egipto durante Nagada IIc pudo haber sucedido en más de un centro. Ciertamente, el marco de conflictos en el que parecen emerger Hieracópolis, Nagada y Abidos no debió haberse disuelto sino más bien potenciado, al trasladar la escala de las luchas intercomunitarias a un nivel interestatal. Ahora bien, con la conformación de un proto-Estado global en el Alto Egipto – hacia comienzos de Nagada III – podría haberse alcanzado cierta estabilización política del área, lo cual permitiría dirigir la fuerza político-militar de ese Estado hacia otras regiones. Se trata de una condición de posibilidad: en la medida en que los conflictos se produjeran en el interior del espacio altoegipcio, una expansión hacia otras áreas tenía que ser inviable. Pero en el momento en el que se hubiera consolidado un único Estado, la expansión era una posibilidad, máxime tomando en cuenta la nueva potencia bélica y de gestión de ese Estado en relación con las sociedades de su periferia.

Aquí es necesario volver a considerar un segundo elemento: la propia concepción egipcia – en proceso de definitiva plasmación – del faraón como rey-dios, garante de *maat* y enemigo del caos, que ejerce sus cualidades de guerrero en pos de afianzar el orden cósmico, en consonancia con el plan trazado por las divinidades. En la fase anterior – como hemos visto – tal concepción pudo ser una de las razones básicas

para la unificación política del Alto Egipto. Ahora bien, al mismo tiempo que el Alto Egipto era unificado políticamente, regiones mucho más vastas habían empezado a cobrar una nueva homogeneidad cultural. A partir de la percepción egipcia del mundo – a la vez política y cósmica –, todas esas regiones podrían haber sido vislumbradas ahora como territorios pasibles de ser incorporados a la órbita del orden faraónico. Así, la homogeneidad cultural podría haber dado paso a la idea de unidad (Baines 1995: 102). Y, habida cuenta del sentido divino que la práctica estatal adquirió en el Nilo, la expansión política del Estado del Alto Egipto hacia todos los espacios considerados de algún modo como "egipcios" implicaba la extensión del cosmos, del orden querido por los dioses, sobre las regiones sumergidas en el caos. La unidad política de todo el territorio entre la primera catarata y el mar Mediterráneo – ya culturalmente homogéneo – podía ser visualizada, entonces, como la continuidad del mandato divino, prescripto ya en los tiempos de las luchas en el corazón del Alto Egipto.

De este modo, y sin que decayeran las demandas de bienes suntuarios provenientes del exterior, el Estado podría haberse abocado a la conquista del territorio nilótico. Ese proceso de incorporación territorial parece haber tenido un sesgo ligado a la violencia (como parece inferirse de los testimonios de murallas, armas, o de cierta iconografía¹⁵), aun cuando no existe evidencia directa de conflictos. En todo caso, es posible que muchos de los centros que se sumaban ahora a ese Estado en expansión, lo hicieran sin necesidad

de ser conquistados por la vía militar. En efecto, la sumisión más o menos voluntaria a semejante manifestación de fuerza nunca antes vista podría haber jugado un papel incluso más importante que el desempeñado efectivamente por el ejercicio directo de la violencia.¹⁶ Aún más, en la medida en que la concepción divina del rey fuera admitida en las regiones que el Estado iba incorporando – y la potencia bélica y de gestión estatal podían constituir un sólido soporte material para semejante concepción –, la probabilidad de resistencia a la expansión se tornaría remota. En efecto, más que como la imposición arbitraria de un invasor, la llegada del Estado sureño podría haber sido vista como el despliegue de un plan que los propios dioses habían decidido para Egipto.

VI.

En el umbral del III milenio a.C., con el inicio de la Dinastía I, el formidable impulso expansivo de la práctica estatal surgida en el valle del Nilo comenzaba a cesar. Atrás quedaba un período de tres o cuatro siglos de aceleradas transformaciones sociales, que se había iniciado con la aparición de los primeros núcleos proto-estatales en el Alto Egipto y había concluido con la unificación política de todo el territorio comprendido entre la primera catarata del Nilo y el mar Mediterráneo. A partir de allí, comenzaría una etapa cuyo principal signo sería el de la consolidación del tipo de sociedad estatal forjada por entonces. Se trataba de una configuración social que se revelaría profundamente duradera, como lo demostraría el paso de los siguientes milenios.

(15) La iconografía de Nagada III ofrece una gran cantidad de motivos asociados a la existencia de conflictos. Entre ellos, sobresalen las escenas que representan combates (mango de cuchillo de Dyebel el-Arak, paletas de los Toros y de los Buitres), poblados amurallados (paletas de las Ciudades y de Nármer) y ejecución de prisioneros (sello de Hieracómpolis, cabezas de maza real y de Escorpión, paleta de Nármer). Una lectura en clave historicista de tales documentos – tal como se hacía hasta hace poco tiempo – parece, sin embargo, muy poco apropiada, habida cuenta de las concepciones míticas a partir de las cuales debieron ser producidas todas esas escenas. Para un análisis de estos documentos, cf. Vandier 1952: 533-539, 584-599; Finkenstaedt 1984: 107-110; Monnet-Saleh 1986: 227-238; 1990: 259-266; Midant-Reynes 1992: 223-229; Vercoutter 1992: 178-199; Menu 1996: 35-48.

(16) Por ejemplo, Hoffman (1979: 322) indica que el matrimonio entre Neithotep y el rey Nármer (o Aha), podría constituir un indicio de la existencia de alguna política de alianzas entre el expansivo Estado del Alto Egipto y otras zonas ya incorporadas o en proceso de incorporación a esa entidad política. En un sentido convergente, cf. Guksch 1992: 9; Menu 1996: 23; Savage 2001: 133-134. En todo caso, haya predominado el consenso o la coerción, el Estado podría haber concebido las tierras del norte que se integraban a sus dominios como "territorio conquistado" (cf. Wilkinson 1996: 96).

Cuadro cronológico

AÑOS a.C.	FASE	Entidades Políticas	Reyes	
3500	Nagada IIb		Escorpión I Iry-Hor, Escorpión II, Ka Nármer Aha Dyer	“Halcón Doble” <i>serej</i> de tres mazas Ny-Hor, Hat-Hor Cocodrilo, Ny-Neith
3400	Nagada IIc	PROTO-ESTADOS DE HIERACÓMPOLIS, NAGADA Y ABIDOS		
3300	Nagada IId			
3200	Nagada IIIa	PROTO-ESTADO DEL ALTO EGIPTO		
3100	Nagada IIIb			
3050	Nagada IIIc	ESTADO UNIFICADO		

CAMPAGNO, M. “Proto-States” of Upper Egypt and the unification of the Nile Valley. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 123-141, 2002.

ABSTRACT: The political unification of the Nile Valley, reached around 3.000 B.C., was the result of the expansion of State practices emerged in Upper Egypt about 3.400 B.C. Initially (Nagada IIc-d), three “proto-States” centered in Hierakonpolis, Nagada and Abydos appeared and, subsequently, they joined in a unique Upper Egyptian “proto-State”. Besides, during the same time, the cultural influence of these centers would be expanded along the territory comprised from the First Cataract of the Nile to the Mediterranean Sea. In the next phase (Nagada IIIa-b), the cultural homogeneity of the Nile Valley would give way to the political integration, started with the territorial expansion of the southern “proto-State”

UNITERMS: Ancient Egypt – Proto-States – Unification of Egypt – Egyptian politics.

Referencias bibliográficas

- ABDEL-MONEIM, M.
1996 Late Predynastic - Early Dynastic Mound of Beni Amir (Eastern Delta). L. Krzyzaniak; K. Kroeper; M. Kobusiewicz (Eds.) *Interregional Contacts in the Later Prehistory of Northeastern Africa*. Poznan. Poznan Archaeological Museum: 253-273.
- ADAMS, B.
1995 *Ancient Nekhen. Garstang in the City of Hierakonpolis*. New Malden: SIA Publishing.
- ADAMS, B.
1996 Elite Tombs at Hierakonpolis. J. Spencer (Ed.) *Aspects of Early Egypt*. London, British Museum Press: 1-15.
- ADAMS, B. ; CIALOWICZ, K.
1997 *Protodynastic Egypt*. Buckinghamshire: Shire Publications.
- ANDELKOVIC, B.
1995 *The Relations Between Early Bronze Age I Canaanites and Upper Egyptians*. Belgrade, The University of Belgrade.
- BAINES, J.
1991 Egyptian Mith and Discourse: Mith, Gods, and Early Written and Iconographic Record. *Journal of Near Eastern Studies*, 50: 81-105.
- 1995 Origins of Egyptian Kingship. D. O’Connor; D. Silverman (Eds.) *Ancient Egyptian Kingship*. Leiden, E. J. Brill: 95-156.

- BAKR, M.
1988 The New Excavations at Ezbet el-Tell, Kufur Nigm; The First Season 1984. E. Van den Brink (Ed.) *The Archaeology of the Nile Delta. Problems and Priorities*. Amsterdam, Netherlands Foundation for Archaeological Research: 49-62.
- BARD, K.
1989 The Evolution of Social Complexity in Predynastic Egypt: An Analysis of the Naqada Cemeteries. *Journal of Mediterranean Archaeology*, 2: 223-248.
1994 *From Farmers to Pharaohs. Mortuary Evidence for the Rise of Complex Society in Egypt*. Sheffield: Sheffield Academic Press.
- BAROCAS, C., FATTOVICH, R.; TOSI, M.
1989 The Oriental Institute of Naples Expedition to Petrie's South Town (Upper Egypt), 1977-1983: An Interim Report. L. Krzyzaniak; M. Kobusiewicz (Eds.) *Late Prehistory of the Nile Basin and the Sahara*. Poznan, Poznan Archaeological Museum: 295-301.
- BRANDL, B.
1992 Evidence for Egyptian Colonization of the Southern Coastal Plain and Lowlands of Canaan during the Early Bronze I Period. E. Van den Brink (Ed.) *The Nile Delta in Transition. 4th-3rd. Millennium B.C.* Tel Aviv, E. Van den Brink (publisher): 479-485.
- BREWER, D.; WENKE, R.
1992 Transitional Late Predynastic – Early Dynastic Occupation at Mendes: A Preliminary Report. E. Van den Brink (Ed.) *The Nile Delta in Transition. 4th-3rd. Millennium B.C.* Tel Aviv, E. Van den Brink (publisher): 191-198.
- CAMPAGNO, M.
1998a *Surgimiento del Estado en Egipto: Cambios y Continuidades en lo Ideológico*. Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires.
1998b God-kings and King-gods in Ancient Egypt. Ch. Eyre (Ed.) *Proceedings of the Seventh International Congress of Egyptologists*. Leuven, Peeters: 237-243.
2001 Parentesco, intercambios, conflictos. Consideraciones sobre el surgimiento del Estado en Egipto. A. Daneri Rodrigo (Ed.) *Relaciones de intercambio entre Egipto y el Mediterráneo Oriental (IV-I Milenio A.C.)*. Buenos Aires, Biblos: 13-31.
2002a *De los jefes-parientes a los reyes-dioses. Surgimiento y consolidación del Estado en el Antiguo Egipto*. Aula Ægyptiaca Studia 3. Barcelona, Aula Ægyptiaca.
2002b On the Predynastic "Proto-States" of Upper Egypt. *Göttinger Miszellen*, 188: 49-60.
- CASE, H.; PAYNE, J.C.
1962 Tomb 100: The Decorated Tomb at Hierakonpolis. *Journal of Egyptian Archaeology*, 48: 5-18.
- CASTILLOS, J.
1997 New Data on Predynastic Cemeteries. *Revue d'Égyptologie*, 48: 251-256.
- CERVELLÓ AUTUORI, J.
1996a *Egipto y África. Origen de la civilización y la monarquía faraónicas en su contexto africano*. Sabadell, AUSA.
1996b Egipto: Dinastía 0. *Revista de Arqueología*, 183: 6-15.
- CHLONICKI, M.; FATTOVICH, R.; SALVATORII, S.
1992 The Nile Delta in Transition: A View from Tell el-Farkha. E. Van den Brink (Ed.) *The Nile Delta in Transition. 4th-3rd. Millennium B.C.* Tel Aviv, E. Van den Brink (publisher): 171-190.
- CHLONICKI, M.; CIALOWICZ, K.
2000 Tell el Farkha (Ghazala). Interim report, 1999. *Polish Archaeology in the Mediterranean*, 9: 59-76.
- CIALOWICZ, K.
2001 *La naissance d'un royaume. L'Égypte dès la période prédynastique à la fin de la Ière dynastie*. Krakow, Księgarnia Akademicka.
- D'AMICONE, E.
1994 Le sepulture pre- e protodinastiche. A. Donadoni Roveri; E. D'Amicone; E. Leospo (Eds.) *Gebelein. Il villaggio e la necropoli*. Torino, Artema: 19-28.
- DARNELL, J.
2002 *Theban Desert Road Survey in the Egyptian Western Desert Vol. 1. Gebel Tjauti Rock Inscriptions 1-45 and Wadi el-Hol Rock Inscriptions 1-45*. Oriental Institute Publications 119. Chicago, The Oriental Institute of the University of Chicago.
- DARNELL, J.; DARNELL, D.
2000 The Theban Desert Road Survey (The Luxor-Farshût Desert Road Survey). 1996-97 Annual Report (en Internet). Oriental Institute, University of Chicago.
- DAVIS, W.
1983 Cemetery T at Nagada. *Mittlungen des Deutschen Archäologischen Instituts abteilung Kairo*, 39: 17-28.
- DREYER, G.
1992a Horus Kokodril, ein Gegenkönig der Dynastie 0. R. Friedman; B. Adams (Eds.) *The Followers of Horus. Studies dedicated to Michael Allen Hoffman*, Oxford, Oxbow Books: 259-263.
1992b Recent Discoveries in the U-Cemetery at Abydos. E. Van den Brink (Ed.) *The Nile Delta in Transition. 4th-3rd. Millennium B.C.* Tel Aviv, E. Van den Brink (publisher): 293-300.
1998 *Umm el-Qaab I. Das prädynastische Königsgrab U-j und seine frühen Schriftzeugnisse*. Mainz, Verlag Philipp von Zabern.
- DREYER, G. et al.
1990 Umm el-Qaab. Nachuntersuchungen im frühzeitlichen Königsfriedhof. 3./4. Vorbericht. *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts abteilung Kairo*, 46: 53-90.
1993 Umm el-Qaab. Nachuntersuchungen im frühzeitlichen Königsfriedhof. 5./6. Vorbericht.

- Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts abteilung Kairo*, 49: 23-62.
- EIGNER, D.
2000 Tell Ibrahim Awad: Divine Residence from Dynasty 0 until Dynasty 11. *Ägypten und Levante*, 10: 17-36.
- ELLIS, Ch.
1992 A Statistical Analysis of the Protodynastic Burials in the "Valley" Cemetery of Kafr Tarkhan. E. Van den Brink (Ed.) *The Nile Delta in Transition. 4th-3rd. Millennium B.C.* Tel Aviv, E. Van den Brink (publisher): 241-248.
- FALTINGS, D.
1998 New Light on the Chronological Frame of the Buto-Maadi Culture (Abstract). Simposio *Egyptian – Canaanite Interaction: From the 4th to the 3rd Millennium B.C. E.*, Jerusalem.
- FATTOVICH, R.
1984 Remarks on the Dynamics of State Formation in Ancient Egypt. *Wiener Beiträge zur Ethnologie und Anthropologie*, 1: 29-78.
- FINKENSTAEDT, E.
1984 Violence and Kingship: The Evidence of the Palettes. *Zeitschrift für die Ägyptische Sprache und Altertumskunde*, 111: 107-110.
- FISCHER, H.
1963 *Varia Aegyptiaca*. *Journal of the American Research Center in Egypt*, 2: 17-51.
- FRIED, M.
1978 The State, the Chicken, and the Egg: or, What Came First? R. Cohen; E. Service (Eds.) *Origins of the State*, Philadelphia, Institute for the Study of Human Issues: 35-48.
- FRIEDMAN, R.
1992 The Early Dynastic and Transitional Pottery of Mendes: The 1990 Season. E. Van den Brink (Ed.) *The Nile Delta in Transition. 4th-3rd. Millennium B.C.* Tel Aviv, E. Van den Brink (publisher): 199-206.
1996 The Ceremonial Centre at Hierakonpolis: Locality HK29A. J. Spencer (Ed.) *Aspects of Early Egypt*. London, British Museum Press: 16-35.
- GALASSI, G.
1955 L'arte del più Antico Egitto nel Museo di Torino. *Rivista dell'Istituto Nazionale d'Archeologia e Storia dell'Arte* (NS), 4: 5-94.
- GELLER, J.
1992 From Prehistory to History: Beer in Egypt. R. Friedman; B. Adams (Eds.) *The Followers of Horus. Studies dedicated to Michael Allen Hoffman*. Oxford, Oxbow Books: 19-26.
- GOPHNA, R.
1990 The Early Bronze I Settlement at 'En Besor Oasis. *Israel Exploration Journal*, 40: 1-11.
- GRISWOLD, W.
1992 Measuring Social Inequality at Armant. R. Friedman; B. Adams (Eds.) *The Followers of Horus. Studies dedicated to Michael Allen Hoffman*. Oxford, Oxbow Books: 193-198.
- GUKSCH, Ch.
1992 On Ethnographic Analogies. R. Friedman; B. Adams (Eds.) *The Followers of Horus. Studies dedicated to Michael Allen Hoffman*. Oxford, Oxbow Books: 7-10.
- GUNDLACH, R.
1998 *Der Pharao und sein Staat. Die Grundlegung der ägyptischen Königsideologie im 4. Und 3. Jahrtausend*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- HARTUNG, U.
1998 Prädynastische Siegelabrollungen aus dem Friedhof U in Abydos (Umm el-Qaab). *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts abteilung Kairo*, 54: 188-217.
- HASSAN, F.
1988 The Predynastic of Egypt. *Journal of World Prehistory*, 2: 135-185.
2000 Kafr Hassan Dawood. *Egyptian Archaeology*, 16: 37-39.
- HENDRICKX, S.
2001 Arguments for an Upper Egyptian Origin of the Palace-façade and the *Serekh* during Late Predynastic – Early Dynastic times. *Göttinger Miszellen*, 184: 85-110.
- HOFFMAN, M.
1979 *Egypt before the Pharaoh*. New York: Barnes & Noble.
- HOFFMAN, M. (Ed.)
1982a *The Predynastic of Hierakonpolis*. Cairo: Cairo University Herbarium
- HOFFMAN, M.; HAMROUSH, H.; ALLEN, R.
1986 A Model of Urban Development for the Hierakonpolis Region from Predynastic through Old Kingdom Times. *Journal of the American Research Center in Egypt*, 23: 175-187.
- HOFFMAN, M.; LUPTON, C.; ADAMS, B.
1982 Excavations at Locality 6. M. Hoffman (Ed.) *The Predynastic of Hierakonpolis*. Cairo: 38-60.
- KAISER, W.; DREYER, G.
1982 Umm el-Qaab. Nachuntersuchungen im frühzeitlichen Königsfriedhof. 2. Vorbericht. *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts abteilung Kairo*, 38: 211-269.
- KEMP, B.
1973 Photographs of the Decorated Tomb at Hierakonpolis. *Journal of Egyptian Archaeology*, 59: 36-43.
1977 The Early Development of Towns in Egypt. *Antiquity*, 51: 185-200.
1992 *El Antiguo Egipto. Anatomía de una civilización*. Barcelona: Crítica.
[1989]
- KÖHLER, Ch.
1992 The Pre- and Early Dynastic Pottery of Tell el-Fara'in (Buto). E. Van den Brink (Ed.) *The Nile Delta in Transition. 4th-3rd. Millennium B.C.* Tel Aviv, E. Van den Brink (publisher): 11-22.
1999 Re-Assessment of a Cylinder Seal from Helwan. *Göttinger Miszellen*, 168: 49-56.

- KÖHLER, Ch.; VAN DEN BRINK, E.
2002 Four Jars with Incised *Serekh*-Signs from Helwan Recently Retrieved from the Cairo Museum. *Göttinger Miszellen*, 187: 59-81.
- KROEPER, K.
1986-87 The Ceramic of the Pre/Early Dynastic Cemetery of Minshat Abu Omar. *Bulletin of the Egyptological Seminar*, 8: 73-94.
1988 The Excavations of the Munich East-Delta Expedition in Minshat Abu Omar. E. Van den Brink (Ed.) *The Archaeology of the Nile Delta. Problems and Priorities*. Amsterdam, Netherlands Foundation for Archaeological Research: 11-19.
1992 Tombs of the Elite in Minshat Abu Omar. E. Van den Brink (Ed.) *The Nile Delta in Transition. 4th-3rd. Millennium B.C.* Tel Aviv, E. Van den Brink (publisher): 127-150.
- LEVY Th. et al.
1997 Egyptian-Canaanite Interaction at Nahal Tillah, Israel (ca. 4500-3000 B.C.E.): An Interim Report on the 1994-1995 Excavations. *Bulletin of the American School of Oriental Research*, 307: 1-51.
- LOVELL, N.
1997 The 1995 Excavations of the Cemetery at Kafr Hassan Daoud, Wadi Tumilat. *Journal of the Society for the Study of Egyptian Antiquities*, 27: 34-41.
- MAISELS, Ch.
1999 *Early Civilizations of the World. The Formative Histories of Egypt, The Levant, Mesopotamia, India and China*. London: Routledge.
- MARK, S.
1998 *From Egypt to Mesopotamia. A Study of Predynastic Trade Routes*. London: Chatham Publishing.
- MENU, B.
1996 Naissance du pouvoir pharaonique. *Méditerranées*, 6/7: 17-59.
- MIDANT-REYNES, B.
1992 *Préhistoire de l'Égypte. Des premiers hommes aux premiers Pharaons*. Paris: Armand Colin.
- MONNET-SALEH, J.
1986 Interpretation globale des documents concernant l'unification de l'Égypte. Partie I. *Bulletin de l'Institut Français d'Archeologie Orientale*, 86: 227-238.
1990 Interpretation globale des documents concernant l'unification de l'Égypte. Partie II. *Bulletin de l'Institut Français d'Archeologie Orientale*, 90: 259-279.
- MORTENSEN, B.
1991 Change in the Settlement Pattern and Population in the Beginning of the Historical Period. *Ägypten und Levante*, 2: 11-37.
- NORDSTRÖM, H.
1972 The Early Nubian Cultures. T. Säve-Soderbergh (Ed.) *Neolithic and A-Group Sites*. Uppsala, The Scandinavian Joint Expedition to Sudanese Nubia Publications: 17-32.
- O'CONNOR, D.
1993 *Ancient Nubia. Egypt's Rival in Africa*. Philadelphia, The University Museum.
- REDFORD, D.
1983 Notes on the History of Ancient Buto. *Bulletin of the Egyptological Seminar*, 5: 67-101.
- RIZKANA, I.; SEEHER, J.
1987 *Maadi I. The Pottery of the Predynastic Settlement*. Mainz: Verlag Philipp von Zabern.
1990 *Maadi IV. The Predynastic Cemeteries of Maadi and Wadi Digla*. Mainz: Verlag Philipp von Zabern.
- SAVAGE, S.
1997 Descent Group Competition and Economic Strategies in Predynastic Egypt. *Journal of Anthropological Archaeology*, 16: 226-268.
2001 Some Recent Trends in the Archaeology of Predynastic Egypt. *Journal of Archaeological Research*, 9: 101-155.
- SCHMIDT, K.
1992 Tell el'Fara'in/Buto and el-Tell el-Iswid (south): The Lithic Industries from the Chalcolithic to the Early Old Kingdom. E. Van den Brink (Ed.) *The Nile Delta in Transition. 4th-3rd. Millennium B.C.* Tel Aviv, E. Van den Brink (publisher): 31-41.
- SEEHER, J.
1992 Burial Customs in Predynastic Egypt: A View from the Delta. E. Van den Brink (Ed.) *The Nile Delta in Transition. 4th-3rd. Millennium B.C.* Tel Aviv, E. Van den Brink (publisher): 225-234.
- SEIDLMEYER, S.
1996 Town and State in the Early Old Kingdom: A View from Elephantine. J. Spencer (Ed.) *Aspects of Early Egypt*. London, British Museum Press: 108-127.
- TUTUNDZIC, S.
1993 A Consideration of Differences between the Pottery Showing Palestinian Characteristics in the Maadian and Gerzean Cultures. *Journal of Egyptian Archaeology*, 79: 33-55.
- VAN DEN BRINK, E.
1989 A Transitional Late Predynastic-Early Dynastic Settlement Site in the Northeastern Nile Delta, Egypt. *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts abteilung Kairo*, 45: 55-108.
1992 Preliminary Report on the Excavations at Tell Ibrahim Awad, Seasons 1988-1990. Van den Brink, E. (Ed.) *The Nile Delta in Transition. 4th-3rd. Millennium B.C.* Tel Aviv, E. Van den Brink (publisher): 43-68.
1996 The Incised *Serekh*-Signs of Dynasties 0-1, Part I: Complete Vessels. J. Spencer (Ed.) *Aspects of Early Egypt*. London, British Museum Press: 140-158.

VANDIER, J.

- 1952 *Manuel d'Archeologie Égyptienne*. Paris: Editions A. et J. Picard.

VERCOUTTER, J.

- 1992 *L'Égypte et la vallée du Nil. Tome I: Des origines à la fin de l'Ancien Empire 12000-2000 av. J.C.* Paris, Presses Universitaires de France.

- 1994 Or et Politique dans l'Égypte des Origines. C. Berger; G. Clerc; N. Grimal (Eds.) *Hommages à Jean Leclant*, Vol. 2. Le Caire, Institut Français d'Archéologie Orientale: 403-410.

VON DER WAY, Th.

- 1992 Excavations at Tell el-Fara'in/Buto in 1987-1989. E. Van den Brink (Ed.) *The Nile Delta in Transition. 4th-3rd. Millennium B.C.* Tel Aviv, E. Van den Brink (publisher): 1-10.

WILKINSON, T.

- 1996 *State Formation in Egypt. Chronology and Society*. Cambridge Monographs in African Archaeology, vol. 40. BAR International Series 651. Oxford: Tempus Reparatum.

- 1999 *Early Dynastic Egypt*. London: Routledge.

- 2000 Political Unification: Towards a Reconstruction. *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts abteilung Kairo*, 56: 377-395.

WILLIAMS, B.

- 1982 Notes on Prehistoric Cache Fields of Lower Egyptian Tradition at Sedment. *Journal of Near Eastern Studies*, 41: 213-221.

- 1986 *The A-Group Royal Cemetery at Qustul: Cemetery L*. Chicago, The Oriental Institute of the University of Chicago.

- 1988 Narmer and the Coptos Colossi. *Journal of the American Research Center in Egypt*, 25: 35-59.

Recebido para publicação em 14 de novembro de 2002.

RECIPROCIDADE E REDISTRIBUIÇÃO NO EGITO ANTIGO DURANTE O NOVO IMPÉRIO*

*José Roberto Pellini***

PELLINI, J.R. Reciprocidade e redistribuição no Egito Antigo durante o Novo Império. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 12: 143-163, 2002.*

RESUMO: Nossa atenção principal neste artigo é descrever de que maneira funcionava o sistema de trocas praticado no Egito Antigo durante o Novo Império (1550-1070 a.C.). A economia do Egito neste período era, em nossa opinião, regida por dois princípios: Redistribuição e Reciprocidade. A redistribuição dominava a esfera estatal da economia, o que significa dizer que o excedente de produção das unidades domésticas aldeãs era coletado pelas autoridades centrais, estado e templos, e redistribuído entre seções particulares da sociedade de acordo com o status. Já a reciprocidade dominava a esfera aldeã e doméstica da economia, servindo não só como meio de alocação de produtos e serviços mas servindo principalmente como um meio de reforçar os laços sociais entre a comunidade.

UNITERMOS: Egito Antigo – Arqueologia – Economia – Trocas.

Introdução

Ao iniciarmos nosso mestrado sobre o sistema de trocas no Egito Antigo do Novo Império, percebemos que a moderna teoria econômica olha a economia, produção, distribuição e circulação de bens, como uma esfera separada das outras esferas sociais. Neste contexto, o indivíduo é visto pela maneira como maximiza sua satisfação através da escolha de determinados meios para alcançar

determinados fins. Isto acontece através de um grupo de motivações que são puramente econômicas, que não levam em conta outras motivações que possam interferir no processo. Parte-se da premissa de que a economia é o estudo da alocação de meios escassos para alcançar um dado fim. É nossa opinião que somente um sistema de mercado é que permite um alcance rápido e direto das metas e dos meios. Desta maneira, este tipo de concepção, ligada à escolha de meios alternativos dada uma situação de escassez, pode ser utilizada no estudo de sociedades onde a instituição do mercado, que funciona como o meio institucionalizado de escolha, exista. Quando a vida econômica está engastada a uma matriz institucional, que não a de sistemas de mercado, a análise a partir do postulado da escassez se torna infrutífera.

Nas sociedades onde o mercado não possui uma alta relevância, as motivações sociais são mais importantes que as motivações econômicas, onde

(*) Este artigo é um resumo de minha dissertação de mestrado defendida em 2000. Gostaria de agradecer aos Profs. Drs. Ciro Flammarion Cardoso e Elaine Farias Veloso Hirata, por terem participado da banca e terem oferecido seus valiosos conselhos. Agradeço também à FAPESP que financiou minha pesquisa durante o mestrado e à minha orientadora Profa. Dra. Maria B. B. Florenzano.

(**) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Doutorando em Arqueologia.

os meios e recursos são utilizados para se alcançar uma meta social e não econômica. As categorias e definições da moderna teoria econômica não são aplicáveis, portanto, aos estudos “trans-culturais” porque a estrutura teórica e os fenômenos isolados que apresentam, dinheiro, crédito, demanda etc., desempenham funções institucionalizadas na moderna economia. O problema é que, às vezes, estes conceitos são confundidos e mal aplicados, isto se deve ao fato de que o processo de generalização da teoria econômica se associou à noção de economia de mercado como um paradigma para as análises econômicas, não levando em conta as singularidades de cada cultura. Não só a teoria econômica, atrelada à noção de economia de mercado, se vê separada das outras instituições, como conceitos tais como dinheiro, capital, lucro, demanda, entre outros, têm seu fundamento em instituições atuais. Desta maneira, aplicar conceitos de mercado a instituições que não possuem mercado, pode falsear os resultados.

A nosso ver, as trocas e contratos nas civilizações antigas representavam um fenômeno social total que abrangia todos os tipos de instituições, religiosas, morais, jurídicas, familiares, econômicas. Como salientou Mauss (1923-24) em seu clássico artigo, tais sociedades adotavam formas especiais de produção e consumo, ou melhor, de prestações e distribuições (Mauss 1923-24: 157). Essas prestações tomam forma de dons e contra dons. Este fenômeno está presente na maioria das sociedades antigas, mesmo naquelas que possuíam mercado, no sentido de um local fisicamente definido, onde as trocas aconteciam. O papel deste mercado nestas sociedades não se restringia aos aspectos econômicos da troca, sendo palco de festividades e todo tipo de cerimônia. Não são os indivíduos em si que negociam, mas as sociedades como um todo que se obrigam, trocam e compram. Os indivíduos que se apresentam nas trocas são indivíduos morais. O intercâmbio não é só de bens, mas de ritos, serviços, mulheres e gentilezas, onde a circulação de bens materiais é só uma das etapas da relação. É uma economia onde atuam símbolos puramente destinados ao comércio e outros destinados ao fortalecimento dos laços sociais. Desta maneira, podemos dizer que nas sociedades antigas não existia economia, mas instituições sócio-econômicas e culturais.

O conceito de fenômeno social total desenvolvido por Mauss foi um dos pontos de partida para

a teoria substantivista, contraponto e crítica da teoria formalista. Para os substantivistas, o atributo mais universal da economia é a sua organização através de instituições. Estas instituições existem em contextos culturais específicos, sendo que elas são melhor entendidas como um processo ou um sistema. Assim, é a unidade que precisa ser analisada e não ações individuais, que buscam maximizar o acesso a meios escassos. Examinando essas instituições é possível analisar o processo econômico entre culturas nos termos de suas similaridades e diferenças (Bleiberg 1996: 7). Os substantivistas dão primazia às relações sociais, enfatizando as variedades de arranjos da organização da produção, distribuição e consumo de recursos. Devido à atenção dispensada às instituições, o contexto cultural passa a ser fundamental para o substantivismo. Isto porque nas sociedades pré-industriais a economia serve para cimentar as relações sociais, em contraste com a economia de mercado que anula o processo social tornando-o subserviente à economia (Polanyi 1965). Para Dalton (1967), as transações econômicas fortalecem as relações sociais bem como realocam produtos onde eles são necessários. É a estrutura social que fornece a motivação para as ações econômicas. No olhar dos substantivistas, ações individuais só são relevantes dentro de uma estrutura e de um contexto. O conhecimento dessa estrutura em seu conjunto é essencial para se entender o significado de uma ação individual.

Em outras palavras, para os substantivistas, a economia está imbricada nas relações sociais, podendo, portanto, ser analisada contextualmente como parte de um sistema cultural regional ou local. O foco principal está nas relações entre os indivíduos e nos diferentes mecanismos de troca, seja este a redistribuição, a reciprocidade ou o mercado. Estes diferentes mecanismos atuam integrando princípios organizacionais referentes à terra, alocação de trabalho e o movimento de produtos entre os indivíduos. Desta forma, a economia pode ser vista como engastada a instituições de caráter tanto econômico como extra-econômicos.

Para Polanyi (1965), a economia de mercado só tem dominado o sistema de alocação de produtos e serviços a partir do século 19. Nas sociedades não comerciais, o sistema de alocação é regido pela redistribuição e pela reciprocidade. Nessas sociedades, os indivíduos são condicionados a participar do sistema redistributivo, sendo

que este sistema não é visto necessariamente como um meio de aquisição. Produtos são alocados dentro de uma sociedade por aqueles que necessitam, sem que haja uma motivação econômica explícita. Assim, os sistemas de redistribuição e reciprocidade servem à mesma proposta que os mercados nas sociedades ocidentais modernas.

Outro conceito que nos foi de extrema importância no estudo das trocas no Egito Antigo foi o conceito de esferas de troca desenvolvido por Bohannan (1955).

Esferas de troca ocorrem quando valores pertencentes a um determinado grupo de valores não podem ser diretamente ou facilmente convertidos em valores pertencentes a outro grupo, sem que alguém quebre alguma proibição, ou sem que se perca prestígio de alguma forma. Esferas de troca podem se apresentar de diversas formas e podem operar na sociedade em diferentes rumos: 1) elas podem aparecer envolvendo tipos similares ou diferentes de meios de distribuição. Em algumas sociedades, o mesmo tipo de instrumentos de distribuição pode ser descoberto em todas as esferas de troca, já em outras sociedades, os meios utilizados para efetuar a distribuição variam de acordo com as esferas de troca; 2) as esferas de troca podem ser hierarquizadas. Uma hierarquia de esferas de troca pode ocorrer devido ao fato de as esferas serem associadas com diferentes elementos rituais, como, por exemplo, a existência de esferas sagradas e profanas, ou simplesmente devido a diferenças de valorização econômica, pois certos produtos podem envolver mais força de trabalho ou escassez de matéria prima. Nessa esfera, produtos valiosos e ordinários (definidos culturalmente) são trocados separadamente. Esferas de troca sem algum tipo de hierarquização são descobertas em sociedades onde poucos elementos rituais estão associados às trocas. Bohannan, em seu artigo sobre as esferas de troca, nos dá um bom exemplo de esferas hierarquizadas. O autor observou que havia entre os Tiv, da Nigéria, uma esfera de subsistência (troca de alimentos, utensílios domésticos, certas ferramentas e matéria prima), uma esfera de prestígio (escravos, gado, roupas brancas, anéis metálicos) e uma esfera superior, que era relacionada aos direitos relativos ao matrimônio (Bohannan 1955: 125-29). Mesmo dentro desta última esfera, certas sub-esferas puderam ser identificadas, como, por exemplo, o direito ao ventre da esposa, que não era adquirido com o casamento.

A existência de esferas de troca em uma sociedade não está relacionada ao grau de desenvolvimento econômico das sociedades, desde que esferas de troca ocorrem em diferentes sociedades em todos os níveis de desenvolvimento (Pryor 1977: 404). A presença de esferas de troca em uma sociedade, somente implica no fato de que cada sociedade tem múltiplos critérios na determinação do valor dos produtos e serviços. Produtos socialmente negociáveis podem ser trocados em esferas exclusivas, marcadas por diferentes meios institucionalizados e diferentes valores morais (Bohannan 1959: 492-493). Nesta concepção, embora as esferas permaneçam independentes e distintas, existem meios de converter os valores de uma esfera para a outra.

A hierarquização das trocas no Egito durante o Novo Império

Em minha Dissertação de Mestrado defendida em 2000 pela Universidade de São Paulo, pudemos identificar esferas específicas de troca para certos produtos no Egito Antigo. Mesmo contando com uma grande insuficiência de fontes mais específicas, que impossibilitaram uma análise quantitativa mais aprofundada devido a uma abordagem amostral muito difusa, pudemos traçar em linhas gerais os esquemas de troca praticados durante o Novo Império. Trabalhamos tanto com fontes escritas, papiros e ostracas, quanto com fontes iconográficas, todas relativas às trocas.

A partir dos dados coletados, pudemos observar que os alimentos, principalmente pães, cerveja, grãos, vegetais e óleo, eram tipicamente utilizados como meio de troca ou como meio de pagamento em uma esfera doméstica. Mel, leite e vinho eram produtos mais frequentes entre as oferendas. Entre os metais, ouro, prata e ferro eram mais utilizados entre os produtos do comércio externo. Bronze aparecia predominantemente entre os itens de oferenda, e o cobre, como meio de pagamento e também como oferenda. A madeira era um produto típico da esfera do comércio externo/tributo, tecidos e roupas eram itens predominantemente ligados às esferas de troca e venda.

As esferas de circulação de produtos, identificadas a partir de nossas fontes, puderam ser

agrupadas em certos blocos, distribuídos da seguinte forma: 1) esfera religiosa, que representa a esfera de oferenda; 2) esfera palacial, que inclui o comércio externo, tributo e presentes; 3) esfera doméstica, que engloba as trocas e os aluguéis, envolvendo principalmente alimentos, tecidos e sandálias.

O modelo econômico desenvolvido por Bleiberg (1984) para o Egito Antigo tem como hipótese que as transações econômicas eram realizadas de acordo com o tipo de transação e do status social dos participantes. O modelo foi elaborado com base na observação de que, nos Anais de Tutmés III, um mesmo produto poderia ser trocado e registrado sob diferentes rubricas. Como expôs o autor, a única diferença entre um boi negociado e registrado como *inw* e um outro boi registrado como *b3kw (t)*, era o pessoal envolvido nas relações de troca. Nos Anais, os produtos trocados e registrados como *inw* sempre envolviam o faraó e um indivíduo, e os produtos registrados como *b3kw (t)* envolviam duas instituições. Fica claro que, nesses casos, a importância estava centrada nos participantes e não na transação em si.

Segundo Janssen (1975), várias fórmulas eram utilizados para registrar uma relação de troca. Este é um outro indicativo de que as trocas eram realizadas de forma hierarquizada, isto porque, ao que parece, cada tipo de fórmula era utilizado para um tipo específico de troca. Assim, quando se trocam animais, a fórmula utilizada é uma, quando pessoas do templo ou do palácio estão envolvidas, as fórmulas são outras, quando pessoas do mesmo nível social estão negociando, as fórmulas serão também outras e assim por diante.

A circulação de bens na esfera doméstica egípcia

A estrutura econômica egípcia pode ser melhor descrita como organizada a partir do princípio da redistribuição, o que significa dizer que o excedente de produção das unidades domésticas aldeãs era coletado pelas autoridades centrais, estado e templos, e redistribuídos entre seções particulares da sociedade, oficiais, sacerdotes, exército, trabalhadores etc.. Este foi o sistema de alocação de produtos praticado no Egito Antigo. Em uma economia, como a egípcia, organizada pelo princípio da redistribuição, todos os produtos são coletados pela autoridade central e redirecionados

para outros setores da sociedade de acordo com o status social. Este sistema depende, de um lado, de um governo forte e centralizado e, de outro, de uma firme confiança na habilidade do governo de entregar os produtos e serviços. A redistribuição demanda relações pessoais que são reforçadas por responsabilidade mútua e confiança. Este sistema redistributivo, que foi provavelmente concentrado nas cidades e vilas, era assentado na forma de uma superestrutura sobre a sociedade aldeã, constituída de unidades domésticas largamente auto-suficientes.

Aqueles produtos que as unidades domésticas não produziam (sal, cobre, adornos, objetos de luxo) e que não vinham com a redistribuição, eram obtidos por troca direta entre os vizinhos, ou com os agentes do templo, responsáveis pela comercialização de uma parte dos produtos dos templos.

Um outro meio de obtenção de produtos, principalmente grandes quantidades de alimentos ou serviços excepcionais, como a construção de casas, foi o presente recíproco. O presente recíproco representava uma das estruturas de circulação de produtos e serviços. Embora o sistema de redistribuição domine a estrutura econômica, a reciprocidade é a estrutura de troca preponderante na esfera aldeã (Janssen 1982). Uns poucos textos, como por exemplo, o O. Michaelides 48 rect.¹ O. DM 222, O. DM 134, O. DM 643, O. Petrie 31, O. Cairo 25624, registram produtos doados por indivíduos em ocasiões especiais como festas,² casamentos³ e nascimentos. A maioria desses produtos era registrada no momento de sua doação, o que indica que não eram simples presentes, pois, além de seu significado social, eles possuíam uma relevância econômica (Mc Dowell 1999: 78).

(1) O. é a abreviação para Ostraca (cacos de potes cerâmicos ou pedaços de calcário que serviam para anotar transações ou manter pequenas contabilidades, exercícios de escrita ou desenhos) e P. é a abreviação para papiro.

(2) Este é um fenômeno muito verificado em Deir el Medina, onde, em festas como a do Ano Novo e a Bela festa do Vale, as pessoas presenteavam outras com quantidades de alimento ou objetos do cotidiano.

(3) Os contratos de casamento eram realizados entre o noivo e o pai da nubente. O dote, que geralmente consistia de jóias ou cereais, era avaliado em *deben* de prata e entregue à noiva. Com o desenvolvimento desses contratos, o dote deixou de ser pago em espécie no momento do casamento, sendo substituído por uma espécie de carta de crédito, que poderia ser utilizada pela noiva em caso de divórcio.

O comércio motivado pelo lucro não fazia parte da sociedade egípcia. Nos mercados e nas trocas, os preços eram fixados pelo valor de uso dos produtos e não pelo seu valor de troca. Para North (1977), é correto pensar que indivíduos possam utilizar o sistema de reciprocidade para obter vantagens econômicas. O ponto importante está na consideração dos métodos avaliáveis dentro de uma cultura, para alcançar os frutos das vantagens econômicas, status e prestígio. Para os egípcios, todo prestígio vinha diretamente do poder do Faraó. A habilidade de alcançar uma vida material privilegiada estava ligada aos serviços prestados a instituições reais e divinas (Bleiberg 1996: 18).

Em uma comunidade essencialmente agrícola como a egípcia, os produtos avaliáveis para as trocas eram produtos dos campos, seja de maneira direta como os grãos ou indireta como tecidos ou outros produtos da manufatura doméstica.⁴ Trocas simples permaneciam na forma de escambo, mas, nos locais onde a vida econômica era mais intensa, os metais eram usados como produtos padrões, através dos quais, valores eram expressos no sistema de escambo.

Os metais eram usados para fixar e expressar os valores de preços, de produtos e serviços, servindo desta maneira de unidade de conta ou padrão de valor. Como próprio de um sistema onde “dinheiro”⁵ assumia um papel secundário na economia, já que era usado como unidade de conta e não como meio de troca, não se exigia um grande fluxo interno de metais. Para Kemp (1989: 259), metais eram usados não só como unidade de conta mas também como meio de pagamento, o que implica que uma certa quantidade de metais estivesse em circulação. A descoberta de dois tesouros datados do Novo Império, conhecidos

como tesouro El Till e Tesouro de Tod, tem sido interpretada nesta direção por alguns egiptólogos, principalmente por Kemp (1989: 244), que viu nestes tesouros a prova de que ouro e prata estavam em circulação em uma quantidade considerável. Para Bleiberg (1996), estes tesouros representam apenas um lote de metais e jóias roubadas, e acrescenta que mesmo que estes tesouros representem riqueza conversível, como acredita Kemp, eles não teriam como reentrar na economia, desde que somente o estado é que poderia adquirir metais, já que a produção desses era um monopólio do Estado. Uma das poucas formas de se adquirir metais no Egito Antigo, era através da recompensa real, que durante o Novo Império foi um ato institucionalizado através da cerimônia da “Janela das Aparências”. O palácio real (Cardoso 1987: 146), além de centro redistribuidor de produtos de subsistência, foi um centro visível de consumo e ostentação para muitos oficiais e burocratas relacionados à corte. Era no palácio que aconteciam as “Cerimônias de Recompensa”, no grande jardim. Essas cerimônias se realizavam em ocasiões especiais, e serviam para que o Faraó pudesse presentear alguns de seus súditos. Esses presentes eram recompensas pelos bons serviços dos *Imakhu* (os privilegiados), oficiais e burocratas que recebiam “os favores da presença do Faraó”, que constituíam doações de terra, ouro, pedras preciosas ou promoções. Esses presentes eram denominados *inw* (Bleiberg 1996; Liverani 1979). O *inw* foi parte do sistema de redistribuição real de produtos, geralmente itens de prestígio como objetos de ouro, a membros da família real, oficiais e burocratas, que eram recompensados por sua lealdade ou pelos bons serviços prestados. Por vezes, também, era dado ao *Imakhu* o direito de ir pessoalmente, de acordo com a sua necessidade, ao silo real retirar provisões. O acesso direto ao silo atribuía ao indivíduo grande status, pois era uma forma de ele operar individualmente a redistribuição, mas em uma escala menor.

O ouro, ao que parece, não foi muito usado internamente como unidade de conta. Seu alto valor imprimia cálculos excessivos nas negociações, o que tornava as trocas relativamente difíceis. Mas, para Daumas (1967: 29), o motivo do uso restrito do ouro deve-se a um motivo religioso, já que este metal era considerado sagrado, portanto sua utilização em transações profanaria seu valor

(4) Exemplos da troca de produtos envolvendo cereais pode ser encontrada em O. Cairo 25725, O. DM 552, O. DM 553, P. Turim 1907/8, O. Berlim 12405, P. Turim 1928, O. Gardiner 151, O. Berlim 10665; madeira e cestaria, em O. Petrie 51, O. Berlim 1268, O. Gardiner 171, O. Turim 9765, O. Gardiner 8, O. Berlim 14365, O. British Museum 29555, 11, O. DM 195, O. Gardiner 141, O. DM 213; para animais, ver O. DM 113, O. Turim 9753, O. Turim 6672, O. Berlim 12405, O. Cerny 5, O. Michael 14; para têxteis, ver O. Cairo 25585, O. Turim 9611, O. Gardiner 3, O. Edgerton 9, O. DM cat 195, O. Gardiner 33, O. DM 214, O. DM 183.

(5) Objetos ou produtos que serviam ao mesmo tempo de padrão de valor, unidade de conta e meio de pagamento.

religioso. Seja qual tenha sido o motivo, o certo é que o uso da prata e do cobre como padrões de valor foi mais difundido. A palavra prata, em egípcio *hd*, tinha o significado de instrumento de troca, meio de pagamento. O determinativo *hd* encabeçava a maioria das listas de preços. Exemplo: soma de prata = 8 *debens* de cobre. Neste exemplo, o significado da prata é mais geral, já que um outro metal é identificado na soma, o cobre (Cerny 1953-54: 914).

A unidade básica de peso pela qual os metais eram medidos foi o *deben*,⁶ um anel metálico, com um peso fixado em 91 g (Allan 1998: 136). O *deben* foi um sistema de peso decimal, sendo sua décima parte (9,1 g) chamada de *kite*. Segundo James (1984: 256), o *deben* foi muito mais um objeto concreto do que uma unidade abstrata e padronizada de valor. As primeiras referências ao *deben* são do Antigo Império (2575-2134 a. C.), quando o termo era escrito com o auxílio de um determinativo circular, que era usado também para abreviar a palavra *deben* em algumas circunstâncias.⁷ Apoiado nesta evidência, Weigall (1908) sugeriu que a palavra *deben*, nos períodos iniciais da história egípcia, representava anéis circulares vazados, que com o passar do tempo adquiriram um peso fixado, que mais tarde se tornou padrão. Um aspecto que reforça esta idéia é o fato de encontrarmos nas *Cartas de Heknakte*⁸ um pagamento realizado de maneira singular. *Heknakte* propõe como pagamento para seus arrendamentos de terra a soma de 24 cobres de *deben*. Aqui parece claro que *Heknakte* estava falando de objetos concretos, talvez anéis, que pesavam 1 *deben* cada, e não meramente de uma unidade de conta, pois neste caso diria 24 *deben* de cobre (James 1984: 245).

(6) Transações avaliadas em *deben* podem ser vistas em: O. Praga H 22, O. Cairo 25585, O. Turim 9611, O. Gardiner 66, O. Amarna, O. DM 127, O. DM 61, O. Berlim 10655, O. Petrie 14, O. Gardiner 162.

(7) Embora tenha sugerido a existência de um *deben* de 13 ou 14 gramas para o Antigo Império, Weigall não explica o porquê da mudança no padrão do peso no Novo Império que passa a pesar 91 gramas.

(8) As chamadas *Cartas de Heknakte*, são um grupo de sete papiros, descobertos em Tebas em 1922 pela expedição arqueológica do Metropolitan Museum of Art. Os documentos constam de quatro cartas e três papiros contendo contas e inventários que dizem respeito à gestão de terras. Os documentos são datados do Médio Império (2040-1640 a.C.).

Desde que o *deben* foi um peso e não uma moeda, é difícil de determinar no caso de um objeto de metal se o peso ou o preço é que era registrado. Em termos de preço, o egípcio não fazia distinção entre bronze e cobre.

Um outro meio de expressar os preços era comparar os produtos com um objeto de prata chamado *s't* ou *sniw*, que pesava 1/12 *deben*. Esta unidade tem sido traduzida convencionalmente como peça (Cerny 1953-54: 912), embora James (1984: 268) prefira uma tradução mais neutra como unidade. Cerny tem sugerido que a peça era um disco metálico de prata, com um peso fixado em 7,6 g, e que trazia uma inscrição que determinava seu valor e reconhecia a autoridade emitente, ou seja, algo muito parecido com a moeda. Mas é estranho, como têm apontado alguns egiptólogos, que até o momento, nenhuma peça foi descoberta em escavações. Não há provas que um objeto desta natureza tenha realmente existido, mas seu uso na determinação de preços foi difundido como atestam inúmeras fontes.⁹ Seu uso parece ter sido restrito às 19ª e 20ª dinastias. Pequenos valores de *sniw* eram expressos em *hin*, seis dos quais formavam uma peça. Entretanto, o *hin* foi originalmente uma medida de capacidade e não de valor. Assim, uma expressão do tipo “um objeto faz (custa) dois *hin*” pode indicar que o preço do objeto em questão foi o mesmo que o de dois *hin* de certo líquido. Como o *hin* era uma medida de capacidade muito usada para óleos, Cerny (1953-54: 913) supôs que os três tipos mais comuns de óleo, o *mrht*, o de gergelim e a gordura, possuísem o mesmo valor e, portanto, não haveria distinção entre eles. Mas os preços analisados por Janssen (1975) demonstram o contrário. Dos sete exemplos de óleo *mrht* expressos em *deben* nas listas de Janssen há apenas um com a cotação de 1 *deben* por *hin*, contra cinco exemplos de 0,5 *deben* por *hin* e um de 0,25 *deben* por *hin*. No caso da gordura, dos nove exemplos, apenas três têm a cotação de 1 *deben* por *hin*. Mas, para o óleo de gergelim, há mais de quatorze exemplos da cotação de 1 *deben* por *hin*. Desta maneira, pode-se concluir que a base da unidade de valor *hin* foi o óleo de gergelim que custava 1 *deben* por *hin* ou 1/6 de *sniw*. É evidente que a peça com sua subdivi-

(9) P. Ashmolean 1958.111, O. DM 232, I, O. Berlim 1268, P. Cairo 58070, O. DM 214, O. Gardiner 103, P. Berlim 9785, O. DM 49.

são em *hin* representava um sistema totalmente diferente do sistema de *deben*, que foi dividido em *kite*, fundado em uma base decimal.

O último meio de expressar valores era a avaliação em unidades de grãos. A medida usada aqui era o *khar* (saca), também uma medida de capacidade, avaliada em 76,88 l.¹⁰ O *khar* era dividido em *oipes*, que correspondia à sua quarta parte ou 19,22 l. O uso do *khar* era muito mais determinado pelo tipo de preço dos objetos que pela qualidade ou característica dos mesmos. Valores baixos eram geralmente expressos em *khar*. Mesmo assim, havia uma preferência em expressar o valor de cestarias e grãos neste sistema. Quando o objeto avaliado era, por exemplo, um recipiente, há dúvidas se o valor expresso é a capacidade do objeto ou seu preço, “uma cesta faz dois *oipe*”. Mas quando o objeto em questão deixa de ser um recipiente, a analogia ao preço é clara, “uma sandália faz dois *oipe*”

Em geral, as três unidades de conta eram livremente conversíveis. O rateio do *deben* e do *khar* estava fixado em 2:1. Mesmo que o valor do grão flutuasse, os egípcios possuíam uma idéia do padrão do valor do *khar*. Os rateios de *sniw* para o *deben* e para o *khar* eram mais fluidos, embora fossem passíveis de conversão. O rateio entre o *deben* e o *sniw* ficou estabilizado em 5:1 ao longo do Novo Império (Janssen 1975: 107).

A idéia de que o dinheiro era produto antes que valor, é uma importante indicação da perspectiva egípcia do comércio. Enquanto hoje em dia se tenta comprar barato e vender caro, as trocas praticadas no Egito eram baseadas na paridade. Cada parte na troca oferece algo de valor igual para a outra, na intenção de obter o produto desejado. Em todos os níveis sociais, o comércio representava um meio de se obter produtos e serviços e não a criação de lucro. A mentalidade dos egípcios era concreta em relação aos produtos e vaga em relação aos preços (McDowell 1999: 76). As trocas egípcias eram mais concretas que as nossas. Não era o lucro que se buscava, mas sim o objeto ou produto desejado. É esta mesma mentalidade concreta que faz os egípcios escolherem o *deben* de cobre quando objetos de metal

fazem parte da transação ou o *khar* quando cestarias e grãos eram avaliados, como nos é evidenciado por exemplo no O. British Museum 5643 onde encontramos “uma cesta *htp* custa $\frac{1}{4}$ *khar*” ou no O. Gardiner 65 onde vemos “chaleira de cobre custa 20 *deben*”. Sua noção de preço era vaga, pois era difícil determinar com exatidão o valor dos objetos. Costume e tradição tendiam a expressar o valor dos produtos. Como afirmou Janssen (1975a: 541), os preços egípcios eram maneiras grosseiras de avaliar a diferença de valores. Os egípcios eram interessados nos objetos e produtos, não em seu preço abstrato. Em todos os níveis sociais, comércio representava um meio de se obter produtos terminados e serviços e não a criação e a estocagem de riqueza.

A maioria dos produtos trocados nas vilas eram produtos feitos em casa. A produção doméstica feita por mulheres fazia parte estrutural do mercado local. Neste sentido, a atividade da mulher no mercado representa uma extensão da atividade dela dentro da economia doméstica, como fica evidenciado no P. Brooklin 351453 A e no O. Berlim 12630 (Eyre 1998: 173). Vendedores de itens produzidos em casa são inábeis em calcular os custos da produção, já que eles não tinham que comprar nenhum dos ingredientes (Bohannon e Dalton 1962: 8). Esta é uma das razões, mas não a única, para a certa estabilidade de preços na economia egípcia. Tradição e costume foram outros fatores importantes para esta manutenção. Flutuações de preço ocorrem, mas elas não influenciam decisivamente a rotina econômica. Para Kemp (1989: 249), tradição pode ser vista como um fator promotor do equilíbrio de oferta e procura. Se um artesão aumentasse o preço de seu produto, os compradores iriam procurar outro artesão com preços mais usuais.

Um ponto importante de ser considerado é a linguagem que era utilizada nas trocas. Gardiner (1906: 34) foi o primeiro a sugerir, a partir de suas análises do P. Berlim 9784 e do P. Mayer A. 8, o uso do verbo egípcio *ini* (trazer) no sentido de comprar. Em um clássico artigo, Peet (1932) desenvolveu esta idéia e tentou equiparar palavras egípcias a termos como compra e venda. Nesta direção, Peet também identificou o verbo *ini*, com o verbo comprar. Ele também associou o verbo *rdi*, dar, com o verbo vender. Embora o uso de *ini* como comprar possa fazer algum sentido, na opinião de Bleiberg (1996: 23), o real significado

(10) Produtos avaliados em *khar* podem ser vistos em: O. DM 260, O. Dm 50, O. Cairo 25572, O. Gardiner 105, O. Gardiner 172, O. Strasburgo H 84, O. Bruxelas E 6339.

da palavra *ini* pode ser deduzido do seu uso com a frase preposicional *r isw* ou *rdw*, que significam “em troca por”. Desta maneira, pode-se dizer que a tradução correta seria “adquirir em troca por”. Ainda na opinião de Bleiberg (1995: 1377), o uso de *rdj* como comprar ou vender é menos convincente, sendo melhor traduzido como “dar”. Segundo Nur el din (1994), tanto *rdi* quanto *ini* eram utilizados nas fórmulas de troca sempre em frases preposicionais, assim *rdi-rdb3*, (dar em troca) passa a significar vender, enquanto *r-db3* ou *in r-isw* significam comprar. A falta de um vocabulário específico para as operações de troca fica mais clara ainda quando passamos a considerar os termos utilizados para designar os participantes da transação. Em quase nenhum dos exemplos analisados por Janssen (1975) ou por Cerny (1973) fica claro quem é o comprador ou quem é o vendedor, o que em nossa opinião ressalta o caráter de escambo que existia neste tipo de transação.

As trocas no Egito Antigo eram realizadas em mercados – espaços físicos – ao ar livre (*mryt*), que geralmente se localizavam nos bancos às margens do Nilo, ou de casa em casa.¹¹ A grande maioria dessas transações era realizada verbalmente, com a presença de testemunhas, mas as trocas também podiam ser registradas por escrito. Quando um objeto de valor estava sendo negociado, ou quando um dos contratantes se sentia inseguro quanto às garantias do contrato, era costume tratar a convenção como um ato jurídico, registrando-a por escrito, através do auxílio do conselho local ou de um escriba (Allan 1998: 137). Outro tipo de transação que normalmente era registrada por escrito eram as doações de presentes como podemos ver em O. DM 643 ou no O. Petrie 51. Esses presentes eram registrados, pois se esperava que o agraciado, em uma ocasião futura, os retribuísse (Janssen; 1982: 257).

No direito egípcio existiam duas grandes categorias de contratos que registravam as trocas entre indivíduos. A primeira, na qual as prestações respectivas são imediatas de uma parte e de outra, e que assumiam a forma de venda. E a segunda são os contratos que comportam, em favor de uma das

partes, uma prorrogação do prazo de execução. Nessas operações se utilizam formulários de empréstimo, mesmo que a transação não trate verdadeiramente de um empréstimo, mas sim de outra convenção consentida a termo como depósitos, aluguel de objetos, venda a prazo ou a crédito (Menu 1982: 216). Os registros destas trocas podem ser de dois tipos: um em que o valor dos objetos é explicitado e outro em que o valor não é explicitado (Janssen 1975: 510).

No caso das operações de venda, ou seja, trocas baseadas na simultaneidade das prestações de ambas as partes, o ato de avaliação seguido do acordo sobre o preço constituem um elemento fundamental dessas transações. Esta seqüência de acontecimentos era chamada de *swnt* ou *sounet* (Menu 1998: 132).

Algumas idéias do processo de troca podem ser descobertas nas *Cartas de Heknakte*, sacerdote e proprietário de terras do Médio Império (2040-1640 a. C.). Os integrantes da casa de *Hekanakht*, que ficava em *Nebstyt*, são instruídos a arrendar terras utilizando como pagamento cobre, grãos, roupas ou outros produtos, mas fica clara a preferência por óleo. Assim, os diversos itens utilizados para o pagamento tinham que ser convertidos em óleo, e este era usado para efetuar os pagamentos. Esta prática parece ter sido comum em transações mais formais, como os arrendamentos (James 1984: 245). Desta maneira, um tipo de produto poderia ser especificado como um produto aceitável em certos tipos de transação. A especificação do tipo de produto utilizado para efetuar os pagamentos permitia uma maior precisão na hora de receber a quantia desejada.

Em resumo, após os acordos iniciais em relação ao produto e ao valor que deveria ser pago por ele, *sounet*, o indivíduo interessado em adquirir certo produto deveria dar ao vendedor um produto de igual valor para poder adquirir o objeto de seu interesse. Se o comprador não possuísse um produto que somasse a quantia necessária para efetuar o pagamento, ele saía em visita a amigos, parentes e vizinhos a fim de coletar o necessário para saldar o valor estipulado pelo vendedor. Assim, o comprador pedia “presentes”, que lhes eram concedidos pois, ao mesmo tempo em que o doador do presente tornava-se seu credor imediato, podendo ao seu tempo cobrar um presente de valor igual, maior ou menor, criava-se uma obrigação social entre as partes. Desta maneira o

(11) Um bom exemplo do uso da palavra *mryt*, no sentido de mercado pode ser visto no O. Brooklin 37.1880, traduzido e comentado por Janssen em seu *De Markt op de Oever*.

comprador reunia o valor necessário para adquirir o produto que ele desejava. Portanto, embora os preços fossem fixados em *deben*, *sniw* ou *khar*, o pagamento era feito com vários produtos, na maioria das vezes coletado entre vizinhos e parentes, que somassem a quantia estabelecida pelo vendedor (Allan 1998: 136). Quando objetos de metal eram utilizados nas trocas, fazia-se uso de balanças para verificar o peso dos objetos, a fim de determinar o preço correto. Como os objetos arrecadados pelo comprador nem sempre atingiam de maneira exata o preço estabelecido, a quantia que ultrapassasse em favor de qualquer deles seria anotada e reservada para uma futura transação (McDowell 1999: 74). Esta diferença também poderia ser paga com o que Cerny chama de “peças de metal batido” (Cerny 1953-54: 914). Mas este procedimento não era usual, a norma era que a pendência fosse levada adiante e debitada à parte referente em uma próxima negociação.

Todo este sistema é chamado por Janssen (1994: 135) de “abertura de um sistema de créditos”, no qual todos são credores e devedores de muitos outros e a atuação da comunidade é vista como uma participação de grande generosidade. Só um controle social forte poderia regular estas transações, a fim de punir os que abusavam do sistema em proveito próprio. Esse sistema baseia-se em trocas de relações, nas quais a manutenção das forças sociais coesas e as boas relações de vizinhança são o mais importante, já que várias pessoas podiam ser envolvidas em uma relação de troca. Sem dúvida, o sucesso do sistema dependia, em sua extensão, da verdade e da honestidade que existia entre as partes envolvidas em uma barganha. As admoestações preservam muito bem este tipo de conceito moral, bem como as composições nas portas. Nas palavras de *Amenemope*: “Não faça a escala desigual, ou use pesos falsos ou reduza as partes de medida de grão..... Não faça medida de capacidade para você mesmo, pois senão você descerá às profundezas. A medida é o olho de Rá, aquele que fraudar será humilhado. Aquele que usa seu olho com imprecisão o terá contra ele.” (Licheinstein 1976: 156).

Em um sistema como o apresentado acima, não há espaço para a formação de lucro através das trocas. Produtos eram adquiridos porque alguém, indivíduo ou instituição, necessitava deles. Não há formação de capital, não há investimento na ordem para aumentar a riqueza individual. Os

egípcios não acumulavam capital como riqueza através das trocas visando lucro. Havia outras forças que motivavam a economia. Dalton (1967) tem argumentado que as economias pré-industriais não reconheciam a economia como separada da estrutura sócio-cultural. Para ele, as transações econômicas cimentam as relações sociais bem como realocam produtos onde eles são necessários. A estrutura social fornece, neste caso, a motivação para as ações econômicas.

Ao lado dos contratos que registravam operações, que se caracterizavam pela simultaneidade das prestações de ambas as partes, temos as categorias de contrato a termo, ou seja, contratos em que existia uma prorrogação no prazo de execução. Os contratos deste tipo mais praticados eram os empréstimos e as cessões a termo.

Nos empréstimos, a principal obrigação do devedor era a de restituir a soma emprestada ao tempo combinado. Nos empréstimos há dois elementos fundamentais: transferência de mercadorias de uma parte e restituição de mercadorias ao fim de um certo tempo. Nesses contratos havia a possibilidade da existência de uma cláusula acessória, o pagamento de vantagens. Sua execução era garantida por juramentos, um sistema que teve uma evolução paralela à do próprio empréstimo. Exemplos de empréstimos podem ser encontrados em: O. Gardiner 137, O. Berlim 10655, O. DM 57, O. Petrie 60.

Tudo que abordava o juramento pronunciado pelo devedor constituía para o credor uma segurança contra o não pagamento da dívida (Allan 1998: 139). Em uma sociedade como a egípcia, as sanções religiosas eram particularmente temidas. Nos primeiros contratos de empréstimo, apenas o juramento do devedor estava presente, a despeito de outras formas de garantia. No final do Novo Império, garantias materiais são exigidas nos contratos. Garantias gerais sobre os bens do devedor passam a figurar nos contratos. Mais tarde, hipoteca sobre imóveis passa a ser a garantia do credor. Somente no período Ptolemaico é que surgirá a necessidade de terceiros, como uma espécie de fiador, nos contratos de empréstimo. (Menu 1982: 217).

No que concerne aos empréstimos de gênero, a operação se confunde muito facilmente com os depósitos e com o aluguel de serviços, pois todos são contratos gratuitos, em que o devedor tem como única obrigação a devolução do objeto

emprestado. Contratos de empréstimo e contratos de crédito também se confundem. Isto porque aquele que aceita ser pago a termo, concede na realidade um empréstimo, sem contar o fato de que muitos deles tinham as mesmas garantias e as mesmas sanções, ou seja, pena do dobro e 100 chicotadas em caso de não pagamento.

No Novo Império, os empréstimos de uso não eram gratuitos. Ao lado da tarifa convencional de 0,5 *oipe* de grão que os particulares aplicavam entre eles, existia uma tarifa legal que se refere aos empréstimos de interesse público ligados à corvéia. A taxa parece ter sido estável e era determinada pela duração do empréstimo. Os contratos eram gratuitos quando eram realizados por menos de dez dias, empréstimos de dez dias custavam 0,5 saca de grão e a partir do décimo até o trigésimo a taxa era de 1,25 sacas. As taxas eram calculadas em cereais mas poderiam ser pagas em qualquer item.

Nos empréstimos de gênero, a propriedade dos itens passa ao devedor que deve restituir uma quantia igual. Nos empréstimos de uso, a propriedade continua com o credor, que deveria, a seu tempo, ter a restituição do mesmo objeto. Em caso de extravio, além de restituir com um objeto similar o devedor pagava uma multa.

No caso das cessões a termo, também se encontra a existência de penalidades do dobro em caso de não cumprimento dos acordos. Os contratos desse tipo podem ser considerados como verdadeiras vendas, pois o princípio da simultaneidade é respeitado, devido ao fato de o vendedor entregar o produto da venda e se tornar titular de um crédito, que, com sorte, pode transformar-se no dobro do estipulado pela venda.

Um tipo de cessão a termo muito comum no Egito Antigo era a venda da colheita ainda no pé. Esses contratos geralmente aconteciam dois meses antes da colheita. No momento em que a safra era colhida, os grãos que haviam sido vendidos anteriormente eram remetidos aos compradores (Menu 1982: 319).

Somente eram registradas transações nas quais o valor total era alto. Trocas simples, envolvendo pequenos valores não necessitavam de registro, elas eram operações apenas verbais. Quando estavam envolvidos objetos considerados de valor mais alto, como camas, ataúdes, vasos de bronze ou gado, havia a necessidade de se procurar um escriba a fim de este redigir o registro. O fato de os contratos em *sniw* apresentarem valores baixos se

explica pelo fato de que o valor do *sniw* de prata era mais alto que o do *deben*, desde que 1 *sniw* equivalia a 6 *deben*. Transações com valores baixos só eram registradas em casos excepcionais (Janssen 1975: 513). Mas não há razões para acreditar que as trocas menores, verbais, fossem realizadas de maneira diferente. Preços abaixo de 1 *sniw* eram expressos em *hin* e preços abaixo de 1 *deben* eram expressos em *khar* e *oipe*. No geral, podemos dizer que os preços baixos eram calculados em *khar* e os preços altos em *deben* e às vezes em *swin*. O *khar* era preferido quando os grãos estavam envolvidos nas trocas, bem como o *deben* era preferido onde objetos de metal estavam presentes. Parece que a qualidade do material também influenciava na escolha da unidade de conta, pois nos registros de Deir el Medina, sandálias feitas de couro foram avaliadas em *sniw* enquanto as feitas de outro material eram avaliadas em *khar*. Claramente, a medida de valor foi menos abstrata para os egípcios do que o é hoje em dia para nós (Janssen 1975a).

Fora o comércio local entre particulares em uma mesma vila, onde as pessoas trocam produtos de acordo com suas necessidades pontuais, existia no Egito, particularmente durante o Novo Império, um comércio de escala maior. Esta forma de comércio dependia essencialmente das grandes instituições, templos e seus domínios, palácio e grandes proprietários rurais e era feita principalmente através da via fluvial. Estas trocas implicavam, geralmente, em grandes quantidades de produtos e colocavam em contato diversas regiões do país, o que gerava a necessidade da intervenção de intermediários e diferentes tipos de especialistas; transportadores, negociantes e seguranças. Além dos barqueiros e dos *mskbw*, outro tipo de profissional estava presente nas expedições comerciais. Eram os *swtjw*, agentes comerciais, que eram os responsáveis pela gestão e organização das transações comerciais¹² (Allan 1998: 153). Eles eram os especialistas na avaliação dos produtos e na conversão virtual do produto em uma unidade de conta. Não se trata de negociadores independentes, mas de empregados de uma instituição ou, em raras vezes, de um particular. São

(12) A presença dos agentes comerciais pode ser vista no: P. Lansing, P. BM 10068, P. Bolonha 1094, P. Ashmolean 1945.96, P. Boulaq 1094, P. Turim 2008+2016, P. Amiens.

eles os intermediários entre os produtores e os consumidores institucionais (Bickel 1998: 166). Ignora-se quase tudo a respeito de seu trabalho. Além das trocas dentro do Egito, eles podiam também se ocupar com o comércio externo.

Como boa parte do salário dos agentes e da tripulação era paga em forma de grãos, é possível que formassem algum excedente ao longo das viagens. Os agentes eram responsáveis por grandes quantidades de grãos, assim, pode-se imaginar que eles poderiam, à margem da contabilidade, dispor de pequenas quantias para seu próprio fim. Na opinião de Janssen (1975a), uma parte dessas rações poderia ser utilizada para as trocas em mercados locais, permitindo assim que pudessem usufruir outros alimentos que não apenas pão, durante a viagem. Algumas listas de rações indicam que uma parte do salário dos trabalhadores e dos oficiais dos barcos era calculada nos termos de pão e cerveja. Um salário básico consistia de dez pães e um terço de um jarro de cerveja (Cerny 1953-54: 129). Este sistema combinava uma distribuição real e uma distribuição nominal, sendo que esta última se dava na forma de crédito. O crédito, resultante da acumulação de rações não distribuídas, era registrado e poderia ser convertido em outros produtos.

A circulação de bens na esfera religiosa

No Egito Antigo, religião e economia andavam lado a lado e, embora seja difícil de acessar o grau desta interação, sabemos que o setor religioso, pelo menos durante o Novo Império, desempenhava um papel econômico de grande relevância.

Um aspecto importante da religião egípcia e que tinha um papel socio-econômico de grande significância diz respeito às oferendas.

A palavra *hetep nesu* (oferenda) era constituída em egípcio dos signos hieroglíficos que representavam o pão cônico e o jarro de cerveja, os dois elementos básicos da dieta egípcia. Segundo as fontes escritas e iconográficas, oferendas eram dirigidas aos deuses em todos os templos egípcios três vezes ao dia, no nascer do sol, no meio dia e no pôr do sol. Havia oferendas especiais em todos os festivais religiosos. As oferendas aos deuses eram apresentadas no interior dos templos sem a

participação do público. A partir das fontes arqueológicas, sabemos que as oferendas reais eram constituídas de objetos e bens de prestígio, muitos deles importados do Oriente Próximo e do Egeu, além de estátuas, armas, óleos, perfumes, incenso, sal, natrão, roupas e principalmente alimentos. A abundância, sem restrições, foi a marca das oferendas reais. As listas de oferendas nos fornecem um tipo de catálogo dos alimentos, provisões e bens que o Faraó estocava no tesouro real.

As oferendas eram também uma forma de manter a estabilidade da ordem cósmica e universal, desta maneira, as oferendas foram também referidas como “Presentes de Ma’at” (Englund 1987: 57). Um tipo especial de oferenda real que se tornou, desde cedo, uma importante instituição social, eram as chamadas “Oferendas que o Faraó dá”. Deuses e homens eram chamados de “os alimentados” e sua subsistência dependia da bondade do governante. Essas oferendas não só eram utilizadas para a manutenção do culto funerário real, como também eram usadas para os cultos dos *Imakhu*, os privilegiados, e para manter o culto divino. A obtenção desse tipo de oferenda para manutenção de ritos funerários foi um fator de prestígio social, político e econômico para os egípcios. Não só altos dignitários poderiam obter a concessão das “oferendas que o rei dá”, mas, oficiais menores ou outras pessoas ligadas ao Estado também eram contempladas. Esse tipo de oferenda atestava a superioridade do Faraó e aumentava seu prestígio e autoridade. “A aceitação das oferendas pelos deuses e pelos mortos era um reconhecimento da autoridade, uma promessa de obediência que ligava os deuses e os mortos, por um contrato moral, com aqueles que os alimentavam” (Moret 1972: 167). Assim, as oferendas reais tinham um claro caráter de reciprocidade entre o Faraó, os deuses e os mortos. “A doação de presentes aos deuses, mortos e ancestrais pode produzir abundância e riqueza, pois obriga os seres sagrados a retribuir sob a pena de serem considerados fracos e ineficientes. Assim, um dos primeiros seres com quem o homem operou trocas foram os deuses e espíritos dos mortos. Isto porque são eles os autênticos proprietários das coisas e de bens deste mundo. A destruição de bens nos sacrifícios ou sua imobilização nas tumbas tem a finalidade de ser devolvida. É com os deuses que se deve trocar e com eles que é mais perigoso não efetuar as trocas” (Mauss 1923 – 24: 173).

As oferendas reais eram motivadas pela reciprocidade (Godelier 1996: 12-15). Nas cenas de oferendas reais, o presente do Faraó provocava uma resposta imediata do deus, que estende seus braços, com o signo da vida, estabilidade e prosperidade nas mãos, e toca o nariz do Faraó em sinal de retribuição. Os egípcios consideravam que vivos, mortos e deuses possuíam as mesmas necessidades, hábitos e desejos. O requerimento básico era de comida, bebida, água para se lavar, perfumes e roupas, casa, descanso e diversão. Na concepção egípcia se existisse vida após a morte, estas deveriam ser as necessidades básicas, sendo responsabilidade do culto funerário supri-las. As oferendas de alimento formavam a parte mais importante do rito funerário diário, assim como a apresentação dos alimentos aos deuses nos templos. As oferendas reais eram de dois tipos. De um lado existiam as oferendas que tinham a intenção de mostrar aos deuses a riqueza, a bondade e o desprendimento material do Faraó, que se caracterizavam como oferendas demasiadamente suntuosas e tinham como objetivo obter do deus uma oferenda de igual ou maior porte. De outro lado, temos as oferendas aos deuses que representavam forças nefastas e destrutivas. Essas oferendas tinham como fim não só acalmar os deuses, mas também anulá-los.

As oferendas, em geral, não se davam apenas através de presentes materiais. O ato de devoção em si era tão importante quanto as oferendas materiais. Também as qualidades morais e mentais de um indivíduo eram como uma espécie de oferenda para os deuses. Com o passar do tempo, réplicas dos itens de oferendas, confeccionadas em incenso e pão, serviram para substituir as grandes quantidades de produtos que eram ofertados. Outra maneira de evitar o consumo exagerado de bens materiais, era proceder diante da capela do deus ou da tumba do morto, à leitura das listas de oferendas, o que evitava o gasto excessivo com diversos produtos. A tumba e todo o equipamento funerário eram considerados como um presente que o proprietário dava aos deuses. Presentes em espécie desde cedo foram substituídos por longas listas que relacionavam os itens ofertados, encabeçadas pela frase “milhares de oferendas de pão e cerveja, gado e aves, alabastro (em forma de vasos) e roupas” (Haring 1997).

A manutenção das tumbas e do culto funerário, em geral, era de responsabilidade de algum parente

do morto, ou da pessoa que cuidasse da fundação funerária do mesmo. O culto funerário no Egito Antigo tinha uma forte base legal. As fundações piedosas eram parte fundamental da sociedade egípcia e consistiam essencialmente de domínios agrícolas, que eram personificados por uma mulher carregando uma tábua de oferendas. Elas eram pensadas aparentemente para assegurar a manutenção perpétua do culto das estátuas, seja dos deuses, faraós ou indivíduos particulares. Elas tinham a forma de um fundo estabelecido por uma doação inicial de propriedade ou por contratos que assegurassem a renda em outros lugares, em geral, outras fundações. Este fundo tinha que se manter intacto e, a menos que fosse modificado por um acordo legal específico, era perpétuo. Existiam severas penalidades para aqueles que violassem ou danificassem alguma fundação piedosa, bem como as oferendas votivas. As rendas eram revertidas para aqueles que mantinham o culto. As mais importantes fundações religiosas foram os templos rituais mortuários, considerados como templo para as estátuas reais, com uma tumba real conectada que, atuando como um vasto relicário, dava enorme autoridade para aquilo que foi em essência um culto ancestral e um importante fator de estabilidade do governo. Esse fenômeno foi repetido em diferentes escalas através da sociedade egípcia, na forma de cultos privados funerários. Os arquivos, como o do faraó Neferirkara da 5ª dinastia, revelam uma administração detalhada das fundações piedosas.

Os egípcios mais abastados reservavam parte de suas rendas em vida para o estabelecimento de doações funerárias, sendo que a renda destas fundações era revertida em oferendas para sua tumba, quando fosse enterrado. Uma parte dessa renda era direcionada para os Servos do Ká, que eram os responsáveis pela manutenção do culto funerário e a apresentação das oferendas diante da estátua do morto. Pagamentos eram feitos também ao sacerdote leitor, para que recitasse certos hinos em festivais e dias especiais. Às vezes, um contrato era feito entre o proprietário da tumba e o Servo do Ká, para que se garantisse a oficialização de todos os cultos necessários. Esse contrato poderia aparecer nas estelas funerárias ou nas paredes do templo. Para alguns oficiais de maior importância, o Faraó colocava a estátua do morto em certos templos e os familiares pagavam aos sacerdotes para que estes realizassem os cultos diante da estátua.

Grande parte da vida econômica egípcia durante o Novo Império estava centrada nos templos, locais de residência divina. Segundo Cardoso (1987), isto foi resultado de uma divisão de trabalho dentro do aparelho estatal, o palácio passou a se encarregar da política externa, da defesa do país e de obras de infra-estrutura, deixando cada vez mais aos templos a gestão econômica do Estado. Assim os templos controlavam uma porção sempre maior de terras, rebanhos, oficinas e o comércio. A maioria das terras sob o domínio dos templos era arrendada, com uma partilha de 50% da produção entre o templo e o arrendatário (Smith 1972: 716). A riqueza dirigida aos deuses fluía de uma grande diversidade de fontes, ambas na forma de bens de valor e permanentes fontes de renda. A maior parte dessas rendas era fornecida pelas terras que o templo possuía para o cultivo. Os templos também tinham em sua propriedade rebanhos, locais para pesca, tinham direito de caçar aves, produziam linho, que era manufaturado pela oficina do templo, possuíam vinícolas e o acesso às fontes de minerais, bem como o direito à exploração das minas. Presentes reais em pedra preciosas e metais surgem como fonte de renda e um reflexo da piedade do Faraó.

No ato de inauguração de um templo, este era dotado com tudo o que fosse necessário para o início das atividades rituais. Esta doação compreendia os objetos de culto e provisões do depósito real. Além disto, o templo recebia terras para cultivo, rebanhos e oficinas. A administração dos estabelecimentos religiosos estava nas mãos de um funcionário conhecido como *hem neter*, “o servo de deus”. O *hem neter* foi muito mais um administrador do que um sacerdote. Era ele quem conduzia os negócios do templo, detinha autoridade sobre todos os trabalhos e administrava as rendas dos domínios divinos. Os ritos e as cerimônias diárias eram realizados pelos *uabs*, “os puros”, que podemos considerar como os verdadeiros sacerdotes da religião egípcia. Todo o staff do templo era subordinado ao Vizir. “O pessoal empregado pela casa de um deus era responsável não só pela manutenção física e espiritual do principal centro de culto, como também pela boa marcha dos cultos subsidiários, e pela administração e controle econômico de toda a terra e propriedades do templo”. (Cardoso 1987: 147).

Os templos não eram totalmente isentos da cobrança de impostos, eles deveriam pagar cerca

de 1/10 da renda de suas terras ao palácio. Em contra-partida, os templos recebiam presentes reais, que faziam parte da renda real, assim, a taxação agrícola dos templos precisa ter sido em efeito uma troca recíproca de valor (Kemp 1977: 128). Existem indícios de que os templos produzissem um grande excedente de renda (Menu 1998), que era em parte estocado e em parte destinado ao comércio, principalmente os itens perecíveis, como alimentos e o linho. Os responsáveis pela venda desse excedente eram os agentes comerciais, que faziam parte da tripulação dos barcos dos templos. Esses agentes parecem ter sido uma característica regular do staff dos templos. Assim, os templos uniam os dois lados da atividade econômica, pois coletavam as taxas dos centros produtivos e trocavam o excedente desta produção por outros itens. Os agentes não comercializavam apenas com os produtos dos templos. No momento em que os barcos atracavam em algum porto, os marinheiros e agentes iam até o mercado no banco do rio, *mryt*, para obter suprimentos e alimentos prontos, que eram trocados com suas rações e salários em grãos. Boa parte desses alimentos era preparada por mulheres em suas casas e vendida nos mercados a barqueiros e agentes, que desejavam variar um pouco a dieta pobre das viagens.

Os festivais religiosos também tinham a sua importância econômica. Os festivais reuniam uma grande quantidade de pessoas nas vizinhanças do templo, o que permitia uma certa atividade comercial, sobretudo perto das muralhas dos templos (Smith 1972: 717). Havia, nestas ocasiões, distribuição de comida e bebida às comunidades urbanas e aldeãs. Esses festivais também tinham um papel ideológico considerável, pois reforçava o controle psicológico das elites sobre a sociedade em geral.

Comércio externo

O comércio externo egípcio era conduzido em duas direções: contatos diretos, com regiões vizinhas próximas, Canaã no Norte e a Núbia no Sul; e contatos indiretos, por intermédio dessas regiões com áreas mais distantes.

O pessoal envolvido nesta forma de comércio formava um grupo social bem delimitado, represen-

tando uma profissão especializada caracterizada tanto pela organização de caravanas, como pelo comércio marítimo. Essa forma particular de comércio administrativo não deve se confundir com outros tipos de comércio, como por exemplo o mercado local. Os artigos principais desse tipo de comércio eram produtos de luxo, objetos de prestígio e suas matérias primas.

O comércio que se desenvolvia entre zonas tão distantes não aparece em nenhum momento como uma atividade voluntária dos indivíduos, não sendo, portanto, uma extensão das trocas diretas que aconteciam nos mercados locais. Esta era uma atividade estruturada, de pessoas que realizavam suas tarefas de acordo com a autoridade de organizações institucionais. No caso egípcio, o comércio externo foi uma prerrogativa do governo, sendo que os indivíduos que participavam desta atividade comercial eram usualmente agentes dos templos ou da coroa. Este “homem de negócios” como Kestmont (1977: 192) definiu, podia ser investido de cargos diplomáticos ordinários. Desta maneira, os funcionários do setor público de transportes, que eram os responsáveis pela organização e gerenciamento do comércio de longa distância, constituíam a base da diplomacia ordinária. Isto notadamente acontecia no Egito Antigo, durante o Novo Império. Helck (*apud* Kestmont 1977: 193), em sua análise de uma missão comercial egípcia, verificou que dos 30 funcionários existentes na missão, 15 eram ditos diplomatas e outros 8 faziam parte da comitiva. Mas todos esses “diplomatas” eram funcionários do setor de transportes, oficiais, marinheiros, oficiais de cavalaria etc.. Assim, pode-se dizer que existia uma grande permeabilidade entre o comércio de longa distância e o sistema de transporte.

O foco das transações era o porto de comércio, ou seja, cidades cuja função específica era de servir como ponto de encontro de mercadores de longa distância. Os portos de comércio eram regiões politicamente neutras, dedicadas ao comércio inter-regional, onde os países não comercializavam diretamente, mas utilizavam o auxílio de intermediários. Os portos de comércio eram os únicos locais que cumpriam todas as exigências para a realização deste tipo de contato, ou seja, segurança, garantias e neutralidade política. Esse último aspecto era essencial, pois só desta maneira se poderia assegurar a continuidade do abastecimento e a segurança dos enviados estran-

geiros e suas propriedades. Esta neutralidade era conseguida através de tratados e acordos que versavam sobre o desembarque, o transporte e o armazenamento dos produtos. É a existência dos portos de comércio que na opinião de Revere (1974: 100) garantia a independência das cidades costeiras na antiguidade. Ugarit, que funcionava sob influência egípcia, e Al Mina, que estava sob influência hitita, no Final da Idade do Bronze, são bons exemplos de portos de comércio, o mesmo talvez possa ser dito de Kommos no Egeu e de Biblos.

As transações entre os países aconteciam por troca epistolar, o que significa dizer que o comprador, através de cartas, determinava os produtos de sua necessidade; o vendedor, por sua vez, enviava as mercadorias e também por carta fixava o valor que deveria ser-lhe restituído em troca.

Mesmo em sociedades baseadas em uma economia de reciprocidade e redistribuição como a egípcia, parece claro que, quando ligadas pela necessidade de importar produtos vitais como o estanho, essas sociedades eram forçadas a se acomodar em um sistema econômico mais compatível com o comércio e exportação. Um sistema baseado na reciprocidade e nos dons não exclui a possibilidade da existência de um sistema comercial de transações concomitantes em respostas a situações externas. Assim, muitos níveis de troca e comércio podem ter existido contemporaneamente nas sociedades antigas.

O comércio externo no Mediterrâneo e no Oriente Próximo, na Idade do Bronze, era um comércio diplomático. As chamadas cartas de Amarna (correspondência diplomática entre Amenófis III e Akenaton (Egito), e os reis da Babilônia, Assíria, Mitani e Hititas) exemplificam bem esse sistema de troca baseado em presentes entre as cortes do Antigo Oriente Próximo. Nessas correspondências diplomáticas, o modelo de redistribuição e reciprocidade fica muito bem atestado. Essas cartas nos revelam que todos os despachos diplomáticos eram acompanhados por presentes, como pode ser observado nas cartas EA 7, 35, 39 (presentes vindos de Chipre), 9, 13 e 14 (presentes vindos da e para a Babilônia) 16, 22 e 25 (presentes vindos de Mitani), 19 (presentes vindos de Ugarit). O valor dos presentes era muito bem descrito, na esperança de se obter algo em retribuição. Por exemplo, os despachos de Amenófis III e Akenaton eram sempre acompa-

nhados de suntuosos presentes sendo que qualquer país que tivesse o Egito como inimigo interpretaria esses presentes como pagamento de tributo enviados pelo Faraó.

Os metais preciosos eram sempre avaliados em *minas* e *shekels* (unidades de conta e de valor na Mesopotâmia) nas transações do Egito Antigo com a Mesopotâmia durante o Novo Império. Heltzer (1994: 319) nos mostra que existia uma certa relação entre o assírio *shekel* e a peça egípcia. Este autor afirma ter sido costume dos assírios igualar o valor de sua unidade de conta à de outros países a fim de facilitar as relações comerciais. A *mina* pesando 470g foi dividida em 40 *shekels* para facilitar o comércio com os hititas no século XIII a.C., igualando-a, assim, ao sistema hitita valendo um *shekel* 11,75g. Para o comércio com os egípcios, a *mina* foi dividida em 50 *shekels*, passando o *shekel* a valer, então, 9,4g, aproximadamente o valor do *kite* egípcio que pesava 9,1 g. É de se salientar que para o comércio com Karkemish (politicamente dependente dos hititas), a *mina* foi dividida em 60 *shekels*, assim, cada *shekel* valia 7,83g, peso parecido com o da peça egípcia de 7,6g. Evidentemente, toda essa paridade metrológica facilitava em muito as relações comerciais, facilitando também o controle dos inventários de produtos enviados e recebidos.

Ainda em relação aos inventários relativos às relações de troca entre países, a adoção do modelo de reciprocidade é típica durante o período armaniano (1367-1350 a.C.) e ramessida (1308-1090 a.C.). Encontram-se algumas variações em torno das relações de afeição descritas nos inventários: “meu senhor, seu servo necessita de tal e tal produto”, ou ainda “meu grande pai, seu filho lhe pede ...”. Como podemos observar na carta EA 7 diz o Rei da Babilônia ao Faraó: “Como é dito nas terras do meu irmão há de tudo e meu irmão de nada necessita, em minha terra há de tudo e eu também nada necessito, entretanto temos recebido de nossos predecessores uma boa relação de amizade, enviamos e recebemos presentes uns dos outros, pode esta relação continuar a perdurar?” ou ainda na EA 11: “entre reis há irmandade, fraternidade, alianças e boas relações se há abundância de pedras preciosas, ouro e prata” Segundo Zaccagnini (1990: 59) isso é bem típico de uma época quando não existia uma hegemonia absoluta de um país, mas sim um certo equilíbrio político e militar na região. As cortes passavam a

funcionar como grandes casas domésticas. A comunicação e o tratamento entre as cortes se fazia em nível de igualdade onde a reciprocidade era realizada para benefício de todos os envolvidos.

O caráter de obrigatoriedade que Mauss percebeu em sua pesquisa pode também ser percebido aqui. Aqueles que não se aceitavam como “irmãos” eram colocados de fora das transações e não eram reconhecidos politicamente. Se comparado com o sistema de trocas interno, cotidiano do Egito Antigo, percebe-se uma grande similaridade, já que, aquele que se negasse a participar do sistema era marginalizado e de certa forma excluído da comunidade. Isso porque seja no aspecto internacional ou interno das transações de troca, cada envio ou empréstimo, cada doação de um presente era mantenedor do sistema, já que forçava o outro a uma retribuição e assim por diante. Uma carta recebida por Amenófis III (1411-1375 a.C.) do rei dos mitanis, Rib-Adda, ressalta a importância de se participar desse sistema de reciprocidade, dizia a carta: “embora meu pai recebesse no passado prata do Faraó, eu não tenho recebido nada de meu irmão, enquanto os outros recebem” (Aldred 1970: 111). Quando as transações são puramente comerciais, percebe-se que não há restrições quanto ao número e à qualidade dos participantes. Mas quando falamos desses sistemas de prestações totais as implicações políticas e morais são muito maiores. Não se permitia a troca de presentes com potências inimigas. Assim, por exemplo, se A é inimigo de C, pode ele comercializar com B, mas B não pode comercializar com C. Dessa forma, B faz a relação com C parecer remessa de tributo, contribuição forçada, e não aparentar uma troca de presentes. Portanto, uma mesma troca é relatada por C como troca de presentes e por B como remessa de tributos (Zaccagnini 1990). Um claro exemplo desta política pode ser observado na carta EA 9, onde se pode ler o Rei da Babilônia dizendo: “Em relação aos assírios digo; não os enviei até você, porque eles foram ao seu país? Se quer continuar meu amigo não faça negócios com eles, envie-os de volta com as mãos vazias”

Comércio de metais, notadamente metais preciosos, ouro e prata, e metais básicos, cobre e estanho, representou um dos maiores aspectos do comércio na Idade do Bronze, sendo o Egito um dos principais parceiros comerciais neste cenário. Renfrew (1972:440-475) argumenta que o cresci-

mento na escala do comércio de metais durante o terceiro milênio a.C. estimulou o desenvolvimento do comércio internacional e tornou possível o acúmulo de riqueza no Egeu, Anatólia e Oriente Próximo.

“Ox hide ingots” (objetos de metal, geralmente de cobre que assumiam a forma de uma pele de boi), representam o mais conhecido grupo de artefatos de metal do Mediterrâneo no final da Idade do Bronze. Esses lingotes, pesavam normalmente cerca de 30 quilos, e foram descobertos em sítios datados no 16º ao 12º século a.C. por todo o Mediterrâneo (Budd, Polardi, Scaife e Thomas 1995: 1). Devido à grande difusão de sua distribuição e sua presença em cargas marítimas de grande escala, esses lingotes têm sido de particular interesse para o estudo do comércio no Mediterrâneo, no final da Idade do Bronze. Para Renfrew (1972:470), o comércio de “ox hides ingots” representava o que ele chama de “troca comercial direcionada”, ou seja, aquisição de produtos não avaliáveis internamente. O comércio de metais parece ter sido caracterizado pela concentração da produção em áreas controladas e por intenso comércio inter-regional, o que é especialmente verdade para o cobre, que durante a Idade do Bronze chegava ao Oriente próximo, através de duas principais regiões minerais, Alasya-Chipre no oeste e Magan-Oman no leste (Liverani 1990: 68). O mesmo pode ser dito em relação ao ouro que era um monopólio egípcio, ou ao incenso que era uma exclusividade de Punt ou ainda em relação ao lápiz lazuli do Afeganistão.

Muito deste sistema de produção monopolista e de comércio inter-regional foi limitado, em primeiro lugar, pelo sistema político caracterizado por unidades regionais, com contatos conduzidos em um nível palacial, e, em segundo lugar, pelas necessidades das unidades adjacentes (Liverani 1990: 69).

Outra região do Oriente Próximo que despertava a cobiça dos egípcios foi Canaã. A posição geográfica desta cidade em relação às rotas comerciais, já que se situava entre o Egito, a Mesopotâmia e o Líbano, foi o fator preponderante na sua conquista pelos egípcios. A verdadeira importância de Canaã para o Egito foi o controle que esta região permitia das rotas que desembocavam nos principais centros comerciais do interior da Mesopotâmia.

Em relação ao comércio egípcio com o Egeu, os objetos egípcios compreendem a vasta

maioria dos objetos orientais descobertos nesta região. Os dados sugerem que o Egito dominou o comércio com o Egeu no final da Idade do Bronze e que os minóicos foram os parceiros com que os egípcios comercializavam (Giles 1993: 63).

Os objetos egeus descobertos no Egito (White 1985) parecem ocorrer principalmente durante os reinos de Hatshepsut a Akenaton (1473 – 1335 a.C.) e no reinado de Ramsés II (1290 – 1224 a.C.). Em outra direção, os objetos egípcios descobertos no Egeu, são relativamente poucos em número. Enquanto esses objetos são indicativos de contato, eles não fornecem claras evidências de um comércio regular. Na era pós-armeniana (a partir de 1335 a.C.), o Egito, com exceção do governo de Ramsés, figurava como um participante menor no comércio marítimo do Mediterrâneo ocidental. Mercadores estrangeiros coletavam produtos egípcios em diversos portos, embarcando-os para a Ásia Menor e para o Egeu. Assim, neste período, os egípcios tinham pouco, ou quase nenhum, contato direto com estas regiões.

Evidências encontradas nos tabletes de Linear B atestam os contatos que existiram entre o Egito e o Egeu. Duas palavras encontradas em alguns tabletes, *mi-as-ra-jo* e *a-ku-pi-ti-jo*, tinham por significado respectivamente, egípcios e “Homens de Menfis”. Palavras como *ku-ru-so*, ouro, e *e-ri-pa*, ferro ou talvez cobre, demonstram que esses produtos faziam parte das transações entre os dois países. Referências aos egeus são mais comuns no Egito, embora também existam em Ugarit e na Babilônia. Algumas tumbas egípcias documentam o contato com o mundo Egeu no Novo Império, por meio de cenas onde aparecem os nomes *Keftiu*, minóicos, e *Tanaja*, Grécia continental.

As relações comerciais egípcias não se resumiam a contatos com o Egeu e com outras localidades do Oriente Próximo, mas também com o interior da África.

Punt, atual Somália, foi uma importante área africana de comércio para os egípcios. Os contatos com a terra de Punt são bem atestados nas cenas de tumbas do Novo Império e nos relevos do templo mortuário de Hatshepsut, em Deir el Bahari. Os produtos comercializados com esta região incluíam incenso, ébano, gado de chifre longo e peles de pantera e chita. Embora o comércio com Punt seja atestado desde o Antigo Império (2575-2134 a.C.), é no período entre os

governos de Hatshepsut e Ramsés III (1473-1163 a.C.) que ele atinge seu apogeu. Após este período, cessam as referências a Punt no Egito, o que indica que provavelmente os contatos deixaram de existir.

Montet (1957: 66) tem demonstrado que as viagens comerciais egípcias a Punt e Biblos estavam de certa maneira conectadas. Para o autor, existia uma rota Punt-Biblos, que era mantida e intermediada pelo Egito.

Outra região africana muito cobiçada pelos egípcios foi Kush. Com a conquista de Tutmósis III da região sul do Egito, toda a área da terceira catarata do Nilo passou a ser controlada pelos egípcios. Esta região era importante, pois mesmo sendo de baixa população e pobreza agrícola, possuía diversas minas de ouro, além do fato de ser vital para as rotas comerciais do deserto, já que ligava a alta Núbia com o norte de Butana.

Conclusão

Pelo que foi exposto acima, podemos dizer que a economia egípcia era regida por dois princípios básicos, Redistribuição e Reciprocidade. É nossa opinião que as trocas em geral no Egito Antigo durante o Novo Império, embora estivessem inseridas em diferentes esferas, estavam, de uma certa maneira, todas regidas por estes dois princípios.

Como foi dito anteriormente, o sistema de redistribuição estava assentado na forma de uma superestrutura sobre a sociedade aldeã. Neste sentido, o papel das vilas como unidades de taxaço e conscriço é absolutamente claro. Todo o excedente produzido nas vilas era coletado e redistribuído pelo Estado. Os vários braços do Estado, Celeiros, Tesouro e Templos supriam as necessidades da população com base no status de cada indivíduo. O fato de o Estado abastecer a população através do sistema de redistribuição restringia, em nossa opinião, pelo menos em teoria, a existência do mercado como uma instituição formadora de preços. McDowell (1999) sugere com base em algumas fontes, notadamente o O. DeM 146, O. DeM 419, O. Berlim 12343, e o O. Gardiner 3, a existência de uma produção especificamente voltada para o comércio. Que este tipo de produção voltada para o comércio existia não

há dúvidas, o problema é que não sabemos o volume e o significado deste tipo de atividade. Nos parece claro que este tipo de atividade não visava à acumulação através da manipulação da oferta e da procura, muito menos através da manipulação dos preços, pois toda esta produção era de uma certa maneira parte do sistema de redistribuição do Estado, isto porque a matéria-prima e as ferramentas utilizadas para a manufatura dos objetos postos a venda eram todos doados pelo Estado. O contexto aqui é o dos trabalhadores de Deir el Medina, que em seu tempo vago utilizavam as ferramentas e matérias-primas cedidas pelo Estado para a construção das tumbas do Vale dos Reis, para manufaturarem objetos, em sua maioria funerários, que eram colocados a venda. Como esses trabalhadores não precisavam comprar a matéria-prima e nem as ferramentas para a confecção dos objetos, pois a recebiam do Estado, eram totalmente inábeis para calcular os custos da produção e, assim, o preço do objeto. Não há neste caso investimento de capital na ordem para aumentar a riqueza individual. Portanto, se os antigos egípcios não acumulavam capital na forma de riqueza através do comércio, deveriam existir outras forças que motivavam a economia como um todo. A nosso ver, essa motivação era muito mais social do que puramente econômica. As trocas serviam na realidade para cimentar as relações sociais e realocar os produtos onde esses fossem necessários. O que se busca é a satisfação das partes em uma transação e não a formação do lucro.

Deixem-nos lembrar a questão das trocas na esfera doméstica. Um bom exemplo deste tipo de transação pode ser visto no O. Petrie 14:

“O provador *Mena* contestou com o carregador de água *Tja*’o dizendo: eu dei a ele, 27 *deben* de cobre na forma de vários valores, dizendo, traga-me um burro. Lista do que foi dado:

1 lenço de cabeça	12 <i>deben</i>
1 manta de tecido fino	8 <i>deben</i>
1 par de sandálias	2 <i>deben</i>
1 saco de trigo	1 <i>deben</i>
4 sacas de farinha	4 <i>deben</i>
Total dado	27 <i>deben</i>

Ele trouxe o burro, mas eu retornei, ele me enviou outro, mas este não era bom, diga isto a ele e peça outro burro ou mesmo meu ‘dinheiro’ ”

Aqui fica claro que o comprador, a fim de saldar o valor estipulado, lançou mão de diversos produtos. Mas, às vezes, esses produtos tinham que ser coletados como “presentes” entre amigos e vizinhos, pois o comprador não os dispunha no momento, como podemos ver no O. DM 643:

“Hay, o deputado	5 pães, 1 esteira
Patjasa	0,25 sacas de trigo, 2 pães
Monthupahapy	0,25 sacas de trigo, 1 pão
Nubemry	5 pães
Nisamem	4 pães
Tawerethery	1 jarro de cerveja, 5 pães, 1 ka
Henutwaty	4 pães
Basa	5 pães
Mutemopet	4 pães
Wabet	10 bolos, 2 feixes de vegetais, 1 jarro de cerveja, etc.

No caso do O. DM 643, o que temos é o registro dos “presentes” oferecidos por certos indivíduos na ocasião de uma festa. Os presentes eram anotados a fim de que o anfitrião os retribuía na ocasião propícia. Embora o contexto seja diferente, o processo de obtenção de objetos e produtos entre vizinhos e amigos é o mesmo, ou seja, todos aqueles “presentes” que o comprador necessitava para saldar o valor estipulado pelo vendedor eram anotados por aqueles que presentavam e por aquele que recebia o presente.

Parece claro que em transações como estas não há espaço para a formação de lucro, pois o que temos é a troca simples de um produto por outro. No Egito Antigo, poucas pessoas parecem ter trabalhado de maneira totalmente independente do sistema institucional. Ninguém que foi proeminente no Novo Império atingiu o sucesso independente da base do Estado. O sucesso e a riqueza provinham do Faraó. Não há indícios de nenhuma pessoa que tenha enriquecido através do comércio ou da manufatura e, como salienta Kemp (1989: 259), nenhum indivíduo de destaque na história egípcia utilizou o título de *swtjw*. Todos os indivíduos, pastores, artesãos, funcionários, oficiais, estavam ligados a uma instituição. Isto não exclui de todo a iniciativa privada, mas reduz significativamente seu quadro de atuação.

A própria fraseologia utilizada nos contratos de troca não faz nenhuma distinção de tipos entre o produto ou a quantidade de metal trocado, assim, como diz Bleiberg (1999), “um egípcio diz indife-

rente; eu dei 5 *kite* de prata por dez *hin* de óleo, ou, eu dei dez *hin* de óleo por 5 *kite* de prata” Nenhuma distinção é feita entre comprador e vendedor. No vocabulário egípcio não existiam palavras para descrever a compra ou a venda de objetos. O fato de não haver distinção entre compra e venda e entre comprador e vendedor nos contratos de troca egípcios, ressalta o sentido de escambo destas relações. Se analisarmos o P. BM 10052 8: 7, veremos que o verbo *rdit* (dar) é utilizado para descrever os dois lados da transação, “Eu dei cevada para o trabalhador Pnufer e ele me deu 2 *kite* de prata”. Como afirmou Bleiberg (1996: 23), a diferença psicológica entre comprar e vender não é reconhecida se a ação de ambas as partes é descrita pelo mesmo verbo, e conclui, “Um verdadeiro sistema de mercado, gerador de lucro, reconheceria esta essencial diferença entre compradores e vendedores”

No caso do comércio externo, este também é em grande parte regido pela reciprocidade. O que faz, por exemplo, o Rei de Mitani, como vemos na EA 39 e 40, enviar ferro para o Egito já que ele não produzia e, portanto, tinha a necessidade deste produto, e o Egito por outro lado possuía abundância deste metal no final da Idade do Bronze? O envio de uma carga pequena de ferro para o Egito seria por si só dispendioso. Aqui estamos diante do “Elementos Irracionais” de Liverani (1972). Esta irracionalidade desaparece se seguirmos os pensamentos de Frandsen (1989) e Zaccagnini (1990), ou seja, a intenção do Rei Mitani era enviar o carregamento justamente porque era desvantajoso para ele e porque ele precisava deste produto, pois o ato de dispor de um produto de que se necessita muito lhe confere prestígio e é um estímulo, uma certa provocação na intenção de receber o mesmo produto em troca. A principal função do carregamento de ferro é servir como presente e assim criar um contato social. O presente cria a necessidade de retribuição e assim estimula os mecanismos de troca através do envio de um material que ele tinha grande necessidade e ao mesmo tempo cimenta as relações sociais entre ambos os governantes. Exemplos como este são abundantes nas correspondências diplomáticas da era Armaniana e ramesida (1353-1196 a.C.).

No caso da esfera religiosa, o que são as oferendas senão uma troca com os deuses e antepassados? Trocam-se oferendas, objetos, alimentos por saúde, sorte, bem estar, riqueza,

vitórias, em suma, proteção. Como afirmou Mauss (1932-24: 9), o primeiro grupo de seres com quem o homem precisa ter feito contato são os espíritos dos ancestrais e os deuses (Mauss 1923-24: 9). A relação com os ancestrais e deuses é um meio pelo qual o prestígio social é medido entre as pessoas. Deixando de ser simples indicadores de status, presentes e oferendas para os mortos podem ser parte importante do mecanismo sobre o qual o status é fundado. “Como na guerra, o consumo de quantias grandes de riqueza na forma de sacrifício pode gerar um aumento na produção. Como as obrigações tendem a aumentar, o prestígio de um ou alguns indivíduos aumenta em proporção à sua capacidade de obter excedentes que possam ser transformados em bens de prestígio para sacrifício ou disposição com o morto” (Pearson 1984: 70). Rituais funerários, como manifestações sociais e políticas, entrelaçam aspectos econômicos e religiosos. Os rituais associados com os mortos, com os antepassados e com os deuses servem às vezes para a transferência de propriedade e responsabilidade, de acordo com as convenções de direitos e propriedade e leis. Por vezes, suprimentos agrícolas podem ser transformados em presentes para os vivos e para os mortos, através de festas fúnebres, banquetes e objetos que são colocados nas tumbas. Itens colocados junto

aos mortos podem ser considerados como um consumo econômico de materiais. Onde grandes quantidades de produtos preciosos são sacrificadas, distribuídas ou apresentadas ao morto, ou onde largas quantidades de trabalho são despendidas em monumentos dedicados ao morto, as esferas econômicas e religiosas são inseparáveis. É a idéia da imobilização de bens.

Para finalizar, as trocas podem ser estudadas dentro de um contexto social como parte de um sistema de produção, mas temos que lembrar que os artefatos utilizados nas trocas não são arbitrários. Eles são apropriados dentro de um contexto cultural, ideológico e histórico. Objetos têm significado como membros de categorias opostas a outras, e como conjunto de associações e evocações (Hodder 1987:10). É necessário desenvolver modelos de sistemas de troca nos quais a transferência de produtos tenha um relativo valor cultural. O envolvimento da troca na construção de estratégias sociais depende da manipulação do simbolismo e do contexto significante dos artefatos. Isto porque há um conjunto interligado de relações de troca, estratégias sociais e símbolos dentro de cada contexto histórico. Para isto é necessário identificar diferentes associações de simples artefatos, em cada contexto cultural.

PELLINI, J.R. Reciprocity and redistribution in Ancient Egypt during the New Kingdom. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 143-163, 2002.

ABSTRACT: The economy of Ancient Egypt during the New Empire was based on two principles: redistribution and reciprocity. Redistribution was the domain of estatal sphere, what means to say that all resources moved from periphery to centre and were redistributed to everyone according to status. Reciprocity worked out in the domestic sphere, reallocating goods where they were needed as well as it cemented social relationships. This two systems controlled the distribution and exchange of goods in Ancient Egypt

UNITERMS: Ancient Egypt – Archaeology – Economy – Exchange.

Referências bibliográficas

- ALDRED, C.
1970 The Foreign Gifts Offered to Pharaoh. *Journal of Egyptian Archaeology*, 56: 105-117.
- ALLAM, S.
1998 Affaires et Opérations Commerciales. N. Grimal; B. Menu (Eds.) *Le Commerce em Égypte Ancienne*. Paris, Institut Français d'Archéologie Orientale: 133-156
- BICKEL, S.
1998 Commerçants et Bateliers au Nouvel Empire. Mode de Vie et statut d'un Groupe Social. N. Grimal; B. Menu (Eds.) *Le Commerce em Égypte Ancienne*. Paris, Institut Français d'Archéologie Orientale: 157-173.
- BLEIBERG, E.
1984 The King's Privy Purse during the New Kingdom: An Examination of B3KW(T). *Journal of American Research Centre in Egypt*, 21: 155-167.
1995 The Economy of Ancient Egypt. J. Sasson (Ed.) *Civilizations of the Ancient Near East* New York, Charles Scribner's Sons, vol 1: **PÁGINAS??**
1996 *The Official Gift in Ancient Egypt*. Oklahoma: Oklahoma University Press.
- BOHANNAN, P.
1955 Some Principles of Exchange and Investment Among the Tiv. *American Anthropologist*, 57: 60-70.
1959 The Impact of Money on a African Subsistence Economy. *Journal of Economic History*, XIX (4): 491-503.
- BOHANNAN, P.; DALTON, G.
1962 *Markets in Africa*. Northwestern University Press.
- BUDD, P.; POLLARD, A.; SCAIFE, B.; THOMAS, R.
1995 Oxhide Ingots, Recycling and the Mediterranean Metals Trade. *Journal of Mediterranean Archaeology*, 8 (1): 1-32.
- CARDOSO, C.F.
1987 *Uma interpretação das Estruturas Econômicas do Egito Faraônico*. Tese submetida como parte dos requisitos do Concurso para Professor de História Antiga da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- CERNY, J.
1953-54 Prices and wages in Egypt in the Ramesside Period. *Cahier's de Histoire Mondiale*, Tomo I, vol. 4: 903-922.
- DALTON, G.
1967 Primitive Money. *Tribal and Peasant Economies*. New York, Natural History Press: 254-281.
- DAUMAS, F.
1965 *La civilisation de l'Égypte pharaonique*. Paris-Grenoble: Arthaud.
- ENGLUND, G.
1987 Gifts to the Gods. A necessity for the Preservation of Cosmos and Life. Theory and Praxis. *Boreas*, 15: 57-66.
- EYRE, C.
1998 The Market Women of Pharaonic Egypt. N. Grimal; B. Menu (Eds.) *Le Commerce en Égypte Ancienne*. Paris, Institut Français d'Archéologie Orientale: 173-191.
- FRANSEN, P.
1989 Trade and Cult. G. Englund (Ed.) *The religion of Ancient Egyptians. Cognitive Structures and Popular Expressions*. *Boreas*, 20: 95-108.
- GARDINER, H.
1906 Four papyri of the 18th dynasty from Kahun. *Zeitschrift für ägyptische Sprache und Altertumskunde*, 43: 27-47.
- GILLIS, C.
1993 Trade in Late Bronze Age. C. Gillis (Ed.) *Trade and Production in Premonetary Greece: Aspects of Trade*. Paul Astrom Sweden; William Gibsons: 61-87.
- GODELIER, M.
1999 *The Enigma of the Gift*. Chicago: Chicago University Press.
- HARING, B. J.
1997 *Divine Households. Administration and economic Aspects of the New Kingdom Royal Memorial Temples in Western Thebes*. Nederlands Instituut voor het Nabije Oosten, Leiden.
- HELTZER, M.
1994 Trade between Egypt and Werstern Asia: New Metrological Evidence. *Journal of Economic and Social History of Orient*, 37 (IV): 318-321.
- HODDER, I.
1987 *The Archaeology of Contextual Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JAMES, T.G.H.
1984 *Pharao's Peoples. Scenes from Life in Imperial Egypt*. London: Pitman Press.
- JANSSEN, J.
1975 *Commodity Prices from the Ramesside Period. An Economic Study of the Village of Necropolis Workmen at Thebes*. Leiden: E.J. Brill.
1975a Prolegomena to the Study of Egypt's Economic History During the New Kingdom. *SAK*, 3: 127-185.
1982 Gift-Giving in Ancient Egypt as an Economic Feature. *Journal of Egyptian Archaeology*, 68: 253-258.
1994 Debts and credit in the New Kingdom. *Journal of Egyptian Archaeology*, 80: 129-136.
- KEMP, B.
1989 *Ancient Egypt. Anatomy of a Civilization*. New York: Routledge.
1977 The City of Amarna as a Source for the Study of Urban Society in Ancient Egypt. *World*

- Archaeology*, 9: 123-140.
- LICHTHEIM, M.
1976 *Ancient Egyptian Literature. Vol. II, The New Kingdom*. Berkley: University of California Press.
- LIVERANI, M.
1979 Dono, Tributo, Commercio: Ideologia dello Scambio nella Tarda Età del Bronzo. *Annali dell Istituto Italiano de Numismatica*, 26: 2-28.
1990 The collapse of the Near Eastern Regional System at the End of the Bronze Age: The Case of Syria. M. Rowlands; M. Larsen; K. Kristiansen (Eds.) *Center and Periphery in the Ancient World*. Cambridge, Cambridge University Press: 66-73.
- MAUSS, M.
1923-24 Sobre los dones y sobre la obligación de hacer regalos. *Année Sociologique*, 2a.série: 155-263.
- MCDOWELL, A.
1999 *Village Life in Ancient Egypt. Laundry Lists and Love Songs*. Oxford: Oxford University Press.
- MENU, B.
1982 *Recherches sur l'Histoire Juridique, Economique et Sociale de L'Ancienne Egypte*. Versalhes: Edição da autora.
1998 *Recherches sur l'Histoire Juridique, Economique et Sociale de L'Ancienne Egypte. Vol II*. Institut Français D'Archéologie Orientale, Cairo.
- MORET, A.
1972 *The Nile and Egyptian Civilization*. London: Kegan Paul.
- NORTH, D.
1977 Markets and Other Allocation Systems in History: The Challenge of Karl Polanyi. *Journal of European Economic History*, 6: 703-716.
- NUR EL DIN, M.
1994 Terms of Payment in Demotic. S. Allam (Ed.) *Grund und Boden in Altgypten: Rechliche und Sozio Ökonomische Verhältnisse*. Akten des Internationalen Symposions. Tübingen, 18-20 juni 1990. Tübingen: 285-288.
- PEARSON, H.
1965 *Trade and Market in the Early Empires. Economies in History and Theory*. New York, Collier Macmillan: 243-269.
- PEET, G.
1932 The Egyptian Words for "Money", "Buy", and "Sell". *Studies Presented to F.L.L. Griffith*. Egypt Exploration Society. Oxford University Press: 122-127.
- POLANYI, K.
1965 The Economy as Instituted Process. K. Polanyi; C. Arensberg; H. Pearson (Eds.) *Trade and Market in the Early Empires. Economies in History and Theory*. New York, Collier Macmillan: 243-269.
- PRYOR, F.
1977 *The Origins of The Economy. A comparative Study on Distribution in Primitive and Peasant Economies*. New York: Academic Press.
- RENFREW, C.
1972 *The Emergence of Civilization*. London: Methuen.
- REVERE, R.
1974 No Man's Coast: Ports of Trade in the Eastern Mediterranean. K. Polanyi; C. Arensberg; H. Pearson (Eds.) *Trade and Market in the Early Empires. Economies in History and Theory*. New York, Collier Macmillan: 38-63.
- SMITH, H.
1972 Society and Settlement in Ancient Egypt. P. Ucko; R. Tringham; G. Dimbleby (Eds.) *Man, Settlement and Urbanism*. London, Duckworth: 705-719.
- WHITE, D.
1986 Excavations on Bate's island, Marsa Matruh. *Journal of American Research Center in Egypt*. Vol. 23: 75-84.
- ZACCAGNINI, C.
1990 Aspects of Cerimonial Exchange in the Near East during the Late Second Millenium B.C.. M. Rowlands; M. Larsen; K. Kristiansen (Eds.) *Center and Periphery in the Ancient World*. Cambridge, Cambridge University Press: 57-65.

ARMAS, TEMPLOS E GUERRA. A NATUREZA BÉLICA DO CULTO A QUETZALCÓATL NA MESOAMÉRICA*

Alexandre Guida Navarro**

NAVARRO, A.G. Armas, templos e guerra: a natureza bélica do culto a Quetzalcóatl na Mesoamérica. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 165-176, 2002.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar as evidências bélicas do culto a Quetzalcóatl na Mesoamérica a partir da cultura material. Os dados que forneço provêm do estudo de várias imagens da divindade em contexto guerreiro, existentes nos templos de alguns sítios arqueológicos, principalmente Chichén Itzá. Concluo que Quetzalcóatl foi um componente ideológico de guerra durante o Clássico Final (700/950 d.C.), propondo uma revisão da concepção religiosa pré-hispânica, que, construída pelos missionários espanhóis após o período de Conquista do México no século XVI, prevalece até a contemporaneidade.

UNTERMOS: Arqueologia pré-colombiana – Iconografia mesoamericana – Religião pré-hispânica – Guerra maia – Códices mexicanos – Crônicas mexicanas.

A divindade Quetzalcóatl

Em inúmeros sítios arqueológicos da Mesoamérica, muitas são as imagens representando a divindade Quetzalcóatl.¹ Suas representações

iconográficas evidenciam um alto grau de complexidade cultural em que a divindade tem a qualidade de renascer em todas as épocas, mostrando-se, em cada uma delas, com uma imagem modificada, recoberta de novos significados e que caracterizam sua presença em toda essa área cultural.

A origem da figura de Quetzalcóatl é ainda muito confusa. Seu nome provém da combinação da palavra *quetzalli*, que significa, em nahua, pluma verde preciosa, alusão à ave de plumas brilhantes praticamente extinta, *quetzal*; e de *cóatl*, serpente. A efígie da serpente emplumada é uma alusão direta a Quetzalcóatl, em que o pássaro e a serpente são as representações simbólicas de dois espaços importantes do pensamento cosmogônico e religioso mesoamericano: o céu e a terra. Assim, esta divindade dual é uma síntese de forças opostas. Representa os poderes destruidores e germinadores da terra, evidenciados pela serpente; e as forças fecundadoras e ordenadoras do céu, retratadas pelo pássaro (Florescano 1995: 13-14).

(*) A temática deste artigo encontra-se desenvolvida, de forma mais ampla, na dissertação de mestrado: O Retorno de Quetzalcóatl: Contribuição ao Conhecimento do Culto da Divindade a Partir do Registro Arqueológico de Chichén Itzá, México. São Paulo: programa de Pós Graduação em Arqueologia, FFLCH, USP, 2001.

(**) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Doutorando em Arqueologia Pré-Colombiana.

(1) O termo Mesoamérica foi proposto pela primeira vez por Paul Kirchhoff (1960). O objetivo foi descrever as culturas que se desenvolveram no México e na América Central através de semelhanças observadas a partir da caracterização etnológica em termos de área cultural, do registro etnográfico pós-colombiano e disposições territoriais.

No panteão mexica, período Pós-Clássico (1250 a 1521 d.C.), Ehécatl, um desdobramento de Quetzalcóatl, ocupava uma posição central junto de Tezcatlipoca e Huitzilopolchtlí, esta, a divindade responsável pela fundação de Tenochtitlán, segundo sua cosmogonia.² Em sua manifestação de deus 9 Vento ou Ehecátl, a divindade era a representação do sopro que insuflava a vida e o movimento dos astros, que, agregada à simbologia das Estrelas Vespertina e Matutina, ou Vênus, teria sido um dos responsáveis pela criação do universo e do homem. Imagens de Quetzalcóatl carregando a abóbada celeste podem ser encontradas em alguns códices mexicanos, como o Borgía.

O significado de Quetzalcóatl é uma problemática que ainda provoca muitas discussões entre os mesoamericanistas. Pesquisadores como Daniel G. Brinton (1882), George C. Vaillant (1934), Lewis Spence (1954), Eduard Seler (1963) e Michel Graulich (1988) fazem parte de uma corrente de estudo que vê na serpente emplumada um universo de mitos sem relação com fatos históricos.

Contrapondo esta visão, existe outro grupo de estudiosos que defende a existência histórica de um personagem real que fundou o reino de Tula, atual Estado de Hidalgo, introduzindo reformas religiosas e criando uma organização política cujas ressonâncias foram sentidas em toda a Mesoamérica: Laurette Séjourné (1962, 1964), Wigberto Jiménez Moreno (1966) e Herbert J. Spinden (1968). Esta corrente, que possui mais adeptos, contudo, é responsável pelas maiores contradições sobre como as versões históricas foram processadas.

E ainda existe um outro corolário de investigação que acredita que a figura de Quetzalcóatl deva ser interpretada mediante duas vertentes de análise: a mítica e a histórica, cujos principais defensores são Caso (1975), Carrasco (1982) e Florescano (1993).

A minha proposta é que Quetzalcóatl seja uma divindade como concebem Piña Chan (1992), Brundage (1982), Gallareta Negrón, Bey III e Ringle (1998). Enumero, a seguir, alguns fatores para esta evidência:

A presença de sua imagética em templos santuários de inúmeros sítios arqueológicos, como na

Pirâmide de Kukulcán (a versão maia da divindade) em Chichén Itzá e na Pirâmide do Mágico em Uxmal, (Iucatã); na grande Pirâmide de Cholula, no Templo de Tlahuizcalpantecuhtli em Tula e nos templos da Serpente Emplumada em Teotihuacán e Xochicalco (México Central); na Pirâmide dos Nichos em El Tajín (costa do Golfo);³

As pedras de jade com representação de serpentes emplumadas retiradas do Cenote Sagrado de Chichén Itzá e estudadas por Tatiana Proskouriakoff (1974) dentro de um contexto de ritual e de peregrinação;

A presença de sua imagética nos códices maias de *Paris, Madri e Dresden* relacionada com a epigrafia e os cálculos de longa contagem em códices mexicas como o *Borgía, Laud, Magliabechiano, Vindobonensis Mexicanus I, Vaticano 3738 e Borbónico*; no códice *Zouche Nuttal*, confeccionado pelas sociedades mixtecas antes da Conquista, no atual Estado de Oaxaca; todos dentro de um contexto ritual e religioso;

A presença de um culto evidente em documentos “híbridos”, ou seja, registros etnohistóricos escritos em língua maia, mas com caracteres latinos compilados e depois traduzidos pelos freis espanhóis como o *Popol Vuh* e os *Anales de Cakchiqueles (Memorial de Sololá e Título de los Señores de Totonicapán)*, provenientes das terras altas da Guatemala e os livros de *Chilam Balam*, originários da Península do Iucatã;

As passagens referentes à existência de um culto elaborado a Quetzalcóatl nas crônicas escritas pelos missionários espanhóis, como a *Relación de las Cosas de Yucatán*, do frei Diego de Landa e a *Historia de las Cosas de Nueva España* do frei Bernardino de Sahagún.

A imagética de Quetzalcóatl durante o Clássico Final

A maioria das imagens relacionadas a Quetzalcóatl durante o Clássico Inicial e Médio (300 a.C. a 700 d.C.) está dentro de um contexto de culto à fertilidade, enquanto símbolo de fecundidade, renascimento e imortalidade. Em Teotihuacán, por exemplo, aparecem vinculadas a uma região aquática rodeada

(2) Em relação à cronologia maia, empregamos a divisão proposta por Sabloff (1994) baseada em uma revisão do modelo tradicional elaborado na década de 1930. Deste modo, utilizamos o Pré-Clássico (1200 a.C. a 300 a.C.), o Clássico (300 a.C. a 1250 d.C.) e Pós-Clássico (1250 d.C. a 1521 d.C.) em vez de Pré-Clássico (800 a.C. a 300 d.C.), Clássico (300 d.C. a 900 d.C.) e Pós-Clássico (900 d.C. a 1521 d.C.).

(3) Utilizamos a grafia maia, aportuguesada e flexionada, para nos referir à civilização; c.f., edição portuguesa do livro de Michael Coe, *Os Maias*, editorial Verbo, 1968.

de lírios, conchas marinhas, chalchihuites (jades) e sementes, símbolos de fertilidade.

Acredito que durante o Clássico Final ou Epiclássico, a imagética de Quetzalcóatl esteja relacionada a uma outra natureza: à guerra.⁴ Originalmente proposto por Jiménez Moreno (1966), o termo Epiclássico coincide com o declínio de Teotihuacán como centro hegemônico na Mesoamérica. Assim, os centros urbanos deste período, como Cacaxtla, Xochicalco, Tula, Cholula, Teotenango, nas terras altas do México

Central; El Tajín, no Golfo do México e Chichén Itzá, Sayil, Kabah e Uxmal, nas terras baixas maias do norte, apresentam como característica compartilhada a arquitetura monumental e iconografia de natureza guerreira.⁵ Nestes sítios, e em outros, os motivos da serpente emplumada estão associados às cenas bélicas, como os combates e as guerras (Fig. 1).

A acentuada presença destas imagens nestes sítios indica a realização de um culto muito complexo. Segundo Ringle *et al.* (1998), as serpentes emplumadas,

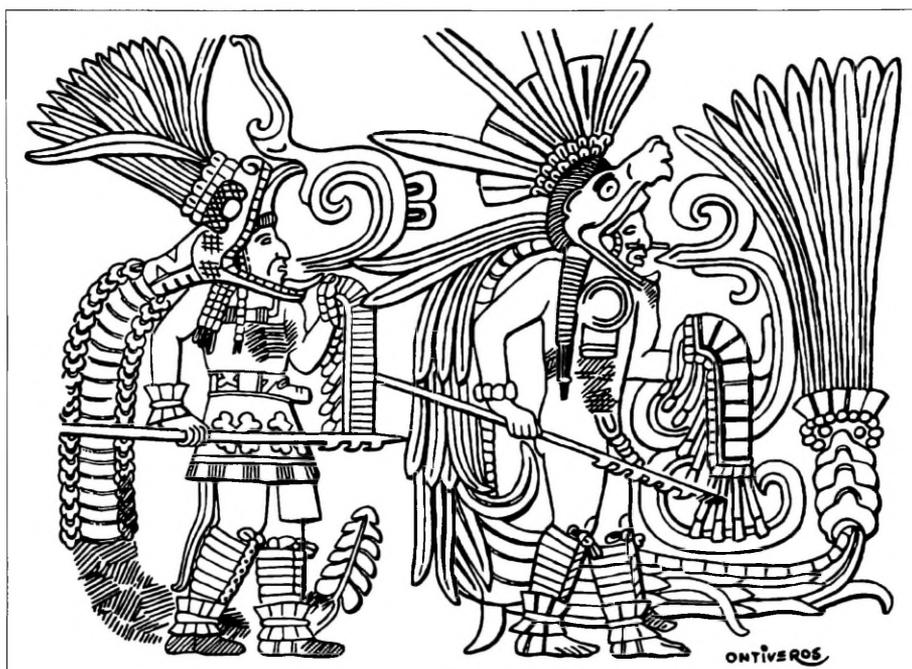


Fig. 1 – Em centros urbanos do Clássico Final, os motivos de serpente emplumada estão relacionados à guerra. Banqueta da quadra de Jogo de Pelota, Chichén Itzá. In De La Garza 1984: fig. 79.

(4) Clássico Final, Terminal e Epiclássico são as nomenclaturas utilizadas para espaços temporais referentes aos anos de 700 a 950 d.C. na Mesoamérica a partir da queda de Teotihuacán nas terras altas do México Central e do colapso de centros urbanos nas terras baixas maias. Pelo fato de o processo de desagregação política em centros urbanos maias ocorrer 60 anos após o declínio de Teotihuacán, os maianistas preferem a nomenclatura Clássico Terminal em vez de Epiclássico para essa faixa cronológica. Contudo, neste artigo, essa diferença temporal não traz consequências para a análise do tema, uma vez que os fenômenos ocorridos em centros urbanos

deste período têm a mesma natureza, como o militarismo e reorganização de assentamentos urbanos.

(5) Utilizamos o termo centro urbano para nos referir à complexidade esférica social (economia, política e religião) e assentamentos das culturas mesoamericanas pré-hispânicas por apresentar maior neutralidade conceitual arqueológica. O critério adotado vem de um debate mais amplo acerca de termos impróprios, fragmentários e confusos formulados pelos primeiros arqueólogos mesoamericanistas e até hoje utilizados, como centros administrativos e cerimoniais.

a partir do Epiclássico, foram associadas a uma reorganização de traços que provavelmente marcaram uma mudança na ideologia do culto. Estes estudiosos sustentam que as pirâmides, indicadoras das práticas religiosas, parecem ter sido templos de guerra durante o Clássico Final.

Muitas insígnias e elementos comuns do período Pós-Clássico já estão presentes na iconografia do Clássico Final como guerreiros

jaguares, águias e coiotes que aparecem a partir do século IX, ou antes, nas estruturas de sítios como Cacaxtla, Xochicalco, El Tajín e na fachada da subestrutura da Pirâmide de Kukulcán em Chichén Itzá.

O símbolo do escudo e o triplo átl-átl (lançadardos), conhecidos desde os tempos de Teotihuacán e usados como objetos rituais nos códices mixtecos e de Dresden tornaram-se também muito comuns nos sítios do Clássico Final (Figs. 2 a, b, c).



Fig 2 a – Códice Zouche Nuttal. Guerreiro envolto pela efigie da serpente emplumada.



Fig 2 c – Códice de Dresden. Nota-se guerreiro transportado por uma serpente emplumada.

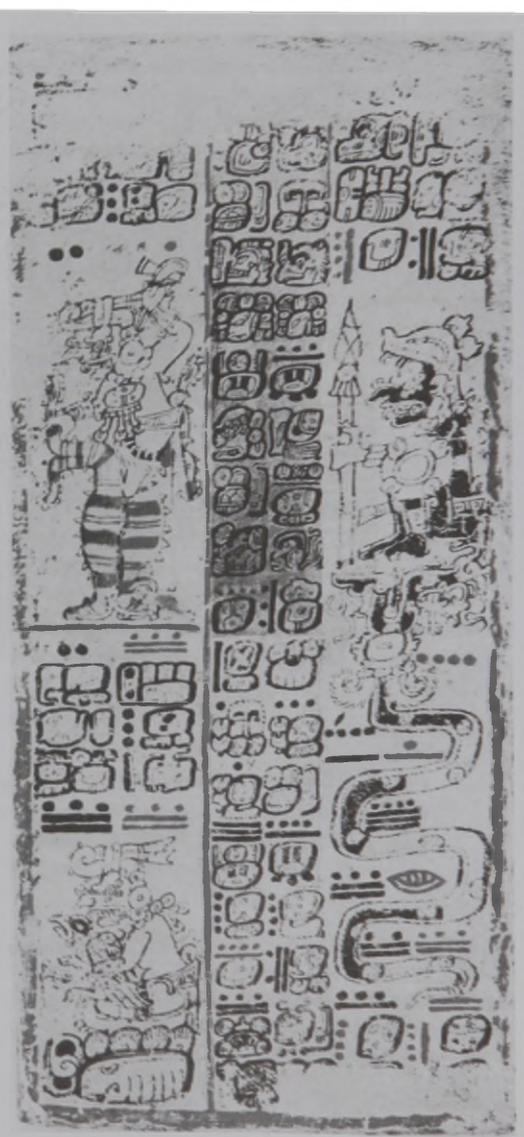


Fig 2 b – Códice de Dresden. Nota-se guerreiro saindo de dentro da boca de uma serpente emplumada.

Os temas de guerra e sacrifício interpenetraram também em um outro aspecto da cultura mesoamericana: a construção das quadras de jogo de pelota. A prática deste jogo parece estar vinculada ao culto de Quetzalcóatl. Somente em Chichén Itzá existem treze delas. Estas quadras são umas das tantas que têm como característica o uso de extensos painéis esculpidos com os jogadores alinhados e serpentes emplumadas limitando-os. A iconografia das quadras de jogo de pelota enfatiza, particularmente, o aspecto guerreiro e sacrificial envolvendo Quetzalcóatl, e podemos notar a existência de serpentes saindo dos pescoços dos jogadores degolados (Fig. 3).

O vestuário e os equipamentos utilizados no jogo de pelota, diferentes se comparados com os de períodos anteriores, corroboram a crença em uma nova ideologia do culto durante o Clássico Final. Deste modo, a cultura material fornece-nos elementos de discussão que são indicadores da alteração da natureza do culto de fertilidade durante os períodos Clássico Inicial e Médio para um contexto de guerra durante o Clássico Final.

Quetzalcóatl e o Cenote Sagrado

O Cenote Sagrado de Chichén Itzá, um poço natural utilizado como receptáculo de sacrifícios humanos e objetos preciosos como a pedra de jade e materiais têxteis, talvez tenha sido um dos mais importantes pontos de peregrinação do culto durante o Clássico Final. Inúmeras pedras de jade, nome genérico dado aos minerais como a jadeíte e nefrita, geralmente esverdeadas, coletadas de suas profundezas entre 1904 e 1907 por Edward H. Thompson, quando da drenagem do Cenote, apresentavam representações da serpente emplumada, revelando, possivelmente, uma relação ao culto.

Tatiana Proskouriakoff (1974) estudou estas pedras e suas conclusões são de que o material foi utilizado como contas e placas. Um grande número delas, indubitavelmente, representa serpentes emplumadas em diversos motivos e em contexto de guerra: serpentes individuais, em grupo, entrelaçadas, gêmeas, emparelhadas, lembrando os frisos de Tula e Chichén Itzá (Fig.



Fig. 3 – Aspecto guerreiro do jogo de pelota em Chichén Itzá. Notam-se serpentes saindo do pescoço do jogador. In De La Garza 1984: fig. 61.

4). Após a análise de um interessante grupo de placas estudado pela pesquisadora, intitulado “corpos de insetos/ partes duvidosas”, concluiu que são, na verdade, miniaturas de chocalhos ou guizos de serpentes e parecem ter sido costuradas no vestuário de guerreiros ou utilizadas como efígies (Fig. 5).

Jades com motivos serpentiformes também foram encontrados em Monte Albán e Xochicalco durante o mesmo período daqueles datados em Chichén Itzá, inferindo a existência de uma rede de



Fig. 4 – Jade coletada do Cenote Sagrado, Chichén Itzá. Nota-se guerreiro envolvido por motivo serpentiforme. In Ringle et al. 1998: fig. 16 c, p. 204.

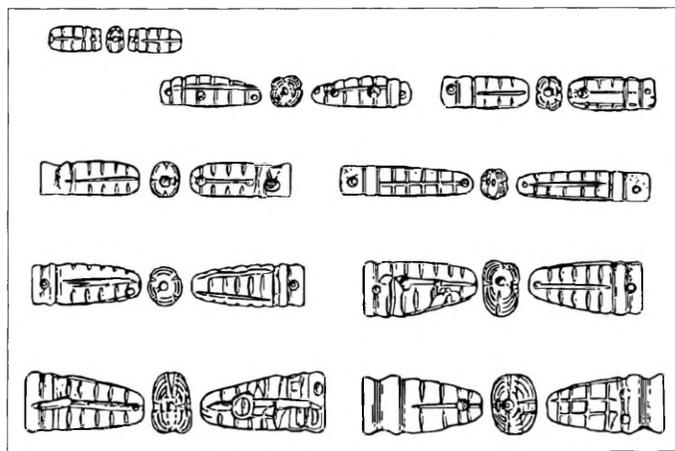


Fig. 5 – Grupo de jades coletadas do Cenote Sagrado, Chichén Itzá. Efígies costuradas em vestimentas de guerreiros? In Ringle et al. 1998: fig. 19 b, p. 206.

culto que englobou muitos centros urbanos, provavelmente durante Clássico Final.

Para Ringle et al. (1998), a variedade limitada de motivos na arte figurativa das pedras de jade, sua presença nas fachadas arquitetônicas e em subestruturas de alguns edifícios em diversos sítios arqueológicos, além de uma associação com referência muito nítida às serpentes emplumadas, indica que elas simbolicamente estiveram associadas ao culto de Quetzalcóatl muito mais que retratos de figuras históricas.

Apesar das várias conotações em que as pedras de jade estiveram envolvidas, principalmente dentro de um contexto de fertilidade, ainda são muito pouco recorrentes os estudos que as ligam ao culto em questão. Penso que esta nova abordagem não somente ampliará a utilização e função das pedras de jade na Mesoamérica, mas evidenciará, sobretudo, sua relação cultural com Quetzalcóatl. Sugiro que um dos caminhos para a observação deste fenômeno seja o estudo mais detalhado da peregrinação na Mesoamérica, um outro tema ainda muito pouco explorado.

Não podemos esquecer-nos que o Cenote sempre esteve ligado à deposição de oferendas, mas ainda inexistem estudos mais aprofundados de como este material, oriundo de toda a Mesoamérica, esteve articulado ritualmente dentro de um contexto não somente de culto à fertilidade, mas também da possível existência de uma rede cultural centrada em Quetzalcóatl como deus da guerra envolvendo diversos centros urbanos do Clássico Final.

Acredito que este caminho somente poderá ser trilhado pela Arqueologia, uma vez que as informações desta natureza provenientes das fontes etnohistóricas são muito escassas. Ressalto que o registro arqueológico sustenta as afirmações de vários documentos etnohistóricos de que o Cenote foi utilizado como local de peregrinação mesmo depois do processo de Conquista no século XVI. Deste modo, a partir da cultura material, precisamos entender como este fenômeno ocorreu, sua natureza, objetivos e contexto social.

Mecanismo de difusão do culto

As imagens apresentadas neste texto, e outras tantas em contexto arqueológico levam-me a acreditar que o principal mecanismo de difusão do culto a Quetzalcóatl foi a guerra. A prática guerreira envolvida pelo culto é o testemunho mais eloquente de sua natureza e identificável no registro etnohistórico:

“Entonces ocurrió que se puso pintura al Señor de Uxmal y vino a imponer la huella de sus pies en las espaldas de Chc Xib Chac en Chichén, en donde imperaba Ah Nacxit Kukulcán [Quetzalcóatl]; entonces fue cuando bajó el éxodo del Itzá y vino el pleitear ocultamente el pleitear con furia, el pleitear con violencia, el pleitear sin misericordia... pagaban como tributo a los infantes de Itzmal Kauil para alimentar a la Hapai Can que hacia violenta guerra...”

(El Libro de los Libros de Chilam Balam, Vázquez e Rendón 1992: 62).

As maiores estruturas materiais de Chichén Itzá, em geral situadas na porção norte do sítio, chamada de Nova Chichén ou Grande Terraço, cujas representações de Quetzalcóatl fazem-se presentes, evidenciam a guerra. Os baixos-relevos espalhados por todo o sítio, como nas banquetas, colunas e murais dos edifícios, mostram procissões de guerreiros profusamente armados, cenas de batalhas e emblemas bélicos.

Nas pinturas e esculturas de Chichén Itzá, os guerreiros apresentam armaduras cilíndricas, protegidos por peitorais em forma de mariposa estilizada, armados com lança-dardos e decorados com discos dorsais. Em quase todas estas cenas bélicas, a imagética da serpente emplumada faz-se presente.

Um fato interessante a respeito das guerras e combates como mecanismo de difusão do culto é uma observação realizada por Ringle *et al.* (1998). Segundo estes estudiosos, as imagens das serpentes emplumadas sugerem especificamente a natureza dinâmica da expansão do culto. Um exemplo deste fenômeno é encontrado num batente de porta no sul da construção A em Cacaxtla, cujo guerreiro, com um típico vestuário maia, carrega um lingote, estando sustentado por uma serpente emplumada. Uma faixa com imagens abaixo e ao lado da figura central sugere uma viagem através do mar ou de um rio (Fig. 6).

O guerreiro possui um largo chapéu provavelmente representando uma águia e existe um jaguar guerreiro na patente ou ombreira oposta. Esta imagem aparece também sobre uma pedra de jade coletada do Cenote Sagrado em Chichén Itzá e sobre um painel do sítio X'telhu, Iucatã, não muito distante de Chichén Itzá. Guerreiros montados sobre serpentes emplumadas também são recorrentes



Fig. 6 – Cena de um guerreiro navegando sobre um rio ou mar (no mural, a parte inferior está pintada de azul e notam-se motivos de conchas) em Cacaxtla, México Central. In Ringle *et al.* 1998: fig. 16 a, p. 204.

tes no Templo dos Jaguares da Grande Quadra de jogo de pelota, ao longo do muro norte e dentro da sala principal; sobre o Disco 1 do Cenote Sagrado e em outras estruturas.

Embora não seja muito claro que as serpentes do mural norte do Templo dos Jaguares estejam sobre as águas (elas estão sobre um campo azulado), certamente os afrescos do Templo dos Guerreiros mostram uma cena costeira com um santuário de Quetzalcóatl ao longo do litoral. Apesar de esta cena evidenciar uma relativa pacificidade, em contraste com as cenas de batalha do Templo dos Jaguares, é interessante notar que os botes conduzem indivíduos portando escudos e uma bolsa típica da iconografia de Quetzalcóatl (botes similares conduzindo guerreiros podem ser encontrados na fachada do Templo de Quetzalcóatl

em Xochicalco e sobre um mural em Teotihuacán) (Fig. 7). Imagens explícitas de canoas induzindo incursões guerreiras podem ser encontradas sobre o Disco de ouro G retirado do Cenote Sagrado e em outros fragmentos de murais do Templo dos Guerreiros (Fig. 8).

Deste modo, os meios de transportes fluvial ou marítimo, provavelmente, referem-se a dois métodos básicos de propagação da fé: a guerra e a fundação de novos centros urbanos. O transporte de tropas por canoas pode sugerir uma estratégia guerreira chave da rede do culto na região litorânea e explicar porque sua presença parece ter sido sentida de modo mais acentuado ao longo dos cursos d'água, como por exemplo, em Altar de Sacrificios e Seibal e ao longo do escoamento do Usumacinta-Pasión e em sítios ao longo do rio Atoyac.

Nos relatos etnohistóricos encontram-se também informações a respeito destas incursões realizadas através de transporte marítimo:

“Hay guerra allá en Oriente, en el llamado Zuyvá [região da Lagoa dos Términos]; allá iréis a probar vuestros arcs y vuestros escudos que

os daré. Luego nos juntamos y, en seguida, fuimos a hacer encuentro a una tribu enemiga, los nonoualcas, los xulpiti, así llamados, que se encontraban a la orilla del mar y estaban en sus barcas... fueron, destruidos por nosotros... nos embarcamos en las canoas de los nonoualcas y dirigiéndonos al Oriente pronto llegamos allí (Memorial de Sololá: 56-57, Recinos 1950).

Complementando esta idéia, um estudo realizado por Carlos Navarrete (1976) mostra algumas características que estão vinculadas à existência de incursões guerreiras nos centros urbanos. Estas características podem encontrar na arquitetura um dos campos mais propícios para o desenvolvimento de seus símbolos: pirâmides com escalinatas (escadarias) duplas, com dois templos em cima da pirâmide, os de planta circular ou semicircular, a existência de alfardas (vigas entrelaçadas nas paredes das construções), as salas hipostilas (cujos tetos são sustentados por colunas), os tetos planos de vigas, os taludes de alguns paramentos, o *téhcatl* ou pedra de sacrifício encravada em frente aos templos e o estilo das pinturas nos murais.



Fig. 7 – Cena no mural do Templo dos Jaguares, Chichén Itzá, em que guerreiros aparentemente estão em uma incursão. Nota-se, no lado superior direito da cena, uma imagem de serpente emplumada. Seria um templo de Quetzalcóatl? A expansão do culto pode ter ocorrido através da guerra. In Piña Chan 1992: fig. 102, p. 141.



Fig. 8 – Disco de ouro G coletado do Cenote Sagrado. Notam-se guerreiros em canoas, assim como no mural do Templo dos Jaguares em Chichén Itzá, em uma cena que parece uma incursão. Destaque para a figura serpentiforme no alto do objeto. In Ringle et al. 1998: fig. 26, p. 213.

Todas estas descrições estão presentes em grande parte dos sítios do Clássico Final.

Embora a guerra tenha sido o principal mecanismo utilizado para a difusão do culto, uma estratégia complementar pode ter sido difundida pelos comerciantes, como as rotas de caravana. Geralmente a peregrinação está relacionada com a atividade comercial, uma vez que as rotas eram utilizadas como fonte de obtenção de mercadoria. Em Cholula, segundo maior centro urbano da Mesoamérica na época da chegada de Cortés na costa de Veracruz em 1519, Quetzalcóatl era o patrono dos comerciantes. Cholula recebia os peregrinos, cujos cultos eram realizados na maior e mais alta pirâmide do centro urbano, segundo o cronista Diego Durán

(1984) em sua *História de las Indias de Nueva España e Isla de Tierra Firme*.

Considerações finais

Sugiro uma revisão da religião na Mesoamérica pré-hispânica a partir do registro arqueológico. As crônicas produzidas pelos missionários cristãos quando da Conquista do México são fruto de uma construção ocidental em que as divindades indígenas são concebidas como entidades de traços cristãos, portanto, uma representação inválida para a ideologia religiosa pré-hispânica.

Por outro lado, essas crônicas reforçam a aceitação arqueológica de Quetzalcóatl como uma divindade, pois, muitas vezes, sua figura ocupa uma posição central em suas narrações, mas de aspecto funcional religioso aculturado. Logo, uma manipulação dos missionários espanhóis nas informações coletadas sobre a religião indígena, transfigurando-a como tática de conversão para a implantação do Cristianismo no México, faz-se sentir notoriamente. Basta lembrar que Quetzalcóatl foi comparado a Jesus Cristo em suas qualidades de penitente e homem santo pelos missionários.

Já as evidências arqueológicas dos sítios do Clássico Final ou Epiclássico mesoamericano sugerem a existência de um culto focado em Quetzalcóatl, principalmente em sua efigie de serpente emplumada, como um *deus da guerra*. A presença da imagética da divindade envolvendo cenas de combates e incursões guerreiras encontradas em sítios como Xochicalco, Cholula, Teotenango, Maltrata, Cacaxtla, Tula, Cholula, El Tajín, Chichén Itzá e Uxmal indicam que a atividade cultural foi extensiva, envolvendo uma rede de centros urbanos.

Ofereci alguns elementos para a crença de que Quetzalcóatl foi um componente ideológico da guerra durante o Clássico Final. A partir desse contexto, explicam-se as freqüentes representações dos motivos de serpentes emplumadas associadas às armas como lança-dardos, átl-átl, escudos, lanças e objetos sacrificiais ou em vestimentas de guerreiros associados a outros animais, como jaguares e águias.

A análise da cultura material como evidência de prática cultural é preponderante para a revisão da religião pré-hispânica. Tal preocupação é recente. Durante as décadas de 1960 e 1970, os arqueólogos processualistas, apesar de demonstrarem uma certa preocupação em tópicos como religião e iconografia, detiveram-se principalmente nos estudos de análise de subsistência, captação de recursos e armazenamento de alimentos, enquanto os humanistas posicionaram-se nos estudos de religião e cosmologia, provocando anacronismos na construção de seus modelos.

Como salientam Marcus e Flannery (1994), o resgate das práticas religiosas e rituais a partir da Arqueologia encontra ressonância quando a metodologia aplicada faz-se através da análise do espaço público, da arquitetura religiosa e análise contextual dos objetos religiosos e utilizados em práticas rituais.

Nota-se, assim, que tanto no registro arqueológico como no etnohistórico, Quetzalcóatl é divindade. O registro etnohistórico mostra-o como um deus piedoso, uma divindade responsável pela cultura e pelo conhecimento, pela criação do universo e do homem, enfim, responsável pelo surgimento da civilização. No entanto, os testemunhos arqueológicos do Clássico Final, quase na sua totalidade, evidenciam um Quetzalcóatl guerreiro, envolto de armas e sangue e envolvido em combates e incursões bélicas pela conquista de territórios.

Deste modo, a necessidade de uma revisão da religião no México pré-hispânico, bem como em toda Mesoamérica, a partir da cultura material fornece-nos não somente um corolário de investigação, mas muda a epistemologia construída em tomo de divindades tacitamente elaboradas pelo imaginário ocidental frente ao processo de dominação e aculturação decorrentes do processo de Conquista Espanhola no século XVI.

Agradecimentos

Agradeço aos seguintes pesquisadores que me ajudaram, de diferentes maneiras: Pedro Paulo Abreu Funari, Bernardo Fahmel Beyer, Maria Beatriz Borba Florenzano, Leandro Karnal, Antônio Porro, Leila Maria França, Rafael Cobos, Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, Maria Isabel D'Agostino Fleming, Erika Marion Robrahan-González, Patricia Boreggio do V. Pontin e Eduardo Góes Neves. A responsabilidade das idéias, naturalmente, restringe-se ao autor. Agradeço, ainda, o apoio institucional do MAE-USP.

NAVARRO, A.G. Weapons, temples and war: the warlike nature of Quetzalcóatl's cult in Mesoamerica. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 165-176, 2002.

ABSTRACT: This paper aims at identifying material culture associated to the warlike cult of Quetzalcóatl in Mesoamerica. The data come from images of this deity in war contexts in temples at Chichén Itzá. I conclude that Quetzalcóatl was an ideological component of war during the Terminal Classic Period (700/950 A.D.) and I suggest a revision of the religious concept in pre-colonial times. Established by Spanish missionaries during the Conquest in the 16th century, those concepts continue to prevail today.

UNITERMS: Pre-Columbian archaeology – Mesoamerican iconography – Pre-Hispanic Religion – Maya warfare – Mexican codes – Mexican chronicles.

Referências bibliográficas

- BRUNDAGE, B. C.
1982 *The Phoenix of the Western World. Quetzalcóatl and the Sky Religion*. Norman: University of Oklahoma Press.
- CARRASCO, D.
1982 *Quetzalcóatl and the iron of Empire. Myths and prophecies in the Aztec tradition*. Chicago: The University of Chicago Press.
- CASO, A.
1975 *El pueblo del Sol*. México: FCE.
- COBOS, R. P.
1995 *Katun and ahaú: Dating the end of Chichén Itzá*. Nova Orleans: Middle American Research Institute. Tulane University.
- COE, M.
1968 *Os Maias*. Lisboa: Editorial Verbo.
- DE LA GARZA, M.
1984 *El Universo Sagrado de la Serpiente entre los Mayas*. México: UNAM.
- DURÁN, D.
1984 *Historia de las Indias de Nueva España e Islas de Tierra Firme*. Ángel Ma. Garibay (Ed.) México: Editorial Porrúa, 2 vols.
- EL LIBRO DE LOS LIBROS DE CHILAM BALAM
1984 Tradução e notas por Alfredo Barrera Vásquez e Silvia Rendón. México: Fondo de Cultura Económica.
- FLORESCANO, E.
1995 *El Mito de Quetzalcóatl*. México: Fondo de Cultura Económica.
- GRAULICH, M.
1988 *Quetzalcóatl y el espejismo de Tollan*. Amberes: Institut voor Amerikanistick.
- JIMÉNEZ MORENO, W.
1966 Mesoamerica Before the Toltecs. J. Paddock (Ed.) *Ancient Oaxaca*, Standford, Standford University Press: 1-82.
- KIRCHHOFF, P.
1960 Mesoamerica: sus Límites Geográficos, Composición Etnica y Caracteres Culturales. *Suplemento da Revista Tlatoani*, n° 3, México.
- MARCUS, J.; FLANNERY, K.V.
1995 Ancient Zapotec Ritual and Religion: an Application of the Direct Historical Approach. C. Renfrew; Zubrow (Eds.) *The Ancient Mind*. Cambridge, Cambridge University Press: 55-74.
- NAVARRETE, C.
1976 Algunas influencias mexicanas en el area maya meridional durante el Clásico Tardío. *Studios de Cultura Náhuatl*, México, 12: 345-382.
- PIÑA CHAN, R.
1992a *Quetzalcóatl: Serpiente Emplumada*. México: Fondo de Cultura Económica.
1992b Chichén Itzá: la ciudad de los brujos del agua. México: Fondo de Cultura Económica.
- PROSKOURIAKOFF, T.
1974 *Jades from the Cenote of Sacrificios, Chichén Itzá, Yucatán*. Memoirs of the Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, vol. 10, n° 1. Cambridge, Harvard University.
- RINGLE, W.M. et al.
1998 The Return of Quetzalcóatl: evidence for the spread of a world religion during the Epiclassic period. *Ancient Mesoamerica*, 9. Cambridge: Cambridge University Press: 183-232.
- SABLOFF, J. A.
1994 The New Archaeology and the Ancient Maya. Nova Iorque: Scientific American Library.

NAVARRO, A.G. Armas, templos e guerra: a natureza bélica do culto a Quetzalcóatl na Mesoamérica. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 165-176, 2002.

SAHAGÚN, B. de

1956 *Historia General de las Cosas de Nueva España*. México: Editorial Porrúa, 4 vols.

SEJOURNÉ, L.

1962 *El Universo de Quetzalcóatl*. México: FCE.

1963 *Comentarios al Códice Borgia*. México: FCE, 2 vols.

1966 *Arqueología de Teotihuacán: la cerámica*. México: FCE.

THOMPSON, E. H.

1904 *Archaeological Research in Yucatán*. *Memoirs of Peabody Museum*, vol. 3 (1) Cambridge: Harvard University.

Recebido para publicação em 30 de outubro de 2002.

O ANICONISMO REVISTO: AS DIFERENTES ABORDAGENS NA INTERPRETAÇÃO DA ICONOGRAFIA PRIMITIVA BUDISTA

*Cibele E.V. Aldrovandi**

ALDROVANDI, C.E.V. O aniconismo revisto: as diferentes abordagens na interpretação da iconografia primitiva budista. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 177-203, 2002.

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir as principais correntes teóricas utilizadas para explicar a origem da imagem do Buda sob uma perspectiva histórica e arqueológica. Durante o final do século XIX, os acadêmicos ocidentais acreditaram que teria sido necessária uma influência greco-romana em Gandhāra para o surgimento da imagem do Buda. Essa premissa foi associada à Teoria do Aniconismo, cunhada pelos estudiosos europeus para explicar a ausência de representações antropomórficas do Buda nos baixos-relevos do Budismo primitivo. Pesquisas realizadas ao longo do século XX, demonstraram que a representação iconográfica do Buda Śākyamuni deu-se inicialmente na região de Mathurā. A partir da década de 80, diferentes abordagens foram desenvolvidas para interpretar a arte primitiva budista.

UNITERMOS: Iconografia – Budismo – Gandhāra – Mathurā – Aniconismo.

I. As Escolas de Gandhāra e Mathurā e a origem da imagem do Buda

Desde os primórdios dos estudos da arte de Gandhāra, realizados pelos acadêmicos ocidentais, a chamada “influência” greco-romana foi considerada o mais importante elemento a caracterizar essa escola artística do noroeste da Índia. Esse ponto de vista foi adotado pelos estudiosos como o fundamento de toda a teoria que interpretou essa arte, durante mais de um século. Baseados nessa premissa, o meio acadêmico ocidental procurou firmemente determinar uma origem grega ou, mais tardiamente, greco-romana, para a primeira imagem do Buda. Durante quase um século, as fontes materiais associadas à arte de Gandhāra – esculturas e relevos narrativos – foram consideradas as primeiras imagens a retratar antropomorficamente o Buda Śākyamuni.

A partir desta questão, este artigo pretende traçar um panorama histórico e investigar os aspectos ideológicos envolvendo as principais correntes teóricas que trabalharam com o tema, durante o final do século XIX e ao longo do século XX. Como veremos, a questão da origem da imagem do Buda não parece ter uma solução tão simples, como acreditaram originalmente os investigadores do passado.

I.1. As teorias na interpretação da arte budista primitiva¹

I.1.1. A Teoria do Aniconismo

No final do século XIX e início do século XX, os acadêmicos europeus e indianos estavam

(*) Doutoranda em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

(1) Usaremos os termos “primitivo” ou “primitiva” para designar um período histórico ou uma forma de arte, no

intrigados com a ausência de representações antropomórficas do Buda histórico, Śākyamuni, na mais antiga arte budista que chegou até nossos dias. Foi pressuposto que essa forma primitiva de arte evitou completamente as imagens do Buda, ou preferiu o uso de símbolos para se referir ao Buda ou a importantes eventos da sua vida.

Teria havido, segundo essa linha de pensamento, dentro do Budismo Hīnayāna (monástico), uma proibição da execução de imagens do Buda, o que teria favorecido essa utilização simbólica. Sob essa ótica, a representação de uma árvore, por exemplo, foi interpretada como a Iluminação do Buda sob a árvore *bodhi*, em Bodh Gaya; ou as representações da roda, o *dharmacakra*, que figurariam a doutrina budista, eram pensadas como representações do primeiro sermão do Buda em Sārnāth, quando é dito que ele “girou a roda da lei”, ou colocou a doutrina budista em movimento. Essa concepção ficou conhecida por “aniconismo”. Por quase cem anos, a Teoria Anicônica foi totalmente aceita na interpretação da arte primitiva budista.

O início desse grande debate se deu entre Alfred Foucher (1917:1-19)² e Ananda K. Coomaraswamy (1927:287-328). Foucher, o primeiro a articular a Teoria Anicônica, e seus seguidores postularam a “origem” da imagem do Buda como ligada ao Budismo Mahāyāna e surgida na região indo-iraniana entre Gandhāra e Bāctria, durante o período Kuṣāṇa, nos primeiros séculos da Era Cristã – mais de meio milênio após

o Buda histórico ter vivido. Os artistas indianos teriam sido introduzidos, segundo Foucher, no que ele considerava “uma herança escultórica superior” – a do mundo grego e clássico –, o que teria estimulado a criação das imagens antropomórficas do Buda.

A. Foucher pertencia ainda à geração Vitoriana, que tanto admirava o caráter helenístico dessa escola de arte indiana (Lohuizen-de Leeuw 1979:377). Os numerosos elementos greco-romanos incorporados pelo estilo de Gandhāra produziram um certo alívio nos acadêmicos europeus do século XIX, que naquele momento estavam desconcertados com o aspecto estranho e ao mesmo tempo exuberante da arte indiana.³

O sentimento indiano foi naturalmente ofendido pela sugestão de que teria sido necessária uma influência ocidental para motivar a produção de uma imagem do Buda. A. K. Coomaraswamy (1927:287-328) propôs a “origem” indiana da imagem na região de Mathurā e afirmou que o ímpeto para a criação da imagem do Buda estava enraizado em crenças e tradições escultóricas autóctones e independentes, baseadas no modelo das esculturas de figuras de *yakṣa*. Essas figuras eram comuns nas escolas primitivas da arte indiana. No entanto, esse estudioso indiano aceitava a Teoria Anicônica para explicar os relevos primitivos, em que representações do Buda não ocorrem na forma humana.

Uma análise das relações entre Mathurā e Gandhāra (Fig. 1) indicou um contato cultural tão intenso que a primazia cronológica de Mathurā foi

sentido próprio da palavra: “origem”, “original”, “inicial”, “inaugural”, “princípio”, “primordial”. Não há, portanto, qualquer juízo de valor no uso desses termos.

(2) Em 1913, Foucher deu a um artigo o título provocativo de “L’Origine grecque de l’image du Bouddha”, nos *Annales du Musée Guimet, Bibliothèque et vulgarisation* (tome XXXVIII, Chalon-sur-Saone, 1913:231-272). Alguns autores continuaram a apoiar a sua teoria (B. Rowland, *The Evolution of the Buddha Image*, New York, 1963:9; H.G. Franz, *Buddhistische Kunst Indiens*, Leipzig, 1965:93), enquanto outros questionaram a teoria de Foucher a respeito da origem da imagem do Buda. Vitor Goloubew, na revisão de um livro de Foucher (no *Bulletin de l’École Française d’Extrême Orient*, tome XXIII, 1924:438-54, esp. 451), chegou mesmo a sugerir que a primeira imagem do Buda tivesse sido criada pela escola de Mathurā; no entanto, tal hipótese não recebeu atenção (ver E.G. van Lohuizen-de Leeuw 1979:377; e Susan Huntington 1990:407).

(3) Se olharmos mais cuidadosamente algumas enciclopédias, mesmo da segunda metade do século XX, podemos observar uma visão preconceituosa a respeito da arte e mitologia indiana. Adjetivos pejorativos como “grossness”, “hideous”, “she-ogres”, “monsters”, entre tantos outros, foram utilizados na descrição de divindades e denotam a aparência assustadora que as imagens pareciam ter para as sociedades “civilizadas” (ver, por exemplo, *New Larrousse Encyclopedia of Mythology*, 1959).

Um outro ponto que merece atenção é o tratamento das divindades indianas como “mitológicas”, utilizando um conceito paralelo, como a mitologia grega, para explicar uma religião viva. Essa padronização ocidental é discutível, na medida em que procura tornar as formas de culto que ainda existem em algo relegado ao passado mitológico. No entanto, esse é um aspecto que, embora bastante pertinente, não será desenvolvido neste momento.

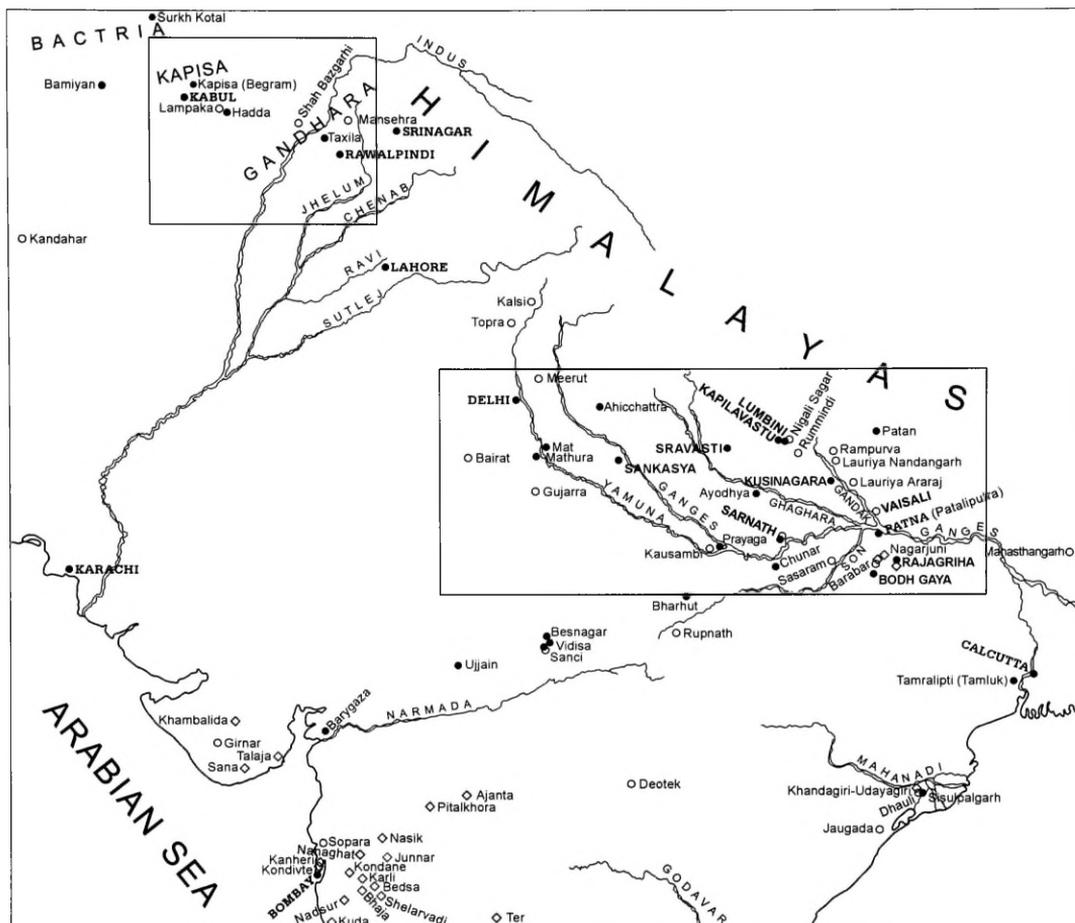


Figura 1 – Mapa das regiões de Gandhāra e Mathurā.

provavelmente de menos de meio século, talvez mesmo de poucas décadas (Lohuizen-de Leeuw 1972:27-43).⁴ Em 1972, a maioria dos acadêmicos já acreditava que ambas as escolas haviam criado uma imagem do Buda independentemente (Dani 1965/66:17-214; Hallade 1968:59). Em termos políticos, essa posição seria um “equilíbrio de poderes”, com uma leve vantagem cronológica para Mathurā (Lohuizen-de Leeuw 1979:381).

(4) Essa pesquisa modificou algumas das visões da autora, expressas no livro *The “Scythian” Period – An Approach to the History, Art, Epigraphy and Paleography of North India from the 1st Century B.C. to the 3rd century A.D.* (Lieden 1949).

Existiram, portanto, duas correntes com opiniões opostas: uma filo-helênica e uma filo-indiana. Os partidários da corrente filo-helênica consideravam a escola de Gandhāra como a mais oriental da arte greco-romana na Ásia, que trabalhava para o Budismo e era a responsável pela origem da representação imagética do Buda. Os defensores da corrente filo-indiana, dentre eles o professor Coomaraswamy, defendiam o caráter exclusivamente indiano dessa arte. (Vofchuk 1993:355).

O material que surgiu desde que A. Foucher publicou sua teoria indicaria uma direção diametralmente oposta à que o acadêmico tentou provar. Dentro dessa perspectiva, seria em Mathurā, e não Gandhāra, que os primeiros Budas teriam sido representados. Após o desenvolvimento de um tipo inicial de imagem do Buda em Gandhāra, o

período que se seguiu foi caracterizado cada vez mais pela influência helenística do ocidente, da qual muitas características foram logo incorporadas (Lohuizen-de Leeuw, 1979:399).

Por outro lado, ao considerar alguns dos princípios existentes no Budismo, alguns acadêmicos sugeriram formas de explicar a ausência antropomórfica do Buda. Richard F. Gombrich (1971:112) sugeriu que “o Buda não era representado jamais, para simbolizar o fato de que ele era *nibbuta* (extinto)”, e assim relaciona a noção anicônica à essência do Budismo – o cessar da existência na forma física. Outro acadêmico, D. Snellgrove (1978:23-24) cita o *Suttanipāta*: “Ele que está livre das paixões e dos desejos. Repousa no nada.”, e mais à frente sugere que “como flama (...) soprada pela força do vento, se esvai e não mais considera (...). Também o sábio, liberto de nome e forma, se vai e não mais considera”; conclui então que a ausência de figuras do Buda na arte do período primitivo reflete a “essência do verdadeiro Nirvana, inconcebível em forma visual ou humana” Embora tais conceitos sejam centrais no pensamento budista, eles não são necessariamente determinantes na Teoria Anicônica, uma vez que não abordam diretamente a questão de se dever ou não representar o Buda na forma humana (S. Huntington 1990:401).

A interpretação anicônica da arte primitiva budista estava profundamente arraigada às visões estabelecidas há muito tempo pelos ocidentais sobre a doutrina e a história budistas. Qualquer questionamento dessa teoria afetaria as fundações sobre as quais décadas de trabalhos acadêmicos foram construídos. Houve, como veremos a seguir, casos em que evidências seguras de fontes arqueológicas e literárias, que demonstravam o oposto, foram completamente ignoradas para validar tal teoria.

1.1.2. As tradições imagéticas primitivas e o conceito de Buddhadarśanapunya

Num artigo do professor John C. Huntington (1985:23), foi observado que, se todas as imagens que sobreviveram do período inicial são em pedra, que começou a ser utilizada na Índia somente no século III a.C., e se tornou um material escultórico de vulto apenas na Era Kuààõa, algo deveria ter existido antes das imagens em pedra.

Como observou Coomaraswamy (1985:48): “ao designá-los primitivos não queremos dizer que essa arte seja a mais antiga em que a figura do Buda tenha aparecido, nem que nenhuma delas esteja absolutamente livre de elementos ocidentais, mas sim que nela a inspiração da arte primitiva se encontra mais preservada que em qualquer outra. Já foi sugerido aqui que as figuras do Buda sentado, se não dos tipos em pé, provavelmente estivessem em uso como objetos de culto bem anteriormente, talvez no século II a.C.; e se esculpidos em madeira ou outros materiais impermanentes, isso estaria de acordo com o desenvolvimento geral das artes plásticas e da arquitetura indiana”.

A partir dessa questão, J. Huntington vai procurar fazer uma análise aprofundada das fontes escritas e dos vestígios arqueológicos mais recentes e até então ignorados para tentar demonstrar quais razões poderiam estar ligadas à origem da imagem do Buda.

Em relação à aceitação da comunidade de historiadores da arte, que como Foucher, por exemplo, argumentou favoravelmente a um período anicônico, e das postulações estilísticas de Coomaraswamy, a comunidade budológica não ficou convencida em relação a uma proibição dogmática. Para Lewis R. Lancaster (1974:287-291), a abordagem dos historiadores da arte era incorreta, pois eles viram uma ligação entre a origem da imagem do Buda e sua “divinização”, ou do desenvolvimento do conceito de *trikāya* da existência do Buda. No entanto, a origem da imagem é anterior a essa “divinização”, que acontece, provavelmente, no período Mahāyāna. Essa abordagem incorreta teria se baseado numa passagem do *Aṣṭasāhasrikā-prajñāpāramitā*, em que existem referências textuais a homens que fizeram imagens do Buda pouco antes de seu *Nirvāna*, para ganhar méritos. Padmanabh S. Jaini (1979:186) também criticou a comunidade por não se ter empenhado em examinar as evidências textuais, e não dar “maiores créditos para os textos dos peregrinos chineses, em relação às imagens primitivas”

Associadas a essas críticas estão as descobertas de imagens do Buda na China, que forneceram provas irrefutáveis da existência de imagens primitivas. Algumas dessas imagens do Buda vestem ornamentos da tradição estilística do início do período Han do leste (25-221 d.C.). A mais

antiga das figuras está representada em um pequeno jarro cerâmico, em *bhūmiparśamudrā*, e sentada no centro de uma aura de fogo. Sabemos que a China não inventou o tipo imagístico do Buda, e não existem precedentes dessa convenção no início do período Han ou de época anterior. O que indica que as imagens devem ter sido utilizadas como parte das modalidades de ensinamento dos primeiros budistas na China (J. Huntington 1985:24,52). Eles certamente não criaram a imagem para os chineses e depois a levaram de volta para a Índia. Além disso, o tipo imagístico em *bhūmiparśamudrā* parece ser uma convenção secundária desenvolvida posteriormente em relação às “quatro posturas”: sentado, em pé, andando e deitado.

As implicações fornecidas por tais imagens parecem claras: as imagens eram uma tradição estabelecida já na metade do século I a.C.; houve um período para seu desenvolvimento – presumivelmente na Índia – anterior a esse período, e as convenções ainda hoje em uso já eram correntes naquela época. Se desejarmos encontrar a verdadeira tradição das “primeiras” imagens do Buda, é necessário procurar em outros lugares, ao invés de apenas olhar para as imagens indianas que sobreviveram.

A proposta do estudo de J. Huntington (1985:24) é a de rever as evidências literárias e arqueológicas, para determinar se a visão antiga da imagem do Buda e a “Fase Anicônica” (que se diz ter precedido o período da criação das imagens do Buda) são válidas, e caso não o sejam, tentar determinar uma história mais precisa do desenvolvimento da imagem. Existem, de acordo com o autor, evidências consideráveis, tanto literárias como arqueológicas, que indicam uma tradição de imagens anterior e feitas com o intuito meritório de “contemplar o Buda” – *Buddhadarśanapunyā*. Esse teria sido um fenômeno natural e espontâneo, uma reação que permitiria às pessoas que não puderam ver o Buda pessoalmente, tanto em vida como na morte, obterem esse mérito ao contemplar sua imagem.

Os resultados do estudo dizem respeito diretamente ao conceito da fase “pré-icônica” do Budismo. Se essa fase existiu, o autor acredita que foi extremamente curta, limitada a movimentos sectários específicos e sem relevância tanto sob o aspecto histórico, como do ponto de vista da doutrina, para a maioria dos budistas.

I.1.2.a. Textos citados para confirmar a proibição da produção de uma imagem do Buda

Inicialmente, serão examinadas as citações da literatura canônica budista que foram tomadas por proibições escritas com relação à criação de uma imagem do Buda.

Foucher (1917:3-7) cita o *Mahāparinibhāna suttana* (Rhys Davids 1881), e uma passagem do *Milindapañhā* (Rhys Davids 1880:13-114), que proibiria a confecção de imagens; no entanto, o problema com relação às imagens simplesmente não é abordado nas passagens.⁵ Se imagens do Buda fossem um assunto de relevância no período de formação dos textos do *vinaya*, ele estaria incluído nas regulamentações, mas isso só acontece em um dos ramos budistas, como veremos mais adiante (J. Huntington 1985:25).

Outros autores citaram trechos do cânone *pāli* e afirmaram que essa escritura proibia qualquer forma de arte visual, especialmente a imagem do Buda. As passagens citadas apareciam sempre descontextualizadas, o que permitia a construção de significados diferentes e totalmente artificiais, que procuravam sustentar a tese da inexistência de imagens anteriores.

Em toda a literatura budista, os acadêmicos só foram capazes de localizar uma referência específica, embora indireta, para uma proibição da execução de imagens do Buda. Ela aparece no *vinaya* do ramo Sarvāstivādin. No capítulo que trata da decoração dos mosteiros, Anāthapiṇḍaka pergunta ao Buda: “Honrado Senhor, se vossas imagens não são permitidas, não poderíamos nós, ao menos fazer imagens de *Bodhisattva* em sua honra?” ao que o Buda, então, concede permissão. A referência aos *Bodhisattva* poderia indicar que algum tipo de

(5) As citações são respectivamente: “The truths and rules of the order which I have set forth and laid down for you all, let them, after I am gone, be the Teacher to you.”, e “The king said: ‘is there such a person as Buddha, Nāgasena?’ / ‘Yes’ / ‘Can he then, Nāgasena, be pointed out as being here or there?’ / ‘The Blessed One, O king, has passed away by that kind of passing away in which nothing remains which could tend to the formation of another individual (*anupādisesāya nibbānadhātuyā*). It is not possible to point out the Blessed One as being here or there.”

representação icônica era permitida, talvez entre os séculos III e II a.C., e também que a própria existência de uma proibição significa simplesmente que alguém mais estaria fazendo imagens, mas que os Sarvāstivādin, naquela época, se opunham a isso.

Como observado por E. Lamotte (1958:703), os *vinayas* das escolas Mahāsāṃghika e Dharmaguptaka permitem especificamente a decoração de estupas e monastérios com pinturas de *devas*, monges, dragões, animais e paisagens, mas ambos não dizem nada a respeito da imagem do Buda. Essa ausência pode ser interpretada de três formas: primeiro, que a representação do Buda era tão comum que não era necessário discuti-la; ou, que ela não era feita e portanto não havia necessidade de mencioná-la; ou ainda, que as imagens do Buda eram realmente esculpidas mas elas não seriam mencionadas como “decoração” uma vez que não eram apropriadas ao contexto decorativo, e sim imagens de culto ou comemorativas, de grande santidade.

Existe ainda uma variação sobre essa última questão que coloca a realização de imagens como além da preocupação doutrinal religiosa, sendo as imagens essencialmente manifestações de um culto popular. Se as imagens não estavam sendo feitas, não haveria razão para proibi-las, e a ausência geral de atenção dada à realização de imagens na literatura primitiva pode somente significar, de acordo com J. Huntington, que ela era uma prática geralmente aceita. As passagens sobre “decoração” explicam apenas que o enriquecimento visual era permitido. O tom de austeridade, aparente na literatura da época, exigia que tal permissão fosse particularmente expressa.

Na Era Kuṣāṇa, certamente os Sarvāstivādin teriam abandonado a proibição acima mencionada. Oferendas específicas de imagens e relicários com imagens entalhadas eram feitas por essa ordem de monges, naquela época. Certamente, Kaniṣka, um convertido ao Budismo, deve ter incentivado a criação de relicários, iconograficamente de acordo com a doutrina. Se no período de Kaniṣka já existia um repertório iconográfico estabelecido, podemos supor que houve um período anterior substancial para o desenvolvimento dessa iconografia. Havia imagens de Buda em Mathurā, no início da Era Cristã e, portanto, a proibição já devia ter sido desconsiderada durante esse período (Fig. 2).



Figura 2 – Buda sentado em abhaya mudrā. Mathurā, Uttar Pradesh, Índia. Período Śaka, c. século 1 a.C. Arenito avermelhado, 48cm. Museu de Mathurā (Photo © John C. Huntington. Cortesia do Huntington Archive of Buddhist and Related Arts).

Como bem lembrado por A. K. Coomaraswamy (1985:52), para A. Foucher (1913:31), o caráter convencional da figura do Buda do relicário de Kaniṣka “dénote un art déjà stéréotypé, (...) suffit pour reporter d’au moins cent ans en arrière et faire par suite remonter au I^{er} siècle avant notre ère la création du type plastique du Bienheureux”

Dadas as tradicionais controvérsias existentes entre os vários grupos na *samgha* budista, seria de se esperar que qualquer contestação veemente em relação à criação de imagens do Buda tivesse ficado registrada. Tal assunto estaria profundamente relacionado ao corpo de conceitos devocionais, o que geraria longas discussões a seu respeito. O fato de tais discussões não existirem indica que talvez o assunto não fosse um problema. Na opinião de J. Huntington (1985:29), os *Sarvāstivādin* eram a exceção e não a regra dentro das questões que envolvem a representação iconográfica do Buda.⁶

1.1.2.b. Textos primitivos sobre a manufatura de imagens do Buda

O *Tathāgatapratibimbapratīṣṭhānuśānsāsūtra*, o cânone coreano budista n.281, é uma das inúmeras traduções chinesas de um repertório detalhado de medidas e proporções das imagens do Buda. A tradução desse texto em particular foi feita no período Han tardio (25-220 d.C.) e demonstra que as convenções sobre a imagem do Buda haviam se tornado canônicas, em forma de um *sūtra*, já nessa época. Esse fato possui várias implicações: para ser traduzido para o chinês, um texto deveria ser considerado suficientemente importante ou na região indo-iraniana ou na Índia, para que fosse levado à China e para merecer o tempo que tomou sua tradução. Isto pressupõe um período anterior de aceitação dos textos nos círculos indiano-budistas. A formulação de um *sūtra* para explicar determinados conceitos pressupõe que estes tinham sido amplamente aceitos por, pelo menos, um dos grandes ramos do Budismo, e que já vinha sendo praticado há tempo suficiente para se tornar assunto de um *sūtra*. O que pode ser argumentado, segundo J. Huntington (1985:29), é que a existência de um texto dos

(6) Existe também uma observação de A. Waley, no “Did the Buddha Die of Eating Pork”, *Mélanges chinois et bouddhiques*, vol.I, 1932:453, em que ele cita o *vinaya* dos *Mūla-Sarvāstivādin* (da Cachemira e do noroeste), que narra a pergunta feita por Anāthapiṇḍaka sobre a permissão para fazer uma imagem do Buda, para a qual ele recebe uma resposta afirmativa. O texto foi traduzido em 170 d.C. Sabe-se que os *sarvāstivādin* eram da região de Mathurā, e não se conhece a relação exata entre as duas escolas; no entanto, essa autorização parece indicar e reafirmar uma tradição anterior, já estabelecida.

séculos I ou II de nossa Era implica numa tradição longa e anterior de manufatura de imagens.

Ainda sob esse aspecto, podemos observar que na escola de Mathurā a escultura primitiva apresenta evidências de formulações icônicas estritas (Coomaraswamy 1995:108-119).⁷ Na época em que a convenção da imagem do Buda aparece na escultura em pedra, já havia um sistema iconomórfico estabelecido, onde apenas pequenas alterações eram aceitáveis, na formalização da figura principal. Tais elementos ainda precisam ser melhor estudados em análises comparativas mas, na visão do autor, o que está indicado é que dada a estabilidade das convenções na postura e nos trajes da figura do Buda, já deveriam haver conceitos iconológicos estáveis durante os séculos II e I a.C. Essa uniformidade iconográfica indicaria um possível protótipo “comum”, o que não implica em dizer que as imagens do estilo *Amarāvātī* sejam estilisticamente as mesmas que as imagens primitivas de *Gandhāra*, mas sim que seriam variações locais sobre um mesmo protótipo. As identidades nacionais e regionais são claramente discerníveis, mesmo nas esculturas e pinturas de iconometria mais precisas.

1.1.2.c. Fontes que situam a origem da imagem do Buda durante a vida do Buda

Na opinião de J. Huntington (1985:31), talvez a mais conhecida e ao mesmo tempo mais negligenciada

(7) No capítulo sobre a “Origem e o uso das imagens na Índia”, Coomaraswamy discorre sobre a literatura técnica dos artesãos indianos, como os *Śilpaśāstra*, uma série de cânones hindus que prescrevem desde os atos de purificação e devoção pelos quais um artista deve passar antes de transformar uma divindade em matéria (associado ao *yoga*, no qual se pretende a perfeita identificação do adorador com a forma pela qual a divindade é concebida) até a ortodoxia que rege as proporções ideais de cada divindade, que correspondem, cada qual, ao aspecto específico da divindade a ser representada. Um outro elemento importante é que toda imagem utilizada para finalidade de adoração deve ser preparada através de uma cerimônia de invocação (*āvāhana*); e, se for para uso temporário, deve-se proceder a uma dessacralização, através de uma fórmula para retirada da consagração antes proferida. Para o autor, essas cerimônias refletem as projeções de atitudes mentais do adorador em relação à imagem, como no caso da invocação, em que se supõe uma atitude de comunhão com a divindade. Essas cerimônias são realizadas periodicamente, inclusive nos dias atuais.

ciada narrativa sobre a “origem da imagem do Buda” seja a fábula que narra como a imagem do Iluminado foi solicitada pelo rei Udāyana de Kauśāmbi. O relato aparece nos *Records of the Western World*, do peregrino chinês Hsuan-tsang (tr. S. Beal, 1884). Existem muitas versões da história, mas, exceto por pequenas variações, a imagem do Buda é esculpida em sândalo e colocada em uma enorme *vihāra*.⁸

A partir dos estudos de Przymusiński (1967:78-80) sobre o *Aśokavadāna*, ficou claro que a ascensão de Kauśāmbi teria ocorrido após o primeiro concílio, e que a ênfase dada a Kauśāmbi no cânone *pāli* provavelmente teria sido dada bem depois da morte do imperador Aśoka; poder-se-ia portanto desconsiderar tal imagem como a “original”. Mas o que essa história traz é a implicação de que havia uma tradição de imagens primitivas, possivelmente até datadas da época do Buda. Entretanto, como frisado por J. Huntington (1985:32-55), é preciso observar que os próprios elementos da lenda sugerem que existam razões para se questionar a validade de uma interpretação literal da narrativa.

Não há nenhuma certeza de que a primeira “imagem de Udāyana” tenha existido, mas provavelmente a necessidade de dar ênfase a Kauśāmbi na literatura, durante os séculos III e II a.C., esteja

(8) “In the city, within an old palace, there is a large *vihāra* about 60 feet high; in it is a figure of Buddha carved out of sandal-wood, about which is a stone canopy. It is the work of the King U-to-yen-na (Udayāna). By its spiritual qualities (or, between his spiritual marks) it produces a divine light, which from time to time shines forth. The princes of various countries have used their power to carry off this statue, but although many men have tried, not all the number could move it they therefore worship copies of it, and they pretend that the likeness is a true one, and this is the original of all such figures. When the Tathāgata first arrived at complete enlightenment, he ascended up to heaven to preach the law for the benefit of his mother, and for three months remained absent. This king (i.e. Udāyana), thinking of him with affection, desired to have an image of his person; therefore, he asked Mudgalyāyanaputra, by his spiritual power, to transport an artist to the heavenly mansions to observe the excellent marks of the Buddha’s body, and carved a sandal-wood statue. When Tathāgata returned from the heavenly palace, the carved figure of sandal-wood rose and saluted the Lord of the World” (Hsuan Tsang, tr. S. Beal, 1884.)

associada à primazia sobre a origem da imagem. Uma vez que existem sérias dúvidas em relação ao rei Udāyana estar sequer ligado ao Budismo, há teorias de que essa história seria uma resposta a outra narrativa, que diz respeito a uma imagem que teria sido feita durante a vida do Buda, pelo rei Prasenajit em Śrāvastī. A mais antiga narrativa conhecida a esse respeito é de Fa-Hsien (tr. H.A. Giles, 1923), na qual o Buda se ausenta por noventa dias e vai ao paraíso de Trayastriṃśa, e o rei Prasenajita, saudoso, manda esculpir uma imagem do Tathāgata em sândalo e colocá-la onde o Buda costumava se sentar. Quando o Buda retorna ao templo, a imagem se levanta e vai recebê-lo. Buda então diz a ela que retorne ao assento, pois após seu desaparecimento ela deverá se tornar o modelo para todos aqueles que buscam a verdade. O autor chinês diz que essa foi a primeira imagem que teria servido de modelo às outras mais tardias.⁹

Na época em que Hsuan-tsang visitou Śrāvastī, o monastério visitado por Fa-Hsien não mais existia, exceto por um único edifício contendo o que ele registrou como a suposta primeira imagem. Entretanto, embora a imagem da narrativa de Fa-Hsien seja uma do tipo sentado, a imagem descrita por Hsuan Tsang era de uma figura em pé.

A versão de Fa-Hsien, no entanto, possui alguns pontos relevantes. O milagre do retorno do paraíso de Trayastriṃśa era extremamente importante durante o início do período do Budismo e bastante conhecido nos tempos de Aśoka; o fato de a imagem se levantar para cumprimentar o Buda é típico dos “milagres iniciais”, que demonstram a total primazia do Buda sobre todos os fenômenos.

De forma geral, também é reconhecido que o rei Prasenajit teria vivido na época do Buda e que ele teria apoiado a comunidade primitiva budista. Entretanto, para Huntington (1985:33), não há uma resposta definitiva com relação à imagem, de esta ter ou não sido feita.

(9) Existe uma variação interessante da mesma história, onde Hsuan Tsang diz que, durante a ascensão do Tathāgata ao paraíso de Trayastriṃśa para pregar para sua mãe, o rei Prasenajita ouviu falar que o rei Udāyana havia mandado esculpir uma imagem do Buda, e então também mandou que fosse esculpida outra.

Uma evidência arqueológica importante a respeito da representação primitiva do Buda, também desconsiderada durante muito tempo pelos historiadores da arte, é uma pequena imagem numa placa de esteatita, encontrada em Śāṅkāśya por Sir Alexander Cunningham (*ASI*, vol IX, s/d), que retrata um Buda sentado sobre um elemento arquitetônico, mas que atualmente se encontra desaparecida. Nos seus registros da escavação, o autor sugere que a representação mostra as escadas triplas em Śāṅkāśya; dado o local onde foi encontrada, isso parece possível, mas não pode haver certeza. De acordo com J. Huntington (1985:34,55), a representação possui uma paisagem, e o Buda estaria sentado numa plataforma sobre uma montanha. Existem, no entanto, três fatores que sugerem uma data bastante antiga para essa peça: em primeiro lugar, entalhes em esteatita foram suportes bastante importantes durante os períodos Maurya e Śūṅga, mas muito pouco utilizados posteriormente; em segundo lugar, a qualidade da arquitetura retratada é menos detalhista que nas representações que sobreviveram em Bodh Gayā, Bhārhut e outros sítios do período inicial, o que pode indicar que a representação na plaqueta possui um estilo menos elaborado que do período Śūṅga e, portanto, anterior; finalmente, essa suposição é reforçada pela presença de um grande pavão (*mayūra*), o emblema da dinastia Maurya. A proeminência da escala do pássaro em relação ao restante da composição coincide com o que se conhece a respeito da atitude dos primeiros imperadores Maurya, que se consideravam monarcas universais. Além desses elementos, a figura sentada com manto poderia seriamente ser considerada um Buda, pela sua postura, gesto (*abhayamudrā*) e ornamentos. Isso pode indicar que talvez essa seja a mais antiga representação conhecida do Iluminado.

Com base nas várias narrativas existentes, embora existam poucas chances de que se encontrem evidências diretas de imagens feitas durante a vida do Buda, as histórias até aqui mencionadas demonstram que existem a possibilidade e a probabilidade de que tenham existido imagens, uma vez que aparecem dois aspectos recorrentes nas narrativas: a ausência do Buda e o desejo de seus devotos de contemplá-lo. O Buda não está presente e, de forma a ser lembrado, uma imagem é feita. Um outro ponto importante a ser observado é que os reis das narrativas são da comunidade leiga. É, portanto, possível que o Buda tivesse dado

permissão para confecção de imagens a esses importantes devotos leigos, mas não aos monges. Isso pode talvez assinalar o início de toda a tradição imagética budista.

1.1.2.d. Fontes a respeito das imagens do Buda após o Nirvāṇa

As narrativas sobre a confecção de imagens do Buda, tratadas a seguir, possuem muitos pontos em comum. Um dos mais relevantes é que nenhum deles possui qualquer afirmação sobre ser a imagem em questão a “original”, o que talvez indique que haveria imagens anteriores. Além disso, as narrativas mais uma vez falam que leigos teriam feito as imagens.

No *Saddharma-puṇḍarīka* (M. Winternitz 1972:304), datado do século I d.C., está expresso um desenvolvimento e amadurecimento do Budismo Mahāyāna, especialmente na direção da *Buddha-bakti*, devoção ao Buda, ao culto das relíquias e da adoração de imagens, assim como de um estágio avançado da arte budista. No extrato mais antigo em verso do texto, citado por J. Huntington (1985:36), encontra-se uma elaborada discussão sobre os benefícios decorrentes da oferenda de imagens. Isto evidencia uma aceitação e um encorajamento da adoração de imagens, o que indica que houve um período substancial de desenvolvimento iconográfico anterior ao século I d.C.

Numa das passagens, o Buda fala dos seres que encontraram o Buddha Margā, o “caminho do Buda”, nela chamado o “caminho único”. São as pessoas que oferecem estupas, aqueles que fazem ou mandam que se façam imagens, entalhes, imagens coloridas (pinturas), crianças que desenhavam imagens do Buda, ou aqueles que fazem oferendas a essas imagens. Curiosamente, toda a gama de materiais para a feitura de imagens aparece enunciada, exceto a pedra. Existem também claras indicações a respeito da aparência das imagens e, por duas vezes, as marcas corpóreas do Buda são mencionadas.¹⁰ Tais evidências

(10) As trinta e duas marcas corpóreas (*lakṣaṇa*) e as vinte e quatro marcas menores, chamadas na passagem de “marcas meritórias” eram bastante conhecidas na literatura primitiva budista, para descrição ver Boisselier 1993:148.

indicam que, no início da Era Cristã, não somente as imagens eram amplamente aceitas, como conhecidas pelos escritores dos extratos mais antigos do Saddharma-Puṇḍarīka e, portanto, parte de uma tradição muito antiga.¹¹

Existe também um outro problema historiográfico bastante interessante: as citações dos historiadores tibetanos. O povo dessa região teve à sua disposição versões antigas de narrativas legítimas, que depois não sobreviveram sob outra forma. O *Tāranātha* (tr. Chimpa and Chattopadhyaya 1970) é fonte de uma narrativa sobre a feitura de uma imagem logo após a morte do Buda. Nela, os três filhos de *Jāhsa*, uma velha senhora de cento e vinte anos, se convertem ao Budismo e desejam dedicar-lhe um templo. Cada irmão constrói um templo em uma cidade: Jaya o faz em *Vārāṇasī*; Sujaya em *Rājagṛha*; e Kalyāna constrói o “*Gandhola (gandhakuṭī)* de *Vajrāsana* com a imagem *mahābodi* dentro”. Durante a realização da imagem, os artesãos se isolam por sete dias; no sexto dia, a mãe dos três brâmanes vem bater à porta. Ela lhes conta que vai morrer naquela noite e que, no mundo, ela é a única a ter visto o Buda pessoalmente – portanto, ninguém além dela poderia dizer se a imagem estava parecida com o *Tathāgata*, e por isso eles deveriam abrir a porta – o que é feito, e a velha senhora reconhece a imagem. Nessa história, as dinastias *Nanda* e *Maurya* aparecem invertidas, o que põe em dúvida a fidedignidade da lenda como fonte histórica.

A lenda indiana primitiva, que se refere aos três sítios não incluídos nos locais dos milagres do Buda, como *Śrāvastī* ou *Sāṅkāśya*, sugere que o extrato faça parte de uma tradição bastante antiga. Nos tempos de *Aśoka*, talvez mesmo antes, esses últimos dois sítios milagrosos já tinham se tornado bastante importantes nas lendas budistas, assim como *Lumbini*, local onde o Buda teria nascido.

Outra narrativa, a biografia de *Dharmasvāmin* (tr. Roerich 1959:67) é bastante aproximada da tibetana, mas é possível que essa lenda estivesse em circulação durante a visita do monge a *Bodh*

Gayā. Na biografia, o monge diz que a imagem foi erigida pelo filho de uma brâmane, oitenta anos após o *Nirvāṇa* do Buda, mas existem diferenças narrativas em relação à lenda tibetana. Entretanto, ambas as histórias possuem como aspecto importante a velha senhora que viu o próprio Buda e que, sendo a autoridade na representação formal da estátua, considera-a parecida exceto por algumas peculiaridades. Uma dessas peculiaridades se refere à *uṣṇīṣa* que, embora apareça na imagem, não era, segundo a velha senhora, visível no próprio Buda. Outra é a de que a imagem não apresenta nenhuma das quatro posturas e, embora o Buda estivesse a pregar a doutrina, a imagem não o faz. E, finalmente, que embora o corpo do Buda tivesse um brilho especial, a imagem não brilha como ele.

A questão da presença da *uṣṇīṣa* é interpretada como um dado bastante importante para atestar a veracidade da narrativa, e indicaria uma possível convenção monástica de base doutrinal, na tradição escultórica (J. Huntington 1985:36-40). Quanto às quatro posturas, a história sugere que existiriam outras convenções na forma de representar o Buda. O fato de a imagem estar sentada, mas não pregar, demonstraria que existiam convenções para os gestos, que possuíam conotações de atividades específicas. Uma suposição cabível seria a de que a imagem *mahābodhi* estaria em *bhūmiparśamudrā*, um gesto intimamente associado a esse lugar. A tradição de instalar uma imagem onde o Buda teria passado é considerada um ato bastante antigo, como podemos observar nos relatos do peregrino chinês, *Hsuan-tsang* (vol.II:48). Uma imagem sentada, em gesto de pregação, provavelmente estaria em *abhāyamudrā*, o gesto utilizado nas imagens mais antigas. A postura deitada estaria relacionada ao *Nirvāṇa*. Também foram encontradas imagens em pé ou caminhando. A partir desses dados, J. Huntington (1985:41) acredita que se a narrativa das quatro posturas coincidir com o extrato mais antigo da lenda, essa é uma evidência de que haveria uma tradição imagética complexa por volta do ano 400 a.C.

O conceito das quatro posturas, duas das quais são claramente identificáveis com a vida do Buda, nos leva a uma possível origem da representação das cenas da vida do Iluminado. No *vynaya* dos *Mūla-Sarvāstivādin*, existe uma narrativa em que *Mahā-Kāśyapa*, um discípulo do Buda, informa ao rei *Ajātaśatru*, de *Māgadha*, sobre a morte do Mestre. No trecho, o discípulo descreve

(11) Para uma discussão dos problemas relativos aos textos originais dos cânones *Mahāyāna*, e do fato de durante um longo período a tradição *pāli* ter sido, tendenciosamente considerada a forma “pura” do Budismo, ver Huntington, 1985:56; Thomas 1949:xiv-xxiv; W.Zwalf 1996:53; e Aldrovandi 2002: 150-9.

para o rei, com grande precisão, todos os feitos do Buda, o que indicaria o seu conhecimento e possível uso deste nas cenas narrativas.

Existe ainda um outro texto, o *Aṣṭahasrikā-prajñāpāramitā*, que faz referência à manufatura de imagens após a morte do Buda, mas que será tratado mais adiante, por dar maior ênfase à razão da feitura da imagem.

1.1.2.e. As imagens do Buda durante o período de Aśoka

Existe uma versão do *Tāranātha* que contém material de uma versão independente das lendas de Aśoka, onde são mencionadas uma imagem que o imperador teria visto durante sua conversão e uma imagem dada por um mercador a um mestre do rei, no período das conquistas de Aśoka, antes de sua conversão. Em ambos os casos as imagens foram feitas antes da conversão do rei. Essa narrativa indicaria que, durante o período de formação da lenda, imagens anteriores à época da narrativa existiam.

Por outro lado, a narrativa da visita do monge Fa-Hsien a Śānkāśya (Giles 1923), não apenas indica que esse lugar já possuía importância nos tempos de Aśoka, mas conta também que durante seu reinado foi ali instalada uma imagem do Buda. Entretanto, tanto a imagem quanto o templo já haviam desaparecido durante a visita do peregrino.

No período de Aśoka as evidências literárias apontam para uma continuidade da tradição imagética. É ainda durante esse período que as narrativas sobre imagens primitivas têm fim. Embora existam narrativas não-canônicas de imagens importantes, a preocupação cessa em relação à primazia de algum personagem histórico que tenha feito imagens. Esse seria o ponto em que ocorre o final de uma tradição de imagens primitivas e o início de uma nova preocupação de comunicação icônica, através de uma forma devocional estabelecida de adoração de imagens (J. Huntington 1985: 46).

A lenda de Aśoka teria se originado na região de Māgadha, seguindo para Kauśāmbi, onde certos elementos foram acrescentados e outros modificados; depois chegou a Mathurā, onde mais modificações teriam sido feitas. O interessante é que a localização das antigas imagens também segue uma progressão geográfica e cronológica nessa mesma direção.

A própria tradição da História da Arte, discutida anteriormente, situa a origem da imagem do Buda em Mathurā, através dos *sarvāstivādin*. Como vimos, essa escola tinha sobre si uma proibição contra a manufatura de imagens, pelo menos até o ano 100 a.C., no período Śunga, a partir de quando a evidência estilística demonstra que eles teriam iniciado a confecção de imagens do Buda, em paralelo às figuras de *yakṣa*. Essa cronologia parece conferir com as demais evidências arqueológicas.

O que se observa é que a tradição de manufatura de imagens e a das próprias convenções imagéticas parecem seguir os mesmos padrões da literatura do período do Budismo primitivo.

1.1.2.f. Buddhadarśanapūṇya: o propósito da manufatura das imagens primitivas do Buda

Duas passagens do *Aṣṭahasrikā-prajñāpāramitāsūtra* (L. R. Lancaster 1974:287-291), uma traduzida para o chinês em 179 d.C., por Lokakṣma, e a outra atribuída a Chih Chien, talvez dos anos 222-229 d.C., contêm trechos relacionados à adoração de imagens. A data desses textos é muito discutida, mas é geralmente aceito que a sua forma mais antiga seja anterior ao início da Era Cristã.¹² O dado mais importante que nos fornece a narrativa em determinado trecho é a mudança de opinião sobre a natureza do corpo do Buda. Na passagem, o devoto deseja ser, ou tornar-se, um Buda perfeito. Parte do processo incluiria a obtenção de méritos (*pūṇya*) alcançados através do ato de contemplar o Buda (*Buddhadarśana*). O conceito de reverência ao Buda permeia a literatura budista, desde os textos mais antigos até os comentários mais tardios, sendo fundamental no Budismo e especialmente importante para a comunidade de leigos. O que transparece nessa literatura é que, durante o período de formulação do *Aṣṭahasrikā-prajñāpāramitāsūtra* (talvez anterior ao ano 100 a.C.), teria existido uma tradição relativa ao propósito de manufatura de imagens com o objetivo de obter méritos através da

(12) John Huntington (1985:58) observa que existe uma tradição tibetana, citada no *Tāranātha* (p. 90), que situa a primeira pregação do *Aṣṭahasrikā-prajñāpāramitāsūtra* na época da corte de Chandragupta Maurya.

sua contemplação, ou *Buddhadarśanapūṇya*.

É preciso observar que tal tradição inclui um trecho relativo à questão de que a imagem não era feita nem de uma nem de duas coisas. A constituição do corpo perfeito do Buda, como diz outro trecho, deveria ser feita de “dez mil coisas” (uma metáfora chinesa para “tudo” ou “infinito”); fica também sugerido que qualquer material poderia ser utilizado e seria apropriado para manufatura da imagem. Talvez a partir desse trecho possamos deduzir que se tornou possível fazer imagens em pedra (J. Huntington 1985:48).¹³

1.1.2.g. Algumas considerações em relação à origem das imagens do Buda

Conforme descrito anteriormente, existem evidências literárias abundantes e material arqueológico que demonstram a grande probabilidade da existência de imagens budistas muito antigas, grande parte delas de um período anterior a Aśoka.

Poderia ser sugerido que os monges das comunidades primitivas não fizeram ou não possuíram imagens esculpidas. Acredita-se que a maior parte da comunidade monástica era composta por renunciantes que percorriam o território e somente se reuniam na estação das chuvas, nas *ārāmas*. Tais grupos, que passavam seu tempo percorrendo a região, não teriam condições de possuir imagens, pelo menos no início, quando ainda não tinham sido fundados monastérios. Dessa forma, é possível sugerir que as primeiras imagens teriam sido feitas pela comunidade leiga e instaladas em templos mantidos por essa população, como vimos anteriormente descrito nas narrativas.

A idéia da manufatura de imagens como parte de um ato meritório é perfeitamente aceitável, se considerarmos que toda prática primitiva budista era baseada no conceito da obtenção de méritos. A oferta de imagens em si é um ato meritório e o conceito de “contemplar” (*darśana*) é muito antigo, e é um elemento fundamental da tradição popular nas religiões indianas. Isto estaria ainda associado à grande popularidade que a figura do Buda alcançou durante sua vida, o que tornou necessária a confecção de sua imagem.

O próprio A. K. Coomaraswamy (1927:297) desenvolveu amplamente em seus escritos o aspecto popular da devoção, ou *bhakti*, no Budismo como um elemento religioso que deu origem à necessidade de imagens, sugerindo, ao mesmo tempo, que a adoração de imagens teve uma origem popular.

Um trecho do trabalho de A. Foucher (1917:7) também se refere à devoção popular dos indianos, para em seguida dizer que eles teriam acolhido com entusiasmo o tipo indo-grego do Buda (o que, por implicação, sugere uma incapacidade na concepção de imagens).

A partir dos fatos estudados até o momento podemos sugerir que a necessidade da manufatura de imagens surgiu a partir de dois fatores: a necessidade de obter mérito através da contemplação do Buda; e o desejo, no nível popular, de continuar a contemplar o Iluminado após seu *Parinirvāṇa*. Se fosse possível imortalizar esses momentos preciosos de sua vida, isso os lembraria de seus ensinamentos e os ajudaria a trilhar o caminho. Materializá-lo em uma escultura talvez pudesse ajudar a atingir esse objetivo.

1.1.3. A Teoria do Culto e Devoção a Locais Sagrados

Como visto anteriormente, a Teoria do Aniconismo baseou-se no fato de que a arte primitiva budista refletiria formas do Budismo *Hīnayāna*, e que este teria prescrições doutrinárias contra a criação de trabalhos de arte que representassem Budas na forma humana. Os proponentes da teoria associaram a prática da criação de imagens do Buda com o início do Budismo *Mahāyāna*, que teria ocorrido durante os primeiros séculos da Era Cristã. Mas, uma análise baseada em evidências arqueológicas, literárias e inscrições colocou em dúvida a existência de uma prática

(13) Ainda a respeito da adoração da imagem do Buda, Coomaraswamy (1995:109-10) cita uma passagem interessante do *Divyāvadāna* (XXVI), na qual Upagupta desafia Māra, que, como um *yakṣa*, possui o poder de se transformar no que desejar, a tomar a forma do Buda. No momento em que isso acontece, Upagupta se prostra e Māra, chocado com essa atitude, o repreende. Então, Upagupta explica que ele não está adorando Māra, mas o ser representado, “assim como ao venerar imagens materiais de divindades, as pessoas não estão reverenciando a argila e sim o imortal ali representado” Nesse caso, um ser que ultrapassou a individualidade pela vontade humana é representado por uma imagem que merece ser adorada (notar a menção à argila como material da escultura).

deliberada de se evitar imagens do Buda (S. Huntington 1990:401).

L. R. Lancaster (1974:291), um respeitado budologista, sugeriu que, com base nas evidências textuais, os budistas Hināyāna eram provavelmente tão receptivos à produção de imagens quanto os Mahāyāna. Outro budologista, G. Schopen (1979:16), concluiu que a associação de imagens do Buda somente ao Mahāyāna é incorreta e que “quase todos os ramos Hināyāna estavam interessados e se preocupavam com imagens e o culto a imagens”. De fato, como pudemos ver anteriormente, em todo o *corpus* da literatura budista, existe apenas uma referência indireta contra a criação de imagens do Buda, e que esteve limitada ao contexto de um único ramo budista.

As evidências arqueológicas também questionam uma das principais bases da Teoria Anicônica, a convicção de que a imagem foi criada durante o período Kuṣāṇa, entre os séculos I e II d.C. Imagens esculpidas do Buda, datadas de um período pré-Kuṣāṇa, foram identificadas (Lohuizen-de Leeuw 1979; Faccenna 1974). Embora esses estudiosos não tenham questionado diretamente a Teoria do Aniconismo, a existência de imagens anteriores elimina a possibilidade de que as imagens antropomórficas do Buda teriam sido disseminadas durante o Império Kuṣāṇa. A datação das imagens confirma que representações do Buda estavam sendo produzidas ao mesmo tempo que os relevos “anicônicos”, o que sugere que a ausência de imagens do Buda nesses relevos não pode ser atribuída a uma vasta proibição de sua criação (S. Huntington 1990:407).

Tais fatos levantam dúvidas com relação à tradicional Teoria Anicônica e remetem a questões como a de que pode haver outras explicações para a aparente ausência das figuras do Buda nos relevos primitivos. Ou ainda, de qual forma as imagens do Buda, descobertas recentemente, poderiam ser reconciliadas com os demais vestígios artísticos da época. E, mais importante, o que pretendiam comunicar as centenas de relevos pré-Kuṣāṇa, que não continham, como se acreditou, referências veladas a um ser que não podia ser mostrado.

O *corpus* dos chamados relevos anicônicos possui representações variadas, que incluem motivos abstratos, animais, folhagens, espíritos da natureza e cenas narrativas. As cenas narrativas são as de maior importância para se estudar a questão

do aniconismo. Sob essa perspectiva, sua grande maioria é, geralmente, identificada com eventos da vida do Buda Śākyamunī (c. 560-480 a.C.), ou com representações das histórias dos *jātaka*, relacionados às suas vidas anteriores (Cowell 1895; Rhys Davids 1925).

Susan L. Huntington, em artigo publicado em 1990, abordou um tipo específico de relevo, tido como anicônico, ou forma de representação que ilustra a vida do Buda sem, entretanto, sua presença física, e propôs a partir daí uma nova interpretação. É possível que a maior parte dessas composições não representasse eventos da vida do Buda, mas sim retratasse a devoção e adoração em sítios sagrados budistas. Embora alguns dos relevos pudessem descrever a devoção em sítios sagrados ainda durante a vida do Buda, a maior parte deles provavelmente mostrava esses lugares como foram adorados após o *Mahāparinirvāṇa*.

Os chamados símbolos anicônicos, como troncos vazios, árvores, rodas e estupas, não teriam a intenção de servir como substitutos da imagem do Buda, mas seriam elementos sagrados de adoração nesses lugares. Os relevos seriam essencialmente, portanto, “retratos” dos sítios, que representariam práticas de peregrinação e devoção associadas a esses locais.

S. Huntington demonstra em seu artigo (1990:402), que duas observações podem ser feitas sobre os relevos que retratam os eventos da vida do Buda: o *local* mostrado é o local onde o evento ocorreu; o *tempo* em que ocorre a atividade retratada é o tempo do evento em si. Essas duas condições não estão presentes nos relevos de tipo anicônico. Os acadêmicos mais antigos concluíram que tais composições representavam cenas da vida do Buda, com o Buda ausente e a presença de elementos indicativos de ocorrência de outra atividade. Portanto, *tempo* e *espaço* seriam elementos fundamentais na interpretação dos relevos “anicônicos”

Ao menos algumas das cenas anicônicas representariam locais sagrados do Budismo, que seriam visitados pela população leiga, provavelmente algum tempo após a morte do Buda. Elementos iconográficos nesses tipos de relevos, como os devotos adoradores nas cenas de Sāñcī, indicam claramente esse tipo de prática.

A evidência mais inequívoca de que a cena que mostra a adoração da roda da lei (Fig. 3) e numerosas outras cenas supostamente anicônicas



Figura 3 – Adoração ao Dharmacakra, estupa de Bhārhut, Madhya Pradesh, Índia. Período Śunga, c. 100 a 80 a.C. Arenito. Indian Museum, Calcutá. (Photo © John C. Huntington. Cortesia do Huntington Archive of Buddhist and Related Arts).

seriam representações de locais sagrados com a população leiga em adoração a tais símbolos – e não de eventos da vida do Buda – é um conjunto de inscrições associadas aos relevos “anicônicos” de Bhārhut, datados do século I d.C. Um exame detalhado dessas inscrições revelou que muitas das epígrafes indicam claramente locais, e não eventos.¹⁴ Na verdade, é precisamente a confusão entre

(14) Susan Huntington (1990:402-4) fornece uma análise de vários relevos considerados anicônicos. Um deles pareceu-nos bastante interessante: o relevo da árvore de iluminação do Buda Vishvabhu, por volta do século I a.C.

local e evento a raiz do problema interpretativo nos relevos primitivos. Um estudo aprofundado das demais inscrições do estupa de Bhārhut confirmou que muitas composições identificadas como eventos da vida do Buda, sem a imagem do Buda, são, ao invés disso, representações de sítios sagrados, que incluem atividades devocionais.

A maior parte dos acadêmicos que estudou as inscrições no passado fez a tradução pertinente das epígrafes. Entretanto, os estudiosos preocupados com a arte da região invariavelmente adaptaram o conteúdo das inscrições e, se as utilizaram, foi para que se referissem aos eventos da vida do Buda e justificassem suas teorizações sobre a suposta ausência da figura do Iluminado.

A cena mostra uma árvore com um altar na frente e, dos lados, uma figura feminina, uma masculina e duas crianças. A inscrição que acompanha o relevo é: “*bhagavato Vesabhaṇā bodhi sālo*”, ou “a árvore Bodhi, do santificado Vesabhu (Viśvabhū), a árvore Sāla” (em Heinrich Lüders (Ed.) *Bharhut Inscriptions, Corpus Inscriptionum Indicarum*, vol.2, 83-84, inscrição B14, pr.17). A inscrição identificaria a cena como uma representação do local onde a iluminação ocorreu, a árvore *bodhi* do Buda Viśvabhū, um dos Budas que precedeu Śākyamuni, mas não o evento em si. As figuras humanas e os outros elementos indicariam a atividade que estaria ocorrendo: um altar com oferendas e devotos em adoração, que adornam a árvore com guirlandas, fazem oferendas e ajoelham em sinal de respeito. Atividades que teriam ocorrido algum tempo após a Iluminação de Viśvabhū. A cena é claramente uma exaltação da devoção, em especial da devoção leiga popular. Muitos outros relevos do estupa de Bhārhut mostram árvores de outros Budas mortais, acompanhadas de inscrições.

O relevo cuja composição possui mais detalhes mostra um templo elaborado com uma árvore *aśvattha*, a árvore *bodhi* do Buda Śākyamuni. A inscrição que acompanha o relevo diz “*bhagavato Sakamunino bodho*”, a (árvore) *bodhi* do santificado Śākyamuni (*ibid.*, 95-96, inscrição B-23, pr. 37, mas ver ressalvas de S. Huntington sobre a tradução e interpretação do autor, 1990:408). A composição inclui a representação de uma plataforma com a árvore, um edifício e adoradores. Não há evidências literárias ou fontes arqueológicas que indiquem a existência de nenhum tipo de templo nesse sítio, quando o Buda meditou sob sua árvore sagrada. Na verdade, a construção do primeiro templo em Bodh Gaya é creditada ao imperador Aśoka e, portanto, a presença do templo no relevo sugere que a representação mostra o local durante ou depois do período de Aśoka. A atividade que ocorre no relevo é a de devotos, especialmente leigos, em adoração ao local sagrado.

Um outro exemplo de Bhārhut, do século I a.C., mostra um tema comum dos relevos da arte primitiva budista da Índia: a representação de um estupa. As relíquias do Buda, após sua morte, teriam sido divididas e colocadas em oito estupas. Por essa razão, as representações de estupas na fase inicial dessa arte são frequentemente interpretadas como representações da Grande Morte do Buda, o *Mahāparinirvāna*. Entretanto, a presença dos devotos leigos nessa composição de Bhārhut indicaria que o tema abordado fosse a prática de peregrinação aos locais sagrados, onde as relíquias do Buda estavam. Um outro elemento importante nesse relevo é o pilar com leões que aparece à esquerda, por estar associado ao período de Aśoka (Fig. 4).

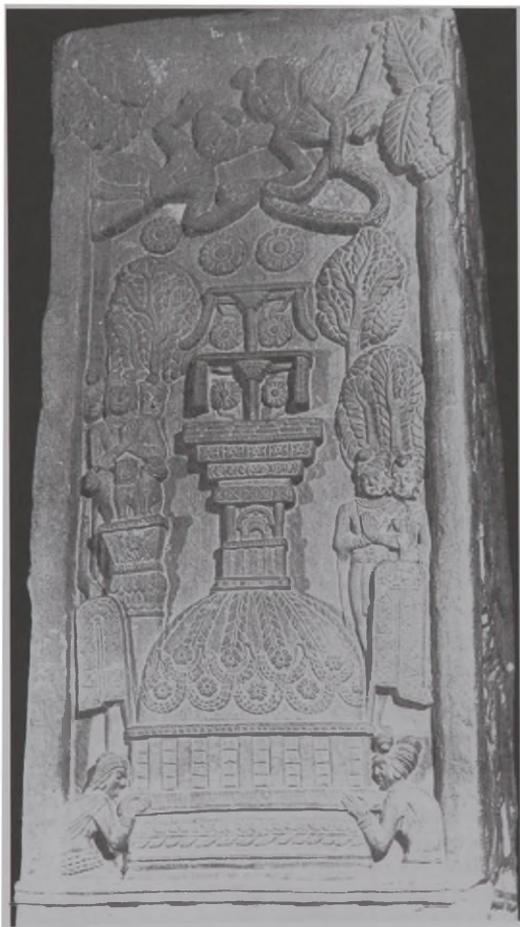


Figura 4 – Adoração à Estupa, estupa de Bhārhut, Madhya Pradesh, Índia. Período Śuṅga, c. 100 a 80 a.C. Arenito. Indian Museum, Calcutá. (Photo © John C. Huntington. Cortesia do Huntington Archive of Buddhist and Related Arts).

Nos tempos do imperador Aśoka, no século III a.C., muitos locais associados ao Buda tinham se tornado famosos *pīṭha*, locais sagrados em que templos, pilares ou monumentos foram erigidos. A presença quase invariável de devotos e adoradores nas composições sugeriria que não se trata de um evento histórico da Vida do Iluminado, com o Buda ausente, mas de atividades de *darśana* – de “contemplar” um lugar sagrado, pessoa ou objeto – e de práticas devocionais associadas.

A peregrinação é um elemento significativo para se entender a arte budista. O próprio Buda, antes de morrer, teria instruído seus seguidores a fazer peregrinações aos sítios dos quatro principais eventos de sua vida: seu Nascimento, Iluminação, Primeiro Sermão e Morte. Tais práticas foram popularizadas pelo imperador Aśoka, no século III, cuja jornada ficou imortalizada no *Aśokāvadana* (Strong 1983). O texto registrou a ornamentação dos sítios budistas com elementos arquitetônicos e artísticos, alguns dos quais podem ter sido representados nas composições dos relevos “anicônicos” aqui tratados. A presença recorrente de devotos leigos nos relevos sustentaria a hipótese de que se trata de registros de práticas devocionais. Alguns dos relevos mostram a prática da caminhada circular ao redor do objeto de culto (*pradakṣiṇā*), como acontece até os dias atuais; as figuras aparecem como se girassem enquanto andam ao redor do elemento sagrado (S. Huntington 1990:405).

Se considerarmos essa reinterpretação dos relevos como representações de lugares sagrados, a questão referente aos símbolos da roda, árvore, estupa ou pilar não estariam representando a imagem simbólica do Buda, mas sim o foco de adoração em cada um desses locais. Assim, teríamos o sítio de Bodh Gaya representado pelo templo e/ou árvore; Sārnāth, representado por uma roda ou templo com uma roda; o local onde o Buda teria morrido, ou os demais sítios onde as relíquias foram depositadas podem aparecer através da representação de um estupa. Da mesma maneira, representações de outros sítios podem ter sido realizadas com a utilização do elemento mais característico do local para identificá-lo.

Que os objetos – árvores, rodas da lei, pegadas – instalados em sítios sagrados budistas eram adorados por si mesmos e não como meros substitutos devido a proibições representacionais antropomórficas do Buda, está atestado, de acordo com S. Huntington (1990:405), por um fenômeno

visto no Budismo do Sri Lanka¹⁵ Tal fenômeno provavelmente teve uma origem indiana, talvez durante os séculos II a.C. a I d.C.

A importância de um culto de peregrinação aos locais sagrados do Budismo também se verifica em textos budistas que descrevem os três tipos de relíquias (*cetiya*) que o Buda teria deixado após sua morte: *śarīraka*¹⁶ (pedaços do corpo), *paribhogaka* (objetos que ele teria usado) e *uddeśaka* (lembranças, ou representações, imagens). Os pequenos relicários que continham um *śarīraka* se tornaram importantes pontos de devoção para os budistas – monumentos e templos que abrigariam essas relíquias são encontrados por todo o mundo budista. O mais importante dos objetos *paribhogaka* é a árvore bodhi, em Bodh Gaya, mas qualquer lugar que o Buda tenha visitado, em que tenha descansado ou por onde tenha passado também é considerado *paribhogaka* (Fig. 5). O terceiro tipo de relíquias, os *uddeśaka*, são especificamente imagens (*pratimā*) do Buda.

(15) Baseados na crença de que o Buda teria visitado a ilha três vezes, os budistas do Sri Lanka reverenciam os locais que ele visitou ou em que descansou, além dos locais em que estão algumas das relíquias. Esses sítios, juntamente com outros, foram codificados em um culto aos Dezesesseis Grandes Locais, que são o foco de peregrinação e constituem o tema central da arte e da literatura locais. Muitos desses templos budistas possuem esculturas e pinturas que representam os dezesseis locais sagrados, e esses motivos também aparecem em outros tipos de objetos, como capas de livros. Num primeiro momento, essas ilustrações poderiam ser interpretadas como representações simbólicas do Buda, porque nelas se encontram árvores sagradas, estupas ou pegadas. Entretanto, no Sri Lanka, não restam dúvidas de que retratam os lugares sagrados.

(16) O significado de *śarīraka* é bastante claro e, para os budistas, se refere não apenas às cinzas da cremação do Buda, mas a qualquer pedaço corpóreo, como o cabelo, dente, um fragmento de osso ou unha (em S. Huntington 1990:405). Uma inscrição num relicário de Bajaur, datado do reinado Indo-grego de Menander (c. 140-110 a.C.), fala das relíquias corpóreas do Buda Śākyamuni como *prāṇa-samāda*, ou “embuídas de vida”; ver N.G. Majumdar, “The Bajaur Casket of the Reign of Menander”, *Epigraphia Indica* 24 (1932:1-7). Um estudo recente da inscrição do estupa principal em Nāgārjunakoṇḍa (G. Schopen, On the Buddha and his Bones: The Conception of a Relic in the Inscriptions from Nāgārjunakoṇḍa, *Journal of the American Oriental Society* 108, n.4, 1988:527-37) também sugere que monges e devotos leigos consideravam a essência do Buda, talvez mesmo sua presença viva, como contida em suas relíquias (ver V. Dehejia 1991:48).

Embora a Teoria Anicônica determine que a imagem do Buda teria importância primária e que as demais representações, como a árvore bodhi, seriam secundárias e substitutivas da forma figurativa, no contexto budista são as relíquias *śarīraka* e *paribhogaka* que forneceram maior impulso para peregrinação e reverência a esses sítios sagrados.¹⁷ Nos mosteiros do Sri Lanka, o elemento mais importante é a relíquia, que é guardada no mahāstūpa, o grande estupa, ponto principal da planta do mosteiro. Considera-se de importância secundária a árvore bodhi (mahābodhi) – na verdade, cada mosteiro no Sri Lanka tem, no mínimo, uma grande árvore bodhi. De importância terciária, o recinto com imagens, *pratimāghara* (W. Rahula 1966:120-21).

É preciso observar que, embora o exemplo dos mosteiros do Sri Lanka não prove a existência dessa classificação na Índia, a importância desses dois primeiros tipos de relíquias foi subestimada pelos acadêmicos ocidentais, que atribuíram a primazia às imagens, sem que elas tivessem tal importância no contexto budista primitivo. As árvores sagradas, estupas e demais elementos que denotam locais associados ao Buda teriam possuído uma importância inestimável e de direito próprio, enquanto o culto de adoração às imagens teria sido secundário.¹⁸ Considerar tais elementos como símbolos de algo além seria uma forma de interpretar erroneamente sua importância intrínseca no cenário budista.

(17) No *Mahāvamsa* (tr. Wilhelm Geiger, *The Mahāvamsa or the Great Chronicle of Ceylon*, 1912, n.ed. London: Luzac and Co. for the Pali Text Society, 1964, 7), o Buda teria dito: “Como lembrança de que eu utilizei esses (objetos), adorem-nos” E, no *Mahāparinibbāna suttanta* (tr. Rhys Davids, “The Mahāparinibbāna suttanta”, no *Buddhist Suttas, Sacred Books of the East*, vol. 11, Oxford, 1881), o Buda explica que os lugares onde existem as relíquias devem ser vistos e admirados e que, quem morrer, com a mente em êxtase, durante uma peregrinação, renascerá no paraíso (ver S. L. Huntington 1990:405).

(18) Esse conceito, observa S. L. Huntington (1990:405), aparece expresso no *Commentary on the Vibhanga*, onde se diz que uma pessoa pode obter *Buddhālambanapīti* (alegria ou êxtase que advém de olhar ou pensar no Buda) ou através da visão de um estupa que contenha relíquias do Buda ou da visão de uma árvore *bodhi*. Mas não há qualquer menção a respeito da obtenção de méritos através da visão de uma imagem do Buda.



Figura 5 – Adoração à árvore Bodhi, estupa de Bhārhut, Madhya Pradesh, Índia. Período Śūnga, c. 100 a 80 a.C. Arenito. (Photo © John C. Huntington. Cortesia do Huntington Archive of Buddhist and Related Arts).

O que se pode observar, a partir do que foi exposto, é que a arte primitiva budista da Índia talvez não estivesse preocupada primeiramente com a biografia do Buda Śakyamuni, como se acreditou durante muitas décadas. Ao invés disso, a ênfase estaria nas práticas de devoção popular em locais sagrados do Budismo, uma vez que esses locais santificados são considerados como de grande poder pelo mundo budista. Os méritos obtidos pela visão das relíquias sagradas do Buda estão registrados nas fontes escritas e, se essa teoria estiver correta, confirmados nos vestígios artísticos que sobreviveram.

Os muitos relevos primitivos budistas que chegaram até os nossos dias não eram imagens isoladas, mas parte da ornamentação de grandes estruturas arquitetônicas. Mais do que o foco desses monumentos, os relevos teriam um papel subsidiário no esquema total. A maior parte dos relevos estava localizada nos parapeitos e portais, ou, em alguns casos, em partes do revestimento externo dos estupas. No seu papel complementar, mas ao mesmo tempo essencial, as imagens ajudariam a reforçar o significado principal dos monumentos que adornavam.

Se considerarmos a função desses monumentos como repositórios para importantes relíquias, não seria estranho que representações de adoradores em visita a esses locais constituíssem um de seus maiores temas artísticos. Uma vez que a devoção às relíquias do Buda era uma atividade especificamente associada aos leigos, mais que ao clero, a inclusão de adoradores do povo como motivo proeminente nos relevos seria perfeitamente concebível. Como pode ser observado nas narrativas, após a morte do Buda, suas relíquias teriam sido distribuídas entre os membros da comunidade leiga, e não entre os monges (Rhys Davids 1881:131-36). Embora membros da comunidade monástica também prestem reverência às relíquias do Buda, a atividade devocional seria especialmente característica dos leigos (S. Huntington 1990:406).

Dessa forma, os temas tratados em tipos específicos de composições não são substitutos ou símbolos de algo mais, mas importantes emblemas da devoção budista. Capazes de expressar conceitos fundamentais à prática do Budismo no período, particularmente relacionados à devoção popular, tais relevos são completamente compatíveis com a existência, recentemente provada, de

imagens do Buda do período inicial da história indiana.

A ênfase a locais sagrados e peregrinações entre os budistas nunca diminuiu, embora o período “anicônico” tenha terminado há muitos séculos. Um registro do monge Dharmasvāmin do século XIII (Roerich 1959), durante visita a Bodh Gaya, possui particular interesse em relação à problemática do aniconismo. Como os antigos peregrinos, o monge não encontrou o Buda no sítio sagrado. Ao invés disso, o que ele descreve é muito parecido com o que se vê nos chamados relevos anicônicos: “dentro do recinto estava o trono vazio de Śakyamuni (...) que era reverenciado, e uma eterna lamparina era mantida na sua frente, como oferenda”. Atualmente, o local sagrado continua vazio, como sempre esteve durante dois milênios e meio.

Como os inúmeros peregrinos que visitaram Bodh Gaya, desde os tempos em que o grande sábio se sentou ali, em profunda meditação, “nós não nos decepcionamos ao ver o trono vazio, pois o poder da relíquia sagrada ainda ressoa e pode ser sentido por qualquer um que permaneça em sua presença no local onde o futuro Buda se sentou e foi protegido pela árvore sagrada, no dia de sua Iluminação” (S. Huntington 1990:407).

1.1.4. A Teoria da Multivalência de Emblemas

Após a Teoria do Culto e Devoção a Locais Sagrados proposta por S. L. Huntington (1990), Vydia Dehejia (1991) elaborou a Teoria da Multivalência de Emblemas. Esses dois trabalhos geraram uma série de controvérsias, reformuladas e mais uma vez debatidas pelas duas estudiosas em 1992.

A Teoria da Multivalência de Emblemas defende a idéia da multiplicidade de significados existentes na escultura e pintura primitivas budistas. Foi baseada, inicialmente, na afirmação de que um trabalho literário pode, muitas vezes, conter níveis múltiplos de significação, o conceito de *śleṣa*, ou sobreposição semântica da literatura indiana; que poderia ter sido utilizado paralelamente por artistas na produção das artes visuais.

Através desse pressuposto, seria possível reconhecer e aceitar a variedade de significados existentes na arte primitiva budista, na qual o artista teria tido a intenção de lembrar as muitas interpretações religiosas que poderiam ser

sugeridas por um emblema. Os acadêmicos teriam, portanto, insistido, até o momento, em explicações restritivas para interpretar os relevos primitivos, mas seria necessário observar alguns pré-requisitos para a correta interpretação da arte budista desse período.

Em primeiro lugar, seria necessário conhecer todos os possíveis significados expressos nos principais emblemas budistas.¹⁹ De acordo com Dehejia, o “emblema”, num primeiro nível interpretativo, poderia ser lido como uma representação anicônica do Buda e utilizado, sozinho ou em combinação, para representar a pessoa do Buda, em uma narrativa que estava primeiramente ocupada com a biografia do Mestre; num segundo nível, como uma referência aos locais sagrados e de devoção budista; e ainda, num terceiro nível, como atributos da fé em que, por exemplo, a árvore pretenderia significar a sabedoria divina.

A interpretação exata do emblema dependeria do contexto visual. Se nem todas as representações de símbolos podem ser interpretadas como um retrato anicônico do Buda, também não se pode negar a existência de uma fase anicônica para garantir que as cenas possam ser interpretadas como locais sagrados ou representações elaboradas dos eventos da vida do Buda (Dehejia 1991:45).

O segundo pré-requisito para uma correta interpretação, segundo a autora, seria reconhecer a significação múltipla na interpretação dos emblemas. O emblema não-figurativo nas narrativas referir-se-ia simultaneamente à presença do Buda e às verdades que sua vida manifestou. Se a intenção do artista incluiu uma referência ao local onde o evento da vida do Buda ocorreu, então é porque essa representação também tinha por objetivo indicar o local sagrado. A combinação de significados seria inevitável e intencional. Para Dehejia (1991:47), se a validade dessa teoria, com seu foco na fluidez dos significados, fosse aceita e aplicada nos vários casos, o aniconismo deixaria de ser um problema.

(19) V. Dehejia define “emblema” como um elemento pictórico que representa algo diferente de si mesmo, e que pode ser interpretado de formas distintas e igualmente válidas, em contextos diversos e em composições visuais diferentes. Utiliza a definição para aniconismo como “adoração ou veneração a um objeto que representa um deus sem que seja uma imagem do mesmo”

Existem ainda algumas concepções que precisariam ser revistas, no que diz respeito à questão do aniconismo. Certamente, uma suposição simplista baseada na hipótese de uma fase Hīnayāna que teria produzido uma arte anicônica, seguida por uma fase Mahāyāna que teria introduzido o ícone antropomórfico, deve ser reformulada. Além disso, sabe-se atualmente que o ramo Hīnayāna esteve envolvido no culto a imagens do Buda e que algumas das imagens mais antigas foram ofertadas pelos Hīnayāna para adornar edifícios sagrados (Schopen 1989:153-68).

A proposição de que os relevos primitivos não teriam primeiramente uma preocupação com a biografia do Buda não se sustentaria se considerássemos que, durante a visita aos locais onde as relíquias sagradas foram guardadas, os devotos poderiam observar as narrativas da vida histórica do Mestre, o que enriqueceria a experiência religiosa. Tais cenas apareceriam em locais de destaque nos estupas, como os pilares dos portões de entrada, possibilitando uma visão imediata.

A importância da peregrinação aos locais sagrados budistas não pode ser negada. No entanto, seria necessário determinar se no Budismo primitivo a vida do Buda teria prioridade sobre essa forma de devoção, ou se as representações artísticas de peregrinação a locais sagrados eram mais importantes que a ilustração dos eventos da vida do Buda.

A peregrinação do imperador Aśoka (273-232 a.C.) a trinta e dois locais sagrados associados à vida do Buda, desde o lugar de seu nascimento no jardim Lumbini até o sítio de Kuśinagara, onde teria ocorrido o *parinirvāna*, representa o arquétipo da peregrinação (Dehejia 1991:56). A ênfase do relato estaria na forma como o Buda teria vivido, em suas experiências; não somente nos méritos adquiridos pela visita ao local do evento, mas no desejo de experimentar o próprio Buda em toda sua glória. Esse fator tornaria difícil acreditar que os devotos não estivessem preocupados com a biografia do Buda.

O fato de que a teoria do Culto e Devoção a Locais Sagrados prioriza a devoção leiga também foi questionada pela autora. Embora seja verdade que no *Mahāparinibbāna suttanta* as relíquias do Buda teriam sido repartidas entre leigos, estudos budológicos mais recentes evidenciaram que a comunidade eclesíastica budista esteve envolvida desde o início com o culto das relíquias e estupas,

com as práticas de culto de forma geral, assim como com doações recebidas e as imagens do Buda (Schopen 1979, 1988).

Um estudo detalhado do estupa de Amarāvati, construído em boa parte após a imagem antropomórfica do Buda ser um elemento presente na iconografia do noroeste indiano, na época Kuṣāṇa, permite comparações pertinentes (Dehejia 1991:59-66). Partes da decoração do estupa apresentam cenas em que o Buda apareceria na forma anicônica; outras, em que medalhões circulares com o Buda sob forma humana aparecem sobre um trono ou sob uma árvore enquanto são adorados, possivelmente representariam locais sagrados; ou finalmente, no domo do estupa, um esquema iconográfico repetitivo possuiria uma intenção diversa, embora conectada, à das anteriores: a de prestar homenagem à fé budista através da adoração dos atributos contidos nos emblemas.

1.1.4.a. Resposta à Teoria da Multivalência de Emblemas

A partir das questões discutidas, algumas considerações posteriores foram elaboradas por S. L. Huntington (1992), refutando as interpretações feitas por V. Dehejia (1991).

Em primeiro lugar, nunca teria havido a intenção de negar a existência de obras anicônicas, somente a de que tal teoria não seria válida ou tão extensiva a ponto de explicar toda a arte primitiva budista indiana, e que a grande maioria das composições interpretadas como cenas anicônicas não retratariam elementos substitutivos da imagem antropomórfica do Buda. O que teria sido proposto, isso sim, é que essa teoria foi superestimada e utilizada de forma indiscriminada, em detrimento do que se conhece sobre a arte primitiva budista, seu significado religioso e contexto cultural (S.Huntington 1992:111). Além disso, a identificação de relevos que representariam cenas de devoção a locais sagrados budistas, estabelecida no artigo de 1990, teria sido apropriada por Dehejia, sem que a autoria do conceito tivesse sido explicitada.

A Teoria da Multivalência de Emblemas procurou articular e demonstrar que a arte do início do período budista estaria imbuída de significados múltiplos e simultâneos, transmitidos através de emblemas. A questão da multivalência em obras de

arte já teria sido defendida anteriormente (S. Huntington 1985), assim como o termo *śleṣa*, introduzido, a princípio, por Dehejia para explicar tal teoria, também teria sido utilizado por S. L. Huntington (1985) e John C. Huntington em trabalhos anteriores (1988).

O conceito de *śleṣa*, ou superposição semântica, utilizado por Dehejia como premissa para se interpretar a arte budista do período inicial, foi utilizado na literatura sânscrita e possui inúmeras peculiaridades, que possibilitaram formas literárias extremamente sofisticadas de multivalência. Entretanto, a relação entre sua utilização na literatura e nas artes visuais não poderia ser pressuposta, uma vez que não existe uma correlação automática entre duas formas de comunicação tão distintas. Se as técnicas de *double entendre*, ou de multiplicidade de significados, utilizadas na literatura da época, foram realmente utilizadas nos relevos primitivos, essa correlação deveria ser comprovada através de uma documentação consistente e inequívoca.

Na maior parte dos casos, as composições tiveram a intenção de mostrar um significado principal, que às vezes possuiria níveis adicionais de significação implícita, mas os criadores das composições não teriam feito isso deliberadamente, como sugerido, ou como os autores da época, que utilizaram esse modo literário intencionalmente.

Sem um estudo detalhado, não se poderia supor que um símbolo com níveis potenciais de significado múltiplo tivesse possuído todos esses significados, em todos os períodos e em todos os contextos em que foi utilizado. A interpretação deveria discriminar o nível primário dos demais e diferenciar a “representação” da “referência”. Seria necessário um estudo de situações específicas para determinar quais significados estariam presentes, e quais foram incorporados pelo artista intencionalmente. Tais “emblemas” deveriam possuir evidências externas, inscrições ou narrativas literárias que demonstrassem sua significação intencional. Somente dessa forma o leitor poderia encontrar um meio de interpretar um determinado motivo dentro de um contexto específico.

O conceito de “emblema” é a pedra fundamental da proposta da Teoria da Multivalência. No entanto, a suposição de que determinados motivos ou assuntos na arte do Budismo primitivo da Índia poderiam ser tratados como emblemas seria falha. Ao definir esse termo, Dehejia (1991:45) determina

que os “maiores emblemas budistas”, invariavelmente, “representam algo diferente deles mesmos”. Para os defensores tradicionais do aniconismo, os vários motivos “diferentes” seriam sempre a representação antropomórfica do Buda, ausente na composição.

Um outro problema seria a questão de Dehejia designar a árvore, o pilar e o estupa como “os maiores emblemas budistas”. Não fica claro se essa tríade é usada para exemplificar uma variedade de emblemas ou se seriam realmente os mais importantes e foram priorizados sobre outros símbolos budistas como o *cakra*, as pegadas e o trono. Nenhuma evidência, literária ou de outro tipo, foi apresentada para justificar essa preferência, nem essa parece ser uma razão determinante para que tais elementos não-figurativos da composição não possam simplesmente representar a si mesmos.

A idéia de que as composições artísticas do início do Budismo possuem “emblemas” que representariam o que deveria ser a presença antropomórfica do Buda parece perder o sentido quando, em alguns casos, o Buda fica “indicado” por sua ausência e não através do uso de um emblema. Dessa forma, os símbolos não seriam “emblemas”, e a premissa emblemática da Teoria de Multivalência, assim como a Teoria Anicônica, tradicionalmente interpretada e aplicada, não se sustentariam.

A maior parte dos relevos com cenas do período de Aśoka não são apenas cenas de sítios, embora tais eventos tenham ocorrido em locais sagrados budistas. Ao invés disso, elas poderiam ser classificadas como narrativas históricas ou aparentemente históricas, com a intenção de fornecer algumas mensagens aos devotos budistas. De forma geral, tais relevos reforçam o tema da devoção ao Buda e às suas relíquias, o que é, em si, uma importante mensagem da arte primitiva budista. Embora os relevos possuam um evento central que aparece celebrado, como, por exemplo, a Iluminação do Buda, seriam os celebrantes, e não o Buda, o assunto que constitui essas obras.

Além de fornecer uma definição de aniconismo como “adoração a um objeto que representa um deus, sem ser a sua imagem”, Dehejia (1991:65) acrescenta que o aniconismo também é definido pela “oposição ao uso de ídolos”. Se, por um lado, essa definição reforça sua interpretação, seria preciso observar que a idéia da Teoria Anicônica esteve intimamente associada a uma suposta proibição do ramo Hinayāna e, portanto, a uma

interpretação acadêmica que pressupôs uma proibição ao uso de ídolos. Atualmente, esse conceito apresenta problemas, se considerarmos que, para os budistas, o Buda não é um deus, como foi suposto anteriormente pelos acadêmicos ocidentais. Essa idéia pode ter influenciado a escolha do termo *aniconismo*.

No que diz respeito às questões relativas às cenas das visitas de Aśoka a locais sagrados, S. Huntington (1992:126) afirma que a mensagem expressa nos relevos possui um significado maior.²⁰ As cenas não conteriam emblemas, mas nas narrativas os elementos representariam a eles mesmos. Em relação ao propósito da peregrinação, as intenções pertenceriam às práticas multifacetadas de um complexo fenômeno cultural.

As cenas expressam conceitos fundamentais das práticas budistas durante o período de criação dos relevos. A adoração das relíquias não era exclusiva dos devotos leigos, a veneração certamente se estendia ao clero; no entanto, os relevos primitivos tratam a devoção leiga. Dessa forma, a interpretação se baseou no que é visível nos relevos, no que seria enfatizado e não no que estaria ausente. Os relevos possuem elementos que refletiriam escolhas intencionais, não aleatórias, sejam elas do artista, do patrono ou do doador. Os devotos estariam, certamente, preocupados com a biografia do Buda, mas não seria isso o que aparece retratado nos relevos discutidos.

Uma outra questão interessante seria conseguir definir por que as representações de devoção popular a locais sagrados não são tão proeminentes em Gandhāra, Ajañtā ou no período Gupta; embora essas tradições artísticas incorporem devotos leigos nos relevos, em menor escala, a ênfase aqui foi dada à narrativa da vida do Buda (ver Figs. 6 e 7).

(20) Talvez a de um rei paradigmático que demonstra a forma de honrar o Buda através das relíquias em locais sagrados. A ênfase no *Aśokāvadāna* é pelo menos nominalmente sobre o valor da devoção para com as relíquias. As composições em Sāñcī retratariam a reverência do rei para com as relíquias e seriam uma demonstração paradigmática do mais alto nível de devoção leiga. Como explicado por Strong (1983), uma das mais importantes realizações de Aśoka foi a redistribuição das relíquias nos 84.000 estupas, o que, para S. Huntington, refletiria o desejo de torná-las mais acessíveis aos devotos. Durante esse ato ele deixou de ser conhecido como Aśoka, o Temível, e passou a ser chamado de Dharmāśoka (Aśoka do *dharma*).



Figura 6 – Adoração das pegadas (devotos leigos). Estupa de Amarāvati, Andhra Pradesh, Índia. Período Śūṅga, século I a.C. Mármore, 46cm. Chennai Government Museum, Madras.

Em relação aos “atributos da fé”, seria necessário compreender quais as bases que definiriam um determinado “emblema” como “atributo” e qual seria o seu significado. Seria necessário estabelecer o contexto budológico e a documentação que sustentam tais idéias. Se cada composição possui um motivo central ladeado por devotos, seria preciso determinar em que medida elas diferem das demais cenas, identificadas como anicônicas ou de locais sagrados.

No Budismo, as relíquias não se limitam às do Buda Śakyamunī; existem também relíquias valorizadas e adoradas de Budas anteriores, dos *Bodhisattva* e de membros do clero. As relíquias são um foco vital da religião e, a partir daí, muito da arte e da arquitetura budistas pode ser compreendido. Tais objetos não eliminam a importância da biografia do Buda, mas formam um corpo específico de elementos com valor próprio, também manifesto na arte de tradições posteriores, como a própria região bacto-gandhariana.

As cenas de religiosidade, de devoção a locais sagrados e as cenas dos *jātaka* serviriam para

transmitir mensagens doutrinárias nos monumentos, e não representar cenas biográficas da vida do Buda.

Os temas, tratados em tipos específicos de composições do Budismo primitivo, não são substitutos ou símbolos de algo mais, mas são elementos importantes da devoção budista. Esses elementos expressam conceitos fundamentais da prática do Budismo no período, particularmente relacionados à adoração popular. Os relevos são, por isso, totalmente compatíveis com as imagens do Buda do período inicial da história indiana, cuja existência foi recentemente comprovada. A Teoria Anicônica não pode, portanto, ser usada como uma explicação universal da arte desse período, uma vez que, mesmo se existirem relevos anicônicos, a maior parte dessas representações foi, ao menos a princípio, mal-interpretada.

Se for possível determinar que a arte primitiva budista não era anicônica, novas explicações devem ser encontradas para interpretá-la. Por outro lado, se essa forma de arte realmente possuir representações que se caracterizem como “anicônicas”, então



Figura 7 – Adoração de pilar e pegadas (monges). Gandhāra, Loriyān Tangai, Paquistão. Chisto, 32cm. Indian Museum, Calcutá. (em Marshall, 1980: pr.37).

explicações diferentes deverão ser fornecidas para a interpretação dessa prática, sejam elas budológicas, sociais, culturais ou artísticas.

Ao olhar para essas composições artísticas como partes de uma mensagem maior, os artistas e patronos dessa arte

estariam reforçando vários temas didáticos, espirituais, religiosos e sociais dentro da cultura budista. A mensagem religiosa contida nessa arte incluía uma gama de modelos instrutivos, soteriológicos e metodológicos endereçados a todos os seres viventes.

1.2. Considerações sobre a teoria tradicional e os novos enfoques

As principais questões relativas às novas interpretações aqui apresentadas dizem respeito à razão pela qual esses vestígios artísticos permaneceram mal compreendidos durante tanto tempo. Como a Teoria do Aniconismo teria se originado, e quais argumentos foram usados para validar a idéia da proibição das imagens de Buda? Quais as razões para que tal teoria não tenha sido questionada durante tanto tempo? A historiografia do aniconismo certamente fornece algumas respostas.

Embora os acadêmicos do século XIX tenham observado a ausência dos Budas na arte primitiva indiana, como vimos, A. Foucher foi o primeiro acadêmico a propor a teoria que viria a ser conhecida como “aniconismo da arte primitiva budista”. Ao caracterizar o fenômeno da “representação do Buda, sem o Buda”, ele o considerou uma “ausência monstruosa”. Esse estudioso leu, nos relevos, o que um acadêmico europeu moderno, sem conhecimento das práticas do período inicial do Budismo, poderia ver. Sua premissa de que a ausência de uma imagem do Buda refletia uma anormalidade tornou-se a pedra fundamental da visão de que tal arte, criada pelos antigos budistas, era um substituto para algo mais, que teria sido deliberadamente evitado (S. Huntington 1990:406).

A continuidade do problema, da má-interpretação do conteúdo temático dessa forma de arte, estaria intrinsecamente relacionada à terminologia utilizada para descrever esse fenômeno. Ao usar o termo “aniconismo” para definir um fenômeno de acordo com algo que ele não era, os acadêmicos se preocuparam muito mais com o que “deveria estar” nesses relevos do que propriamente com o que estava, o que tornou sua interpretação tendenciosa e impôs a essa forma de arte um significado ou uma intenção que ela originalmente não teve.

Embora outros autores que adotaram tal teoria tenham suposto que existiam interdições religiosas contra a criação de imagens do Buda, como visto anteriormente, o próprio Foucher (1917) declarou expressamente que não tinha conhecimento de nenhuma proibição textual contra tal prática.

O que dizer das imagens em material impermanente, como a madeira, que não sobreviveram? Seria necessário reavaliar a função imagética das esculturas e relevos. É possível que a diferenci-

ção de suporte material estivesse associada ao tipo de culto realizado. As imagens de culto, i.e. do Buda, podem ter permanecido por mais tempo sendo feitas em madeira, o que propiciaria, por exemplo, maior facilidade no transporte durante as festividades religiosas. Seria necessária uma verificação das fontes para validar essa possibilidade.

O desenvolvimento da Teoria Anicônica constituiu, sem dúvida, um capítulo intrigante da história intelectual que envolveu um conjunto de fatores políticos, sociais e culturais. A origem, perpetuação e defesa do Aniconismo basearam-se, fundamentalmente, no ponto de vista cultural ocidental, que foi transferido, ou mesmo imposto, ao contexto indiano. A visão imperialista do ocidente afetou diretamente a forma como os acadêmicos interpretaram a arte primitiva budista e provavelmente deformou a sua interpretação. O meio cultural arraigado em uma herança judaico-cristã-islâmica, com suas disputas recorrentes sobre a representação de Deus na arte, pode ter predisposto a indagação a respeito da aparente inexistência de imagens do Buda no início desse período (S. Huntington 1992:145).

Em retrospectiva, tais argumentos estão inseridos nas questões políticas do século XX, que polarizaram acadêmicos europeus e indianos. Cada lado esteve tão preocupado em reclamar a primazia de sua contribuição na arte budista, que outros assuntos potencialmente mais importantes foram negligenciados. Nos debates, nunca havia sido colocada uma questão fundamental – ou seja, se teria realmente existido um período anicônico.

A idéia da existência desse período nunca fora questionada; devido a isso, as concepções a ele associadas preencheram o pensamento dos historiadores da arte por quase um século. A Teoria Anicônica estava tão arraigada no pensamento acadêmico que muitos intelectuais interpretaram equivocadamente inscrições, omitiram documentação literária que atestava uma tradição imagética mais antiga e foram céticos com os dados arqueológicos que confirmavam cientificamente a existência de imagens primitivas do Buda.

Mas talvez a mais séria conseqüência desse descaso tenha ocorrido na área interpretativa, na medida em que os acadêmicos interpretaram incorretamente o tema tratado nas imagens, assim como a mensagem dos monumentos que essas imagens adornaram. Seria necessário, portanto, um exame detalhado e uma revisão de todas essas áreas de estudo.

Se, por um lado, os acadêmicos vêm discutindo há quase um século a questão da origem da imagem do Buda, talvez ainda precisemos esperar mais algumas décadas para que se consiga estabelecer os paralelos necessários dentro do complexo espectro de abordagens utilizadas na busca da determinação da origem da imagem do Buda. Como vimos, muito do que foi afirmado e defendido, atualmente já não se sustenta.

Objetivamente, todo o material de pesquisa desenvolvido até a atualidade pelos acadêmicos, tanto ocidentais como orientais, poderá servir para estudos futuros, desde que devidamente inserido e interpretado dentro do contexto ideológico do qual fez parte.

No passado, em muitos casos os estudos certamente contribuíram para reforçar uma visão imperialista, que utilizou descrições textuais e iconográficas da arte nativa como instrumento para subjugar populações. O paradigma da arte grega foi usado para induzir um sentido do “outro”, de dualidade entre “sociedades civilizadas” e “as demais”. Essas populações nativas foram tratadas como relíquias de tempos imemoriais, aprisionadas num passado distante, no qual permaneceram reprimidas e subdesenvolvidas, freqüentemente consideradas como uma “obstrução ao progresso”

As últimas décadas presenciaram grandes mudanças no desenvolvimento das pesquisas etnográficas, históricas e arqueológicas. A visão hegemônica passou a ser questionada e estudos específicos passaram a questionar e a discutir as formas através das quais a análise iconográfica foi interpretada tão tendenciosamente e associada a ideologias dominantes (Molyneux 1997).

Seria, portanto, necessário reexaminar todas as fontes que envolvem essa discussão e buscar novas explicações e novos caminhos na interpretação de tais questões. O caminho mais adequado nos parece ser considerar os padrões da crença e das práticas budistas do período pesquisado, documentado tanto pelas fontes textuais e inscrições, como por outras fontes. Será preciso analisar o papel potencial que as composições individuais possuíram num contexto mais amplo, numa série de imagens ou no próprio monumento.

É possível que o estudo da arte do Budismo primitivo tenha sido dominado por uma abordagem *ética*, durante quase um século, na qual um conceito pré-determinado e generalizado – a Teoria Anicônica – influenciou a forma de interpretar os relevos. Talvez seja chegada a hora de examinar essa arte a partir de sua estrutura interna, e evitar procurar um espelho para as expectativas ideológicas que permearam a imaginação de seus intérpretes.

Agradecimentos

Minha gratidão aos Professores John C. e Susan L. Huntington, da *Ohio State University*, pelo acesso ao material fotográfico e bibliográfico do *Huntington Archive of Buddhist and Related Arts*, EUA. Às Profas. Elaine F.V. Hirata e Maria Isabel D'Agostino Fleming, pelos comentários e encorajamento. Aos Profs. Carlos Alberto da Fonseca e Mario Ferreira, pelas sugestões e prestimosa ajuda com os termos sânscritos. À FAPESP pelo financiamento da pesquisa.

ALDROVANDI, C.E.V. Aniconism revised: different approaches for interpreting early Buddhist art. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 12: 177-203, 2002.

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss the main theoretical interpretations that explain the origin of the Buddha image, under an historic and archaeological perspective. During the 19th century, western scholars supposed that it was necessary a Graeco-Roman influence in Gandhāra for the creation of the Buddha image. This premise was associated to the Aniconic theory, developed by European scholars to explain the absence of anthropomorphic representations of the Buddha in the early Buddhist narrative reliefs. Research conducted along the 20th century proved that the iconographic representation of the Śākyamuni Buddha was first developed in the Mathurā region. Since the 80's different approaches were developed to interpret this early Buddhist art.

UNITERMS: Iconography – Buddhism – Gandhāra – Mathurā – Aniconism.

Referências bibliográficas

- ALDROVANDI, C.
2002 Incorporação de padrões de representação greco-romanos no universo simbólico indiano-budista. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- BEAL, S. (Trad.)
1884 *Si-Yu-Ki, Buddhist Records of the Western World, Chinese Accounts of India by Hiuen Tsiang*. 4 vols., London: Trübner's Oriental Series; nv. ed. Delhi, 1980.
- BOISSELIER, J.
1993 *The Wisdom of the Buddha*. N.Y.
- CHIMPA, L.; CHATTOPADHYAYA, A. (Tr)
1970 *Tāranātha, History of Buddhism in Índia*. Simla.
- COOMARASWAMY, A.K.
1927 The Origin of the Buddha Image. *Art Bulletin*, IX (4): 287-328. *Journal of the Ancient Indian History*, 2, 1968-69; 3, 1969-70.
1985 Buddhist Primitives. *The Dance of Śiva, Essays on Indian Art and Culture*. N.Y., Dover Pub.: 46-55.
1995 *The Transformation of Nature in Art*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1934; New York: Dover, 1956; N. Delhi, 1995.
- COWELL, E.B. (Ed. e Trad.)
1895 *The Jātaka or Stories of the Buddha's Former Births*. 3 Vols. Cambridge University Press, 1895-1913; nv. ed. Delhi: Motilal Banarsidass Pub., 1999.
- DANI, A.H.
1965-6 Shaikhan Dheri Excavation, 1963 and 1964 Seasons, In Search of the second City of Pushkalavati. *Ancient Pakistan, Bulletin of the Department of Archaeology, University of Peshawar*. II: 17-214.
- DEHEJIA, V.
1991 Aniconism and the Multivalence of Emblems. *Ars Oriental*, 21: 45-66.
1992 Rejoinder to Susan Huntington. *Ars Orientalis*, 22: 157.
- FACCENNA, D.
1974 Excavations of the Italian Archaeological Mission (IsMEO) in Pakistan: Some Problems of Gandharan Art and Architecture. Central Asia in the Kushan Period. *Proceedings of the International Conference on the History, Archaeology, and Culture of Central Asia in the Kushan Period*, Dushanbe, Sept.27-Oct.6, 1968. v.1, Moscow: 126-76.
- FOUCHER, A.
1913 L'Origine grecque de l'image du Bouddha. *Annales du Musée Guimet, Bibliothèque e vulgarisation*. XXXVIII, Chalon-sur-Saone: 231-272.
1917 The Beginnings of Buddhist Art. *The Beginnings of Buddhist Art and other Essays in Indian and Central-Asian Archaeology*. Paris, Paul Grethner, 1917: 1-29. Pub. Orig. in *Journal Asiatique*, january-february, 1911.
- GILES, H.A. (Trad.)
1923 *The Travels of Fa Hsien*. Cambridge.
- GOMBRICH, R.F.
1971 *Precept and Practice: Traditional Buddhism in the Rural lands of Ceylon*. Oxford: Clarendon Press.

- HALLADE, M.
1968 *The Gandharan style and the evolution of Buddhist Art*. D. Imber (Trad.), London.
- HUNTINGTON, J.C.
1985 The origin of the Buddha Image: Early Image Traditions and the Concept of Buddhadarśanapunyā. A.K. Narain (Ed.) *Studies in Buddhist Art of South Asia*. N. Delhi, Kanak : 23-58.
1987 Pilgrimage as Image: The Cult of the *Aṣṭamahāprātihārya*. *Orientalions*, 18 (4), April: 55-63; 18 (8), August: 56-68.
1988 The Iconography of Barabudur Revisited: the Concept of *Śleṣa* (Multivalent Symbology) and the Sarva[buddha]kāya as Applied to the Remaining Problems. *Orientalions*, 19 (9), september: 37-49.
- HUNTINGTON, S.L.
1985 *The Art of Ancient India*, with contributions by John C. Huntington. New York: Weather Hill, nv. ed. 1993.
1990 Early Buddhist art and the theory of aniconism. *Art Journal*, 49: 401- 408.
1992 Aniconism and the Multivalence of Emblems: Another Look. *Ars Orientalis*, 22: 111-156.
- LAMOTTE, E.
1958 *Histoire du Bouddhisme Indien des origines à l'ère ōaka*. Bibliothèque du Muséon, 43, Louvain, nv. ed., 1967, 1976.
- LANCASTER, L.R.
1974 An Early *Mahāyāna* Sermon about the Body of the Buddha and the making of Images. *Artibus Asiae*, XXXVI (4): 287-291.
- LOHUIZEN-DE LEEUW, J.E. van
1949 *The 'Scythian' period: an approach to the history, art, epigraphy and palaeography of north India From the 1st Century B.C. to the 3rd Century A.D.* Leiden: E.J. Brill.
1972 Gandhara and Mathura: their cultural relationship. P. Prataditya (Ed.) *Aspects of Indian Art, papers presented in a symposium at the Los Angeles County Museum of Art, October 1970*. Leiden: 27-43.
1979 New Evidence with Regard to the Origin of the Buddha Image. H. Hartel (Ed.) *South Asian Archaeology*. Berlin: 377-400.
- MOLINEAUX, B.L (Ed.)
1997 *The Cultural Life of Images, Visual Representation in Archaeology*. London: Routledge.
- PRZYLUKSKI, J.
1967 *Legends of the Emperor Aśoka*. D. Kumar Biswas (Trad.) *Indian and Chinese Texts*. Calcutta: 78-80.
- RAHULA, W.
1966 *History of Buddhism in Ceylon: the Anurādhapura Period, 3rd Century B.C.-10th Century a.C.* Colombo: M.D. Gunasena and Co.: 120-21.
- RHYS DAVIDS, T.W. (Trad.)
1880 *Buddhist Birth Stories, Jataka Tales (Nidānakathā, Introdução dos JĀtaka*, 1ed. 1880. Ms. Rhys Davids
1925 (Rev.), London, 1925; N. Delhi: Sriishti Pub., 1998.
- RHYS DAVIDS, T.W. (Trad.)
1881 *Buddhist Suttas... I. The Mahāparinibbāna Suttanta*. Sacred Books of the East, XI, Oxford.
- ROERICH, G. (Trad.)
1959 *Biography of Dharmasvānim (Chag lo tsa-ba Chos-rje-dpal), a Tibetan Monk Pilgrim*. vol.II, Patna: K.P. Jayaswal Research Institute Historical Researchers Series.
- SCHOPEN, G.
1979 *Mahāyāna in Indian Inscriptions. Indo-Iranian Journal*, 21 (1): 16, n.7.
1988 On the Buddha and his Bones: The Conception of a Relic in the Inscriptions from *Nāgārjunakoḍḍā*. *Journal of the American Oriental Society*, 108 (4): 527-37.
1989 On monks, Nuns, and 'Vulgar' Practices: The Introduction of the Image Cult into Indian Buddhism. *Artibus Asiae*, 49 (1/2): 153-68.
- SNELGROVE, D.L. (Ed.)
1978 *The Image of the Buddha*. Paris: Unesco.
- STRONG, J.S.
1983 *The Legend of King Aśoka: A Study and Translation of the Aśokāvadana*. Princeton: Princeton University Press.
- THOMAS, E.J.
1949 *The Life of Buddha, as Legend and History*, London; nv. ed. Delhi , 1997.
- VOFCHUK, R.C.
1993 Un Testimonio de Cruce de Culturas: El Arte Greco-Romano-Budista de Gandhara. *Revista Clássica*. Suplemento 2, São Paulo: 353-9.
- WINTERNITZ, M.
1972 *Saddharma-puṇḍarīka. A History of Indian Art*. v. II, Calcutta, 1933; nv.ed. N. Delhi, 1972: 304.
- ZWALF, W.
1996 *A Catalogue of the Gandhara Sculpture in the British Museum*. London, B.M. Press.

OS PÚBLICOS DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS*

Adriana Mortara Almeida**

ALMEIDA, A.M. Os públicos de museus universitários. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 205-217, 2002.

RESUMO: Este artigo pretende introduzir a discussão sobre a formação, tipologia e públicos de museus universitários. A partir da bibliografia e de visitas de estudo a estes museus, os dados foram sistematizados, selecionados e analisados dentro da temática proposta. Alguns dos problemas inerentes a estes museus são levantados, assim como algumas das soluções existentes. Os exemplos utilizados são da Grã-Bretanha, Estados Unidos e Canadá.

UNTERMOS: Museu – Universidade – Público – Museus universitários – História dos museus universitários.

Pretendo apresentar aqui um breve histórico dos museus universitários, enfatizando suas relações com diferentes públicos – o universitário e o não-universitário. Neste artigo tratarei dos casos da Grã-Bretanha e América do Norte.

Costuma-se denominar “museu universitário” todo museu e/ou coleção que esteja sob responsabilidade total ou parcial de uma instituição de ensino superior e/ou universidade, incluindo a salvaguarda do acervo, os recursos humanos e espaço físico para mantê-lo.¹ Seria também de se imaginar que este museu teria como público prioritário a comunidade universitária, adicionando assim essa característica à sua especificidade.

De fato, quando os primeiros museus universitários foram criados havia a intenção clara de utilizá-los para fins de pesquisa e ensino universitários.

Diferentemente, hoje há uma cobrança para que as universidades realizem cada vez mais atividades para as comunidades externas, o que inclui o desenvolvimento de programas para o grande público por parte dos museus universitários.²

A diversidade de tipos de museus universitários que hoje encontramos resulta das várias histórias das coleções formadoras, de seu desenvolvimento

(1) Há definições mais completas de museu universitários: “...unidade da universidade que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe objetos para estudo, educação e apreciação, evidências materiais das pessoas e do ambiente, e que exhibe parte ou toda a coleção em um espaço específico para isso, aberta ao público em horários regulares e pode exibir material de outras fontes eventualmente.” Já a “coleção universitária” seria exibida de forma limitada ou mesmo não exibida, sendo utilizada principalmente para o ensino universitário. (University Museums Committee 1996:206).

(2) Vide editorial da revista *Museum International* dedicada aos museus universitários, no qual Márcia Lord apresenta alguns dos pontos apresentados no relatório da *Comissão Internacional da UNESCO de Educação para o Século XXI*, coordenada por Jacques Delors, sobre as pressões sofridas pelas universidades e, portanto, por seus museus (Lord 2000).

(*) Este trabalho é baseado no primeiro capítulo da tese de doutorado (Almeida 2001) orientada pela Profa. Dra. Maria Helena Pires Martins, e com apoio da FAPESP.

(**) Pós-doutoranda do Instituto de Geociências da Universidade de Campinas-UNICAMP. Consultora em Educação para o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro, da Secretaria de Estado da Cultura, SP.

e do perfil de cada universidade, inseridos nos contextos históricos de seus respectivos locais / cidades / regiões / países.³

Grã-Bretanha: onde tudo começou...

A primeira referência à criação de um museu universitário é do século XVII, por meio da doação de coleções feita por Elias Ashmole à Universidade de Oxford.⁴ Em 1683, quando o museu foi aberto ao público, havia no mesmo prédio uma sala de palestras e um laboratório para demonstrações. Foi também criada uma cadeira de História Natural e Química, cujo titular seria responsável pela coleção. As coleções de arqueologia, geologia, botânica, zoologia serviam ao ensino e também estavam expostas para o público em geral.⁵

Depois do *Ashmolean Museum* da *Universidade de Oxford*, outros museus universitários formaram-se também a partir de doações de coleções na Grã-Bretanha. São os casos do *Sedgwick* da Universidade de Cambridge, em 1727, o *Hunterian* da Universidade de Glasgow, em 1783 e o *Manchester Museum* aberto ao público em 1888.

Essas coleções continham, em geral, objetos de vários tipos – obras de arte, animais taxidermizados, herbários, artefatos de civilizações da antiguidade (grega, romana e oriental), livros, entre outros. Cada uma delas refletia o interesse e o gosto de seus proprietários, o que não significa que serviam automaticamente para o ensino e pesquisa

(3) Para se ter uma idéia da quantidade e diversidade de museus universitários do mundo, consultar o site <http://www.lib.mq.edu.au/mcm/world>.

(4) Na bibliografia sobre museus, identifica-se como sendo o primeiro *museu* o *Museion* de Alexandria (280 a.C.). Para alguns autores, essa instituição também se configurava como uma verdadeira “cidade universitária”, pois contava com observatório, sala de reuniões, jardins zoológico e botânico e biblioteca (Fernandez 1993:57). Não me aprofundarei neste caso, pois considero que nossos museus e universidades derivam muito mais de modelos europeus medievais e posteriores.

(5) A partir do século XIX as coleções foram sendo separadas: as coleções de geologia e zoologia foram levadas para onde hoje é o *University Museum*. As moedas foram para a *Biblioteca Bodleian* e as espécies entomológicas para o *Museu Pitt Rivers*. No prédio atualmente conhecido como o *Ashmolean Museum* estão as coleções de antiguidades, pinturas e esculturas. (MacGregor 1988:21).

universitários. Seja para as ciências, a história ou as artes, coleções particulares podem não ser ideais para formar um museu, como afirmou Teixeira Coelho, ex-diretor do *Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo*:

“Ter uma obra de cada é típico de colecionadores privados e não de um Museu; ter uma obra de cada é típico do pensamento enviesado que norteia o colecionismo e que faz do colecionismo muito mais um fenômeno de psicologia individual (e de psicologia individual problemática, para dizê-lo claramente) que de estética ou história da arte” (Teixeira Coelho 1999:29).

A formação de museus universitários a partir de coleções doadas apresentava ainda outros problemas, sendo que alguns persistem: falta de recursos humanos e materiais para abrigá-las e mantê-las e exigências contidas nos termos das doações que limitam as formas de utilização das mesmas.

Em alguns casos, objetos das coleções foram vendidos, gerando discussões sobre as questões legais e éticas envolvidas. Por isso, em 1994, foi realizado um *Seminário* sobre a situação legal das coleções doadas a universidades e fundações (*University and Foundation Collections and the Law*) britânicas. Os debatedores diferenciavam, a princípio, a situação de uma universidade que já é estruturada em uma determinada área e recebe uma coleção afim como doação e/ou herança e outra que não desenvolve nem pesquisa nem ensino na área e recebe coleção que a “força” a desenvolver tal área/disciplina. Em ambos os casos, as universidades que foram criadas para ensino e pesquisa ampliariam a sua atuação devendo assumir a responsabilidade pela preservação do patrimônio.

“Hoje em dia, nos círculos educacionais, a tendência é ver a posse de bens móveis, de valor cultural ou científico, como subordinada aos propósitos originalmente declarados da instituição – numa universidade, o cultivo do saber e o provimento do ensino – mas foi sugerido às mesas redondas que o ato de aceitação de tais bens por uma doação, para sua preservação perpétua, representava a adoção de um novo objetivo específico para aquela instituição.” (Peter Cannon-Brookes 1994:341, grifo nosso)

A discussão da legislação referente às doações volta ao século XVII, sempre colocando o problema do uso dos bens recebidos, das intenções do benfeitor

e da propriedade legal dos bens. Tratando do caso da doação feita por Elias Ashmole à Universidade de Oxford, os autores destacam que o doador acreditava que a universidade seria a melhor guardiã das coleções que serviriam para o estudo da natureza. Além disso, no contrato de doação e durante o período que geriu a coleção, Ashmole tentou garantir sua preservação por meio de inspeções periódicas obrigatórias, além de incentivar a criação de um Catálogo das Coleções e o registro/desenho das coleções perecíveis.

Muitas vezes as coleções foram doadas segundo contratos bastante claros sobre sua disposição e usos, mas seguindo convenções de cada época. Revendo as exigências e disposições contratuais hoje, algumas delas parecem retrógradas e pouco práticas. Como atualizar tais contratos sem desrespeitá-los? Algumas vezes as regras são desrespeitadas para manutenção da qualidade da coleção, museu e/ou dos programas por eles oferecidos e também para dar um sentido social ao patrimônio preservado. O *Seminário* fez alguns estudos de caso, como o *Barber Institute* da Universidade de Birmingham. Esse centro de artes foi criado a partir a doação de fundos para compra de obras em 1932. A doadora definiu que as obras adquiridas não poderiam ultrapassar o século XIX, não deveriam incluir louças e porcelanas e seriam instaladas em prédio próprio. A coleção seria gerida por um Conselho com pelo menos um membro da Universidade. Um departamento de Belas Artes foi instalado no prédio do Instituto, que foi aberto em 1939. Naquela época, o Instituto não oferecia cursos regulares e sua função era vista mais como um meio de fortalecer o ambiente estético do campus, para “culturalizar a Universidade” (*‘culturalize’ the University*). Nos anos 1990 passou a oferecer cursos regulares de graduação. Outro aspecto que foi modificado foi a coleção, que desde 1967 passou a contar também com obras do século XX, em desacordo com o que fora solicitado pela doadora. Essa mudança foi justificada pelo fato de que uma coleção representativa de artes não poderia deixar de contar com obras do século XX, pelo menos dos primeiros 30 anos. (Cannon-Brookes 1994:384)

Durante o *Seminário* reconheceu-se que a crise financeira das universidades levava ao questionamento sobre a manutenção das coleções ou sobre a venda de obras. Mas criticou-se aquelas instituições que utilizam a crise como desculpa para abandonarem sua função de salvaguarda de coleções. Colocaram-se questões que remetiam aos problemas sociais britânicos e à política cultural nesse contexto:

“Museus e instituições que possuem bens de importância cultural e científica estão obrigados a negar sua função preservacionista e romper com suas obrigações históricas com os doadores do passado, para poder cumprir uma função social mais ampla para com a comunidade? Mesmo que essa função seja limitada à educação e promoção da consciência cultural [*cultural awareness*]? talvez sejam as prioridades morais de uma nação que estão sendo questionadas?” (Cannon-Brookes 1994:407)

A posse de valiosas coleções dava prestígio às universidades, tanto pelo fato de poderem utilizá-las para ensino e pesquisa como pela criação de uma imagem de patrocinadora/protetora das artes e ciências. Nas décadas de 1960 e 1970 muitas universidades britânicas tornaram-se responsáveis por museus e coleções que estavam com problemas financeiros e também adquiriram outras importantes coleções. Com a crise financeira das universidades nos anos 1980, passou-se a questionar a capacidade dessas instituições em gerir todo esse patrimônio.

Situações análogas⁶ ocorrem em museus universitários de diversos países, inclusive do Brasil. Não se pode determinar *a priori* se uma coleção deveria ser descartada, “encaixotada”, doada, vendida, emprestada ou revalorizada com a construção de instalações adequadas para ensino, pesquisa e/ou exibição. Consideramos que para avaliar a situação de cada coleção e/ou museu é preciso levar em conta fatores como o conteúdo das coleções, o histórico de sua formação, a instituição onde se encontra, os museus semelhantes que existem na mesma região, as possibilidades de uso das coleções, e somente depois determinar as ações prioritárias em relação à coleção.

Coleta para pesquisa: formação de coleções e museus

Outras coleções universitárias se formaram por meio de coleta sistemática e/ou compra, para uso

(6) Não somente os museus universitários “sofrem” com legados do passado, como também coleções sob outras tutelas. Em São Paulo, trava-se atualmente uma discussão na imprensa sobre os descaminhos do antigo “Museu da Aeronáutica”, cuja coleção encontra-se em estado de abandono, por parte da iniciativa privada e dos governos municipais de São Paulo e de Cotia, apesar de sua importância para a história da aviação nacional.

no ensino das ciências naturais. O ensino superior utilizava largamente coleções em suas aulas:

“Em Birmingham e Manchester, assim como em outras universidades públicas do final da época vitoriana, o ensino prático era firmemente baseado no *objeto*; os professores davam aulas a partir dos objetos. Não é por acaso que havia e ainda há uma categoria de professor universitário conhecida como ‘demonstrador’”. (Hamilton 1995:77)

No século XIX, as ciências naturais eram ensinadas por meio da descrição e classificação de espécimens de animais, vegetais e minerais (taxonomia). As universidades viam-se na obrigação de adquirir e/ou coletar coleções para realizar o ensino. Não bastava ver os espécimens em exposições, era preciso possibilitar a manipulação. (Warhurst 1992:94)

No século XX, algumas coleções de ciências naturais foram perdendo importância para o ensino e pesquisa, ao mesmo tempo em que a experimentação e as ciências como a microbiologia e a genética foram sendo valorizadas.

Entretanto, novos usos têm sido dados a essas coleções. Um exemplo é o de uma coleção de insetos coletada no século XIX (*Gorham Collection of British Beetles*) pertencente ao Museu local de Birmingham. Essa coleção foi emprestada à Universidade para realização de estudos de sistemática e de ciências da terra, mas com o tempo foi perdendo sua importância nessa área. Mas, essa mesma coleção adquiriu grande valor para os estudos de Arqueologia do Solo do Departamento de História Antiga e Arqueologia, nos quais vem sendo usada como material comparativo.

O ex-diretor do *Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo*, Miguel Trefaut Rodrigues, ressaltou a criação de novas funções dessas coleções dentro do movimento de valorização da preservação do meio ambiente:

“Atualmente, a preocupação crescente com aspectos conservacionistas exige que os museus zoológicos documentem, quando possível, a faixa das áreas que estão sendo alteradas. São registros valiosos, que além de permitir estudos clássicos sobre diversidade, variação geográfica, zoogeografia e evolução, fornecem elementos para a compreensão da ecologia de comunidades e a auto-ecologia” (Trefaut 1999:31)

Apesar de novos usos para alguns exemplares, muitas coleções formadas a partir do século XVIII estão sendo abandonadas.⁷ Alguns especialistas acreditavam que as coleções universitárias corriam risco de desaparecer. Recomendava-se o levantamento urgente das coleções das universidades e considerava-se que não seria bom nem as coleções universitárias passarem para a responsabilidade de autoridade central, pois seria impossível definir limites entre coleções didáticas departamentais e coleções para museus; nem para a tutela das administrações locais que também sofriam por falta de recursos. (Willett 1986)

No caso da geologia, da paleontologia, da etnografia e da arqueologia, a pesquisa de campo produz inúmeras coleções que foram e são a base dos acervos de inúmeros museus universitários. Essas coleções são utilizadas em laboratórios para o ensino, permitindo aos alunos terem contato direto com exemplares de minerais, vestígios animais e de cultura material.

Assim é o Museu de Geologia da Universidade Laval (Canadá). A coleção⁸ pertence ao Departamento de Geologia e fica alojada no prédio do Departamento, sendo que uma parte está exposta em corredores, outra guardada na reserva técnica e a coleção de referência está espalhada em gaveteiros dentro de salas de aula. Professores e alunos requisitam exemplares da coleção quando necessitam. A exposição, localizada no 4º andar de um prédio do campus, ocupa um grande corredor com 35 vitrinas embutidas nas paredes e algumas mesas com amostras minerais de grande porte. Duas das vitrinas são utilizadas para exposições temporárias sobre pesquisas em desenvolvimento. O museu recebe visitas de grupos de escolares (20% dos visitantes) que são guiados por estagiários (estudantes de geologia), mas serve principalmente ao ensino universitário.

Freqüentemente, as universidades têm coleções para pesquisa e ensino que, guardadas em salas inacessíveis ao público em geral, só podem ser utilizadas por alunos e professores do departamento responsável. Os herbários geralmente estão

(7) Por exemplo: O *Natural Phylosophy Museum* de Aberdeen, dedicado à física, perdeu sua área de exposição e seu acervo foi encaixotado e guardado em condições precárias e sem acesso a visitantes, pois a universidade não reconhecia o valor da coleção. (Willett 1986)

(8) A coleção tem cerca de 40.000 minerais, rochas e fósseis.

incluídos nessa categoria, pelo uso que podem ter – identificação, descrição, classificação da flora – e pela fragilidade do material.

Visitamos, em 1998, o herbário da Universidade de Montreal (*Herbier Marie-Victorin*) pertencente ao Instituto de Pesquisa em Biologia Vegetal e localizado em um prédio dentro do Jardim Botânico da cidade. Os objetivos do Herbário são a coleta e preservação de espécimens da flora do Quebec e também de outras partes do país e do mundo. Também é depositário de exemplares correspondentes àqueles apresentados pelo Jardim Botânico.

O Herbário criou uma coleção didática utilizada para as aulas de botânica da universidade, enquanto a coleção principal é manuseada apenas por pesquisadores. Em raras ocasiões são emprestados exemplares para fazer parte de exposições de outras instituições.

Para o geólogo Ian Rolfe, do *Hunterian Museum* da Universidade de Glasgow, o ideal seria um equilíbrio entre a pesquisa e o ensino. No caso da geologia, a pesquisa de campo vai gerando inúmeras coleções que, completadas com informações básicas dadas pelos pesquisadores, formam as coleções do museu universitário. O autor destaca que houve um crescimento do número de pequenos museus em quase todos os departamentos de geologia das universidades, interpretando isso como um claro sinal do valor positivo dos museus para o ensino e pesquisa. Mas o autor relata que, para o ensino de geologia, apenas exibir amostras para os alunos não basta, uma vez que eles precisam lidar com os materiais em laboratório. Seguindo este raciocínio, Ian Rolfe destaca que poderia se duvidar da necessidade de exposições na universidade já que “...os objetivos de tais exposições podem ser mais bem atendidos se o material for posto à disposição para estudo supervisionado em laboratórios.” (1969:8) Ele ainda reforça essa idéia ao afirmar que exposições de qualidade (*high-level*) são caras, ocupam muito tempo do pessoal, servem só para graduandos e ficam desatualizadas rapidamente.

O autor considera que é muito difícil um museu universitário ter um designer próprio e não acha isso tão necessário, pois num museu universitário o público já vem predisposto ao tema, ao conteúdo e assim a qualidade da museografia não precisa ser elevada:

“... parece inevitável que os padrões de exibição em museus universitários ficarão atrás daqueles dos museus mais públicos. Os museus

universitários são dirigidos a um público mais empenhado e portanto têm menos necessidade de atrativos visuais.” (Rolfe 1969:9)

Pode parecer que Rolfe é um autor isolado que considera que um museu universitário deva ser um espaço inacessível ao público em geral. Veremos, a seguir, posições similares de diretores de museus norte-americanos e, além disso, na Grã-Bretanha, até hoje, muitos museus universitários só podem ser visitados com agendamento prévio, pois são voltados exclusivamente ao ensino e pesquisa. Um exemplo são as coleções do *University College London*, que incluem, entre outros, um museu de arqueologia clássica, um museu de zoologia e anatomia comparada e uma coleção de geologia, que só podem ser visitados com agendamento prévio.

Na verdade, a discussão sobre as funções das coleções universitárias – ensino, pesquisa, divulgação – estão diretamente ligadas ao público que se pretende atingir. Como já afirmamos anteriormente, devem ser analisados vários fatores para determinar o “destino” mais apropriado de cada coleção. Eventualmente, esse destino deva mesmo ser o uso exclusivo para pesquisa e ensino superior, como é o caso das delicadas amostras de herbários; ou no caso de coleções importantes para a região ou país o uso deva ser mais voltado à exibição ao público em geral.

Museus universitários: para quais públicos?

Nos Estados Unidos havia divergência sobre a obrigação de o museu universitário servir ao ensino do público não universitário, apresentada nas publicações das primeiras décadas do século XX.

Em 1938, Carl Guthe, diretor do Museu da Universidade de Michigan, apresentou a discussão sobre o papel dos museus de universidades públicas. Para ele, além da pesquisa e ensino, era preciso oferecer atividades e exposições extramuros, serviços de identificação de espécimes, visitas para grupos escolares, cursos de extensão e de formação de profissionais de museus.

Diferentemente, Laurence V. Coleman considerava que os museus universitários, públicos ou privados, deviam servir à comunidade universitária e excepcionalmente ao público em geral:

“Servir à comunidade não é a tarefa de um museu universitário, mas as circunstâncias muitas vezes nos levam a extrapolar esta lógica (...) serviço para o público geral às custas do trabalho efetivo com os alunos [da universidade] seria errado.” (Coleman 1939:174-5)

O argumento de que os cidadãos pagam impostos e, portanto, os museus das universidades públicas devem oferecer programas para a comunidade, usado por Guthe, foi rejeitado por Coleman, que afirmava que a fatia do imposto que vai para as universidades é somente para o ensino superior e não para outras faixas de escolaridade.

Alma Wittlin considerava que o estudante universitário e o público em geral tinham necessidades diferentes, que resultariam em formas incompatíveis de exibição:

“A acomodação entre uma galeria para estudantes e uma exposição para o grande público é destinada ao fracasso. O estudante dirige-se à exposição com uma série de informações e com um objetivo específico em mente; o que a exposição lhe apresenta é apenas o suplemento de um modelo de significado já mais ou menos definido. Para o grande público, entretanto, o modelo, tanto de forma como de conteúdo, deve ser suprido pela exposição: uma experiência completa que pressupõe, por parte do espectador, nada mais que senso comum. Qualquer tentativa de conjugar os dois tipos contraditórios de exibição acaba deixando incompleta parte das implícitas funções de um ou do outro.” (Wittlin 1949)⁹

Stephen Borhegyi, em 1956, recuperou pesquisa de Coleman (1942) a fim de chamar atenção para o fato de que os museus universitários estavam perdendo sua função original, ou seja, ensino e pesquisa, já que a maior parte dos visitantes não era mais da universidade. Ele verificou que a diminuição do interesse do público universitário levou os museus a procurar novos públicos para justificar sua existên-

cia.

Mais tarde, Alfred Guthe identificou o público a quem ele serve como sendo o principal fator que diferencia um museu universitário dos outros:

“Como parte de uma instituição educacional maior, atende em primeiro lugar grupos de jovens entre dezessete e vinte e um anos (...) Portanto, o museu universitário deveria procurar suplementar o programa acadêmico geral da universidade de que faz parte. Isto pode ser feito mediante exposições de objetos, coleções para estudo, e pesquisa.” (Guthe, A. 1966:103)

Ao longo do artigo, A. Guthe vai ampliando o público potencial do museu universitário, acrescentando professores, funcionários e público em geral. Este último teria interesse pelo museu caso ele apresentasse uma exposição clara com termos familiares (*familiar terms*) e, neste caso, o museu estaria preenchendo também o papel de um museu público.

Nesse artigo, encontramos uma contradição que persiste na própria discussão das funções do museu universitário, ou seja, A. Guthe define-o pelo tipo de público a que serve – comunidade universitária – mas ao mesmo tempo mostra que ele pode atrair e servir a vários outros públicos. Certamente os programas e exposições do museu deverão variar dependendo do público que se procura atingir.

Ao mesmo tempo em que há museus praticamente fechados, inúmeros museus universitários têm exposições voltadas também para públicos externos e são, inclusive, apoiados financeiramente por outras instâncias de poder – governo municipal, regional etc.

O *Museu da Universidade de Manchester* (Grã-Bretanha), historicamente, é voltado tanto para o público universitário como para a comunidade local, e parte de sua verba é proveniente da administração municipal. Assim, em Manchester, não se podia ignorar o público não-universitário na forma de exibir as coleções.

Para isso, criou-se uma exposição que deveria servir tanto ao público leigo quanto ao especializado. Na exposição criada pelo então diretor, Edmund Seyd, nos anos 1970, foram utilizadas vitrinas de 1886 nas quais se mostravam os objetos horizontalmente sob vidros e em gavetas, e foram adaptados painéis verticais na parte central dessas vitrinas, apresentando os temas de forma mais didática e simples para o público não-especializado.

Assim, os moluscos eram apresentados nos

(9) Wittlin sugere uma analogia entre texto escrito e exposição: assim como uma tese especializada de zoologia e história não teria valor como um livro popular, mesmo que impresso de forma atraente, uma entrada atraente e bela decoração em uma exposição não iriam facilitar o acesso do público a temas especializados de interesse acadêmico, apresentados nas vitrinas. (Wittlin 1949:201)

painéis verticais, na linha do olhar, para o público geral, divididos em temas, como “Conchas e o Homem”; “Conchas Gigantes” e “Principais conchas da Inglaterra”, enquanto na parte horizontal as conchas aparecem divididas por classificação taxonômica, por usos científicos e técnicos e outros temas de interesse de estudantes universitários da área.

Em outras partes da exposição há conjuntos de vitrinas voltadas para estudantes e outras para público geral, com indicações claras dessas divisões dadas por cores e etiquetas indicando “exposição para estudantes” (“*student display*”). Os textos, eventualmente, eram apresentados em letras maiores para o público geral e os detalhes científicos eram dados em letras menores. Havia também textos que se iniciavam com frases como “O estudante deve notar...” enfatizando o público-alvo do texto.

Seyd considerou que essa forma de expor estava respondendo às necessidades de ambos os tipos de público, mas destacou que o museu parecia interessar muito mais ao público de fora da universidade do que ao de dentro. Ele afirmou que havia falta de interesse dos estudantes pelo museu, não por causa da maneira de expor, mas porque os conteúdos das disciplinas cada vez mais se afastavam das coleções.

Para Seyd, em Manchester, encontrou-se um caminho de conciliação entre dois tipos diferentes de público dando a ambos oportunidade de aproveitar os mesmos objetos. Ele destacou ainda a possibilidade contínua de o visitante não-especializado interessar-se e ler os textos e observar as amostras voltadas para os estudantes e aprofundar seus conhecimentos na área, assim como o estudante ler e observar e “encontrar seu horizonte sendo alargado pela percepção de que as conchas afetaram e ainda afetam o homem de muitos modos interessantes.” (Seyd 1971:182)

No caso desses museus universitários com vocação para diversos públicos, o maior problema parece ser conciliar programas para os públicos diversos e manter uma integração com a universidade.¹⁰ O “perigo” existente é o museu servir cada vez mais à comunidade não universitária e perder seus vínculos com a universidade, fazendo com que

pareça não ter sentido pertencer à universidade.

Nos Estados Unidos também há casos exemplares de museus que oferecem programas para outros públicos, como o Museu da Universidade de Philadelphia, Pennsylvania. O *University Museum* foi criado no final do século XIX para abrigar coleções obtidas a partir de pesquisas arqueológicas na Babilônia. Nasceu com tradição em pesquisa e em educação pública (*public education*) ligadas aos departamentos, mas independentes dos mesmos.

“Este duplo objetivo de educação universitária e pública caracterizou o desenvolvimento do museu desde sua fundação em 1887.” (Dyson 1990:62)

O Museu tem hoje uma das maiores coleções arqueológicas e etnográficas dos EUA (mais de 1 milhão de peças catalogadas), formadas pela coleta de pesquisa e por doações recebidas. Instalado em prédios próprios, o museu tem espaços expositivos (para exposições permanentes e temporárias), laboratórios, salas de aula, auditórios, restaurante, lojas, biblioteca e arquivos. As coleções estão sempre sendo interpretadas e re-interpretadas por estudantes e pelo público, tanto em pesquisas como em exposições no museu, extramuros, em atividades em salas de aula de escolas e da universidade (empréstimos).

O museu oferece estágios para profissionais de museus e também tem um enorme número de voluntários, nas diversas áreas. Cerca de 40 voluntários trabalham como monitores orientando visitas de escolares e do público em geral. Além disso, 35 voluntários trabalham fora do museu, indo para escolas e instituições para deficientes, realizando atividades com professores e alunos. Os alunos de pós-graduação que estudam as coleções também trabalham voluntariamente e apresentam seminários.¹¹ Em 1981, iniciou sua prática de convidar as escolas da região a visitar o Museu e atualmente essas visitas somam mais de 40.000 estudantes por ano.¹²

A receita do museu é dividida entre a universidade (51%), doações (20%), renda (18%) e outros

(10) Todos os museus costumam receber público heterogêneo tendo dificuldade de criar exposições que possam agradar e comunicar a todos. Alguns utilizam solução semelhante à descrita por Seyd, apresentando vários níveis de informação, com padrões visuais diferenciados, linguagens com diferentes níveis de dificuldade e por meio de várias mídias.

(11) Os programas públicos do museu se iniciaram por meio de palestras em 1894, marcando o começo de um forte vínculo do museu com a comunidade local e regional. O Departamento de Educação do Museu foi criado em 1915 como Serviço de Ensino (voluntário) e no início dos anos 20 transformou-se em Departamento de Educação.

(12) A visitação anual total no ano de 1997 foi de cerca de 200.000 pessoas.

fundos (11%). O fato de pertencer à universidade traz alguns benefícios: a possibilidade de enriquecer as pesquisas e ensino com a colaboração de colegas das faculdades; a participação de ex-alunos da universidade no financiamento e permuta de exposições; a oferta pelo museu de cursos de extensão e a ajuda administrativa dada por órgãos competentes da universidade.

Entretanto, há também desvantagens em pertencer a uma universidade:

“A maior desvantagem que experimenta um museu em ambiente universitário é a visão geral da maioria dos administradores, de que qualquer aumento nas despesas por parte da universidade deveria estar voltado para o papel do museu no ensino de graduação e de pós-graduação e não para gerência de coleções ou educação pública.” (Dyson 1990:68-9)

Isso traz dificuldades para o museu que quer ter programa agressivo na área de educação pública. A educação pública aproxima o museu da comunidade que passa a apoiar o museu. Esse deve trabalhar de maneira a melhorar a qualidade de vida da área onde atua, com o objetivo de valorizar o patrimônio cultural local.

“Um museu universitário deveria assim se tomar, caso já não o seja, um símbolo da preocupação da universidade com sua própria missão educacional mais ampla na sociedade. O museu deveria constituir uma janela – tanto para dentro como para fora da universidade – estabelecendo uma ligação importante entre a comunidade acadêmica e as comunidades vizinhas. A percepção clara deste papel é um poderoso argumento para o apoio contínuo de ambas as clientelas.” (Dyson 1990:69)

Os programas do museu são orientados pela idéia básica de mostrar questões/preocupações comuns da humanidade no mundo todo, de qualquer cultura e/ou tempo. As monitorias e cursos discutem temas variados e servem a diversos públicos: famílias, universitários, pessoas com interesses específicos.¹³

(13) Philadelphia, a cidade onde está o museu, tem sofrido mudanças em seu perfil populacional com o aumento de grupos de diferentes procedências/etnias: africanos, latino-americanos e asiáticos. Respondendo a estas modificações, o museu criou programas que visam auxiliar a adaptação dessas pessoas na dinâmica da sociedade norte-americana.

Os programas públicos (*public programs*) oferecem *workshops* em fins de semana, atividades ligadas às exposições temporárias, seminários, palestras, visitas também em fins de semana. Há dias dedicados a diferentes culturas em que são realizados espetáculos organizados por estudantes e por comunidades estrangeiras. Em todas as ocasiões há um esforço para levar os participantes por todo o museu, por meio de atividades que os levem a circular pelas diversas galerias.

Como em outros museus norte-americanos, a participação de voluntários é fundamental para o cotidiano institucional. Além disso, o Museu da Universidade da Pennsylvania conta com um grande número de associados que colaboram anualmente trazendo verbas para as atividades.

A cidade de Philadelphia tem outros grandes museus de destaque – o Museu de Arte e o *Franklin Institute of Science*, entre outros – mas nas áreas de arqueologia e antropologia há apenas o Museu da Universidade. As coleções têm um valor importante para a comunidade regional, nacional e internacional pela sua originalidade.

Há outros exemplos de museus voltados para públicos não universitários, com forma de organização diferente.

Um deles é aquele que concentra em uma grande exposição as diferentes coleções da universidade. A Universidade Laval (Canadá) tem um *Centro Museográfico*, onde exhibe todas as coleções da universidade.

O *Centro* apresenta uma grande exposição sobre “A História do Mundo: origens e evolução” dividida em quatro partes: o universo, a terra, a vida e o homem. Os objetos fazem parte das coleções de geologia, entomologia, vertebrados e invertebrados, antropologia, arqueologia clássica, artes e herbário. A museografia pretende ser acessível a estudantes de ensino fundamental e médio e utiliza diferentes linguagens de apoio. São oferecidas visitas guiadas para escolares, sendo os monitores alunos da universidade. Oferece também atividades mensais voltadas para famílias e materiais para auxiliar os professores de escolas a desenvolverem em sala de aula atividades relacionadas à visita ao Centro. Para estimular a visita dos universitários, o museu convida os professores da universidade a pedir que seus alunos desenvolvam trabalhos baseados na exposição.

A Universidade Laval também centralizou fisicamente suas coleções. Elas ficam abrigadas no

subsolo do prédio onde se encontra o Centro Museográfico e estão acessíveis a pesquisadores.¹⁴ Cada coleção tem um professor de Departamento responsável e há uma profissional responsável pela manutenção do conjunto.

Uma situação semelhante de centralização, porém somente por meio de exposições, ocorre no *Centro de Exposições da Universidade de Montreal* (Canadá). O Centro é um espaço de exposições temporárias as quais integram as diversas coleções da universidade. As exposições têm temas que favorecem a interdisciplinaridade.¹⁵ em um único espaço expositivo. A primeira exposição (1998) foi realizada a partir de objetos selecionados de cada coleção que foram reinterpretados por diferentes artistas contemporâneos. Segundo sua diretora, Andrée Lemieux, sua missão é:

“(...) difundir, junto ao grande público, as produções científicas, artísticas e outras dos membros da comunidade universitária ou de artistas convidados, valorizar as coleções existentes e solicitar novas doações. Ele acolhe exposições do exterior cujos assuntos sejam relacionados com as preocupações da comunidade.” (Lemieux 1998:4)

A proposta é de que o Centro seja uma interface entre as coleções dos departamentos e o público. Para a diretora, o primeiro passo foi dado com a reunião dos responsáveis por cada uma das coleções que passaram a compor um grupo. Em seguida está sendo desenvolvido um sistema para que se possa ter um inventário único de todas as coleções.

Cada um dos exemplos aqui citados mostra soluções diferenciadas para dar uso às coleções universitárias. A formação de grandes museus com serviços aos diversos públicos ocorre em situações

nas quais as universidades têm coleções de interesse regional e/ou nacional e condições para torná-las acessíveis. Mas a missão de cada museu vai depender dos interesses de cada universidade e de suas políticas culturais, sejam explicitadas ou não. Dependendo das pressões das comunidades envolvidas, as políticas de uso das coleções podem ser modificadas ou revistas, adequando-se às novas dinâmicas do ensino, da pesquisa e dos serviços à comunidade.

Tipologia dos museus universitários

Até agora citamos exemplos de museus de ciências e interdisciplinares, mas, assim como museus de outras tutelas, há museus universitários de diversas tipologias – arte, ciência, história etc. Nos levantamentos que realizamos, percebemos que existe um número maior de museus de ciências e uma minoria de arte.¹⁶

Nos Estados Unidos, Coleman realizou um levantamento de museus universitários e visitou mais de 200 instituições. O livro, publicado em 1942, iniciava afirmando a importância da existência de museus universitários para o ensino e pesquisa das universidades, especialmente de ciências e de artes:

“Museus dignos de crédito são necessários em cada *campus*. Nos ramos da arte e das ciências biológicas e geológicas, que não podem ser negligenciados na educação superior, o material do

(14) Com exceção do Herbário e da maior parte da coleção de geologia, que ficam em outros locais.

(15) As coleções da Universidade de Montreal incluem: obras de arte e desenhos de vestuário de teatro canadense; instrumentos musicais de todo o mundo (Faculdade de Música); artefatos odontológicos (Depto. de Medicina Dentária); objetos de design industrial canadenses e europeus; espécimens da fauna entomológica, principalmente de Quebec (Depto. de Ciências Biológicas); espécimens de plantas de todo o mundo (Depto. de Ciências Biológicas); artefatos etnográficos do Canadá, África e América do Sul (Depto. de Antropologia); Documentos e livros raros (Serviço de bibliotecas).

(16) Consultando a lista de museus universitários de vários países e contando quantos são de arte e quantos são de outras áreas, percebemos que os de arte existem em menor número. Na Itália não consta nenhum museu de arte universitário; na Holanda, as obras de arte aparecem nos museus da história de cada universidade (*University History Museum*), geralmente relacionadas às personalidades das universidades e não a “museu ou galeria de arte”. Na Bélgica, dos 26 museus universitários, 5 são de arte; na Espanha, de 42 museus, 9 são de arte e áreas afins. No Peru, de 19 museus, 4 são de arte; nas Filipinas, de 30 museus, 4 são de arte. No Japão, de 51 museus, 8 são de arte. Na Nova Zelândia não há museu de arte entre os 31 museus existentes. Na Austrália já há uma proporção maior: 51 museus de arte do total de 265. Ao contrário de vários países europeus e não europeus, na Grã-Bretanha, quase todas as universidades que têm museus abrigam coleções de arte (artes plásticas, artes decorativas, artes orientais, etc.) que constituem museus e galerias ou fazem parte de museus de várias áreas. São ao todo 52 museus e coleções de arte em um total geral de 95 museus.

museu é a única base sobre a qual se pode apoiar grande parte do ensino e da pesquisa; e as coleções, juntamente com providências adequadas para sua preservação e utilização, são essenciais. Outros ramos, especialmente a história, fazem algum uso de museus, mas a arte e as ciências naturais precisam de museus, para que não haja hiatos nos programas educacionais.” (Coleman 1942:3)

Em sua pesquisa, Coleman identificou 700 museus e coleções universitárias de 400 universidades diferentes. Apenas 50 tinham prédios próprios e muitos estavam reduzidos a pequenas salas. Essa variedade de situações, segundo o autor, reflete as diferentes necessidades de cada departamento.

Coleman verificou que, quando são formados grandes museus centralizados, eles tendem a conquistar autonomia de programas de ensino e de pesquisa e se afastam dos departamentos. Nesse sentido, para o ensino seriam mais interessantes os museus descentralizados e controlados pelos departamentos.

A maior parte dos museus identificados era de ciências, cerca de 500. A maioria das coleções foi iniciada para o ensino e pesquisa, no início do século XIX. Como em outros países, o desenvolvimento da ciência experimental levou à desvalorização das coleções. Em alguns casos houve posteriormente a reutilização como coleções de referência para pesquisa e ensino.

Dos 700 museus, cerca de 100 eram de artes. As primeiras coleções de arte foram doadas às universidades em meados do século XIX e posteriormente foram criados cursos de história da arte e belas artes.¹⁷ Assim como outros autores citados anteriormente, Coleman reafirma que as coleções devem ser usadas para o ensino e para isso podem ser expostas de maneira simples.

Apesar de o autor enfatizar a relação direta do museu com o departamento de ensino, ele considera mais produtiva a administração independente do museu, podendo ser exercida por algum professor do departamento, mas com autonomia deste.

O autor explica o pequeno número de museus universitários de história pela grande valorização do

documento escrito. Segundo ele, graças ao desenvolvimento de uma nova tendência que valorizava fontes materiais, estariam se formando museus de história.

Na Europa e posteriormente em museus de diversos países, incluindo a América Latina, as coleções de antiguidades (*antiquities*) foram sempre encaradas como coleções de arte e eram utilizadas para estudos de história da arte, sendo ignorados para os estudos de história das sociedades, história econômica etc. Até hoje, por exemplo, no *Ashmolean Museum*, a exposição está dividida entre o setor de “Antiquities” com artefatos egípcios, gregos, romanos, do Oriente Próximo e da Bretanha anglo-saxônica; setor de Arte Ocidental, com obras européias do Renascimento ao século XX; e setor de Arte Oriental, com obras asiáticas da pré-história à atualidade. Em todos eles, os objetos estão expostos como obras de arte e não documentos históricos. Assim, os objetos que poderiam ser pesquisados e expostos como documentos históricos aparecem como obras de arte. Concor damos com Ulpiano Bezerra de Meneses, ex-diretor do *Museu Paulista da Universidade de São Paulo*, quando estabelece que a tipologia de um museu é dada pelo tipo de abordagem da pesquisa dos objetos e não pelos objetos em si:

“Num museu de arte, uma tela, por exemplo, é documento plástico (mas sem considerar que a construção da visualidade integra a realidade histórica). Já no museu histórico, a mesma tela seria valorizada pelo tema, como documento iconográfico (mas ignorando a historicidade da matéria plástica).” (Meneses 1994:16)

No universo acadêmico, na área de história, o documento escrito continua sendo mais valorizado do que a cultura material e outras fontes, tanto para a pesquisa como para o ensino. Entretanto, o desenvolvimento de novas linhas de pesquisa nas últimas décadas, como a história do cotidiano, tem valorizado a cultura material como fonte e, conseqüentemente, os museus. Assim, há uma tendência de aumento, mas ainda são poucos os museus de história universitários.¹⁸

(17) Há exceções, como o caso da Universidade de Harvard, que criou o curso de história da arte em 1870 e, sentindo a necessidade de obras para o curso, iniciou suas coleções em 1895. (Coleman 1942:14)

(18) Não estamos considerando aqui os museus ou galerias dedicados à própria história da universidade, destacando personagens importantes desde sua fundação. Essas coleções são muitas vezes compostas por retratos dos reitores e professores de destaque.

As coleções de arte podem ser utilizadas para ensino e pesquisa de belas artes, história da arte e museologia.

“Na Universidade de Manchester, a Whitworth Art Gallery é usada anualmente por estudantes de pós-graduação, do curso de Estudos de Museus e Galerias de Arte, para aprender o processo de montagem de uma grande exposição de arte, em colaboração com a equipe da galeria e um designer profissional. Há muitas situações nas quais a equipe do museu universitário responsável pela curadoria faz palestras para os estudantes como parte do currículo de seus cursos acadêmicos.” (Warhurst 1992:98)

No entanto, as coleções de artes eram e continuam a ser vistas menos como recurso para ensino e mais como fonte de enriquecimento cultural do campus e da vida universitária.

“Coleções de arte como as de Liverpool, Nottingham e Hull podem ser usadas para fins didáticos, mas conferem, principalmente, uma qualidade cultural e estética à vida universitária” (Warhurst 1992:97)

O maior problema ou risco para as coleções adquiridas para fins de ensino e pesquisa é a mudança de métodos e paradigmas de pesquisa das áreas por elas abrangidas. Esse processo é bastante claro para as ciências naturais, quando as transformações das ciências redundaram na mudança do ensino e no “engavetamento” de muitas coleções.

Nas artes, podemos perceber fenômeno semelhante quando a prática da observação e cópia de obras, tão cara ao ensino da arte acadêmica, que valorizava as coleções e museus, foi substituída pela visão espontaneísta da aprendizagem da arte, que evitava o contato com obras a fim de que a inspiração natural de cada pessoa não sofresse influências externas.

Museus e coleções que deixam de interessar ao público universitário podem vir a ser de interesse de outros públicos. É freqüente o “descarte” de materiais que não servem mais às pesquisas – instrumentos de laboratório, espécimens, mobiliário, documentos, obras de arte, publicações etc. – para os museus das universidades, os quais se vêem forçados a apresentar aspectos (ultra)passados das pesquisas. Nesses casos, os museus tornaram-se mais voltados aos públicos não especializados e/ou externos às universidades.

O perfil das coleções (características e histórico) e a abordagem das pesquisas realizadas sobre elas vão definir sua tipologia. Para algumas disciplinas, parece quase que “natural” o convívio com coleções – geologia, arqueologia, zoologia – enquanto que para outras ainda há dúvidas sobre a necessidade de formação de coleções por parte das universidades, principalmente nas áreas de história e de arte.¹⁹

Algumas considerações

Neste breve estudo sobre museus universitários da Grã-Bretanha, Estados Unidos e Canadá, pode-se verificar que há uma grande diversidade de instituições, tanto em dimensão, localização, uso das coleções, qualidade das exposições e públicos.

Não se pode afirmar que um museu universitário serve prioritariamente ao público universitário, pois, como descrevemos, muitos deles são mais utilizados pela comunidade não-universitária, mantendo-se afastados das pesquisas e ensino da própria universidade.

Não se pode impor um modelo ideal de museu universitário, pois para cada contexto pode haver soluções diferenciadas. Há casos em que somente o museu universitário possui determinadas coleções de interesse público e, portanto, elas deveriam ser acessíveis ao público em geral; entretanto, há museus universitários que têm coleções semelhantes às de museus nacionais ou locais e dessa forma podem estar mais voltados ao público “interno” sem prejuízo da comunidade extramuros.

Como em qualquer museu, deve-se levar em conta aspectos da conservação material das coleções, mas sem exageros que as tornem completamente inacessíveis aos públicos interessados.

E finalmente, e não menos importante, deve-se ter em conta a política cultural implementada pelos órgãos centrais da universidade, que indicam seus critérios de prioridades e sua valorização (ou não) das coleções e dos museus sob sua tutela.

Em continuidade ao trabalho aqui apresentado, pretendo aprofundar a temática para a América Latina e especialmente para o Brasil, levantamento já iniciado em minha tese de doutorado (Almeida 2001).

(19) A importância de coleções de arte na Universidade de São Paulo foi o tema de nossa tese de doutorado (Almeida 2001).

ALMEIDA, A.M. University museums audiences. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 12: 205-217, 2002.

ABSTRACT: This article introduces the discussion about university museums history, typology and audiences. Based on bibliography and study visits, data was collected, systematized and analysed within the proposed theme. Some of the problems of university museums were identified and also some solutions presented by examples from United Kingdom, United States and Canada.

UNITERMS: Museum – University – Audience – University museums – History of university museums.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A.M.
2001 Museus e coleções universitários: Por que museus de arte na Universidade de São Paulo?. Tese de doutorado, Escola de Comunicações e Artes da USP.
- BORHEGYI, S.F.
1956 American University Museums. *Museums Journal*, 55 (12): 309-311.
- CANNON-BROOKES, P. (Ed.)
1994 University & Foundation Collections and the Law: proceedings of a Seminar Held at the Coultard Institute Art, London, 23 June 1994. *Museums Management and Curatorship*, 13 (4): 340-407.
- COLEMAN, L.V.
1939 College and University Museums. *The Museum in America*. Washington DC, AAM, vol.1, chap.X: 165-176.
1942 *College and University Museums: a message for college and university presidents*. Washington DC: AAM.
- DYSON, R.H.
1990 Public Education: The Experience of the University Museum at the University of Pennsylvania. Solinger (Ed.) *Museums and Universities: New Paths for Continuing Education*. New York, Nuceal/American Council on Education/Macmillan Publishing Company: 59-80.
- FERNANDEZ, L.A.
1993 *Museología: introducción a la teoría y práctica del museo*. Madrid: Istmo.
- GUTHE, A.
1966 The Role of a University Museum. *Curator*, 9 (2):103-105.
- GUTHE, C.
1938 The Role of a State University Museum. *Museum News*, 15 (18), March: 7-10.
- HAMILTON, J.
1995 The Role of the University Curator in the 1990s. *Museum Management and Curatorship*, 14 (1): 73-79.
- LORD, M.
2000 Editorial. *Museum International*, nº 207, vol 52 (3): 3.
- MENESES, U.B. de
1994 Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 2, Jan/Dez: 9-42.
- Mac GREGOR, A.
1988 *Ark to Ashmolean: The story of the Tradescants, Ashmole and the Ashmole Museum*. Oxford: Ashmolean Museum, 2 ed.
- THE REPORT OF UNIVERSITY MUSEUMS REVIEW COMMITTEE.
1996 *Cinderella Collections: University Museums & Collections in Australia*.
- ROLFE, W.D.I.
1969 A university's museum. *Museums Journal*, 69 (1): 7-10.
- SEYD, E.L.
1971 A university museum and the general public. *Museums Journal*, 70 (4):180-2.
- TEIXEIRA COELHO, J.
1999 Para um Museu Contemporâneo de Arte. *Anais II Semana dos Museus da Universidade de São Paulo*, USP: 27-30.
- TREFAUT, M.
1999 Realidade e Desafios dos Acervos Musealizados da USP: Museu de Zoologia. *Anais II Semana dos Museus da Universidade de São Paulo*, USP: 31-33.
- WARHURST, A.
1992 University Museums. J.M.A. Thompson (Ed.) *Manual of Curatorship: a Guide to Museum*

ALMEIDA, A.M. Os públicos de museus universitários. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 205-217. 2002.

Practice. Oxford, Butterworth-Heinemann, 2nd ed.: 93-100.

WILLETT, F.

1986 The Crisis in University Museums in Scotland. *Museums Journal*, 86 (3):141-144.

WITTLIN, A.S.

1949 The Museum: its history and its tasks in education. London: Routledge.

LISTA de museus universitários. Disponível em: <http://www.lib.mq.edu.au/mcm/world>. Acesso em março 2001.

Recebido para publicação em 28 de agosto de 2002.

EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO MAE: RELATOS E VIVÊNCIAS

Helenice Ciampi*

CIAMPI, H. Experiência de estágio no MAE: relatos e vivências. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 205-217, 2002.

RESUMO: O artigo registra experiência de trabalho com os alunos de História da PUCSP e a Divisão de Difusão Cultural do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Contextualiza o início da parceria, articulando as preocupações da área com o curso e o estágio. Procura resgatar quatorze anos de trabalho, explicitando objetivos, metodologia, avaliação e o significado deste estágio para a formação dos licenciados.

O objetivo do curso e do estágio é criar condições para reflexão sobre a prática pedagógica, numa relação crítica com o saber produzido; desenvolver competência para uma leitura crítica das fontes e ampliar a dimensão do documento material como fonte.

A metodologia do curso e do estágio procura dialogar com as fontes. Explorar a documentação arqueológica do MAE, como ponto de partida para a discussão de conceitos na área das ciências humanas.

UNITERMOS: História – Culturas – Estágio – Ensino.

Introdução

Este artigo registra uma experiência de trabalho com os alunos do curso de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Divisão de Difusão Cultural (DDC) do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, expressando os princípios e as concepções que o embasam. Contextualiza o momento do início da parceria articulando as preocupações da área com a abordagem do curso de Metodologia do ensino de História e do estágio. Pretende acompanhar o processo de trabalho desenvolvido durante quatorze anos consecutivos. Neste movimento, procura explicitar os objetivos, a metodologia

desenvolvida no processo de trabalho e a avaliação dos alunos envolvidos, assim como o significado deste estágio para a formação dos licenciados em História da PUCSP.

Confluências de perspectivas

Nossa parceria com o MAE teve início em 1988, num final de década marcada por movimentos sociais que procuravam encontrar caminhos que os *relacionassem* com suas instituições em crise. No contexto da abertura política, a organização da sociedade civil rompe os limites determinados pelos atores institucionais e sinaliza novas perspectivas para as lutas políticas, entendendo cidadania como algo mais do que o direito de voto e de organização partidária.

(*) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

A emergência e ação dos novos sujeitos trouxe “para o centro do debate, as possibilidades de transformação da realidade brasileira na época, tanto no plano institucional, no combate à ditadura militar, quanto no plano político-social mais amplo, com a formulação de projetos para o Brasil democratizado. Esse alargamento do espaço da política levou à inclusão da escola e do ensino como lugares políticos importantes na luta pela democratização da sociedade. Tudo isso trouxe como consequência uma rediscussão da História, com seus múltiplos significados, um dos quais, o de disciplina escolar”. (Cordeiro 2000)

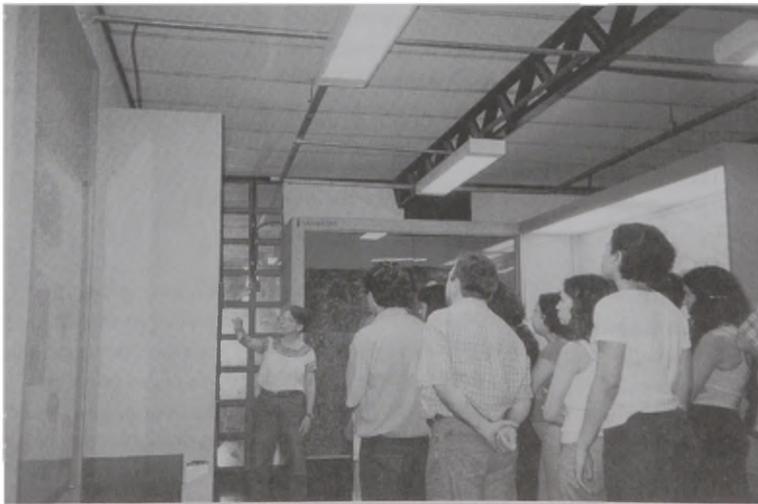
A ameaça da extinção dos cursos superiores de História e Geografia, com o parecer de Paulo Nathanael Pereira de Souza, propondo a criação da licenciatura plena em Estudos Sociais, ao mesmo tempo em que fixava seu currículo mínimo, extinguiria definitivamente os cursos superiores de História e Geografia, reduzindo-os a meras habilitações no interior da licenciatura plena em Estudos Sociais. O parecer desencadeou uma ofensiva nacional da comunidade acadêmica e científica.

As discussões decorridas, seja quanto ao ofício do historiador ou quanto ao campo da produção historiográfica, a ameaça de extinção dos cursos de graduação de História, aliadas às transformações pelas quais passava o país, embasaram as reformas curriculares que perpas-

savam os Departamentos de História das principais universidades brasileiras, como USP, UNICAMP, PUCSP, assim como os da Secretaria de Educação de São Paulo. Especificamente em História, a reforma curricular da Secretaria de Educação de S.P., de 1986, constituiu-se num marco, pois se configurava como **uma proposta**, não como uma relação de conteúdos que o professor deveria obrigatoriamente seguir, mas como um delineamento de princípios, pressupostos, concepções, a partir dos quais os professores pensariam a sua prática.

Participando deste debate e procurando sistematizar o processo de discussão, junto com outros docentes da PUCSP, participei de uma pesquisa junto à rede pública estadual, publicada, em 1986, com o título **Ensino de História: revisão urgente**. (Cabrinini *et al.* 1986). Através de um diálogo com o professor, nosso leitor privilegiado, procurávamos realizar uma reflexão sobre a prática diária em sala de aula, questionando a linearidade do tempo com que se trabalhava, a exaltação do herói nacional e o uso passivo do livro didático em sala de aula. Procurávamos propor princípios para o trabalho pedagógico, colocando a realidade socialmente vivida pelo aluno como um ponto de partida a ser problematizado.

Os princípios teóricos metodológicos do *Revisão Urgente* conjugaram-se com os da proposta curricular de História de 1986, em discussão na rede estadual. Procurava-se questionar e, por outro lado, levar o professor a explicitar as concepções com as quais trabalhava: a de ensino aprendizagem, conhecimento e História. Propunha-se criar condições para que o aluno tivesse uma relação crítica com o saber produzido e fosse iniciado na discussão dos caminhos da produção do conhecimento histórico. “Tentávamos mostrar que a questão não era a busca da ‘verdade absoluta’



Visita orientada aos alunos de História da PUCSP, 2000.

mas, a partir de um problema levantado sobre os dados colocados pelas vozes dos diferentes sujeitos, nas fontes investigadas, o historiador buscaria sua interpretação. Desejávamos ressaltar, no ofício do historiador e seus desdobramentos nos procedimentos do professor em sala de aula, o trabalho de seleção, tratamento e confronto das fontes para compreensão e explicitação de seu objeto de estudo. O X da questão era ressaltar a construção em que constitui a produção do conhecimento histórico”. (Cabrimi *et al.* 2000).

Estes princípios estavam conjugados com a intenção primeira de levar o aluno a realizar uma reflexão histórica, o que implica, conjuntamente, em desenvolver um trabalho com habilidades, tais como observar, comparar, interpretar, classificar, levantar hipóteses.

A parceria da disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em História, período noturno, de minha responsabilidade, com o MAE evidencia-se quanto aos objetivos da ação educativa desenvolvidos com os estagiários. Havia pontos em comum entre as duas propostas pedagógicas.

Partindo da experiência vivenciada no MAE, Elaine Hirata propunha um caminho alternativo, tentando evitar que o Museu e seu acervo fossem encarados como um simples “mostruário de objetos antigos e antiquados” que apenas “*ilustra*, de maneira concreta, as aulas de História”. Questionava a visão transmitida ao aluno, a qual negava qualquer autonomia ao artefato enquanto documento, supervalorizando o objeto “entendido apenas como obra de arte, a testemunhar, por exemplo, uma pretensa superioridade artística da Antiguidade Clássica”. (Hirata 1985).

O questionamento visava pensar um diálogo que deveria ser estabelecido pelas crianças e jovens com os artefatos, para que a visita conseguisse desencadear uma ação educativa que estimulasse a sensibilidade, a linguagem



Visita monitorada aos alunos de História da PUCSP, 2001.

plástica, levando à decodificação desta linguagem. Objetivava entre outros, explorar a documentação arqueológica do acervo do MAE como ponto de partida para a discussão de conceitos básicos das ciências humanas. Visava “ampliar a dimensão do documento material como fonte histórica ou antropológica; ressaltar a sua importância primordial para o estudo de certos traços culturais, suplantando o texto como veículo de mensagens no mundo antigo e atual; estabelecer os níveis de autonomia documental que pode assumir o artefato arqueológico” (Hirata 1985).

O projeto centralizou-se na execução de visitas programadas, articuladas em três núcleos de atividades: o trabalho direto com artefatos (observação e manuseio pelos alunos, mediado pelo professor – monitor), a observação livre do acervo exposto e a avaliação da visita.

Tratava-se de iniciar a criança na leitura da imagem, do artefato, a “aprender a ver”. Tais preocupações conjugavam-se com as minhas preocupações: dar oportunidade ao professor estagiário de pensar possibilidades de adequar seu trabalho à realidade social do seu aluno, exercitar-se na seleção de temas, problematização, e fontes, procurando trabalhar com diferentes linguagens. Entender que aprender/ensinar História significa: desenvolver o senso de historicidade; levar o aluno a situar-se criticamente no campo da memória/história que põe em disputa



Aula prática aos alunos de História da PUCSP, 2000.

Para estudar as relações humanas, utilizamo-nos dos vestígios humanos que chegaram até nós, sejam eles escritos, iconográficos ou materiais. Analisamos tais vestígios como representações de momentos particulares da realidade social de uma sociedade. O trabalho com as fontes materiais, que o acervo do MAE propicia ao estagiário, reforça os procedimentos metodológicos desenvolvidos na minha disciplina.

os significados do passado/presente/futuro; colocar em discussão a experiência e as referências históricas dos alunos *em diálogo* com as experiências e referências dos sujeitos históricos do passado.

Ao lado dos conteúdos procedimentais, preocupava-me também o trabalho com conceitos básicos como, entre outros: história/antropologia/etnologia, memória/museu, fontes, sujeito histórico, identidade/alteridade, cultura, tempo/espaço, para possibilitar ao estagiário, futuro profissional de História, a indagação sobre a historicidade da experiência social, hoje e em outros momentos da história.

O estágio no MAE, na perspectiva colocada por seus educadores, reforçava minha intenção de levar os futuros profissionais a refletirem sobre as ações humanas procurando explicar as relações entre seus diferentes grupos. Procurando evidenciar que realizar uma reflexão histórica implica em captar, recuperar as relações que se estabelecem entre os grupos humanos, no desenvolvimento de suas atividades, nos diferentes tempos e espaços. A história, portanto, ao estudar as transformações de uma sociedade, deve procurar identificar a ação dos diferentes grupos que nela atuam. Quando uma sociedade é pensada como um todo e se fica atento às ações de seus diferentes grupos, explica-se porque seu processo toma um caminho e não outro, percebem-se as injunções que permitiram a concretização de uma possibilidade e não de outras.

O significado do estágio na formação do profissional de História

“O que você gosta de fazer na escola? Nada!” Este diálogo, que pode a muitos chocar, foi a resposta dada pela maioria dos alunos de 5ª e 6ª séries do ensino fundamental, numa das atividades do estágio. Este dado serve não para denunciar escolas ou professores, mas para nos ajudar a pensar práticas alternativas, constatada a realidade do nosso ensino.

A educação é uma questão complexa e o diagnóstico da realidade escolar tem que levar em conta muitas variáveis. Para se avançar na questão do ensino, temos que assumir a responsabilidade social e política com o momento presente. Fazer do ensino uma prática social. Esta luta, sabemos, se trava em vários espaços. No teórico metodológico, implica romper com a maneira tradicional de conceber o conhecimento, sua produção e transmissão, dissociada da realidade social, da sua existência concreta, da base material sobre a qual se constrói o social. No âmbito profissional propriamente dito, e no sindical, essa responsabilidade significa envolver-se e pressionar as associações profissionais e entidades de classe ou políticas na luta pela valorização da educação como um todo, e do ensino público, em especial.

As questões da vida e da morte, as histórias vividas invadiram o nosso cotidiano escolar. Mas a

nossa formação e a escola que temos foram estruturadas no paradigma disciplinar. O século vinte e um traz consigo uma nova forma de pensar. Estamos num momento crítico do processo de mudanças, entre outras, das práticas educativas. As dificuldades são talvez maiores do que as soluções. Mas tentar realizá-las é fundamental.

Geralmente, a principal preocupação, e por vezes a única, ao se preparar um planejamento, é com relação ao “conteúdo”, ou seja, aos assuntos a serem abordados, à seleção de textos ou itens de livros didáticos a serem trabalhados. Em um caso ou no outro, a experiência tem revelado os descaminhos desta prática.

É preciso pensar no aluno que temos hoje: por vezes mal alfabetizado, vivendo em um mundo de correrias e violência, um sujeito “blip”, aquele feito de fiapos de informações e vivências, bombardeado pelas imagens da mídia. (Santos 1987). Uma criança ou jovem vivendo em um mundo “pós-moderno” que se caracteriza pela ausência de valores, ou melhor, vivendo em uma sociedade em que há uma tendência a curtir o presente, “o aqui e agora”, o individualismo e o consumismo que consagra o shopping como a grande catedral, o espaço social por excelência.

A mídia, mais do que nos informar sobre o mundo, o refaz à sua própria maneira, através do consumismo construído e permanentemente reconstruído por ela. Isto significa, entre outros aspectos, que lidamos mais com a imagem do que com o objeto, e com a reconstrução do fato filtrado pelas diversas fontes que o reconstroem ou deformam para melhor manipular a opinião pública.

Por outro lado, com a massificação das imagens, mensagens e comportamentos, a sensibilidade é fragilizada e a identidade, pessoal, familiar e social, é perdida, evapora-se. Por isso, é fundamental trabalhar uma metodologia que incorpore uma concepção de história e de ensino-

aprendizagem que contemplem estas questões; que levem o aluno a entender que a história, como todo conhecimento, é uma construção, resultado das concepções e valores do historiador, na sua interpretação ou releitura das fontes, e o ensino-aprendizagem como uma oportunidade para refletir sobre a realidade que nos cerca.

A constante reflexão de minhas atividades docentes junto aos três graus de ensino norteou a definição de meu plano de curso, tanto no que diz respeito aos objetivos gerais da História como área de conhecimento, como em relação ao papel do professor de História como educador. Levando em conta as atuais limitações do ensino em geral, e do de História em particular, uma das minhas expectativas é que o aluno licenciando se conscientize do seu papel de educador, isto é, que veja a educação como algo muito mais amplo do que a atuação em sala de aula; devendo, portanto, estar muito atento às suas reais condições de trabalho, dentro da escola como um todo, e às condições desta na sociedade; que o licenciando, recusando um consumo passivo do conhecimento produzido, perceba os problemas da construção/reconstrução do conhecimento histórico e seus desdobramentos no trabalho pedagógico; que o licenciamento leve em consideração, na sua prática pedagógica, a leitura e a escrita como ferramentas eficazes para desenvolver a reflexão dos alunos; que o aluno licenciando se conscientize de que a educação não é uma atividade apenas pedagógica mas política, e



Manuseio dos objetos arqueológicos e etnográficos, 2001.

que tenha uma prática coerente com o seu posicionamento frente à realidade social.

O primeiro momento do curso é o do diagnóstico, da situação atual do ensino, através do estágio supervisionado e da análise dessa situação, tendo, como parâmetros, estudos que visam à compreensão da educação como um fenômeno condicionado pela política educacional. Paralelamente, analisamos a relação entre a formação do licenciando e a História veiculada no ensino fundamental e médio, refletindo sobre as relações entre produção e transmissão do conhecimento histórico com propostas alternativas de ação. O objetivo é que o aluno-estagiário questione as possibilidades concretas de intervenção na realidade, que realize um exercício de adequação das propostas alternativas debatidas e não sua mera simplificação.

O segundo momento concentra-se no estudo das habilidades mentais mais pertinentes ao ensino da história, assim como das atividades que possibilitem desenvolver, nos alunos, a escrita, a leitura, a interpretação e confronto de documentos e textos historiográficos.

O terceiro momento do curso realiza análise de algumas propostas curriculares oficiais e outros trabalhos alternativos, no ensino de história, que auxiliem o estagiário a repensar a sua prática pedagógica.

Estruturalmente, o curso de Prática de Ensino em História tem sido elaborado tentando enfrentar a dicotomia teórico-prática. Os dois momentos – aulas semanais e estágio supervisionado – constituem modalidades da prática pedagógica. Atividades paralelas e complementares objetivam a conscientização e atuação do educador, através de sua compreensão da realidade educacional brasileira, de forma a apreendê-la na sua complexidade para uma atuação consciente e transformadora. O estágio é, portanto, pensado como um espaço de observação, participação e

socialização de experiências entre o aluno estagiário e o profissional de história, assim como dos demais educadores da unidade escolar e instituições em que se realiza o estágio.

O estágio é, pois, entendido como um espaço de reflexão no enfrentamento da dicotomia teoria e prática, discurso e ação. Espaço de reelaboração dos conhecimentos trabalhados ao longo do curso. Momento da tentativa da articulação dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais com a realidade do aluno. Estágio entendido como um trabalho alternativo, como adequação dos procedimentos metodológicos propostos e discutidos na disciplina Prática de Ensino.

O estágio em Prática de Ensino em História, período noturno, é realizado, principalmente, nas escolas públicas do ensino fundamental e médio; em escolas particulares e em instituições oficiais ou particulares que desenvolvam atividades e/ou debates sobre práticas educativas. O estágio supervisionado processa-se em três modalidades: observação, participação e regência, num total de 300 horas, 150 horas para cada semestre, no mínimo. Para as duas primeiras modalidades, uma gama de opções é oferecida.

Um plano de estágio é solicitado ao estagiário, que o elabora a partir do conhecimento da legislação oficial e da relação das escolas e instituições credenciadas ou conveniadas com a PUCSP. Após definir suas escolhas, o aluno-estagiário reinicia o



Visita monitorada aos alunos de História da PUCSP, 2001.



Visita monitorada aos alunos de História da PUCSP, 2001.

levantamento de dados para as possibilidades de atuação. A tentativa é que o licenciando desempenhe suas atividades com intenções definidas ou integradas por propósitos pessoais. O plano de estágio pode ser individual ou em duplas que estagiarão na mesma unidade escolar ou instituição.

O estágio no MAE

O MAE, através da Divisão de Difusão Cultural, vem oferecendo, há vários anos, estágios aos alunos da disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em História I e II, período noturno do curso de licenciatura da PUCSP. São oferecidas quatro ou cinco vagas anuais, devendo os interessados cumprir, no mínimo, sessenta horas de atividades junto ao MAE.

Segundo o documento da DDC-MAE para 2002, os principais objetivos são: possibilitar ao estagiário conhecer a ação educativa em museus; vivenciar e discutir a prática educativa desenvolvida no MAE; tomar conhecimento dos conceitos arqueológicos, etnográficos e museológicos relacionados à Exposição de Longa Duração “Formas de Humanidade”; analisar recursos pedagógicos elaborados pela DDC/MAE; instrumentalizar os estagiários, futuros professores de História, para a elaboração de visitas orientadas para alunos do

ensino fundamental e médio.

Atualmente, as atividades, a serem desenvolvidas durante o estágio, incluem: leituras e discussão sobre Arqueologia, Etnologia, Museologia e Educação em Museus; participação do trabalho de formação para professores que queiram trazer seus alunos ao MAE e receberem visita monitorada; participação do treinamento de professores que queiram se utilizar de “kit” pedagógico emprestado pelo MAE a professores

da rede pública e particular; assistir monitorias na exposição “Formas de Humanidade”; análise escrita e discussão sobre os recursos pedagógicos utilizados e elaborados pela DDC;¹ elaboração e apresentação de um planejamento de visita orientada ao MAE para os alunos do ensino fundamental ou médio; reuniões de estagiários e educadores do MAE para discussão das atividades em andamento e para avaliação do estágio, esta a ser entregue por escrito.

A metodologia, desenvolvida nas atividades, é explicitada no processo de trabalho e articulada com as leituras de textos que argumentam e discutem os conceitos básicos que a sustentam. Há orientações detalhadas para o planejamento de visitas, assim como para a análise dos guias temáticos. A elaboração do planejamento de uma visita orientada ao MAE, segundo um tema escolhido pelo estagiário, propicia um momento de reflexão sobre as dimensões pedagógicas do seu trabalho e a proposta educativa do museu, assim como sobre a prática do estagiário, articulando conceitos e procedimentos, discurso e ação.

Ao longo do tempo em que trabalhamos juntos, diversificaram-se as atividades desenvolvi-

(1) Como, por exemplo, o *Guia Temático para professores: Origens e Expansão das Sociedades Indígenas, África: Culturas e Sociedades, Manifestações Sócio-Culturais Indígenas e Mediterrâneo – Grécia e Roma.*

das, assim como o número e o tipo de leituras sugeridas, refletindo o caminhar dos educadores da atual Divisão de Difusão Cultural, núcleo de profissionais ligados ao Setor Educativo, quando iniciamos a parceria, no final dos anos oitenta. Houve períodos em que os estagiários atendiam às solicitações das escolas estaduais, desenvolvendo, nas mesmas, o trabalho pedagógico com o “kit” composto por peças selecionadas do acervo pelos próprios educadores do MAE. Por outro lado, a análise dos Guias foi incorporada mais recentemente, quando da sua publicação.

Ao longo do período, variou o número de vagas oferecidas e o período do estágio. Começamos com seis alunos que estagiavam nos dois semestres letivos. Entretanto, por motivos vários, seja por parte do museu, como pelas dificuldades por parte dos alunos, (indisponibilidade de horário, uma vez que trabalham nos dois períodos, ou desempregados sem condições monetárias para arcar com transporte e material) houve anos em que o número de estagiários diminuiu, mantendo-se, entretanto, uma média de três estagiários por ano, num total de quarenta e cinco, incluindo os três alunos de 2002. Do total de alunos que estagiaram no MAE, apenas dois não completaram o estágio.

Paralelamente às atividades relatadas, os estagiários no MAE, como os demais alunos da disciplina, freqüentaram os variados cursos ministrados pelos educadores do museu. Ao longo dos anos, mantivemos com *todos* os alunos matriculados na disciplina, uma visita monitorada, *in loco*, ao MAE. No período em que houve uma reestruturação do acervo e das atuais instalações, a educadora Judith Mader Elazari, na própria PUCSP, desenvolveu, com o referido “kit” o trabalho pedagógico com os alunos. Quando o estágio era anual, os próprios alunos, que estagiavam no MAE, conduziam a visita. Muitas vezes, após esta visita, os alunos, já professores, participavam do treinamento, realizado pelo museu, para



Visita monitorada aos alunos de História da PUCSP, 1999.

trabalharem com o “kit”, oferecido pelo MAE, nas suas respectivas unidades escolares.

Até hoje é expressivo o número de ex-alunos que incorporaram as visitas monitoradas em sua prática pedagógica, como registra a agenda do próprio museu. Registramos, também, entre os estagiários do MAE, um grande interesse pela continuação dos estudos e pesquisa arqueológica, tendo alguns ingressado na Pós-graduação em Arqueologia, como, por exemplo, o aluno Charles Bonetti, que concluiu o mestrado, e é, atualmente, doutorando nesta área.

Avaliações dos alunos²

A avaliação é variada, procurando abarcar todas as atividades desenvolvidas. Aborda desde a estrutura do estágio, horas atribuídas às atividades, natureza e condução dos debates sobre os autores e temas selecionados. Há questionamentos e sugestões para melhor aproveitamento e participação, como se evidencia no depoimento que se segue, realizado logo no início dos estágios: “Acho necessário salientar a importância de uma consistência programática no trabalho com os estagiários,

(2) As avaliações foram retiradas tanto dos relatórios finais de estágio como da avaliação sobre o estágio no MAE, entregues no próprio Museu.

que *articule* as necessidades e interesses de ambas as partes.” (Celso Aparecido Siracusa 1989). Há também sugestões bem pontuais como, por exemplo, a da possibilidade de participação do estagiário em dois cursos organizados pelo MAE, ministrados, porém, por educadores distintos, de forma que os estagiários pudessem perceber a prática de cada um, identificar seus conceitos e “sensibilidade diante do assunto”. A participação em visitas monitoradas, diferenciadas na temática e monitor, seria aconselhável para que não se tornasse cansativa e possibilitasse observar como os conceitos podem ser trabalhados com diferentes temáticas e abordagens.

Com relação aos professores que fazem treinamento para levar seus alunos a visitar o MAE com monitoria, um estagiário sugeriu que poderia haver uma forma de pagamento das inscrições, através de folheto bancário, nas quais apostilas estariam inclusas. Elas são fundamentais para os acompanhamentos dos cursos ministrados pelos educadores do museu. (Lúcio Benedito da Silva 2001).

Paralelamente aos questionamentos e sugestões, evidenciam-se os ganhos: “A visita [dos alunos] da PUC, a meu ver, foi a síntese do meu estágio no Serviço Educativo do museu. Esta e, é claro, toda a sua preparação, beneficiaram minha relação com a ciência histórica. (Mônica Monteiro Schroeder 1989).

Por outro lado, afirmam que o “que foi desenvolvido durante o estágio tornou a educação

Patrimonial e Museológica um assunto mais acessível e ricamente explorável aos estagiários (futuros educadores), possibilitando o início de uma nova proposta de trabalho nessa linha” (Fernanda Maria da Silva 1997). Isto porque, na visão de outra aluna, “não só atingiram os objetivos propostos, como também abriram-se novos horizontes acadêmicos, para a minha pessoa. Das várias instituições que conheci, no sentido de divisão cultural, esta do MAE surpreende” (Marcos Marsulo 1997).

Para outra aluna, “o curso [A relação entre Museu e Escola] pode propiciar ao futuro professor a possibilidade de conhecer a perspectiva da educação não-formal desenvolvida na área de museus.(...) e tivemos a chance de praticar o que aprendemos no curso, com alunos que visitaram a exposição ‘Formas de Humanidade’, através do acompanhamento às monitorias”. (Lisangela Guedes da Silva 1998). O reconhecimento do museu “como território alternativo de aprendizagem e reflexão” foi explorado por outro aluno, que conclui: “Em um mundo onde o desinteresse pela leitura, estimulado pela TV, é um fato, o MAE vem mostrar outro tipo de leitura, a leitura não verbal, ou seja, uma nova maneira de perceber e refletir o mundo, partindo dos próprios objetos” (Paulo de Tarso Zeminia 1998).

As visitas monitoradas, no entendimento de outro estagiário, possibilitaram “aprender como o professor pode explorar o potencial, informativo e documental dos objetos materiais, ao instigar o aluno a interagir com a exposição através de perguntas problematizadoras, isto é, que lhe permitam refletir sobre a relação entre objetos, espaço expositivo e tema da exposição”. (Alexandre Pianelli Godoy 2000).

“A experiência de estágio num Museu era inimaginável para nós, até iniciarmos o curso de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em História (...) Se a Arqueologia e a Etnologia



Visita monitorada aos alunos de História da PUCSP, 2000.

são ciências pouco divulgadas e analisadas no meio acadêmico, como tornar possível o diálogo dessas ciências na sala de aula? O cuidado inicial do processo de estágio no MAE foi brilhante neste sentido pois, como éramos leigos em matéria de museus, eles nos ajudaram a começar do começo, ou seja, discutindo e construindo todos os conceitos utilizados para estruturar o museu e, principalmente, o conceito do que é um museu, como ambiente específico, que por estar disposto a mostrar-se, tem uma intencionalidade na sua existência e na sua função.” (Alexandre P. Godoy, Juliana Pádua Melo Alkmin e Lívia Helena Camilli Mattos 2000).

Quanto ao material pedagógico, elaborado pelos educadores do MAE e usado no estágio, “é claro e ajuda na aprendizagem do aluno. O motivo pelo qual gostei é que todos os textos explicam conceitos e ensinam como trabalhar os temas dos museus com alunos de diversas séries.” (...) Gostei muito da reunião realizada para discutir os guias, assim como o texto do Zaballa. Nesta, ainda nos foi possível participar e opinar sobre assuntos internos do museu, onde, durante a tarde, a discussão acabou envolvendo, também, problemas de disciplina de alunos, durante as visitas monitoradas, e uma possível expansão no horário de funcionamento do museu.” (Maurício Renso Zimiani 2001).

Outra aluna destaca a natureza do estágio no MAE. Segundo ela, “o que faz o diferencial nesse tipo de estágio é poder conhecer e compreender a importância desse tipo de espaço no processo de ensino aprendizagem. A partir do momento em que o conhecemos e compreendemos, é necessário que saibamos como utilizar esse espaço de maneira que ele não seja apenas uma ilustração de um tema ou de um assunto.(...) Além de estudos sobre os espaços museológicos, o estágio também conseguiu esclarecer e informar, de forma muito fácil, como estudar, em sala de aula, os patrimônios históricos, trabalhando com a educação patrimonial. O estágio facilitou meu entendimento em relação a muitos assuntos abordados em sala de aula, com a professora Helenice, como, por exemplo, as habilidades que podem ser exploradas com os alunos.” (Débora Cristina Vieira 2001).

Interessante a avaliação de um estagiário, funcionário do Museu de Arte Contemporânea da USP, que, pela sua vivência, captou um ponto crucial no trabalho desenvolvido: “a proposta de

estágio em museu vem, paulatinamente, quebrar um ranço ‘secular’ da visão de Museu como acervo de curiosidades, de coisa velha, do Museu como mero ilustrador do que se discute em sala de aula. Os Museus, mesmo ainda que sejam Instituições em sua maioria ligadas às universidades, têm pouca inserção direta e efetiva junto à comunidade.

Portanto, a proposta de estágio em museu, no meu modo de ver, deveria ser apresentada aos alunos ‘prováveis’ interessados como um campo de múltiplas possibilidades em relação ao ensino e pesquisa, um espaço de estudo, um espaço vivo.”

Especificamente quanto ao estágio desenvolvido no MAE, considera que uma das partes mais interessantes são os cursos oferecidos aos professores da rede pública e particular. Por outro lado, “as visitas monitoradas desenvolvem um trabalho excelente e só é possível avaliá-lo verificando os dois lados: Museu e Escola e Escola e Museu. No caso do Museu, a preocupação é de que o aluno saia com a ‘compreensão da diversidade sócio-cultural; o respeito às diferentes abordagens patrimoniais’. No tocante à Escola, há uma gama diferenciada de participação, das mais preparadas até aquelas em que a preparação pouco ajudará a inserção dos alunos no espaço do Museu. Entendo que deveria deixar claro que a condução ‘disciplinar’ dos alunos, no espaço, é responsabilidade do professor.” (Lúcio Benedito da Silva 2001).

Considerações finais

Espero que os depoimentos dos alunos expressem o significado do estágio : um momento de síntese do estudo e das discussões realizadas no bacharelado e na licenciatura, momento significativo para a articulação dos temas debatidos no curso de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado. Momento, portanto, de socialização de experiências, questionamentos e vivências norteadoras para a vida profissional, espaço de reflexão para o amadurecimento das opções de princípios e práticas. Momento de *lucidez*, no sentido que lhe dá Castoriades, um trabalho pelo qual os homens tentam pensar o que fazem e saber o que pensam (Castoriades 1982). A voz dos próprios agentes do processo, desenvolvido em parceria com o MAE, evidencia a razão de sua permanência no curso.

CIAMPI, H. Stage experiment at MAE: reports and case studies. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 205-217, 2002.

ABSTRACT: The article reports a working experiment with students of History at PUCSP (Pontifical Catholic University in São Paulo) and at the Cultural Diffusion Division of the Museum of Archaeology and Ethnology at São Paulo University. It contextualizes the beginning of this partnership by matching the area concerns and its course and traineeship. It tries to rebuild 14 years of work, clarifying objectives, methodology, evaluation and the meaning of this stage to the graduates' development.

The aim of the course as well as of the stage is to create the most suitable ways to stimulate the reflection about the pedagogical practice, in a critical relationship with the produced knowledge; to develop enough competence for a critical analysis of the sources; and to enlarge the dimension of the material documents used as source.

The methodology used in the course as well as in the stage tries to establish a dialogue with the sources and to explore the MAE's archaeological documentation as a starting point to the discussion of the concepts in the area of human sciences.

UNITERMS: History – Cultures – Traineeship – Teaching.

Referências bibliográficas

- CABRINI, C. *et al.*
1986 *Ensino de história: revisão urgente*. São Paulo: Brasiliense.
2000 *Ensino de história- revisão urgente*. São Paulo: INEP/EDUC.
- CASTORIADES, C.
1982 *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CIAMPI, H.
2000 *A história pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas*. São Paulo: Educ/Fapesp.
- 2000 *A história no centro do debate: as propostas de renovação do ensino de História nas décadas de setenta e oitenta*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora.
- HIRATA, E.F.V.
1985 Relato das experiências educacionais do MAE: 1981-1982. *DÉDALO*, Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, São Paulo, 24: 11-22.
- SANTOS, J.F.
1985 *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense.

Recebido para publicação em 15 de abril de 2002.

Estudos de Curadoria

BONECAS KARAJÁ. APENAS UM BRINQUEDO?

*Sandra Lacerda Campos**

CAMPOS, S.L. Bonecas Karajá: apenas um brinquedo? *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 12: 233-248, 2002.*

RESUMO: Este artigo apresenta as primeiras reflexões sobre a função das bonecas Karajá, partindo da hipótese de que elas sejam mais do que um brinquedo e que a pintura e os adereços presentes nessa produção artesanal representam diferentes aspectos da organização cultural simbolizando os diversos planos da cosmologia desse grupo.

UNITERMOS: Bonecas – Artefato – Pintura corporal – Cosmologia – Cultura material.

Introdução

O grupo indígena Karajá é o único no Brasil a produzir as bonecas cerâmicas, que sempre foram referenciadas como brinquedos. Testar a hipótese de que a função dessas figuras transcende o simples ato de brincar vem sendo a proposta deste estudo que se inicia, tomando como referência as coleções do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

Venho procedendo ao levantamento de um repertório dos motivos gráficos, da pintura, das incisões e dos adereços presentes nas bonecas, associando-o aos motivos impressos na pintura corporal dos indígenas Karajá, buscando compreender a representação simbólica dos vários planos da cosmologia dessa cultura e de que forma ela é transmitida às crianças através desse artefato.

O ato de brincar é uma atividade lúdica que envolve mistérios e magias no universo infantil. No contexto de mundo Karajá, as pequenas figuras

acabam por cumprir uma função pedagógica, transmitindo para as crianças os elementos do mundo natural e do sobrenatural. Ao mesmo tempo em que divertem, ensinam preparando a passagem do mundo infantil para o mundo adulto.

As culturas indígenas nos Museus

Os povos indígenas brasileiros têm sido alvo de interesse e investigação de estudiosos desde os primeiros momentos da conquista portuguesa no século XVI, quando vários grupos foram localizados dando início aos contatos com a cultura ocidental. Entre o século XVII até meados do XIX, várias expedições foram enviadas ao Brasil, que recebeu a visita de muitos naturalistas estrangeiros, cronistas, viajantes, aventureiros..., com a intenção de explorar um mundo recém-descoberto, que despontava para a possibilidade de ingresso na rota de expansão comercial européia.

No processo de colonização, a esperança de enriquecimento se concretizou através da exploração de metais preciosos, especiarias, terras e escravos indígenas, sendo que, essas investidas

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Laboratório de Etnologia do Serviço de Curadoria.

colonizadoras, assim como os resultados das expedições, ficaram registrados na literatura e no colecionamento de artefatos.

Além da fauna e da flora que chamavam a atenção pela abundante diversidade, muitas populações aqui encontradas foram descritas e ilustradas em relatos de viagens, monografias, expedições científicas, artigos etnográficos, entre os séculos XVII e XIX, tendo como resultados os quadros de Heckhout pintados quando veio ao Brasil em 1637 e 1644 como membro da comitiva do Príncipe Maurício de Nassau, mais tarde, entre 1816 e 1831, os registros de Debret sobre aspectos considerados pitorescos, com a vinda da Missão Francesa, em 1821, as ilustrações de Rugendas quando acompanhou a expedição científica do Barão de von Langsdorff, entre vários outros que desejavam perpetuar de alguma forma as imagens das novas terras. O século XX traz um facilitador para tais registros, o desenvolvimento da técnica fotográfica, que ampliou consideravelmente a quantidade de imagens da diversidade brasileira.

Foram coletadas centenas de espécies de plantas, insetos, animais que eram taxidermizados para melhor conservação e grande quantidade de artefatos confeccionados pelos 'índios do Brasil' que eram expostos nos museus europeus, como coleções exóticas privilegiadas.

Embora houvesse uma generalização, como se os índios pertencessem a uma única etnia, nos relatos enviados por volta de 1684 pelos primeiros exploradores da terra maravilhosa, os Karajá já eram citados desde a primeira expedição de caça aos índios, comandada pelo bandeirante Antonio Pires Campos, como afirma Ehrenreich, em 1888, quando percorreu o Araguaia.

A partir de então, vários outros contatos foram registrados havendo a coleta de peças da produção material do grupo, de vocabulário lingüístico, de mitos e de outros traços representativos desses povos. Os mitos e os vocabulários coletados foram sendo registrados em relatórios, monografias e publicações que davam destaque aos relatos etnográficos. Os artefatos foram sendo armazenados e expostos em museus estrangeiros, que ampliavam seu interesse em colecionar objetos representativos de culturas diversas e vistas como inusitadas.

Com um interesse cada vez maior em difundir seus acervos, essas instituições transformaram-se nos principais agentes financiadores que

forneciam subsídios e suportes para a organização das expedições que vinham ao Brasil, com o objetivo de formar e ampliar suas coleções sistemáticas.

Segundo Campos (1996), 'os maiores testemunhos das expedições exploradoras creditam-se aos museus europeus, que difundiam a cultura da curiosidade expondo objetos produzidos por povos considerados exóticos'

Com isso, podemos afirmar que os museus contribuíram, e continuam contribuindo em muito, para o desenvolvimento de estudos de etnologia brasileira, por possuírem e conservarem em seus acervos itens da cultural material produzidos no período de colonização portuguesa, de grupos que já foram extintos, dos que perderam muitas das técnicas de confecção e dos que ainda resistem mantendo suas tradições, nos fornecendo subsídios de análise sobre as interferências decorrentes dos contatos, enquanto elemento gerador de mudanças.

Assim como as sociedades passam por processos dinâmicos de transformação de acordo com as contingências históricas, os museus também foram transformando as suas formas de atuação. Entre os séculos XVII e XVIII, os museus europeus que atuavam como gabinete de curiosidades, expondo sem muitos critérios tudo o que era considerado inusitado, foram incorporando uma visão historicista e se transformando em museus de história natural. Inaugurava-se um momento em que se manifestava uma preocupação classificatória que favoreceu tanto no aspecto de ordenação das coleções a serem expostas, quanto na criação de uma sistemática de coleta dos materiais associada ao contexto de sua produção, estabelecendo, assim, a necessidade de uma documentação criteriosa acerca dos objetos.

Esse foi um passo decisivo para a atuação dos museus que foram substituindo, ao largo de suas experiências, a curiosidade – que dava margem à criação de imagens fantásticas e distorcidas da realidade – pela investigação científica, a partir da elaboração de métodos sistemáticos de análise e coleta tanto de objetos, quanto de informação relativa a esses e a seu contexto de coleta.

Intensificam-se, assim, as pesquisas sobre a cultura material dos povos indígenas brasileiros, a coleta e a formação de coleção em instituições nacionais e estrangeiras, cabendo observar que essas instituições etnográficas encontram-se hoje em outro momento, tendo como escopo as investigações de caráter antropológico.

Observando mais atentamente as diversas coleções formadas em museus ao longo de nossa história, fica impossível desprezar o potencial de pesquisa nelas contido, sendo que os estudos de cultura material trazem subsídios teóricos e metodológicos para a análise dos artefatos indígenas, pois na morfologia do objeto repousa a caracterização dos traços culturais do grupo que o manufaturou. Será nesse contexto, que parte da produção cerâmica do grupo Karajá, em especial das bonecas, merecerá nossa atenção.

Quando trabalhamos com artefatos de museus, constatamos que os estudos de cultura material proporcionam subsídios para a análise de elementos tangíveis dos objetos, através de seus aspectos formais, tecnológicos e funcionais. No entanto, apoiada nas bases teóricas da Antropologia, esta abordagem pode ser ampliada com a análise dos aspectos intangíveis buscando compreender os significados simbólicos que envolvem os objetos, favorecendo, com isso, a construção da etnografia de uma determinada etnia.

Esta proposta pode reforçar a discussão acerca da Cultura Material, alentando a idéia de que os artefatos reservam informações que vão além de sua materialidade, ou seja, do estudo das tecnologias, emprego de matéria prima, morfologia, função e que, por sua vez, refletem o sistema cultural que os produziu.

Considerações sobre os Karajá

Ehrenreich (1888), Krause (1908), Taveira (1982), Toral (1992), Hartman (1998), entre outros que mencionaram os Karajá em seus estudos, registram que historicamente o grupo vem ocupando regiões às margens do rio Araguaia que atravessa os estados de Goiás e Mato Grosso, com uma grande concentração de aldeamentos na Ilha do Bananal – GO. Ocupantes da região centro-oeste do Brasil, seu principal aldeamento fica em Santa Isabel do Morro e seus moradores estão em contato constante com a população local, principalmente com a de São Félix do Araguaia – MT.

Os primeiros registros oficiais sobre o contato com o grupo datam de 1684, por ocasião da expedição bandeirante comandada por Antonio Pires Campos, em busca das minas auríferas

próximas ao Araguaia. De uma população estimada em 10 mil habitantes, vários foram escravizados e enviados a São Paulo. Fato que se repetiu em 1740 e 1750, em uma segunda caça de escravos efetuada pelo filho do citado bandeirante. Só a partir de 1775 é que se deu início às relações pacíficas com os Karajá, pois a região por eles habitada era de interesse estratégico para o comércio fluvial. Nesse período, o grupo estava reduzido a pouco mais de 1500 indivíduos.

O primeiro trabalho sistemático foi publicado em 1888 por Paul Ehrenreich, antropólogo alemão que se interessava por coletar material para seus estudos de classificação dos povos indígenas; dentre vários grupos indígenas do Brasil menciona os Karajá salientando a produção das bonecas cerâmicas. No entanto, a primeira monografia sobre os Karajá veio a público em 1908, de autoria de Fritz Krause, antropólogo alemão interessado nas populações indígenas nas proximidades do rio Araguaia.

Devido à importância desses trabalhos, eles continuam servindo de referência para os estudiosos desses povos.

Os grupos Karajá pertencem a uma nação de língua macro-jê, distribuídos por algumas aldeias em Goiás e Mato Grosso, principalmente na Ilha do Bananal na região centro-oeste do Brasil. Produzem uma rica e diversificada cultura material que não se reduz apenas à confecção das bonecas, mas a uma variada arte plumária, artefatos em cestaria, madeira, contas e sementes além de utensílios em cerâmica, que também reproduzem vários dos motivos gráficos impressos nas bonecas e na pintura corporal.

São grupos que habitam uma área cortada pelo rio Araguaia, sendo esta uma região estratégica para as rotas de comércio desde o século XVIII (Mapa). Em consequência à utilização do sistema fluvial Araguaia-Tocantins, os Karajá estiveram em contato direto com populações de cultura ibérica desde a época da colonização, estabelecendo até hoje relações comerciais com as populações locais. Por essa influência, o trabalho artesanal Karajá é comercializado tanto interna como externamente, sendo esta sua principal ocupação econômica.

A produção artesanal é uma das grandes características do grupo. Rica em variedade e utilização de matéria prima, como as esteiras de fibras, os remos e arcos de madeira, os toucados e diademas plumários, os típicos braceletes de

cordão de algodão, entre outros. No entanto, o grande destaque se dá para a produção das bonecas de argila, ressaltada por Herbert Baldus (1936), como “uma espécie de figura de barro, cujo estilo não se vê imitado ou repetido em outra parte do Brasil, nem em parte alguma do mundo” E por influência da constância dos contatos, vêm sofrendo transformações evidentes em sua tipologia e em seus padrões de confecção.

Considerações sobre os estudos de Cultura Material

Com o intuito de desenvolver um trabalho em que a cerâmica seja inserida em hipóteses de cunho teórico-metodológico no campo da etnologia, partimos do princípio norteado por Berta Ribeiro (1985:14) de que “a cultura material constitui o único indicador seguro do desenvolvimento tecnológico de um grupo humano”, a qual completa que “para o etnólogo, o artefato informa sobre os padrões de comportamento dos participantes de uma sociedade, sua adaptação ecológica e os meios de subsistência (...). Para alcançar essa compreensão cabe estudar o artefato no contexto a que pertence”.

Em relação às bonecas, pelo fato de ter sido atribuído o conceito ocidental de ‘bonecas’ definido como brinquedo de menina que imita uma forma humana, não despertou muito interesse aos estudiosos em investigar seu significado enquanto arte figurativa ou estatuária, que além de profundas preocupações estéticas, concilia traços de representações de ordem histórica, social e cultural.

Com o levantamento topográfico das coleções e o agrupamento de todas as informações documentais existentes sobre cada peça, pretende-se investigar o conteúdo simbólico dos artefatos e em que medida focaliza a estrutura social, a vida ritual e a cosmologia da cultura Karajá, inserido no contexto mais geral da organização dos grupos Jê, ao qual pertencem.

A partir dessa preocupação, daremos ênfase às reflexões sobre arte indígena, considerando o grafismo, os adornos, a plumária etc., enquanto um sistema de representação visual que cumpre a função semântica de ordenação e comunicação de códigos culturais.

Considerações sobre as coleções

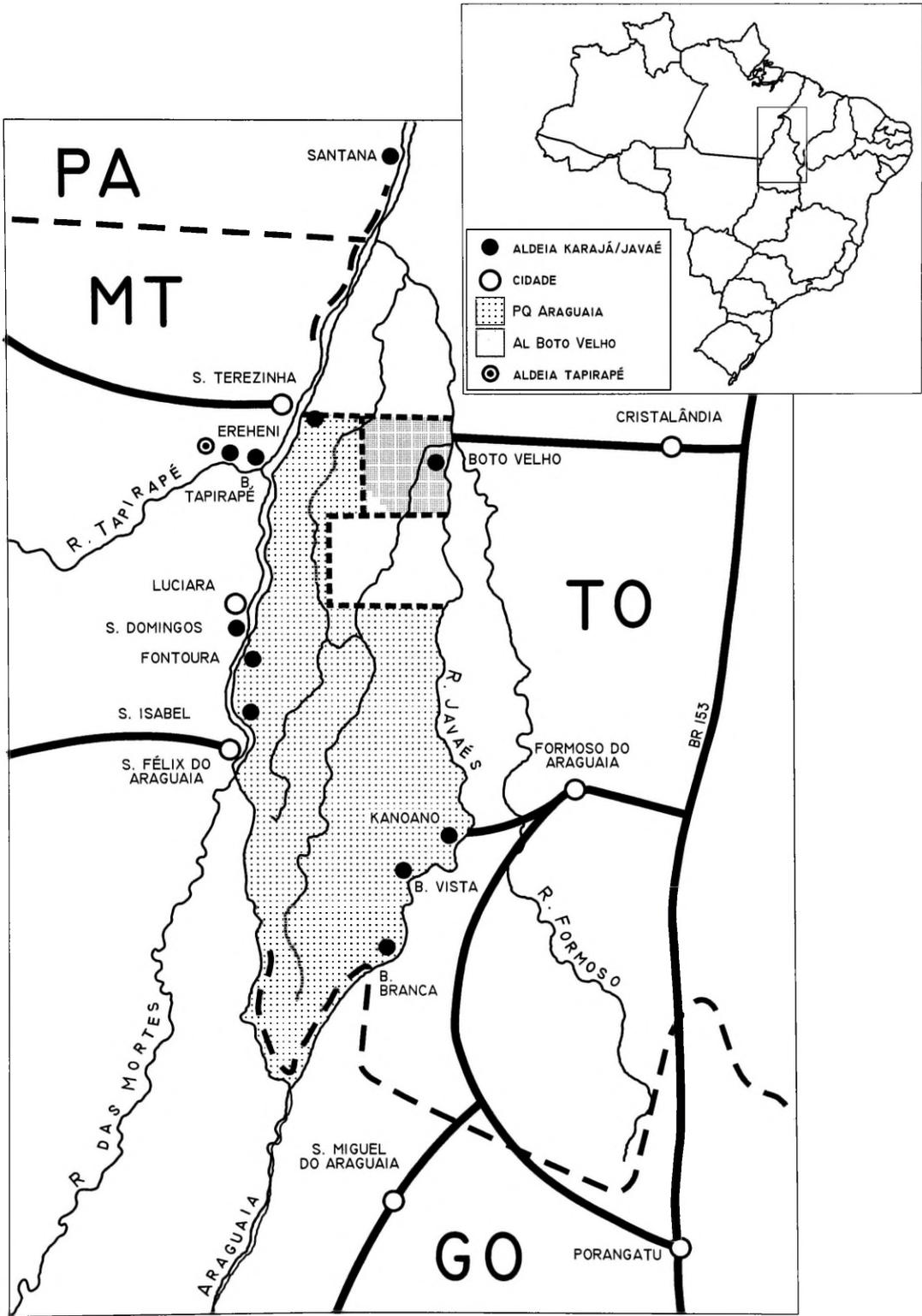
Castro Faria (1959) registra que os exemplares mais antigos pertencem à coleção do Museu Nacional do Rio de Janeiro, coletados pelo bispo de Goiás por volta de 1870, por Ehrenreich em 1891, Krause em 1911, Snethlage em 1927, Fleury em 1939 e Lipkind em 1939. E como coleção moderna – a partir de 1940 – pode ser considerada a que Darcy Ribeiro, enquanto chefe da Seção de Estudos do SPI e diretor do Museu do Índio, formou de maneira sistemática a partir dos anos 50.

A partir de um levantamento topográfico preliminar no acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia / USP, podemos estimar que o conjunto das coleções Karajá é um dos maiores e mais antigos, composto por cerca de quatro mil artefatos. Estes foram coletados em condições e períodos muito distintos, remontando ao início do século XX, havendo indícios de que existam peças coletadas no final do século XIX sendo catalogadas como “índios do Brasil”, pois ainda não se estabelecia uma sistemática de identificação do grupo produtor dos artefatos. Porém, por comparação e similaridade é possível identificá-las como Karajá.

Podemos dizer que a primeira tentativa de normatização do emprego dos nomes das etnias indígenas concretizou-se na década de 1950, com proposta encaminhada pela primeira Reunião da Associação Brasileira de Antropologia e, a partir daí, que muitos grupos tornaram-se mais conhecidos.

“As situações se multiplicaram nesses anos de contato, pesquisa e trabalho indigenista, o que ensejou a sistematização de outros registros dos nomes indígenas por parte de etnólogos, linguistas, instituições governamentais ou particulares. Os trabalhos realizados por Aryon Rodrigues, Herbert Baldus, Darcy Ribeiro, pelo Conselho Indigenista Missionário ou pelo Instituto Sócio Ambiental, entre outros, são importantes no seu campo de estudos e como fontes de referência” (Monteiro, 1988:3-4).

É pertinente lembrar que entre os séculos XVII e XIX, quando se intensificam os contatos com as populações indígenas e a coleta de artefatos, poucas culturas eram conhecidas ou nomeadas, atribuindo-se-lhes a terminologia genérica de “Índios do Brasil”. Nesse período, grande maioria dos artefatos coletados foram sendo armazenados



e expostos em museus estrangeiros, que ampliavam seu interesse em colecionar objetos representativos da cultura de povos 'primitivos', sendo os principais organizadores e financiadores das expedições ao Brasil.

As coleções do MAE/USP

O enfoque de nossa investigação se volta, num primeiro momento, para as coleções antigas oriundas do Museu Paulista e que se encontram atualmente no MAE. Foram coletadas por Hofbauer, em 1904; F. Adam, em 1909; Bandeira Anhanguera, em 1937; Tiede, em 1938/39 (Damy e Hartmann 1986). E a mais moderna, a de Harald Schultz, em 1947 e 48, 1956 e 1960, enquanto coletor do Museu Paulista. Esta última é de grande expressão, pois, por um lado, evidencia claramente as transformações e alterações plásticas dos padrões tradicionais, refletindo as interferências exercidas pelas relações de contato e, por outro, registra a permanência de motivos tradicionais que são mantidos mesmo com a mudança gradativa da forma das bonecas (Figs. 1 e 2).

Segue um breve perfil dessas e de seus coletores, que estão sendo nosso enfoque de investigação, baseado em Hartmann e Damy (1986):

Coleção Hofbauer – apresenta o registro mais antigo, coletada por C.H. Hofbauer, que organizou uma coleção de 140 artefatos coligidos em 1904, no rio Araguaia. Segundo referências, o coletor fizera três viagens ao Araguaia em busca da Hevea na área. Por essa ocasião estabeleceu contato com os Karajá, formando sua coleção.

Coleção Franz Adam – coletada em 1908 e doada ao MUSEU em 1909, perfazendo um total de 118 peças. Natural da Silésia, por estar no Brasil há mais de dez anos e por se dedicar amadoristicamente à coleta de artefatos, foi contratado em 1908 por F. Krauze para acompanhá-lo ao Araguaia.

Coleção Bandeira Anhanguera – um total de 54 peças coletadas pela expedição de mesmo nome à bacia do Araguaia, que buscava a penetração do rio das Mortes. Os responsáveis pela coleta etnográfica eram Darcy Bandeira de Melo e o médico da expedição, Arion Bueno de Oliveira.



Fig. 1 – Boneca antiga, com cabelo de cera. Acervo MAE. Foto Wagner Souza e Silva.



Fig. 2 – Boneca moderna – com braços e pernas em cena cotidiana. Foto Wagner Souza e Silva.

Coleção W. Tiede – Inicialmente esta coleção de 29 peças foi comprada pelo Museu Dom José. Em 1945, com a morte de seu fundador e aficcionado colecionador, o material etnográfico foi transferido para o Museu Paulista, incluindo esta coleção. Natural de Hamburgo, veio para o Brasil em 1933 tornando-se professor secundário na Escola Alemã (atual Porto Seguro). Entre 1938 e 1939, empreendeu com mais dois colegas uma viagem ao Araguaia trazendo na bagagem artefatos Karajá.

Coleção H. Schultz. – Podemos considerar como as primeiras coleções sistemáticas, em que o coletor procurou aplicar critérios de coleta seguindo os métodos de investigação desenvolvidos pela Antropologia.

Coletou entre 1946 e 1960 cerca de 2126 artefatos dos Karajá, formando algumas coleções temáticas, dentre elas a cerâmica, com especial destaque às bonecas.

Natural de Porto Alegre, começou sua carreira de fotógrafo etnográfico em 1944 acompanhando as expedições do Serviço de Proteção ao Índio. Embora não tivesse uma formação acadêmica, sua prática etnológica se desenvolveu, entre outros, com o Marechal Rondon, com Nimuendajú e decisivamente com H. Baldus, fundador da Seção de Etnologia do Museu Paulista em 1946, com quem passou a trabalhar coletando e documentando, através de filmes e fotografias, mais de seis mil artefatos até 1966, quando faleceu.

Segundo levantamento efetuado, constata-se a existência de outras pequenas coletas, não sendo possível classificá-las enquanto coleções. Dentre elas encontram-se artefatos classificados como “índios do Brasil” ou “coleção antiga”, oriunda do núcleo inicial do acervo etnográfico do colecionador particular Major Sertório, com peças coletadas no final do século XIX.

Em uma tentativa de classificação tipológica, para facilitar os estudos de artefatos compreendidos como documentos históricos, artísticos, simbólicos e identificadores étnicos, recolhidos nos acervos dos museus, Berta Ribeiro (1988) criou algumas categorias descritivas. Assim, considera as bonecas Karajá como ‘objetos de barro modelados’, classificados seguindo seu aspecto funcional, como:

a) **cenas do cotidiano**, principalmente a rotina diária: processamento da mandioca (atividade feminina), caça e pesca (atividade masculina) (Fig. 3);



Fig. 3 – *Cena do cotidiano*. Acervo MAE. Foto Freddy Cantoni.

b) **locomoção por terra** (com cestos cargueiros) ou **por água** (com canoas) de pessoas, caça, pesca, produtos agrícolas (Fig. 4);

c) **figura humana cultural** (jovem, adulto, homem, mulher);

d) **figura humana fantástica** (seres bicéfalos, multicéfalos, xifópagos e sobrenaturais antropomorfos) (Fig. 5);

e) **cenas da vida familiar** (casal, mulher grávida, parto);

f) **cenas da vida ritual** (máscaras de aruanã, aplicação da marca tribal, pintura corporal, funeral etc.);

g) **elementos da fauna** (anfíbios, peixes, répteis, aves, mamíferos) (Fig. 6).

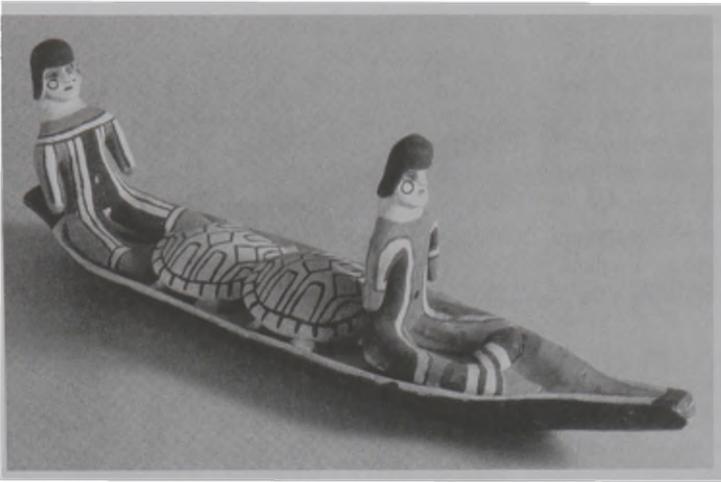


Fig. 4 – locomoção por água. Acervo MAE. Foto Freddy Cantoni.

Fig. 5 – Figura humana fantástica. Acervo MAE. Foto Freddy Cantoni.

As bonecas têm uso lúdico e para comércio. Como se pode observar, entre as categorias criadas, a dimensão simbólica se reduz ao 'fantástico' e 'ritual', sem, contudo, estar esclarecido o que em tais categorias reflete a perspectiva da visão de mundo desse grupo, quando podemos extrair dos aspectos materiais e decorativos do objeto, um significado mais amplo da dimensão simbólica do contexto sócio-cultural Karajá.

Nesse sentido, alguns trabalhos me chamaram especial atenção: os de Lux Vidal, André Toral e Heloisa Fenelon Costa, que apontam para a importância dos estudos da arte indígena como linguagem etnológica.

Diante desse enfoque, julgo primordial retomar a abordagem estruturalista de Levy Strauss, no sentido de fornecer subsídios para uma reflexão teórica sobre arte e etnologia, em especial, a iconografia cerâmica dos Karajá, e do "papel do museu de antropologia como prolongamento do campo" (1975: 418).

A criação das bonecas: Ritxòò

A origem das bonecas Karajá remonta a um passado tão distante, que hoje só conhecemos sua genealogia através do mito transmitido pelas várias gerações, que relata o seguinte:

Antigamente, Karajá era muito pobre, pobre mesmo. Não tinha brinquedo para meninas, não tinha nada.

Uma mulher chamada Wexiru, casada com Ixati, era muito sábia: não tinha





Fig. 6 – Elementos da fauna. Acervo MAE. Foto Freddy Cantoni.

brinquedo para menina, então mulher fez boneca para menina, de cera de abelha. Boneca não servia, era muito mole. Então, mulher fez de barro. Não serviu também, quebrava à-toa. Mulher pensou, pensou muito, para ver se ficava bom. Tirava madeira para tirar cinza: não servia. Depois, tirou outra madeira chamada cega-machado. Aí ficou bom, e durava mais, ficava bom mesmo!

Narração de Arutana, chefe ritual dos Karajá, relatada por Simões (1992).

O relato dá a impressão de que as bonecas de barro não deram certo e somente as de madeira eram confeccionadas. No entanto, podemos constatar que embora ainda existam as esculpidas em madeira, a maior parte das bonecas produzidas continua sendo a de cerâmica. Como forma de solucionar o problema da fragilidade, a partir da década de 1950, elas passam pelo processo de cozimento.

Adquirindo maior resistência, foi possível inserir algumas modificações, como a substituição da antiga cabeleira de cera, aplicada na boneca depois de seca, pela de cerâmica, cozida juntamente com a peça. Com esse processo, há a aplicação de braços, mãos e pernas mais alongadas, ampliando também o repertório figurativo incluindo cenas do cotidiano como a de ralar mandioca, pilar o milho etc., que passaram a ser mais exploradas e mais comercializadas.

O barro é coletado pelo homem e manipulado pelas oleiras que acrescentam as cinzas da madeira cega-machado, queimada durante o preparo das refeições. Fazem pequenas bolas que utilizarão para a modelagem das bonecas, como também para os potes e panelas (Figs. 7, 8, 9, 10). Enquanto as ceramistas confeccionam as bonecas, divertem as crianças e ajudam as meninas no manuseio do barro e no preparo de figurinhas e miniaturas de panelas, associando à diversão, o aprendizado tribal (Fig. 11).

A modelagem das figuras é feita a partir de uma bola de barro previamente preparada, na qual, a oleira, com os dedos umedecidos, vai aos poucos dando forma à boneca. Posteriormente acrescenta a cabeça, os braços e os adereços. As figuras sempre representam cenas do ciclo da vida cotidiana dos Karajá, como a representação de mulheres pilando, ralando mandioca, homens em canoas, miniatura de animais, figuras mitológicas, entre outras. Para aplicar no rosto a marca tribal (*omarury*), utilizam alfinetes, pedaços apontados de bambu ou qualquer material pontiagudo que estiver disponível.

Depois de prontas, as peças são colocadas para secar ao sol e quando estão quase secas são levadas para a queima que dura cerca de duas horas. Terminado o cozimento elas passam a ser decoradas com urucum ou argila vermelha e os detalhes em preto, com a casca de uma árvore conhecida em Goiás como komatê, macerada e misturada à fuligem retirada das panelas.



Fig. 7 – Preparo da matéria prima. Foto M. F. Simões.



Fig. 8 – Preparo da matéria prima. Foto M. F. Simões.



Fig. 9 – Oleira com criança, adicionando os detalhes nas bonecas. Foto M. F. Simões.



Fig. 10 – Processo de queima. Foto M. F. Simões.



Fig. 11 – Pintura e colocação de adereços. Foto M. F. Simões.

São aplicados às bonecas os padrões ornamentais, que seguem os mesmos utilizados na pintura corporal, como forma de representação do ciclo de vida, traduzindo o lugar que cada indivíduo ocupa na sociedade Karajá. Alguns padrões simbolizam formas da natureza como o desenho das costas do tracajá, da cascavel, do urubu-rei, as asas do morcego, entre inumeráveis motivos (Figs. 12, 13, 14).

Considerações finais

A partir destas primeiras reflexões, que partem da hipótese de que as bonecas simbolizam os diferentes aspectos da organização cultural e os diversos planos da cosmologia Karajá, não podemos descartar o fato de que, toda manifestação humana é produto de uma ação sobre a realidade e se expressa de maneira simbólica, se tivermos como pressuposto que toda linguagem, seja ela verbal ou não, se baseia num encadeamento articulado de símbolos.

O grupo ou indivíduo que produz essa manifestação procura representar, em última instância, sua imagem do real, sua visão de mundo e, conseqüentemente, a posição que ocupa dentro dele. Mas, tal manifestação cosmológica não pode ser compreendida em sua totalidade, se for vista somente no momento de sua materialização como obra acabada. Essa realidade, matéria prima de suas produções, nada mais é do que seu dia a dia.

Podemos compreender, primeiramente, que toda produção cultural é fruto de uma elaboração e atuação sobre essa realidade, isto é, dada em função de um processo histórico e, portanto, de um posicionamento dentro e diante dele por parte dos próprios agentes que as fazem: cultura e história. Desse modo, o cotidiano de um grupo é parte integrante de sua cultura e se reflete em suas formas de atuação tanto material, quanto simbólica.

E ainda, que a natureza polissemântica dos objetos registra as mudanças e/ou permanências nas formas e padrões representados na arte figurativa. A partir daí, discutir as questões relativas à etnicidade através da pintura corporal e do grafismo presente nos artefatos, como códigos que

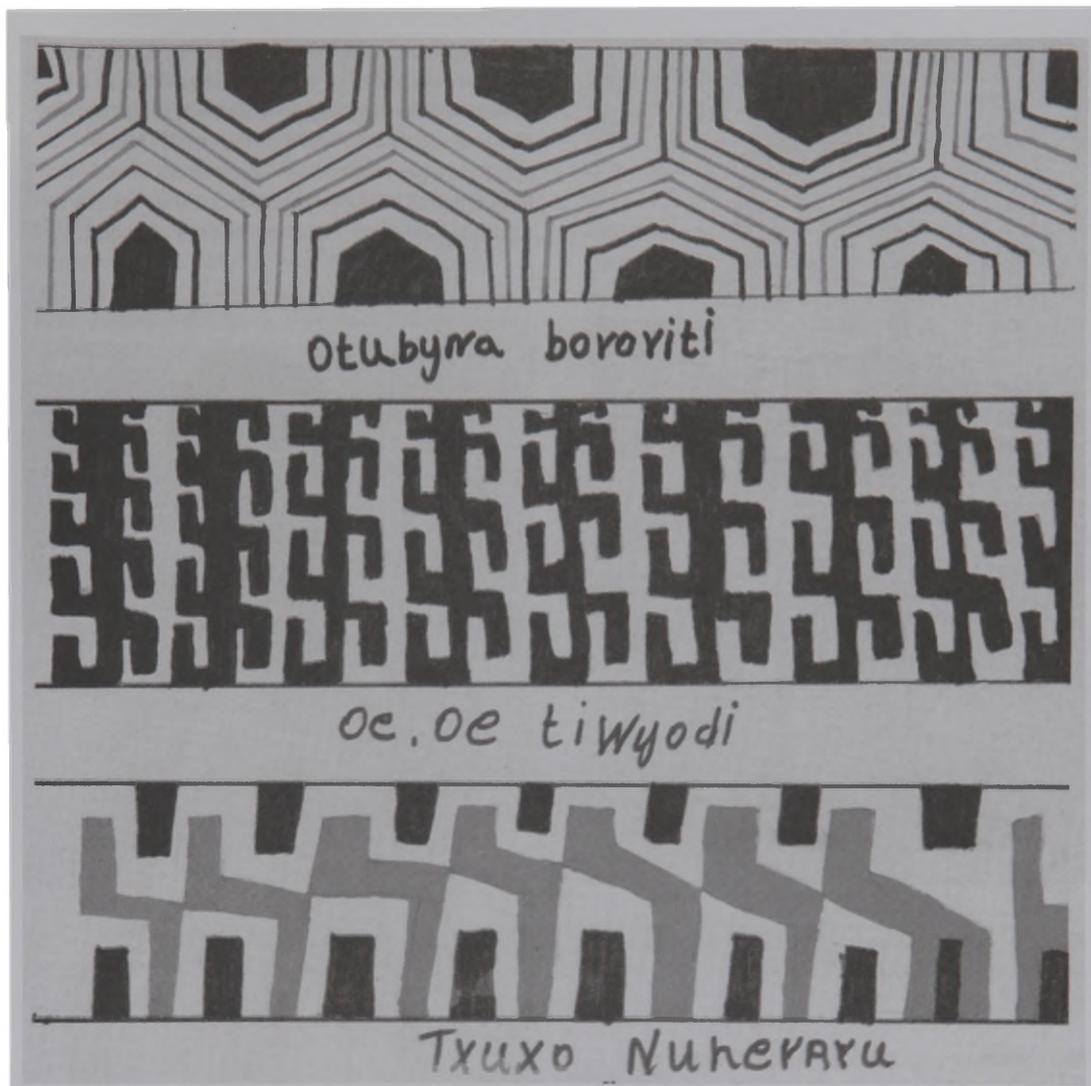


Fig. 12 – Alguns motivos tradicionais: a) casco de jaboti; b) gavião; c) rabo de quati. Ilustração Luiz Pereira Kurikalá Karajá.

traduzem o sistema cultural dos Karajá e das interferências ocorridas com os contatos com a sociedade global. Tal discussão traduz-se no objetivo geral deste estudo que é o de situar a relação entre tecnologia, arte e cultura, a fim de contribuir com algumas bases teóricas sobre a questão da organização social de populações indígenas

A proposta desta pesquisa é a de identificar e compreender as formas de organização do universo mágico-simbólico no contexto sócio-cultural Karajá. Verificar como elas se materializam sob a forma de

atributos culturais nas bonecas cerâmicas através da tatuagem tribal, da pintura corporal, dos adornos etc., e por que e com que objetivo existe tradicionalmente uma intensa produção desses artefatos.

A partir das evidências formais a serem obtidas, visa-se compreender no plano antropológico, o *nexus* dessa produção no contexto mágico-simbólico Karajá, lembrando a observação de Lévy Strauss, que: "o objeto tira a substância das propriedades invariantes que o pensamento mítico consegue extrair quando coloca em paralelo uma

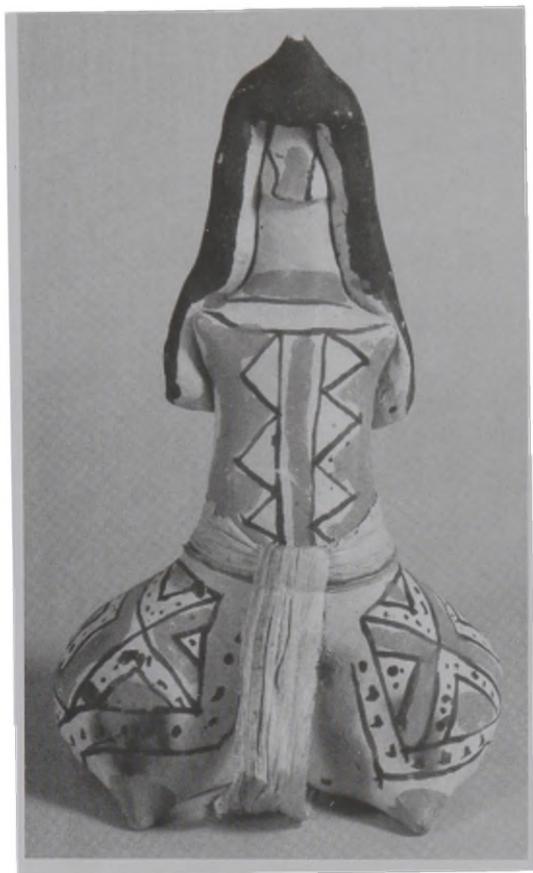


Fig. 13 – Boneca com representação da asa do morcego. Foto Freddy Cantoni.

pluralidade de enunciados'. Assim, a análise da produção cerâmica pode apontar para um inventário da criação mítica Karajá, na medida em que se decifra o significado dos símbolos presentes nas suas formas artesanais e materiais.

Num primeiro momento de análise dos artefatos, buscamos tomar como base a coleta de fontes documentais: relatórios, monografias, dossiês etnográficos, que propiciam uma localização histórica do grupo Karajá, como também do contexto sócio cultural da produção das 'bonecas' buscando-se compreender como a área indígena se constitui historicamente e de que forma vem se organizando socialmente.

Partindo dos referenciais de contexto, torna-se possível a criação de um quadro auxiliar para a compreensão de como tal configuração vem sendo representada nas 'bonecas' ao longo do tempo.

Algumas evidências formais e estéticas, como a pintura corporal, os ornamentos, a forma e a matéria prima empregada nas cabeleiras, e outros elementos característicos da cultura Karajá, apontam a presença de uma linguagem visual que transmite informações relativas a um sistema de significação social. Há sinais nas bonecas que



Fig. 14 – Boneca com representação da asa do morcego. Foto Freddy Cantoni.

distinguem grupos, categorias de idade, sexo, situações cerimoniais, posição clânica, e as marcas tribais diferenciadoras de outros grupos.

Um exemplo interessante é a marca cultural – *omarury*, de dois pequenos círculos tatuados a fogo na face, logo abaixo dos olhos, representando o Sol e a Lua. Trata-se de uma marca que simboliza um dos mitos de origem relacionado à figura que ensinou os Karajá a pescar, caçar, fazer roça, construir canoa e fabricar a corda do arco. O grupo acredita que a vida e todas essas atividades cotidianas só são possíveis, graças ao sol, que foi concedido ao homem pelo urubu-rei, segundo relato mítico. Cabe observar que a figura do urubu também se encontra representada nos motivos gráficos que são transferidos nos artefatos e na pintura corporal.

Outro fato importante a se destacar é o efeito gerado pela atribuição do nome, dado por uma suposta similaridade ao conceito ocidental de ‘bonecas’. Por sua definição enquanto brinquedo de menina que imita uma forma humana, essa produção não despertou muito interesse aos estudiosos em investigar a dimensão simbólica no contexto da arte figurativa ou estatuária, a exemplo dos estudos das figuras africanas, que buscam em sua singularidade, seus significados étnicos mais amplos.

Este é um dos motivos que nos impede uma visão mais tangível da representação simbólica das bonecas Karajá, e perceber mais atentamente que elas vão para muito além do brinquedo.

CAMPOS, S.L. Karajá dolls: just a toy? *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 233-248, 2002.

ABSTRACT: This article presents the initial reflections on the Karajá dolls, based on the hypothesis that they are more than a toy and that the painting and the adornments present in the handicraft production represent different aspects of the cultural organization, symbolizing the several plans of the cosmology of this group.

UNITERMS: Dolls – Body painting – Cosmology – Material culture.

Referências bibliográficas

- AYTAI, D.
1986 *O Karajá em seu universo*. São Paulo: *Revista do Museu Paulista*, n.s., XXXI: 42-55
- BALDUS, H.
1936 Licocós - As bonecas dos Carajás. Rio de Janeiro: *Revista Espelho*, dezembro. (xerox, s/p)
- CAMPOS, S.L.
1996 *O olhar antropológico: o índio brasileiro sob a visão de Harald Schultz*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CHIARA, W.
1970 *Les Poupées de Indiens Karajá*. Paris: Tese de Doutorado, École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris.
- EHRENREICH, P.
1948 *Contribuições para a Etnologia do Brasil*. Tradução de Egon Schaden, São Paulo: *Revista do Museu Paulista*, n.s., 2: 7 -174
- FARIA, L.C.
1959 *A figura humana na arte dos índios Karajá*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, Museu Nacional.
- LÉVI-STRAUSS, C.
1975 *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.
1986 *A oleira ciumenta*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- LIMA, A.C.S.
1987 *Os museus de história natural e a construção do indigenismo: notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil*. São Paulo: *Revista de Antropologia*, 30/31/32, Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. (277-329)

CAMPOS, S.L. Bonecas Karajá: apenas um brinquedo? *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 233-248, 2002.

RIBEIRO, B.

1988 *Dicionário do artesanato indígena*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp.

SIMÕES, M.F.

1992 *Cerâmica Karajá e outras notas etnográficas*. Goiânia: Ed. UCG/IGPA.

TAVEIRA, E.

1982 *Etnografia da Cesta Karajá*. Goiás: Coleção Teses Universitárias, Ed. da Universidade Federal de Goiás.

VIDAL, L. (Org.)

1992 *Grafismo Indígena*. São Paulo: Studio Nobel/Edusp, FAPESP.

Recebido para publicação em 20 de novembro de 2002.

ESPECTROSCOPIA RAMAN: UMA NOVA LUZ NO ESTUDO DE BENS CULTURAIS

*Dalva Lúcia A. de Faria**

*Marisa C. Afonso***

*Howell G.M. Edwards****

FARIA, D.L.A.; AFONSO, M.C.; EDWARDS, H.G.M. Espectroscopia Raman: uma nova luz no estudo de bens culturais. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 12: 249-267, 2002.*

RESUMO: Novas tecnologias vêm sendo cada vez mais empregadas no estudo de problemas ligados ao patrimônio histórico cultural e entre elas a espectroscopia Raman ocupa lugar de destaque por se tratar de uma técnica não destrutiva e bastante específica, que proporciona uma quantidade muito grande de informações sobre o objeto em análise. Este texto apresenta uma descrição concisa da técnica, suas principais características e limitações, bem como de suas potencialidades. É ainda apresentada uma breve revisão sobre suas aplicações no campo da arqueologia com especial destaque às investigações envolvendo o patrimônio histórico brasileiro.

UNITERMOS: Raman – Arqueometria – Pigmentos – Biomateriais – Espectroscopia.

Introdução

O uso de métodos físico-químicos de análise em bens culturais é relativamente recente; eles vêm sendo cada vez mais empregados em função da necessidade de se ter uma caracterização dos materiais que amplie o conhecimento científico sobre os bens, que permita a escolha de procedimentos adequados quando se tratar de conservação e/ou restauração de peças e que também possibilitem uma melhor compreensão de mecanismos de

degradação de objetos que constituem patrimônio histórico-cultural.

A par desse aspecto, essas técnicas vêm dando importantes contribuições em termos de datação (Aitken 1997), determinação de composição (Pollard 1996) e origem de matéria-prima usada (Calligaro 2000), assim como da tecnologia empregada, o que tem desdobramentos interessantes, como a verificação de autenticidade de objetos (Edwards 1995a).

Dentre essas metodologias, as técnicas espectroscópicas ocupam lugar de destaque e, mais recentemente, um número crescente de trabalhos onde a espectroscopia Raman é usada na resolução de problemas ligados à arte e à arqueologia tem aparecido na literatura (Edwards 2002) o que faz com que, hoje, essa técnica seja reconhecida como a mais eficaz no estudo de bens culturais, na medida em que é sensível, reprodutível, não-destrutiva e pode ser utilizada

(*) Laboratório de Espectroscopia Molecular. Instituto de Química da Universidade de São Paulo.

(**) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

(***) Department of Chemical and Forensic Sciences, University of Bradford, UK.

para medidas *in situ* de componentes com dimensões de cerca de 1 μm .

A espectroscopia Raman vem sendo utilizada na determinação da natureza de pigmentos em papiros (Burgio 2000), manuscritos (Edwards 2001), pinturas (Burgio 2001) e cerâmicas (Clark 1998). O conhecimento da composição desses pigmentos tem como interesse direto a possibilidade de sua utilização como mais um recurso para a autenticação de obras de autoria duvidosa ou datação imprecisa, além de possibilitar uma melhor compreensão sobre a metodologia de preparação e uso desses materiais, o que tem inegável valor histórico-cultural.

Vernizes e aglutinantes também têm sido estudados (Vandenabeele 2000), principalmente com o objetivo de entender melhor os processos de interação com outras substâncias presentes no objeto (como substrato ou outros pigmentos) e de degradação desses materiais. Objetos de resina (Edwards 1999a), marfins (Edwards 1995a), gemas (Andreev 2001), produtos de corrosão (McCann 1999) e vidros (Edwards 1998) também estão entre os vários tipos de problemas que podem ser abordados pela técnica.

Particularmente no que concerne à arqueologia, as questões que vêm sendo abordadas do ponto de vista químico usualmente ocupam três categorias: datação, conservação e determinação da composição das amostras, das quais apenas a primeira ainda não forneceu resultados satisfatórios, uma vez que até o presente não foi possível desenvolver uma metodologia voltada para datação, apesar de tentativas terem sido feitas usando dentes (Bertoluzza 1997) e vidros (Bertoluzza 1995).

No que diz respeito à conservação, a progressiva deterioração que sofrem as peças de coleções em museus torna imperativo um conhecimento detalhado desses processos. Esse conhecimento é também fundamental na determinação dos materiais a serem empregados em restauração, ou mesmo do procedimento a ser adotado para preservação das obras. Nesse sentido, importantes informações têm sido obtidas a partir de estudos por espectroscopia Raman da degradação de biomateriais de uma maneira geral (Edwards 1996) e, em particular, de afrescos e murais por líquens (Edwards 1999b).

Espectroscopia Raman

As técnicas de espectroscopia estão baseadas na interação da radiação eletromagnética com a matéria e são, sem dúvida alguma, os instrumentos mais eficazes na caracterização de materiais em qualquer campo do conhecimento. Dependendo da energia da radiação empregada, é possível obter informações sobre diferentes propriedades do sistema (Fig. 1). Assim, o uso de radiação na região do ultravioleta ou do visível (UV-Vis) muda a energia dos elétrons em moléculas e íons (o que confere cor aos objetos), ao passo que radiação no infravermelho altera as vibrações dos átomos nessas espécies químicas. Quando se incide radiação policromática sobre uma determinada amostra é possível registrar quais componentes dessa radiação são absorvidas por ela, já que essa absorção não se dá de forma contínua, mas ocorre para valores específicos de energia. É por isso que se diz que a energia armazenada na matéria somente pode assumir determinados valores (isto é, ela é quantizada) e seu aumento ou diminuição também se dá através de quantidades discretas (*quantum* de energia). O espectro corresponde ao registro gráfico dos componentes absorvidos em função da energia da radiação que é expressa em número de ondas (cm^{-1}) no caso da espectroscopia vibracional.

Apesar de a espectroscopia de absorção no UV-Vis ser uma técnica bastante difundida, o espectro correspondente apresenta bandas largas e a obtenção de informações específicas em amostras de natureza desconhecida é extremamente difícil. Nesse sentido, a espectroscopia de absorção no infravermelho (FT-IR) é um recurso bastante valioso na caracterização de materiais, porque as vibrações dos átomos acontecem em valores específicos de frequência, característicos dos grupos funcionais que constituem a espécie química. Assim, vibrações referentes aos íons sulfato, carbonato, fosfato, nitrato etc. aparecem em faixas de frequência características, permitindo a fácil identificação desses íons; do mesmo modo, vibrações envolvendo grupos $-\text{CH}_3$, $-\text{CH}_2-$, $\equiv\text{C}-\text{H}$, $-\text{C}\equiv\text{N}$, $>\text{C}=\text{C}<$, $>\text{C}=\text{O}$, aromáticos etc., também apresentam absorções em regiões características, o que possibilita obter um espectro que é específico de um determinado composto. Alterações na intensidade e/ou deslocamentos nas bandas de

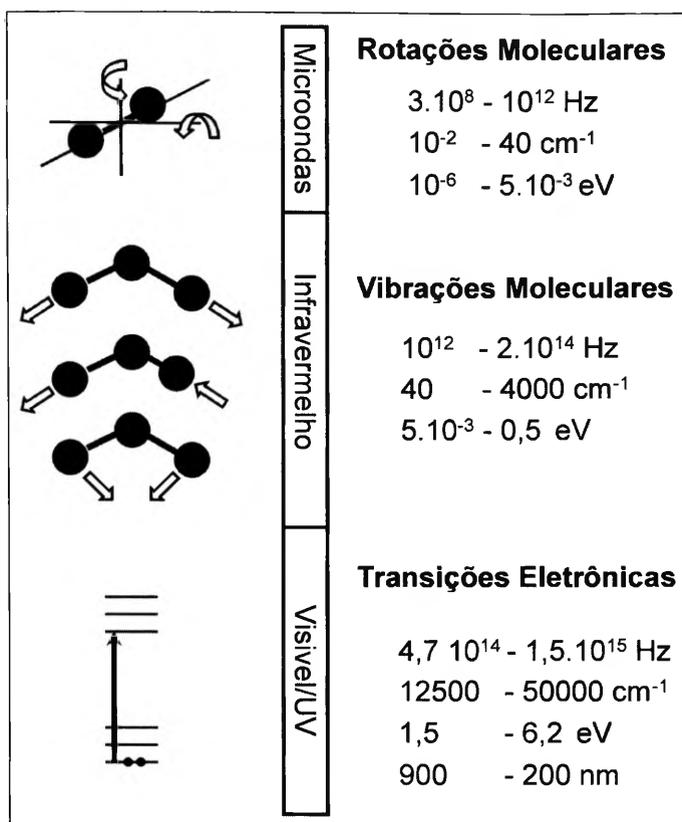


Fig. 1 – Espectro de radiação eletromagnética e técnicas espectroscópicas associadas a cada região espectral, definidas em diferentes unidades de energia.

absorção também são bastante úteis na compreensão de efeitos de interação dos compostos com outras substâncias ou mesmo com o seu ambiente, assim como no estudo de efeitos de degradação, particularmente quando se estudam resinas, vernizes ou outros compostos orgânicos.

Todas essas características estão presentes na espectroscopia Raman, a qual também diz respeito a vibrações moleculares e por esse motivo se constitui, juntamente com a espectroscopia de absorção no infravermelho (FT-IR), em uma técnica de espectroscopia vibracional. A diferença entre elas reside na natureza do fenômeno físico envolvido já que a espectroscopia Raman não implica na absorção de radiação, mas sim em seu espalhamento.

A Figura 2 ilustra as diferenças essenciais das duas técnicas. No caso da absorção no IV, utiliza-se radiação policromática no IV (geralmente

proveniente de um material cerâmico aquecido) a partir da qual determinados componentes são seletivamente absorvidos. Já na espectroscopia Raman, emprega-se uma fonte monocromática de radiação (laser) geralmente no visível, apesar de serem comuns (principalmente para aplicações em arqueologia) equipamentos interferométricos (FT-Raman) que utilizam radiação laser no infravermelho próximo (*near infrared*, NIR). Essa radiação incidente interage com os elétrons mais externos das substâncias e nesse processo pode haver ou não transferência de energia. No primeiro caso (chamado de espalhamento inelástico de luz ou espalhamento Raman), a substância em investigação pode ficar em um estado vibracionalmente excitado quando a radiação é espalhada ou então ela já pode estar nesse estado, o que fará com que a radiação espalhada tenha energia maior que a

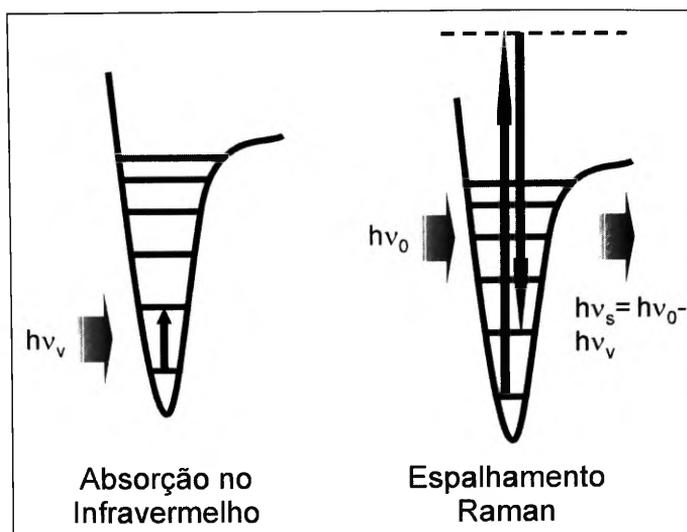


Fig. 2 – A absorção de determinados componentes da radiação no IV dá origem às bandas observadas no espectro, que são características de vibrações específicas em moléculas ou íons. Na espectroscopia Raman informações semelhantes são obtidas, porém, através de espalhamento de luz e não de sua absorção; neste caso o fóton incidente ($h\nu_0$) é destruído e um fóton espalhado ($h\nu_s$) é criado.

incidente. Caso não haja transferência de energia (espalhamento elástico ou espalhamento Rayleigh), a radiação espalhada terá a mesma energia da incidente (Fig. 3).

O espectro Raman é, portanto, um registro da intensidade da radiação espalhada pela amostra em função da energia dessa radiação e, para que tenha a mesma escala do espectro de absorção no IV, a energia da radiação espalhada não é fornecida em números absolutos, mas sim como a diferença (ΔE_v) entre a energia da radiação incidente (E_i) e a espalhada (E_f , $E_i - E_f = \Delta E_v$), muitas vezes chamada de deslocamento Raman (*Raman shift*).

Se a espectroscopia Raman e a espectroscopia de absorção no IV oferecem informações semelhantes, quais são as vantagens da espectroscopia Raman?

Inicialmente como as naturezas dos fenômenos são diferentes (espalhamento e absorção), as regras de seleção são diferentes, isto é, as condições que determinarão se uma banda será observada ou não, não são as mesmas para as duas técnicas. Isso faz com que, por exemplo, a água seja um interferente sério na espectroscopia de absorção no IV mas não na espectroscopia Raman; a razão é que a

água absorve fortemente radiação no IV, mas é uma péssima espalhadora de luz.

Outra diferença importante é o fato de a espectroscopia Raman permitir que seja feito tanto o registro da região abaixo de 400 cm^{-1} , onde freqüentemente aparecem as vibrações de espécies inorgânicas, como óxidos por exemplo, quanto da região de freqüências maiores (região de *impressão digital* das moléculas), mais importantes no caso de compostos orgânicos. No caso da absorção no IV, o limite inferior é geralmente determinado pelos componentes óticos (janelas e lentes) que são normalmente de brometo de potássio (KBr) e, portanto, absorvem abaixo de 350 cm^{-1} ; equipamentos com ótica de iodeto de cério (CsI) são necessários para acesso à região até 200 cm^{-1} .

Além desses aspectos, a espectroscopia Raman não requer qualquer tipo de tratamento ou manipulação da amostra, ao passo que no IV há a necessidade de preparação de pastilhas em KBr ou dispersões em óleo mineral. Mesmo quando técnicas mais modernas de reflexão (ATR ou reflectância difusa) são usadas ao invés do tradicional método transmissivo, é necessário algum tipo de manipulação, como pulverização ou compressão do material.

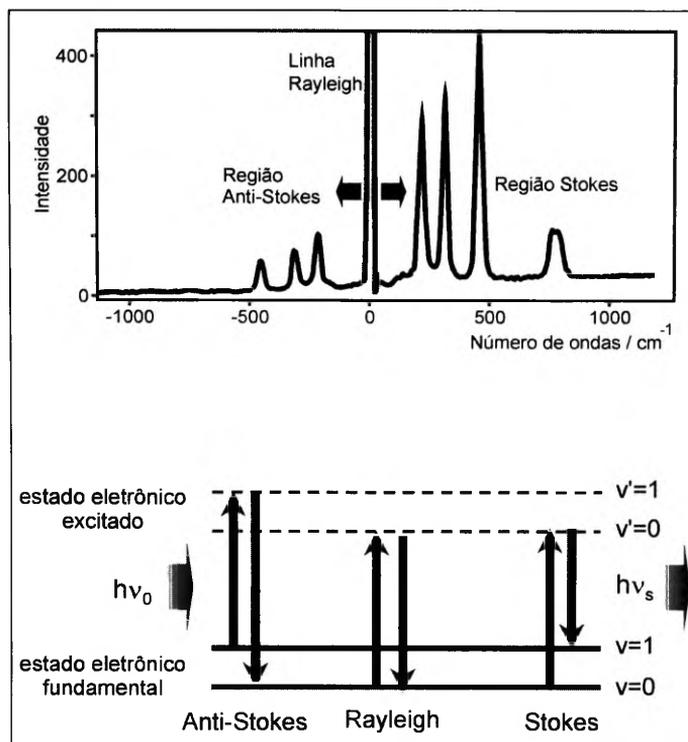


Fig. 3 – A radiação espalhada pode ter energia igual ou diferente da radiação incidente. Se for igual, a diferença de energia entre elas é zero e no espectro Raman esse tipo de radiação aparece como uma linha intensa em 0 cm^{-1} (linha Rayleigh). Se for diferente, tanto pode ser maior quanto menor, dando origem às regiões anti-Stokes e Stokes do espectro, respectivamente. As intensidades das bandas na região anti-Stokes dependem do número de moléculas no estado vibracionalmente excitado ($v=1$).

A espectroscopia Raman permite ainda que se explorem efeitos especiais, como o efeito Raman ressonante (Szymanski 1967) e o efeito de intensificação do espalhamento Raman causado por superfícies (efeito SERS, *Surface Enhanced Raman Scattering*) (De Faria 1999). O primeiro ocorre quando se tem substâncias intensamente coloridas, cuja banda de absorção esteja na mesma região de energia da radiação excitante. Isso faz com que haja um aumento muito grande na intensidade de bandas Raman referentes a vibrações dos grupos responsáveis pela transição eletrônica (grupos cromofóricos); este efeito é particularmente importante no estudo de pigmentos e corantes (Fig. 4). Já o efeito SERS implica na necessidade da presença de uma superfície

metálica, tipicamente de prata, ouro ou cobre; quando a espécie química de interesse está adsorvida nessa superfície ou está próxima a ela, é possível observar também uma grande intensificação em várias bandas Raman. A superfície metálica pode ser preparada de várias formas, como colóides e filmes finos, por exemplo; este recurso ainda não tem sido empregado em arqueologia, mas apresenta uma característica que certamente é bastante interessante: a presença da superfície metálica promove supressão da fluorescência, que é uma das principais restrições a aplicações arqueométricas da técnica.

Finalmente, outra vantagem reside no fato de se ter uma resolução espacial muito melhor quando se trabalha com espectroscopia Raman do que com

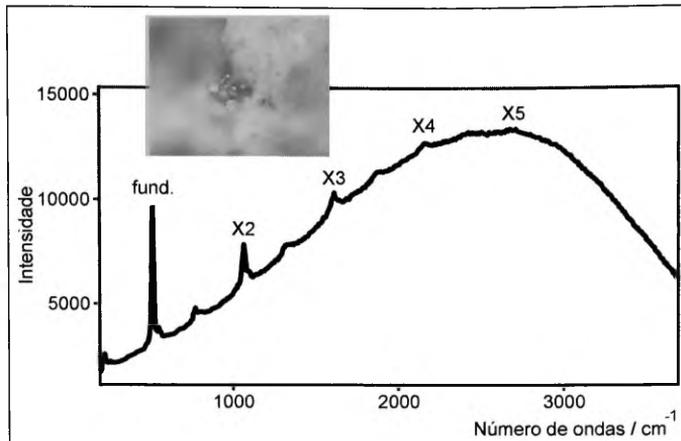


Fig. 4 – Espectro Raman da lazurita (pigmento azul de fórmula $Na_8[(AlO_2)_6(SiO_2)_6]S_n$) obtido em condição de ressonância, na qual as bandas harmônicas podem ser observadas.

espectroscopia de absorção no IV. Microscópios Raman operando no visível permitem facilmente a identificação de componentes de uns poucos microns (milésimos de milímetro) em misturas heterogêneas (Fig. 5), ao passo que no IV essa área mínima investigada é de algumas dezenas de microns. Também aqui o fato de a amostra poder ser levada diretamente ao microscópio no caso da espectroscopia Raman e depender de manipulação no caso do IV é um diferencial extremamente importante no caso de estudos envolvendo objetos raros e/ou valiosos, dos quais não se podem obter amostras por raspagem, perfuração ou dissolução.

Há, entretanto, limitações que devem ser lembradas: como o efeito Raman é um efeito fraco, a presença de fluorescência geralmente é um obstáculo considerável ao uso da técnica, mesmo se causada por impurezas presentes na amostra em quantidades mínimas. A outra limitação é o fato de a técnica não permitir o estudo de metais puros ou suas ligas (ao contrário de produtos de corrosão que podem ser facilmente estudados) e não detectar elementos presentes como traços, o que é extremamente importante na determinação da origem de determinadas matérias primas. Finalmente, uma restrição de ordem prática é o custo dos equipamentos, apesar de nos últimos anos ter-se iniciado a comercialização de um número apreciável de instrumentos portáteis de baixo custo.

Do ponto de vista de patrimônio histórico-cultural, os microscópios Raman (que começaram a ser comercializados há pouco mais de 10 anos) constituem-se na melhor opção de equipamento por sua sensibilidade e resolução espacial, o que permite que quantidades muito pequenas de material possam ser estudadas sem que a especificidade da técnica seja comprometida, assim como possibilita discriminar componentes diminutos (1-2 μm) em amostras heterogêneas. A figura 6 mostra um dos equipamentos disponíveis no mercado junto com o esquema de seu arranjo óptico.

Operacionalmente, os objetos de menor tamanho são estudados diretamente sobre lâmina de vidro e os objetos maiores podem ser estudados através de fibras óticas ou lentes especiais. Mesmo nos casos em que seja indispensável a coleta de amostras (como é o caso de pinturas rupestres, por exemplo) a quantidade de material coletada é tão pequena (poucos microgramas) que ainda assim a técnica pode ser considerada não destrutiva ou virtualmente não destrutiva.

Uma vez sob a objetiva do microscópio, seleciona-se por inspeção com luz branca o ponto de interesse da amostra, a partir do qual o espectro será obtido. A radiação laser usada para excitar o espectro Raman geralmente corresponde a 632,8 nm (laser de He-Ne), 457,9 nm, 488 nm, 514,5 nm (laser de Ar^+), 780 nm (laser de semiconductor) e 1064 nm (laser de Nd^{3+} -YAG). Neste último caso, a linha no infravermelho próximo (1064 nm) torna

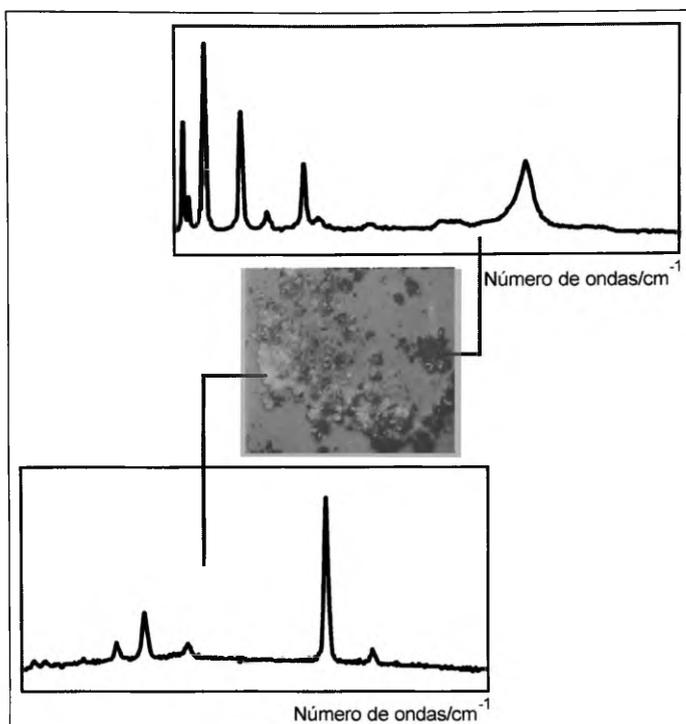


Fig. 5 – O microscópio Raman permite a análise de componentes de poucos microns em amostras heterogêneas, como no exemplo ilustrado acima.

imperativo o uso de equipamentos interferométricos (FT-Raman), mas apesar de o equipamento ter uma concepção diferente, como mostrado na Figura 7 (os equipamentos que operam com excitação no visível são dispersivos, isto é, usam redes ou prismas), todos os comentários gerais feitos até aqui para a técnica também se aplicam.

Equipamentos FT-Raman são usados principalmente quando a fluorescência apresentada pela amostra impossibilita a obtenção dos espectros em equipamentos dispersivos (Hirschfeld 1986). Eles são particularmente úteis no estudo de biomateriais, como ossos, dentes, resinas, vernizes, fibras etc., assim como de amostras de natureza inorgânica mas que apresentam fluorescência intrínseca ou que ficaram enterradas por longos períodos ou expostas a ambientes ricos em matéria orgânica. A presença de fluorescência em espectros feitos em instrumentos FT-Raman é mais difícil porque a radiação não tem energia suficiente para popular estados excitados a partir dos quais a fluorescência acontece (Fig. 8).

Alguns exemplos aplicados ao patrimônio histórico-cultural brasileiro

A espectroscopia Raman vem sendo aplicada com sucesso em estudos de objetos de interesse artístico e arqueológico (De Faria 2001, De Faria 2002, Rosalie David 2001), tanto na investigação de pigmentos e substratos, quanto de biomateriais. Alguns exemplos envolvendo bens pertencentes ao patrimônio histórico-cultural brasileiro, representativos de aplicações da espectroscopia Raman em arqueologia, foram selecionados e serão apresentados a seguir.

Tembetá

A determinação da composição de um objeto encontrado em escavações tem dois interesses principais: o histórico-científico, relacionado a fontes de matérias-primas, rotas de comércio e

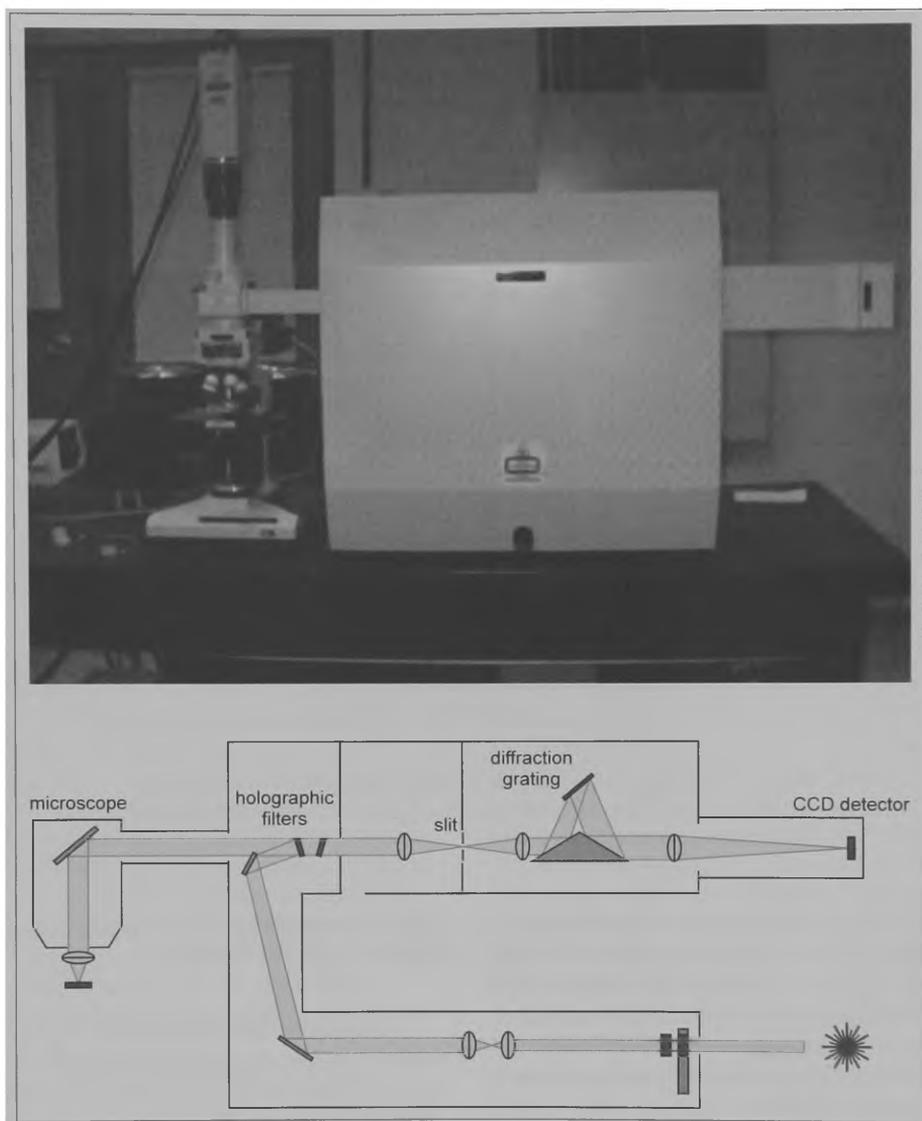


Fig. 6 – Fotografia e arranjo óptico do microscópio Raman produzido pela Renishaw.

conhecimento técnico de determinadas culturas, como também a necessidade de definição de procedimentos a serem adotados na conservação do objeto.

No sítio arqueológico de Pernilongo, em Iepê (SP), foram encontrados fragmentos de adornos labiais (tembetás) e auriculares tupi-guaranis de ca. 1600 anos; externamente, esses fragmentos eram porosos e com aspecto ferruginoso mas internamente apresentavam-se com brilho vítreo e

coloração vermelho escura (Fig. 9). O estado das peças era bastante frágil e com urgente necessidade de conservação, em decorrência de sua degradação.

Tembetás são mais comumente feitos de madeira ou pedras, sendo raros os registros de adornos feitos de resina, assim, as questões que se colocavam tendo em vista a escassez de informações sobre peças desse tipo e a necessidade de sua preservação, eram (i) determinar sua composição, ou seja, de qual (ou quais) substância são feitos; (ii) esclarecer se a

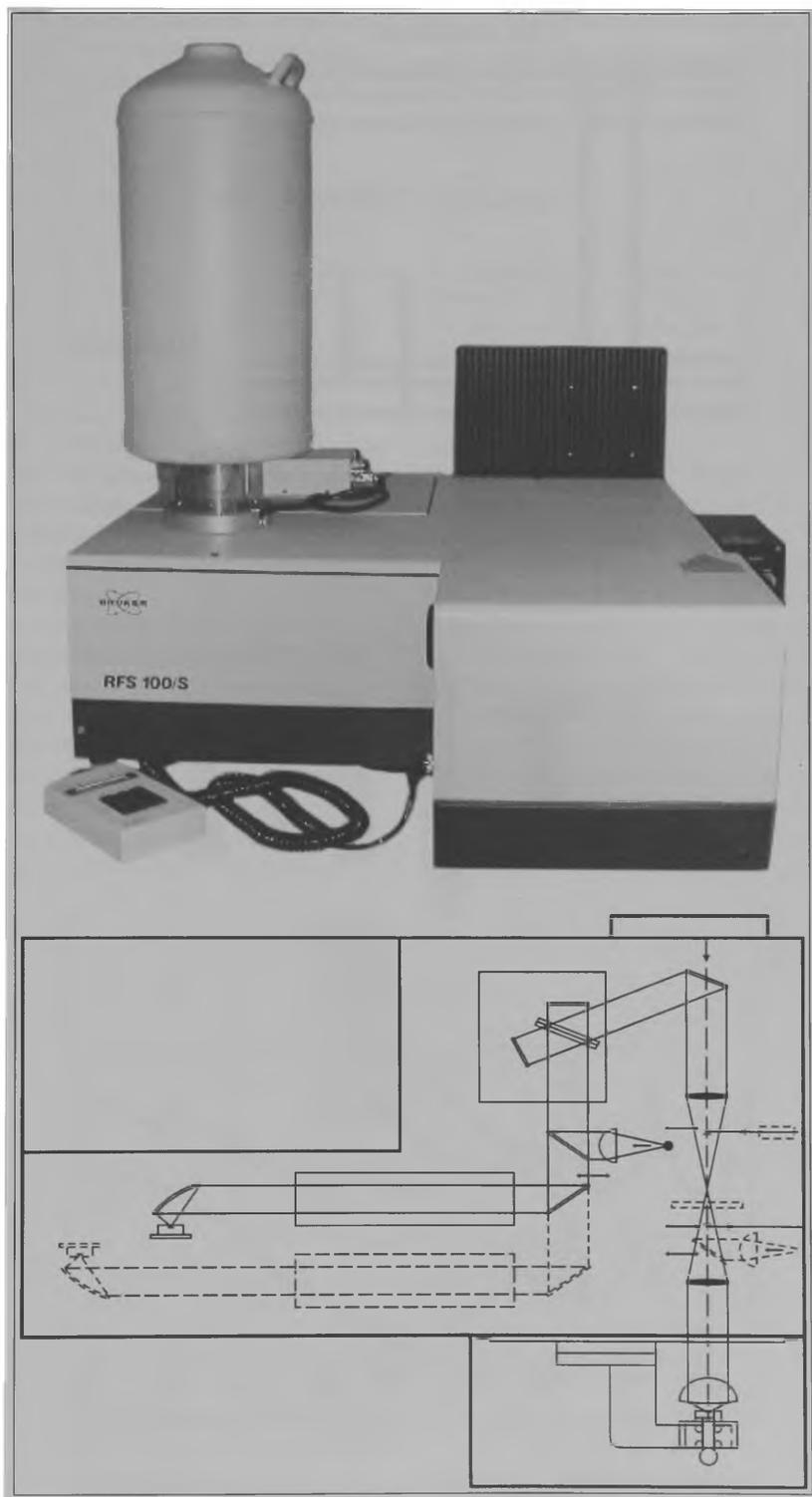


Fig. 7 – Fotografia e arranjo óptico de equipamento FT-Raman produzido pela Bruker.



Fig. 8 – A fluorescência corresponde à emissão de luz a partir de estados eletrônicos excitados. A radiação em 1064 nm geralmente não tem energia suficiente para excitar tais estados.

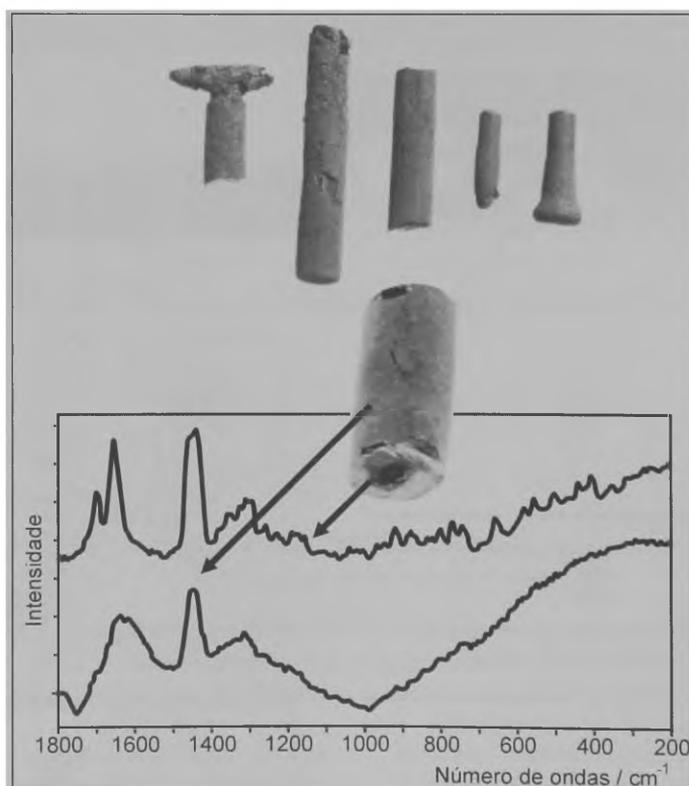


Fig. 9 – Fotografia do tembetá/adornos e espectros Raman obtidos das partes interna (curva superior) e externa (curva inferior) do tembetá.

camada externa sofreu algum tratamento diferenciado, como mistura com óxidos de ferro, por exemplo.

A fluorescência apresentada pelas amostras tornou necessário o uso de equipamento FT-Raman e foi possível analisar tanto a superfície externa como a interna dos vários fragmentos; os espectros obtidos que foram então comparados com os disponíveis em um banco de dados (Brody 2002). Os espectros das áreas externas e internas mostraram-se semelhantes (Fig. 9), exceto pelo alargamento das bandas, o que mostra que se trata do mesmo material, porém, em diferentes estágios de deterioração. A posição das bandas e sua intensidade relativa são como impressões digitais das substâncias e, neste caso, são características de composto orgânico (resina); na região abaixo de 700 cm^{-1} não foram encontradas as bandas características de óxido de ferro, o qual poderia fazer parte da composição do objeto, conferindo-lhe o aspecto ferruginoso.

Resinas são comumente encontradas em objetos de museu, como pequenas esculturas, jóias etc. Os principais componentes de resinas naturais são mono, sesqui, di e triterpenos, sendo que os dois últimos não são encontrados juntos em resinas naturais. Di e triterpenos têm diferentes estruturas químicas (Mills 1999), assim, a espectroscopia vibracional pode ser usada como um método rápido de classificação, entretanto, com a espectroscopia

de absorção no infravermelho a análise dos resultados fica bastante dificultada pela presença de bandas harmônicas e de combinação, assim como pela intensidade e largura das bandas de vibração referentes a grupos O-H. Na espectroscopia Raman, esses aspectos não precisam ser considerados, além do que não há a necessidade de destruição da amostra para realização da análise.

A degradação do material promove o alargamento de todas as bandas do espectro, como pode ser visto na Fig. 9, mesmo assim, ainda é possível a diferenciação de resinas di e triterpênicas através de seus espectros Raman, uma vez que os mesmos apresentam substanciais diferenças (Fig. 10). A comparação dos espectros obtidos com os do banco de dados permitiu concluir que se tratava de uma resina triterpênica, apesar de ainda não se saber sua proveniência.

Há um registro na literatura sobre grupos guaranis que empregavam resina de jatobá (*Hymenacea Stig. Mart.*) na confecção de tembetás (Gatti 1985); essa resina é rica em diterpenos e amostras degradadas e não degradadas dessa resina foram analisadas para assegurar a validade do procedimento usado. Os espectros obtidos (Fig. 11) são concordantes com os obtidos de outras resinas diterpênicas, mas não com os provenientes do tembetá, confirmando elegantemente a atribuição feita anteriormente.

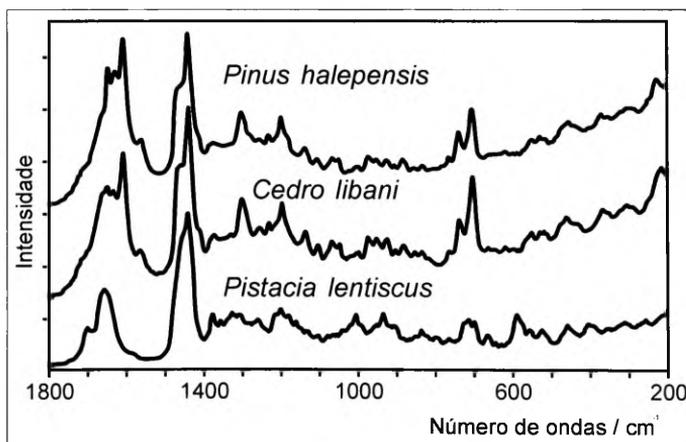


Fig. 10 – Espectros Raman de diferentes tipos de resinas; aquelas produzidas por *Pinus halepensis* e *Cedro libani* são tipicamente diterpênicas, ao passo que a obtida de *Pistácia lentiscus* é triterpênica. Os espectros são nitidamente distintos para esses dois grupos de resinas.

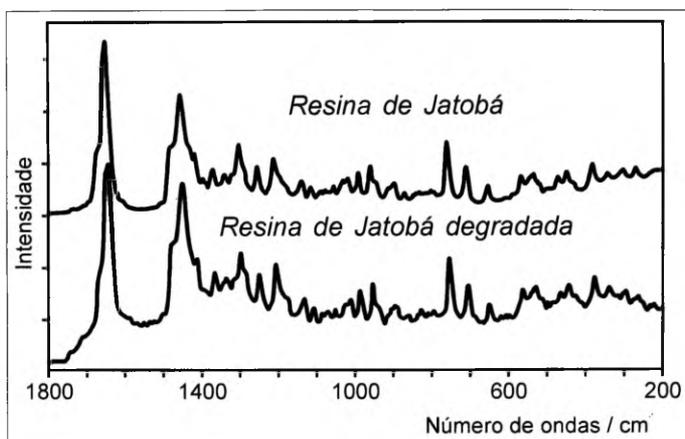


Fig. 11 – Espectros Raman de resina de *Hymenaea Stig. Mart.* (Jatobá do cerrado).

Nesta investigação, a espectroscopia Raman foi usada com sucesso na determinação da composição do tembetá, constituído por uma resina triterpênica. Infelizmente, é possível que as alterações que aconteceram no meio ambiente local em termos climáticos e ecológicos inviabilizem a identificação da planta responsável pela produção da resina; apesar disso, sabe-se agora que a resina de Jatobá não era a única matéria prima usada naquela região na confecção desse tipo de artefato. Outra informação importante obtida refere-se à camada externa dos fragmentos; as análises conduzidas permitiram descartar o uso de algum tipo de tratamento para as mesmas, como mistura com outras substâncias, como óxido de ferro por exemplo; não foi observada a presença de partículas de carbono em nenhum ponto da amostra o que indica que o objeto não foi exposto a aquecimento. Como foi apresentado na descrição das peças, os fragmentos são bastante frágeis e certamente os resultados das análises feitas por espectroscopia Raman contribuirão decisivamente para a escolha de materiais e métodos adequados à conservação dos mesmos.

Sambaquis

Uma das evidências mais monumentais de ocupação humana de nosso patrimônio histórico-cultural são os sambaquis. Nas camadas de material

conchífero acumulado ao longo dos séculos são encontradas grandes quantidades de vestígios de ocupação como sepultamentos, restos de habitação e fogueiras, ossos, conchas, restos de alimentos etc. (Prous 1992). A necessidade de se ter uma, melhor compreensão sobre alguns aspectos dessas ocupações e a abundância de biomateriais nesses sítios arqueológicos motivou a investigação por espectroscopia Raman, que foi centralizada no estudo de ossos e concreções encontrados em sambaquis de Santa Catarina, em particular no sambaqui Jaboticabeira II, próximo a Laguna. Como já foi dito anteriormente, a grande maioria dos estudos usando espectroscopia Raman em arte e arqueologia envolve o estudo de pigmentos, a maioria de natureza inorgânica. Biomateriais são muito menos investigados, apesar da importância de um conhecimento mais detalhado principalmente sobre seus mecanismos de degradação; a razão disso está, provavelmente, no fato de serem amostras muito mais difíceis de estudar em função de sua deterioração, muito frequentemente associada com fluorescência.

Para os estudos por espectroscopia Raman foram separados fragmentos de ossos e dentes, além de amostras de natureza aparentemente inorgânica, como concreções encontradas próximas aos locais onde havia sinais de fogueiras.

Ossos e dentes são tecidos rígidos, constituídos de uma fase mineral, hidroxiapatita ou $\text{Ca}_{10}(\text{PO}_4)_6(\text{OH})_2$ e de uma fase orgânica (princi-

palmente colágeno), sendo que a proporção relativa dessas duas fases é variável. Uma boa revisão acerca de estudos de dentes por espectroscopia Raman pode ser encontrada na literatura (Kirchner 1997). A respeito desse tipo de amostra seria interessante (i) conhecer a relação existente entre o tempo e as condições do ambiente de sepultamento com as modificações observadas nos espectros, em relação aos obtidos de tecidos contemporâneos (Gniadecka 1997); (ii) compreender os processos de degradação associados a esses biomateriais e identificar a eventual ação humana sobre os mesmos e (iii) obter informações importantes sobre a cultura local e seu conhecimento tecnológico (Edwards 1997a e 1997b).

As amostras foram estudadas por espectroscopia FT-Raman já que estudos com excitação no visível (632,8 nm, 514,5 nm e 488 nm) forneceram apenas um sinal largo referente à emissão fluorescente, provavelmente oriunda de espécies químicas resultantes de degradação de matéria orgânica. Mesmo usando excitação no infravermelho próximo (1064 nm), os espectros obtidos ainda apresentavam um fundo residual, o que comprometeu parcialmente a qualidade dos espectros.

No caso dos dentes, durante o tempo de sepultamento, os processos naturais de degradação causados por fatores ambientais (composição do solo, pH, umidade etc.) e microbiológicos levam à

decomposição da fase orgânica mas não da inorgânica, o que sugere que a extensão da degradação pode ser acompanhada tomando-se a intensidade da banda em 960 cm^{-1} (uma das vibrações da hidroxiapatita da fase inorgânica) como um padrão interno de intensidade e avaliando-se a razão de sua intensidade pela de uma das bandas de estiramento C-H, características da fase orgânica. Na realidade, essa prática é aceitável desde que se comparem regiões equivalentes do dente, já que é sabido, por exemplo, que o esmalte (camada mais externa do dente) tem um conteúdo inorgânico intrinsecamente maior do que a dentina. As análises dos dentes coletados em sambaquis ainda estão em andamento.

Quimicamente, a composição de ossos é parecida com a de dentes. São, no entanto, estruturas mais porosas do que estes últimos, favorecendo o processo de degradação e o acúmulo de material fluorescente, por essa razão a qualidade dos espectros é muito inferior à obtida de dentes.

A relação existente entre fase orgânica/inorgânica tem como apelo imediato o uso em datação (Edwards 1999c, Edwards 1995d), entretanto, a degradação do tecido é largamente influenciada pelas condições do sepultamento. Isso é demonstrado na figura seguinte (Fig. 12), onde um espectro obtido de osso coletado em sambaqui é comparado com o de um osso contemporâneo e

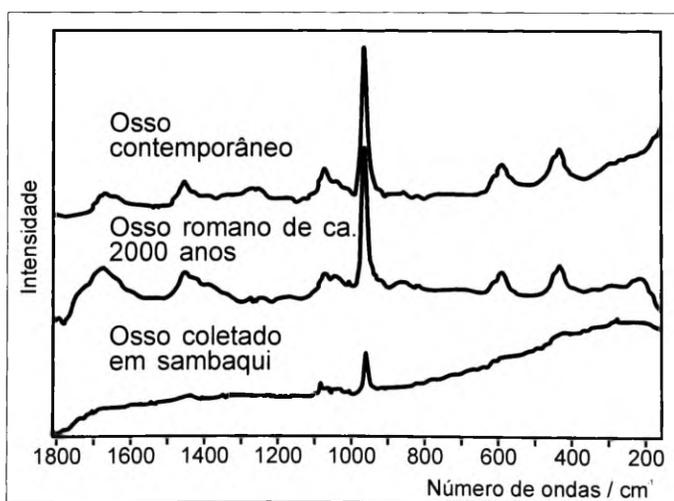


Fig. 12 – Espectros Raman de ossos coletados em sambaqui (curva inferior), em sítio arqueológico Romano com cerca de 2000 anos de idade (curva intermediária) e amostra contemporânea (curva superior).

um osso encontrado em um sítio arqueológico romano na Inglaterra (Edwards 1999c) de idade semelhante à do sambaqui.

É possível perceber na figura que a degradação do osso é muito mais extensiva na amostra coletada no sambaqui do que no sítio arqueológico inglês, apesar das idades comparáveis das amostras. Isso coloca um problema sério, se não insuperável, ao uso desse método na datação de biomateriais.

Um outro aspecto que mereceu atenção foi a presença de uma quantidade significativa de pigmento vermelho (ocre) sobre vários dos ossos coletados (Fig. 13).

Uma das amostras estudadas foi um fragmento de osso longo, recoberto com uma espessa camada de ocre. Curiosamente, a prática de empregar ocre em rituais funerários é generalizada havendo casos reportados em diferentes sítios arqueológicos da Europa (Larsson 1994) e América (Torbenonson

1996), referentes a períodos bastante distintos da história (Duarte 1999). Não está esclarecida qual a função dessa prática (Velo 1984).

O espectro obtido para esse material é característico de óxido de ferro ($\alpha\text{-Fe}_2\text{O}_3$), como esperado. Normalmente, pode ser também observada uma banda em 465 cm^{-1} , característica de quartzo, que se encontra presente tanto como consequência de sua ocorrência natural, associado ao óxido de ferro, quanto do uso de uma técnica de extração do ocre de minérios, que consistia em atritá-lo com areia. No espectro do ocre que recobria o osso, entretanto, não foi encontrado qualquer sinal de quartzo ou outros óxidos e oxihidróxidos de ferro, revelando que se trata de material de alta pureza, além disso, a largura e intensidade relativa das bandas indica que esse material não foi obtido através de qualquer tipo de tratamento térmico, como a desidratação de goetita, por exemplo.

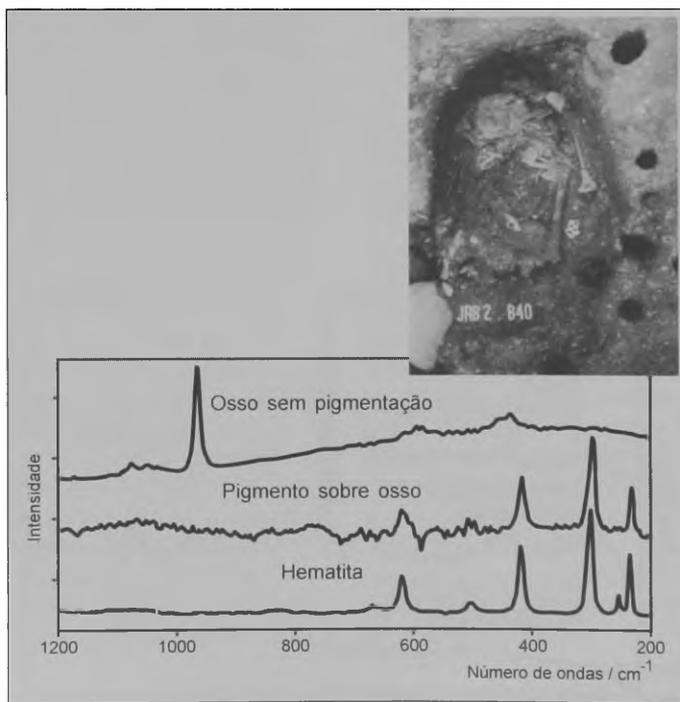


Fig. 13 – Espectros Raman obtidos de ossos pigmentados encontrados em sambaquis de Santa Catarina. O espectro da hematita foi incluído para fins de comparação (curva inferior) e coincide com o obtido do pigmento encontrado sobre os ossos (curva intermediária; a linha base foi corrigida).

A análise estratigráfica de um pequeno fragmento mostrou que havia um material amarelado entre a camada de ocre e o tecido ósseo. Através de um microscópio acoplado ao equipamento FT-Raman foi possível analisar essa camada em particular e o espectro obtido é bastante semelhante ao do óxido de cálcio parcialmente hidratado (Fig. 14).

A origem desse material amarelado não está ainda clara, uma vez que ele pode ter sido intencionalmente aplicado sobre os ossos ou pode ter resultado de um processo natural de troca de cátions entre a hematita e a hidroxiapatita do osso. No primeiro caso, óxido de cálcio pode ser facilmente obtido através do aquecimento de conchas, por exemplo, que são constituídas quase que exclusivamente por carbonato de cálcio; a razão de sua eventual preparação e uso também não foi esclarecida ainda, podendo estar relacionada tanto ao favorecimento da decomposição dos corpos enterrados como da adesão do ocre. Apesar de essas hipóteses estarem ainda sendo avaliadas, é mais provável que ao longo dos anos tenha ocorrido uma lenta substituição de íons ferro na estrutura da hematita por íons cálcio originalmente presentes na estrutura inorgânica do osso.

Na análise por espectroscopia Raman de biomateriais coletados em sambaqui foi possível constatar que a pigmentação existente sobre ossos era hematita de alta pureza, conferindo um significado mais preciso ao termo genérico “ocre” usado com frequência. Os ossos analisados também

mostraram mineralização pela incorporação de carbonato e detectou-se a presença de uma camada de óxido de cálcio parcialmente hidratado entre o osso e o pigmento, cuja origem tanto pode estar associada a uma prática intencional quanto a um processo natural de troca de íons entre a hidroxiapatita da estrutura do osso e o óxido de ferro do pigmento. Caso tenha sido intencionalmente empregado, a presença dessa substância indica que a população dos sambaquis dominava a tecnologia de sua produção a partir da queima de conchas.

Fragmentos cerâmicos

A abundância de amostras cerâmicas faz com que o caráter não destrutivo da espectroscopia Raman não seja, neste caso, o mais importante. Certamente que a possibilidade de discriminar componentes microscópicos nas pastas tem uma relevância muito maior, uma vez que informações importantes são perdidas quando as amostras são pulverizadas, principalmente no que concerne a componentes presentes em menor quantidade. O principal problema neste tipo de amostra é a fluorescência inerente aos materiais argilosos, a qual prejudica a observação de bandas Raman, mesmo com excitação em 1064 nm.

De qualquer forma, materiais cerâmicos e pigmentos em cerâmicas tupis e guaranis, também

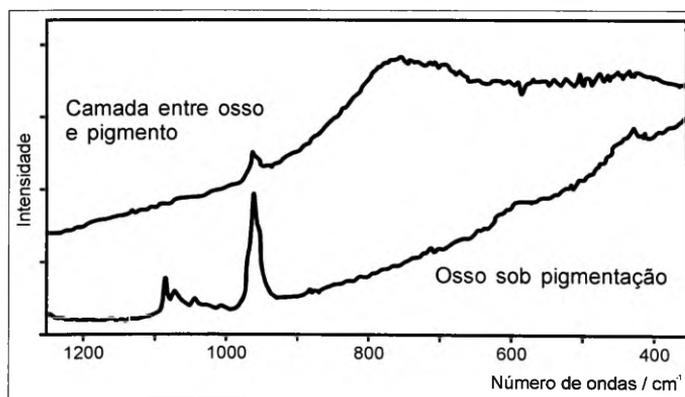


Fig. 14 – Espectro Raman do material amarelado encontrado entre o osso (curva inferior) e a camada de pigmento (curva superior). A banda larga centrada em ca. 770 cm^{-1} corresponde a um óxido de cálcio hidratado.

vêm sendo estudados e aqui um dos problemas científicos a serem esclarecidos diz respeito à ocupação dos grupos guaranis, tanto históricos quanto pré-históricos, na bacia do rio Paranapanema. São Paulo parece ser uma região de fronteira entre a ocupação da região ao norte do Estado por grupos tupinambás e a região sul por guaranis. O principal vestígio arqueológico dessas ocupações é a cerâmica e seu estudo mais aprofundado poderá fornecer subsídios para a melhor compreensão desses grupos e sua distribuição espacial. Assim, os estudos que vêm sendo realizados buscam nesta primeira etapa caracterizar os pigmentos usados pelas diferentes culturas indígenas mencionadas.

As análises ainda estão sendo realizadas em caráter preliminar, buscando as melhores condições experimentais de obtenção dos espectros já que, como foi dito, muitas vezes a fluorescência impede a obtenção dos espectros Raman, mesmo com excitação no infravermelho próximo. Aqui a principal vantagem é a possibilidade de identificar individualmente os diminutos componentes adicionados à pasta cerâmica com propósitos definidos, como no caso de antiplásticos por exemplo.

Foram analisadas três porções das amostras consideradas: pigmentos coloridos (vermelho, branco e preto na maioria dos casos), camada mais externa e camada interna de diversos fragmentos cerâmicos. Os espectros obtidos das pastas

cerâmicas apresentaram somente fluorescência, em um comportamento comum em argilas que geralmente não são boas espalhadoras de luz e costumam apresentar esse tipo de emissão. Em várias amostras foram encontrados vestígios de carvão (carbono amorfo), o qual foi empregado na pasta principal de preparação da cerâmica; se sua inclusão estivesse ligada à queima dos objetos cerâmicos (feita em fogueiras) as partículas de carbono estariam localizadas nas superfícies (externas e internas) dos fragmentos e não no seio da pasta.

No que tange aos pigmentos, foi possível identificar o pigmento branco empregado nos objetos de origem guarani, como sendo uma mistura de areia e caolim (Fig. 15). Os pigmentos pretos apresentavam grande quantidade de carbono amorfo e é possível que os indígenas utilizassem carvão disperso em gordura, em função da alta fluorescência observada nos pontos com essa pigmentação. Finalmente o pigmento vermelho corresponde a uma mistura heterogênea de hematita ($\alpha\text{-Fe}_2\text{O}_3$) e outros minérios, muito provavelmente silicatos e/ou materiais argilosos.

Apesar de este estudo estar ainda em estágio preliminar e de algumas dificuldades experimentais, os resultados obtidos até aqui são promissores e apontam para o uso da técnica Raman como uma ferramenta essencial na identificação dos pigmentos utilizados em objetos cerâmicos indígenas.

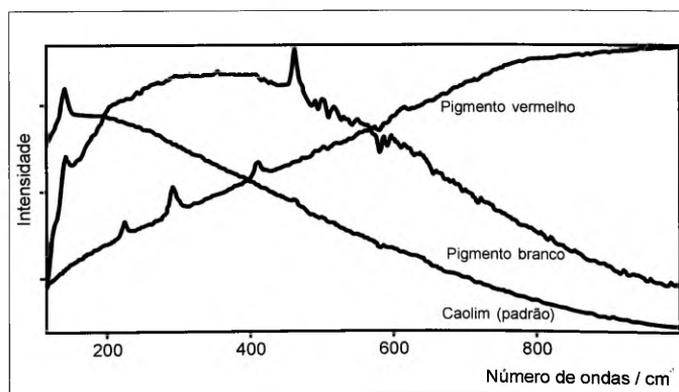


Fig. 15 – Espectros Raman de pigmento vermelho e branco presentes em cerâmicas indígenas; um espectro Raman feito de uma amostra padrão de caolim foi incluído para comparação. A banda em 465 cm^{-1} no espectro do pigmento branco corresponde a uma vibração do α -quartzo presente em areia.

Conclusões

O resultados apresentados neste trabalho mostram a potencialidade da espectroscopia Raman como uma ferramenta não destrutiva de análise de bens culturais, a qual pode ser empregada tanto na investigação de substâncias inorgânicas, como pigmentos e substratos, como de substâncias orgânicas, como resinas, ossos e dentes. Esses recursos têm feito dela um instrumento extremamente valioso,

cada vez mais empregado por pesquisadores que se ocupam de objetos de valor histórico-cultural.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Fapesp, CNPq, Capes, Conselho Britânico e Fundação Vitae pelo apoio financeiro aos projetos desenvolvidos e pela concessão de bolsas.

FARIA, D.L.A.; AFONSO, M.C.; EDWARDS, H.G.M. Raman spectroscopy: shedding a new light on cultural heritage objects. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 249-267, 2002.

ABSTRACT: New technologies are being increasingly used in archaeology and among them Raman spectroscopy is in a leading position, since it is a very specific and non-destructive technique, which provides a wide range of informations about the object under investigation. This text presents a concise description of the technique, its main characteristics and limitations, as well as the potentialities for future applications. A brief review on its applications in archaeology is presented, with special emphasis to investigations involving Brazilian cultural heritage objects.

UNITERMS: Raman – Archaeometry – Pigments – Biomaterials – Spectroscopy.

Referências bibliográficas

- AITKEN, M.J.
1997 *Science-based dating in Archaeology*. New York: Longman.
- ANDREEV, G.N.; SCHRADER, B.; BOESE, R.; RADEMACHER, P.; von CRANACH, L.
2001 Non-destructive NIR-FT-Raman analyses in practice. Part II. Analyses of 'jumping' crystals, photosensitive crystals and gems. *Fres. J. Anal. Chem.*, 371 (7): 1018-1022.
- BERTOLUZZA, A.; CACCIARI, S.; CRISTINI, G.; TINTI, A.
1995 Nondestructive in-situ Raman study of artistic glasses. *J. Raman Spectrosc.*, 26 (8-9): 751-755.
- BERTOLUZZA, A.; BRASILI, P.; CASTRI, L.; FACCHINI, F.; FAGNANO, C.; TINTI, A.
1997 Preliminary results in dating human skeletal remains by Raman spectroscopy. *J. Raman Spectrosc.*, 28 (2-3): 185-188.
- BRODY, R.H.; EDWARDS, H.G.M.; POLLARD, A.M.
2002 Fourier transform-Raman spectroscopic study of natural resins of archaeological interest. *Biopolymers*, 67 (2): 129-141.
- BURGIO, L.; CLARK, R.J.H.
2000 Comparative pigment analysis of six modern Egyptian papyri and an authentic one of the 13th century BC by Raman microscopy and other techniques. *J. Raman Spectrosc.*, 31 (5): 395-401.
- BURGIOL, CLARK RJH
2001 Library of FT-Raman spectra of pigments, minerals, pigment media and varnishes, and supplement to existing library of Raman spectra of pigments with visible excitation. *Spectrochim. Acta A*, 57 (7): 1491-1521.
- CALLIGARO, T.; DRAN, J.C.; POIROT, J.P.; QUERRE, G.; SALOMON, J.; ZWAAN, J.C.
2000 PIXE/PIGE characterisation of emeralds using an external micro-beam. *Nuclear Instruments & Methods in Physics Research Section B-Beam Interactions with Materials and Atoms*, 161: 769-774.

- CLARK, R.J.H.; CURRI, M.L.
1998 The identification by Raman microscopy and X-ray diffraction of iron-oxide pigments and of the red pigments found on Italian pottery fragments. *J. Mol. Struct.*, 440 (1-3): 105-111.
- DUARTE, C.; MAURICIO, J.; PETTITT, P.B.; SOUTO, P.; TRINKAUS, E.; VAN DER PLICHT, H.; ZILHAO, J.
1999 The early Upper Paleolithic human skeleton from the Abrigo do Lagar Velho (Portugal) and modern human emergence in Iberia. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 96 (13): 7604-7609.
- EDWARDS, H.G.M.; FARWELL, D.W.
1995a Ivory and simulated ivory artefacts: Fourier transform Raman diagnostic study. *Spectrochim. Acta A*, 51 (12): 2073-2081.
- EDWARDS, H.G.M.; WILLIAMS, A.C.; FARWELL, D.W.
1995b Palaeodental studies using FT-Raman Spectroscopy. *Biospectroscopy*, 1 (1): 29-36.
- EDWARDS, H.G.M.; ELLIS, E.; FARWELL, D.W.; JANAWAY, R.C.
1996 Preliminary study of the application of Fourier transform Raman spectroscopy to the analysis of degraded archaeological linen textiles. *J. Raman Spectrosc.*, 27 (9): 663-669.
- EDWARDS, H.G.M.; FALK, M.J.
1997 Fourier transform Raman spectroscopic study of ancient resins: A feasibility study of application to archaeological artefacts. *J. Raman Spectrosc.*, 28 (4): 211-218.
- EDWARDS, H.G.M.; FARWELL, D.W.; WEBSTER, D.
1997 FT-Raman microscopy of untreated natural plant fibres. *Spectrochim. Acta A*, 53 (13): 2383-2392.
- EDWARDS, H.G.M.; TAIT, J.K.F.
1998 FT-Raman spectroscopic study of decorated stained glass. *Appl. Spectrosc.*, 52 (5): 679-682.
- EDWARDS, H.G.M.; FARWELL, D.W.; HERON, C.P.; CROFT, H.; DAVID, A.R.
1999a Cats' eyes in a new light: Fourier transform Raman spectroscopic and gas chromatographic mass spectrometric study of Egyptian mummies. *J. Raman Spectrosc.*, 30 (2): 139-146.
- EDWARDS, H.G.M.; PEREZ, F.R.
1999b Lichen biodeterioration of the Convento de la Peregrina, Sahagun, Spain. *Biospectroscopy*, 5 (1): 47-52.
- EDWARDS, H.G.M.; FARWELL, D.W.; WYNN-WILLIAMS, D.D.
1999c FT-Raman spectroscopy of avian mummified tissue of archaeological relevance. *Spectrochim. Acta A*, 55 (13): 2691-2703.
- EDWARDS, H.G.M.; FARWELL, D.W.; ROZENBERG, S.
1999d Raman spectroscopic study of red pigment and fresco fragments from King Herod's Palace at Jericho. *J. Raman Spectrosc.*, 30 (5): 361-366.
- EDWARDS, H.G.M.; FARWELL, D.W.; NEWTON, E.M.; PEREZ, F.R.; VILLAR, S.J.
2001 Application of FT-Raman spectroscopy to the characterisation of parchment and vellum. I: novel information for paleographic and historiated manuscript studies. *Spectrochim. Acta A*, 57 (6): 1223-1234.
- EDWARDS, H.G.M.
2002 Raman microscopy in art and archaeology. *Spectroscopy*, 17 (2): 16.
- FARIA, D.L.A.; TEMPERINI, M.L.A.; SALA, O.
1999 Vinte Anos de Efeito SERS. *Química Nova*, 22 (4), 541-552.
- FARIA, D.L.A.; MONTEIRO, A.M.F.; EDWARDS, H.G.M.; FARWELL, D.W.; AFONSO, M.C.; DE BLASIS P.; EGGERS, S.
2001 Raman Spectroscopic Study of 3000 Year-old Human Remains from a Sambaqui, Santa Catarina, Brazil. *J. Raman Spectrosc.*, 32 (1), 17-22.
- FARIA, D.L.A.; EDWARDS, H.G.M.; AFONSO, M.C.; BRODY, R.H.; MORAIS, J.L.
2002 Raman Spectroscopic Analysis of a Tembetá: a Resin Archaeological Artefact in Need of Conservation. *Spectrochim. Acta A*, submetido.
- GATTI, C.
1985 *Enciclopedia Guarani-Castellano de Ciencias Naturales y Conocimientos Paraguayos*. Asunción, Paraguay: Arte Nuevo Editores.
- GNIADÉCKA, M.; WULF, H.C.; NIELSEN, O.F.; CHRISTENSEN, D.H.; HANSEN, J.P.H.
1997 Fourier transform Raman spectroscopy of 15th century mummies from Qilakitsoq, Greenland. *J. Raman Spectrosc.*, 28 (2-3): 179-184.
- HIRSCHFELD, T.; CHASE, B.
1986 FT-Raman Spectroscopy - Development and Justification. *Appl. Spectrosc.*, 40 (2): 133-137.
- KIRCHNER, M.T.; EDWARDS, H.G.M.; LUCY, D.; POLLARD, A.M.
1997 Ancient and modern specimens of human teeth: A Fourier transform Raman spectroscopic study. *J. Raman Spectrosc.*, 28 (2-3): 171-178.
- LARSSON, L.
1994 Mortuary Practices and Dog Graves in Mesolithic Societies of Southern Scandinavia. *Anthropol.*, 98 (4): 562-575.
- McCANN, L.I.; TRENTLMAN, K.; POSSLEY, T.; GOLDING, B.
1999 Corrosion of ancient Chinese bronze money trees studied by Raman microscopy. *J. Raman Spectrosc.*, 30 (2): 121-132.
- MILLS, J.S.; WHITE, R.
1999 *The Organic Chemistry of Museum Objects*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- POLLARD, A.M.; HERON, C.
1996 *Archaeological Chemistry*. Cambridge: Royal Society of Chemistry.
- PROUS, A.
1992 *Arqueologia Brasileira. Brasília: UnB Editora*.
- ROSALIE DAVID, A.; EDWARDS, H.G.M.; FARWELL, D.N.; DE FARIA, D.L.A.
2001 Raman Spectroscopic Analysis of Ancient Egyptian Pigments. *Archaeometry*, 43: 461.
- SZYMANSKI, H.A.,
1967 *Raman spectroscopy: theory and practice*, V.1 (1967) and V.2 (1970). New York: Plenum Press.

TORBENSON, M.; LANGSJOEN, O.; AUFDERHEIDE, A.
1996 Human remains from McKinstry mound two,
Plains. *Anthropologist*, 41 (155): 71-92.

VANDENABEELE, P.; WEHLING, B.; MOENS, L.;
EDWARDS, H.; DEREU, M.; VAN HOOYDONK, G.
2000 Analysis with micro-Raman spectroscopy of

natural organic binding media and varnishes
used in art. *Anal. Chim. Acta*, 407 (1-2): 261-274.

VELO, J.
1984

Ochre as Medicine – A suggestion for the
Interpretation of the Archaeological record.
Curr. Anthropol., 25 (5): 674-674.

Recebido para publicação em 12 de novembro de 2002

ESPECIFICIDADES NA RESTAURAÇÃO DE CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS: UM ESTUDO DE CASO

*Silvia Cunha Lima **

LIMA, S.C. Especificidades na restauração de cerâmicas arqueológicas: um estudo de caso.
Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 12: 269-281, 2002.

RESUMO: Apresentação do trabalho que vem sendo realizado pelo Laboratório de Conservação e Restauro do Museu de Arqueologia e Etnologia/USP com o acervo de cerâmicas arqueológicas, discutindo as especificidades desse processo de conservação e restauração, apontando para as pesquisas necessárias e desencadeadas pelo mesmo como abertura para uma investigação interdisciplinar, através de um estudo de caso.

UNITERMOS: Cerâmica arqueológica – Conservação – Restauração – Arqueologia Pré-Colombiana – Chile.

Introdução

O universo de atuação do Laboratório de Conservação e Restauro do MAE/USP se situa entre os processos de conservação preventiva e as inevitáveis intervenções de restauro com o objetivo de devolver a capacidade de apreciação de um bem cultural sob as mais diversas perspectivas: estética, documental, histórica e científica.

Durante vistoria de rotina do acervo acondicionado na Reserva Técnica, foram detectadas duas peças de cerâmica em avançado estado de deterioração, com um grave desprendimento de matéria. No mesmo local de acondicionamento, havia também uma terceira, em melhor estado de conservação. Ao procurar informações referentes às vasilhas, apesar do número de registro, apresentavam poucas referências na Documentação do MAE, não contendo identificação ou classificação das peças.

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Serviço de Curadoria: Laboratório de Conservação e Restauro.

As obras plásticas tendem a seguir uma certa organização formal que confere aos objetos traços que permitem descrevê-las como sendo pertencentes a um determinado estilo, sub-estilo ou momento de desenvolvimento cultural de uma determinada área geográfica. Sendo assim, através de pesquisa bibliográfica conseguimos elucidar a proveniência dos vasos em questão. Partindo da premissa de que todas apresentavam a mesma morfologia e policromia e eram reconhecidamente pré-colombianas, supusemos que fossem também originárias do mesmo momento cultural.

Levantamento histórico

Ao iniciar a pesquisa bibliográfica, coincidentemente, foi encontrada no livro *Prehistoria de Chile* (Mostny 1981: 82) uma referência a uma imagem de um vaso com morfologia e motivos decorativos muito similares aos exemplares pertencentes ao MAE, o que desencadeou

e encaminhou o levantamento histórico sobre as peças em questão:

Na área de Arica, região norte do Chile, a produção cerâmica inicia-se aproximadamente desde 500 a.C., com uma fabricação que se desenvolve para funções domésticas. A partir do século IV-V d.C., desce aos vales uma forte influência das culturas altiplânicas de Tiwanaco modificando a produção cerâmica, o que fica evidente através de muitos traços formais assimilados. Tais traços persistem em várias fases que se desenvolveram entre 500-1000 d.C.

Desde o período conhecido como “Las Maitas”, houve um aumento de qualidade e quantidade da produção cerâmica, com novas propostas decorativas gráficas tricromáticas, branco e preto sobre vermelho. Pode-se dizer que a partir desta fase houve um desenvolvimento local (San Miguel, Pocoma e Gentilar) que, progressivamente, conserva cada vez menos as influências de Tiwanaco. Os habitantes dos vales de Arica desenvolveram um sistema sócio-político caracterizado pela constituição de senhorios independentes.

Do ano 1000 até ao redor de 1250 d.C., desenvolveu-se a fase cultural San Miguel – que se funde em uma única chamada fase Pocoma – na qual se destacam manifestações artísticas como a cerâmica e a arte têxtil.

A forma cerâmica de maior destaque da fase San Miguel – particularmente da fase Pocoma – é um tipo de vasilhame grande com duas asas firmes, apesar de pequenas, situadas verticalmente – e opostas entre si – à altura do diâmetro maior do corpo globular (ovoidal ou quase esférico); o hemisfério superior é, normalmente, coberto por engobo branco. Sobre esta área ocorrem decorações constituídas, de preferência, por figuras geométricas de cor preto e vermelho.

Após pesquisar as várias técnicas de fabricação cerâmica, difundidas entre os indígenas chilenos, destacamos, entre elas, duas que especialmente se assemelham à morfologia apresentada pelos vasos em questão:

1. aplicação da argila na face externa de um fruto que atua como molde (acredita-se que esta variante técnica utilizou diversos tipos de cabaças para dar forma às peças);
2. fazendo uma esfera de barro, que, através de pressão feita pelos dedos, é transformada em

uma espécie de cone, para gerar um pseudo-torno pela ação de um movimento de giro que a ceramista imprime sobre a superfície previamente umedecida. Sobre esta base semi-esférica, pode-se aplicar a técnica de sobreposição de roletes de barro, unidos por pressão, para acabamento da forma desejada.

Os motivos gráficos são figuras de estrelas (ou sol), círculos concêntricos (ou discos), traços em zigzag, linhas onduladas sozinhas ou em traços paralelos; também encontramos motivos constituídos por triângulos unidos por um vértice que produzem um efeito visual de uma figura serrilhada, pequenas cruces e círculos de dimensões bem pequenas unidos em séries mediante traços retos (González e Sanches 2000).

Esta descrição assemelha-se à dos vasos encontrados na Reserva Técnica, permitindo a identificação dos mesmos como provenientes da mesma fase cultural, apesar de ainda necessitar de uma pesquisa mais abrangente para inserção exata dentro deste período. Este estudo permitiria o enriquecimento das informações sobre a coleção pré-colombiana do MAE, que formada em grande parte pela coleção Max Uhle (com diversos objetos provenientes do Peru, na maioria cerâmicos), também conta com conjuntos cerâmicos provenientes da Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, México e, agora, reinseridos na Documentação, cerâmicas oriundas do Chile.

Conservação / restauração de cerâmica arqueológica

A ação do tempo, inevitavelmente, modifica de algum modo a essência do objeto, mas os danos eventualmente produzidos por uma intervenção incorreta durante o processo de restauro podem ser piores, pois constituem um choque violento, por ser realizado em um período extremamente curto em relação à “vida do objeto”

Além disso, cerâmicas provenientes de escavações arqueológicas apresentam uma situação com problemáticas preliminares ao restauro propriamente dito, como a questão da recuperação, da primeira intervenção *in loco* e dos processos ocorridos entre a escavação e a restauração.

A argila é a matéria-prima de objetos cerâmicos com grande diversidade de propriedades físicas e químicas devido a sua composição, natureza e quantidade de impurezas contidas na pasta, a temperatura atingida na queima e o tempo de cozimento das peças.

A deterioração de objetos cerâmicos é inevitável, mesmo se tratando de um material reconhecido como resistente em decorrência do tratamento térmico sofrido em sua produção. Porém, é preciso considerar o equilíbrio determinado em função do grau de queima alcançado, ou seja, quanto mais o material é cozido maior é sua estabilidade e dureza. Além disso, características como a porosidade e a dimensão dos poros são fundamentais para retardar ou acelerar os processos de deterioração, desestabilizantes da matéria, juntamente com os fenômenos naturais, que apesar de muito lentos, são teoricamente inerentes.

O objetivo da conservação preventiva seria uma diminuição do ritmo de todos os processos de degradação, com medidas para amenizar o desequilíbrio entre o objeto e o ambiente atual. A intervenção de restauração é a ação imediata a danos já causados, ampliando assim a eficiência da conservação.

Os fatores de deterioração de um objeto cerâmico podem ser divididos em dois grandes grupos:

– *Fatores ambientais*: são certamente os mais importantes e compreendem todos os aspectos que definem o desequilíbrio entre o material cerâmico e seu ambiente, lembrando que esse ambiente não é nunca completamente estável; podem ser divididos em três grandes categorias: causas físicas (variação do estado da água, migração de sais solúveis, variação de umidade, variação de temperatura, fluxo de água, sobrecarga, exposição ao vento, presença de vibrações e radiações luminosas), causas químicas (contato com água, ácidos e outras substâncias, sais solúveis, poluição atmosférica, dióxido de carbono) e causas biológicas (ataque microbiológico, excrementos animais e resíduos orgânicos e inorgânicos decorrentes do uso do objeto).

– *Intervenções humanas*: por diversas motivações, o homem intervém sempre diretamente nas cerâmicas, principalmente por se tratar de objetos de uso, ou seja, que têm uma trajetória da fabricação à utilização, que inevitavelmente produz alguma modificação das características originais do objeto.

Outros aspectos são os eventuais restauros precedentes, condições de armazenagem inadequadas ou mesmo acidentes em decorrência de um manuseio descuidado.

Laboratório de Conservação e Restauração do MAE

Estado de conservação

O processo de restauração iniciou com a documentação fotográfica e descritiva do estado de conservação das peças, através da observação direta e em um microscópio óptico cirúrgico, com aumento de até 48X, permitindo fazer uma investigação e descrição da natureza e amplitude dos processos de degradação.

Resumidamente, destacamos o estado de conservação de cada peça:

92/ 4.1 – Apresentava um avançado processo de desprendimento de matéria, pulverização e descamação, principalmente em uma grande área na metade inferior da face A e parte da decoração na metade superior, com perda de 2 a 3mm de matéria cerâmica.

Na superfície, observou-se um processo de eflorescência de sais. Alguns pontos apresentam o mesmo processo, porém num estágio menos avançado, com erupções acarretando na perda da decoração pintada e o aumento da porosidade nas regiões afetadas. Ao redor da área com maior perda, as bordas encontravam-se extremamente fragilizadas.

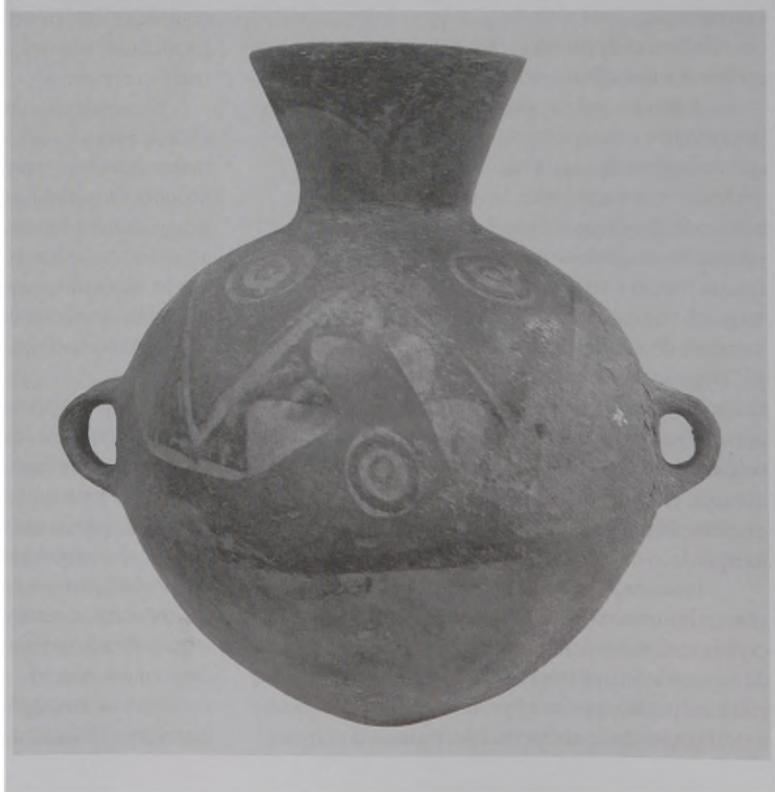
Não apresenta vestígios de tratamento ou restauros efetuados anteriormente. (Figs. 1 e 2).

92/ 4.2 – Apresentava um estado crítico de degradação, ocorrendo desprendimento de matéria em uma grande área do corpo, com a borda desta região extremamente fragilizada, havendo perda total de 2 a 4mm de matéria cerâmica, e em vários pontos apresentava perda do revestimento decorado, desprendimento e erupções do mesmo. Também foi constatada a presença de sais solúveis recristalizados sobre a superfície e dentro das áreas de perda de matéria.

Não foram constatados vestígios de restauros anteriores. (Figs. 3, 4, 5 e 6)



Figs. 1 e 2 – Estado de conservação (92/4.1).



92/4.3 – Apresentava um bom estado de conservação, com perdas pontuais do revestimento, já estagnadas e uma fratura do gargalo com remanescente de apenas metade do mesmo. Foi possível observar próximo à fratura o testemunho de uma reconstrução anterior da área perdida, com resíduos de um tipo de massa de preenchimento, pigmentada de acordo com a decoração do vaso.

Devido ao ótimo estado de conservação, com as áreas de perda de matéria cerâmica ou craquelê do revestimento bem fixadas, supomos que a peça tenha sido anteriormente consolidada (provavelmente na mesma ocasião em que o gargalo foi reconstruído), apesar de não terem sido encontrados registros de tratamentos efetuados na documentação do Laboratório. (Figs. 7, 8 e 9)

Provavelmente, o vaso 92/4.3 também sofreu o mesmo processo de migração e recristalização de sais solúveis alojados no interior do corpo cerâmico, que provoca o desprendimento de grãos ou camadas da cerâmica ao migrar para a superfície. Este processo, normalmente, ocorre em consequência de uma dessalinização insuficiente das peças quando de sua retirada de seu ambiente deposicional rico em sais solúveis.

Intervenção

Tendo em vista o avançado estado de deterioração das peças, com o risco de perdas irreparáveis, buscou-se restabelecer a integridade, dando melhor estabilidade e bloqueando o processo de degradação.



Figs. 3, 4, 5 e 6 – Estado de conservação (92/4.2) a, b, c, d.



Figs. 7 e 8 – Estado de conservação (92/4.3).



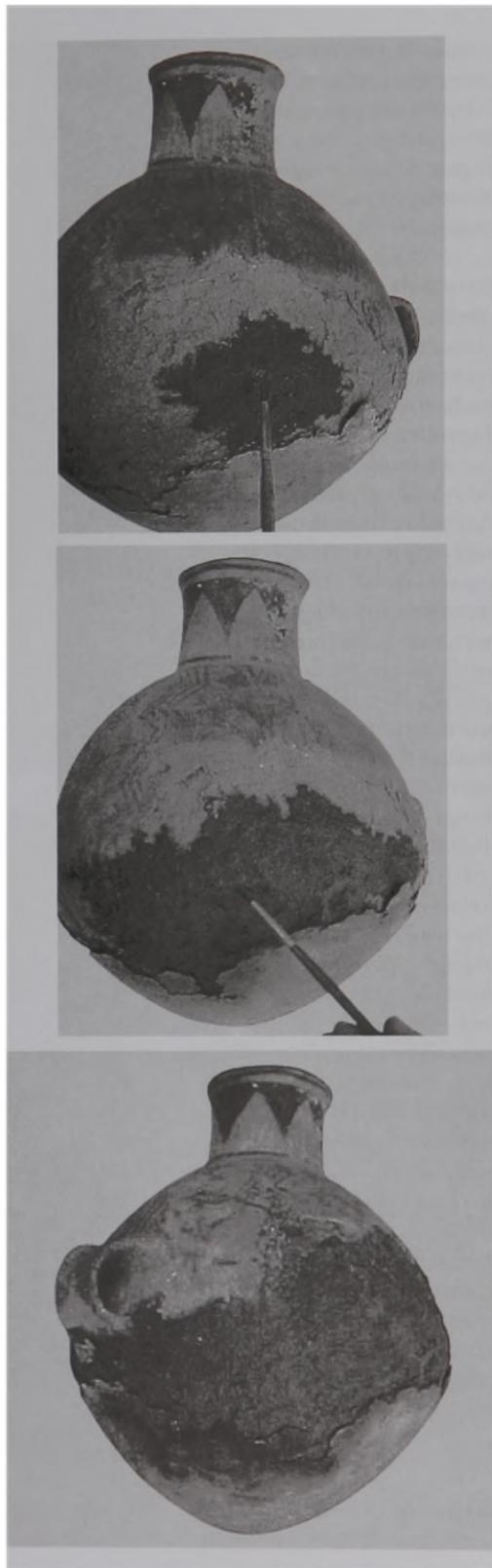
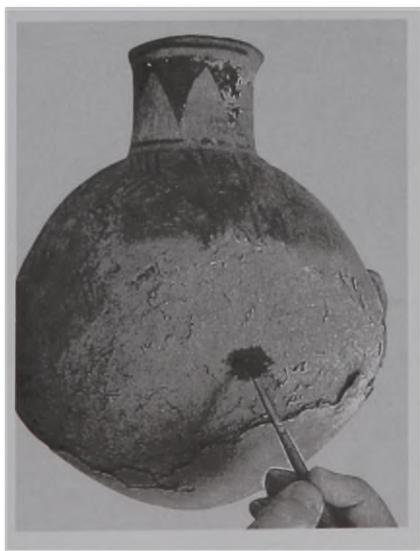
Fig. 9 – Detalhe do tratamento anterior das áreas com perda.

Ao avaliar a condição das peças em questão, decidimos iniciar o tratamento pelo vaso com o processo de desprendimento num estágio menos avançado, assim poderíamos experimentar o procedimento de consolidação mais adequado, o melhor produto a ser utilizado, antes de intervir no outro vaso, que se apresentava extremamente frágil, tendo que ficar imóvel, não permitindo uma observação do estado de conservação do todo.

Iniciamos o tratamento com uma limpeza mecânica prévia, localizada, para a delicada remoção do material cerâmico pulverizado, acumulado sobre a superfície. Para a consolidação, utilizamos uma resina acrílica à base de água diluída (Primal AC33), devido a sua boa penetração e baixa toxicidade. Nas áreas mais afetadas, o produto foi aplicado localmente, com auxílio de um pincel fino, e absorvido por capilaridade pela cerâmica até a expansão total do consolidante. Nas áreas íntegras, foram necessárias somente aplicações com pincel largo sobre a superfície. (Figs. 10, 11, 12 e 13)

Somente após o período de secagem e observação dos resultados, realizamos a limpeza química do excesso de consolidante na superfície (que pode ter um efeito estético desagradável), concomitante à limpeza geral da peça.

Após o tratamento do primeiro vaso ter sido concluído com sucesso, partimos para a limpeza da peça em melhor estado de conservação, pois por



Figs. 10, 11, 12 e 13 – Processo de consolidação.

se tratar de um processo de restauração menos complexo (Somente limpeza geral e remoção de resíduos), teríamos em pouco tempo mais um exemplar para auxiliar em nossa pesquisa. (Figs. 14 e 15)

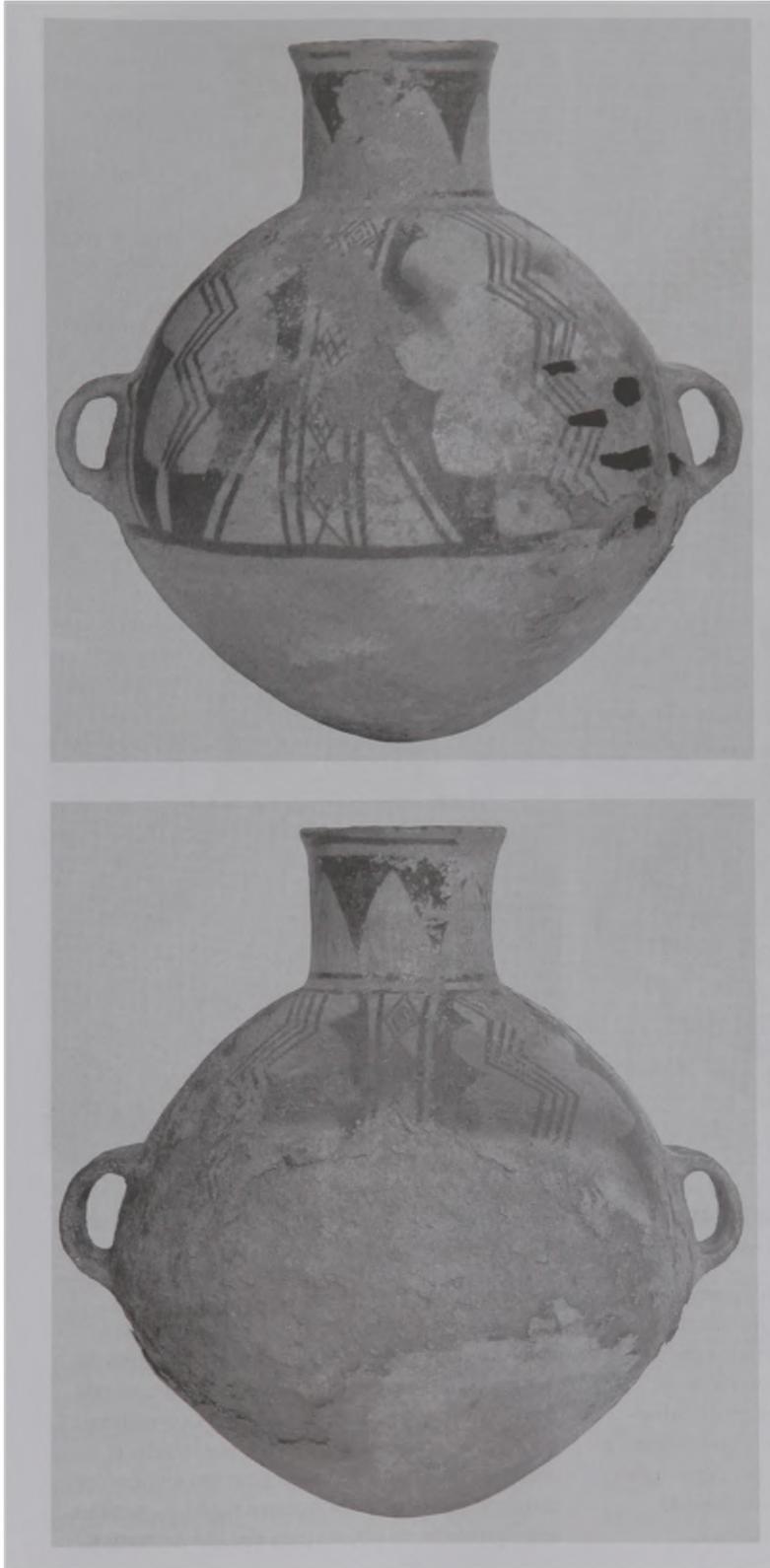
Quando iniciamos a intervenção do terceiro vaso no Laboratório, já tínhamos clareza e segurança a respeito do tratamento necessário e dos resultados que deveríamos obter. (Figs. 16 e 17)

Após um período estabelecido de observação dos resultados, foi realizada uma intervenção nas áreas mais afetadas devido à fragilidade, prevenindo possíveis danos (novos desprendimentos com perda da decoração). Esta intervenção consistiu no preenchimento das lacunas geradas pela perda do revestimento (ou de matéria), utilizando um derivado do gesso (Polyfilla), respeitando os critérios de reversibilidade, para conservar as áreas intactas. Este tratamento resultou numa fragmentação visual da superfície do objeto, portanto, optamos pela reintegração estética, com efeito ilusionista (não mimético) da reconstituição dos motivos gráficos com a técnica do pontilhismo, onde necessário, para permitir uma melhor leitura do objeto. (Figs. 18, 19, 20 e 21)

A finalidade da restauração de material arqueológico aparece, muitas vezes, na bibliografia, como um tratamento específico que visa, exclusivamente, o potencial acadêmico dos achados, porém, esses



Figs. 14 e 15 – Após tratamento de consolidação e limpeza.



objetos constituem um bem cultural que através de uma abordagem museológica podem também ter uma função expositiva devido ao seu potencial artístico, cultural e didático. Portanto, nos tratamentos de conservação/restauração que vêm sendo realizados no Laboratório de Conservação e Restauro do MAE, temos tentado vislumbrar os mais variados usos futuros que o objeto possa ter, respeitando sua função investigativa primordial.

Conclusão

O processo de conservação/restauração deve ser estruturado sobre dois conceitos principais: reversibilidade e mínima intervenção, porém não é simples a definição de tais parâmetros. Nem todo tratamento é, em senso estrito, reversível, portanto é importante que o conservador interfira minimamente na natureza de um objeto – seus limites devem ser definidos para cada peça ou, no máximo, coleção. Disso deriva uma segunda importante prática, que é o registro, não somente do que foi utilizado no tratamento, mas também o que foi observado no objeto e removido dele durante a limpeza investigativa. Registro que deve ser feito cuidadosamente por várias

Figs. 16 e 17 – Consolidação finalizada.



Figs. 18, 19 e 20 – Nivelamento das áreas com perda. Fig. 21 – Reintegração pictórica.

razões: para facilitar outros tratamentos concomitantes ou futuros; para registrar o nível de interferência para futuras análises; e para acumular dados para a base da pesquisa em conservação e restauração. Assim, o maior número de informações possíveis sobre o objeto arqueológico é preservado para futuros estudos ou exposições.

Os processos de limpeza e consolidação constituem etapas complexas, decisivas e,

teoricamente, irreversíveis. Apesar disso, a limpeza investigativa, talvez, ofereça a melhor oportunidade para coletar informações, além de ser a ocasião em que muitos dos objetos são de fato examinados em cada detalhe. A consolidação/ estabilização dos materiais por interferir mesmo que em um pequeno grau nas evidências arqueológicas, através da introdução de substâncias químicas no objeto para coesão da matéria

cerâmica, só deve ser realizada quando o processo de degradação tiver uma ação contínua e avançada, ou o material encontrar-se em condições muito frágeis para seu estudo e manuseio. Quando uma limpeza e/ou uma consolidação é necessária, esses procedimentos deverão ser definidos em função da condição do material e da preservação do potencial informacional para outros estudos.

Atualmente, tem-se dado ênfase a métodos de estabilização passivos através do controle ambiental do local de armazenamento dos objetos, quando possível, por ser a resposta mais eficiente ao conceito de mínima intervenção.

Em relação às reconstruções ou nivelamentos de áreas perdidas, que podem ser necessários, para a conservação estrutural do objeto, uma condição mais adequada de armazenamento, para uma melhor leitura do objeto ou para fins expositivos, busca-se utilizar materiais com resistência mecânica mais baixa que a cerâmica e que sejam reversíveis, não interagindo com a matéria original.

Os processos de conservação/ restauração que também visem fins expositivos requerem tempo, pois envolvem algumas técnicas adicionais não necessárias para publicações ou armazenamento, e devem ser realizados somente após as considerações anteriormente expostas. Nessa circunstância, o objeto pode requerer um maior grau de limpeza e consolidação do que em outros casos, ou mesmo preenchimentos adicionais (tanto para artefatos provenientes de escavações como para aqueles armazenados no Museu), tratamentos que se tornam claros somente após a verificação de como o objeto será apresentado. É por razões estéticas, para ilustrar um tipo, para demonstrar uma tecnologia, preencher uma ambientação, ou o quê? Lembrando que, normalmente, a limpeza de objetos arqueológicos pode ser limitada pela não definição do que seria a aparência original e pela reminiscência de resíduos que podem ser importantes para o estudo dos objetos.

Enquanto estabilizar, colar, reconstruir podem ser entendidos como procedimentos conservativos, a reintegração pictórica não pode ser realmente considerada uma técnica conservativa; com exceção de raros casos, o retoque não previne ou desacelera nenhuma degradação do objeto. No entanto, permite que o objeto seja

apreciado em suas qualidades estéticas, enquanto, ao contrário, poderia estar desfigurado por danificações – se restaura o valor estético do objeto. É uma técnica de restauração que tem o objetivo de disfarçar preenchimentos que tenham sido feitos em áreas danificadas, permitindo que essas se misturem, em maior ou menor grau, com a cerâmica ao redor.

Ao trabalhar com um conjunto coerente de peças, amplia-se o potencial informacional revelado durante os processos de conservação, não só em relação aos procedimentos e materiais a serem utilizados para o tratamento dos objetos, quanto no que diz respeito à história dos próprios objetos.

Durante o processo de restauração, realizamos uma observação cuidadosa da forma e decoração das peças cerâmicas, podendo também elaborar um modo de leitura dos objetos através da aplicação de um sistema de planos que operem como coordenadas cartesianas; no caso de vasos com duas asas, o eixo principal situa-se comprometendo ambas, e para determinar a vista frontal e posterior, quando possível, entende-se por vista frontal principal aquela cujos desenhos sejam mais complexos.

No caso dos vasos em questão com base ovalada, é provável que fossem guardados semi-enterrados no solo, portanto, num primeiro olhar era apreciada a calota superior do objeto, e não as laterais; é possível que a ceramista procurasse, então, dar uma coerência formal para esse tipo de observação. Algumas decorações de vasilhas globulares adquirem maior coerência quando observadas num corte horizontal na altura do maior diâmetro, planejando os desenhos do hemisfério superior. (Fig. 22)

Um grande avanço nas intervenções de conservação/ restauração arqueológica poderá ocorrer na medida em que o restaurador tenha consciência, conhecimento do tipo de escavação e as condições de proveniência da peça, ajudando na definição do tipo de intervenção possível. E isto não somente em relação à recuperação física do objeto, mas também em função das questões que a peça deve responder.

O momento da conservação/ restauração deve ser antes de tudo uma fase de pesquisa que leve a uma melhor compreensão da natureza do objeto, sua composição, características da técnica de fabricação, os tipos de deterioração

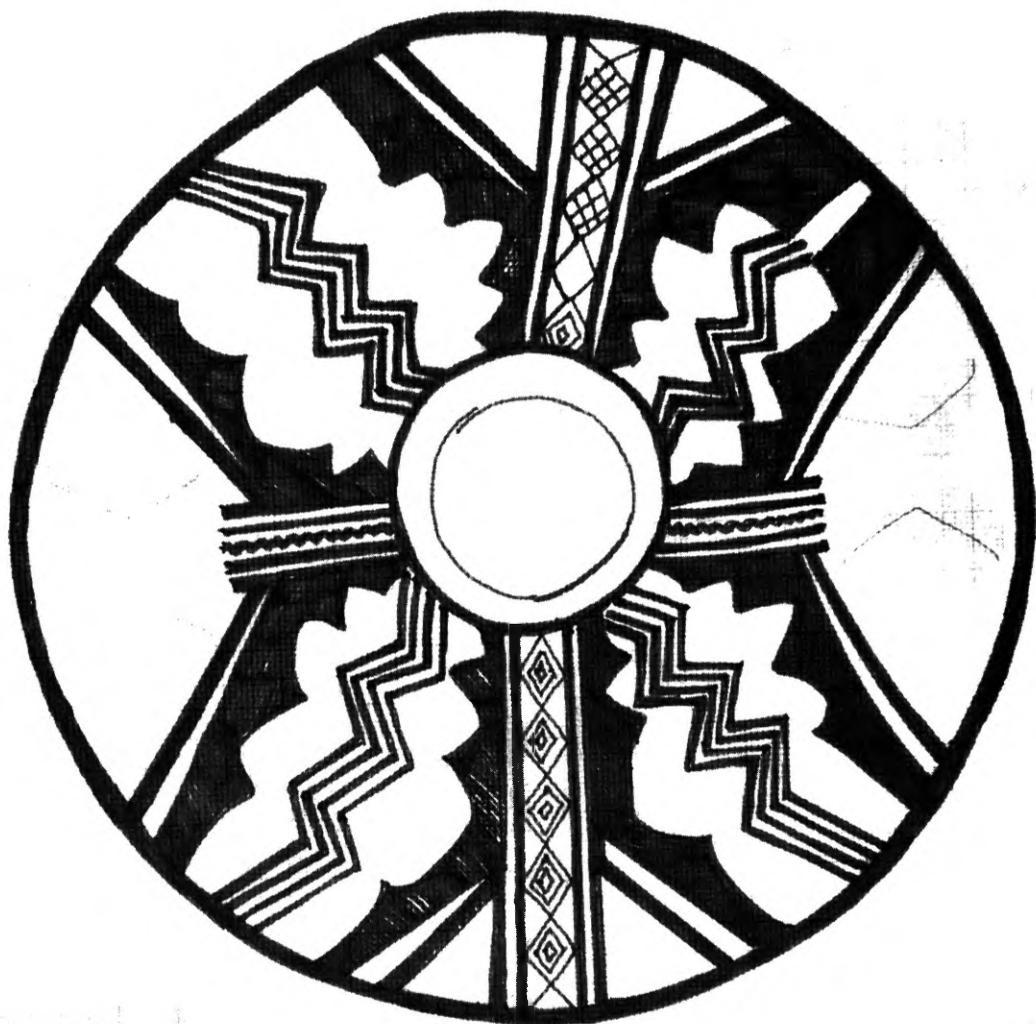


Fig. 22 – Planificação da decoração geométrica.

que ocorreram com o tempo, e dos tratamentos propostos, enriquecendo a documentação sobre os objetos tratados, abrindo espaço para a discussão dentro da área de Conservação e

Restauração com pesquisadores de outras áreas, que são agentes indispensáveis para se estabelecer um trabalho de investigação interdisciplinar mais amplo.

LIMA, S.C. Specificities in the restoration of archaeological ceramics: a case study. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 269-281, 2002.

ABSTRACT: Explanation on the work that has been done by the Laboratory of Conservation and Restoration of the Museum of Archaeology and Ethnology / USP on the archaeological ceramic collection, discussing the specificity of the process of ceramic conservation and restoration, the needed research, as well as that motivated by it, and the opportunities for investigation, through a case study.

UNITERMS: Archaeological ceramic – Conservation – Restoration – Pre-Columbian archaeology – Chile.

Bibliografia

- BRAGA, G.B.
1998 A Conservação Preventiva nas Reservas Técnicas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 8: 269-277.
- BRANDI, C.
1977 *Teoria del Restauro*. Torino: Piccola Biblioteca Einaudi.
- BATISTA, A.C.N.; MENDES, M.
1993 *Restauração: Ciência e Arte*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ & Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN.
- BUYS, S.; OAKLEY, V.
2000 *Conservation and Restoration of Ceramics*. Butterworth-Heinemann, Series in Conservation and Museology.
- CRONYN, J.M.
1996 *The Elements of Archeological Conservation*. London: New York Routledge.
- FABBRI, B.; GUIDOTTI, C.R.
1993 *Il Restauro della Ceramica*. Fiesole: Nardini Editore.
- FRONER, Y.A..
1995 Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceitos e critérios. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 5: 291-301.
- GOMES, D.M.C.; BRAGA, G.B.
1998 A Curadoria da Coleção Tapajônica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 8: 325-328.
- GONZÁLES, C.; SANCHES, F.
2000 *Alfarería Indígena Chilena*. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile.
- ICCROM
1986 *Conservazione sullo Scavo Archeologico*. Centro di Conservazione Archeologica, ICCROM, Roma.
- LORÉDO, W.M.
1994 *Manual de Conservação em Arqueologia de Campo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, Departamento de Proteção.
- MOSTNY, G.
1981 *Prehistoria de Chile*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria.
- ODDY, A.
1993 *Restoration – Is it Acceptable?*. British Museum Occasional Paper, 99. London: British Museum Press.
- SCATAMACCHIA, M.C.M.
1996 O Aproveitamento Científico de Coleções Arqueológicas: a coleção Tapajônica do MAE/USP. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 317-333.
- WARD, P.
1989 *The Nature of Conservation – A Race Against Time*. The Getty Conservation Institute, Second edition, Marina del Rey, California.
- WIESNER, H. (Ed.)
2002 *Cerâmica precolombina*. Cuadernos de Taller, Facultad de Restauracion de Bienes Muebles, Universidad Externado de Colombia.

Estudos Bibliográficos

APONTAMENTOS PARA UMA TÊNUE URDIDURA. UM PALIMPSESTO DE TEORIAS E SUAS IMBRICAÇÕES NA ARQUEOLOGIA

*José Alberione dos Reis**

“Em uma palavra, os raios de luz que as estrelas nos enviam não nos chegam instantaneamente, e sim empregando um certo tempo em transpor a distância de separação, não nos mostrando as estrelas tal qual são agora, mas tal qual eram por ocasião em que partiram esses raios de luz transmissores do respectivo aspecto. Aí está uma surpreendente transformação do passado em presente. Para o astro observado, é o que já se passou, o já desaparecido; para o observador, é o presente, o atual. O passado do astro é rigorosa e positivamente o presente do observador”
(Flammarion [1866] (1979:36).

1. Preparando

A tela da tecelagem é a Arqueologia. A trama e a urdidura dos fazeres deste texto serão trançadas pela teoria no que se vai tecendo na Arqueologia. A teoria como referência a dois eventos internacionais que a tiveram como tema.

Neste texto proponho um entrelaçar de assuntos sobre teoria em Arqueologia que compuseram duas reuniões internacionais. Vou, portanto, comentar alguns tópicos desses eventos.

Que eventos são esses? Trata-se de duas reuniões internacionais de teoria arqueológica. A primeira aconteceu em 1998, na cidade de Vitória/ES.¹ Segundo seus organizadores (Funari *et al.* 1999), a tônica da reunião teve sua importância por provocar um debate sobre questões teóricas, algo quase inédito na Arqueologia brasileira. Tendo

como ancoragem a teoria arqueológica, os assuntos discutidos na 1ª RITAAS foram assim agrupados: métodos, história da arqueologia latino-americana, etnicidade, cultura material e patrimônio. A segunda ocorreu em 2000, na cidade de Olavarría/Argentina.² Na 2ª RITAAS o destaque teórico foi para a Arqueologia Pré-histórica e os temas debatidos foram os seguintes: tendências em Arqueologia evolutiva, feminismo e gênero, etnicidade, multivocalidade, arqueologias regionais, história da arqueologia da América do Sul, construção e desconstrução do registro arqueológico, patrimônio cultural e educação, tendências contemporâneas na Arqueologia sul-americana. Para as duas reuniões,³ alguns assuntos foram comuns e outros, porém, apontando para caminhos bastante peculiares.

Assim, o meu intuito nesse texto é o comentário e discussão de alguns dos temas acima enuncia-

(*) Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Campinas, UNICAMP, SP. Bolsista da FAPESP.

(1) I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul – Vitória – Espírito Santo/Brasil, 1998. Neste texto será sempre referendada pela seguinte sigla: 1ª RITAAS. Os artigos apresentados nesta reunião já foram publicados (Fleming 1999).

(2) 2ª Reunión Internacional de Teoría Arqueológica en América del Sur – Olavarría – Provincia de Buenos Aires – Argentina, de 4 a 7 de outubro de 2000. Neste texto será referendada pela seguinte sigla: 2ª RITAAS. Os comentários sobre esta reunião advirão de material inédito, já que os artigos apresentados ainda não foram publicados.

(3) Este ano, entre 20/21 de setembro, aconteceu a 3ª Reunión Internacional de Teoría Arqueológica en América del Sur, em Bogotá/Colômbia.

dos e os cruzamentos destes com as propostas teóricas neles incluídas. Comentários e cruzamentos sendo aqui propostos como um lugar crítico em relação aos domínios já possíveis das condições de possibilidade da teoria na Arqueologia brasileira. Tecerei, também, alguns questionamentos em relação ao que se possa entender por inter e transdisciplinaridade em relação ao lugar da teoria na Arqueologia brasileira.

2. Enlaçando

Na tessitura da glosa, seguem-se alguns textos escolhidos a partir do que foi trabalhado nas apresentações que compuseram o total das duas reuniões teóricas de Arqueologia. O título em destaque é o que foi dado por cada autor do texto glosado. O critério de seleção dos textos das duas reuniões internacionais apontou para a escolha de quatro temas que destacaram o lugar da teoria em suas elaborações: teorizando teorias; Arqueologia Histórica e teorias; Arqueologia Sul-americana e teorias; Patrimônio e cultura material, teorizações.

2.1. Teorizando teorias

Este tópico pode ser apresentado como o núcleo temático para se efetuar discussões sobre teoria em Arqueologia. São textos cujo objetivo precípua consiste em teorizar sobre teorias específicas do fazer arqueológico e suas imbricações com os mais variados campos do conhecimento, entrelaçados e comprometidos com aquele fazer.

“A materialidade e o social”

Este texto caracteriza a Arqueologia como sendo típica da modernidade. Para Thomas (1999) a era moderna com a revolução científica oriunda do Iluminismo não descobriu e, sim, construiu um pensamento moderno sobre a ordem da natureza. Estas possíveis descobertas da Ciência moderna se presentificaram em construções de campos do conhecimento, dentre eles o arqueológico.

A Arqueologia – estudo da cultura material – a tem focado como manifestação de normas e valores de uma sociedade tal ou como produto e reflexo do mundo social. Estas posições trazem sérios problemas. Para Thomas (1999) os vestígios assim estudados são caracterizados como pálidos restos de grupos já desaparecidos. Além disso, sabe-se que muitas comunidades não têm a menor distinção ou esquemas duais entre o que seja cultura/natureza, por exemplo. É preciso encarar a materialidade da cultura como oriunda de práticas sociais nas quais as pessoas fazem, agem em relações e se engajam em condutas sociais. O destaque para o estudo da cultura material como campo do social provoca um novo enfoque que sai do estudo de entidades para o de relações.

Neste jogo, Thomas (1999) traz a questão do poder em termos de vida social, aproximando-se do pensamento de Foucault. Para este, poder é rede de relações não criadas mas produzidas pelas pessoas. O poder restringindo e também facilitando as ações sociais e finalizando em efeitos sobre o social. A cultura material como um destes efeitos do poder. As pessoas ao ocuparem diferentes espaços na rede do poder produzirão diferentes contextos materiais, diferentes mundos materializados, diferentes lugares. “A cultura material não é, portanto, um simples produto da sociedade, ela é *integral* à sociedade. Segue-se que materiais que restam do passado, são mais que testemunhos de uma entidade extinta: são uma parte daquela entidade que ainda está aqui conosco presente” (op. cit.: 18).

Concluindo, o autor enfatiza que a tarefa interpretativa do arqueólogo diz respeito a artefatos implicados em relações criadas e produzidas na vida cotidiana. “... estou sugerindo que a apreensão do mundo material é um fenômeno social. Como as coisas são materializadas, dependem da linguagem das concepções, da experiência e das relações de poder que convergem em uma experiência particular” (op. cit.: 19).

“Por que há cultura material ao invés de nada uma questão esquecida da Arqueologia”

Este é um ensaio sobre questões filosóficas. Pode causar *frisson* trazer Filosofia para as malhas da Arqueologia. A pergunta do título é sobre a

óbvia constatação de que a cultura material existe, está ali sob a terra para ser escavada e interpretada. Pergunta Karlsson (1999) sobre o que sabemos de sua Existência, com um “e” maiúsculo. Vai buscar em Heidegger o conceito de Existência “como o processo que faz tudo que é manifesto, que o faz aparecer” (op. cit.: 21).

Acentuando a importância para a Arqueologia, em relação ao estudo da cultura material, de buscar entendimento da diferença ontológica entre Existência como História e o pensamento humano, Karlsson (1999) tece críticas tanto ao processualismo como ao pós-processualismo. Ambas teorias concebem a Existência do passado através da mera visibilidade e manifestação dos vestígios como construções sociológicas do presente ou postulados de metodologias científicas. Para o autor, ambas as escolas “... nunca respondem às questões que emanam da Existência destas existências” (op. cit.: 24).

Por estarem centradas num “antropocentrismo pós-socrático” (op. cit.: 24), diversas linhas teóricas na arqueologia contemporânea não dão conta de responder estas questões de Existência/existência. Para tal, o autor propõe uma Arqueologia Contemplativa de inspiração heideggeriana. Esta proposta visa provocar nos arqueólogos um remexer nas suas passividades e chamá-los a pensar sobre a cultura material, seja do passado ou presente, não como produto de significados finais em si, mas “... ela (cultura material) ou melhor a sua Existência é ainda a origem do que os arqueólogos conhecem e fazem” (op. cit.: 26). Esta Arqueologia Contemplativa busca um pluralismo teórico para se trabalhar os vestígios materiais nas mais diferentes abordagens e interpretações teóricas. Tem por escopo provocar amplas reflexões filosóficas num pensar múltiplo que guia e funda teoria na Arqueologia.

Até agora, nós arqueólogos, presos no antropocentrismo pós-socrático, temos argumentado somente sobre o status ontológico das existências, enquanto não temos reconhecido a diferença ontológica e a unidade entre Existência (como História) e pensamento humano que precede esta argumentação secundária. Nem temos sido cientes do fato que é a Existência (como História) que deixa os fenômenos (a cultura material) tornarem-se presentes para nós (op. cit.: 28).

“As geociências e suas implicações em teoria e métodos arqueológicos”

Aqui um aporte a um campo das chamadas ciências duras, o das Geociências. O empenho do autor é para chamar a atenção de que, mesmo tendo como objeto as ações humanas, o campo da materialidade da Arqueologia está diretamente ligado à terra. Assim imbricam-se, devido à circunstância de que os vestígios humanos estarão sempre depositados em ambientes da natureza, objetos da Geologia e da Geografia.

Para Araujo (1999), a Arqueologia nasce envolvida com problemas geológicos que associavam vestígios humanos, estratigrafia e cronologia. A partir de fins do século XIX e início do século XX, vai ocorrer um distanciamento entre a Geologia e a Arqueologia. Esta passa a receber maiores influências da Geografia Humana e da Etnologia. A partir dos anos de 1960, prepondera a influência da “Nova Arqueologia” apontando para uma pesquisa acurada sobre os processos de formação do registro arqueológico além dos estudos comportamentais, destacando-se aqui os trabalhos de Michael Schiffer. Este alertava para a necessidade de compreensão das transformações por que passava o registro arqueológico independentes, às vezes, dos registros referentes às ações humanas. Neste sentido, os arqueólogos deveriam se preocupar em entender a importância de estudos relacionados com processos físico-químicos que atuavam na construção do registro arqueológico, conjugados ou não com a presença humana. Desta vertente vai se desenvolver a Geoarqueologia cuja importância para Araujo (1999) diz respeito à constatação de que “... todos os sítios arqueológicos são potencialmente um problema geoarqueológico” (op. cit.: 40).

Araujo (1999) pergunta, então, sobre o que poderia concatenar teoria em Arqueologia a estas peculiaridades do registro arqueológico oriundas da Geoarqueologia. Apontando as contribuições de Clarke, Sullivan, Binford e Schiffer, Araujo propõe um conjunto de cinco modelos teóricos que contemplariam questões envolvendo a Arqueologia e a Geoarqueologia: Teoria Explanatória, Teoria Formativa, Teoria de Recuperação ou Registro, Teoria Formal ou Sistemática e Teoria Inferencial. Salientando a fundamental importância para a Arqueologia de buscar fundamentação em corpos teóricos, como os acima apontados e construídos pelo autor, este conclui que: “É necessário, portanto,

investir no conhecimento do registro arqueológico porque nossas perguntas não são as mesmas formuladas por profissionais das Geociências. (...). Arqueologia é simplesmente Arqueologia” (op. cit.: 44).

“Passos preliminares para a construção de um modelo sistêmico-processual-dialético”

Este texto pretende expor uma possibilidade de construção de um modelo teórico-antropológico com aplicabilidade ao registro arqueológico. A partir dos conceitos intitulados neste trabalho, aponta Aguirre (2000) que estes se ancoram na teoria geral dos sistemas, em enfoque processualistas, no materialismo dialético, na teoria social latino-americana e nos pressupostos processuais-cognitivos de Renfrew e Bahn.

Para Aguirre (2000), este modelo é Sistêmico por que considera sistema como tudo aquilo por onde circula matéria, energia e informação; é Processual por estudar processos contínuos ou descontínuos que operaram na história humana; é Dialético pelo uso dos conceitos de infra e superestrutura do marxismo que compõem amplamente os sistemas culturais humanos. Esta dialética, estudada a partir do registro arqueológico, visa avaliar diferenças intra e intersociais que ocorrem no processo biosocial e/ou biocultural no âmbito das ações humanas.

O tipo concreto de perguntas que o modelo trata de responder são aquelas referidas a quais níveis de energia as sociedades humanas atuais, históricas e pré-históricas, disponibilizam e têm disponibilizado insumos no conjunto de suas atividades, como estas estão e têm estado distribuídas, que causas motivam estes níveis de insumos e de distribuição e por que os mesmos têm variado ou se mantido ao longo do tempo e/ou do espaço (op. cit.: 96).

Concluindo, salienta Aguirre (2000) que este modelo se propõe avaliar e avançar sobre aspectos que já têm feito composição em programas processuais, tais como: os tecnológicos, os ecológicos e os econômicos. O modelo apresentado visa uma superação destes programas processuais em termos de seus aspectos meramente funcionais.

“Teorias para o conhecimento ou teorias para a ‘fixação de crenças”

Consens (2000) alerta para as profundas mudanças ocorridas nas concepções do que seja Arqueologia na América do Sul, nos últimos vinte anos. Tais mudanças advieram, de um lado, pelo intenso aporte de equipamentos e tecnologias sofisticadas e, de outro, pela circularidade de campos do conhecimento que se propõem entender e interpretar vestígios com a utilização das mais variadas teorias e metodologias. Muito do que vem provocando mudanças advém do âmbito conceitual, o que leva a uma ampliação de aproximações para o entendimento do passado humano. Salienta Consens (2000) sobre os tantos “ismos” que se seguem como sobrenomes da Arqueologia. Segundo o autor, aqueles “... incluem em alguns casos (muito mais do que seria desejável), mais busca de poder pessoal e institucional do que conhecimento” (op. cit.: 98).

Para Consens (2000) o certo é que na América do Sul o que se entende por Arqueologia mudou radicalmente. Para uma sobrevivência acadêmica é preciso entender e aceitar estas mudanças, modificando práticas e discursos, caso contrário os arqueólogos sul-americanos perecerão intelectualmente. Um fator importante e provocador da mudança diz respeito a uma massiva investida de informações arqueológicas oriundas de países de língua inglesa. Junto com elas vieram métodos, procedimentos e técnicas até então desconhecidos. “O terrível não foi que utilizamos esses equipamentos e técnicas para transgredi-los ou derrubá-los, senão que muitos foram utilizados e aplicados sem nenhuma crítica ou avaliação de sua factibilidade” (op. cit.: 99).

A perturbação e o desconforto desta mudança também advém de que hoje há um desafio plenamente instalado no trabalho arqueológico que consiste na abismal diferença entre a apreensão empírica dos vestígios nos sítios escavados e uma Arqueologia que prioriza formulações conceituais sobre tais vestígios. Para Consens (2000), marcos teóricos são imprescindíveis no sentido de gerar, transformar e trabalhar os vestígios em meta-dados.

Tal desafio advém de uma situação concreta e intensa para a atual Arqueologia: de um lado aquela que resiste em velhos paradigmas e aquela que se abre aos novos, de forma às vezes acrítica e até doutrinária. Assim conclui Consens (2000:101):

Porque, além dos discursos desencontrados e esquizofrênicos, condenamos as jovens gerações de arqueólogos a dissuadir seus esforços e expectativas que não necessariamente estão limitadas em aspectos econômicos e institucionais. Condenamos com um não à criação e ao desenvolvimento, com a fixação de novos ritos e novas fórmulas canonizadas. Ao culto curricular da fixação de crenças.

“Anti-Hodder: diatribe contra as veleidades pós-modernistas no pós-processualismo de Ian Hodder”

Uma contundente arremetida. Uma leitura crítica, mesmo que especulativa, sobre determinados argumentos que se naturalizaram na Arqueologia contemporânea da América do Sul, a partir de uma incorreta prática acadêmica e de uma dependência intelectual, de acordo com Velandia (2000) e por ele denominada de Grande Teoria. A autor refere-se à forma como certas arqueologias fazem uso, sem acuradas investigações e críticas, de propostas teóricas produzidas na metrópole e, em especial, as advindas de Hodder e suas resoluções pós-processualistas.

Para Velandia (2000), Hodder, a partir de uma visão historicista do objeto da Arqueologia, conseguiu explicitar as inconsistências de Binford no sentido de que este não superou sua antipatia pela História e pela historicidade dos processos de deposição inculcados no registro arqueológico. Mas o autor para aí. Sua diatribe rancorosa é assim assumida: “Com o argumento de Hodder de que o processo de interpretação consiste na ...adscrição de significados... aos significantes do registro arqueológico, basta simplesmente ser um novelista com algo de imaginação, como certo best-seller da moda” (op. cit.: 134).

“A construção do passado em Arqueologia”

Partindo de algumas construções teóricas gerais da modernidade e da pós-modernidade, Zarankin (2000) propõe discutir duas correntes teóricas em Arqueologia – processualismo e pós-processualismo – e suas diferentes abordagens sobre como se entende e constrói o passado.

O passado, a partir do pensamento moderno, se filia ao processualismo que advoga pela objetividade da pesquisa, pela cientificidade da Arqueologia, e por fundamentação em modelos bastante influenciados por filósofos da ciência, dentre eles Carl Hempel. Aqui os dados são independentes das teorias assumidas e é possível o conhecimento de um mundo objetivo a partir da ciência e seus métodos.

O pensamento pós-moderno e sua construção do passado em Arqueologia são abraçados pelo pós-processualismo. Amplas influências são absorvidas de filosofias anti-essencialistas ou nominalistas. A Arqueologia é encarada como prática assentada no marco do sistema capitalista, reapropriando e resignificando passado em função de interesses do presente. Existe um consenso de que a Arqueologia produz reconstruções subjetivas do passado, não existindo, portanto, um passado único ou verdadeiro mas vários passados construídos a partir de diferentes lugares, posições, olhares, discursos dos pesquisadores. Aqui o Arqueólogo é ativo e político na sua ação pesquisadora. Conclui assim Zarankin (2000:105): “Como toda a interpretação, o trabalho do arqueólogo é uma visão a mais que varia de profissional a profissional e de época a época. Desta forma as interpretações estão em um contínuo fluxo de transformação e mudança”.

2.2. Arqueologia Histórica e teorias

Discorre-se agora sobre textos que estão envolvidos em contextos no âmbito da Arqueologia Histórica. São estudos de caso que imbricam, a partir de uma transdisciplinaridade para a especificidade do fazer arqueológico. Teorias que discutem relações entre a arqueologia e a teoria da rede, modelos arquitetônicos, e o capitalismo.

“A teoria da rede e a Arqueologia da História moderna”

Quais são as possibilidades e potencialidades da teoria da rede para as interpretações nos trabalhos de Arqueologia Histórica? O texto de Orser (1999) traz como propósito responder esta questão. Tendo como ponto de partida a Antropologia, Sociologia e Geografia contemporâneas, a

teoria da rede fundamenta-se no princípio de que homens e mulheres atuam socialmente imbricados em inter-relações que podem ser construídas como uma teia, uma rede. Homens e Mulheres produzindo e reproduzindo a vida social interligada como redes, como teias. Para Orser (1999), questionando o que ele denomina de “ponto de vista culturalista” este proporia explicações e interpretação simplistas de situações históricas complexas e esconderia relações sociais em mutação e historicidades. Contrapondo sua crítica, Orser (1999:89) apresenta a abordagem da teoria da rede como sendo aquela que “... rejeita de maneira franca a posição culturalista e propõe, em seu lugar, que paisagens sejam compreendidas como criações conscientes, baseadas não estritamente na cultura mas nas interações e associações de agentes masculinos e femininos.”

Para que a teoria de rede tenha utilidade para a Arqueologia Histórica é preciso um desenvolvimento de quadros interpretativos que tenham relevância e ligação com os pressupostos desta teoria. Partindo da constatação de que o uso da informação textual tem sido como que definidora da peculiaridade da pesquisa em Arqueologia Histórica, Orser (1999) apresenta alguns quadros interpretativos como fundamentais para uso da abordagem da teoria da rede: num dado local sócio-histórico a evidenciação de relações em atividade; relações de ser humano para com ser humano e destes para com o ambiente em termos, ao mesmo tempo, sociais e espaciais; relações capitalistas nas quais se pressupõe relações de poder; identificação de lugares e espaços construídos e vividos por seres humanos; a espacialidade como expressão ideológica da ação humana sobre a terra.

Trazendo, numa breve apresentação esquemática, o caso do quilombo de Palmares, Orser (1999) demonstra como é possível a aplicação para a Arqueologia Histórica da abordagem da teoria de rede. Enfatizando a importância e o potencial desta teoria, assim aponta Orser (1999:93-94): “A presença do registro escrito e de outras fontes de informação oral ou escrita, torna a análise de rede consideravelmente mais interessante para os estudiosos da Arqueologia Histórica (...). Sem dúvida, as vantagens proporcionadas pela presença de informação textual dá uma enorme potencialidade à aplicação da análise de rede na Arqueologia Histórica”

“Arqueología de la Arquitectura: *another brick in the wall*”

Relações sociais construídas materialmente; a Arquitetura como criação de uma paisagem cultural humana; os objetos materiais produzidos humanamente como portadores e geradores de significados; a cultura material como uma dimensão ativa e ideológica dentro de um determinado sistema cultural assim como as subjetividades nela contidas e geradas, são os pressupostos que norteiam o trabalho de Zarankin (1999).

Partindo de que ainda não há um consenso do que possa ser conceituado como Arquitetura, sendo para alguns arte e para outros ciência, Zarankin (1999) salienta que estruturas arquitetônicas são freqüentemente encontradas em sítios arqueológicos e estas são tomadas como fontes de informação ou como obstáculo a projetos de escavação. Apontando para uma dialética na produção arquitetônica que confrontaria funcionalidade e arte, Zarankin (1999:120) apresenta o que é denominado como Arqueologia da Arquitetura: “Esta oferece uma nova perspectiva de análise para abordar aspectos relacionados com a confrontação do entorno humano. As construções são vistas como elementos ativos, produtos culturais que interatuam de forma dinâmica com o homem”

Neste texto, Foucault é destacado como um autor que traz aportes para a Arqueologia no sentido de identificar uma Arquitetura atuando como tecnologia do poder. Esta, com sutis estratégias de entrelaçamentos funcionais e construtivos, levaria a uma manipulação da cultura material que visaria moldar indivíduos disciplinados e úteis. Trabalhando com casas da classe média de Buenos Aires, do século XVIII até o presente, Zarankin (1999) buscou estabelecer vinculações e mudanças formais e espaciais entre as casas e o desenvolvimento do sistema capitalista neste tempo e espaço. Além disso, procurou entender como aspectos do cotidiano se moldavam nas transformações arquitetônicas das casas imbricadas no processo de reprodução do capitalismo.

Como conclusão, diz Zarankin: “Neste caso consideramos a conformação morfológico-espacial das casas das classes médias como uma forma de ‘auto-disciplinamento’ da burguesia, necessária para posteriormente expandir e generalizar esta disciplina para o resto da sociedade e desta forma reproduzir e dar continuidade ao sistema” (op. cit.: 126).

“Arqueologia do capitalismo: ‘estratégias’ e ‘táticas’ na Antártida, século XIX”

Salientando um recente interesse da Arqueologia em abordar cultura material como fonte de estudo sobre conflito ou raízes sociais do poder, Senatore e Zarankin (2000) utilizam-se dos conceitos de ‘estratégia’ e ‘tática’ de Michel de Certeau e os aplicam numa pesquisa arqueológica situada na Antártida, em sítios do século XIX. Trata-se da ocupação por empresas capitalistas que exploravam recursos marinhos através do agenciamento de trabalhadores que, temporariamente, dispersavam-se e se instalavam em pontos espacialmente distintos na paisagem antártica.

A Arqueologia brinda a possibilidade de analisar práticas cotidianas destes indivíduos e discutir sua relação com as estratégias do sistema capitalista. Desta maneira e a partir deste caso se exploram problemas relacionados com a vinculação entre estrutura e ação, aprofundando a análise de contextos particulares em escalas pequenas como parte de um processo maior que é a expansão do sistema capitalista em uma escala global (op. cit.: 106).

2.3. *Arqueologia sul-americana e teorias*

Assunto bastante instigante no debate contemporâneo diz respeito a elaborações teóricas no âmbito latino-americano. Este debate questiona duas situações: é preciso uma teoria arqueológica latino-americana? se não, como trabalhar com Arqueologia na América latina em conjugação com teorias construídas no hemisfério norte?. Os textos a seguir tratam deste debate enfocando os seguintes temas: uma perspectiva para a Arqueologia brasileira; influências do pensamento ocidental e a importância da teoria arqueológica internacional para o caso brasileiro; o questionamento sobre a construção teórica sul-americana e, por fim, um estudo de caso na Arqueologia argentina envolvendo teoria e a primazia do objeto.

“Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada”

Convidando os arqueólogos para debaterem sobre uma Arqueologia verdadeiramente nacional, Barreto (1999) mostra que, para este debate, faz-se necessário destacar as especificidades do registro arqueológico e seus contextos como base de escolhas teóricas e metodológicas que visem interpretações e elaborações de tal Arqueologia. Apontando para uma ‘perspectiva histórica comparativa e crítica’ para a Arqueologia brasileira, Barreto (1999:203) salienta que é preciso “... explicitar não só as correntes teóricas que influenciaram a produção até hoje e entender como se chegou ao cenário atual de usos de teoria tão pouco explícitos, quase nunca discutidos, e geralmente desprezados na arqueologia brasileira”

Perguntando sobre a Arqueologia brasileira em termos de uma Arqueologia nacional, cuja tarefa seria de resgate e reprodução da cultura nacional, Barreto (1999) responde afirmando que tal proposição ainda não aconteceu em função do isolamento desta Arqueologia em relação aos debates e propostas teóricas internacionais, entre vários fatores. Tal situação adviria de duas constatações: o afastamento da Arqueologia brasileira das ciências sociais, principalmente da Antropologia cultural; teorias e metodologias estrangeiras que, em aplicações nacionais, aqui são usadas inadequadamente e descontextualizadas.

Para Barreto (1999) é preciso que a Arqueologia se confronte e busque por um passado cultural visando à construção de uma identidade nacional. A autora faz breves indicações de como esta tarefa vem sendo trabalhada em países como o México e o Peru, dentro da chamada Arqueologia Social. A autora enfatiza a necessidade de uma politização da Arqueologia brasileira em relação ao patrimônio e identidade nacionais, constatando uma ausência: “... numa breve análise da história da arqueologia brasileira no que diz respeito à contribuição da arqueologia para a reconstrução de um passado e identidade nacionais, fica notória a ausência de uma tradição de usos políticos do patrimônio arqueológico.” (op. cit.: 207).

O surgimento e construção da Arqueologia no Brasil aconteceram, segundo Barreto (1999) dentro das universidades, porém, sem um projeto curricular e teórico, privado de profissionais treinados e

especializados. Dada esta situação, intelectuais estrangeiros moldarão e cunharão as inspirações teóricas aplicadas no desenvolvimento da Arqueologia nacional. Serão duas principais influências teóricas que atuarão na Arqueologia brasileira: a Arqueologia francesa e suas missões no Brasil e a Arqueologia norte-americana com a atuação dos arqueólogos Betty Meggers e Clifford Evans. Preponderantemente conduzida por estas escolas, a Arqueologia brasileira construiu-se mais próxima da História Natural. Ancorando-se na História, manteve-se distanciada das demais ciências sociais, diferentemente da Arqueologia praticada em diversos países da América do Sul. A Arqueologia brasileira vai crescendo isolada das ciências sociais e dos contextos internacionais em termos teóricos. Barreto (1999:208), diante deste quadro, assim conclui: “No Brasil, a arqueologia parece ter ficado soterrada sob a carapaça de uma linguagem técnica desumanizada: fala-se em artefatos, camadas estratigráficas, e sítios arqueológicos, ao invés de culturas, períodos históricos e assentamentos humanos”

“A importância da teoria arqueológica internacional para a Arqueologia sul-americana: o caso brasileiro”

“Existe teoria arqueológica no Brasil?” pergunta Funari (1999:213). Existe, porém, com seus pressupostos implícitos ou ocultos. Não estão hermenêutica e ontologicamente explicitados. A teoria na Arqueologia brasileira joga em termos do implícito e do explícito em suas elaborações.

“É possível, no entanto, qualquer trabalho de campo sem teoria?”, é outra questão de Funari (1999:213). O autor responde que não é concebível nenhuma atividade arqueológica sem base teórica. O desafio é no sentido de clarear e explicitar as perspectivas e discursos teóricos existentes na prática arqueológica no Brasil.

Relatando sucintamente, Funari (1999) diz que a Arqueologia no Brasil, desde o século passado, vinha sendo conduzida, de um lado, por diretores de museus patrocinados por uma elite e ligados a um sistema de compadrio e clientelismo dominantes no país. Por outro lado, destaca o autor a figura humanista de Paulo Duarte, propondo a criação de instituições arqueológicas

e medidas protecionistas com relação ao patrimônio. Com o golpe militar de 1964, instala-se no Brasil um regime de força e de reforço ao compadrio e ao clientelismo. Neste contexto, chegam ao país os arqueólogos norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans, trazendo com eles uma forte predominância positivista e empírica como formação para arqueólogos brasileiros. Porém, de acordo com Funari (1999), diferentemente da aplicação positivista na sociedade norte-americana, no Brasil esta escola foi introduzida num quadro de clientelismo e compadrio gerando práticas não-igualitárias para a produção do conhecimento arqueológico.

Em anos recentes, porém, segundo Funari (1999) este quadro vem mudando devido ao crescente interesse e busca por novas abordagens teóricas e compromissos políticos e sociais que vem tomando a Arqueologia brasileira. O autor demonstra esta mudança em função da grande produção acadêmica de teses e dissertações e de numerosas publicações e artigos que visam à ampliação dos limites teóricos e políticos, os quais vinham cerceando a Arqueologia praticada no Brasil. Neste sentido, destaca Funari (1999:217) o papel relevante que a teoria traz para o caso brasileiro: “No contexto de uma Arqueologia ainda dominada por relações de compadrio, muitas vezes infensa, até mesmo ao empirismo que busca seguir padrões internacionais de qualidade, a teoria tem um papel crucial em impulsionar os arqueólogos a um pensamento crítico, à interpretação e análise e, não menos importante, a desafiar as idéias e práticas estabelecidas”

“Arqueologia na América do Sul: requer um acercamento especial?”

Falar de teoria em Arqueologia é falar de prática, prática esta que não deva ser diferente na América do Sul. Para Borrero (2000:193) melhor seria perguntar como “... encarar a investigação arqueológica em geral, não exclusivamente na América do Sul” Questões geográficas serão resolvidas por agendas locais ou regionais. Para Borrero (2000), primeiro é preciso distinguir entre ciência e pseudociência nas construção de agendas científico-políticas e, depois, pensar sobre uma cientificidade da Arqueologia.

Segundo Borrero, não interessa que uma teoria seja nacional ou sul-americana. O importante é que “... com uma teoria, haveria que se perguntar, [por um lado], que técnicas observacionais esta teoria conduz, [por outro], que instruções dita para recolher materiais. (...) Um esquema assim está capacitado não só para avançar na investigação científica de qualquer lugar, senão também para servir a agendas nacionais ou regionais [para a Arqueologia].” (op. cit.: 196).

“A Arqueologia argentina e a primazia do objeto”

Tomando como referência a prática arqueológica argentina, na segunda metade do século XX, Nastri (2000) propõe um exame da relevância que vem tomando o conceito de primazia do objeto em tal arqueologia. Este conceito vem sendo orientado por um cientificismo que propugna pela identificação do objeto daquilo que ele é com aquilo que deveria ser. “Desta maneira, entranha uma posição legitimante em relação à ordem social e constitui um dos pilares do isolamento da disciplina arqueológica do resto das ciências sociais.” (op. cit.: 117).

Historiografando concisamente a Arqueologia argentina ao longo do século XX, Nastri (2000) aponta as sucessivas concepções teóricas e ideológicas que marcaram a primazia do objeto: renascimento de uma tradição positivista de investigação associada com formulações evolucionistas culturais; difusão de noções de determinismo ecológico; explicações em função de ajustes maximizadores do benefício energético na relação população/ambiente. Nos últimos anos, herdando influências da Arqueologia Processual, a primazia do objeto nas pesquisas vem sendo calcada por explicações que renovaram o marco evolucionista centrando atenção na categoria ‘paisagem’. Nesta linha, a primazia do objeto adquire relevância ao apontar para aquilo que perdurou ao invés daquilo que deveria ser. Assim conclui Nastri (2000:119):

O mundo material é parte do homem e não um ambiente externo a ele. (...) Ficar-se aferrado a este feito para reforçar a identidade disciplinar (e os reclames corporativos) ou transcendê-los através de análise cultural,

constitui o dilema da Arqueologia frente à primazia do objeto. Implica, portanto, considerar não só questões de índole teórica em torno da concepção do objeto material, senão também levar em conta as determinações políticas e sociais mediadas, fundamentalmente, pela lógica dos campos científicos.

“Influências ocidentais do pensamento arqueológico no Brasil”

A prática arqueológica no Brasil já tem uma longa trajetória, apesar disto, sugere Funari (2000) que esta prática pode ser encarada como uma invenção ocidental. Por que isto? Desde meados do século XIX, com os trabalhos do dinamarquês Lund e prosseguindo por este mesmo século e até meados do século XX, vários pesquisadores europeus aqui estiveram atuando e incentivando pesquisas arqueológicas. Após a Segunda Guerra, através da atuação de Paulo Duarte, vem da França a principal influência. A partir da década de 1960, muda-se a geografia e vem dos Estados Unidos, através dos arqueólogos Betty Meggers e Clifford Evans o predomínio sobre a Arqueologia brasileira, treinando e formando uma geração de discípulos. Assim sendo, entende-se a sugestão de Funari (2000) de que a Arqueologia no Brasil pode ser entendida como uma invenção ocidental. Dito de outra forma, é impossível desvencilhar a prática arqueológica no Brasil sem estas íntimas e potentes influências. Dentre elas, destaca o autor a chamada escola Histórico-Cultural, um “modelo ubíquo”

A prática arqueológica deve ser entendida como uma prática que encare a Arqueologia como um processo social e material (Funari 2000). Esta assertiva é particularmente importante e bastante problemática quando se estuda as influências da escola Histórico-Cultural que vem, de longa data, afirmando que nacionalidade é a identificação de uma linguagem, uma raça, uma cultura. Para a América do Sul, onde é possível identificar vários grupos étnicos, ligados por supostas bases lingüísticas, agrupados em dados da cultura material dentro de uma homogeneidade, a trilogia acima mostrada, advinda do histórico-culturalismo, mostra-se como uma fácil influência a ser identificada no registro arqueológico. Apontando alguns estudos em vários países latinos onde este predomínio teórico

acontece, para o Brasil, destaca Funari (2000) o caso da chamada Tradição [arqueologicamente definida] Tupiguarani. Citando vários exemplos, esta ubiqüidade de uma linguagem, uma raça e uma cultura, vem sendo peremptoriamente aplicada nas pesquisas arqueológicas envolvidas com tal tradição, principalmente com o uso da cerâmica e tomando-a como uma uniformidade nas pesquisas realizadas no âmbito da Arqueologia brasileira.

Conclui Funari (2000) que este ubíquo modelo de influência ocidental ainda oferece substanciais atrações nas elaborações teórico-metodológicas praticadas na Arqueologia brasileira. Por outro lado, salienta o autor que a predominância deste modelo vem sofrendo desafios pelos questionamentos advindos de novas gerações de arqueólogos brasileiros e suas conexões com outras propostas no âmbito da arqueologia mundial.

2.4. Patrimônio e cultura material, teorizações

Este tema vem provocando incômodos na prática arqueológica. Desconfortos, pois divulgar e refletir sobre o patrimônio arqueológico, sustentado pela cultura material exumada e pesquisada, implica em trazer para a Arqueologia posições e ações políticas em termos sociais. Implica em atuar com cidadania, pertencimento, memória. Tirar do isolamento acadêmico e das mudas exposições nos museus o que vem sendo trabalhado na pesquisa arqueológica.

“Museu, Educação e Arqueologia: prospecções entre teoria e prática”

Museu, Educação e Arqueologia estão dissociados e estranhos como conjunto no que possa compor um currículo escolar no Brasil. Estas instâncias, porém, compõem um instrumental que tem íntima conexão com o processo de humanização, conforme destaca Tamanini (1999). É imbricando este processo com o tema que Tamanini (1999) traz Foucault, que se refere a nossa infância sapiencial em termos de apenas 100 mil anos como *homo sapiens*.

Educação e passado se conjuminam obrigatoriamente ao se tratar de hominização, herança cultural e patrimônio arqueológico quando “...a memória social ou coletiva, evidenciada a partir dos

registros, vestígios ou fragmentos, considerados conceitualmente como bens culturais de uma dada sociedade, constitui-se em referencial de identidade cultural e instrumento mediador entre sujeito histórico e cidadania” (op. cit.: 340). Aqui são apontados evidentes pressupostos que implicam na atuação política e social da Arqueologia. Porém, de acordo com Tamanini (1999), devido a nossa controversa tradição democrática, discussões sobre Educação e Arqueologia são bastante recentes. Outro aspecto destacado diz respeito à relação entre Museu e Arqueologia. Para Tamanini (1999) esta relação está comprometida e obstaculizada ainda pelos seguintes fatores: os arqueólogos desconhecem o potencial de democratização do conhecimento construído com o trabalho museológico sobre a cultura material das coleções; os bens preservados têm sido enfatizados em torno de bens produzidos pelas elites; a preservação tem destacado temas de saudosismo e de exotismo distantes da realidade próxima do cidadão em relação aos bens preservados.

Trazendo estes aspectos para uma experiência e atuação, Tamanini (1999) relata o trabalho de educação patrimonial que vem sendo realizado no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville/SC. Para a autora, a experiência de um museu local, trabalhando em termos de uma atuação política e democrática, enfrenta obstáculos assentados por “... classes dominantes que decidem o que deve ser lembrado e esquecido de acordo com seus desejos e interesses e não de acordo com a realidade histórica de cada grupo que constitui a sociedade” (op. cit.: 342). Este confronto aponta para o desafio de uma educação patrimonial que envolva Arqueologia e Museu em termos de se construir e atuar na criação de uma cidadania plena.

“Teoria arqueológica, cidadania e prática profissional em Buenos Aires”

“Na cidade de Buenos Aires a teoria arqueológica se situa bastante atrás, num lugar de menos importância, sendo avassalada por uma prática institucional que bem poderia ser significada como um escudo com uma plaina e um serrote”, conforme aponta Wiessel (2000: 170).

Para o autor, esta prática institucional reage contra compromissos que envolveriam uma prática

social e política da Arqueologia em relação a conflitos sociais. Falar de cidadania e sua relação com patrimônio arqueológico conjuga crítica e ação em diferentes escalas relacionadas a conflitos sociais, bem como, à clara e explícita formulação teórica.

Weissel pergunta como é possível uma prática profissional arqueológica que conjugue aspectos acadêmicos e políticos em termos de cidadania e pertencimento? Responde que:

Cidadania relacionada a Arqueologia compreende a constituição de valores sobre o que se entende por patrimônio arqueológico no marco de projetos sociais específicos e locais, como pontos de referências e compromissos de caráter transversal por parte dos atores envolvidos (op. cit.: 169).

3. Amarrando

Bem, aqui estão alguns dos textos inseridos no conjunto dos trabalhos apresentados nas duas reuniões internacionais de teoria arqueológica. Pelo sim e pelo não que ainda titubeia neste tema pelos fazeres arqueológicos brasileiros, em termos de desprezo ou indiferença com relação ao lugar da teoria, é uma situação anacrônica, diante da importância já sedimentada pelos textos aqui apresentados. Por este viés, observo que no Brasil não se pode mais falar de resistência à teoria, mas a novas abordagens teóricas. O relevante é, como aponta Yoffee (1996:108): “A questão, portanto, não é, devem os arqueólogos ser teóricos, mas qual a teoria boa e apropriada”

Assim sendo, tratar de teoria na Arqueologia é ainda uma tarefa semelhante à de cortar cebola. De camada em camada, talha-se com o fito de dar sabor ao prato, porém ao custo de lágrimas provocadas. Nesta tarefa, a importância fundamental está naquela fina e transparente película que separa as brancas e suculentas túnicas carnosas da cebola. Estas, podem ser comparadas às construções e aportes teóricos para o prato saboroso do fazer arqueológico. Já estão postos e sedimentados a partir do que foi aqui glosado dos textos das reuniões. As lágrimas no trincar ainda são advindas da fina película transparente, porém marcadora de fronteira entre as aplicações dos tantos caminhos teóricos que a transdisciplinaridade

aborda de forma inexorável em portos da teoria para a Arqueologia.

A transdisciplinaridade: trânsito, transa, troca. Parte-se sempre de um ramo do vasto campo científico. Esta partida marca o pensar. Para construir idéias, com métodos e técnicas que sejam, é deste início pensante que se darão. A transdisciplinaridade visa a produção integradora de conhecimento, não a formação de blocos informacionais, engordados pelos suculentos conjuntos obtidos nas pescas pelas disciplinas todas percorridas. Traz desafios sobre os caminhos de pensar e repensar constantemente qualquer fazer científico. “A transdisciplinaridade, como movimento de transformação das ciências, abertura para o social, o estético e o ético, não nascerá espontaneamente. (...) Seu aprofundamento implica um permanente pesquisar sobre a pesquisa” (Guattari 1991:11).

1. Estes caminhos transdisciplinares estão suficientemente demonstrados pelos trabalhos das duas reuniões teóricas internacionais. Thomas (1999) volta à era moderna para uma caracterização da Arqueologia. Esta volta está hoje bastante perturbada e turbulenta por todos os questionamentos que vem sofrendo o projeto moderno (Bauman 1999). Mas, mesmo ao caracterizar a Arqueologia dentro da modernidade, salienta Thomas (1999) que o estudo da cultura material para a Arqueologia é um enfoque que provoca mudança do estudo de entidades para o estudo de relações. Aqui posso encontrar um paralelo com a proposta de Orser (1999) ao trazer a teoria da rede para a Arqueologia, destacando as inter-relações entre homens e mulheres na produção e reprodução da vida social.

Aventa-se, mesmo que através da ironia e da perplexidade, se é possível juntar Foucault com Arqueologia. Não só é possível como plausível, a partir das referências, poucas porém, que se manifestaram vindas dos autores aqui apresentados. O primeiro deles é o de Thomas (1999) que traz Foucault e o tema do poder em termos de vida social expressada na cultura material. Aliás, é o tema do poder que também vai estar presente em outra referência através de teorias arqueológicas (Zarankin 1999). Para o primeiro, a cultura material encarada como um dos efeitos do poder na vida social, para o segundo, a identificação dentro da denominada Arqueologia da Arquitetura de uma tecnologia do poder. A partir deste tema do poder e com as referências acima apresentadas, fica

bastante claro que não há obstáculo maior em se buscar aportes no pensamento de Foucault para a Arqueologia. Neste sentido, encontra-se o seguinte neste pensador: “Neste nível, não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global” (Foucault 1979:4).

2. Saindo do tema do poder e Foucault, dirijo-me a possíveis abordagens da Filosofia sobre a Arqueologia. Entra-se num terreno ainda espinhoso e muito instigante. Tanto a Arqueologia Processual, a partir de postulados da Filosofia da Ciência, como a Arqueologia Pós-Processual, a partir de postulados da Hermenêutica, do Estruturalismo, da Teoria Crítica, do Marxismo, entre tantos outros, trouxeram de forma contundente a Filosofia para dentro da Arqueologia. Trigger (1998) apresenta Robin Collingwood como sendo, talvez, o primeiro filósofo e também arqueólogo que envidou esforços para se entender o passado aliado a uma busca sobre a natureza do pensamento humano, tomando como base investigações filosóficas. Quanto à Hermenêutica para a Arqueologia, salientam Johsen e Olsen (1992:420): “O âmbito da filosofia hermenêutica cruza com um ponto fundamental na epistemologia da arqueologia: Quais são as (pré)condições para nosso entendimento da sociedade humana do passado? A questão hermenêutica é não só o que entendemos quanto como entendemos: que condições fazem entendimento desta variedade possível entre passado e presente?”

Aportes filosóficos já chegaram à Arqueologia brasileira. Trata-se do trabalho de Magalhães (1993) que, buscando achegas em Kant, Foucault, Baudrillard, Deleuze, entre outros, pergunta sobre uma possível confusão que a Arqueologia vem fazendo ao colocar a categoria tempo como mudança ou como manifestação primeira. Como resposta, o autor propõe “... discutir o conceito de origem, que vem sendo relacionado ao conceito de tempo como manifestação primeira e o conceito de gênese, confundido com o primeiro mais, indiretamente, o conceito de mudança” (Magalhães, 1993:11). É nesta verve que Karlsson (1999) pergunta por cultura material e pelo nada, tendo por escopo provocar reflexões filosóficas num pensar múltiplo que guia e funda teoria na Arqueologia.

Numa Arqueologia praticada no Brasil com desdém por teoria, perguntar por cultura material em vez de nada, questionar por Existência e existência e interrogar sobre a categoria tempo, deve causar embrulhos nos estômagos abarrotados de velhas práticas empíricas sobre sítios, poços-testes, níveis artificiais e sobre contagens mecânicas de cacos e cacos exumados numa nomeada tal cientificidade exclusiva de verdade.

3. Já falei sobre poder, sobre Filosofia. Continuo cortando a cebola da teoria em Arqueologia, sempre destacando as interfaces representadas por aquela tênue e transparente película que separa as camadas, os aportes teóricos que vão compondo um todo transdisciplinar no fazer arqueológico.

Este fazer vem sendo perturbado por mudanças em concepções teóricas várias, conforme o que foi apresentado na Iª e IIª RITAAS. Consens (2000) enfatizou as conseqüências que estas mudanças teóricas vêm provocando e sobre os tantos ‘ismos’ que se seguem como sobrenomes da Arqueologia. Esta tem vários sobrenomes. Procuram por uma possível identidade num pormenor de jogo de linguagem que a podem configurar em lugares socialmente reconhecidos pelo terreno da academia, quais sejam: histórica, pré-histórica, histórico-cultural, marxista, de contato, da paisagem, contemplativa, processual, subaquática, pós-processualista, etnoarqueologia, nova arqueologia. Fica sempre a Arqueologia mais um sobrenome que diga de que lugar é, de quais técnicas se trata e com que métodos atua. Sobre estes sobrenomes e ‘ismos’, Faria (1989) aponta para ‘dependência’ ‘insegurança’ e ‘renúncia’ que permeiam o estranho caminho da Arqueologia brasileira. Sobre esta, diz o autor que “... a arqueologia deixa-se ficar numa posição subordinada, arrimando-se na botânica, na zoologia, na ecologia, na geologia, na geografia, das quais pretende, ingenuamente, auferir sua cientificidade” (op. cit.: 32). Fica, deste modo, reservado um papel preponderante para métodos e técnicas que se confundem com teoria, numa submissão interdisciplinar de não-identidade, pela qual vem trilhando a Arqueologia brasileira.

O que sugere uma submissão interdisciplinar de não-identidade? Não mais que modismos da academia. Num sufoco de tantas fragmentações em que o conhecimento é panorama, a interdisciplinaridade vem dar alerta e propor fusões, trocas e, finalmen-

te, que se aceite a interdependência que sempre circulou e constituiu o todo do conhecimento produzido pelo ser humano. A interdisciplinaridade como formadora de blocos informacionais, engordados pelos suculentos conjuntos obtidos nas pescas pelas disciplinas todas percorridas. Neste sentido, Althusser (1979) fala da interdisciplinaridade como um mito nas ciências humanas. Como uma prática de pedir emprestado noções, conceitos e métodos às tantas disciplinas que compõem os níveis do campo científico. Assim, diz Althusser (1979:50):

É a prática eclética das “mesas redondas” interdisciplinares. Convidam-se os vizinhos, ao acaso, melhor ou pior, para não esquecer ninguém, nunca se sabe. Quando se convida toda a gente, para não esquecer ninguém, isto significa que não se sabe ao certo quem convidar, que não se sabe onde se está, que não se sabe para onde se vai. Esta prática das “mesas redondas” duplica-se necessariamente numa ideologia das virtudes da interdisciplinaridade, que é o contraponto e a missa. Esta ideologia encerra-se numa fórmula: quando se ignora qualquer coisa que toda a gente ignora, basta reunir todo os ignorantes: a ciência sairá da reunião dos ignorantes.

Não é apenas desta submissão interdisciplinar de não-identidade que se poderia ressaltar o que Consens (2000) destaca quanto aos ‘ismos’ e sobrenomes da Arqueologia. Segundo este, uma busca de poder pessoal e institucional os permearia também, no âmbito da produção do conhecimento. Neste sentido, destaca-se o que Foucault (1984:30) fala sobre este jogo de poder pessoal e institucional, de poder-saber na academia: “... não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento”

4. Arqueologia existe para isto também: para alguns, construção de passados; para outros, reconstrução de passados. Zarankin (2000) demonstra que esta dualidade se apresenta em duas importantes correntes teóricas na Arqueologia: a processual conjuga-se ao pensamento moderno e a

pós-processual abraça os múltiplos caminhos dos pensamentos pós-modernos.

Para Binford (1994), dentro do marco processual, o arqueólogo não é um descobridor do passado, pois este está aqui, no presente. As atividades humanas são compreendidas dentro de uma categoria dinâmica, já extinta, porém presentificada como vestígios materiais dentro de uma categoria estática. “... o desafio que a Arqueologia propõe consiste na transcrição, de maneira literal, da informação estática contida nos restos materiais observáveis para reconstruir a dinâmica da vida no passado e estudar as condições que tornaram possível que estes materiais tenham sobrevivido e chegado até nós” (op. cit.: 24). Traçando um panorama crítico dos principais postulados do processualismo, Bayard (1983) aponta que um dos problemas desta escola é encarar os feitos humanos e os processos culturais do passado como sendo reais e empiricamente observáveis dentro desta dualidade de dinâmica/estática em relação aos vestígios materiais.

O passado no pós-processualismo é encarado por Hodder (1994) como tendo uma base social contemporânea para as possíveis reconstruções. Estas reconstruções estarão imbuídas nas influências, nos pré-juízos atuais, oriundos do contexto social, político, ideológico e econômico de onde atua o arqueólogo. Passado e presente estabelecem uma relação dialética: o passado interpretado em função do presente; o passado utilizado para se criticar e desafiar o presente. “Por isso a Arqueologia Pós-processual é simplesmente ‘pós’. Parte de uma crítica do anterior, construindo sobre essa via, porém, ao mesmo tempo, divergindo dela. Supõe diversidade e falta de consenso. Caracteriza-se pelo debate e a incerteza acerca dos problemas fundamentais pouco discutidos anteriormente em Arqueologia. É mais uma proposição de perguntas do que uma provisão de respostas” (op. cit.: 190). Além desta dialética, o pós-processualismo advoga pela não existência de um único passado, mas de vários, construídos de diferentes lugares a partir dos arqueólogos que o pesquisam, das descontinuidades, das rupturas, dos recortes, das construções discursivas que compõem estes diversos passados (Foucault 1995, 1998).

5. As discordâncias teóricas poderão advir desta possível ‘dialética’ entre passado e presente. Um consenso atual, porém, firma-se cada vez mais

sobre o postulado de que não se trabalha mais com um único e real passado a ser desvendado, construído ou reconstruído. São vários e múltiplos, assim como são matizados os lugares de olhar para os mesmos e diferentes passados (Gumbrecht 1999). A proposta de Orser (1999) pode ser encarada dentro destes aspectos de muitos passados trabalhados através das inter-relações que homens e mulheres estabelecem ao atuarem na produção e reprodução da vida social. Estas inter-relações estabelecidas como redes, como teias, desfazem as idéias de se buscar por um passado único, real e monolítico. Deleuze e Guattari (1980) propõem, contra esta monolitização enraizada de um verdadeiro passado, o “rizoma” [rede, teia]. Algumas das características do “rizoma” apontadas pelos autores (op. cit.: 32-33) trazem uma adequação para estas múltiplas construções/re-construções de passados: “... diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um dos seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; (...) ... o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga”. A rede, a teia de inter-relações a serem explanadas a partir de passados como um rizoma de interligações e múltiplas interpretações.

Assim, concluo esta amarração por entre os diversos textos apresentados e oriundos das duas reuniões internacionais de teoria arqueológica. A partir do que acima foi traçado, pode-se constatar que o fazer arqueológico não pode mais prescindir de teorias (Hodder 2001). Estas se apresentam concretamente à Arqueologia e faz-se necessária apenas a demanda dos arqueólogos em busca de suas rizomáticas e transdisciplinares possibilidades. Para o possível lugar da teoria na Arqueologia brasileira, a demanda acima apontada é ainda motivo de indefinições, de resistências. As práticas de campo com os métodos e técnicas já bem conhecidos e desenvolvidos e as análises quantitativas e descritivas nos laboratórios, pontuam os limites, em relação a teorias, que mapeiam a pesquisa arqueológica no Brasil. Nas publicações, em sua grande maioria, os marcos teóricos permanecem tênues ou ocultos. No Brasil, na maioria dos resultados das pesquisas em Arqueolo-

gia, permanece ainda uma resistência à teoria. Os textos publicados sugerem como se fosse mesmo desnecessário marcar teorias ou elas estão veladas, ocultadas em um proposital mascaramento de inexistência. Tais constatações apontam para um equivocado entendimento do rigor científico da pesquisa arqueológica no Brasil como prescindindo de postulados teóricos. Pode-se caracterizar não tanto “resistência” mas aderência velada a correntes teóricas, imprescindíveis em qualquer fazer científico e produtor de conhecimento, lugar inegável da Arqueologia. É possível, portanto, perguntar-se e investigar sobre o lugar da teoria na Arqueologia brasileira. É incontestável sua existência. O que precisa ser feito é um desvelamento que explicita o que já existe implícito ou oculto. Fundamentar um esclarecimento sobre qual ou quais teorias estão sendo aplicadas e usadas nas pesquisas arqueológicas. Esta constatação aponta para uma hipótese: a Arqueologia brasileira já possui um corpus teórico, posto que fragmentado, disperso ou oculto nos textos publicados. Pelo exposto acima e pelas várias possibilidades de se trabalhar com teoria na Arqueologia, assunto demonstrado na proposta deste texto, fica claro que é possível que ocorra na Arqueologia brasileira o que poderá ser um proposital velamento, reforçador de descritivismos e dados empíricos, em detrimento de um assumir teórico e conceitualmente explícito.

Com relação a este desafio para a Arqueologia e os múltiplos passados a serem interpretados, concorda-se com o que diz Tesche (2000:19): “... em geral não se conhece senão o que já se sabe, mas ou se esqueceu ou ainda não se encontrou a maneira de dizê-lo. (...) ... lembrar o que, no fundo, já se sabe e dizer quanto se queria, mas não se logrou dizer”

Agradecimentos

Este texto faz parte das pesquisas que venho desenvolvendo no âmbito da tese de doutorado que tratará das condições de possibilidade da teoria na Arqueologia brasileira. Assim, meus agradecimentos ao orientador, Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari e ao auxílio financeiro da FAPESP. Também ao colega Lucio Meneses Ferreira e à companheira e arqueóloga Fernanda Bordin Tocchetto.

Referências bibliográficas

- AGUIRRE, D.D.
2000 Pasos preliminares para la construcción de un modelo sistémico-procesual-dialectico. *Livro de Resumos – II Reunión Internacional de Teoría Arqueológica en América del Sur*. Olavarría, UNCPBA: 94-97.
- ALTHUSSER, L.
1979 *Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas*. Lisboa: Presença.
- ARAÚJO, A.G.M.
1999 As Geociências e suas implicações em teoria e métodos arqueológicos. M.I.D. Fleming (Ed.) *Anais da I Reunión Internacional de Teoría Arqueológica na América do Sul*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3, São Paulo: 35-45.
- BARRETO, C.
1999 Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. M.I.D. Fleming (Ed.) *Anais da I Reunión Internacional de Teoría Arqueológica na América do Sul*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3, São Paulo: 201-212.
- BAUMAN, Z.
1999 *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BAYARD, D.
1983 La “Nueva Arqueología”: una historia crítica. *Scripta Ethnologica*, suplementa 2: 9-27.
- BINFORD, L.
1994 *En busca del pasado*. Barcelona: Crítica.
- BORRERO, L.A.
2000 Arqueologia en América del Sur. Se requiere un acercamiento especial? *Livro de Resumos – II Reunión Internacional de Teoría Arqueológica en América del Sur*. Olavarría, UNCPBA: 193-196.
- CONSENS, M.
2000 Teoría para el conocimiento, o teorías para la “fijación de creencias”. *Livro de Resumos – II Reunión Internacional de Teoría Arqueológica en América del Sur*. Olavarría, UNCPBA: 98-101.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F.
1980 *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Volume 1, São Paulo: Ed. 34.
- FARIA, L.C.
1989 Domínios e fronteiras do saber: a identidade da Arqueologia. *Dédalo*, Suplemento I, São Paulo: 26-39.
- FLAMMARION, C.
1979 *Narrações do infinito*. Rio de Janeiro: FEB. [1866]
- FOUCAULT, M.
1979 *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
1984 *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- 1995 *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- 1998 *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- FLEMING, M.I.D. (Ed.)
1999 *Anais da I Reunión Internacional de Teoría Arqueológica na América do Sul*. São Paulo, Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3, São Paulo.
- FUNARI, P.P.A.; NEVES, E.G.; PODGORNY, I.
1999 Introdução – a primeira reunião internacional de teoria arqueológica na América do Sul : questões e debates. M.I.D. Fleming (Ed.) *Anais da I Reunión Internacional de Teoría Arqueológica na América do Sul*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3, São Paulo: 1-12.
- FUNARI, P.P.A.
1999 A importância da teoria arqueológica internacional para a Arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. M.I.D. Fleming (Ed.) *Anais da I Reunión Internacional de Teoría Arqueológica na América do Sul*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3, São Paulo: 213-220.
- 2000 Influências ocidentais do pensamento arqueológico no Brasil. *Livro de Resumos – II Reunión Internacional de Teoría Arqueológica en América del Sur*. Olavarría, UNCPBA: 72-74.
- GUATTARI, F.
1991 *Fondaments ethico-politiques de l’interdisciplinarité*. Unesco: Avril.
- GUMBRECHT, H.U.
1999 *Em 1926 – vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record.
- HODDER, I.
2001 *Archaeological theory today*. Cambridge: Polity.
1994 *Interpretación en arqueología – corrientes actuales*. Barcelona: Crítica.
- JOHSEN, H.; OLSEN, B.
1992 Hermeneutics and archaeology on the philosophy of contextual archaeology. *American Antiquity*, 54 (3): 419-436.
- KARLSSON, H.
1999 Por que há cultura material ao invés de nada? Uma questão esquecida da Arqueologia. M.I.D. Fleming (Ed.) *Anais da I Reunión Internacional de Teoría Arqueológica na América do Sul*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3, São Paulo: 21-29.
- MAGALHÃES, M.P.
1993 *Tempo arqueológico*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- NASTRI, X.
2000 La Arqueología Argentina y la primacía del objeto. *Livro de Resumos – II Reunión*

- Internacional de Teoria Arqueológica en América del Sur.* Olavarria, UNCPBA: 117-119.
- ORSER Jr., C.E.
1999 A teoria de rede e a Arqueologia da História Moderna. M.I.D. Fleming (Ed.) *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul.* Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3, São Paulo: 97-101.
- SENATORE, M.X.; ZARANKIN, A.
2000 Arqueologia del capitalismo: “estrategias” y “tácticas” en Antártida, siglo XIX. *Livro de Resumos – II Reunión Internacional de Teoria Arqueológica en América del Sur.* Olavarria, UNCPBA: 105-106.
- TAMANINI, E.
1999 Museu, Educação e Arqueologia: prospecções entre teoria e prática. M.I.D. Fleming (Ed.) *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul.* Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3, São Paulo: 339-345.
- TESCHE, A.
2000 *Interpretação – rupturas e continuidades.* São Leopoldo, UNISINOS.
- THOMAS, J.
1999 A materialidade e o social. M.I.D. Fleming (Ed.) *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul.* Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3, São Paulo: 15-20.
- TRIGGER, B.
1998 Archaeology and epistemology: dialoguing across the Darwinian chasm. *American Journal of Archaeology*, 102: 1-34.
- VELANDIA, C.
2000 Anti-Hodder: diatriba contra las veleidades post-modernistas en el post procesualismo de Ian Hodder. *Livro de Resumos – II Reunión Internacional de Teoria Arqueológica en América del Sur.* Olavarria, UNCPBA: 133-134.
- WEISSEL, M.
2000 Teoria arqueológica, ciudadanía y practica profesional en Buenos Aires. *Livro de Resumos – II Reunión Internacional de Teoria Arqueológica en América del Sur.* Olavarria, UNCPBA: 169-170.
- YOFEE, N.
1996 Teoria social e evolucionista e seus descon- tentes. *Anais da VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, volume I, Porto Alegre, EDIPUCRS: 47-81.
- ZARANKIN, A.
1999 A Arqueologia da Arquitetura: *another brick in the wall.* M.I.D. Fleming (Ed.) *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul.* Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3, São Paulo: 119-128.
2000 La construcción del pasado en Arqueologia. *Livro de Resumos – II Reunión Internacional de Teoria Arqueológica en América del Sur.* Olavarria, UNCPBA: 102-105.

Recebido para publicação em 24 de outubro de 2002.

ALMAGRO-GORBEA, M.; ABASCAL, J.M. *Segóbriga y su conjunto arqueológico*. Madri, Real Academia de la Historia, 1999. 168pp. ISBN 8489512299.

Pedro Paulo A. Funari*

Segóbriga é um sítio arqueológico de particular interesse e suas ruínas constituem um monumental conjunto na Meseta espanhola. O nome celta demonstra tratar-se de antiga cidade anterior aos romanos, incorporada à área da *prouincia* no século II a.C. Os autores relacionam a presença de oito inscrições da *gens Valeria* ao procônsul da Hispânia Citerior, C. Valério Flaco, em 93 a.C. Propõem que, nesse período, tenha havido uma captação da tradição clientelística indígena pelo sistema análogo romano, o que teria facilitado a vinculação das elites nativas às romanas. A cidade mineira possuía uma população servil considerável e a mortalidade era, portanto, alta, sendo a idade média de morte, nas epígrafes funerárias, apenas 28 anos de idade.

Segóbriga foi, até Augusto, cidade que pagava impostos (*stipendiaria*), tendo obtido, então, o *status* de *municipium* assignado à tribo Galéria e dirigida por quadrúviro e edis. É citada por Plínio, o Antigo (*NH* 3,25), como capital da Celtibéria (*caput Celtiberiae*). Na Antigüidade tardia a cidade continuou a existir e foi mesmo sede de bispado hispano-visigodo. A cidade foi destruída pelos árabes, tendo sido abandonada em ruínas, que foram descobertas modernamente. A cidade foi identificada apenas no século XIX, no morro *Cabeza del Griego*. O município nunca teve mais do que três ou quatro mil habitantes, mas possuía um Teatro e um esplêndido e espaçoso Anfiteatro em pedra, o único achado em todo o interior da Península Ibérica, até o momento. A arena é pequena (41,7 m x 34 m), mas a construção é bem elaborada, com uma *Porta Triumphalis*, com uma cãvea de 2.241 metros quadrados, dos quais 56 de galerias e acessos, com uma superfície útil de 2185,7 m², o suficiente para umas 5.500 pessoas,

mais do que toda a população, portanto. Construído em época Cláudia, esteve em uso até o final do século III d.C., ao menos. Também preservaram-se, em parte, as muralhas, a porta norte, o fórum e edifícios anexos, a basílica, as termas do teatro, o ginásio, as termas monumentais, a maior parte desses edifícios datados no primeiro século d.C.

Nas redondezas, há também outros vestígios, como a necrópole visigoda, a basílica hispano-visigoda e o singular santuário popular rupestre de Diana e as pedreiras romanas. A preservação deste *lucus Dianae* representa um testemunho incomum de um monumento rupestre, em um bosque sagrado, com uma representação da deusa caçadora rodeada de cães, com uma inscrição votiva dedicada a Diana. A deusa é apresentada como *domina e frugifera*, divindade da vegetação, do mundo animal e, acima de tudo, da fecundidade. Os autores supõem que, na origem, seria a divindade suprema da cidade, adorada por gentes celtas, em sua maioria mulheres, a julgar pelas inscrições encontradas, pertencentes a estratos humildes, como escravos e libertos. Essa evidência singular da devoção popular ainda está por ser explorada em maior profundidade. Encontram-se, ainda, vestígios dos aquedutos que abasteciam a cidade de água, também datado do século I d.C.

A maioria das construções da cidade parecem estar prontas no período flávio (69-96 d.C.). A pequena cidade já produziu cerca de 300 inscrições latinas, um dos conjuntos mais importantes de toda a Península Ibérica, com indivíduos de *status* senatorial, equestre, sacerdotes, funcionários municipais, artesãos, escravos, libertos. A massa de libertos e escravos, submetida à elite cidadina, era de origem indígena, mas havia também orientais, semitas, gregos, como revela a epigrafia. Pelas inscrições, sabe-se que 20% das pessoas morriam antes dos 10 anos de idade e 80% antes dos 40. As principais atividades econômicas da cidade

(*) Departamento de História, IFCH/UNICAMP, Campinas, SP.

eram a produção de *lapis specularis*, vidro transparente para janelas, produto exportado em grande quantidade, e a extração de pedras. Diversos grafites cerâmicos de época de Augusto atestam a precoce generalização da escrita em Segóbriga, assim como a adoção da língua latina, ainda que inscrições ibéricas tenham persistido até meados do século I d.C. As dimensões do Anfiteatro e dos edifícios públicos permitem supor que a cidade atraía população circunvizinha. Segóbriga produziu, também, moeda própria até a época de Calígula (37-41 d.C.), quando passou a usar apenas moedas das casas emissoras estatais.

As escavações de Segóbriga revestem-se de particular significado, na medida em que fornecem informações sobre a vida cotidiana em

uma pequena e típica cidade interiorana do mundo romano durante o Principado. Seu *floruit* corresponde a um período de intensos contatos étnicos e culturais e as escavações revelam, ademais, a heterogeneidade social e as clivagens sociais, discerníveis tanto nas inscrições, como nas diferenças na cultura material da elite e dos *humiles*. As escavações dirigidas por Almagro-Gorbea e Abascal, nos últimos anos, com a participação, ainda, de alunos brasileiros, em convênio com a UNICAMP, têm permitido um conhecimento incomum de aspectos pouco explorados do mundo antigo. A publicação do volume fornece um quadro amplo e variado das pesquisas e constitui um tesouro a ser explorado por todos os que se interessam pela Antiguidade romana.

Recebido para publicação em 1 de junho de 2002.

Cartas do sertão de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira. Apresentação e notas de Thekla Hartmann. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Assírio & Alvim, 2000. 396 p. ISBN 972370625-3.

Francisco Silva Noelli*

A maior parte da obra publicada de Nimuendajú foi dirigida à Etnologia e, fora dos círculos especializados em Arqueologia da Amazônia, raramente trata-se das suas atividades e idéias arqueológicas. Assim, o objetivo desta resenha é comentar sobre seus trabalhos arqueológicos voltados para obter exemplares para diversas instituições e pessoas, realizadas especialmente na década de 1920. Nimuendajú não foi um simples colecionista, muito embora suas práticas de campo se resumissem a desenterrar e comprar objetos diversos, principalmente vasilhas cerâmicas inteiras, muiraquitans, artefatos de pedra, fragmentos cerâmicos e, paralelamente, visava indicar a localização das “terras pretas”. As dimensões do seu trabalho arqueológico não foram superadas até o final da década de 1960, tanto em quantidade de sítios localizados quanto em extensão territorial pesquisada. Além disso, suas idéias e interpretações, assim como na Etnologia americanista, também deixaram uma marca profunda na Arqueologia da Amazônia e da América do Sul após o final da década de 1920. Todavia, grande parte dos resultados das suas atividades foi diretamente conhecida por poucos, pois Nimuendajú publicou apenas dois trabalhos arqueológicos: *Streifzüge in Amazonien* (1929), um resumo das viagens para formar uma coleção encomendada pelo Museu de Gotemburgo; Os Tapajós (1949), artigo póstumo, onde trata de aspectos históricos, da cerâmica e da localização dos Tapajó no baixo Amazonas. A parte sistemática dos seus trabalhos arqueológicos ficou restrita a dois relatórios que ainda permanecem inéditos, enviados a Gotemburgo em 1923 e 1926, cujos resumos foram publicados num artigo de Sigvald Linné em 1928 e por Erland Nordenskjöld,

no livro *Ars Americana I: L'archéologie du Bassin de l'Amazone* (1930), também ilustrado com várias fotografias de cerâmicas e outros objetos colecionados. Foi por intermédio dessas duas obras que as idéias e hipóteses de Curt Nimuendajú sobre o processo de ocupação recente da Amazônia foram inicialmente conhecidas, servindo como referência para as pesquisas posteriores até a década de 1970.

A publicação das *Cartas do sertão* revelou um caminho alternativo para conhecer mais sobre o Nimuendajú arqueólogo, pois é provável que ele tenha deixado um epistolário muito mais extenso, sistemático e detalhado que suas publicações conhecidas. As noventa cartas enviadas a Carlos Estevão de Oliveira, entre 1923 e 1942, atualmente depositadas no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, fornecem uma amostra do que se poderá encontrar em outras missivas com teor arqueológico trocadas com várias personalidades do meio americanista. Por exemplo, a correspondência mantida com Nordenskjöld, diretor e o principal intermediário do Museu de Gotemburgo com Nimuendajú, deve conter ainda mais informações arqueológicas que as enviadas para Estevão de Oliveira. E assim deve ter ocorrido com Theodor Koch-Grünberg, Alfred Métraux, Helen Palmatary, Robert Lowie, Julian Steward, Heloisa Torres e Herbert Baldus, para mencionar alguns pesquisadores conhecidos que devem ter guardado correspondências de Nimuendajú. Também deve ter havido intensa troca de cartas com diversas autoridades locais, proprietários de terras, comerciantes, entre outros, que de alguma forma participaram das pesquisas arqueológicas de Nimuendajú, como se pode ver nas *Cartas do sertão*. Outros museus, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Paraense Emílio Goeldi, os Museus Etnológicos de Hamburgo e

(*) Universidade Estadual de Maringá, PR.

Leipzig, Alemanha, também devem possuir cartas inéditas, pois na década de 1920 Nimuendajú vendeu coleções etnológicas a essas instituições, que também podem ter recebido coleções arqueológicas.

O conteúdo das cartas dirigidas a Carlos Estavão de Oliveira deixa clara a prática de campo de Nimuendajú, voltada para obter exemplares relevantes para os seus contratantes (que devem ter orientado por escrito sobre o que desejavam). Por exemplo, em abril de 1923, diz ele que: “chegado em Santarém, levei três dias a catar fragmentos de uma cerâmica antiga, muito interessante, nas sarjetas das ruas desta cidade. Parece incrível, mas em 24 horas eu já tinha juntado um bom princípio para uma coleção arqueológica! O molecório me ajudou com afinco para ganhar qualquer tostão...” Sobre a busca nas terras pretas declarou que: “apesar de eu ter mandado abrir valas em diversos pontos, o resultado foi menor do que em Santarém; mas sempre achei alguma coisa”, e “revirei uma dúzia de terras pretas e nada achei que valesse a pena eu me abaixar para apanhá-lo”. Existem diversos relatos sobre o desenterramento de vasilhas inteiras, alguns sem sucesso. Em Maiacaré, Amapá: “Reuni três trabalhadores e trabalhamos três dias. Fiz um corte pelo aterro, do cume até o solo natural, e encontrei um grande número de igaçabas, às vezes três metidas uma dentro da outra. Apesar do extremo cuidado com que as descobria, não me foi possível tirar uma só que se aproveitasse: quebravam, logo que se suspendia elas, em mais de cem pedacinhos!” Também, evidentemente, há vários relatos de sucesso na extração de vasilhas e outros objetos, bem como muitos relatos de compra de peças inteiras e de como conseguia transportar as descobertas, muitas

vezes por longas distâncias e rios perigosos, em canoas e sobre animais de carga, até o local de embarque para o destino definitivo das coleções. Também existem muitas informações sobre a depredação de sítios arqueológicos por caçadores de tesouros e por colecionadores; sobre a proibição de proprietários para visitar certos locais, inclusive alguns de grande fama regional, como aconteceu na ilha de Marajó.

As cartas mostram que Nimuendajú mantinha constantemente um estado de alerta para o colecionismo arqueológico, mesmo durante suas pesquisas exclusivamente etnológicas realizadas muito depois do contrato com Gotemburgo. Por exemplo, em março de 1940 ele encontra diversas “terras pretas”, fragmentos cerâmicos e materiais líticos no rio Xingu, como no Porto de Moz, na área de Nova Olinda e acima da foz do rio Fresco. Em outra carta, de 1928, durante um passeio a São José do Ribamar, na ilha de São Luiz, Maranhão, relata o encontro casual do famoso sambaqui da Maiobinha, registrado pouco tempo antes por Raimundo Lopes, e insere alguns desenhos dos fragmentos cerâmicos encontrados.

Esperamos que outros conjuntos de cartas sejam publicados, especialmente das trocadas com Nordenskjöld, Heloisa Torres e Helen Palmatary, se ainda existirem, pois seria importante realizar uma pesquisa sobre as atividades arqueológicas do grande etnólogo alemão. O excelente trabalho de Thekla Hartmann precisa ser continuado e ampliado, pois as cartas de Curt Nimuendajú ainda possuem um inestimável valor para a Arqueologia da Amazônia, para a história da Arqueologia feita no Brasil, e podem servir como referência para revisitar as áreas pesquisadas entre 1923 e 1940.

Recebido para publicação em 15 de dezembro de 2002.

Notas

A CAMPANHA DE ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA DO PROJETO ARADE (PROARADE) 2002, PORTUGAL. A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

De todas as criaturas vivas de terra e de mar, somente os navios não podem ser enganados por pretensões estêreis, não tolerarão a arte inferior de seus mestres.
Joseph Conrad, O Espelho do Mar.

Dando seqüência aos trabalhos de prospecção, iniciados na década de 1970, continuados na década de 1980 (Alves 1998a) e retomados no período 1998-2001,¹ durante os meses de julho e agosto de 2002 foram realizados os trabalhos de campo do Projeto Arade (ProArade),² que consistiram na escavação e no mapeamento de diversos sítios de naufrágio localizados na foz do rio Arade, municípios de Portimão, Ferragudo e Lagoa, Algarve, Portugal.

Organizados pelo Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática do Instituto Português de Arqueologia (CNANS – IPA) em conjunto com o Institute of Nautical Archaeology³ da Texas A & M University (INA – TAMU), Museu de Portimão, Grupo de Estudos Oceânicos (GEO, ong)⁴ e alunos de pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE – USP),⁵ esta foi a maior campanha subaquática realizada na Europa, nos últimos anos, e contou com a presença de arqueólogos, estudantes de arqueologia e profissionais de áreas correlatas (conservação e restauro, antropologia marítima

etc.) de diversas nacionalidades: portugueses, brasileiros, colombianos, chilenos, argentinos, norte-americanos e italianos. Todos os integrantes, instituições e indivíduos concordam com os termos estabelecidos pela carta do ICOMOS (1996)⁶ e pela 31ª Convenção da UNESCO (2001) para a proteção, estudo e gestão do patrimônio cultural submerso.

A convite do coordenador e responsável pelo ProArade, Prof. Dr. Francisco J.S. Alves, diretor do CNANS,⁷ aos brasileiros alunos do MAE – que acompanharam as pesquisas desde seus preparativos iniciais, ainda em junho, até a sistematização de parte dos dados obtidos, em setembro – coube a coordenação da equipe sul-americana, que se ocupou de escavar e mapear o sítio de naufrágio B1, além de elaborar parte dos trabalhos de arqueografia dos artefatos removidos, operação realizada já em terra.

O sítio B1 consistia em um conjunto de destroços de madeira, concreções metálicas e cabos associados a um ou mais naufrágios, que foram perturbados, durante séculos, por âncoras e garatêias (sendo que algumas delas ainda encontram-se no sítio) das diferentes embarcações que fundearam próximas às pequenas enseadas da banda oriental da foz do rio Arade.

A primeira etapa dos trabalhos subaquáticos foi realizada com a escavação e evidenciação das peças de madeira. A escavação subaquática é realizada com sugadoras a ar ou a água, que não podem ser confundidas com as dragas utilizadas para a desobstrução de cursos d'água para a navegação. Nesse caso, pela pouca profundidade em que se localizavam os sítios (7m na maré alta), utilizamos sugadoras a água: a moto-bomba envia

(1) No ano de 2001 também foram realizadas escavações.

(2) O rio Arade é um importante ponto de penetração pelo território algarvio. Outrora navegável até Silves - último reduto muçulmano no território português, conquistado já no século XIII – o histórico da ocupação de suas margens regride até a pré-história, passando pelo período fenício, romano, as grandes navegações da era moderna, chegando aos dias de hoje como grande centro pesqueiro e de esportes náuticos.

(3) A equipe do INA era coordenada pelo Prof. Dr. Luis Filipe Castro, pesquisador da mesma instituição.

(4) Tanto a equipe do GEO como a do Museu de Portimão eram coordenadas pelo Prof. Carlos Alberto Machado.

(5) Orientados pela Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, pesquisadora da mesma instituição.

(6) A carta Internacional do ICOMOS sobre a Proteção e Gestão do Patrimônio Cultural Subaquático. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 7, 1997. Tradução: Gilson Rambelli & Dolores Baldini.

(7) Já está em andamento um convênio entre as duas Instituições, CNANS e MAE - USP.

água sob pressão através de uma mangueira conectada a um tubo que aproveita o vácuo causado pela passagem da água para aspirar o sedimento. Tal equipamento permite tanto a abertura de sondagens e trincheiras quanto a decapagem (Rambelli 2002).

Durante a escavação foram encontrados inúmeros fragmentos, principalmente cerâmicos, que vão desde ânforas romanas até utensílios inteiros do século XVI, passando pela cerâmica árabe, quase todas elas sem estratificação, o que sugere que não estavam em seu contexto original, ou por ações antrópicas (dragagens, freqüentes desde o início do século XX até os dias de hoje)⁸ ou pela dinâmica morfológica do rio. Todos eles foram numerados, posicionados por triangulação a partir de pontos notáveis,⁹ retirados, tratados e catalogados. Da mesma forma como procedemos com os artefatos encontrados em sítios emersos.

Com as madeiras evidenciadas, etiquetadas e posicionadas (da mesma maneira como foram posicionados os fragmentos cerâmicos), iniciamos os desenhos, por projeção em placa de acrílico com giz betuminoso, na escala 1:1, da disposição das madeiras e demais objetos (âncoras, cabos etc.). Esta etapa, essencial para a elaboração da planta do sítio, será descrita com maiores detalhes em um futuro artigo.

A etapa seguinte envolvia a retirada das peças do sítio para uma meticulosa limpeza, registro fotográfico e detalhado desenho, por projeção em placa de acrílico, na escala 1:1, de cada peça de madeira. Aqui cabe abrir um parêntese para explicar que as peças somente foram retiradas porque havia condições de acondicionamento delas em tanques com água doce, para sua conservação, até que elas fossem

estudadas. Além disso, havia o acompanhamento de uma conservadora durante todo o tempo em que as peças ficassem fora de seu berço original. Após o estudo teríamos duas opções: ou conservá-las em tanques com água doce até um tratamento definitivo – e dispendioso – ou enterrá-las novamente no leito marinho, nos respectivos sítios ou em locais pré-determinados e sinalizados. A segunda opção foi a escolhida pela direção do CNANS e coube ao GEO e ao Museu de Portimão proceder a esta operação.

Um dos objetivos principais da pesquisa era elaborar uma planta detalhada do sítio, na escala 1:10. Para tanto, todos os desenhos 1:1, tanto da disposição das peças no sítio, quanto das peças isoladas, foram reduzidos. A partir desses desenhos, de suas medidas de posicionamento e profundidades relativas, foi elaborada pelos membros da Pós-graduação do MAE, uma base de dados em planilha eletrônica. A partir de equações matemáticas inseridas nesta planilha, as quais fundamentavam-se principalmente no Teorema de Pitágoras, as medidas tridimensionais de posicionamento foram convertidas em valores que graficamente representavam distâncias em planimetria, possibilitando a confecção de um plano do sítio.

Uma vez escavado o sítio, havia a necessidade de sabermos se existiam outros destroços enterrados abaixo dos vestígios já evidenciados. Procedemos a sondagens sistemáticas, espaçadas em 50cm, com um cano inoxidável, de 3m de comprimento e 1 polegada de espessura, acoplado à mangueira de uma moto-bomba, que injetava água sobre pressão e fazia com que o cano penetrasse no sedimento. Se o cano penetrasse o sedimento sem obstáculos, saberíamos que a área estaria livre de outros destroços (pelo menos, até os 3m de profundidade). Se o cano encontrasse resistência em alguma parte de seu trajeto, teríamos que fazer uma amostragem para verificar se havíamos encontrado madeira ou apenas uma camada de sedimento ou pedras mais resistentes. Após a sondagem na área total do sítio (100 m²), onde nada mais foi encontrado, ampliamos a área de prospecção para oeste e para norte, compondo um retângulo de 50m (O) por 25m (N) onde, até o momento, não foi encontrado qualquer vestígio em profundidade.

As pesquisas da etapa de 2002 revelaram alguns destroços estruturais significativos, tais como

(8) Proximamente serão realizadas novas dragagens na foz do rio Arade para viabilizar o aumento de circulação gerado pela instalação de uma marina nas proximidades da praia da Rocha, Portimão. Vale ressaltar que, em Portugal, nenhuma obra que cause impacto ao meio aquático fica desobrigada a patrocinar estudos de impacto ambiental.

(9) Fitas métricas eram esticadas a partir de pontos georeferenciados – materializados por estacas fincadas a mais de 2 metros na areia – até os objetos. Além das distâncias entre as estacas e os objetos, eram medidas também as profundidades absolutas dos mesmos, através de um profundímetro digital.

a extremidade de uma quilha (com quase 4m de comprimento), a espinha dorsal de uma embarcação, e a ponta de uma caverna, peça estrutural encaixada transversalmente à quilha, que forma o esqueleto de uma embarcação que, neste caso, possivelmente é da tradição ibero-atlântica (Alves 1998b), da qual a construção naval em madeira brasileira é tributária desde os tempos da conquista. Segundo os especialistas do CNANS, em relação à caverna, podemos ter encontrado uma peça bastante importante, apesar de diminuta, com as mesmas características técnicas das cavernas encontradas em sítios de naufrágio do século 15 (Alves, Rieth, Rodrigues *et alii* 2001; Rodrigues, Alves, Rieth *et alii* 2001). Além dessas peças estruturais, foram encontradas madeiras relativas ao tabuado do casco. Algumas delas apresentam entalhes e marcas que serão estudados posteriormente. Apesar de serem peças que apresentam menor potencial interpretativo, no caso da tradição ibero-atlântica, frente às peças estruturais, a disposição delas no sítio indica que são as peças que com maior probabilidade podem ter sido encontradas ainda dentro do contexto da deposição imediatamente seguinte ao naufrágio ou naufrágios.

Também é importante dizer que o sítio B1 ainda proporcionou outros achados de grande valor arqueológico, tais como grandes quantidades de cabos (que em parte foram retirados e estão agora sendo tratados) além de outras peças náuticas, tais como cadernais e moitões, peças que raramente são encontradas em sítios de naufrágio em zonas tão movimentadas.

Todos esses achados devem ser compreendidos além de seus contextos intra-sítios. O Rio Arade foi a principal rota de acesso a Silves desde a implantação dos estabelecimentos fenícios no Algarve. Portanto, as diferentes evidências arqueológicas encontradas na Foz do rio Arade devem ser compreendidas como indicadoras dos diversos momentos históricos ligados à ocupação de Silves e de toda a bacia do Arade. A multiplicidade de achados e seu aparente caos estratigráfico também são dados relevantes que reiteram a importância da área, ocupada e transformada, sem intervalo, por milênios.

Finalizando, essa participação oficial habilita aos alunos da pós-graduação do MAE, envolvidos com a arqueologia subaquática, a estudar sítios arqueológicos de naufrágio, uma lacuna que foi

intencionalmente criada no início das pesquisas subaquáticas, no princípio do anos 1990.

Deixar os sítios arqueológicos de naufrágio em segundo plano visava privilegiar outros tipos de sítios submersos (depositários, santuários e outros que foram imersos pela remobilização da linha de costa, tais como habitações e estruturas portuárias), porque a arqueologia subaquática, no Brasil, foi outrora muito associada à procura por navios afundados e à conseqüente caça ao tesouro ou à caça ao *souvenir* que precedem essa busca. Logo, estudando outros tipos de sítios igualmente submersos (Rambelli 1998; Rambelli, Bava de Camargo, Callipo 2000; Scatamacchia, Rambelli 2001; Bava de Camargo 2002), mas sem o apelo fantasioso que poderiam suscitar os estudos de naufrágios,¹⁰ teríamos como mostrar que a arqueologia subaquática não é nada mais que uma ramificação da arqueologia e que sua única peculiaridade está no meio físico onde ela atua. Seguindo essa linha, construímos nosso arcabouço teórico, metodológico e técnico voltado para a integração desses sítios submersos dentro das perspectivas de uma arqueologia regional e social, também realizada em terra e da compreensão dos processos físicos e sociais da formação dos sítios submersos, deixando em segundo plano a arqueografia das embarcações e vestígios navais submersos.

Somam-se a essa lacuna intencional os empecilhos criados pela lei 10.166, de 27 de dezembro de 2000, a qual permite o saque do patrimônio cultural submerso – especialmente os naufrágios – por grandes empresas especializadas em tal dilapidação. Como se já não bastasse isso, essa lei favorece a perpetuação da imagem do arqueólogo subaquático como o “Indiana Jones de *aqualung*” para o grande público.

Hoje, apesar das dificuldades, esse quadro vem mudando: existe uma melhor percepção do que é arqueologia subaquática por parte da sociedade; há uma predisposição das autoridades responsáveis pelo patrimônio cultural em aceitar a pesquisa arqueológica subaquática como uma

(10) Por mais sérios que sejam os estudos arqueológicos de naufrágios, à opinião pública não conscientizada e instigada pela mídia sensacionalista, sempre soa mais forte o sonho, a aventura e magia presentes no imaginário coletivo, quando se trata dessa questão.

necessidade,¹¹ o que nos dá condições de enveredar no estudo de sítios de naufrágio, participando de todas as etapas do processo de construção do conhecimento, tanto na pesquisa quanto na divulgação dos dados. Cabe salientar que esse avanço também foi possível graças aos cursos de

difusão e treinamento de pessoal e ao *know how* adquirido junto a instituições de credibilidade internacional. Este trabalho sério, lento e gradual, é o que tem cativado alguns navegantes do saber a nos ajudar na travessia de um quase sempre tempestuoso mar.



(11) A portaria 230 do IPHAN, de 17 de dezembro de 2002, que regulamenta a elaboração de EIAs/ RIMAs, em seu artigo segundo diz: “Este levantamento deverá contemplar **todos os compartimentos ambientais significativos** (grifo nosso) no contexto geral da área a ser implantada e deverá prever o levantamento prospectivo de sub-superfície.” Ora, o ambiente subaquático é parte integrante de áreas litorâneas ou ribeirinhas, e todas as obras executadas nessas áreas deveriam prever o impacto causado no patrimônio cultural submerso, da mesma maneira como fazem com o patrimônio natural.



Referências bibliográficas

- ALVES, F.J.S.
1998a Acerca dos destroços de dois navios descobertos durante as dragagens de 1970 na foz do rio Arade (Ferragudo, Lagoa). M.G.A.M. Ventura (Coord.). *As rotas oceânicas (sécs. XV-XVII) Quartas jornadas de história ibero-americana*. Portimão: Colibri.
- 1998b Genealogia e arqueologia dos navios portugueses nos alvares do mundo moderno. *Nossa Senhora dos Mártires – A última viagem*. Lisboa: Verbo: 71-83.
- ALVES, F.J.S.; RIETH, E.; RODRIGUES, P. *et alii*
2001 The hull remains of Ria de Aveiro A, a mid-15th century shipwreck from Portugal: a preliminary analysis. *Proceedings: International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition*. Lisboa: IPA, 2001. Série Trabalhos de Arqueologia, n° 18.
- BAVA DE CAMARGO, P.F.
2002 *Arqueologia das fortificações oitocentistas da planície costeira Cananéia/ Iguape, SP* Dissertação (Mestrado em Arqueologia) São Paulo, FFLCH – USP.
- RAMBELLI, G.
1998 *A arqueologia subaquática e sua aplicação à arqueologia brasileira: o exemplo do Baixo Vale do Ribeira de Iguape*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), São Paulo, FFLCH – USP.
- 2002 *Arqueologia até debaixo d'água*. São Paulo: Maranta.
- RAMBELLI, G.; BAVA DE CAMARGO, P.F.; CALLIPO, F.R. O Brasil hoje tem arqueologia subaquática. São Paulo, 2000. Nota publicada no *site www.naufragios.com.br*
- RODRIGUES, P.; ALVES, F.J.S.; RIETH, E. *et alii*
2001 L'épave d'un navire de la deuxième moitié du Xvème siècle/ début du XVIème, trouvée au Cais do Sodré (Lisbonne). Note préliminaire. *Proceedings: International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition*. Lisboa: IPA, 2001. Série Trabalhos de Arqueologia, n° 18.
- SCATAMACCHIA, M.C.M.; RAMBELLI, G.
2001 Arqueologia regional e o gerenciamento do patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia Americana*, 20: 111-130.

Recebido para publicação em 20 de outubro de 2002.

Gilson Rambelli*
Paulo F. Bava de Camargo**
Flávio Rizzi Calippo***

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia. Doutorando em Arqueologia, bolsista FAPESP.

(**) Mestre em Arqueologia (ex-aluno do MAE-USP).

(***) Museu de Arqueologia e Etnologia. Mestrando em Arqueologia.

PRIMEIRA ETAPA DE RECONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO DO MÉDIO/BAIXO VALE DO RIO PIRAPÓ, PARANÁ*

A região noroeste do Estado do Paraná possui imenso potencial arqueológico, segundo informação de vários projetos de levantamento já realizados e das fontes coloniais (Noelli, no prelo 1). As evidências humanas mais antigas conhecidas até agora são datadas em 8 mil A.P. (Chmyz 1992), vinculadas a um amplo horizonte cultural relacionado à Tradição Umbu, que perdurou até cerca de 2 mil A.P., quando a região começou a ser colonizada por populações Guarani provenientes das bacias dos rios Paraguai e Paraná (Brochado 1984; Noelli 2000 a, b). Os Guarani do Guairá, antiga denominação colonial da região, conforme as projeções de Melià (1988), poderiam alcançar até 1 milhão de pessoas no início do século XVII, aproximadamente ¼ da população atual (Censo-IBGE 2000).

Contribuindo para as pesquisas no noroeste paranaense, desde 1996 realizamos trabalhos de reconhecimento limitados ao registro de ocorrências de superfície, sem qualquer forma de intervenção arqueológica. Nossa meta é escolher uma área de pesquisa permanente, onde desenvolveremos atividades de arqueologia científica e pública de longa duração em nível regional (Noelli, Silva e Mota 2000). Realizamos levantamentos sistemáticos no rio Tibagi, municípios de Londrina, Tamarana e São Jerônimo da Serra (1996-1997); rio Paraná, municípios de Guaíra, Altônia, Vila Alta (1996-1999); na APA Federal do Noroeste do Paraná, municípios de Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, Porto Rico, São Pedro do Paraná, Marilena, Nova Londrina e Diamante do Norte (2000); no rio Pirapó, municípios de Lobato, Colorado, Cruzeiro do Sul, Uniflor, Paranacity, Atalaia e Flórida (2001); além de registrar sítios arqueológicos isolados em outros municípios (1994-2002), atendendo notificações feitas à Universidade Estadual de Maringá. Também realizamos um trabalho de conscientização sobre a

necessidade de preservar os sítios e evidências materiais e disseminação de conhecimento arqueológico junto às populações das Vilas Rurais do vale do rio Ivaí (2001-2002). Assim, localizamos um total de 180 sítios, além de várias ocorrências isoladas e peças doadas (Noelli 1998, m.s. 1; Noelli *et al.*, no prelo 2 e 3; Mota, Noelli e Silva 1996; Silva e Noelli 1996).

Esta nota de pesquisa divulga os resultados de campo obtidos no baixo/médio vale do rio Pirapó, entre julho e dezembro de 2000. Trata-se da primeira de duas etapas de reconhecimento de todo o município de Lobato, que foi dividido em faixas de *survey*: 1) perímetro do município; 2) interior do município. Investigamos todo o perímetro, numa faixa média de 1 km de largura, subdividida em linhas para orientar caminhamentos sistemáticos. Também percorremos trechos fora do perímetro de Lobato, ao longo dos rios Pirapó e Bandeirantes, nos municípios de Colorado, Paranacity, Cruzeiro do Sul, Uniflor, Atalaia e Flórida. Percorremos porções do interior de Lobato, subindo alguns cursos d'água até as nascentes. As demais equipes do convênio Prefeitura de Lobato-ITCA/UEM fizeram completos inventários geológicos, pedológicos, hídricos, botânicos e zoológicos, que serão incorporados e analisados na continuidade da pesquisa arqueológica. Como não realizamos nenhuma modalidade de escavação ou de coleta de evidências, ainda não dispomos de dados que permitam especificar a área efetiva e a estratigrafia dos sítios localizados. A realização destas e de outras atividades arqueológicas iniciarão em 2004, após obtermos autorização do IPHAN e dispormos dos recursos, previstos pelo ITCA/UEM.

Localizamos 44 sítios e 3 ocorrências cerâmicas isoladas até o presente (Fig. 1). A observação *in situ* permitiu classificar as evidências cerâmicas como pertencentes à Tradição Guarani, enquanto os sítios que apresentaram apenas evidências líticas não foram classificados, fato que ocorrerá na continuidade das pesquisas. As evidências cerâmicas estão em 39 sítios e 3 ocorrências isoladas, enquanto os sítios apenas com evidências líticas somam 5 unidades. Levantamos as referências mais

(*) Convênio Prefeitura de Lobato e Universidade Estadual de Maringá, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (Projeto 012/2000 – CPC, Processo Plano de Manejo das RPPN de Lobato).

elementares para identificar os sítios, identificando apenas o município, a localidade, a altitude, a distância da água mais próxima e o compartimento topográfico, bem como batizamos os sítios com nomes e códigos (Tabela 1). A maioria dos sítios

apresentou mais de 500 fragmentos por concentração, sendo que alguns possuem várias concentrações e milhares de fragmentos sobre a superfície dos terrenos perturbados superficialmente pelo plantio de cana de açúcar.

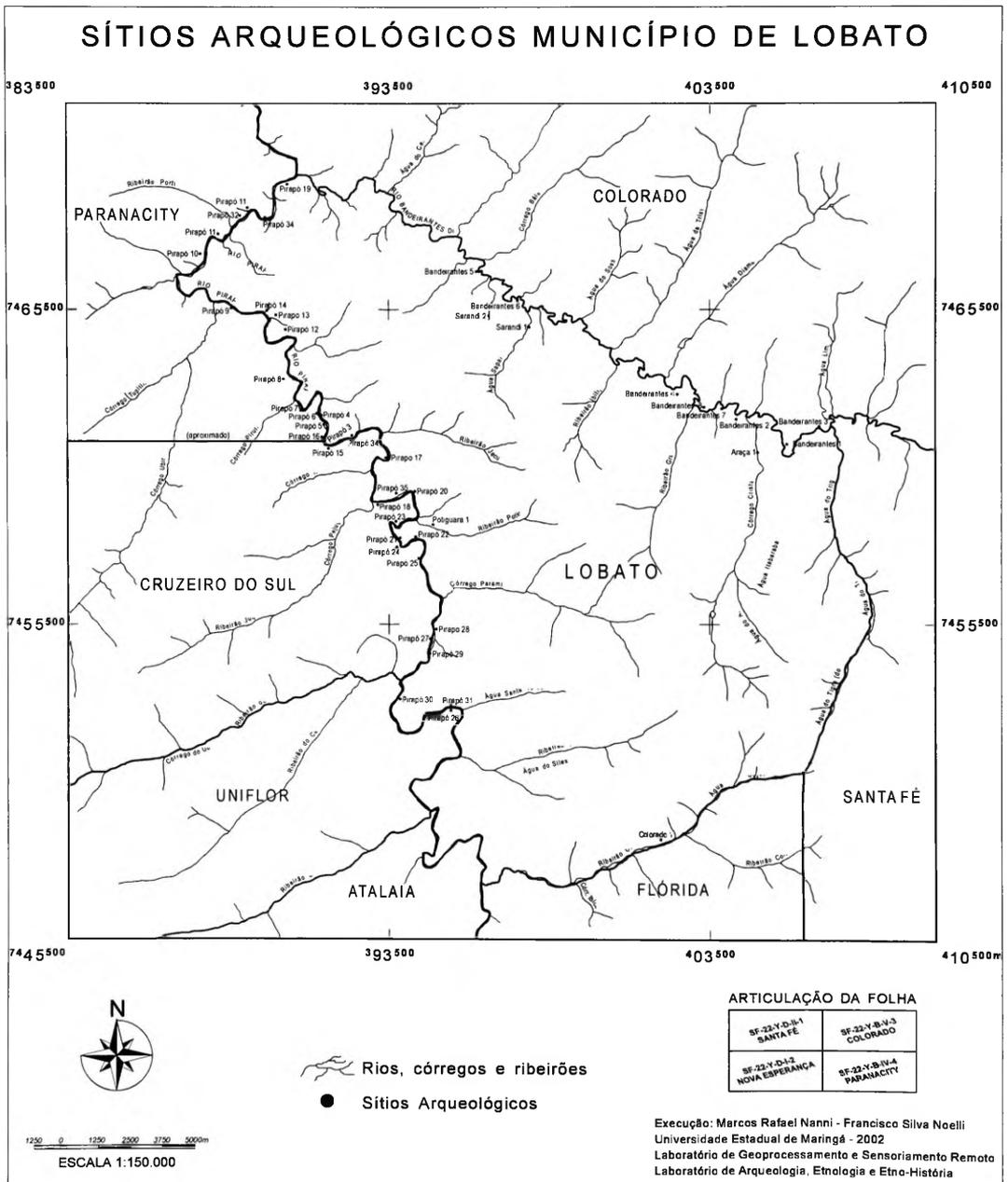


TABELA 1

Sítios e ocorrências arqueológicas

Município	Nome do Sítio	Código	Categoria	Coordenadas UTM		Altitude (m)	Água + próxima (m)	Compartimento Topográfico
Colorado	Bandeirantes 1	PR - BD - 01	Guarani	7461219	405897	344	50	Encosta
Colorado	Bandeirantes 3	PR - BD - 03	Lítico				30	Encosta
Colorado	Bandeirantes 8	PR - BD - 08	Guarani	7462401	403330	361	10	Encosta
Cruzeiro do Sul	Pirapó 15	PR - CZ - 01	Guarani	7461089	391620	346	18	Encosta
Cruzeiro do Sul	Pirapó 17	PR - CZ - 02	Guarani	7460779	393435	342	12	Encosta
Cruzeiro do Sul	Pirapó 18	PR - CZ - 03	Lítico	7459298	393151	354	2	Encosta
Cruzeiro do Sul	Pirapó 23	PR - CZ - 04	Lítico	7458774	393718	351	10	Terraço
Cruzeiro do Sul	Pirapó 24	PR - CZ - 06	OCI ¹	7457955	393744	357	35	Encosta
Cruzeiro do Sul	Pirapó 25	PR - CZ - 07	OCI	7457588	394422	368	30	Encosta
Cruzeiro do Sul	Pirapó 27	PR - CZ - 05	Lítico	7455040	394782	333	25	Encosta
Lobato	Araçá 1	PR - LB - 22	Guarani	7460953	404998	356	12	Encosta
Lobato	Bandeirantes 2	PR - LB - 01	Guarani	7462012	404331	345	42	Encosta
Lobato	Bandeirantes 4	PR - LB - 02	Guarani	7462810	402496	362	20	Encosta
Lobato	Bandeirantes 5	PR - LB - 05	Guarani	7466701	396237	334	18	Encosta
Lobato	Bandeirantes 6	PR - LB - 19	Guarani				18	Encosta
Lobato	Bandeirantes 7	PR - LB - 20	Guarani	7462351	403884	368	15	Encosta
Lobato	Colorado 1	PR - LB - 23	Guarani	7448675	401970	366	15	Encosta
Lobato	Pirapó 12	PR - LB - 09	Guarani	7464868	390286	351	32	Encosta
Lobato	Pirapó 13	PR - LB - 10	Guarani	7465329	389991	347	20	Encosta
Lobato	Pirapó 14	PR - LB - 11	Guarani	7465475	389709	356	30	Encosta
Lobato	Pirapó 19	PR - LB - 12	Guarani	7469450	390353	346	18	Encosta
Lobato	Pirapó 20	PR - LB - 13	Guarani	7459721	394306	342	15	Encosta
Lobato	Pirapó 21	PR - LB - 14	Guarani	7458203	393822	351	15	Topo
Lobato	Pirapó 22	PR - LB - 15	Guarani	7458280	394329	350	15	Topo
Lobato	Pirapó 28	PR - LB - 16	Guarani	7455344	394972	376	18	Topo
Lobato	Pirapó 29	PR - LB - 25	OCI	7454574	394768	373	2	Encosta
Lobato	Pirapó 3	PR - LB - 07	Guarani	7461376	391521	338	32	Encosta
Lobato	Pirapó 30	PR - LB - 17	Guarani	7453119	393832	373	12	Encosta
Lobato	Pirapó 32	PR - LB - 18	Guarani	7468471	388888	337	30	Encosta
Lobato	Pirapó 35	PR - LB - 06	Guarani	7459669	393726	326	15	Encosta
Lobato	Pirapó 36	PR - LB - 24	Lítico	7461474	392432	341	35	Encosta
Lobato	Pirapó 4	PR - LB - 08	Guarani	7462144	391402	328	33	Encosta
Lobato	Potiguara 1	PR - LB - 21	Guarani	7458662	394870	362	30	Encosta
Lobato	Sarandi 1	PR - LB - 03	Guarani	7464943	397881	338	5	Topo
Lobato	Sarandi 2	PR - LB - 04	Guarani	7465307	396631	351	10	Encosta
Paranacity	Pirapó 10	PR - PT - 06	Guarani	7467269	387650	327	20	Encosta
Paranacity	Pirapó 11	PR - PT - 07	Guarani	7467895	388211	348	18	Encosta
Paranacity	Pirapó 16	PR - PT - 12	Guarani	7461449	391431	350	15	Encosta
Paranacity	Pirapó 31	PR - PT - 08	Guarani	7452894	395430	361	22	Encosta
Paranacity	Pirapó 33	PR - PT - 09	Guarani	7468708	389128	350	30	Encosta
Paranacity	Pirapó 34	PR - PT - 10	Guarani	7468414	389660	344	20	Encosta
Paranacity	Pirapó 5	PR - PT - 01	Guarani	7461853	391469	327	20	Encosta
Paranacity	Pirapó 6	PR - PT - 02	Guarani	7462206	391322	329	18	Encosta
Paranacity	Pirapó 7	PR - PT - 03	Guarani	7462294	390796	352	15	Encosta
Paranacity	Pirapó 8	PR - PT - 04	Guarani	7463296	390216	358	200	Encosta
Paranacity	Pirapó 9	PR - PT - 05	Guarani	7465551	388609	348	33	Encosta
Uniflor	Pirapó 26	PR - UN - 01	Guarani	7452762	395422	367	40	Encosta

(1)OCI = Ocorrência cerâmica isolada

Referências bibliográficas

- BROCHADO, J.P.
1984 *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Urbana-Champaign, University of Illinois at Urbana-Champaign, 1984. Tese (Doutorado).
- CHMYZ, I.
1992 *Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu*. Curitiba: UFPR-CESP.
- MELIÀ, B.
1988 *El Guaraní conquistado y reducido*. Asunción: CEADUC.
- MOTA, L.T.; NOELLI, F.S.; SILVA, F.A.
1996 *Päri: armadilha de pesca utilizada pelos índios Kaingang no sul do Brasil*. *Universidade e Sociedade*, Maringá, 16:21-25.
- NOELLI, F.S.
1998 Nota sobre a presença da Tradição Umbu no médio-baixo Ivaí, Paraná. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, 22(27):101-105.
2000a A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas –1872 – 2000. *Revista USP*, São Paulo, 44: 218-269.
2000b A Presença Guaraní desde 2.000 anos atrás: contribuição para a História da ocupação humana do Paraná. In: R.C. Rolim; S.A. Pellegrini e R.B. Dias (Orgs.) *História, espaço e meio ambiente (VI Encontro Regional de História, ANPUH – PR)*. Maringá, ANPUH: 403-414.
- prelo 1 *Catálogo de sítios arqueológicos de populações ceramistas do sul do Brasil, Uruguai, Paraguai oriental e Argentina (Províncias de Misiones, Corrientes, Entre Ríos e Buenos Aires)*. Maringá: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História/Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações. m.s.1 *Registro de sítios arqueológicos do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História/Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações*.¹
- NOELLI, F.S.; MOTA, L.T.; NANNI, M.R.; LAVADO, M.C.; OLIVEIRA, E.R.; PANEK, Jr., C.A.; SIMÃO, A.P.; MARGUES, A.J.; SILVA, J.B.; CASTILHO, W.
prelo 2 *Agricultores Guaraní na pré-história da região noroeste do Paraná. Universidade e Sociedade*, Maringá, 18.
- NOELLI, F.S.; MOTA, L.T.; NANNI, M.R.; LAVADO, M.C.; OLIVEIRA, E.R.; PANEK, Jr., C.A.; SIMÃO, A.P.; SILVA, J.B.; CASTILHO, W.
prelo 3 *Pesquisas arqueológicas na região noroeste do Paraná, entre os rios Paranapanema e Ivaí*. Curitiba: Anais do 8º Encontro da ANPUH-PR (2002).
- NOELLI, F.S.; MOTA, L.T.; SILVA, F.A.
1996 *Pari: armadilha de pesca no sul do Brasil e a arqueologia*. *Coleção Arqueologia*, Porto Alegre, 1(2): 435-446. (Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade Arqueologia Brasileira).
- NOELLI, F.S.; SILVA, F.A.; MOTA, L.T.
2000 *Projeto de pesquisa arqueológica no noroeste do Paraná (1996-1997)*. CD-ROM. S.M. de Souza (Org.). *Anais da IX Reunião Científica da Sociedade Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro.
- SILVA, F.A.; NOELLI, F.S.
1996 *A ocupação do espaço na Terra Indígena Apucarana: elementos para uma reflexão interdisciplinar*. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, 20 (24):27-36.

Francisco Silva Noelli**
Lúcio Tadeu Mota**
Marcos Rafael Nanni***
Margarida Cardozo Lavado****
Carlos Panek Jr.**
Eurides Roque de Oliveira**
Ana Paula Simão**
Eder Novak**
Washington C. Castilho**

(1) Texto em fase de elaboração, a ser publicado pela revista *Geonotas*, Maringá.

(**) Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História/Universidade Estadual de Maringá.

(***) Departamento de Agronomia/Universidade Estadual de Maringá.

(****) Mestrado em Arqueologia/MAE – USP.

NOVAS DATAÇÕES ARQUEOLÓGICAS EM MATO GROSSO DO SUL

Pesquisas arqueológicas em desenvolvimento no contexto sul-mato-grossense vêm produzindo significativos resultados cronológicos referentes aos diversos horizontes culturais históricos e pré-coloniais presentes nesse Estado. Esta nota objetiva divulgar as novas datações arqueológicas obtidas a partir dos trabalhos científicos realizados no alto curso do rio Paraná (*Projeto Arqueológico Porto Primavera, MS* – código 2 nas tabelas a seguir) e em outras paisagens dessa bacia hidrográfica em Mato Grosso do Sul.

As datações do material cerâmico, empregando-se o método da termoluminescência, foram realizadas no Laboratório de Vidros e Datação da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC), sob a coordenação da Profa. Dra. Sonia H. Tatumi. As amostras de carvão foram datadas por meio da aplicação do método do carbono 14 (C14), no Laboratoire des Sciences du Climat et de l'Environnement – Laboratoire Mixte CEA-CNRS UMR 1572, em Gif-sur-Yvette/França – (Gif), sob a responsabilidade do Dr. Michel Fontugne.

*Gilson Rodolfo Martins**
*Emília Mariko Kashimoto***
*Sonia Hatsue Tatumi****

Recebido para publicação em 5 de junho de 2002.

(*) Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História do Campus de Aquidauana da UFMS (LPA/DHI/CPAQ/UFMS).

(**) Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do Museu Dom Bosco/Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS (LPA/MDB/UCDB).

(***) Laboratório de Vidros e Datações da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC).

SUB-BACIA HIDROGRÁFICA: RIO IVINHEMA

Projeto	Material/ Método	Nº amostra/ laboratório	Sítio Arqueológico	Coord. geogr./ Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos A.P.)
2	carvão/C14	Gif11217	Lagoa do Custódio 1 (MS-IV-08)	22°23'04"S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio		área de decapagem 2 (qd. E6)	90 a 100 cm	3140 ± 50
2	carvão/C14	Gif11218	Lagoa do Custódio 1 (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio		área de decapagem 2 (qd. B7)	135 cm	4230 ± 75

SUB-BACIA HIDROGRÁFICA: RIO PARDO

Projeto	Material/ Método	Nº amostra/ laboratório	Sítio Arqueológico	Coord. geogr./ Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos A.P.)
0	telha/TL	576 FATEC	Fazenda Camapuã	19°31'39"S 54°03'58"W Camapuã	margem direita e esquerda do córrego Camapuã	Histórico- Ciclo das Monções	coleta de superfície	superfície	200 ± 20
0	telha/TL	577 FATEC	Fazenda Camapuã	19°31'39"S 54°03'58"W Camapuã	margem direita e esquerda do córrego Camapuã	Histórico- Ciclo das Monções	coleta de superfície	superfície	280 ± 25
2	cerâmica/TL	399 FATEC	Santa Rita do Pardo 2 (MS-PD-07)	21°42'25"S 52°37'17"W S Rita do Pardo	margem esquerda do rio Pardo	Guarani	trincheira 2 (metro 1)	10 a 20 cm	610 ± 60
2	cerâmica/TL	400 FATEC	Santa Rita do Pardo 2 (MS-PD-07)	21°42'25"S 52°37'17"W S Rita do Pardo	margem esquerda do rio Pardo/foz do córrego Aroeira	Guarani	área de decapagem 1 (qd. 2)	20 a 30 cm	750 ± 75
2	cerâmica/TL	403 FATEC	Santa Rita do Pardo 2 (MS-PD-07)	21°42'25"S 52°37'17"W S Rita do Pardo	margem esquerda do rio Pardo/foz do córrego Aroeira	Guarani	trincheira 2 (metro 1)	00 a 10 cm	890 ± 90
2	cerâmica/TL	402 FATEC	Santa Rita do Pardo 2 (MS-PD-07)	21°42'25"S 52°37'17"W S Rita do Pardo	margem esquerda do rio Pardo/foz do córrego Aroeira	Guarani	trincheira 6 (metro 3)	20 a 30 cm	980 ± 100
2	cerâmica/TL	405 FATEC	Bataguassu 4 (MS-PD-06)	21°42'11"S 52°30'00"W Bataguassu	margem direita do rio Pardo/foz do cór. Uerê	Guarani	trincheira 2 (metro 26)	20 a 30 cm	250 ± 25

SUB-BACIA HIDROGRÁFICA: RIO PARDO (cont.)

Projeto	Material/ Método	Nº amostra/ laboratório	Sítio Arqueológico	Coord. geogr./ Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos A.P.)
2	cerâmica/TL	404 FATEC	Bataguassu 4 (MS-PD-06)	21°42'11"S 52°30'00"W Bataguassu	margem direita do rio Pardo/foz do cór. Uerê	Guarani	área de decapagem 3 (qd. B2)	20 a 30 cm	415 ± 40
2	cerâmica/TL	397 FATEC	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	21°30'40"S 51°59'30"W Brasilândia	margem direita do rio Paraná		área de decapagem 2 (qd. B38)	00 a 10 cm	570 ± 60
2	carvão/C14	Gif11226	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	21°30'40"S 51°59'30"W Brasilândia	margem direita do rio Paraná		área de decapagem 1 (qd. A12)	90 a 100 cm	840 ± 40
2	cerâmica/TL	398 FATEC	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	21°30'40"S 51°59'30"W Brasilândia	margem direita do rio Paraná		área de decapagem 2 (qd. B38)	70 a 80 cm	1110 ± 110
2	carvão/C14	Gif11227	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	21°30'40"S 51°59'30"W Brasilândia	margem direita do rio Paraná		área de decapagem 1 (qd. A19)	110 a 120 cm	2240 ± 40
2	carvão/C14	Gif11232	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	21°30'40"S 51°59'30"W Brasilândia	margem direita do rio Paraná		área de decapagem 1 (qd. A16)	190 a 200 cm	2260 ± 40
2	carvão/C14	Gif11228	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	21°30'40"S 51°59'30"W Brasilândia	margem direita do rio Paraná		área de decapagem 1 (qd. A17)	130 a 140 cm	2765 ± 35
2	carvão/C14	Gif11234	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	21°30'40"S 51°59'30"W Brasilândia	margem direita do rio Paraná		área de decapagem 1 (qd. B20)	220 a 230 cm	2770 ± 50
2	carvão/C14	Gif11230	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	21°30'40"S 51°59'30"W Brasilândia	margem direita do rio Paraná		área de decapagem 1 (qd. A12)	170 a 180 cm	2900 ± 50
2	carvão/C14	Gif11231	Brasilândia 3 (MS-PR-42)	21°30'40"S 51°59'30"W Brasilândia	margem direita do rio Paraná		área de decapagem 1 (qd. B15)	180 a 190 cm	2975 ± 40

SUB-BACIA HIDROGRÁFICA: RIO PARDO (cont.)

Projeto	Material/ Método	Nº amostra/ laboratório	Sítio Arqueológico	Coord. geogr./ Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos A.P.)
2	carvão/C14	Gif 11229	Brasília 3 (MS-PR-42)	21°30'40"S 51°59'30"W Brasília	margem direita do rio Paraná		área de decapagem 1 (qd. B12)	160 a 170 cm	3000 ± 45
2	carvão/C14	Gif 11235	Brasília 3 (MS-PR-42)	21°30'40"S 51°59'30"W Brasília	margem direita do rio Paraná		área de decapagem 1 (qd. A20)	230 a 240 cm	3165 ± 65
2	carvão/C14	Gif 11236	Brasília 3 (MS-PR-42)	21°30'40"S 51°59'30"W Brasília	margem direita do rio Paraná		área de decapagem 1 (qd. B19)	280 a 290 cm	3660 ± 75
2	carvão/C14	Gif 11233	Brasília 3 (MS-PR-42)	21°30'40"S 51°59'30"W Brasília	margem direita do rio Paraná		área de decapagem 1 (qd. A17)	290 a 300 cm	3940 ± 40

SUB-BACIA HIDROGRÁFICA: RIO VERDE

Projeto	Material/ Método	Nº amostra/ laboratório	Sítio Arqueológico	Coord. geogr./ Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos A.P.)
2	carvão/C14	Gif 11220	Ilha Comprida 7 (MS-PR-85)	20°55'57"S 51°39'59"W Três Lagoas	margem oeste da ilha Comprida		trincheira 1 (metro 2)	80 a 100 cm	2130 ± 75
2	carvão/C14	Gif 11221	Ilha Comprida 7 (MS-PR-85)	20°55'57"S 51°39'59"W Três Lagoas	margem oeste da ilha Comprida		trincheira 3 (metro 5)	115 cm	1715 ± 35
2	carvão/C14	Gif 11223	Ilha Comprida 7 (MS-PR-85)	20°55'57"S 51°39'59"W Três Lagoas	margem oeste da ilha Comprida		trincheira 1 (metro 3)	200 a 210 cm	2665 ± 70
2	carvão/C14	Gif 11222	Ilha Comprida 7 (MS-PR-85)	20°55'57"S 51°39'59"W Três Lagoas	margem oeste da ilha Comprida		trincheira 1 (metro 3)	180 a 190 cm	3140 ± 60
2	carvão/C14	Gif 11224	Ilha Comprida 8 (MS-PR-86)	20°55'53"S 51°37'22"W Três Lagoas	margem leste da ilha Comprida		trincheira 4 (metro 6)	110 cm	1380 ± 70

DADOS CRONOLÓGICOS RELATIVOS À ARQUEOLOGIA DO OESTE DE MATO GROSSO

Ações de arqueologia preventiva realizadas no oeste do Estado de Mato Grosso, no âmbito dos projetos **Salvamento arqueológico na área impactada pelo gasoduto Bolívia-Mato Grosso/ trecho brasileiro** (portaria IPHAN n° 11 04/03/99, D.O.U. 05/03/99; contrato FAPEC/Gasocidente do Mato Grosso Ltda.) – código 4 (ver tabela a seguir) e **Salvamento arqueológico na área a ser impactada pela Usina Hidrelétrica Salto das Nuvens** (portaria IPHAN n° 61 de 24/10/2000, D.O.U. 25/10/2000; contrato FAPEC/Cimento Portland Mato Grosso S/A) – código 5 (ver tabela a seguir), resultaram em novos dados relevantes para o conhecimento dos processos de povoamento humano dessa região, no passado pré-colonial.

A cronologia apresentada na tabela a seguir refere-se a diferentes contextos, espaciais e culturais pretéritos, tais como áreas de garimpo colonial nas proximidades de Cuiabá (ver amostras 292 e 293-FATEC), assentamentos pré-coloniais no interior da Província Serrana, em Cáceres (por exemplo, amostras 234 e 229-FATEC), ou ainda sítios arqueológicos localizados nas proximidades dos tributários da margem direita do alto curso do rio Paraguai, entre os rios Jauru e Sepotuba (ver, por exemplo, amostras 578 e 388-FATEC).

As datações do material cerâmico, empregando-se o método da termoluminescência, foram realizadas no Laboratório de Vidros e Datação da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC), sob a coordenação da Profa. Dra. Sonia H. Tatumi.

*Gilson Rodolfo Martins**
*Emília Mariko Kashimoto***
*Sonia Hatsue Tatumi****

Recebido para publicação em 5 de junho de 2002.

(*) Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História do *Campus* de Aquidauana da UFMS (LPA/DHI/CPAQ/UFMS).

(**) Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do Museu Dom Bosco/Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS (LPA/MDB/UCDB).

(***) Laboratório de Vidros e Datações da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC).

Projeto	Material/ Método	Nº amostra/ laboratório	Sítio Arqueológico	Coord. UTM/ Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos A.P.)
5	cerâmica/TL	578 FATEC	Salto das Nuvens	E421048 S8384925 Tangará da Serra	margem esquerda do rio Sepotuba	Pareci	trincheira 11 (metro 9)	20 a 30 cm	525 ± 50
4	telha/TL	293 FATEC	Córrego Canal 1	E573303 S8264828 Nossa Senhora do Livramento	margem direita do córrego Canal	histórico	coleta de superfície	superfície	170 ± 20
4	telha/TL	292 FATEC	Córrego Canal 1	E573303 S8264828 Nossa Senhora do Livramento	margem direita do córrego Canal	histórico	coleta de superfície	superfície	195 ± 20
4	cerâmica/TL	233 FATEC	Córrego Água Doce 1	E448426 S8234641 Cáceres	margem direita do córrego Água Doce		coleta de superfície	superfície	760 ± 70
4	cerâmica/TL	234 FATEC	Córrego Água Doce 1	E448426 S8234641 Cáceres	margem direita do córrego Água Doce		furo de sondagem	40 cm	1450 ± 150
4	cerâmica/TL	229 FATEC	Ribeirão Piaputanga 1	E437441 S8232511 Cáceres	margens de córrego sem denominação		furo de sondagem	40 cm	760 ± 80
4	cerâmica/TL	377 FATEC	Córrego Piaputanga 1	E432497 S8231155 Cáceres	margem direita de córrego sem denominação	Descalvado	trincheira 1 (metro 17)	40 a 50 cm	1340 ± 140
4	cerâmica/TL	378 FATEC	Córrego Piaputanga 1	E432497 S8231155 Cáceres	margem direita de córrego sem denominação	Descalvado	trincheira 1 (metro 17)	40 a 50 cm	1620 ± 160
4	cerâmica/TL	363 FATEC	Jauru	E390667 S8213700 Cáceres	margem direita do rio Jauru	Descalvado	trincheira 1 (metro 118)	40 a 50 cm	1325 ± 130
4	cerâmica/TL	366 FATEC	Jauru	E390667 S8213700 Cáceres	margem direita do rio Jauru	Descalvado	trincheira 1 (metro 118)	40 a 50 cm	1480 ± 150

Projeto	Material/ Método	Nº amostra/ laboratório	Sítio Arqueológico	Coord. UTM/ Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos A.P.)
4	cerâmica/TL	365 FATEC	Jauru	E390667 S8213700 Cáceres	margem direita do rio Jauru	Descalvado	trincheira 1 (metro 145)	30 a 40 cm	1525 ± 150
4	cerâmica/TL	375 FATEC	Riacho São Sebastião 4	E385667 S8211537 Cáceres	margem esquerda do riacho São Sebastião	Descalvado	trincheira 1	60 cm	710 ± 70
4	cerâmica/TL	372 FATEC	Riacho São Sebastião 4	E385667 S8211537 Cáceres	margem esquerda do riacho São Sebastião	Descalvado	trincheira 1		810 ± 80
4	cerâmica/TL	374 FATEC	Riacho São Sebastião 4	E385667 S8211537 Cáceres	margem esquerda do riacho São Sebastião	Descalvado sepultamento	área de decapagem 1 (qd. A16)	75 cm	1055 ± 100
4	cerâmica/TL	371 FATEC	Riacho São Sebastião 4	E385667 S8211537 Cáceres	margem esquerda do riacho São Sebastião		trincheira 8 (metro 1)	60 cm	1085 ± 110
4	cerâmica/TL	369 FATEC	Riacho São Sebastião 4	E385667 S8211537 Cáceres	margem esquerda do riacho São Sebastião		trincheira 5 (metro 4)	50 cm	1200 ± 120
4	cerâmica/TL	373 FATEC	Riacho São Sebastião 4	E385667 S8211537 Cáceres	margem esquerda do riacho São Sebastião	Descalvado	trincheira 1		1400 ± 140
4	cerâmica/TL	370 FATEC	Riacho São Sebastião 4	E385667 S8211537 Cáceres	margem esquerda do riacho São Sebastião		trincheira 8 (metro 20)	50 cm	1850 ± 180
4	cerâmica/TL	367 FATEC	Riacho São Sebastião 4	E385667 S8211537 Cáceres	margem esquerda do riacho São Sebastião		trincheira 5 (metro 12)	40 a 50 cm	1975 ± 200
4	cerâmica/TL	368 FATEC	Riacho São Sebastião 4	E385667 S8211537 Cáceres	margem esquerda do riacho São Sebastião		trincheira 5 (metro 12)	40 a 50 cm	2065 ± 200

Projeto	Material/ Método	Nº amostra/ laboratório	Sítio Arqueológico	Coord. UTM/ Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos A.P.)
4	cerâmica/TL	387 FATEC	Riacho São Sebastião 3	E:382910 S:8210120 Cáceres	margem direita de corixo (riacho São Sebastião)		trincheira 8	20 a 30 cm	1050 ± 105
4	cerâmica/TL	382 FATEC	Riacho São Sebastião 3	E:382910 S:8210120 Cáceres	margem direita de corixo (riacho São Sebastião)		trincheira 6	70 cm	1055 ± 105
4	cerâmica/TL	380 FATEC	Riacho São Sebastião 3	E:382910 S:8210120 Cáceres	margem direita de corixo (riacho São Sebastião)		área de decapagem 1 (qd. A224)	80 cm	1090 ± 110
4	cerâmica/TL	389 FATEC	Riacho São Sebastião 3	E:382910 S:8210120 Cáceres	margem direita de corixo (riacho São Sebastião)	Descalvado	trincheira 10	40 a 50 cm	1140 ± 110
4	cerâmica/TL	390 FATEC	Riacho São Sebastião 3	E:382910 S:8210120 Cáceres	margem direita de corixo (riacho São Sebastião)		trincheira 10	40 a 50 cm	1170 ± 120
4	cerâmica/TL	384 FATEC	Riacho São Sebastião 3	E:382910 S:8210120 Cáceres	margem direita de corixo (riacho São Sebastião)		trincheira 8/ área de decapagem 4	40 a 50 cm	1230 ± 120
4	cerâmica/TL	383 FATEC	Riacho São Sebastião 3	E:382910 S:8210120 Cáceres	margem direita de corixo (riacho São Sebastião)	Descalvado	trincheira 8	50 a 60 cm	1260 ± 120
4	cerâmica/TL	385 FATEC	Riacho São Sebastião 3	E:382910 S:8210120 Cáceres	margem direita de corixo (riacho São Sebastião)		trincheira 8	20 a 30 cm	1445 ± 140
4	cerâmica/TL	386 FATEC	Riacho São Sebastião 3	E:382910 S:8210120 Cáceres	margem direita de corixo (riacho São Sebastião)		trincheira 8	20 a 30 cm	1460 ± 140
4	cerâmica/TL	388 FATEC	Riacho São Sebastião 3	E:382910 S:8210120 Cáceres	margem direita de corixo (riacho São Sebastião)		trincheira 9	30 a 40 cm	1480 ± 150

COLÓQUIO SOBRE CASAS SUBTERRÂNEAS

O I COLÓQUIO SOBRE SÍTIOS CONSTRUÍDOS: CASAS SUBTERRÂNEAS realizou-se no período de 15 e 16 de agosto de 2002, na cidade de Santa Maria (RS). O evento foi organizado pelo Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder, coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) da Universidade Federal de Santa Maria.

Participaram do colóquio arqueólogos que atuam nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo de diversas instituições desenvolvendo pesquisas de campo em casas subterrâneas. As comunicações foram apresentadas por: Marisa Afonso Coutinho, Luciane Miwa Kamase (Museu de Arqueologia e Etnologia/USP); Marco Aurélio Nadal De Masi (UNISUL); Silvia Moehleke Copé (Núcleo de Pesquisas Arqueológicas, UFRGS); Neli T. Galarce Machado (Setor de Arqueologia, UNIVATES); Saul Eduardo Seiguer Milder (Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, UFSM); Pedro Ignacio Schmitz, Jairo Henrique Rogge, Glória Demamman (Instituto Anchieta de Pesquisas, UNISINOS) e Ana Lucia Herberts (Scientia Ambiental).

Estiveram presentes também integrantes das equipes da UFSM, UNIVATES, IAP/UNISINOS, UFRGS, Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas e Antropológicas da Universidade Federal de Pelotas (RS), com seu coordenador, Prof. Dr. Fabio Vergara, Núcleo de Estudos de Arqueologia da Universidade de Chapecó (SC), entre outros.

As casas subterrâneas são um tipo de sítio arqueológico caracterizado por crateras abertas no solo, de diversos tamanhos, entre 2 e 20m de diâmetro e até 6m de profundidade, e formatos entre circular e elíptico. Sua ocorrência é raramente de forma isolada, sendo que esses agrupamentos também apresentam variação de tamanho entre as unidades. Em algumas delas foram observadas evidências de postes que sustentavam o teto das casas e no fundo foram encontrados fogões de pedra com pinhões calcinados, com presença de carvões vegetais, fragmentos cerâmicos e artefatos líticos.

Em geral, esse tipo de sítio está associado a altitudes superiores de 400m e regiões de clima rigoroso. Acredita-se que essas depressões serviriam como abrigos do frio e até mesmo para habitação.

O tema casas subterrâneas tem sido alvo de estudos desde a década de 1960 com maior intensidade nos estados da região Sul e algumas ocorrências nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Particularmente no território paulista, o tema havia ficado à margem das discussões arqueológicas, sendo a única fonte de referência o artigo escrito por André Prous (Prous 1979) que trata de casas subterrâneas descobertas nas proximidades de Itararé, sudeste do estado de São Paulo. Depois disso, somente no final dos anos de 1990, foram localizadas outras casas subterrâneas, no entanto, esses achados nunca foram publicados, estão em relatório de salvamento (Afonso 1997; De Blasis 2000) ou fazem parte de produções acadêmicas (Araujo 1995, 2001).

Atualmente, Luciane Kamase (Kamase 2001) tem desenvolvido o projeto de mestrado na região de Itapeva (sudeste do estado de São Paulo), sob orientação de Marisa Afonso e financiada pela FAPESP, tratando especificamente do aspecto formativo das casas subterrâneas encontradas nessa região.

Na década de 90, houve uma retomada do interesse acadêmico nesse tema no Rio Grande do Sul, com a dissertação de mestrado de José Reis (Reis 1997), os trabalhos do Projeto Vacaria coordenados por Schmitz (Schmitz *et alii* 1999, 2001), o projeto de doutorado realizado por Copé (Copé; Saldanha 1999, 2001), assim como a recente descoberta e escavação por Neli Machado e Saul Milder apresentada no colóquio. Essa retomada propiciou novos questionamentos, novas abordagens tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, e um dos momentos de discussão ocorreu durante o XI Congresso da SAB, realizado em setembro de 2001, na Comunicação Temática sobre casas subterrâneas.

O Colóquio foi organizado com a finalidade de buscar um intercâmbio de informações sobre o assunto, com pesquisadores que estejam trabalhando com casas subterrâneas na atualidade. O propósito desse encontro foi proporcionar mais tempo para as discussões, para a troca de informações, o que não encontra espaço em grandes congressos.

As apresentações e discussões obedeceram ao seguinte cronograma:

15/08/2002

Estudo de uma “casa subterrânea” na bacia do rio Ribeira de Iguape, São Paulo.

Marisa Coutinho Afonso (Museu de Arqueologia e Etnologia/USP)

“Casas Subterrâneas” e Feições Doliniformes no Alto Paranapanema (SP).

Luciane Miwa Kamase (Museu de Arqueologia e Etnologia/USP)

Salvamento Arqueológico na Usina Hidrelétrica de Campos Novos, Campos Novos, SC.

Marco Aurélio Nadal De Masi (UNISUL)

Em Busca de um Sistema de Assentamento no Planalto Gaúcho: Escavações no Sítio RS-AN-03 Silvia Moehleke Copé; João Saldanha (Núcleo de Pesquisas Arqueológicas/ UFRGS)

Levantamento Arqueológico no Vale do Taquari. Neli T. Galarce Machado (Setor de Arqueologia/UNIVATES)

Estratigrafia e possibilidades de análise físico-química dos sedimentos das casas subterrâneas – Ilópolis. Saul Eduardo Seiguer Milder (Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFSM)

16/08/2002

O Projeto Vacaria, dados e resultados gerais.

Pedro Ignacio Schmitz (Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS)

O material lítico e cerâmico (Projeto

Vacaria). Jairo H. Rogge (Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS)

O abrigo funerário (Projeto Vacaria).

Glória Demamman (Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS)

A contribuição das pesquisas na UHE

Quebra-Queixo: uma problemática dos assentamentos em casas subterrâneas no extremo oeste catarinense. Ana Lucia Herberts – Scientia Ambiental

Durante o Colóquio discutiu-se sobre métodos de datação e sobre as idades dos sítios, metodologias utilizadas em campo para identificação de casas subterrâneas, depressões naturais e depressões antrópicas, distribuição de material tanto nas áreas internas quanto nas externas das casas, função das casas, entre outros temas.

As exposições e discussões mostraram que, ao contrário do que ocorre no Sul do país, a problemática encontrada em São Paulo refere-se ainda a um trabalho de base, faz-se necessário diferenciar as depressões provocadas por processos naturais, conhecidos como dolinas, que muitas vezes podem ser confundidas com as casas subterrâneas.

Referências bibliográficas

AFONSO, M.C.

- 1997 Levantamento do Patrimônio Arqueológico na Área da Duplicação da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116) no Estado de São Paulo. Relatório Final. Museu de Arqueologia e Etnologia. FFLCH / USP.

ARAÚJO, A.G.M.

- 1995 *Levantamento Arqueológico da área Alto Taquari, Estado de São Paulo, com ênfase na Abordagem dos Sítios Líticos.* Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia. FFLCH / USP.
- 2001 *Teoria e Método em Arqueologia Regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo.* Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia. FFLCH / USP.

COPÉ, S.M.; SALDANHA, J.D.M.

- 1999 Em busca de um sistema de assentamento no planalto sul-rio-grandense: escavações no sítio RS-AN-03. Resumos da X Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Recife: 224.
- 2001 Novas escavações no sítio RS-AN-03, Bom Jesus, RS. Resumos da XI Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro: 156.

DE BLASIS, P.A.D.

- 2000 Resgate Arqueológico no Traçado do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL) no Estado de São Paulo: Trechos IX e X (de Paulínea à Fronteira com o Paraná). Relatório Final. Museu de Arqueologia e Etnologia. FFLCH / USP.

KAMASE, L.M.

- 2001 “Casas subterrâneas” no alto Paranapanema paulista: uma abordagem geoarqueológica. Resumos da XI Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro: 180.

PROUS, A.

- 1979 Première information sur les maisons souterraines de l’Etat de São Paulo, Brésil. *Revista de Pré-História*, São Paulo, 1 (1): 127-145.

REIS, J.A. dos

- 1997 *Para uma arqueologia dos buracos de*

bugre: do sintetizar, do problematizar, do propor. Dissertação de Mestrado. PUC-RS. Porto Alegre, RS.

SCHMITZ, P.I. *et al.*

- 1999 Vacaria: um novo projeto sobre “casas subterrâneas”. Resumos da X Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Recife: 207.

SCHMITZ, P.I.; ROGGE, J.H.

- 2001 Casas subterrâneas no Planalto Meridional. Resumos da XI Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro: 156.

Recebido para publicação em 16 de outubro de 2002.

*Luciane Miwa Kamase**
*Marisa Coutinho Afonso***

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Mestranda, bolsista FAPESP.

(**) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES DO MAE/USP, 2002

ABSTRACTS OF PhD AND MASTER DISSERTATIONS. MAE/USP, 2002

THOMAZ, Rosângela Custodio Cortez – O uso de SIG na predição da localização de sítios arqueológicos: um estudo de caso na bacia do Alto Paraná. Tese de Doutorado.

RESUMO: O módulo de estudo compreende uma área inserida no Projeto de Salvamento Arqueológico de Porto Primavera, localizada nos municípios de Presidente Epitácio-SP e de Bataguassú-MS, delimitada pela cota de inundação do lago formado pela Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, no rio Paraná. Esta pesquisa tem o propósito de tornar a etapa inicial de campo (prospecção) mais ágil e menos árdua. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é, por meio das técnicas de SIG, elaborar um “Modelo de predição de localização de sítios arqueológicos”, baseando-se inicialmente na análise visual de todas as variáveis ambientais e culturais da área. A análise foi realizada por meio da interpretação de um conjunto de dados que incluem imagens multiespectrais TM-LANDSAT; informações arqueológicas coletadas em campo, bem como o modelo numérico do terreno e rede de drenagem. Esta foi feita com base na hipótese de padrões de preferência de determinados locais para a instalação e ocupação humana pretérita. Os planos de informação criados e analisados visualmente referem-se a: altimetria, geomorfologia, hidrografia, cobertura vegetal, geologia, pedologia e os locais de ocorrência arqueológica. Foram, ainda, gerados planos de informação para representar áreas próximas ao rio principal, aos afluentes, confluências de rios, e as lagoas, utilizando a ferramenta BUFFER do Arc/Info, que permitiu relacionar as variáveis, sítios arqueológicos e proximidade à fonte d’água. Os resultados alcançados indicam que o conjunto de dados da análise fornece subsídios para otimizar os trabalhos preliminares de campo, pois, permite: desenvolver um modelo de predição que propiciou identificar prováveis áreas de ocupação, gerar um banco de dados geográfico dos locais arqueológicos e características ambientais relacionadas na área pesquisada e entender as relações existentes entre os locais arqueológicos e o contexto ambiental.

THOMAZ, Rosângela Custodio Cortez – The use of GIS on prediction of archaeological sites location: a case study on Upper Paraná Basin. PhD Dissertation.

ABSTRACT: The study area, part of the Archaeological Rescue Project of Porto Primavera, is inserted into the flooded area of the Hydroelectric Power Plant Engenheiro Sérgio Motta, in Paraná river. With the purpose of turning the initial field stage (prospecting) more agile and less arduous, a “Predictive Model for Locational Archaeology” has been elaborated, based initially on the visual analysis of all available environmental and cultural variables. The analysis was accomplished through the interpretation of a database including multi-spectral TM-LANDSAT images, archaeological

information, topographic numeric model and drainage, and carried out preferably based on the hypothesis of preference patterns for the installation and past human occupation. The information plans created and visually analyzed refer to: altimetry, geomorphology, hydrography, vegetable covering, geology, pedology, and the places of archaeological occurrence. Plans of information were generated to represent areas close to the main river, the tributaries, confluences of rivers and ponds, using the Arc/Info BUFFER tool, which allowed us to correlate the variables, archaeological sites and proximity with the source of water. The results provide better conditions for the preliminary field surveys, since it helps to identify probable occupation areas, generate a geographical database on the archaeological places and related environmental characteristics in the researched area, and understand the relationships between the archaeological places and the environmental context.

*

BASTOS, Rossano Lopes – Patrimônio arqueológico, preservação e representações sociais: uma proposta para o país através da análise da situação do litoral sul de Santa Catarina. Tese de Doutorado.

RESUMO: O presente trabalho traz uma contribuição para a Arqueologia no nível nacional, pois, além dos dezessete anos de experiência dedicados ao trabalho, à pesquisa e à preservação do patrimônio arqueológico no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, aliamos conceitos interdisciplinares, transdisciplinares e interinstitucionais. Nesta perspectiva, associamos conceitos de patrimônio arqueológico, de preservação e de representações sociais, acreditando ser este o caminho eficiente e justo para a solução dos problemas identificados na “apropriação do saber” sobre o patrimônio arqueológico. A idéia que aqui defendemos é a de que não há preservação sem a participação da comunidade e, para que possamos envolvê-la, é necessário alcançarmos o que ela pensa sobre o patrimônio arqueológico. Para tanto, nosso trabalho busca alternativas objetivando edificar a ponte entre a comunidade, o patrimônio e a preservação.

BASTOS, Rossano Lopes – Archaeological Heritage, Preservation and Social Representations: a purpose to the country through the analysis of Santa Catarina southern sea shore. PhD Dissertation.

ABSTRACT: The aim of this research is to contribute with the Archaeology policy at the federal level, as I have been dedicating more than 17 years to deal with the preservation of the archaeological heritage at the National Institute of Historic and Artistic Heritage, where we use interdisciplinarity, transdisciplinarity and interinstitutional concepts. Under this point of view, we associate the main concepts of archaeological heritage, preservation and social representations, understanding that this is the most efficient and fair way to promote best results for the identified problems in the “appropriation of knowledge” about the issue. So, this work presents the search of the best alternative to build a bridge between the community, heritage and preservation.

*

ALDROVANDI, Cibele Elisa Viegas – Incorporação de padrões de representação greco-romanos no universo simbólico indiano-budista. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: O objetivo desta dissertação é a elaboração de um quadro interpretativo que possibilite evidenciar a incorporação de elementos greco-romanos ao repertório iconográfico da Arte de Gandhara. Através de um estudo sistemático de vestígios arqueológicos – relevos narrativos e esculturas – e dados historiográficos, procuramos verificar os complexos fenômenos ocorridos na região bactro-gandhariana, a partir da fundação das colônias gregas, com a conquista de Alexandre, o Grande, em 327-325 a.C. até a Dinastia Kusãna dos séculos I e II d.C., período em que essa escola artística alcançou maior expressão. Esta pesquisa refere-se ao fenômeno artístico-religioso ocorrido nessa região, fundamentalmente ligado à evolução do pensamento indiano-budista e do Budismo, principal tema dessa escola. A partir das fontes materiais organizadas em um Banco de Dados e Imagens (BDI), o Corpus Documental do Projeto, constituiu o embasamento empírico para a abordagem e desenvolvimento das principais questões que o permeiam: a identificação da assimilação de traços estilísticos, ocorrida a partir da interação dos povos que habitaram essa região. Os resultados obtidos a partir da quantificação dos ciclos narrativos e elementos greco-romanos permitiram evidenciar a incorporação de padrões de representação externos ao universo simbólico indiano-budista e verificar sua relevância iconográfica dentro do contexto histórico do período em que esta escola artística se desenvolveu.

ALDROVANDI, Cibele Elisa Viegas – Incorporation of Graeco-Roman representation patterns on the Indian-Buddhist symbolic universe. Master Dissertation.

ABSTRACT: The purpose of this dissertation is to elaborate an interpretative framework capable of indicating the incorporation of Graeco-Roman elements in the iconographic repertoire of Gandharan Art. Through the systematic study of archaeological remains – narrative reliefs and sculptures – and historiographic data, we have verified various cultural phenomena which sprouted in the Bactro-Gandharan region, since the foundation of the Greek colonies, after the conquest of Alexander the Great, in 327-325 BC, until the Kusāna Dynasty, of the first and second centuries AD, period in which this artistic school reached its highest development. The research refers to the artistic and religious practices that occurred in this region, closely related to the evolution of the Indian-Buddhist thought and to Buddhism, the main theme of such art. The material sources were organized in a Data and Image Base (BDI), the Documental Corpus of the project, constituting the empiric basis to approach and develop the essential issues related to the art: the assimilation of stylistic features brought forth by the interaction of different societies living in the region. The results obtained from the quantification of the Narrative Cycles and Graeco-Roman patterns were able to indicate the extent and ways through which the incorporation of foreign patterns of representation took place in the Indian-Buddhist symbolic universe, and to verify its iconographic relevance in the Historic period in which this artistic school developed.

*

PLENS, Cláudia Regina – Terra, madeira e fogo: a arqueologia de São Paulo oitocentista. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: A pesquisa arqueológica na vila operária de Paranapiacaba, município de Santo André, São Paulo, buscou compreender como a mudança no sistema de trabalho afetou o comportamento de um segmento da classe trabalhadora brasileira – no segundo quartel do século XIX – impulsionada pela construção da ferrovia inglesa “The São Paulo Railway Co. Ltd”. O tema do projeto abordou o assunto da classe trabalhadora paulista no momento de transição do trabalho escravo para o assalariado. Para tanto, teve como objeto de estudo as residências da vila ferroviária construída a partir de 1865, para a moradia dos funcionários da companhia inglesa, brasileiros e imigrantes. As intervenções arqueológicas nas áreas de descarte residencial identificaram diferentes características. Tais resultados nos remeteram à discussão sobre o comportamento entre as classes hierárquicas desde o período escravocrata até início do século XX.

PLENS, Cláudia Regina – Land, wood and fire: archaeology of the 18th century São Paulo. Master Dissertation.

ABSTRACT: The archaeological research in the workmen village of Paranapiacaba, municipal district of Santo André, São Paulo, was conducted in order to understand how changes in the work system affected the behavior of a segment of the Brazilian working class – in the last quarter of the XIX century – impelled by the construction of the British “The São Paulo Railway Co. Ltd.” The project approached the working class in São Paulo on the moment of transition from the slave work to the salaried one, studying the residences of this railroad village built since 1865 for the employees of the company, Brazilians and immigrants. The archaeological interventions in the areas of residential discard identified different characteristics, bringing into discussion the behavior among the hierarchical classes since the slavery period to the beginning of the XX century.

*

COSTA, Fernando Walter da Silva – Análise das indústrias líticas da área de confluência dos rios Negro e Solimões. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar uma caracterização preliminar das indústrias líticas da área de confluência dos Rios Negro e Solimões. A maior parte das peças foi coletada em superfície nos sítios Açutuba, Dona Stella, Nova Cidade, Três Irmãos, Mangangá e o restante foi recuperado em escavações no sítio Dona Stella. Os trabalhos incluíram as prospecções das fontes de matéria-prima, a coleta dos vestígios, a análise tecnológica e a reprodução de alguns artefatos lascados. Os resultados indicam que a matéria-prima utilizada era o arenito-silicificado Manaus, obtido nas proximidades dos sítios e modificado segundo diferentes técnicas: lascamento (unipolar e bipolar), polimento, picoteamento etc., e sugerem que a suposta escassez de matérias-primas e a inexistência de indústrias líticas amazônicas (Meggers 1948),

decorrem unicamente do atraso das pesquisas arqueológicas e geológicas na região e da pouca atenção dada aos vestígios líticos encontrados (Prous 1992, Rostain 1994 e Hilbert 1998).

COSTA, Fernando Walter da Silva – Analysis of the lithic industries from the area of confluence of the Negro and Solimões rivers. Master Dissertation.

ABSTRACT: The purpose of this research is to present a preliminary characterization of the lithic industry from the area of confluence of the Negro and the Solimões rivers. The majority of the remains were collected on the surface of the sites Açutuba, Dona Stella, Nova Cidade, Três Irmãos, Mangangá and the rest was recovered in the excavations at Dona Stella. The research included surveying for raw material sources, collection of remains, technological analysis and reproduction of some flaked tools. The results indicate that the raw material used was Manaus silicified-sandstone easily found near the sites and modified using different kinds of techniques – unipolar and bipolar flaking, polishing, pecking etc. It is suggested that the supposed raw material shortage and the lack of the Amazonian lithic industries (Meggers 1948) are the consequences of the delay of archaeological and geological researches in the region, as well as the little attention given to the lithic remains found (Prous 1992, Rostain 1994 and Hilbert 1998).

*

ARRUNÁTEGUI, Gisele Aparecida Dias Franco – O culto de Perséfone e os *pinakes* de Locres: um exercício de interpretação. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: Nossa pesquisa busca compreender a especificidade do culto de Perséfone na cidade de Locres, sul da Itália, durante o século V a.C. O culto de Perséfone apresenta-se como um dos raros exemplos na Antiguidade em que a deusa aparece dissociada de sua mãe Deméter, constituindo uma singularidade que merece estudo aprofundado. O trabalho é fundamentado na análise dos *pinakes*, nossa fonte documental primária. Os *pinakes* são plaquetas votivas de terracota com cenas em relevo, manufaturadas em Locres durante os anos 480-450 a.C. e são considerados como principais oferendas no santuário de Perséfone. Tais plaquetas retratam temas femininos, com ênfase nos momentos de preparação para o casamento. Trata-se, portanto, de um trabalho em que religião, mitologia, história e sociedade são investigadas a partir do escopo teórico e documental da Arqueologia, com destaque para os pressupostos da Arqueologia Cognitiva.

ARRUNÁTEGUI, Gisele Aparecida Dias Franco – The cult of Persephone and the *pinakes* from Locres: an interpretation exercise. Master Dissertation.

ABSTRACT: This research aims to understand the specificity of the cult of the goddess Persephone in the city of Locri, south Italy, during the 5th century B.C. The cult of Persephone gives us a rare example in Antiquity in which the goddess is shown

separated from her mother Demeter. This particularity demands special attention and studies. This paper is based on the analysis of the *pínakes*, our primary documentary source. The *pínakes* are votive clay relief plaques with a rich scenery, produced in Locri during the years 480-450 B.C. They are considered special offerings to Persephone, depicting moments of her myth through images of feminine themes, such as wedding preparations. In conclusion, this paper investigates religion, mythology, history and society from a theoretical point of view, considering mainly the Cognitive Archaeology.

*

TOMIYAMA, Nair Harumi Tanabe – Sítio Taboão: arqueologia histórica do Vale do Parateí Mogi das Cruzes-SP. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: Esta dissertação analisou a cultura material do Sítio Arqueológico Histórico Taboão, localizado no Bairro Taboão, Vale do Parateí, Município de Mogi das Cruzes-SP. O conjunto de informações obtido pela datação através do Método da Termoluminescência em amostras cerâmicas, associado a fontes documentais e historiográficas e acrescido das tradições orais, comprova que a ocupação humana pretérita neste local se desenrolou no decorrer do ano de 1650 (+ 350 BP), isto é, século XVII.

TOMIYAMA, Nair Harumi Tanabe – Taboão site: historical archaeology on Parateí valley – Mogi das Cruzes-SP. Master Dissertation.

ABSTRACT: This work presents the study of the material culture of the archaeological historic Taboão site, located in Bairro Taboão, Parateí valley, Mogi das Cruzes-SP. Thermoluminescence dating method in pottery samples, associated with documental and historiographic sources, added to oral traditions, prove that the past human occupation in this place happened during 1650 (+350 BP), that is to say 17th century.

*

PONTIN, Patrícia Boreggio do Valle – Imagens monetárias de Apolo no Ocidente Grego. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: A presente investigação tem por objetivo um levantamento sistemático de todos os tipos monetários de Apolo cunhados pelas colônias da Magna Grécia e Sicília do século VI a.C. ao III a.C., de sorte a oferecer uma contribuição a uma melhor compreensão da sociedade e cultura no Ocidente Grego; um melhor conhecimento do culto de Apolo; uma melhor compreensão das razões da escolha desta divindade como emblema cívico.

PONTIN, Patrícia Boreggio do Valle – Images of Apollo on Western Greek Coinage. Master Dissertation.

ABSTRACT: The goal of this master dissertation is to present a systematic list of all the representations of Apollo on the coinage of Magna Graecia and Sicily in order to provide a contribution to a better understanding of culture and society in the Greek Western colonies; a better understanding of Apollo's cult in the Greek West; a better view of the reasons leading the colonies in their choices of coin types.

*

CAMARGO, Paulo Fernando Bava de – Arqueologia das fortificações oitocentistas da planície costeira Cananéia/Iguape, SP. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: Esta pesquisa de mestrado, inserida num projeto mais amplo, visa a localização, mapeamento e análise das fortificações da planície costeira Cananéia/Iguape. O trabalho justifica-se pela necessidade de levar à luz o subsistema defensivo que foi concebido para essa região, no século 19, para depois podermos compará-lo com os subsistemas defensivos implantados nas outras regiões do litoral do Estado o qual, ao contrário de algumas regiões do Brasil, teve sua estratégia de defesa alicerçada em baluartes de reduzidas dimensões e parco poder de fogo. Geralmente esquecidos pela história ou pela arquitetura – por não possuírem registros escritos em quantidade ou edificações significativas –, eles são essenciais para a compreensão das estratégias políticas e militares que regeram as elites coloniais e imperiais no processo da construção da identidade nacional brasileira. A teoria e a metodologia seguidas por esta pesquisa estão fundamentadas na arqueologia de raiz materialista histórica, como a arqueologia social e a crítica. Seguindo esta linha de pensamento, as fortificações seriam apenas o ponto de partida para a elaboração de uma história – regional e nacional – baseada na arqueologia, na qual estariam evidentes os mecanismos que regulam o poder dentro da sociedade enfocada. Do ponto de vista das técnicas arqueológicas, conjugamos dados obtidos pelas prospecções terrestres e subaquáticas, que devem ser encaradas como complementares apesar de serem aplicadas em meios diferentes. As intervenções arqueológicas subaquáticas são pontuais, o que é possível graças ao uso de métodos prospectivos geofísicos (magnetometria, sonar de varredura lateral etc.).

CAMARGO, Paulo Fernando Bava de – Archaeology of the Eighteenth Century Fortifications of the coastal plain Cananéia/Iguape, SP. Master Dissertation.

ABSTRACT: This master's degree research, part of a greater project, aims to locate, map and analyse the fortifications of the coastal plain Cananéia/Iguape. The work is justified by the need of bringing to the light the defensive subsystem conceived for that area in the 19th century, and compare it to the defensive subsystems implanted in other coastal areas of São Paulo which, unlike some areas of Brazil, had its defense strategies based on ramparts of reduced dimensions and scanty fire power. Usually forgotten by history or architecture, they are essential to understand the political and military strategies that ruled the colonial and imperial elite in the construction of the

Brazilian national identity processes. The theory and methodology followed in this research are based on historical materialistic roots, as well as the social and critic archaeologies, where the fortifications would just be the starting point for the elaboration of a history – regional and national – based on the archaeology, so the mechanisms that regulate power inside the focused society would be clarified. Terrestrial and underwater research have been conjugated in a very complementary way, and the underwater archaeological interventions have taken advantage from the use of geophysical prospective methods (magnetometer survey, side scan sonar etc.).

*

MIGUEL, Rucirene – Estudos de processos erosivos-cumulativos em ocorrências arqueológicas impactadas por reservatório: UHE Capivari-Cachoeira. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: Os processos erosivos-acumulativos, tanto de origem natural como antrópicos, relacionados a sítios arqueológicos impactados pela construção de reservatórios, geram feições no registro e distribuição dos vestígios, após o enchimento, como remobilização, destruição ou conservação relativa dos mesmos. O conhecimento dessas feições, além de contribuir para os estudos de formação do registro, pode servir para a elaboração de metodologias mais apropriadas à realização de pesquisas de salvamento arqueológico anterior à inundação e permite traçar programas de monitoramento após o barramento.

MIGUEL, Rucirene – Study of cumulative-erosive processes in archaeological events impacted by construction of reservoir: UHE Capivari-Cachoeira. Master Dissertation.

ABSTRACT: The cumulative erosive processes, of either natural or human origin, related to archaeological sites impacted by construction of water reservoirs, generate features on the vestiges and their distribution such as remobilization, destruction or conservation. The knowledge of these features contributes to the studies of formation processes and helps to elaborate a more appropriate methodology for archaeological rescue before the flooding, also allowing monitoring after the stalling (hindrance).

*

REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Regulamento

Objetivos

A Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia – USP (Rev. MAE), de periodicidade anual, destina-se à publicação de trabalhos originais inéditos, versando sobre Arqueologia, Etnologia e Museologia, com ênfase em África, América, Mediterrâneo e Médio-Oriente. Excepcionalmente, poderão ser aceitos trabalhos já publicados, para republicação em português.

Constituição

A Rev. MAE é constituída pelas seguintes seções:

- Artigos: trabalhos de pesquisa
- Estudos de Curadoria: levantamentos e comentários sobre acervos arqueológicos e etnográficos; estudos sobre peças e coleções; estudos de conservação e documentação
- Estudos Bibliográficos: ensaios e resenhas
- Notas: projetos e resultados preliminares de pesquisa

Instruções aos autores

– Os originais devem ser enviados ao editor em disquetes de formato MS DOS, até 31 de maio do ano da publicação. Estes deverão ter sido digitados através do processador de textos MS-Word, em equipamento padrão IBM PC ou compatível. No mesmo disquete, um segundo arquivo deverá conter nome, endereço, e-mail, telefone e/ou fax dos autores e, ainda, informações sobre a versão e programa utilizados, caso não tenham sido aqueles aqui indicados. O material enviado deverá incluir uma cópia impressa e não será devolvido.

Artigos e Estudos de Curadoria

– Os textos (30 páginas no máximo, incluindo tabelas, mapas e ilustrações) podem ser escritos em português, inglês, espanhol, francês ou italiano.

– Serão fornecidas gratuitamente 20 separatas.

– O texto deverá obedecer o seguinte padrão:

a) 65 caracteres por linha; 55 linhas por página.

b) A primeira folha deverá conter: 1) título (português e inglês); 2) nome dos autores e instituições a que pertencem; 3) um resumo bilingue (inglês/português) de, no máximo, 10 linhas, contendo objetivos, metodologia e resultados; 4) unitermos (palavras-chave).

c) As figuras devem ser enviadas de preferência em mídia eletrônica ou originais em papel. Na elaboração das figuras, gráficos, tabelas, e fotografias (estas somente em branco e preto) deve-se levar em conta as dimensões úteis da Revista (18 x 27cm) a fim de que, no caso de redução, não se tornem ilegíveis; este material deve ser enviado juntamente com o disquete, devidamente acondicionado.

d) Escalas gráficas deverão ser sempre utilizadas em lugar de escalas numéricas.

e) As notas, numeradas na ordem em que aparecem no texto, devem estar situadas no final do arquivo, juntamente com os agradecimentos, apêndices, legendas das figuras e tabelas.

f) As notas de rodapé não deverão conter referências bibliográficas. Estas deverão ser inseridas no próprio texto, entre parênteses, remetendo o leitor à bibliografia. Ex.: (Barradas 1968:120-190).

g) A bibliografia seguirá a ordem alfabética pelo sobrenome do autor citado em primeiro lugar.

Exemplos:

BOCQUET, A.

1979 Lake bottom archaeology. *Scientific American*, 240 (2): 56-75.

FOLEY, R. A.

1981 Off site archaeology: an alternative approach for the short sites. I. Hodder, G; Isaac and N. Hammond (Eds.) *Pattern of the Past Studies in Honor of David L. Clarke*. Cambridge, Cambridge University Press: 157-183.

SANOJA, M.; VARGAS, I.

1978 *Antigas formaciones y modos de producción venezolanos*. Caracas: Monte Avila Editores.

Estudos bibliográficos

- a) ensaios: 15 páginas, no máximo.
- b) resenhas: 5 páginas, no máximo.

Notas

- 4 páginas, no máximo.

Regulations

Aims

The Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia (Rev. MAE) publishes (annually) original works, not published elsewhere, on archaeology, ethnology and museology, with emphasis on Africa, America, Mediterranean Europe and Middle East. Exceptionally, translations into Portuguese of papers already published may be considered.

Organization

The Rev. MAE will have the following sections:

- Articles: research works
- Curatorship Studies: surveys and comments on archaeological and ethnographical material; studies of artifacts and collections; studies of conservation and documentation
- Bibliographical studies: essays and reviews
- Notes: research projects and preliminary reports

Instructions to the authors

The originals should be sent to the editor, in MS – DOS formatted diskettes, before May 31 of the publication year, preferably as files of MS – Word, in standard equipment IBM PC, or compatible. A second file should contain name, address, e-mails, telephone and/or fax number, as well as information about the word processor employed. This material will should contain one printed copy and will be not sent back to the authors.

Articles and Curatorship Studies

- The articles (30 pages at most, including tables, maps and illustrations) may be written in Portuguese, English, Spanish, French or Italian.
- 20 offprints will be provided free of charge.
- The text should conform to the following pattern:

- a) A page has 55 lines of 65 characters each.
- b) The first page should contain: 1) the title of the work; 2) the names of the authors and the institutions to which they belong; 3) a bilingual abstract (Portuguese/English) having no more than 10 lines, containing aims, methodology and results. The Editors will prepare the abstract in Portuguese for foreign authors; 4) uniterms (keywords).

c) Drawings should be sent in electronic media or original printings. In preparing drawings, graphs, tables and (black and white) photographs, the working dimensions of Rev. MAE (18 x 27cm) must be kept in mind so that upon reduction, they do not become illegible.

d) Graphical scales should always be used instead of numerical ones.

e) Footnotes and references, numbered in the order of appearance, should be gathered at the file's end, with acknowledgements, appendices and figure-and table captions.

f) Footnotes should not contain bibliographical references. These should be inserted in the text between parenthesis, sending the reader to the bibliography. For instance: (Barradas 1968: 120-180).

g) The references should follow the alphabetical order (firstnamed author).

Examples:

- BOCQUET, A.
1979 Lake bottom archaeology. *Scientific American*, 240 (2): 56-75.
- FOLEY, R. A.
1981 Off site archaeology: an alternative approach for the short sites. I. Hodder, G; Isaac and N. Hammond (Eds.) *Pattern of the Past Studies in Honor of David L. Clarke*. Cambridge, Cambridge University Press: 157-183.
- SANOJA, M.; VARGAS, I.
1978 *Antigas formaciones y modos de producción venezolanos*. Caracas: Monte Avila Editores.

Bibliographical Studies

- a) essays: 15 pages at most.
- b) reviews: 5 pages at most.

Notes

- 4 pages at most.

Editoração Eletrônica e Tratamento de Imagem:
José Luiz de Mahalhães Castro Neto

Prove
Pabx: (011) 4178 05 22 fax ramal: 30
provografica.com.br

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

Pró-Reitor: Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu

Pró-Reitoria de Pesquisa

Pró-Reitor: Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Diretor: Prof. Dr. Murillo Marx

Vice-Diretor: Prof. Dr. José Luiz de Moraes

Conselho Deliberativo: Prof. Dr. Murillo Marx
Prof. Dr. José Luiz de Moraes
Profa. Dra. Maria Ligia Coelho Prado
Prof. Dr. Waldenir Caldas
Profa. Dra. Marta Heloisa Leuba Salum
Profa. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano
Profa. Marília Xavier Cury
Sra. Sandra Lacerda Campos
Sra. Cleide Franchi



CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO



ÁREA INTERDEPARTAMENTAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

